ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 99
Brasília - DF, quinta-feira, 24 de maio de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 5
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 6
Ministério da Cultura 11
Ministério da Defesa 15
Ministério da Educação 18
Ministério da Fazenda 20
Ministério da Integração Nacional 59
Ministério da Justiça 60
Ministério da Saúde 61
Ministério das Cidades 79
Ministério de Minas e Energia 84
Ministério do Desenvolvimento Social 87
Ministério do Esporte 88
Ministério do Meio Ambiente 90
Ministério do Trabalho 92
Ministério dos Direitos Humanos 97
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 97
Ministério Extraordinário da Segurança Pública 98
Conselho Nacional do Ministério Público 100
Ministério Público da União 101
Tribunal de Contas da União 101
Poder Judiciário 123
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 130

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.662 (1)
ORIGEM : ADI - 12760 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação, para declarar a inconstitucionalidade do inciso VI do art. 264 e da expressão "prazos estes somente prorrogáveis se o interesse público, justificadamente, assim o exigir ou até a nomeação por concurso público", constante da parte final do § 1º do mesmo artigo, todos da Lei Complementar 4/1990 do Estado do Mato Grosso. Quanto à modulação de efeitos da decisão, o Tribunal, por maioria, acatando propostas dos Ministros Alexandre de Moraes e Roberto Barroso, autorizou a manutenção dos atuais contratos de trabalho pelo prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data da publicação da ata deste julgamento, vencidos os Ministros Marco Aurélio (Relator) e Cármen Lúcia (Presidente), que não modulavam os efeitos da decisão. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux. Plenário, 23.3.2017.

Ementa: CONSTITUCIONAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES (ART. 37, IX, CF). LEI COMPLEMENTAR 12/1992 DO ESTADO DO MATO GROSSO. INCONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DE EFEITOS.

1. A Constituição Federal é intransigente em relação ao princípio do concurso público como requisito para o provimento de cargos públicos (art. 37, II, da CF). A exceção prevista no inciso IX do art. 37 da CF deve ser interpretada restritivamente, cabendo ao legislador infraconstitucional a observância dos requisitos da reserva legal, da atualidade do excepcional interesse público justificador da contratação temporária e da temporariedade e precariedade dos vínculos contratuais.

2. A Lei Complementar 12/1992 do Estado do Mato Grosso valeu-se de termos vagos e indeterminados para deixar ao livre arbítrio do administrador a indicação da presença de excepcional interesse publico sobre virtualmente qualquer atividade, admitindo ainda a prorrogação dos vínculos temporários por tempo indeterminado, em franca violação ao art. 37, IX, da CF.

3. Ação direta julgada procedente, para declarar inconstitucional o art. 264, inciso VI e § 1º, parte final, da Lei Complementar 4/90, ambos com redação conferida pela LC 12/92, com efeitos *ex nunc*, preservados os contratos em vigor que tenham sido celebrados exclusivamente com fundamento nos referidos dispositivos, por um prazo máximo de até 12 (doze) meses da publicação da ata deste julgamento.

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 270 (2)
ORIGEM : ADPF - 270 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL - ADPF
ADV.(A/S) : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (3600/AC, 9395A/AL, A598/AM, 1551-A/AP, 24290/BA, 16599-A/CE, 25136/DF, 15111/ES, 27024/GO, 9348-A/MA, 107878/MG, 13043-A/MS, 11065/A/MT, 15201-A/PA, 128341-A/PB, 00922/PE, 8202/PI, 30916/PR, 136118/RJ, 725-A/RN, 4875/RO, 372-A/RR, 80025A/RS, 23729/SC, 484A/SE, 128341/SP, 4.923-A/TO)
AGDO.(A/S) : DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS - FENAPEF
ADV.(A/S) : RUDI MEIRA CASSEL (DF022256/)

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Vencido o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 27.4.2018 a 4.5.2018.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. INSTRUÇÃO NORMATIVA 13/2008 DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. ALEGADA AFRONTA AO PRECEITO FUNDAMENTAL DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PENSAMENTO (ARTS. 5º, IV, E 220, § 1º, DA CF/1988). ACOLHIMENTO DAS PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM,* DEFICIÊNCIA NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL E DE OCORRÊNCIA DE OFENSA REFLEXA AO TEXTO CONSTITUCIONAL. SUBSISTÊNCIA DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

I - As razões do agravo regimental são inaptas para desconstituir os fundamentos da decisão agravada, que, por isso, se mantêm hígidos.

II - Agravo regimental ao qual que se nega provimento.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 132, DE 2018 (*)

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 30 de junho de 2015.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 30 de junho de 2015.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 14/3/2018.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.381, DE 23 DE MAIO DE 2018

Altera o Decreto nº 9.137, de 21 de agosto de 2017, que a prova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Anexo I ao Decreto nº 9.137, de 21 de agosto de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

I - .....

.....

d) Secretaria-Executiva: Departamento de Gestão Interna;

e) Secretaria de Relações Institucionais;

f) Subchefia de Assuntos Parlamentares; e

g) Subchefia de Assuntos Federativos:

.....

IV - .....

.....

b) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;

c) Conselho Deliberativo do Programa Bem Mais Simples Brasil; e

d) Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável." (NR)

"Art. 8º .....
.....

II - assessorar o Ministro de Estado na coordenação política do Governo federal e na condução do relacionamento do Governo federal com o Congresso Nacional e os partidos políticos, em articulação com a Subchefia de Assuntos Federativos e a Subchefia de Assuntos Parlamentares;

III - assessorar o Ministro de Estado no acompanhamento da tramitação de proposições no Congresso Nacional, em articulação com a Subchefia de Assuntos Parlamentares;

....." (NR)

"Art. 13. .....
.....

XIV - criar e consolidar canais de articulação no âmbito estadual, distrital e municipal, entre gestores de participação social e lideranças;

XV - elaborar estudos de natureza político-institucional;

XVI - articular, no âmbito do Governo federal, com a sociedade civil e com os entes federativos, as ações de internalização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas;

XVII - assistir o Ministro de Estado nos temas afetos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e

XVIII - desempenhar as atividades de Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável." (NR)

"Art. 14. .....
.....

VIII - apoiar a Secretaria de Governo da Presidência da República na interlocução com movimentos sociais;

IX - realizar análises, debates e implementação de projetos especiais especificados em plano estratégico da Secretaria de Governo da Presidência da República;

X - apoiar a interlocução da Secretaria de Governo da Presidência da República com a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos temas relacionados com as dimensões econômica, ambiental e social do desenvolvimento sustentável;

XI - subsidiar a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com informações e estudos para suas deliberações; e

XII - acompanhar, em articulação com as demais áreas da Secretaria Nacional de Articulação Social, os trabalhos da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável." (NR)

"Art. 26-A. À Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável cabe exercer as competências estabelecidas no Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016." (NR)

Art. 2º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental da Secretaria de Governo da Presidência da República deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Art. 3º Fica revogado o inciso III do **caput** do art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 9.137, de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 7 de junho de 2018.

Brasília, 23 de maio de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Esteves Pedro Colnago Junior
Carlos Marun

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 23 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 12 e art. 29 do Regulamento da Ordem do Mérito Naval, aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve

PROMOVER,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, ao grau de Grande Oficial, as seguintes personalidades civis:

SIMONE NASSAR TEBET, Senadora da República;
MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Embaixador;
FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, Embaixador;
SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Embaixador;
MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Embaixador;
POMPEU ANDREUCCI NETO, Embaixador;
JOÃO MENDES PEREIRA, Embaixador; e
FERNANDO JOSÉ MONTEIRO GUIMARÃES, Arcebispo do Ordinariado Militar do Brasil.

Brasília, 23 de maio de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO DE 23 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 12, art. 14 e art. 29 do Regulamento da Ordem do Mérito Naval, aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve

PROMOVER,

na Ordem do Mérito Naval, os seguintes militares das Forças Armadas nacionais:

I - no Quadro Ordinário:

a) ao grau de Grande Oficial:

Vice-Almirante CARLOS FREDERICO CARNEIRO PRIMO;
Vice-Almirante MARCOS SAMPAIO OLSEN;
Vice-Almirante JOÉSE DE ANDRADE BANDEIRA LEANDRO;
Vice-Almirante JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA;
Vice-Almirante ANTONIO FERNANDO GARCEZ FARIA;
Vice-Almirante MARCELO FRANCISCO CAMPOS;
Vice-Almirante (EN) MARIO FERREIRA BOTELHO;
Vice-Almirante JOSÉ AUGUSTO VIEIRA DA CUNHA DE MENEZES;
Vice-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA;
Vice-Almirante (FN) CESAR LOPES LOUREIRO;
Vice-Almirante (Md) EDMAR DA CRUZ ARÊAS;
Vice-Almirante (IM) JAYME TEIXEIRA PINTO FILHO;
Vice-Almirante PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR;
Vice-Almirante SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN;
Vice-Almirante (IM) MARCELO BARRETO RODRIGUES;
Vice-Almirante FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA;
Vice-Almirante FLAVIO MACEDO BRASIL;
Vice-Almirante WLADMILSON BORGES DE AGUIAR;
Vice-Almirante ALFREDO MARTINS MURADAS; e
Vice-Almirante NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO;

b) ao grau de Comendador:

Contra-Almirante ALAN GUIMARÃES AZEVEDO;
Contra-Almirante SERGIO FERNANDO DE AMARAL CHAVES JUNIOR;
Contra-Almirante ARTHUR FERNANDO BETTEGA CORRÊA;
Contra-Almirante FERNANDO RANAURO COZZOLINO;
Contra-Almirante DENILSON MEDEIROS NÔGA;
Contra-Almirante (IM) MARCUS VINICIUS LIMA DE SOUZA;
Contra-Almirante PAULO CÉSAR COLMENERO LOPES;
Contra-Almirante (IM) ANTONIO BERNARDO FERREIRA;
Contra-Almirante VANLEY MONTEIRO SOARES;
Contra-Almirante (FN) ROBERTO ROSSATTO;
Contra-Almirante (FN) RENATO RANGEL FERREIRA;
Contra-Almirante (FN) RICARDO HENRIQUE SANTOS DO PILAR;
Contra-Almirante NELSON NUNES DA ROSA;
Contra-Almirante RALPH DIAS DA SILVEIRA COSTA;
Contra-Almirante HENRIQUE RENATO BAPTISTA DE SOUZA;
Contra-Almirante (EN) GUILHERME DIONIZIO ALVES;
Contra-Almirante MARCOS BORGES SERTÃ;
Contra-Almirante EDUARDO MACHADO VAZQUEZ;
Contra-Almirante CARLOS EDUARDO HORTA ARENTZ;
Contra-Almirante ALEXANDRE RABELLO DE FARIA;
Contra-Almirante (IM) SERGIO HENRIQUE DA SILVA ALMEIDA;
Contra-Almirante LUIZ CARLOS RÔÇAS CORRÊA;
Contra-Almirante ANDRÉ NOVIS MONTENEGRO;
Contra-Almirante HUMBERTO CALDAS DA SILVEIRA JUNIOR;
Contra-Almirante LUIZ ROBERTO CAVALCANTI VALICENTE;
Contra-Almirante (EN) RICARDO SOARES FERREIRA;
Contra-Almirante (FN) PEDRO LUIZ GUEIROS TAULOIS;
Contra-Almirante (Md) OSCAR ARTUR DE OLIVEIRA PASSOS;
Contra-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA;
Contra-Almirante EDGAR LUIZ SIQUEIRA BARBOSA;
Contra-Almirante (IM) LUIZ ROBERTO BASSO;
Contra-Almirante (IM) MARCOS INOI DE OLIVEIRA;
Contra-Almirante (FN) ROGÉRIO RAMOS LAGE;
Contra-Almirante AMAURY CALHEIROS BOITE JUNIOR;
Contra-Almirante AMINTAS DA SILVA VIAMONTE; e
Contra-Almirante GILBERTO SANTOS KERR; e

c) ao grau de Oficial:

Capitão de Mar e Guerra (FN) JORGE LUÍS DE ARAUJO MELLO;
Capitão de Mar e Guerra CHRISTIANO ALVES FERREIRA DOS SANTOS;
Capitão de Mar e Guerra MÁXIMO EDUARDO EGGER;
Capitão de Mar e Guerra PAULO SERGIO SILVA SANTOS;
Capitão de Mar e Guerra THADEU MARCOS OROSCO COELHO LOBO;
Capitão de Mar e Guerra ALBERTO JOSE PINHEIRO DE CARVALHO;
Capitão de Mar e Guerra CLÁUDIO PEREIRA TORRES;
Capitão de Mar e Guerra GIANCARLLO FONSECA VILAS BÔAS;
Capitão de Mar e Guerra WELLITON LOPES DOS SANTOS;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ELSON LUIZ DE OLIVEIRA GÓIS;
Capitão de Mar e Guerra JOSÉ RENATO DE AMORIM MOURA;
Capitão de Mar e Guerra ROGERIO DA ROCHA CARNEIRO BASTOS;
Capitão de Mar e Guerra ALEXANDER REIS LEITE;
Capitão de Mar e Guerra RICARDO SALES DE OLIVEIRA;
Capitão de Mar e Guerra PAULINO ANTONIO DE PAULA JUNIOR;
Capitão de Mar e Guerra FABIANO FERRO VILELA;
Capitão de Mar e Guerra RICARDO PEREIRA DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra (EN) JOSÉ LUIZ RANGEL DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra (S) JOSÉ ALEXANDRE BARBOSA LIMA;
Capitão de Mar e Guerra (Md) CÉSAR AURÉLIO SERRA;
Capitão de Mar e Guerra (Md) MARCELO ALVES DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra (Md) MAURICIO AMIR DE AZEVEDO;
Capitão de Mar e Guerra (Md) ANTONIO CARLOS BARBOSA NARDIN LIMA;
Capitão de Mar e Guerra (Md) FERNANDO ANTONIO DA CUNHA MAUÉS;
Capitão de Mar e Guerra LUIZ CLÁUDIO DE ALMEIDA BARACHO;
Capitão de Mar e Guerra (T) RONALDO LOPES DE MELO;
Capitão de Mar e Guerra AMAURY MARCIAL GOMES JÚNIOR;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ODAIR DO NASCIMENTO JÚNIOR;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ROBERTO MEDEIROS QUINTELLA;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Capitão de Mar e Guerra (FN) FREDERICO ANTONIO KHOURY REBELLO;
Capitão de Mar e Guerra (IM) JOSÉ FERREIRA DE ASSIS;
Capitão de Mar e Guerra ANTONIO CESAR DA ROCHA MARTINS;
Capitão de Mar e Guerra ANTONIO CARLOS CAMBRA;
Capitão de Mar e Guerra RICARDO FERNANDES GOMES;
Capitão de Mar e Guerra (IM) ALEXANDRE RODRIGUES VIVEIROS;
Capitão de Mar e Guerra JOSÉ VICENTE DE ALVARENGA FILHO;
Capitão de Mar e Guerra (IM) ALEXANDRE CHAVES DE JESUS;
Capitão de Mar e Guerra VICTOR JERONIMO BUARQUE DE PAULA;
Capitão de Mar e Guerra (IM) SÉRGIO DE OLIVEIRA GUIMARÃES FILHO;
Capitão de Mar e Guerra (FN) PAULO SERGIO CASTELLO BRANCO TINOCO GUIMARÃES;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ROBERTO LINCOLN DE BARROS;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ROBERTO LEMOS;
Capitão de Mar e Guerra JEFERSON DENIS CRUZ DE MEDEIROS;
Capitão de Mar e Guerra (FN) CLÁUDIO LOPES DE ARAUJO LEITE;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ALEXANDRE BAVA;
Capitão de Mar e Guerra AUGUSTO JOSÉ DA SILVA FONSECA JUNIOR;
Capitão de Mar e Guerra CASSIANO MARQUES;
Capitão de Mar e Guerra LUIS FERNANDO BAPTISTELLA;
Capitão de Mar e Guerra (IM) SERGIO RICARDO MACHADO;
Capitão de Mar e Guerra (IM) DÉCIO MAIA DE SALES;
Capitão de Mar e Guerra (FN) CARLOS JORGE DE ANDRADE CHAIB;
Capitão de Mar e Guerra JOÃO ALBERTO DE ARAUJO LAMPERT;
Capitão de Mar e Guerra DIONÍSIO TAVARES DA CÂMARA JUNIOR;
Capitão de Mar e Guerra BRUNO DE MORAES BITTENCOURT NETO; e
Capitão de Mar e Guerra (T) EDSON DA COSTA SOARES; e

II - no Quadro Suplementar

a) ao grau de Grande Oficial:

General de Exército LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA;
General de Divisão TOMÁS MIGUEL MINÉ RIBEIRO PAIVA;
General de Divisão PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA;
Major-Brigadeiro Intendente VILMAR GARGALHONE CORRÊA;
Major-Brigadeiro do Ar HERALDO LUIZ RODRIGUES;
Major-Brigadeiro do Ar MÁRIO LUÍS DA SILVA JORDÃO;
Major-Brigadeiro do Ar JOÃO TADEU FIORENTINI;
Major-Brigadeiro do Ar CARLOS MINELLI DE SÁ;
Major-Brigadeiro do Ar SÉRGIO DE MATOS MELLO; e
General de Divisão R/1 Int LUIZ ARNALDO BARRETO ARAUJO; e

b) ao grau de Comendador:

General de Brigada MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA ROSA; e
Brigadeiro do Ar MAURICIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS.

Brasília, 23 de maio de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO DE 23 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 12 e art. 29 do Regulamento da Ordem do Mérito Naval, aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve

ADMITIR,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, no grau de Grande Oficial, as seguintes personalidades civis:

RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA, Presidente da Câmara dos Deputados;
EDUARDO REFINETTI GUARDIA, Ministro de Estado da Fazenda;
ALEXANDRE BALDY DE SANT'ANNA BRAGA, Ministro de Estado das Cidades;
WELLINGTON ANTONIO FAGUNDES, Senador da República;
GLADSON DE LIMA CAMELI, Senador da República;
CARLOS FELIPE VAZQUEZ DE SOUZA LEÃO, Deputado Federal;
CELSO PANSERA, Deputado Federal;
SORAYA ALENCAR DOS SANTOS, Deputada Federal;
SERGIO OLIMPIO GOMES, Deputado Federal;
BRUNA DIAS FURLAN, Deputada Federal;
JOSÉ SARAIVA FELIPE, Deputado Federal;
GEOVANIA DE SA RODRIGUES, Deputada Federal;
VICENTE ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, Deputado Federal;
ÉDIO VIEIRA LOPES, Deputado Federal;
JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO, Embaixador;
REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Embaixadora;
HERMANO TELLES RIBEIRO, Embaixador;
RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Embaixador;
JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO, Embaixador;
EDUARDO PAES SABOIA, Embaixador;
SÉRGIO LUÍZ KUKINA, Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
JAIME DE CASSIO MIRANDA, Procurador-Geral de Justiça Militar; e
ANDRÉ RICARDO CRUZ FONTES, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Brasília, 23 de maio de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO DE 23 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 12, art. 14 e art. 29 do Regulamento da Ordem do Mérito Naval, aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve

ADMITIR,

na Ordem do Mérito Naval, os seguintes militares das Forças Armadas, nacionais e estrangeiros:

I - no Quadro Ordinário, no grau de Cavaleiro:

Capitão de Mar e Guerra LEVI ALVES DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra MARCOS TADASHI HAMAOKA;
Capitão de Mar e Guerra (EN) JÚLIO CEZAR SIMÕES PIMENTA;
Capitão de Mar e Guerra (Md) VICENTE GARCIA RAMOS;
Capitão de Mar e Guerra (Md) ALMIR MARCELO CAMELO FIGUEIRA DOS SANTOS;
Capitão de Mar e Guerra (Md) PAULO DE MORAES MATTOS JÚNIOR;
Capitão de Mar e Guerra (Md) WANDERLEY DE CARVALHO MENDES;
Capitão de Mar e Guerra MARCELO MENEZES CARDOSO;
Capitão de Mar e Guerra ANTÔNIO JORGE FLORIANO DA COSTA;
Capitão de Mar e Guerra MARCOS ULISSES DINIZ SOBREIRA;
Capitão de Mar e Guerra ROBSON NEVES FERNANDES;
Capitão de Mar e Guerra JOSÉ MARCELO CAMELO;
Capitão de Mar e Guerra MAURO CASTRO JÚNIOR;
Capitão de Mar e Guerra ALEXANDRE MOTTA DE SOUSA;
Capitão de Mar e Guerra ANDRÉ MARTINS DE CARVALHO;
Capitão de Mar e Guerra (FN) JOSÉ GUILHERME VIEGAS;
Capitão de Mar e Guerra (CD) ALEXANDRE GUIMARÃES GONÇALVES;
Capitão de Mar e Guerra (Md) PAULO ANTONIO DA SILVA PRATA;
Capitão de Mar e Guerra JUAREZ CARDOSO FILHO;
Capitão de Mar e Guerra (Md) LUIZ CARLOS DA GRAÇA;
Capitão de Mar e Guerra (EN) JOSÉ VICENTE CALVANO;
Capitão de Mar e Guerra (EN) ALEXANDRE MAGALHÃES FERNANDES;
Capitão de Mar e Guerra (EN) LEONARDO TILHE PEREIRA;
Capitão de Mar e Guerra (EN) EUCLIDES RIBEIRO JÚNIOR;
Capitão de Mar e Guerra (FN) HAROLDO JOSÉ MARTINS BUENO DE PAIVA;
Capitão de Mar e Guerra GUSTAVO CALERO GARRIGA PIRES;
Capitão de Mar e Guerra ADRIANO MARCELINO BATISTA;
Capitão de Mar e Guerra EMERSON GAIO ROBERTO;
Capitão de Mar e Guerra JOSÉ CARLOS CAVALCANTI SALES;
Capitão de Mar e Guerra CARLOS HENRIQUE DE LIMA ZAMPIERI;
Capitão de Mar e Guerra ALEXANDRE MOUTELA DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra MARCELO DA SILVA GOMES;
Capitão de Mar e Guerra (IM) GUSTAVO DA SILVA NASCIMENTO;
Capitão de Mar e Guerra (IM) RICARDO LUÍS VELOSO MENDES;
Capitão de Mar e Guerra MAURO RODRIGUES SECO JUNIOR;
Capitão de Mar e Guerra (IM) ÁTILA MÁRCIO DA SILVEIRA LIMA;
Capitão de Mar e Guerra NELSON DE OLIVEIRA LEITE;
Capitão de Mar e Guerra JOSEAN ALVES PINHEIRO;
Capitão de Mar e Guerra (IM) ALEXANDRE AUGUSTO LOPES VILLELA DE MORAES;
Capitão de Mar e Guerra LEONARDO ANDRADE DA SILVA REIS;
Capitão de Mar e Guerra (IM) GUSTAVO PEREIRA PINTO;
Capitão de Mar e Guerra MÁRCIO MARTINS VILARA;
Capitão de Mar e Guerra PEDRO AUGUSTO BITTENCOURT HEINE FILHO;
Capitão de Mar e Guerra HELIO CAMARGO DE TOLEDO PIRES;
Capitão de Mar e Guerra ALEXANDRE FONTOURA DE OLIVEIRA;
Capitão de Mar e Guerra MARCELO WILSON PIMENTEL GLATTHARDT;
Capitão de Mar e Guerra ROBERTO HENRIQUE ASSAD DOS SANTOS;
Capitão de Mar e Guerra FÁBIO DA SILVA ANDRADE;
Capitão de Mar e Guerra JOSÉ AUGUSTO SILVA FERREIRA;
Capitão de Mar e Guerra AMILTON OLIVEIRA FERREIRA;
Capitão de Mar e Guerra CLÉSIO MISSON PENONI;
Capitão de Mar e Guerra LUCIANO CLARO GARCIA;
Capitão de Mar e Guerra ADRIANO VIEIRA;
Capitão de Mar e Guerra GERMANO TEIXEIRA DA SILVA;
Capitão de Mar e Guerra CARLOS EDUARDO QUARESMA BOTELHO;
Capitão de Mar e Guerra (IM) CLAUDIO RAFAEL SOARES;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ALEXANDRE JOSÉ GOMES DÓRIA;
Capitão de Mar e Guerra (FN) MARCIO ROSSINI BATISTA BARREIRA;
Capitão de Mar e Guerra MARCELO REBELLO DE OLIVEIRA;
Capitão de Mar e Guerra PEDRO LIMA SILVA FILHO;
Capitão de Mar e Guerra ANDRE LUIZ TRINDADE GOMES;
Capitão de Mar e Guerra VANILTON NERY BADARÓ;
Capitão de Mar e Guerra JOSÉ LUÍS FERREIRA BORGES;
Capitão de Mar e Guerra (FN) MARCELO DA COSTA REIS;
Capitão de Mar e Guerra (FN) VICTOR SOUSA ABREU;
Capitão de Mar e Guerra JORGE JOSE DE MORAES RULFF;
Capitão de Mar e Guerra (IM) ROGERIO MOREIRA DOS SANTOS;
Capitão de Mar e Guerra (T) CLEBER RIBEIRO DA SILVA;
Capitão de Fragata (T) ROMUALDO SILVEIRA DA SILVA; e
Capitão de Corveta (T) AMAURY LUIZ DE SOUZA FILHO; e

II - no Quadro Suplementar

a) no grau de Grande Oficial:

General de Exército JOSÉ LUIZ DIAS FREITAS;
General de Exército LAERTE DE SOUZA SANTOS;
Vice-Almirante FLAVIO GUSTAVO ARCE SAN MARTÍN - Bolívia;
Vice-Almirante AURELIO DE CAROLIS - Itália;
General de Divisão ADALMIR MANOEL DOMINGOS;
General de Divisão GLÁUCIO LUCAS ALVES;
General de Divisão HENRIQUE MARTINS NOLASCO SOBRINHO;
General de Divisão ANDRÉ LUIZ SILVEIRA;
General de Divisão RUI YUTAKA MATSUDA;
General de Divisão FLAVIO MARCUS LANCIA BARBOSA;
Major-Brigadeiro do Ar RICARDO REIS TAVARES;
Major-Brigadeiro do Ar MARCOS VINICIUS REZENDE MRAD; e
Major-General ANILDO EMANUEL DA GRAÇA MORAIS - Cabo Verde;

b) no grau de Comendador:

Contra-Almirante PALMIRO GONZALO JARJURY RADA - Bolívia;
Contra-Almirante IGNACIO MARDONES COSTA - Chile;
Contra-Almirante MARTHA HERB - Estados Unidos da América;
Contra-Almirante SEAN SCOTT BUCK - Estados Unidos da América;
General de Brigada WILSON MENDES LAURIA;
General de Brigada AMADEU MARTINS MARTO;
General de Brigada CARLOS ALBERTO DAHMER;
General de Brigada CRISTIANO PINTO SAMPAIO;
General de Brigada LUIZ GONZAGA VIANA FILHO;
General de Brigada FLÁVIO MAYON FERREIRA NEIVA;
Brigadeiro Engenheiro RONALDO YUAN;
Brigadeiro Intendente JOSÉ JORGE DE MEDEIROS GARCIA;
Brigadeiro do Ar FREDERICO JOSÉ MORETTI DA SILVEIRA;
Brigadeiro do Ar DOUGLAS ARTHUR FERNANDES JUNIOR;
Brigadeiro Médico JULIO CESAR DA GAMA APOLINARIO;
Brigadeiro Intendente LUIZ ANTONIO PONTES;
Brigadeiro do Ar JOÃO CAMPOS FERREIRA FILHO;
Brigadeiro do Ar MÁRIO SÉRGIO RODRIGUES DA COSTA;
General de Brigada R/1 SERGIO JOSÉ PEREIRA; e
General de Brigada R/1 CARLOS SÉRGIO CAMARA SAÚ;

c) no grau de Oficial:

Coronel Cav FABIANO SOUTO MARTINS;
Coronel Art RICARDO HAMPEL VICENTE;
Coronel Cav ALEXANDRE GOUVÊA MOSCA;
Coronel Art SERGIO MESQUITA DOS SANTOS;
Coronel Inf MARCO ANTÔNIO ESTEVÃO MACHADO;
Coronel Art MOISES DA PAIXÃO JUNIOR;
Coronel Cav HERON SALOMÃO CARDOSO ANGELIM;
Coronel Art SÉRGIO REZENDE DE QUEIROZ;
Coronel Int RICARDO SÉRGIO DE SOUZA;
Coronel de Infantaria JOSBECASI MOREIRA DE LIMA;
Coronel Aviador ANTONIO LUIZ GODOY SOARES MIONI RODRIGUES;
Coronel Aviador ADOLFO ALEIXO DA SILVA JUNIOR;
Coronel Aviador EDMILSON ANCARLU KÜL; e
Coronel Aviador CARLOS ALBERTO PANZA SANTOS; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) no grau de Cavaleiro:

Capitão de Mar e Guerra (Refº) RONALDO SCHARA;
Capitão de Mar e Guerra (Refº-FN) GABRIEL MASCARENHAS MONTEIRO;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) NILMAR DE CARVALHO SAISSE;
Capitão de Mar e Guerra (RM1) ENITO SALES MORAIS FILHO;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) SEBASTIÃO SERGIO BITARÃES DE MIRANDA;
Capitão de Mar e Guerra (RM1) LUIZ FERNANDO PEREIRA DA CRUZ;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN) WLADIMIR SOARES FRANCO;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-T) LUIZ CLAUDIO MEDEIROS BIAGIOTTI;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-T) CASSIA MARIA BARRETO;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN) JULIO CESAR DOS SANTOS MARQUES;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) JEAN-MARC ANDRADE COSTA;
Capitão de Mar e Guerra (RM1) FÁBIO HENRIQUE CAVALCANTE GODINHO;
Capitão de Mar e Guerra (RM1) LEONARDO FARIA DE MATTOS;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-EN) JOÃO PAULO DIAS NEVES;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-Md) CARLOS EDUARDO FERREIRA DE MESQUITA;
Capitão de Mar e Guerra (RM1) ANDRÉ PANNO BEIRÃO;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-T) LUCIA ARTUSI;
Capitão de Mar e Guerra (RM1) RENATO VANNI NETO;
Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN) ALCINEI ANCELMÉ DA MOTA;
Capitão de Fragata (RM1) LUIZ CESAR MANDARINO;
Capitão de Corveta (RM1-T) ADEMAR COSTA PEREIRA;
Capitão QOA MANOEL MISSIAS DE AZEVÊDO;
Suboficial (MI) 86.2415.24 MARIA DA PENHA DE OLIVEIRA COELHO;
Suboficial (CP) 85.3379.27 MARCILIO FRANCISCO DO NASCIMENTO;
Suboficial (FN-AT) 85.7882.87 SANDRO DE LIMA CORDEIRO;
Suboficial (PL) 86.1661.15 MARCOS MONTEIRO DA CONCEIÇÃO;
Suboficial (AV-VS) 86.0162.70 PAULO SERGIO BENITES RIOS;
Suboficial (CI) 85.9741.11 MARCÍLIO SILVA JUNIOR;
Suboficial (CN) 86.0895.95 JORGE LUIZ DAMASCENO;
Suboficial (FN-CN) 05.9361.95 EDER RIBEIRO DE CAMARGO;
Suboficial (FN-IF) 86.1218.12 ROGERIO LUIS DA SILVA;
Suboficial (AV-VN) 86.1045.86 JAIR FLORENCIO NUNES;
Suboficial (FN-MO) 85.2617.26 EDISON DE ALMEIDA SAMPAIO;
Suboficial (ES) 86.2286.17 ROBSON DE OLIVEIRA REZENDE;
Suboficial (FN-IF) 86.5331.34 JOSÉ MARCELO DE ALMEIDA DA SILVA;
Suboficial (FN-ES) 86.5438.14 JOÃO ALBERTO FILHO;
Suboficial (FN-MO) 86.4928.29 CARLOS RENATO LOURENÇO;
Suboficial (FN-MO) 86.3559.29 ANDERSON ALMEIDA DE SOUZA;
Suboficial (FN-IF) 86.7502.67 ALEXANDRE DA SILVA;
Suboficial (FN-AT) 86.6064.25 JORGE LUIZ SANTOS DA SILVA;
Suboficial (MA) 84.1776.75 FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO;
Suboficial (CN) 86.0900.97 JOSÉ EVANDI DE SENA;
Suboficial (PL) 86.1913.49 CLEDIMILSON DOS SANTOS CABRAL;
Suboficial (FN-EF) 86.6061.31 DELCIO AZEVEDO SANTOS;
Suboficial (ES) 86.2941.48 ADILSON LUIZ;
Suboficial (FN-IF) 03.9073.50 ROBSON SANTOS DE JESUS;
Suboficial (FN-EG) 86.4915.55 JOSÉ RICARDO JUNCAL DOS SANTOS;
Suboficial (SI) 85.8776.89 LUIZ CARLOS LOPES DO NASCIMENTO;
Suboficial (DT) 86.0917.60 VALCENIR VIEIRA DA FONSECA;
Suboficial (AR) 86.0848.10 MARCIO AUGUSTO RODRIGUES FLÔRES;
Suboficial (MT) 86.1736.18 EDSON DA SILVA MANOEL;
Suboficial (DT) 85.3409.36 JORGE ELY DE OLIVEIRA SILVEIRA;
Suboficial (MO) 85.7316.09 HOMAR DE OLIVEIRA MARTINS;
Suboficial (FN-IF) 86.3445.61 JOSÉ CARLOS MUROS GOMES;
Suboficial (AV-MV) 86.5839.81 JUCEMAR BORGES DE MENEZES;
Suboficial (ES) 86.6007.11 JOSÉ AMALRI DO NASCIMENTO;
Suboficial (ES) 86.7225.57 SIREMANDINOLI FERREIRA DA SILVA;
Suboficial (ES) 86.7209.45 JOSAFÁ DOS SANTOS;
Suboficial (FN-MU) 86.5700.72 LUCIO PINHEIRO MORGADO;
Suboficial (FN-MO) 86.6085.68 KELEN VERLI MARINHO;
Suboficial (AM) 80.3689.30 ROMILDO HENRIQUE DA SILVA;
Suboficial (OS) 86.4824.16 CARLOS ALBERTO SANTOS DA ANUNCIAÇÃO;
Suboficial (CA) 86.2974.49 MANOEL SOARES JUNIOR;
Suboficial (EL) 86.2946.28 JOSENILDO RIBEIRO DO NASCIMENTO;
Suboficial (AV-RV) 86.6855.54 MARIO EGIDIO KUSS;
Suboficial (AR) 03.7081.61 CLEYTON SEVERINO DE SOUZA;
Suboficial (MR) 86.5839.99 MÁRCIO GOMES DA SILVA;
Suboficial (MO) 03.6593.30 SIDNEY DIAS DA SILVA;
Suboficial (OR) 86.7194.59 CARLOS GOMES DOS SANTOS;
Suboficial (ET) 06.8203.79 ANDERSON ANDRADE DA SILVA;
Suboficial (DT) 86.7978.24 WEDSON EMMERICK;
Suboficial (FN-IF) 86.3357.31 NEWTON LIMA CARDOSO;
Suboficial (FN-IF) 86.0416.31 MARCOS ANTONIO ANTUNES;
Suboficial (FN-IF) 06.3422.56 KLEBER NUNES DA SILVA;
Suboficial (CN) 86.3917.63 MARCIO OLIVEIRA DE MESQUITA;
Suboficial (CI) 86.4035.75 JORGE LUIS JACINTO DA SILVA;
Suboficial (CN) 86.2943.51 MARCIO ALVES DE SOUZA;
Suboficial (AR) 86.4268.00 JOSÉ CARVALHO DO AMARAL JUNIOR;
Suboficial (MC) 86.7094.61 HELDO HORION DE ANDRADE;
Suboficial (FN-EN) 86.2503.45 FRANCISCO EDUARDO CUNHA;
Suboficial (FN-CN) 86.8481.35 SAMUEL ALVES DE SOUZA;
Suboficial (FN-AT) 86.6080.29 ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS;
Suboficial (FN-EG) 86.8503.85 JOÃO BATISTA FRANÇA;
Suboficial (FN-ES) 86.8300.23 JAIR ALVES BRASIL;
Suboficial (OS) 86.5804.34 PAULO ROBERTO DA CONCEIÇÃO SOARES;
Suboficial (EF) 86.3685.83 IVAN CLAUDIO NUNES DA SILVA;
Suboficial (HN) 86.4790.16 MANOEL SILVEIRA;
Suboficial (MR) 86.5098.45 EVANDRO RILDO OLIVEIRA NUNES;
Suboficial (MR) 06.7619.33 UBIRAJARA ROCHA GONÇALVES;
Suboficial (EL) 86.7980.49 JHONY ROSA DUTRA;
Suboficial (FN-ES) 87.0134.95 LUIS CLAUDIO DA CONCEIÇÃO SANTIAGO;
Suboficial (FN-IF) 86.2423.85 WENCESLAU MAGNO RIBEIRO;
Suboficial (ES) 83.3442.33 AIRTON RODRIGUES DOS SANTOS JUNIOR;
Suboficial (EL) 85.9689.94 MÁRCIO DA SILVA LUCAS;
Suboficial (MG) 86.4270.41 MANOEL MARCELINO SILVA DE SOUZA;
Suboficial (AV-VN) 86.5009.11 EMILIO NUNES NEGRÃO;
Suboficial (CA) 86.5796.31 JOÃO EVANGELISTA AMARAL DAS MERCÊS;
Suboficial (OS-SB) 06.7009.77 JOSÉ NAZARENO LEITE JUNIOR;
Suboficial (MR) 86.6832.50 ADALBERTO GUIMARÃES DA SILVA;
Suboficial (FN-IF) 86.4473.51 JORGE ROBERTO RAMOS BITTENCOURT;
Suboficial (AH) 85.8417.14 JAQUELINE CLIMACO BRITES FARINA;
Suboficial (EL) 85.7486.17 MARCILIO DIAS MONTEIRO;
Suboficial (CN) 85.8728.65 MANOEL CLEVIS SAMPAIO DE OLIVEIRA;
Suboficial (OR) 86.3930.90 ROBERTO LUIZ TIBURCIO;
Suboficial (AV-MV) 86.5849.95 MARCELO BUENO CORDEIRO;
Suboficial (OS-SB) 86.7973.28 ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO;
Suboficial (EL) 86.7197.42 EDMAR WILSON DE SOUZA LIMA ESCRIVANI;
Suboficial (EF) 06.3335.83 JOSÉ LAURIANO DA FONSECA NETO;
Suboficial (MO-SB) 86.7987.74 RICARDO DE SOUZA GAÚNA;
Suboficial (FN-ES) 86.5428.85 MARCOS SANTANA DE ANDRADE;
Suboficial (FN-IF) 87.0060.06 RICARDO REIS DE SANTANA;
Suboficial (FN-IF) 86.2602.51 CLÁUDIO PEREIRA MACÊDO;
Suboficial (FN-IF) 03.5744.91 MARCO ANTONIO DE LIMA ARAUJO;
Suboficial (FN-IF) 85.6515.75 ALEXANDRE SOUZA BARROSO;
Suboficial (FN-IF) 86.0420.41 FERNANDO BRANDES DA SILVA JUNIOR;
Suboficial (AR) 86.8357.42 RONALDO GOMES LEÃO;
Suboficial (ES) 86.9106.21 NELSIMAR VELOSO DA COSTA;
Suboficial (ES) 86.9202.60 EDMAR BESSONE DE ALMEIDA;
Suboficial (ES) 86.9197.50 CLEBER DA SILVA DE OLIVEIRA;
Suboficial (ES) 86.9188.42 ALEX MELO DE ASSIS;
Suboficial (AM) 86.9221.90 JOSEILSON PEREIRA SALES;
Suboficial (CN) 86.9215.50 GUILHERME ALVES DE ARAUJO;
Suboficial (CO) 86.8897.02 RAIMUNDO MARQUES CORRÊA JÚNIOR;
Suboficial (AR) 86.8975.27 CRISTIANO FERREIRA DIAS;
Suboficial (ET-SB) 86.9684.24 PEDRO DIAS CARDOSO;
Suboficial (SI) 05.8405.11 HUMBERTO CYSNEIROS DE MACEDO;
Suboficial (CL) 87.3583.52 SAMARA CRISTIANE SOUSA E SILVA;
Suboficial (FN-IF) 86.8443.93 FLAVIO SEVERIANO DA SILVA;
Suboficial (FN-ES) 85.0651.02 ALEXANDRE SÁ GONÇALVES;
Suboficial (MR-SB) 86.9671.26 ANDRÉ RODRIGUES MOURA;
Suboficial (FN-IF) 85.8733.14 CLEUCIO WANDER COELHO;
Suboficial (FN-EG) 86.4340.47 JERSON FREITAS SILVA;
Suboficial (FN-IF) 86.5217.99 JOÃO CLAUDIO DE ANDRADE;
Suboficial (DT-SB) 86.9096.14 ADRIANO AZEVEDO RÊGO;
Suboficial (ES) 87.0702.60 CARLOS ALBERTO PAGLIASSE;
Suboficial (CO) 87.0704.72 MARCELO GOMES PINTO;
Suboficial (CN) 87.1336.61 JOHNNY FERREIRA APOLÔNIO;
Suboficial (MA-SB) 87.2221.83 FRANKLIN ALVES DE ANDRADE;
Suboficial (FN-ES) 86.4478.82 MARCELO DA SILVA ROLEIRA;
Subtenente Com ARTUR CELSO DE ALMEIDA SANTOS;
Subtenente Eng MARCELO APARECIDO DA SILVA;
Suboficial (Refº-EP) 69.1700.45 ALCIDES PEREIRA DA SILVA;
Suboficial (Refº-ES) 76.3331.32 RAIMUNDO ELIFRAZIO DA SILVA;
Suboficial (Refº-CN) 79.1049.32 JORGE ANTONIO BÁFICA DE ALMEIDA;
Suboficial (Refº-CN) 80.2212.71 LUIZ ADALBERTO DE FREITAS SILVA;
Suboficial (RM1-OS) 86.1615.55 ALEXANDRE HENRIQUE MORENO DE ARAÚJO;
Suboficial (RM1-MA) 86.1907.17 EDUARDO MORAIS DA CRUZ;
Primeiro-Sargento (CL) 95.0923.58 RENATA ROCHA DA SILVA MACHADO;
Primeiro-Sargento (PD) 06.3055.71 FERNANDA GABRIELA CONSENZA MENDES;
Primeiro-Sargento (GR) 96.0941.68 GLEIBY DA SILVA VIDAL;
Primeiro-Sargento (CL) 96.0943.03 NORMA CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA;
Primeiro-Sargento (CL) 96.0942.81 MONICA PEREIRA CARDOSO PINTO;
Primeiro-Sargento (FN-CN) 86.8120.84 JOSÉ MARIO COSTA DA SILVA;
Primeiro-Sargento (CL) 97.0966.95 DÉBORA CRISTINA MARIA VELHO;
Primeiro-Sargento (FN-IF) 87.1566.10 FLÁVIO ANTONIO VITOR HIPÓLITO;
Primeiro-Sargento (ET) 87.1961.91 PABLO DA SILVA FREITAS;
Primeiro-Sargento (FN-BD) 87.2908.71 FRANCINALDO DE OLIVEIRA SILVA;
Primeiro-Sargento (SI) 06.5189.74 FILIPE CABUGÁ MUNIZ DA SILVA;
Primeiro-Sargento (MR) 06.8598.28 HARRISON ROMEIRO DE LIMA;
Primeiro-Sargento (CO-SB) 95.0936.05 ANDRÉ DE ABREU CRAVERI;
Primeiro-Sargento (CO) 95.0926.17 EMERSON DE AZEVEDO CARVALHO;
Primeiro-Sargento (AR) 96.0879.27 EDUARDO DE OLIVEIRA;
Primeiro-Sargento (EF) 96.0422.14 LUIZ CLAUDIO RUFINO DA SILVA;
Primeiro-Sargento (SAD) LUCIANO BELARMINO REIS;
Segundo-Sargento (FN-MO) 86.1017.57 ANTÔNIO GILSON GOMES DA SILVA;
Segundo-Sargento (CA) 86.2320.96 RONALDO VIANA FRANCISCO;
Segundo-Sargento (FN-IF) 03.5933.12 CÂNDIDO DOS SANTOS SIMÕES;
Segundo-Sargento (FN-IF) 06.3441.51 JORGE RICARDO VIEIRA DOS SANTOS;
Segundo-Sargento (CN) 86.5803.11 HELDER JULIÃO BERNARDO;
Terceiro-Sargento (FN-MO) 85.7757.20 JUSCELINO FERNANDES RAYMUNDI; e
Terceiro-Sargento (AR) 86.6245.12 MATEUS ZORZO.

Brasília, 23 de maio de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

DECRETO DE 23 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 12 e art. 29 do Regulamento da Ordem do Mérito Naval, aprovado pelo Decreto nº 3.400, de 3 de abril de 2000, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve

ADMITIR,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, as seguintes instituições:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO;
DIRETORIA DE OBRAS CIVIS DA MARINHA;
CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA;
ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS;
PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE SÃO PAULO;
BATALHÃO NAVAL;
BATALHÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DE FUZILEIROS NAVAIS;
CORVETA JULIO DE NORONHA;
NAVIO FAROLEIRO ALMIRANTE GRAÇA ARANHA;
GRUPAMENTO DE MERGULHADORES DE COMBATE;
NAVIO-PATRULHA FLUVIAL RORAIMA;
REBOCADOR DE ALTO-MAR TRITÃO;
REBOCADOR DE ALTO-MAR TRIUNFO;
REBOCADOR DE ALTO-MAR ALMIRANTE GUILLOBEL;
NAVIO-VARREDOR ARATU;
NAVIO-PATRULHA PIRATINI; e
NAVIO-PATRULHA PAMPEIRO.

Brasília, 23 de maio de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 278, de 22 de maio de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.936.

Nº 279, de 22 de maio de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.932.

Nº 280, de 23 de maio de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente no Principado de Andorra.

Nº 281, de 23 de maio de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019.

Nº 282, de 23 de maio de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 35.661.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 862, DE 22 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121, inciso VII do Regimento Interno aprovado pela Portaria/INCRA/P/nº 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 23 do dia seguinte, e;

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT, e as Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Córrego de Ubaranas, elaborado pela Comissão instituída pela Ordem de Serviço/INCRA/SR.(02)/Nº 57, de 15 de outubro de 2012;

Considerando os termos da Ata de 17 de novembro de 2015, da 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra SR-02 no Estado do Ceará, que aprovou o citado Relatório Técnico; e

Considerando tudo o quanto mais consta dos autos dos Processos Administrativos INCRA/SR-02/CE nº 54130.003129/2010-01, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo do Córrego de Ubaranas, a área de 1.626,8176 ha (hum mil e seiscentos e vinte e seis hectares, oitenta e um ares e setenta e seis centiares), situada no Município de Aracati, no Estado do Ceará.

§ 1º Os limites e confrontações do território quilombola do Córrego de Ubaranas são: ao norte com a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÍTIO CÓRREGO D'ÁGUA, JOSÉ ANTÔNIO CALIXTO PINHEIRO E BR-304; ao leste com ANTÔNIO AMÉRICO PORTO E COPAN; ao sul com o PA TERRA ESPERANÇA (IDACE); ao oeste com MARIA EUNICE FREITAS SILVA.

§ 2º A planta e memorial descritivo encontram-se disponíveis no Processo Administrativo nº 54130.003129/2010-01 e no Acervo Fundiário do INCRA pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

PORTARIA Nº 863, DE 22 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 107, inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, resolve:

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT, e as Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidades Remanescentes de Quilombos Caônge, Dendê, Engenho da Praia, Engenho da Ponte e Calembá, elaborado pela Comissão instituída pelas Ordens de Serviço/INCRA/SR.05/Nº(s) 20/2012, 55/2012 e 36/2013, dos dias 13/02/2012,30/04/2012 e 11/03/2013, respectivamente.

Considerando os termos da ATA/REUNIÃO/CDR/SR-05/Nº19/2015, de 24 de agosto de 2015, da Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra SR-05 no Estado do Bahia, que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos dos Processos Administrativos INCRA/SR-05/BA nº 54160.003747/2011-77, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos Caônge, Dendê, Engenho da Praia, Engenho da Ponte e Calembá, a área de 973,0591 ha (novecentos e setenta e três hectares cinco ares e noventa e hum centiares), situada no Município Cachoeira, no Estado Bahia.

Parágrafo 1º Os limites e confrontações do Território Quilombola Caônge, Dendê, Engenho da Praia, Engenho da Ponte e Calembá são: ao norte com a Fazenda Opalma, Rio Sucupemba, Estrada Vicinal e a Fazenda Cabonha; a leste com Fazenda Opalma, Rio Sucupemba, Estrada Vicinal, Faixa de Domínio da BA-880, Marina Aragão e RESEX Marinha Baía do Iguape; ao sul com Estrada Vicinal, Faixa de Domínio da BA-880, Marina Aragão e RESEX Marinha Baía do Iguape; a oeste com RESEX Marinha Baía do Iguape, Fazenda Opalma, Estrada Vicinal, Rio Sucupemba e Fazenda Cabonha.

Parágrafo 2º A planta e memorial descritivo encontram-se disponíveis no Processo Administrativo nº 54160.003747/2011-77 e no Acervo Fundiário do INCRA pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 17 DE MAIO DE 2018

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º e 7º do Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art. 11, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 9 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2018, tendo em vista a decisão adotada em sua 680ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2018, e

Considerando os termos e exposições constantes no Processo nº 54700.001261/2006-82, referente à regularização fundiária da Comunidade Remanescente de Quilombo Mesquita, localizada no Estado de Goiás;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização fundiária das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Mesquita, elaborado pela Comissão instituída pela ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-28/DFE/G/Nº 07, de 19 de fevereiro de 2009;

Considerando os termos e exposições constantes na INFORMAÇÃO TÉCNICA/Nº 01/2017 - INCRA/DFQ, fls. 6956 a 6969, INFORMAÇÃO TÉCNICA/Nº 02/2017 - INCRA/DFQ, fls. 6970/6974) e PARECER/Nº 00045/2017/CGA/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU, fls. 6978 a 6988, presentes no Processo Administrativo INCRA nº 54700.001261/2006-82 e NOTA nº 00162/2017/CGA/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU aprovada pelo DESPACHO nº 00930/2017/GAB/PFE/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU;

Considerando a proposta formulada pela Associação Renovadora Quilombo de Mesquita - Associação-mãe e legítima representante da comunidade perante o INCRA e a Fundação Cultural Palmares - FCP acerca dos limites do território;

Considerando o disposto no art. 6, do Decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais;

Considerando o disposto no art. 22, do Estatuto Social da Associação Renovadora do Quilombo de Mesquita; resolve:

Art. 1º. Julgar improcedente os recursos interpostos por Benedito Bosco da Cruz (fls. 5769/5785); Darci Silva Alencar (fls. 5802/5818); Otávio de Sousa Lima Mascarenhas (fls. 5834/5850); Francisca Ambrósio do Nascimento (fls. 5867/5883); José Garcia Bueno (fls. 5900/5916); Milton Vieira Alves Júnior (fls. 5932/ 5948); Lucia Nery (fls. 5965/5981); Luciano Soares Pinto (fls. 6000/6016); Sérgio Augusto Kurovski (fls. 6033/6049); Maria Luiza Rocha Pupe e Roberto Sábato Cláudio Moreira Júnior (fls. 6066/6082); Roberto Sebastião Moreira Rodrigues (fls. 6100/6116); Arcísio Rocha da Silva (fls. 6133/6149); João Batista Orestes Ferreira (fls. 6166/6182); José Cassio Froes de Moraes (fls. 6201/6217); Maria do Carmo Tenório (fls. 6234/6250); Sueli de Paula Silva (fls. 6267/6283); Divitex Pericumã Empreendimentos Imobiliários S/A (fls. 6300/6316) - sem procuração; Taquari Empreendimentos e Participações Ltda. (fls. 6333/6349); Sebastião Eduardo Mariano (fls. 6366/6382); Expedito Afonso Veloso (fls. 6401/6417); Alberto Luiz Gerardi (fls. 6438/6487); Associação dos Pequenos Produtores de Mesquita e Água Quente - APROMAQ (fls. 6471/6487); Delma Égide Muraro Vidal (fls. 6503/6529); Fábio Correia de Oliveira (fls. 6536/6554) - sem procuração; Olívio de Paiva Tormin (fls. 6631/6647); Fábio Correia de Oliveira (fls. 6576/6588); TarikFaraj Vieira (fls. 6591/6606); JHE Empreendimentos Imobiliários Ltda., GT - Investimentos e Participações Ltda. e Rio Itajaí - Empreendimentos Imobiliários S/A (fls. 6664/6670); Lélio Tadeu dos Reis (fls. 6616/6625); Associação Renovadora do Quilombo Mesquita (fls. 6675/6690); Divitex Pericumã Empreendimentos Imobiliários S/A (6732/6780), conforme voto s/n, da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF.

Art. 2º Aprovar o requerimento apresentado pela Associação Renovadora do Quilombo Mesquita, para autorizar o Presidente do Incra a editar a Portaria prevista no art. 17 da Instrução Normativa Incra nº 57/2009, reconhecendo e declarando como Território Quilombola Mesquita, a área de 761,2570 ha (setecentos e sessenta e um hectares, vinte e cinco ares e setenta centiares), já ocupada pelos remanescentes dos quilombolas, que deverá ser acrescida pelas manchas de vegetação, hidrografia e sistema viário existente, definidas na Zona Urbana Especial - ZUE, de que trata o artigo 84, do novo Plano Diretor do Município de Cidade Ocidental/GO, perfazendo o total de 971,4285 há (novecentos e setenta e um hectares, quarenta e dois ares e oitenta e cinco centiares), constantes dos autos do processo administrativo 54700.001261/2006-82.

Art. 3º Condicionar a publicação da portaria nos termos do parágrafo anterior à comprovação pela Associação Renovadora do Quilombo de Mesquita, no prazo de 90 (noventa) dias, de que a proposta de redução do território seja devidamente submetida pela entidade para discussão e aprovação pela maioria dos integrantes da Associação, nos termos do seu Estatuto, em assembleia devidamente convocada para essa finalidade, na qual tenha sido assegurada a participação e livre manifestação consciente de todos.

Parágrafo Único. Esclarecer que a comprovação exigida no caput seja feita juntando aos autos, dentre outros documentos reputados relevantes, no mínimo: *i)* edital de convocação da assembleia para essa finalidade, com a demonstração de sua ampla divulgação prévia; ii) ata da assembleia com a síntese das discussões, propostas debatidas e levadas à votação, com respectivo número de votos; iii) lista de presença dos associados que participaram da assembleia e votantes.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo nº 00100.000011/2018-07
Interessado: AR HGL

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR HGL, vinculada à AC VALID RFB, com sede no endereço na Rua Prefeito Pedro Moreira Borges, nº 350 - Apto 01 - Sala 01, Centro - Estiva/MG

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Processo nº 00100.005190/2018-61
Interessado: AR CERTIFICA MINAS

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTIFICA MINAS, vinculada à AC SOLUTI JUS.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.879/SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 9º, parágrafo único, do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, o disposto na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e o que consta do Processo nº 53524.004908/2016-15, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 2.153/2018/SEI-MCTIC, no Despacho Interno CGFI 2825835, e no Parecer Jurídico n.º 285/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art.1º Extinguir, a pedido da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, a partir de 06 de setembro de 2016, as autorizações que lhes foram outorgadas por intermédio dos seguintes atos:

PORTARIA	DATA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
335	15 de dezembro de 1986	5 de janeiro de 1987
155	1 de junho de 1988	16 de agosto de 1988
38	18 de fevereiro de 1980	6 de março de 1986

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.412/SEI, DE 8 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o art. 6º, parágrafo 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, inciso III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista a Concorrência n.º 65/2000-SSR/MC e o que consta do Processo n.º 53710.000749/2000-15, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Comunicar Sociedade Comercial Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasilândia de Minas, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 3.825, DE 21 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53500.014134/2015-28.

Declara a extinção, por decurso de prazo, da outorga do Serviço de TV a Cabo expedida à LINK TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 03.452.898/0001-27, expedida através Ato nº 10.938, de 17 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2000, com efeitos a partir de 60 (sessenta) dias contados de sua notificação deste Ato. A extinção não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da outorga anteriormente expedida. Determina que a LINK TELECOMUNICAÇÕES LTDA. expeça, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação deste Ato, correspondência aos seus usuários, na qual sejam comunicadas a extinção de sua outorga, com o consequente encerramento das atividades relativas ao Serviço de TV a Cabo, e a possibilidade de resolução contratual sem cobrança adicional de multa ou eventuais acréscimos.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.826, DE 21 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53500.049759/2017-72.

Anula o Ato nº 7.327, de 15 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 6 de abril de 2017.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATOS DE 14 DE MAIO DE 2018

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço à: Nº 3.646 - CONDOMÍNIO SHOPPING BELLA CITTA, CNPJ nº 04.564.926/0001-60; Nº 3.654 - RAFAEL MULLER, CPF nº 015.934.410-70.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à: Nº 3.651 - MAISGAS COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA, CNPJ nº 01.898.138/0001-12.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 3.839, DE 18 DE MAIO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) GOCIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0017-12 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 3.835, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53516.001839/2018-59.

Outorga autorização para uso de radiofrequência à METROPOLITANA VIGILANCIA COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 75.092.593/0001-62, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 4 DE MAIO DE 2018

Nº 3.378 - Processo nº 53504.000703/2018-61.

Expede autorização à USINA RIO PARDO S/A, CNPJ nº 08657268000102, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.380 - Processo nº 53504.012193/2017-93.

Expede autorização à WSC AGROPECUÁRIA S/A, CNPJ nº 11266165000126, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 3.450, DE 8 DE MAIO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequências à COIM BRASIL LTDA, CNPJ nº 65.426.538/0001-08 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 9 DE MAIO DE 2018

N° 3.488 - Outorga autorização para uso de radiofrequência à GLENCANE BIOENERGIA S/A, CNPJ nº 68.316.801/0001-02 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

N° 3.490 - Outorga autorização para uso de radiofrequências ao MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA, CNPJ nº 44.847.663/0001-11 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

N° 3.509 - Expede autorização à ALVES & BATISTA ALARMES LTDA - ME, CNPJ nº 08.308.418/0001-72 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

Nº 3.514 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ, CNPJ nº 62.070.362/0001-06 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 10 DE MAIO DE 2018.

Nº 3.549 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à RÁDIO AREIA BRANCA LTDA - EPP, CNPJ nº 01.820.127/0001-10, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas.

Nº 3.551 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à RÁDIO AURI VERDE DE BAURU LTDA, CNPJ nº 45.002.441/0001-60, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas.

N° 3.553 - Expede autorização à SIS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 19.947.036/0001-05 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

N° 3.561 - Processo nº 53504.000717/2018-84.

Expede autorização à RAIZEN ENERGIA S/A, CNPJ nº 08.070.508/0157-95, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

N° 3.562 - Processo nº 53504.002395/2018-16.

Expede autorização à RAIZEN ENERGIA S/A, CNPJ nº 08.070.508/0158-76, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

N° 3.564 - Processo nº 53504.003294/2018-54.

Expede autorização à AGROPECUÁRIA TRM LTDA, CNPJ nº 22.339.538/0001-68, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

N° 3.566 - Processo nº 53504.003474/2018-36.

Expede autorização a JOSÉ JACINTHO NETO, CPF nº 779.620.878-20, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

N° 3.569 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à TIM CELULAR S/A, CNPJ nº 04.206.050/0001-80 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 11 DE MAIO DE 2018

N° 3.593 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à GOCIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0012-08 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

N° 3.609 - Expede autorização a RIO SAPUCAÍ MIRIM ENERGIA LTDA, CNPJ nº 06.308.734/0001-19 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

N° 3.631 - Processo nº 53504.003671/2018-55.

Expede autorização à GTA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 12.637.331/0001-16, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATOS DE 16 DE MAIO DE 2018

Nº 3.727 - Outorga autorização para uso de radiofrequência a GERALDO RIBEIRO DE MENDONÇA JÚNIOR, CPF nº 114.999.958-65 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 3.728 - Prorroga autorização para uso de radiofrequências à ABSOLUT FOX SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 13.189.847/0001-08 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 3.729 - Expede autorização à NEXUS VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 06.911.840/0003-54 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

N° 3.730 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à SOCIEDADE ALPHAVILLE RESIDENCIAL 9, CNPJ nº 57.387.144/0001-60 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 22 DE MAIO DE 2018

Nº 3.841 - Processo nº 53500.018931/2018-27.
Autoriza a COMERCIAL SAMBAIBA DE VIATURAS LTDA, CNPJ nº 03.013.854/0002-81, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação na cidade de São Paulo/SP, no período de 25 de maio de 2018 a 27 de maio de 2018.

Nº 3.842 - Processo nº 53500.018367/2018-42.
Autoriza a TELEVISAO LAGES LTDA, CNPJ nº 83.012.013/0001-08, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação na cidade de Lages/SC, no período de 25 de maio de 2018 a 3 de junho de 2018.

Nº 3.843 - Processo nº 53500.017730/2018-11.
Autoriza a MOTTIN RACING LTDA, CNPJ nº 03.406.065/0001-20, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação na cidade de São Paulo/SP, no período de 25 de maio de 2018 a 27 de maio de 2018.

Nº 3.844 - Processo nº 53500.017724/2018-55.
Autoriza a DOSSENA E VASCONCELOS SERV AUTOM LTDA ME, CNPJ nº 16.796.265/0001-88, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação na cidade de São Paulo/SP, no período de 25 de maio de 2018 a 27 de maio de 2018.

Nº 3.845 - Processo nº 53500.015800/2018-98.
Autoriza a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDUSTRIA, CNPJ nº 33.665.126/0001-34, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação em Brasília/DF, no período de 24 de maio de 2018 a 22 de julho de 2018.

Nº 3.865 - Processo nº 53500.017972/2018-04.
Autoriza a GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 30 de maio de 2018 a 28 de julho de 2018.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.877/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de maio de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo nº. 01200.005660/2013-16
Requerente: KWS Melhoramento e Sementes Ltda.
CQB: 347/14
Endereço: Rua Professor Viriato Paragoti de Souza, 3901, Curitiba, PR
Assunto: Cancelamento de CQB
Decisão: DEFERIDO
A CTNBio, após apreciação de pedido de cancelamento do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB 374/14, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.
No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações -MCTIC.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.888/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 211ª Reunião Ordinária, ocorrida em 05 de abril de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo nº. 01200.000915/2012-73
Requerente: Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes
CQB: 13/97
Endereço: Unid. de Pesquisa e Beneficiamento Brasília/DF, 73310-970, Planaltina, DF
Assunto: Plano de Monitoramento (Interrupção/Substituição)
Decisão: DEFERIDO
A CTNBio, após apreciação de pedido de autorização para a interrupção, por meio de substituição, do plano de monitoramento do milho TC1507 x MON810 (processo 01200.000915/2012-73) pelo plano de monitoramento do milho MIR162 x TC1507 x MON810 x NK603 (processo 01200.000778/2013-58), concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.
No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações -MCTIC.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.889/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 211ª Reunião Ordinária, ocorrida em 05 de abril de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo nº. 01200.000914/2012-29
Requerente: Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes
CQB: 13/97
Endereço: Unid. de Pesquisa e Beneficiamento Brasília/DF, 73310-970, Planaltina, DF
Assunto: Plano de Monitoramento (Interrupção/Substituição)
Decisão: DEFERIDO
A CTNBio, após apreciação de pedido de autorização para a interrupção, por meio de substituição, do plano de monitoramento do milho TC1507 x MON810 x NK603 (processo 01200.000914/2012-29) pelo plano de monitoramento do milho MIR162 x TC1507 x MON810 x NK603 (processo 01200.000778/2013-58), concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.
No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações -MCTIC.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.890/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 211ª Reunião Ordinária, ocorrida em 05 de abril de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo nº. 01200.005952/2013-59
Requerente: Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes
CQB: 13/97
Endereço: Unid. de Pesquisa e Beneficiamento Brasília/DF, 73310-970, Planaltina, DF
Assunto: Plano de Monitoramento (Interrupção/Substituição)
Decisão: DEFERIDO
A CTNBio, após apreciação de pedido de autorização para a interrupção, por meio de substituição, do plano de monitoramento do plano de monitoramento do milho TC1507 x MON810 x MIR162 (processo 01200.005952/2013-59) pelo plano de monitoramento do milho MIR162 x TC1507 x MON810 x NK603 (processo 01200.000778/2013-58), concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.
No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações -MCTIC.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 2.096/SEI, DE 20 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.009241/2018-72, resolve:
Art. 1º Consignar à NOSSO LAR SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Areia Branca/SE, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.252/SEI, DE 25 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.013935/2018-12, resolve:
Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ATALAIA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Itabaiana/SE, o canal 35 (trinta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 596 a 602 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.281/SEI, DE 26 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.018222/2018-37, resolve:
Art. 1º Consignar à NOSSO LAR SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA. autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de PILAR/AL, o canal 16 (dezesseis), correspondente à faixa de frequência de 482 a 488 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.
Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.422/SEI, DE 4 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.013314/2018-21, resolve:

Art. 1º Consignar à FSM COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Bayeux/PB, o canal 14 (catorze), correspondente à faixa de frequência de 470 a 476 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.425/SEI, DE 4 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.018201/2018-11, resolve:

Art. 1º Consignar à SF SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Pilar/AL, o canal 29 (vinte e nove), correspondente à faixa de frequência de 560 a 566 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.446/SEI, DE 8 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.013347/2018-71, resolve:

Art. 1º Consignar à SM COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Cabedelo/PB, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.447/SEI, DE 8 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.013694/2018-01, resolve:

Art. 1º Consignar à NOSSO LAR SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Mari/PB, o canal 29 (vinte e nove), correspondente à faixa de frequência de 560 a 566 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.457/SEI, DE 8 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.013362/2018-19, resolve:

Art. 1º Consignar ao NOSSO LAR SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA., autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Conde/PB, o canal 29 (vinte e nove), correspondente à faixa de frequência de 560 a 566 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.479/SEI, DE 8 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.018598/2018-41, resolve:

Art. 1º Consignar à SM COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Rio Largo/AL, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.492/SEI, DE 8 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.010944/2018-43, resolve:

Art. 1º Consignar à FSM COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de São Cristóvão/SE, o canal 44 (quarenta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 650 a 656 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.515/SEI-MCTIC, DE 11 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.019624/2018-59, resolve:

Art. 1º Consignar à SM COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de São Miguel dos Campos/AL, o canal 29 (vinte e nove), correspondente à faixa de frequência de 560 a 566 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.516/SEI, DE 11 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.019385/2018-37, resolve:

Art. 1º Consignar à FSM COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de São Miguel dos Campos/AL, o canal 32 (trinta e dois), correspondente à faixa de frequência de 578 a 584 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.539/SEI, DE 11 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.014867/2018-09, resolve:

Art. 1º Consignar à SF SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Atalaia/AL, o canal 48 (quarenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 674 a 680 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.664/SEI, DE 17 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.026456/2018-58, resolve:

Art. 1º Consignar à SM COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Campo Grande/MS, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.736/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 01250.007034/2018-83, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV IMPERADOR LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Franca, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, com utilização de tecnologia digital, município de Guariba, estado de São Paulo, por meio do canal 35 (trinta e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 862/SEI, DE 18 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 53528.001138/2016-19, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 10959/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela ALBARELLO E FOLLE COMUNICAÇÕES LTDA, no município de Palmitinho, estado do Rio Grande do Sul.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 940/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 1º, inciso VI, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o disposto na Portaria nº 4.287 de 21 de setembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital, bem como o que consta no Processo nº 01250.079733/2017-44, resolve:

Art. 1º Tornar público o indeferimento pela continuidade do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, em tecnologia digital, das entidades abaixo relacionadas.

Entidade	CNPJ	Localidade/UF	Canal Analógico	Canal Digital	Caráter	Nº de Protocolo de Manifestação de Interesse	Motivo do Indeferimento
PABLO COMUNICAÇÕES LTDA.	14.168.062/0001-11	ITABAIANA/SE	27	15	S	01250.013859/2018-37	A entidade está irregular junto ao Fistel.
PABLO COMUNICAÇÕES LTDA.	14.168.062/0001-11	NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE	30	26	S	01250.010300/2018-55	A entidade está irregular junto ao Fistel.

Art. 2º As notas técnicas a respeito dos indeferimentos estarão à disposição dos interessados nos autos dos processos a partir da publicação do presente Despacho.

Art. 3º As entidades acimas relacionadas poderão solicitar o reexame das análises dos pleitos, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, pelo endereço http://sistema.mc.gov.br/manifestacao, se o pedido foi via Sequencial, ou pelo CADSEI se foi via protocolo.

Art. 4º Não havendo pedido de reexame do indeferimento, os autos serão arquivados.

Art. 5º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 648/SEI, DE 25 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.013287/2018-96, resolve:

Autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da SF SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de ALHANDRA, estado da PARAÍBA, utilizando o canal nº 32 (trinta e dois), nos termos da Nota Técnica nº 8127/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 713/SEI, DE 30 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.013719/2018-69, resolve:

Autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da FSM COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de SANTA RITA, estado da PARAÍBA, utilizando o canal nº 30 (trinta), nos termos da Nota Técnica nº 8868/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 752/SEI, DE 8 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.014996/2018-99, resolve:

Autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da NOSSO LAR SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MARECHAL DEODORO, estado de ALAGOAS, com possibilidade de utilização do canal digital nº 34 (trinta e quatro) a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 9298/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 821/SEI, DE 15 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.018279/2018-36, resolve:

Autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da FSM COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de RIO LARGO, estado de ALAGOAS, utilizando o canal nº 34 (trinta e quatro), nos termos da Nota Técnica nº 10249/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 870/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.025501/2018-57, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO E TELEVISÃO CANAL 29 DO PARANÁ LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de CAMBÉ-PR, utilizando o canal n.º 239 (duzentos e trinta e nove), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 11101/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A

CNPJ: nº 00.336.701/0001-04
NIRE: 5330000223/1

ATA DA 46ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2018

Aos 12 (doze) dias do mês de abril de 2018 (dois mil e dezoito), às 15:00 horas, na sede da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS, situada no SCS - Quadra 9 - Bloco "B" - Salas 301 a 305 - Brasília - DF - CEP 70308-200, Distrito Federal, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, os acionistas da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras, representando mais de 2/3 do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. Declarando instalada a Assembleia, o Presidente do Conselho de Administração, ANDRÉ MÜLLER BORGES, nos termos do artigo 17, §2º do Estatuto Social, passou a presidir os trabalhos e indicou como secretária Mariza Soares Neves, o que foi aprovado pelos acionistas presentes. Iniciando os trabalhos o Presidente da Mesa convidou para fazer parte dela, os (as) senhores (as): LIANA DO REGO MOTTA VELOSO, Procuradora da Fazenda Nacional, representante do acionista controlador, União, designado pela Portaria PGFN n.º 128, de 12 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 14 de março de 2018, edição 50, seção 2, página 35; e FRANCKLIN ANDRADE MATTAR FURTADO, representante do Conselho Fiscal e representante do Ministério Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em cumprimento ao disposto no artigo 164 da Lei 6.404/76. O Presidente da Mesa informou que se encontrava presente o Senhor LUIZ OLAVO COSTA SIQUEIRA, representante da Taticca Auditores Independentes - S/S, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 134 da Lei 6.404/76. Em seguida, o Presidente expôs que a Assembleia realiza-se na forma do Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária - AGO, publicado no Diário Oficial da União - DOU, nas edições dos dias 12, 13 e 14/03/2018, e no Jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 12, 13 e 14/03/2018, no prazo e forma estabelecidos no inciso II do art. 124 da Lei n° 6.404/76, com a seguinte Ordem do Dia: 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social de 2017; 2. Proposta da Administração para destinação do resultado; 3. Eleição de membro titular do Conselho Fiscal indicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Senhora Viviana Simon; 4. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria. Passando ao exame dos itens do Edital, o Presidente da Mesa submeteu à Assembleia o item

1 da Ordem do Dia da A.G.O., referente ao Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Telebras, relativos ao exercício social de 2017, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes. O Presidente da Assembleia informou que os documentos relativos a este item 1 da Ordem do Dia foram colocados à disposição dos acionistas em Aviso publicado no Diário Oficial da União - DOU, na edição do dia 12/03/2018, e no jornal Valor Econômico, na edição do dia 12/03/2018; o conjunto de documentos relativos ao Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foi publicado, na íntegra, no Diário Oficial da União (DOU) e no jornal Valor Econômico do dia 04/04/2018, na forma prevista no artigo 133 da Lei 6.404/76. Sobre os referidos documentos, o Conselho Fiscal da TELEBRAS emitiu parecer, nos seguintes termos: "O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS, em cumprimento ao disposto no art. 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404, de 1976, e no art. 70, incisos II, do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2017, compostas pelos documentos: Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas; Balanços patrimoniais; Demonstrações dos resultados; Demonstrações dos resultados abrangentes; Demonstrações das mutações do patrimônio líquido; Demonstrações dos fluxos de caixa; Demonstrações do Valor Adicionado, e Notas explicativas às demonstrações contábeis. Após análise e esclarecimentos apresentados pela Diretoria da Telebras e pela representante da Auditoria independente, e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes - Taticca Auditores Independentes S.S opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, na forma estatutária e regimental acima mencionado. Brasília-DF, 08 de março de 2018. Marcelo Senna Vale Pioto - Presidente, Tarcísio Bastos Cunha - Conselheiro Suplente, Amir George Francis Matta - Conselheiro, Antônio Carlos da Silva Estevão - Conselheiro, Cristina Vidigal Cabral de Miranda - Conselheira Suplente". Submetido à discussão o item 1 da ordem do dia, conforme voto da União, no seguinte teor: 1) "pela aprovação do Relatório Anual da Administração da TELEBRAS e das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2017, conforme proposta da administração". O posicionamento do acionista controlador foi seguido pela maioria dos presentes, registrando 1 (uma) aprovação que representa 35.130,466 votos favoráveis e 8.171,173 votos preferencialistas, 1 (uma) aprovação que representa 193 votos preferencialistas. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente da Mesa submeteu à apreciação dos acionistas o item 2 da Ordem do Dia, Proposta da Administração para destinação do resultado no seguinte teor: "Senhores Acionistas, em cumprimento aos dispositivos legais e conforme previsto ainda no artigo nº 21 do Estatuto Social, que rege a matéria, está Administração propõe à Assembleia, que a destinação do prejuízo líquido do exercício de 2017, no valor de R$ 243.816.961,83 (duzentos e quarenta e três milhões, oitocentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e um reais e oitenta e três centavos), seja registrada na conta de Prejuízos Acumulados, para futura absorção de lucros e/ou diminuição do capital social - Brasília-DF 08 de março de 2018 - André Müller Borges - Presidente, Maximiliano Salvadori Martinhão - Conselheiro, Renato Rodrigues Vieira - Conselheiro, Hélio Marcos Machado Graciosa - Conselheiro, Márcio Barreira Campello - Conselheiro, Lauro Arcângelo Zanol - Conselheiro, Fabrício de Souza Duarte - Conselheiro, Alfonso Orlandi Neto - Conselheiro". A proposta foi submetida à discussão o item 2 da ordem do dia, tendo o acionista majoritário, por seu representante, emitido a seguinte manifestação de voto: 2) "pela aprovação da destinação do resultado do exercício de 2017, conforme proposta da administração". O posicionamento do acionista controlador foi seguido pela maioria dos presentes, registrando 1 (uma) aprovação que representa 35.130,466 votos favoráveis e 8.171,173 votos preferencialistas, 1 (uma) aprovação que representa 193 votos preferencialistas. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente da Mesa submeteu à apreciação dos acionistas o item 3 da Ordem do Dia, relativo à eleição de membro titular do Conselho Fiscal indicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Senhora VIVIANA SIMON, brasileira, solteira, advogada, CPF: 843.598.469-91, RG 2.913.113-SSP/DF, SQN 106, bloco i, aptº. 104, Asa Norte, CEP 70742-090 - Brasília-DF. Submetido à discussão o item 3 da Ordem do Dia, tendo o acionista majoritário, por seu representante, emitido a seguinte manifestação de voto: 3) pela eleição, como membro titular do Conselho Fiscal, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Senhora VIVIANA SIMON, tendo em vista que seu nome foi aprovado pela Casa Civil da Presidência da República e pela Comissão de Elegibilidade da Companhia, na forma da legislação em vigor". O posicionamento do acionista controlador foi seguido pela maioria dos presentes, registrando 1 (uma) aprovação que representa 35.130,466 votos favoráveis e 8.171,173 votos preferencialistas, 1 (uma) abstenção que representa 193 votos preferencialistas. O Presidente da Mesa informou que o mandato da Conselheira Fiscal, ora eleita será de 2 (dois) exercício anual, na forma do art. 65, parágrafo 1º do Estatuto Social da Empresa, encerrando-se na Assembleia Geral Ordinária do ano de 2020. Dando continuidade aos trabalhos, passou-se ao item 4 da Ordem do Dia, relativo à Fixação da Remuneração dos Membros da Diretoria e dos Conselheiros do Conselho de Administração do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. Submetido à discussão o item 4 da Ordem do Dia, tendo o acionista majoritário, por seu representante, emitido a seguinte manifestação de voto: 4) "conforme a orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, constante do Ofício nº 20240/2018-MP, de 2 de abril de 2018, e nos termos da Nota Técnica 4061/2018-MP, e tendo em vista o art. 41, inciso VI, alínea "i", do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, da seguinte forma: a) fixar em até R$ 5.302.381,34 a remuneração global a ser paga aos administradores dessa empresa, no período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019; b) recomendar a observância dos limites individuais definidos pela SEST, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses, por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela anexa, atendo-se ao limite global definido na alínea "a"; c) delegar ao Conselho de Administração a competência para autorizar o pagamento efetivo mensal da remuneração, observado o limite global e individual previstos nas alíneas "a" e "b", respectivamente; d) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; e) vedar expressamente o repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT na sua respectiva data-base; f) vedar o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta assembleia para os administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos Lei nº 6.404/76, art. 152; g) caso haja algum Diretor na situação de cedido (servidor público ou empregado de outra estatal), deverá ser observado o Decreto nº 9144/2017 e a remuneração máxima a ser reembolsada é o limite individual aprovado para cada Diretor; h) caso algum Diretor seja empregado da empresa, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso nos termos da Súmula nº 269 do TST; e i) condicionar o pagamento da "quarentena" à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, nos termos da legislação vigente. j) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; e k) fixar os honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria em R$ 3.892,49. Outrossim, deverá a administração da TELEBRAS: 1) regularizar os excessos de remuneração pagas à diretoria-executiva devendo tal regularização se acompanhada pelo Conselho de Administração, conforme recomendação da SEST; 2) detalhar, para a próxima prestação de contas, os custos dos serviços prestados em nota explicativa específica e classificar os "juros sobre o capital próprio" em conjunto com os dividendos recebidos de investimentos avaliados pelo custo, conforme recomendação da STN. O posicionamento do acionista controlador foi seguido pela maioria dos presentes, registrando 1 (uma) aprovação que representa 35.130,466 votos favoráveis e 8.171,173 votos preferencialistas, 1 (uma) rejeição que representa 193 votos preferencialistas. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião para a lavratura da presente Ata, que, lida, foi aprovada e assinada pelo Presidente da Mesa, pelo representante do acionista majoritário, União, pelo Presidente do Conselho Fiscal e pela Secretária. O Presidente da mesa encerrou os trabalhos agradecendo a presença de todos os acionistas. Certifico que a Ata é cópia fiel do Livro Próprio de Atas, conforme exigência da lei número 6.404/76.

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO Nº 48, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.029560/2012-48
PRONAC nº 12-8595

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Pacatu Cultura, Educação e Aviação LTDA., CNPJ 72.783.608/0001-40, nos autos do Processo nº 01400.029560/2012-48 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00210/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Despacho nº 0528220, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO
Ministro

DESPACHO Nº 49, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.015637/2006-54
PRONAC nº 07-0165

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Faz Assessoria Planejamento e Eventos Culturais Ltda., CNPJ 94.584.216/0001-95, nos autos do Processo nº 01400.015637/2006-54 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 214/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Despacho nº 0455616/2017, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO
Ministro

DESPACHO Nº 50, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.013545/2010-16
PRONAC nº 10-5977

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente NETT Núcleo experimental Teatro de Tábuas, CNPJ 03.377.377/0001-52, nos autos do Processo nº 01400.013545/2010-16 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00216/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Relatório de Análise de Recurso nº 113/2018, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO
Ministro

DESPACHO Nº 51, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.000972/2004-96
PRONAC nº 04-0655

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pela proponente Mara Lúcia Cardoso de Aquino, CPF 499.261.016-15, nos autos do Processo nº 01400.000972/2004-96 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00188/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Relatório de Recurso nº 090/2018/G3/PASSIVO/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO
Ministro

DESPACHO Nº 52, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.002750/1999-15
PRONAC nº 99-6036

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Fundação Bienal de São Paulo, CNPJ 60.991.585/0001-80, nos autos do Processo nº 01400.002750/1999-15 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00230/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e na Nota Técnica nº 11/2018, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO
Ministro

DESPACHO Nº 53, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo/MinC nº 01400.029904/2011-38
PRONAC nº 11-8832

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Associação No Ato Cultura, Educação e Meio Ambiente, CNPJ 07.984.309/0001-02, nos autos do Processo nº 01400.029904/2011-38 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00227/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Despacho nº 0555861/2018, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 331-E, DE 11 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto n.º, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1° - Divulgar a relação das empresas selecionadas e das suplentes, regularmente inscritas, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "Meetmarket", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018, conforme abaixo discriminado e obedecendo à ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

AÇÃO DE APOIO À PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS - 2018 MEETMARKET	
RELAÇÃO DAS EMPRESAS SELECIONADAS APTAS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Filmart Produções Artísticas Ltda.
2	TVa2 Produções Ltda ME
3	USI- Usina de Imagens Ltda. - EPP
RELAÇÃO DAS EMPRESAS SUPLENTES APTAS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Aiuê Produtora e Editora Ltda
2	Paula Um Mi Kim Produções - ME

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 340-E, DE 15 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto n.º, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1° - Divulgar a relação das empresas selecionadas, regularmente inscritas, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "International Animation Film Market/ Festival de Annecy", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018, conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

AÇÃO DE APOIO À PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS-2018 INTERNATIONAL ANIMATION FILM MARKET/ FESTIVAL DE ANNECY	
RELAÇÃO DAS EMPRESAS SELECIONADAS APTAS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Movioca Produções Artísticas Ltda
2	Buriti Filmes Ltda - ME
3	PG Produções de Cinema, Vídeo e TV Ltda.
4	Esúdio Giz Produções Ltda. - ME
5	LD Laboratório de Desenhos Ltda
6	Copa Studio Produtora Audiovisual Ltda
7	Anaya Produções Culturais Ltda
8	44 Toons Produções Artísticas Ltda.
9	Estudio Teremim Filmes e Serviços Ltda.
10	Planetário Filmes Ltda.
11	UM Filmes
12	Tortuga Studios Produtora de Filmes Ltda
13	Chatrone America Latina Produções Cinematográficas Ltda.
14	Klaxon Cultura Audiovisual Ltda. - ME
15	Red Studio Brasil Produção e Animação Ltda.
16	Birdo Filmes em Animação Ltda
17	Alopra Estudio Ilustrações e Animações Ltda. - ME
18	Hype Studio Computação Gráfica Ltda.
19	Elevation Tecnologia & Comunicação Ltda.
20	Lojinha Urbana de Videos Animados Produções Ltda.
21	Iman Imagens Animadas
22	Ramon Vasconcellos Produções Cinematográficas Ltda. - ME
23	Rosana Urbes
24	Belli Studio Design Ltda.
25	Mara Vanessa de Castro Prieto ME
26	Split Studio Produções Audiovisuais Ltda.
27	Singular Arquitetura de Midia Ltda.
28	Spirit Entretenimento Eireli EPP
29	Carmela Conteúdos Produções Ltda.
30	Valu Amazing Graphics Ltda

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

PORTARIA Nº 347-E, DE 18 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto n.º, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1° - Divulgar a relação das empresas selecionadas, regularmente inscritas, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "Sunny Side of the Doc", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018, conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

AÇÃO DE APOIO À PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS-2018 SUNNY SIDE OF THE DOC	
RELAÇÃO DAS EMPRESAS SELECIONADAS APTAS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Filmes Mais Ltda.
2	Filmart Produções Artísticas Ltda.
3	Sambaqui Cultural Cine Vídeo Ltda. ME
4	DDK Digital Ltda EPP
5	Canal Azul Produções Culturais Ltda.
6	Terra Firme Produções Cinematográficas Ltda-ME
7	Juliano Geanfrancesco Luccas ME

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO

DESPACHO Nº 1.535-E, DE 23 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Autorizar a substituição do título d os projetos audiovisuais relacionados abaixo

13-0266 - De 'CURVA DE RIO SUJO' para 'NÃO DEVORE MEU CORAÇÃO!'

Processo: 01580.008213/2013-91
Proponente: DM FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 01.125.538/0001-95

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto. Prazo de captação até 31/12/2018.

12-0337 - A LASANHA ASSASSINA
Processo: 01580.018640/2012-05
Proponente: 44 TOONS - PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 08.517.383/0001-81
14-0017 - AOS NOSSOS FILHOS
Processo: 01580.042776/2013-17
Proponente: JLM PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.500.952/0001-98

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL HALFELD DUTRA

COORDENAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

DESPACHO Nº 11-E, DE 22 DE MAIO DE 2018

A COORDENADORA DE GESTÃO FINANCEIRA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0488 - L.O.C.A.
Processo: 01416.001538/2016-98
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: R$ 7.800.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 400.000,00
Banco: 001 - agência: 1769-8 conta corrente: 9409-9
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1769-8 conta corrente: 9286-X
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1769-8 conta corrente: 9285-1
Prazo de captação: até 31/12/2019.
16-0415 - VOZES NO SILÊNCIO.
Processo: 01416.001495/2016-41
Proponente: T'AI CRIAÇÃO E PRODUÇÃO LTDA.
Cidade/UF: Brumadinho / MG
CNPJ: 07.110.153/0001-30
Valor total aprovado: R$ 1.172.605,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001 - agência: 4446-6 conta corrente: 14157-7
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 257.000,00 para R$ 0,00
Prazo de captação: até 31/12/2019.
14-0399 - REENCONTRO.
Processo: 01580.060722/2014-14
Proponente: POPCON PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.281.789/0001-70
Valor total aprovado: R$ 7.110.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 0722-6 conta corrente: 54113-3
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 4.000.000,00 para R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 0722-6 conta corrente: 49491-7
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.754.500,00
Banco: 001 - agência: 0722-6 conta corrente: 49490-9
Prazo de captação: até 31/12/2018.
16-0594 - A GAROTA DA MOTO - 2ª TEMPORADA.
Processo: 01416.006852/2016-67
Proponente: RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA.
Cidade/UF: Cotia / SP
CNPJ: 02.947.857/0001-49
Valor total aprovado: R$ 9.100.687,75
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.283.777,15 para R$ 970.219,31
Banco: 001 - agência: 2434-1 conta corrente: 5751-7
Prazo de captação: até 31/12/2019.
17-0218 - AS ÓRFÃS DA RAINHA - PRODUÇÃO.
Processo: 01416.014880/2017-39
Proponente: PERSONA FILMES EIRELI ME.
Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 02.501.714/0001-09
Valor total aprovado: R$ 3.100.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.945.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 2.945.000,00
Banco: 001 - agência: 3368-5 conta corrente: 53996-1
Prazo de captação: até 31/12/2019.
17-0107 - IMRE KERTÉSZ E A POÉTICA DO DESTERRO HUMANO.
Processo: 01416.005320/2017-93
Proponente: DRAMA FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 02.902.219/0001-01
Valor total aprovado: R$ 1.200.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 800.000,00
Banco: 001 - agência: 0712-9 conta corrente: 74180-9
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 80.000,00
Banco: 001 - agência: 0712-9 conta corrente: 72727-X
Prazo de captação: até 31/12/2019.
14-0353 - O LIVRO DOS PRAZERES.
Processo: 01580.063881/2014-62
Proponente: BIG BONSAI BRASILIS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS CULTURAIS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.323.379/0001-57
Valor total aprovado: R$ 4.015.494,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 538.500,00 para R$ 400.000,00
Banco: 001 - agência: 3560-2 conta corrente: 24782-0
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 550.564,00
Banco: 001 - agência: 3560-2 conta corrente: 24786-3
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 400.000,00
Banco: 001 - agência: 3560-2 conta corrente: 24783-9
Prazo de captação: até 31/12/2018.
16-0232 - ESTÔMAGO 2 - DEZ ANOS DEPOIS.
Processo: 01416.000759/2016-49
Proponente: CITIZENCRANE - PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA - ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 03.675.713/0001-43
Valor total aprovado: R$ 5.260.773,44
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 497.734,44
Banco: 001 - agência: 3184-4 conta corrente: 47466-5
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 407.734,44 para R$ 0,00
Banco: 001 - agência: 3184-4 conta corrente: 47467-3
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3184-4 conta corrente: 48207-2
Prazo de captação: até 31/12/2019.
16-0397 - O RISO DE ARIANO.
Processo: 01416.001628/2016-89
Proponente: BSB SERVIÇOS CINEGROUP LTDA.
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 06.900.652/0001-69
Valor total aprovado: R$ 7.500.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para 2.395.315,74
Banco: 001 - agência: 1003-0 conta corrente: 48766-X
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 900.000,00 para R$ 2.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1003-0 conta corrente: 48767-8
Prazo de captação: até 31/12/2019.
14-0385 - DAS DORES & DAS GRAÇAS.
Processo: 01580.062865/2014-52
Proponente: ÍRIS CINEMATOGRÁFICA LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 73.315.293/0001-70
Valor total aprovado: R$ 5.268.700,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 0287-9 conta corrente: 41473-5
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.602.870,00 para R$ 2.500.000,00
Banco: 001 - agência: 0287-9 conta corrente: 41475-1
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 691.457,00
Banco: 001 - agência: 0287-9 conta corrente: 41474-3
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 800.000,00 para R$ 102.870,35
Banco: 001 - agência: 0287-9 conta corrente: 41476-X
Prazo de captação: até 31/12/2018.
17-0053 - O DOUTRINADOR - O FILME.
Processo: 01416.003944/2017-76
Proponente: PARIS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.580.503/0001-62
Valor total aprovado: R$ 8.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 1.200.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2831-2
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para 0,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para 1.506.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2850-9
Prazo de captação: até 31/12/2019.
17-0194 - UM CONTRA TODOS - 3ª TEMPORADA.
Processo: 01416.010812/2017-09
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: R$ 8.981.264,71
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de R$ 7.767.760,00 para R$ 7.878.455,81
Banco: 001 - agência: 3223-9 conta corrente: 19876-5
Prazo de captação: até 31/12/2020.
17-0757 - SÉRGIO PORTO - UM RIO DE CAUSOS E CRÔNICAS.
Processo: 01416.028403/2017-51
Proponente: LINK PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 32.174.955/0001-51
Valor total aprovado: R$ 1.448.539,20
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 100.000,00 para 408.539,20
Banco: 001 - agência: 0287-9 conta corrente: 45622-5
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 154.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 308.040,00 para R$ 0,00
Prazo de captação: até 31/12/2019.
16-0043 - GARIMPEIROS DO VOTO.
Processo: 01580.001937/2016-57
Proponente: BIZUM COMUNICAÇÃO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 03.279.751/0001-87
Valor total aprovado: R$ 307.510,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 292.134,50 para R$ 232.134,50
Banco: 001 - agência: 1572-5 conta corrente: 23446-X
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0015 - CEDO DEMAIS.
Processo: 01580.083976/2014-01
Proponente: RACCORD PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 72.062.029/0001-09 Valor total aprovado: de R$ 5.999.999,59 para R$ 5.950.999,59
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 700.000,00 para 650.999,61
Banco: 001 - agência: 1572-5 conta corrente: 22453-7
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 499.999,61 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.596.744,06 para R$ 1.621.956,05
Banco: 001 - agência: 1572-5 conta corrente: 22514-2
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.403.255,94 para R$ 1.378.043,95
Banco: 001 - agência: 1572-5 conta corrente: 22455-3
Prazo de captação: até 31/12/2018.
18-0031 - TUDO BEM NO NATAL QUE VEM.
Processo: 01416.029304/2017-96
Proponente: PARIS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.580.503/0001-62
Valor total aprovado: de R$ 8.000.000,00 para R$ 7.960.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.100.000,00 para 600.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2870-3
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2869-x
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

LORRAYNE FADDOUL CABRAL DE MELLO

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 155, DE 23 DE MAIO DE 2018

Prorroga o prazo de retirada dos equipamentos do Edital Funarte de Doação de Equipamentos de Iluminação Cênica 2017

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004.

Considerando a cláusula 6.4 do Edital Funarte de Doação de Equipamentos de Iluminação Cênica 2017, resolve:

Art. 1º - Prorrogar até o dia 06/07/2018 a retirada dos equipamentos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

STEPAN NERCESSIAN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 156, DE 23 DE MAIO DE 2018

Estabelece o resultado final do Edital Funarte de Doação de Equipamentos de Iluminação Cênica 2017

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004.

Considerando a cláusula 5.2.13 do Edital Funarte de Doação de Equipamentos de Iluminação Cênica 2017, resolve:

Art. 1º - Tornar público o seu resultado final.

EDITAL FUNARTE DE DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO CÊNICA - Selecionados Kit A		
PROPONENTE/ CONCORRENTE	ESPAÇO	UF
Adrine Cecília Pinto Mottola	Estúdio Stravaganza	RS
Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis	Casa de Teatro Maria José de Carvalho	SP
Associação Artística Cultural Ói Nóiz Aki	CEU das Artes - INFRAERO II	AP
Associação Cultural Casarão de Ideias	Casarão de Ideias	AM
Associação Cultural O Imaginário	Tapiri O Imaginário	RO
Associação dos Amigos da Terreira da Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz	Terreira da Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz	RS
Associação Educativa Cultural Teatro da Boca Rica	Teatro da Boca Rica	CE
Associação Estação da Cultura	Estação da Cultura	PE
Associação Grupo Ninho de Teatro e Produções Artísticas	Casa Ninho	CE
Associação Imbitubense de Teatro	Teatro Usina	SC
Associação Trupe de Truões Instituto de Educação, Pesquisa, Arte, Cultura e Informação - ATT	Ponto dos Truões	MG
Centro de Pesqauisa e Produção de Teatro de Animação	Espaço Cultural Moysés Boni/Teatro Embaixo da Ponte	SC
Cooperativa Paulista de Teatro/Mirante das Artes	Mirante das Artes	SP
Fundação Casa da Cultura Hermilo Borba Filho	Cine Teatro Apolo	PE
Fundação Cultural e Arte de Muriaé - FUNDARTE	Teatro Municipal Belmira Vilas Boas	MG
Fundação de Cultura, Turismo e Esportes de Camaragibe	Cine Teatro Bianor Mendonça Monteiro	PE
Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos	Les Artistes Café Teatro	AM
Fundação Rio das Ostras de Cultura	Teatro Popular de Rio das Ostras	RJ
Grupo de Teatro Clowns de Shakespeare	Barracão Clowns	RN
Grupo Sócio-Cultural Código	Espaço Cultural Código	RJ
ICEQUI - Instituto Cultural e Econômico de Quixelô	Cine Teatro Quixelô	CE
Impar - Imbuaça Produções Artísticas	Espaço Imbuaça	SE
Instituto de Memória Brasil Vivo/Circo Navegador	Espaço Cultural Circo Navegador	SP
Instituto Ensaio Aberto	Armazém da Utopia	RJ
Instituto Mandacaru de Inclusão Sociocultural/Cia Operakata de Teatro	Espaço Quixotesco	BA
Intrépida Trupe	Espaço de Criação Intrépida Trupe	RJ
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	Centro Histórico Cultural Santa Casa	RS
Kompanhia Teatro Multimídia de São Paulo	Teatro do Centro da Terra	SP
Prefeitura de Duque de Caxias	Teatro Municipal Raul Cortez	RJ
Prefeitura de Macaé	Teatro Municipal de Macaé	RJ
Prefeitura Municipal de Divinópolis	Teatro Municipal Usina Gravatá	MG
Prefeitura Municipal de Monteiro	Teatro Jansen Filho	PB
Prefeitura Municipal de Três Lagoas	Galpão N.O.B Estação Cultural	MS
Prefeitura Municipal do Paulista	Cine Teatro Paulo Freire	PE
Secretaria de Cultura e Turismo de Paranaguá	Teatro Municipal Rachel Costa	PR
SEMCULT - Secretaria Municipal de Cultura de Cariacica	Centro Cultural Frei Ubaldo Favagallo da Civitella del Tronto	ES
Teatral Grupo de Risco	Teatral Grupo de Risco	MS
Teatro de Santa Isabel	Teatro de Santa Isabel	PE
Teatro Experimental de Alta Floresta	Espaço Cultural Teal	MT
Universidade Federal da Paraíba	Teatro Lima Penante	PB
Universidade Federal de Viçosa	Espaço acadêmico-cultural Fernando Sabino	MG
Universidade Federal do Ceará	Teatro Universitário Paschoal Carlos Magno	CE
Universidade Federal do Pará	Teatro Universitário Cláudio Barradas da ETDUFPA	PA

EDITAL FUNARTE DE DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO CÊNICA - Selecionados Kit B		
PROPONENTE/ CONCORRENTE	ESPAÇO	UF
Associação Companhia os Kaco	Circo Os Kaco	TO
Associação dos Artistas e Escolas de Circo da Região Norte do Ceará - APAENCE	Circo Oscar	CE
Associação Gaúcha Amigos do Circo - AGACI	Escola de Circo Teatro Girassol	RS
Centro de Desenvolvimento Criativo Se Essa Rua Fosse Minha	Circo Escola Benjamin de Oliveira	RJ
Centro socio-cultural de Promoção à Cidadania - CARCARÁ	Disney Circo - O Circo da Família Vidal	PE
Conselho Nacional dos Circos Itinerantes/Circo Bremer	Circo Bremer	RS
Conselho Nacional dos Circos Itinerantes/Circo Monte Carlo	Circo Monte Carlo	RJ
Conselho Nacional dos Circos Itinerantes/Circo Torricceli	Circo Torricelli	SC
Conselho Nacional dos Circos Itinerantes/Circo Zanchettini	Circo Zanchettini	PR
Grupo Teatral Limpando o Olho	Circo Limpando o Olho	GO
Programa Social Crescer e Viver	Circo Crescer e Viver	RJ

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

STEPAN NERCESSIAN

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA Nº 2, DE 23 DE MAIO DE 2018

A Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural - substituta do Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Excluir da lista de premiados em conformidade com a Portaria nº 15, de 27/11/2017 publicada no Diário Oficial da União de 28/11/2017, Seção 1, páginas 11 a 34 e incluir ao final da lista de classificados os seguintes candidatos em conformidade com os itens 13.2 e 14.12 do Edital Culturas Populares - Edição Leandro Gomes de Barros, publicado no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2017, Seção 3, páginas 19 a 21.

I - PESSOAS FÍSICAS (MESTRES E MESTRAS):

Nº	Candidato(a)	CPF	Cidade	UF
21	Lauro Lauri das Neves	009.254.202-63	Porto Velho	RO
67	Jorge de Souza Conceição	096.050.375-72	Salvador	BA
108	Pedro Henrique Macerani	167.293.198-36	Tietê	SP
180	Laurinete de Moraes Cavalcante de Albuquerque	987.911.254-72	Recife	PE

II - GRUPO/COMUNIDADES:

Nº	Nome do Coletivo Cultural (Grupo)	Representante do Coletivo Cultural (Grupo)	CPF	Cidade	UF
22	Casa do Pife	Anderson José Francisco Silva	070.875.724-31	Caruaru	PE
81	Banda Os Floriano do Pífano	Poliana Emiliano Martins	007.452.954-44	Fagundes	PB
122	Guarda de Marujo de Congado Nossa Senhora do Rosário	José Batista	254.090.266-91	Nova Lima	MG
124	Maracatu Nação Elefante	Luiz Henrique Silva do Nascimento	118.189.784-07	Olinda	PE
132	Grupo Folclórico e Cultural Macúas e Malês.	Francisco Santos da Cunha	054.834.663-14	Bacabal	MA

III - HERDEIROS DE MESTRES E MESTRAS IN MEMORIAM:

N.º	Candidato Responsável (herdeiro)	CPF	Cidade	UF
6	Adeildo Paraíso da Silva	122.479.954-20	Olinda	PE
7	Ademilson Rodrigues	356.187.524-68	Caruaru	PE
10	Ademir Barbosa da Cruz	096.961.642-20	Soure	PA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA DE CARVALHO FERREIRA MACHADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA N° 345, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)
17 8377 - Circula Cutia 12 anos
MARIA CUTIA PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.979.062/0001-03
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)
17 8276 - Orquestra Sinfônica de Poços de Caldas 2018
Orquestra Sinfônica de Poços de Caldas
CNPJ/CPF: 25.639.519/0001-45
MG - Poços de Caldas
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18, § 1º)
17 8774 - Inventário do Acervo Museológico de Pinhal da Serra
SURYA PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.091.943/0001-56
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7997 - Patrimônio e Memória: Acervo Documental da Casa Comercial Boris Frères (1869-1969)
JANA RAFAELLA MAIA MACHADO
CNPJ/CPF: 020.493.893-70
CE - Fortaleza
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18, § 1º)
16 2341 - Edição e publicação do livro A Serra do Rio do Rastro e sua estrada
Paulo Clóvis Schmitz
CNPJ/CPF: 295.154.169-49
SC - São José
Período de captação: 01/05/2018 a 31/12/2018
16 1102 - ANTONIO MALTA
EDITORA DE LIVROS COBOGO LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.929.767/0001-01
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 19/05/2018 a 31/12/2018

PORTARIA Nº 346, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
177864 - Plano Anual de Atividades e Manutenção 2018 - NAC TALES
Núcleo de Ação Cultural Talento Alegria e Solidariedade
CNPJ/CPF: 13.737.258/0001-17
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 50.400,00
Valor total atual: R$ 334.320,00
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
177099 - HISTÓRIAS E MEMÓRIAS - Pesquisa Lagos
FORMIGA PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.081.781/0001-60
Cidade: Rio Bonito - RJ;
Valor Reduzido: R$ 216.233,56
Valor total atual: R$ 120.000,00
178991 - PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÔNICA DE IMÓVEL TOMBADO - FUNDAÇÃO EVA KLABIN
FUNDAÇÃO EVA KLABIN RAPAPORT PARA FINS CULTURAIS F.E.K.R.
CNPJ/CPF: 40.390.429/0001-57
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 4.050,00
Valor total atual: R$ 2.635.921,23

ANEXO II

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
177028 - Nau dos Mestres - 2° edição
FERNANDO MONTEIRO DA CUNHA - ME
CNPJ/CPF: 14.363.140/0001-39
Cidade: Adamantina - SP;
Valor Reduzido: R$ 275.990,00
Valor total atual em: R$ 1.408.567,00

PORTARIA Nº 347, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos X e XI da Portaria nº 83, de 08 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. do dia 11 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas, por não renovação do Termo de Compromisso, que foram habilitados por meio do Edital nº 1/2014, retificado pelo Edital nº 1/2015, por nome, CPF, área, segmentos e nível, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ALYSSON FELIPE AMARAL	03498424696	Artes Cênicas	Teatro - Dança - Circo - Ópera - Mímica - Ações de capacitação e treinamento de pessoal	Nível II
ANA EMÍLIA DA COSTA SILVA	08922507632	Artes Visuais	Projeto de fomento à cadeia produtiva arte visual.	Nível II
ANDERSON CLAYTON DE SOUSA SOARES	32172853879	Artes Cênicas	Teatro	Nível II
ANDREA NUNES ALOY	02801461750	Audiovisual	Produção Cinematográfica de curta metragem - Produção Cinematográfica de média metragem- Produção Videofonográfica de curta metragem - Produção Videofonográfica de média metragem - Formação Audiovisual - Difusão de Acervo Audiovisual - Produção de obras seriadas.	Nível II
CARLA RIBEIRO	51575850044	Diversidade Cultural	Cultura Afro-brasileira - Capoeira.	Nível II
DÉBORA VIANA VENTURINE	17034355835	Música	Música - Música Instrumental - Doações de Acervos Musicais.	Nível I
DENISE ASSIS DULCI	50621343749	Humanidades	Obras de Referência - Evento Literário - Eventos e ações de incentivo à leitura - Livros de valor Artístico - Livros de valor Literário - Livros de valor Humanístico - Periódicos e outras publicações.	Nível I
ISABELA ESTEVES GOMES	01446311562	Artes Cênicas	Teatro - Dança - Circo - Mímica - Ações de capacitação e treinamento de pessoal.	Nível II
JENIFER DA SILVA BOTOSSI	35635695841	Artes Cênicas	Dança - Ações de capacitação e treinamento de pessoal.	Nível II
JULIANO MENEGHELLO	28914758877	Patrimônio Cultural	Preservação de Patrimônio imaterial - Ações de capacitação - Preservação de Patrimônio Material.	Nível II
JULIETA ROITMAN	09069530732	Audiovisual	Produção Cinematográfica de curta metragem - Produção Cinematográfica de média metragem- Exibição Cinematográfica - Formação Audiovisual - Pesquisa Audiovisual - Difusão de Acervo Audiovisual - Projetos Audiovisuais Transmidiáticos - Produção de obras seriadas - Distribuição Cinematográfica.	Nível II
KARL MARX SANTOS SOUZA	06343778411	Diversidade Cultural	Patrimônio Cultural Afro-brasileiro - Cultura Afro-brasileira - Cultura de Comunidades Tradicionais - Práticas, representações e conhecimentos tradicionais - Festas Populares - Folguedos da cultura tradicional.	Nível II
KENYA JESSYCA MARTINS DE PAIVA	00743982029	Diversidade Cultural	Patrimônio Cultural Afro-brasileiro - Cultura Afro-brasileira - Cultura de Comunidades Tradicionais - Práticas, representações e conhecimentos tradicionais - Festas Populares - Capoeira.	Nível I
LUCIANA DO VALE FERNANDES	12570895873	Humanidades	Evento Literário - Ações de formação e capacitação - Eventos e ações de incentivo à leitura - Periódicos e outras publicações.	Nível II
MARCELO DE LACERDA AOUILA	02186568748	Humanidades	Obras de Referência - Acervo Bibliográfico - Evento Literário - Ações de formação e capacitação - Eventos e ações de incentivo à leitura - Livros de valor Artístico - Livros de valor Literário - Livros de valor Humanístico - Periódicos e outras publicações.	Nível I
MARCIA BEATRIZ SILVEIRA DE GONDOMAR	02048738788	Artes Cênicas	Teatro - Dança - Ópera.	Nível II
MÁRCIA MERLO	12868678866	Diversidade Cultural	Patrimônio Cultural Afro-brasileiro - Cultura Afro-brasileira - Cultura de Comunidades Tradicionais - Práticas, representações e conhecimentos tradicionais - Festas Populares - Folguedos da cultura tradicional.	Nível III

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MICHELLE RODRIGUES GABRIEL	27306276859	Artes Cênicas	Teatro - Dança - Circo - Ópera - Mímica - Ações de capacitação e treinamento de pessoal.	Nível II
MILENA DEGANUTI DE MELLO	25926245893	Patrimônio Cultural	Preservação de Patrimônio imaterial - Ações de capacitação.	Nível I
PATRICK MESQUITA FERNANDES	88966917372	Música	Música - Música Erudita - Música Instrumental.	Nível III
RODRIGO DE SOUZA FURTADO	04809982726	Diversidade Cultural	Cultura Afro-brasileira - Festas Populares - Gastronomia de interesse cultural.	Nível I
TETEMBUA DANDARA POLI SANTOS	31501489879	Artes Cênicas	Teatro - Dança	Nível III
TUANNY PEREIRA DE ARAUJO	03613643189	Artes Cênicas	Teatro	Nível I
VIVIAN GABRIELE SCHMITZ	04475613914	Artes Cênicas	Teatro - Dança - Ópera - Ações de capacitação e treinamento de pessoal.	Nível II

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 344 de 22/05/2018, publicada no D.O.U. n.º 98 de 23/04/2018, Seção 1, página: 11.

Onde se lê: PORTARIA N° 344, DE 22 DE MAIO DE 2016

Leia-se: PORTARIA N° 344, DE 22 DE MAIO DE 2018

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 0753 de 13/12/2017, publicada no D.O.U. de 14/12/2017, Seção 1, referente ao Projeto Festival Itinerante Tons da Dança - Pronac: 17-8237

Onde se lê: Associação de Amigos do Balé de Câmara de Barra Mansa

Leia-se: ASSOCIACAO CULTURAL ARTEMAGIA

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 78, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

181436 - CINE PE Festival do Audiovisual 2018
BPE-BERTINI PRODUCOES E EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS LTDA
CNPJ/CPF: 04.719.487/0001-18
Processo: 01400.008631/2018-64
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 1.191.530,00
Prazo de Captação: 24/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Visa a difusão do audiovisual através de ações que promovem o conhecimento da indústria brasileira e internacional. Realizaremos mostras competitivas de filmes de curta e longa metragem e de séries para TV. A semana de referência destas mostras será de 29/05/2018 a 04/06/2018. Realizaremos outras atividades do festival, destacando-se mostras paralelas de filmes, cursos de profissionalização, workshops, etc.., que podem ocorrer fora da semana de referência. Serão exibidos 35 filmes aproximadamente, sendo 10 longas e 25 curtas, distribuídos nos 7 dias do evento, na Mostra Competitiva de curtas e Longas Nacional. Público estimado de 10.000 pessoas.

181386 - Um Baseado em Fatos Reais.
KELLYS KELFIS DA SILVA ALMEIDA SANTOS DE ABREU
CNPJ/CPF: 23.558.339/0001-03
Processo: 01400.008555/2018-97
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 95.025,65
Prazo de Captação: 24/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção de obra cinematográfica de curta metragem, de ficção com aproximadamente 15 minutos, finalizada em FullHD. No qual contaremos um fato verídico vivido por uma mulher, que se viu algemada, presa, ameaçada e extorquida por policiais, pelo fato de ter sido pega "segurando" um "cigarrinho proibido" em local publico. Não pretendemos defender o uso da maconha, mas sim trazer o tema a tona para que o assunto seja debatido nas escolas, nas famílias e nos grupos sociais. Se trata de um filme baseado em uma história real, que terá uma linguagem de debate e pesquisa que será retratado de maneira leve e divertida, uma tragecomédia.

181380 - Visões ITAlianas - VITA Film Festival
RUMO EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 75.069.179/0001-32
Processo: 01400.008544/2018-15
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.112.695,00
Prazo de Captação: 24/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de festival de cinema italiano a acontecer em Vitória (ES). Estão previstos: cerimônia de abertura; exibições cinematográficas; workshop; sorteio de prêmios; e cerimônia de encerramento. Serão exibidos 16 filmes, sendo 6 longas-metragens de ficção, 6 documentários e 4 longas-metragens juvenis; com 22 sessões de documentário, 22 sessões de longas-metragens de ficção e 7 sessões de longas-metragens juvenis; totalizando 51 exibições. Os documentários e filmes juvenis serão exibidos em um dos cinemas do Centro Cultural SESC Glória e os filmes de ficção no Teatro Glória, da mesma instituição. Haverá 2 dias de workshop com diretores italianos no Cine Metrópolis da UFES.Público estimado - Para exibições de documentários: 1936 pessoas. Para filmes juvenis: 616 pessoas. Para filmes de ficção: 15.202 pessoas. Para workshop: 240 pessoas.Total de público: 17.994 pessoas.

ANEXO II

181357 - Mythical Miles
MARCO ANTONIO MAXIMO JUNIOR
CNPJ/CPF: 423.415.568-33
Processo: 01400.007954/2018-31
Cidade: Araraquara - SP;
Valor Aprovado: R$ 213.196,32
Prazo de Captação: 24/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A proposta refere-se a um jogo de aventura: "Mythical Miles". O jogo é de estágios e a cada cenário, novas criaturas (mitos, lendas) aparecem. Vale lembrar que ele é de progressão, logo, cada local "finalizado" libera outro, e assim por diante. O aplicativo será disponibilizado para Android e iOS.

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA N° 29/GM-MD, DE 22 DE MAIO DE 2018

Institui as instâncias de supervisão da gestão da integridade, governança, riscos, controles internos da gestão e desburocratização e aprova a Política de Gestão de Riscos, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa (ACMD).

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto, de 26 de fevereiro de 2018, o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto nos arts. 6º, 14, 17 e 19 do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, no § 2º do art. 1º do Decreto de 7 de março de 2017, e nos arts. 1º, 17 e 23 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, e considerando o que consta do Processo nº60311.000159/2018-80, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria Normativa dispõe sobre a gestão de integridade, governança, riscos, controles internos da gestão e desburocratização, institui as respectivas Instâncias de Supervisão e aprova a Política de Gestão de Riscos, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa - ACMD.

§1º As entidades vinculadas ao Ministério da Defesa e os órgãos que não integram a ACMD devem se organizar para atender às determinações do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, do Decreto de 7 de março de 2017 e da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016.

§ 2º O disposto nesta Portaria Normativa será aplicado prioritariamente nas ações finalísticas com maior impacto para o alcance dos objetivos da ACMD.

Art. 2º Para fins desta Portaria Normativa, consideram-se:

I - ações de desburocratização: ações e projetos de simplificação e racionalização administrativa, modernização da gestão pública e melhoria da prestação dos serviços públicos às empresas, aos cidadãos e à sociedade civil;

II - alta administração: Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial, ocupantes de cargo de nível 6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e presidentes e diretores de autarquias, inclusive as especiais, e de fundações públicas ou autoridades de hierarquia equivalente;

III - controles internos da gestão: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas informatizadas ou não, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada, destinados a monitorar, orientar, acompanhar e avaliar o andamento das ações, processos e projetos, e, ainda, gerenciar os riscos, de forma a fornecer segurança razoável para o alcance dos objetivos organizacionais do Ministério;

IV - gestão de riscos: processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos;

V - governança: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração, para informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar os seus objetivos;

VI - governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

VII - processo: conjunto de ações e atividades inter-relacionadas, que são executadas para alcançar produto, resultado ou serviço predefinido;

VIII - Programa de Integridade: consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos voltados a estimular o comportamento íntegro e prevenir, detectar e remediar possíveis desvios na entrega de resultados da organização decorrentes de fraudes, irregularidades e desvios de conduta; e

IX - risco: evento futuro e incerto que, caso ocorra, pode impactar negativamente o alcance dos objetivos da organização;

CAPÍTULO II
INSTÂNCIAS DE SUPERVISÃO
Seção I
Disposições gerais

Art. 3º A responsabilidade pelo estabelecimento da estratégia e da estrutura de gestão estratégica, de integridade, de governança, de riscos, de controles internos da gestão e de desburocratização, bem como pelo aperfeiçoamento da gestão, é da alta administração da ACMD, assessorada e apoiada pelas Instâncias de Supervisão.

Parágrafo único. Cabe a todos os agentes públicos que exercem cargo, função, emprego ou atividade no âmbito da ACMD:

I - a responsabilidade pela busca da eficiência e do aperfeiçoamento da gestão dos processos, ações, projetos e atividades na sua área de atuação e pela operacionalização da gestão de integridade, riscos, controles internos da gestão e desburocratização; e

II - identificar e comunicar às instâncias superiores deficiências e oportunidades de melhoria percebidas nas normas, metodologias, direcionamentos, entre outros instrumentos, bem como propor aperfeiçoamentos e inovações.

Art. 4º Para assessorar a alta administração da ACMD nas atividades de gestão estratégica, da governança, da integridade, de riscos, de controles internos da gestão, de desburocratização e de melhoria da gestão, relativas à definição e implementação de diretrizes, políticas, normas, procedimentos e metodologias, ficam definidas Instâncias de Supervisão, com as atribuições e composições estabelecidas nesta Portaria Normativa.

Art. 5º As Instâncias de Supervisão têm como função precípua direcionar, apoiar, integrar e conduzir as políticas, ações e atividades de gestão estratégica, de governança, de integridade, de gestão de riscos, de controles internos da gestão, de desburocratização e de melhoria da gestão, nos processos, projetos e atividades organizacionais da ACMD.

Art. 6º As Instâncias de Supervisão são compostas por:

I - Comitê de Gestão Estratégica - CGE;

II - Subcomitê de Gestão de Integridade, Riscos, Controles Internos da Gestão e Desburocratização - Sircode;

III - Núcleo de Gestão de Integridade, Riscos, Controles Internos da Gestão e Desburocratização - Nircode; e

IV - Unidade de Gestão de Integridade, Riscos, Controles Internos da Gestão e Desburocratização - Uircode.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral será responsável pela elaboração de proposta de instituição e eventuais alterações de atribuições necessárias para o funcionamento das instâncias de supervisão e de seus respectivos regimentos internos.

Seção II

Composição

Art. 7º O CGE é composto:

I - pelo Ministro de Estado da Defesa, que o presidirá;

II - pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e

III - pelo Secretário-Geral.

§ 1º O Nircode prestará assessoria e apoio técnico ao CGE.

§ 2º O Secretário de Controle Interno apoiará o CGE na sua área de atuação.

§ 3º O CGE se reunirá pelo menos uma vez por ano, com um quórum mínimo de dois membros, e as decisões serão tomadas por maioria simples, observadas as disposições de seu Regimento Interno.

Art. 8º O Sircode será composto por representantes, titular e dois suplentes, dos seguintes órgãos:

I - Gabinete do Ministro;

II - Secretaria-Geral, que o coordenará;

III - Gabinete do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA;

IV - Chefia de Operações Conjuntas - CHOC;

V - Chefia de Assuntos Estratégicos - CAE;

VI - Chefia de Logística e Mobilização - CHELOG;

VII - Secretaria de Orçamento e Organização Institucional - SEORI;

VIII - Secretaria de Produtos de Defesa - SEPROD;

IX - Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto - SEPESD;

X - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM; e

XI - Departamento do Programa Calha Norte - DPCN.

§ 1º O representante titular no Sircode será necessariamente o dirigente máximo do órgão integrante.

§ 2º Os representantes suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados pelo Secretário-Geral.

§ 3º Os representantes suplentes deverão preencher os seguintes requisitos:

I - ser no mínimo ocupante de cargo em comissão de nível DAS 3 ou equivalente;

II - ter acesso direto ao dirigente máximo do órgão;

III - ter conhecimento dos principais processos do órgão; e

IV - ter acesso aos dirigentes das unidades que integram o órgão.

§ 4º O representante titular deverá, preferencialmente, se fazer acompanhar nas reuniões por um dos suplentes.

§ 5º A Secretaria de Controle Interno - CISET indicará, dentro da sua estrutura, um representante para apoiar o Sircode.

§ 6º O Nircode prestará assessoria e apoio técnico ao Sircode.

§ 7º O Sircode se reunirá pelo menos duas vezes por ano, com um quórum mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros, e as decisões serão tomadas por maioria simples, observadas as disposições de seu Regimento Interno.

Art. 9º O Nircode será organizado e estruturado no âmbito da Secretaria-Geral.

Art. 10. A Uircode é composta, em cada órgão da ACMD, conforme dispuser ato do Secretário-Geral, pelo respectivo dirigente máximo e por pelo menos dois servidores indicados pela direção.

Parágrafo único. Excepcionalmente, no caso da Secretaria-Geral, a Uircode poderá ser composta por um servidor indicado pelo dirigente máximo do órgão.

Seção III

Atribuições e Responsabilidades

Art. 11. Compete ao CGE:

I - aprovar, direcionar e supervisionar a gestão estratégica em todas as suas dimensões, incluindo as ações e práticas de governança, integridade, gestão de riscos, controles internos da gestão, aperfeiçoamento da gestão, transparência, participação e defesa dos usuários dos serviços públicos e desburocratização;

II - aprovar método de priorização de processos para gerenciamento de riscos, as categorias de riscos a serem gerenciados e estabelecer limites de exposição a riscos;

III - supervisionar os riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos e a prestação de serviços de interesse público e adotar as providências necessárias;

IV - direcionar e supervisionar a atuação do Programa de Integridade;

V - monitorar o cumprimento de suas recomendações e orientações; e

VI - praticar outros atos de natureza técnica e administrativas necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Art. 12. Compete ao Sircode:

I - propor, conduzir, coordenar, orientar e monitorar políticas, diretrizes, ações, metodologias, mecanismos e práticas nos campos da gestão estratégica, incluindo a gestão de integridade, de riscos, dos controles internos da gestão, do aperfeiçoamento da gestão, da transparência, da participação e defesa dos usuários dos serviços públicos e da desburocratização, entre outras, e atuar para que as boas práticas de governança se desenvolvam e sejam apropriadas pela instituição de forma contínua e progressiva;

II - propor, promover e estimular a adoção de práticas e princípios de conduta e padrões de comportamento e a inovação e a adoção de boas práticas de gestão estratégica, de forma particular de gestão de integridade, de riscos, dos controles internos de gestão, de desburocratização e de melhoria da gestão, em especial iniciativas que promovam a orientação para resultados e o seu acompanhamento, a melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;

III - auxiliar o CGE na definição, na implementação, no acompanhamento e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos voltados à incorporação dos princípios e das diretrizes e ao aperfeiçoamento da governança;

IV - propor e implementar mecanismos, instâncias e práticas de integridade, gestão de riscos, controles internos da gestão e desburocratização, bem como promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG;

V - propor, fomentar e acompanhar a capacitação dos agentes públicos no exercício do cargo, função e emprego nos campos da gestão de integridade, governança, riscos, controles internos da gestão, desburocratização e aperfeiçoamento da gestão organizacional;

VI - propor, conduzir a implementação e acompanhar o funcionamento de sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos no cumprimento da missão;

VII - propor, para a gestão de riscos, metodologias e métodos de priorização de processos, limites de exposição a riscos e categorias de riscos a serem gerenciados, bem como dar conhecimento ao CGE dos riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos e a prestação de serviços de interesse público;

VIII - acompanhar e reportar informações sobre a gestão de integridade, governança, riscos, controles internos da gestão e desburocratização, para subsidiar a tomada de decisões e assegurar que estejam disponíveis em todos os níveis, bem como avaliar e orientar sobre os resultados de medidas de aprimoramento implementadas;

IX - identificar as ações e os projetos de simplificação administrativa, modernização da gestão pública e melhoria da prestação dos serviços públicos às empresas, aos cidadãos e à sociedade civil e definir metodologias, prioridades e instrumentos para a gestão dessas medidas, bem como identificar e se manifestar com relação a demandas relativas à simplificação ou desburocratização oriundas dos cidadãos;

X - propor medidas destinadas à desburocratização e monitorar e avaliar os resultados das medidas implementadas, bem como promover a difusão de uma cultura de simplificação, visando à sua incorporação à rotina dos servidores;

XI - propor diretrizes, acompanhar e avaliar a definição e a implementação do Programa de Integridade, preparando informes e propostas de ajustes para o CGE; e

XII - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Art. 13. Compete ao Nircode:

I - assessorar e prestar apoio técnico e administrativo ao CGE e ao Sircode, elaborando relatórios técnicos, propostas, informações, metodologias, reportes sobre o andamento das ações, entre outras atividades;

II - coordenar, orientar, assessorar e prestar apoio técnico aos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa e aos dirigentes dos órgãos específicos singulares da ACMD na implementação das metodologias e instrumentos para a gestão estratégica, em especial para a gestão de integridade, governança, riscos, controles internos da gestão, desburocratização, aperfeiçoamento da gestão, transparência e participação e defesa dos usuários dos serviços públicos, definidos pelas Instâncias de Supervisão, inclusive com relação a inovações e boas práticas;

III - elaborar propostas de políticas, diretrizes, metodologias, ações e mecanismos de gestão estratégica, em especial para a gestão de integridade, governança, riscos, controles internos da gestão, desburocratização, melhoria da gestão, transparência e participação e defesa dos usuários dos serviços públicos e submetê-las às Instâncias de Supervisão e atuar com vistas a buscar a uniformidade na aplicação das metodologias e métodos definidos;

IV - assessorar os órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa e os órgãos específicos singulares da ACMD na proposição de objetivos e de ações sobre governança, gestão de integridade, riscos, controles internos da gestão, desburocratização e melhoria da gestão;

V - atuar como facilitador na integração dos agentes responsáveis pela gestão de integridade, riscos, controles internos da gestão, desburocratização e melhoria da gestão;

VI - apoiar as ações de capacitação nas áreas de gestão de integridade, riscos, controles internos da gestão, desburocratização e melhoria da gestão;

VII - acompanhar a evolução e as boas práticas internas e externas à ACMD relacionadas a gestão de integridade, governança, riscos, controles internos da gestão, desburocratização e melhoria da gestão, propondo, inclusive, aperfeiçoamentos e atualizações nas políticas, diretrizes, normas, metodologias e métodos definidos; e

VIII - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Art. 14. Compete à Uircode:

I - assegurar o cumprimento e conduzir as ações relacionadas aos objetivos estabelecidos, às políticas, diretrizes, ações, metodologias, recomendações e mecanismos definidos para a institucionalização e implementação da gestão estratégica, de integridade, governança, riscos, controles internos da gestão e desburocratização, bem como propor ao Nircode aprimoramentos e inovações e assegurar que as informações estejam disponíveis em todos os níveis;

II - incentivar e propor medidas e ações de inovação e aumento de eficiência na gestão dos processos de trabalho, ações e projetos sob sua responsabilidade;

III - disseminar a cultura da gestão estratégica, de integridade, riscos, controles internos da gestão e desburocratização no âmbito da unidade, bem como fomentar a inovação e a adoção de boas práticas de gestão e estimular práticas e princípios de conduta e padrões de comportamento no âmbito de sua atuação;

IV - fomentar a capacitação dos agentes públicos no exercício do cargo, função e emprego em gestão de integridade, governança, riscos, controles internos da gestão e desburocratização;

V - assegurar o cumprimento das recomendações e orientações emitidas e gerar e reportar informações sobre a gestão estratégica, de integridade, riscos, controles internos da gestão e desburocratização dos processos sob sua responsabilidade às Instâncias de Supervisão;

VI - elaborar e submeter a proposta de implementação e ajustes de controles dos processos e projetos sob sua responsabilidade à apreciação do Nircode, gerenciar os riscos associados observando a metodologia e as diretrizes definidas e implementar e gerenciar as ações do referido Plano, avaliando os resultados e propondo os redirecionamentos necessários;

VII - monitorar os riscos ao longo do tempo dos processos e projetos sob sua responsabilidade, de modo a garantir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados, de acordo com o modelo de gestão de riscos aprovado; e

VIII - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Art. 15. Em parceria com o Nircode, a elaboração do Programa de Integridade da ACMD será coordenada pela CISET, observadas as diretrizes e orientações das Instâncias de Supervisão e do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU).

Parágrafo único. A proposta do Programa de Integridade deverá ser submetida à apreciação do Sircode que, após validação, submeterá à aprovação do CGE.

CAPÍTULO III

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Seção I

Disposições gerais

Art. 16. A Política de Gestão de Riscos tem por finalidade estabelecer princípios, objetivos, diretrizes e instituir um sistema para a gestão de riscos relacionados a processos e projetos, prioritariamente finalísticos, decorrentes de planos estratégicos, táticos e operacionais da ACMD.

Parágrafo único. Os processos e os projetos da ACMD, objeto da gestão de riscos decorrente desta Política, serão selecionados e priorizados conforme metodologia de priorização aprovada pelo CGE.

Art. 17. Esta Política e suas normas complementares serão aplicadas a todos os órgãos e agentes que, de alguma forma, desempenhem atividades na ACMD.

Art. 18. A implementação da Política de Gestão de Riscos, bem como as ações, propostas, normas complementares e demais instrumentos necessários, serão definidos e conduzidos pelas Instâncias de Supervisão.

Seção II

Princípios e objetivos

Art. 19. A gestão de riscos da ACMD observará os seguintes princípios:

I - atuação sistemática e estruturada, em obediência aos princípios da Administração Pública, considerando a oportunidade, a conveniência e o interesse público;

II - adoção de níveis adequados de exposição a riscos;

III - agregação de valor e proteção do ambiente interno da ACMD;

IV - estabelecimento de procedimentos de controle proporcionais à importância do risco, observado seu impacto, probabilidade de ocorrência e relação custo-benefício;

V - disponibilização de subsídios para tomada de decisões; e

VI - contribuição para a melhoria contínua dos processos da ACMD.

Art. 20. A gestão de riscos da ACMD observará os seguintes objetivos:

I - contribuir para alcançar os objetivos estabelecidos pela ACMD, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis;

II - contribuir para a eficácia e maior eficiência dos processos e dos projetos da ACMD;

III - fomentar uma gestão proativa;

IV - fornecer aos tomadores de decisão linhas de ação para minimizar os prejuízos decorrentes dos riscos analisados;

V - aumentar a capacidade de adaptação do órgão a mudanças; e

VI - facilitar a identificação de ameaças e oportunidades e melhorar o aprendizado organizacional.

Seção III

Diretrizes

Art. 21. Serão diretrizes para a gestão de riscos da ACMD:

I - implementação de forma gradual, sendo priorizados processos e projetos que impactam diretamente no alcance dos objetivos estabelecidos e na imagem do Ministério da Defesa;

II - integração com os objetivos estratégicos, a governança e os controles internos da gestão;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - operacionalização de forma integrada, por meio de metodologia e normas de procedimentos, objetivando o estabelecimento de um ambiente que respeite os valores e a cultura do Ministério da Defesa;

IV - comunicação tempestiva, eficaz e eficiente com os tomadores de decisão;

V - capacitação contínua dos militares e servidores que exerçam função no processo de gestão de riscos da ACMD; e

VI - melhoria contínua dos processos organizacionais.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. A Secretaria-Geral editará normas complementares quanto à:

I - implantação e condução dos processos de gestão de integridade, governança, riscos, aperfeiçoamento dos controles internos da gestão e desburocratização;

II - definição de atribuições e responsabilidades das instâncias que se fizerem necessárias para a implementação e condução dos processos de gestão de integridade, governança, riscos, aperfeiçoamento dos controles internos da gestão e desburocratização; e

III - instituição de grupos de trabalho ou subcomitês técnicos que se fizerem necessários.

Art. 23. A implementação da Gestão de Riscos na ACMD será realizada de forma progressiva e contínua, com prazo de conclusão de quarenta e oito meses a contar da publicação desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. No prazo máximo de cento e oitenta dias, a partir da publicação desta Portaria Normativa, o Sircode deverá apresentar proposta para a implementação do processo de gestão de riscos na ACMD, considerando, entre outros aspectos que se fizerem necessários:

I - plano inicial de trabalho incluindo projeto ou processo a ser utilizado como piloto para iniciar a implementação do processo de gestão de riscos;

II - instruções e instrumentos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e aperfeiçoamento dos controles internos da gestão; e

III - proposta de metodologia de priorização de planos, programas, projetos e processos da ACMD para a gestão de riscos.

Art. 24. O mapeamento e a avaliação dos riscos deverão considerar, entre outras possíveis, as tipologias de riscos contidas na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016.

Art. 25. Fica revogada a Portaria Normativa nº 40/MD, de 3 de outubro de 2017.

Art. 26. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 734/GC3, DE 23 DE MAIO DE 2018

Desativa o Quarto Esquadrão de Transporte Aéreo.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, em conformidade com o previsto no inciso V do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67200.002683/2018-91, resolve:

Art. 1º Desativar o Quarto Esquadrão de Transporte Aéreo (4º ETA), ativado pela Portaria nº R-012/GM3, de 12 de maio de 1969.

Art. 2º A vigência desta Portaria retroage a 30 de março de 2018.

Art. 3º Revoga-se a Portaria Reservada nº 012/GM3, de 12 de maio de 1969, publicada no Boletim Externo Reservado do EMAER nº 012, de 12 de maio de 1969.

TEN BRIG AR NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 735/GC3, DE 23 DE MAIO DE 2018

Transfere a sede do Primeiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação para a Ala 12.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, em conformidade com o previsto no inciso V do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67200.002683/2018-91, resolve:

Art. 1º Transferir a sede do Primeiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação (1º/7º GAv), da Base Aérea de Salvador (BASV), localizada no Município de Salvador, Estado da Bahia, para a Ala 12, localizada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º O 1º/7º GAv subordinar-se-á à Ala 12.

Art. 3º O Comandante de Preparo deverá aprovar o Regimento Interno do 1º/7º GAv, em até 120 dias a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º A vigência desta Portaria retroage a 30 de março de 2018.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 736/GC3, DE 23 DE MAIO DE 2018

Transfere a sede do Segundo Esquadrão de Transporte Aéreo para a Ala 10.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, em conformidade com o previsto no inciso V do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67200.002683/2018-91, resolve:

Art. 1º Transferir a sede do Segundo Esquadrão de Transporte Aéreo (2º ETA), da Base Aérea de Recife (BARF), localizada no Município de Recife, Estado de Pernambuco, para a Ala 10, localizada no Município de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º O 2º ETA subordinar-se-á à Ala 10.

Art. 3º O Comandante da Ala 10 deverá aprovar o Regimento Interno do 2º ETA, em até 120 dias a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º A vigência desta Portaria retroage a 1º de março de 2018.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 737/GC3, DE 23 DE MAIO DE 2018

Transfere a sede do Primeiro Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação para a Ala 10.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, em conformidade com o previsto no inciso V do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67200.002683/2018-91, resolve:

Art. 1º Transferir a sede do Primeiro Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (1º/8º GAv) da Ala 9, localizada no Município de Belém, Estado do Pará, para a Ala 10, localizada no Município de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º O 1º/8º GAv subordinar-se-á à Ala 10.

Art. 3º O Comandante da Ala 10 deverá aprovar o Regimento Interno do 1º/8º GAv, em até 120 dias a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º A vigência desta Portaria retroage a 1º de março de 2018.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 738/GC3, DE 23 DE MAIO DE 2018

Transfere a sede do Terceiro Esquadrão de Transporte Aéreo para a Ala 12.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, em conformidade com o previsto no inciso V do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67200.002683/2018-91, resolve:

Art. 1º Transferir a sede do Terceiro Esquadrão de Transporte Aéreo (3º ETA), da Ala 11 para a Ala 12, ambas localizadas no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º O 3º ETA subordinar-se-á à Ala 12.

Art. 3º O Comandante de Preparo deverá aprovar o Regimento Interno do 3º ETA, em até 120 dias a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º A Vigência desta Portaria retroage a 30 de dezembro de 2017.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 739/GC3, DE 23 DE MAIO DE 2018

Reformula o Sistema de Assistência aos Inativos e Pensionistas da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto na ICA 700-1 "Implantação e Gerenciamento de Sistemas no Comando da Aeronáutica", e considerando o que consta do Processo nº 67400.001950/2018-57, resolve:

Art. 1º Reformular o Sistema de Assistência aos Inativos e Pensionistas da Aeronáutica (SAIPAR), instituído pela Portaria nº 1.082/GM3, de 31 de agosto de 1981, com a finalidade de planejar, orientar, coordenar, controlar e executar as atividades relativas à assistência aos inativos e pensionistas do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, as atividades inerentes ao SAIPAR são aquelas relacionadas com:

I - a concessão dos proventos aos militares transferidos para a inatividade;

II - a concessão dos proventos aos servidores aposentados;

III - a concessão das pensões aos beneficiários dos militares e servidores;

IV - a reparação concedida aos militares anistiados políticos e, por transferência, aos dependentes;

V - o cadastro dos servidores aposentados;

VI - o cadastro dos pensionistas de militares e de servidores; e

VII - o cadastro dos militares anistiados políticos e dependentes habilitados.

Art. 2º O Órgão Central do SAIPAR é a Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP), pertencente à estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, a qual tem sua constituição e suas competências definidas em Regulamento (ROCA) e Regimento Interno (RICA) próprios.

Art. 3º Ao Órgão Central do Sistema compete:

I - normatizar, orientar, coordenar e controlar a execução das atividades do Sistema;

II - disciplinar a atividade-meio por intermédio de Normas de Sistemas do Comando da Aeronáutica (NSCA);

III - orientar a estruturação e a adequação dos elos do Sistema para o cumprimento das tarefas afetas;

IV - fiscalizar a aplicação das NSCA pertinentes;

V - tratar dos assuntos relativos aos proventos, pensões, reparação econômica e outros direitos financeiros dos inativos e pensionistas do Comando da Aeronáutica;

VI - emitir títulos de proventos, de pensão, de reparação econômica e as respectivas Apostilas;

VII - manter o cadastro dos militares na inatividade, dos servidores aposentados e dos pensionistas de militares e de servidores do Comando da Aeronáutica; e

VIII - interagir com organizações congêneres das demais Forças Armadas e com órgãos públicos em geral, no trato de assuntos de sua competência.

Art. 4º Os elos do SAIPAR estão localizados na estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, de acordo com a realização da atividade-meio correspondente, e têm suas constituições e competências definidas em Regulamento (ROCA) e Regimentos Internos (RICA) próprios ou das organizações a que pertencem.

Art. 5º Aos elos do Sistema compete:

I - cumprir as normas contidas nas NSCA e demais instruções emitidas pelo Órgão Central;

II - executar a atividade-meio pertinente;

III - auxiliar o Órgão Central na fiscalização da atividade sistematizada;

IV - apresentar, para a apreciação do Órgão Central, sugestões que visem ao aperfeiçoamento, desenvolvimento e dinamização da execução das tarefas afetas à atividade; e

V - fornecer, ao Órgão Central, informações necessárias ao planejamento e à elaboração de projetos de interesse do pessoal assistido pelo SAIPAR.

Art. 6º Os elos do Sistema ficam sujeitos à orientação normativa, à coordenação, ao controle, à supervisão técnica e à fiscalização das atividades pelo Órgão Central do Sistema, respeitada a subordinação hierárquica às organizações em cuja estrutura estejam integrados.

Art. 7º O Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) deverá remeter ao Estado-Maior da Aeronáutica cópia da Norma do Sistema de Assistência aos Inativos e Pensionistas da Aeronáutica aprovada, em até 120 dias após a publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revoga-se a Portaria nº 35/GC3, de 19 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 13, de 20 de janeiro de 2010.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 741/GC3, DE 23 DE MAIO DE 2018

Aprova a reedição do PCA 3-3, "Plano Básico de Gerenciamento de Risco de Fauna nos aeródromos brasileiros".

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 18 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; nos incisos I e II do art. 12 e nos incisos II e V do art. 25 da Lei n° 7.565, de 19 de dezembro de 1986; na Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012; na Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015; nas Resoluções nº 237, de 19 de dezembro de 1997, e nº 466, de 05 de fevereiro de 2015, do Conselho Nacional do Meio Ambiente; e

Considerando o que consta do Processo nº 67012.000907/2018-48;

Considerando que o espaço aéreo nacional é um recurso limitado a ser administrado, de acordo com o preconizado na Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), na garantia do interesse público, de maneira a promover o seu uso eficiente e, sobretudo, a segurança das aeronaves que nele operam;

Considerando que todo o esforço deve ser envidado no sentido de encontrar soluções adequadas para o uso do solo na Área de Segurança Aeroportuária (ASA) em relação à atração de fauna e o consequente risco à segurança operacional da aviação que utiliza o espaço aéreo nacional, observada sua importância na integração e desenvolvimento nacionais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando que segurança e regularidade de operações aéreas em um aeroporto ou porção de espaço aéreo dependem, dentre outros aspectos, da gestão adequada das condições atrativas de fauna (uso do solo) na ASA;

Considerando que existem empreendimentos ou atividades, desenvolvidos pelo homem, que desrespeitando o previsto em normas vigentes, podem impor limitações à plena utilização das capacidades operacionais de um aeroporto ou de uma porção de espaço aéreo; e

Considerando a importância da aviação para as atividades sociais e econômicas, requerendo o constante aprimoramento dos mecanismos que estimulem a coordenação entre os órgãos de âmbito federal, estadual e municipal, visando ao cumprimento das normas e à adoção de medidas para regular e controlar as atividades urbanas e rurais que se constituem, ou venham a constituir, potenciais riscos à segurança operacional ou que afetem adversamente a regularidade das operações aéreas no interior da ASA, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do PCA 3-3, "PLANO BÁSICO DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE FAUNA - PBGRF", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 1.393/GC3, de 26 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 186, de 27 de setembro de 2017.

(*) O Plano de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

COMANDO DA MARINHA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 150/MB, DE 23 DE MAIO DE 2018

Divulga resultado das metas globais de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT).

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e na Portaria nº 172/MB, de 1º de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 77, de 24 de abril de 2015, Seção 1, páginas 27 a 31, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do quadro que a esta acompanha, o resultado das metas globais de desempenho institucional, estabelecidas pela Portaria nº 106/MB, de 11 de abril de 2017, referente ao período avaliativo de 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018, o qual será utilizado para pagamento da GDACT aos servidores do Comando da Marinha, ocupantes de cargos efetivos do Plano de Carreiras da área de Ciência e Tecnologia (PCC&T).

Art. 2º Pelo cumprimento dos percentuais estabelecidos na supracitada portaria, o resultado alcançado foi de oitenta pontos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

ANEXO

MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
RESULTADO DAS METAS GLOBAIS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

OBJETIVO	INDICADOR	FÓRMULA	META	RESULTADO ALCANÇADO
Capacitar o pessoal que atua na área de Ciência e Tecnologia, por meio de intercâmbio com outras instituições no País e no exterior, a fim de obter um alto grau de excelência profissional.	Capacitação.	(Quantidade de servidores das Carreiras de C&T submetidos a ações de capacitação / efetivo de servidores das Carreiras de C&T da OM) x 100 (%).	40%	100%
Desenvolver a cooperação/parceria com instituições públicas e privadas responsáveis por pesquisa na área de Ciência, Tecnologia e Inovação no País.	Acordos com Universidades e Instituições de Pesqui sa.	Assinatura de, pelo menos, dois (2) Acordos com Universida des e Instituições de Pesquisa.	2	75%
Valorizar a atividade-fim de cada Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT), com o propósito de efetivamente atender à respectiva missão.	Produção de trabalhos científicos.	(Número de trabalhos científicos apresenta dos em congressos e publicados em revistas científicas nacionais e internacionais / número de servidores civis e militares empregados pelas OMPS-C/ICT nas atividades-fim) x 100 (%).	20%	100%
Aplicar os conceitos de gestão e empreendedorismo nas OM, a fim de obter maior produtividade e eficiência.	Emprego de ferramentas modernas de administração, aprimorando procedimentos e estimulando a inovação.	Emprego de, pelo menos, cinco (5) ferramentas modernas de administra ção.	5	95%
Implementar medidas que elevem o nível de satisfação profissional, no âmbito da MB.	Incentivo e reconhecimento pela eficiência no trabalho.	Utilização de, pelo menos, três (3) instrumentos de incentivo e valorização pessoal.	3	100%

Média dos Resultados Alcançados	94%
Pontos Correspondentes	80 pontos

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 116, DE 21 DE MAIO DE 2018

Revoga a Portaria nº 204, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016, que dispõe sobre a criação do Programa de Fluxo Contínuo de Demandas Espontâneas ou Induzidas para seleção de propostas no âmbito da Capes e aprova o Regulamento do Programa

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 26, Inciso III, do anexo I, do Decreto nº 8.977, de 30 de Janeiro de 2017, CONSIDERANDO a necessidade de reformulação do instrumento legal e dos procedimentos de análise do Programa Demandas Espontâneas ou Induzidas, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 204, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016, publicada no DOU de 21/11/2016, Seção 2, pág. 23;

Art. 2º As obrigações assumidas pelos coordenadores e bolsistas/ex-bolsistas perante a Capes permanecem conforme o termo de compromisso originário, ficando estabelecida a obrigação das partes conforme documentos assinados e acordados previamente a essa Portaria.

Parágrafo único. Todas as propostas submetidas ao Programa Demandas Espontâneas ou Induzidas até a data de revogação serão analisadas pela Capes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
COLEGIADO EXECUTIVO

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 16 DE MAIO DE 2018

O COLEGIADO EXECUTIVO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS/EBSERH, no uso de suas atribuições legais e regimentais, artigo 6º da lei 12550 de 15 de dezembro de 2011 e artigos 60, 61 e 62 do Regimento Interno da EBSERH, em reunião ordinária realizada em 16/05/2018, considerando o Parecer Jurídico nº 27/2018-SEJUR/HU-UFGD, emitido nos autos de Processo Administrativo nº 23005.000184/2016-39, instaurado para apurar ato de inexecução contratual imputado à DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRÓ-SAÚDE LTDA-ME. Resolve:

RATIFICAR o despacho administrativo de fls. 109 para o fim de reconhecer a nulidade da decisão administrativa emitida pela Reitoria da UFGD e, na forma do despacho administrativo de fl. 78, que homologa o Parecer Jurídico nº 145/2017-SEJUR/HU-UFGD (fls.74/77) e da Nota nº 57/2017-UAO/HU-UFGD/EBSERH (fls.93/95), CONHECER do Recurso Administrativo aviado pela DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRÓ-SAÚDE LTDA-ME (fl.85/92) e no mérito NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se assim as penalidades de IMPEDIMENTO temporário de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 02 (dois) meses e de multa no importe de R$ 52,60 (cinquenta e dois reais e sessenta centavos).

RICARDO DO CARMO FILHO
Presidente do Colegiado

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIAS DE 23 DE MAIO DE 2018

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0580/2015, de 19/06/2015, publicada no Diário Oficial da União de 22/06/2015, resolve

Nº 554 - Aplicar à empresa CONSTRUTORA VIGAMA LTDA - EPP, CNPJ nº 03.828.058/0001-16, a pena de suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Viçosa pelo prazo de 22 (vinte e dois) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre as parcelas não executadas do objeto contratado, bem como com a rescisão do Contrato nº 203/2017, tudo com fincas nas cláusulas 6.5.2, 6.4 e 7.1.1, no art. 78, incs. I e III, c/c o art. 87, incs. II e III, da Lei nº 8.666/1993, determinando, ainda, o registro das punições e o descredenciamento junto ao Sicaf. (Processo 012328/2017)

Nº 555 - Aplicar à empresa BIOX COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LABORATORIAIS EIRELI, CNPJ nº 23.300.220/0001-36, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 4 (quatro) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2017NE802560, bem como com sua rescisão, tudo com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 15.1, 15.1.6, 15.2 e 15.2.2 do Edital de Pregão Eletrônico nº 245/2017, determinando, ainda, o registro das punições e o descredenciamento junto ao Sicaf, nos termos do subitem 15.6. (Processo 010058/2017)

JOÃO CARLOS CARDOSO GALVÃO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 403, DE 18 DE MAIO DE 2018

Inclusão de novos avaliadores no BASis.

A DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no § 5º, do Art. 34, da Portaria Normativa nº 19 de 13 de dezembro de 2017, bem como considerando as recentes deliberações da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I a esta Portaria, a relação nominal dos avaliadores selecionados e capacitados para avaliação Externa do SINAES, para o ato autorizativo de autorização de cursos de graduação, homologados pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, na 128ª Reunião Ordinária, no dia 09 de maio do corrente, que passam a integrar o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIÂNGELA ABRÃO

ANEXO I

CPF	Nome
954.014.319-53	Adriana Aparecida Pinto
261.533.458-16	Cassiane de Melo Fernandes
444.492.590-68	Claudia Colar Scolari
271.519.298-38	Fabrícia Faleiros Pimenta
164.519.488-45	Rodrigo Jesus Paolozzi
157.039.108-46	Sandra Mara Tenchena
026.599.679-11	Adriano Barbosa
669.915.014-68	Anabel Guedes Pessoa Nolasco
020.591.185-49	Bartholomeu Thadeu de Souza Rebouças
451.804.589-00	Eliseu Miguel Bertelli
695.607.656-04	Maria Adélia da Costa
114.706.638-80	Valéria Kemp Galdino

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 18, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

A PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 1.856, de 4 de agosto de 2014 publicada no Diário Oficial da União nº 148, em 5 de agosto de 2014, Seção 2, pág. 23 e pela delegação de competência que lhe concede a Portaria nº 1.978, de 9 de agosto de 2016. Resolve:

Aplicar a Darpex Importação Home Office Solution Eireli - ME, CNPJ: 27.338.139/0001-04, a penalidade de MULTA no valor de R$ 273,05 (vinte e sete reais e cinco centavos) e impedimento de licitar e contratar com a União por um período de 2 (dois meses) meses, com base art. 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c item 22, subitem 21.3.1 e 21.3.2 do Edital do Pregão Eletrônico 37/2017. A penalidade é resultado da apuração de irregularidades ocorridas durante a realização do Pregão Eletrônico nº 37/2017, apurado mediante processo administrativo nº 23204.009177/2017-37.

GEANY CLEIDE CARVALHO MARTINS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROVIMENTO Nº 5, DE 21 DE MAIO DE 2018

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, tendo em vista o disposto no artigo 23 do Estatuto da UFRN e no parágrafo 1º do artigo 33 do Regimento Geral da UFRN:

CONSIDERANDO a Resolução n.º 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço n.º 125/2013, de 05 de julho de 2013, bem como o Edital n.º 035/2017-PROGESP, publicado no DOU n.º 215, de 09 de novembro de 2017, retificado nos Diários Oficiais da União n.º 219, de 16 de novembro de 2017; n.º 222, de 21 de novembro de 2017; n.º 228, de 29 de novembro de 2017; n.º 230, de 1º de dezembro de 2017; n.º 241, de 18 de dezembro de 2017; n.º 248, de 28 de dezembro de 2017; e n.º 07, de 10 de janeiro de 2018, e o que consta no processo n.º23077.021238/2018-18, resolve:

Aprovar, ad referendum do CONSEPE, a homologação do resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe Adjunto A, em Regime de Trabalho de Dedicação Exclusiva, área de Segurança da Informação, do Instituto Metrópole Digital (IMD), realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, conforme processo n.º 23077.021238/2018-18, o qual não obteve candidatos aprovados.

JOSÉ DANIEL DINIZ MELO

PROVIMENTO Nº 6, DE 23 DE MAIO DE 2018

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, tendo em vista o disposto no artigo 23 do Estatuto da UFRN e no parágrafo 1º do artigo 33 do Regimento Geral da UFRN:

CONSIDERANDO o despacho da Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral - PROPLAN, de 22 de maio de 2018;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 061/2016-CONSAD, de 15 de dezembro de 2016, publicada no Boletim de Serviço n.º 239/2016, de 27 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 7.423/2010, de 31 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2010, edição extra;

CONSIDERANDO o disposto no art. 39, inciso XVIII, do Regimento Geral da UFRN, resolve:

Aprovar, ad referendum do CONSEPE, o Projeto intitulado: "Infraestrutura Multiusuária de Apoio à Pesquisa e à Pós-Graduação na UFRN", conforme o que estabelece o parágrafo único, do Art. 8º da Resolução nº 061/2016-CONSAD, de 15 de dezembro de 2016, o qual diz que: "Os projetos de que trata o caput desse artigo serão apreciados pelo CONSEPE (art. 6º, §2º, Decreto 7.423/10)".

JOSÉ DANIEL DINIZ MELO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 642, DE 23 DE MAIO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.018612/2017-33; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Educação/ Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho, objeto do Edital nº. 002/2018, publicado no D.O.U. em 09/01/2018 e no Correio de Sergipe em 10/01/2018,conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Psicologia
Disciplinas	Introdução à Psicologia do Desenvolvimento; Introdução à Psicologia da Aprendizagem; Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem I e II; Psicologia da Educação I e II; Psicologia Geral; Teorias Aprendizagem e Ensinotura e Escrita, Fundamentos para o ensino de Alfabetização, Sociolinguística.
Cargo/Nível	Professor Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: DELMA BARROS FILHO - 73,61 2º LUGAR: JORGE JOSÉ MACIEL MELO - 70,48 3º LUGAR: BRUNO CERQUEIRA GAMA - 61,22 4º LUGAR: HELMIR OLIVEIRA RODRIGUES - 59,58
Cotas (Lei nº 12.990/14)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 376, DE 23 DE MAIO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.045256/2017-55, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Ciências da Saúde , objeto do Edital nº 035/DDP/ 2017, publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, Seção 3, página 85.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Campo de Conhecimento: Morfologia/Histologia/Embriologia/Anatomia Patológica e Patologia Clínica/Ensino Tutorial/Comunidades: Integração Ensino-Serviço/Habilidades Médicas: Clínico-Cirúrgico e Simulação/Fundamentos do SUS

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva/DE
Vagas: 1 (uma)
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	ROSSANA COLLA SOLETTI	9,31
2º	JOSETE MAZON	9,25
3º	FRANCIELLY ANDRESSA FELIPETTI	8,38

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 23 MAIO DE 2018

Processo SEI nº: 17944.000013/2017-88.
Interessados: Estado do Ceará e Caixa Econômica Federal.
Assunto: Contratos de garantia e de contragarantia a serem celebrados entre a União e o Estado do Ceará, com a interveniência da Caixa Econômica Federal , do Banco do Brasil S/A e do Banco do Nordeste do Brasil S/A, referentes a contrato de financiamento firmado entre aquele Estado federado e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), cujos recursos serão destinados à complementação de contrapartida do financiamento VLT Parangaba/Mucuripe, no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transportes e da Mobilidade Urbana/Pró-Transporte - CPAC VLT Parangaba/Mucuripe.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo as contratações, observadas as normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Ministro

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.901, DE 22 DE MAIO DE 2018

Estabelece critérios e condições para a divulgação, em notas explicativas, de informações sobre partes relacionadas pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 22 de maio de 2018, com base no arts. 6º e 7º, inciso III, da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, 9º, inciso IX, alínea "b", e 15 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento devem divulgar, em notas explicativas às demonstrações financeiras, informações sobre partes relacionadas.

Art. 2º Na divulgação das informações de que trata o art. 1º, deve ser observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 3 de setembro de 2010.

§ 1º Os pronunciamentos técnicos citados no texto do CPC 05 (R1), enquanto não recepcionados por ato específico do Banco Central do Brasil, não podem ser aplicados.

§ 2º As menções a outros pronunciamentos no texto do CPC 05 (R1), para efeitos desta Circular, devem ser interpretadas como referências a pronunciamentos do CPC que tenham sido recepcionados pelo Banco Central do Brasil, bem como aos dispositivos pertinentes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

§ 3º As menções, no texto do CPC 05 (R1), aos termos "controle", "controle conjunto", "entidade de investimento" e "influência significativa" devem ser interpretadas como referências aos seguintes conceitos:

I - controle: situação em que a instituição investidora está exposta a ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre essa entidade;

II - controle conjunto: situação em que há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de uma entidade, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes controladoras;

III - entidade de investimento: entidade que atende, cumulativamente, as seguintes condições:

a) o seu propósito comercial é o investimento de recursos exclusivamente para fins de retornos de valorização do capital, receitas de investimentos ou ambos;

b) a obtenção de recursos de investidores possui o objetivo de fornecer-lhes serviços de gestão de investimento; e

c) a mensuração e a avaliação do desempenho de parcela substancial de seus investimentos devem ser feitas com base no valor justo; e

IV - influência significativa: situação em que a instituição investidora mantém, direta ou indiretamente, pelo menos 20% (vinte por cento) do capital votante da entidade investida, sem controlá-la, ou detém ou exerce o poder de participar das decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la, considerando, no mínimo, os seguintes fatores:

a) representação no conselho de administração ou na diretoria da entidade investida;

b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições da entidade investida;

c) operações materiais entre a instituição investidora e a entidade investida;

d) intercâmbio de diretores ou outros membros da alta administração; e

e) fornecimento pela instituição investidora de informação técnica essencial para a atividade da entidade investida.

Art. 3º Fica revogada a Circular nº 3.463, de 12 de agosto de 2009.

Art. 4º Esta Circular entra em vigor em 31 de dezembro de 2018.

TIAGO COUTO BERRIEL
Diretor de Regulação
Substituto

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DE 22 DE MAIO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2014/8013
Reg. Col. nº 0078/16

Acusados	Advogados
Elias Ndevanjema Shikongo	Francisco Antunes Maciel Müssnich - OAB/RJ n° 28.717 Juliana Paiva Guimarães - OAB/RJ n° 114.479
JG Petrochem Participações Ltda.	João Carlos de Andrade Uzêda Accioly - OAB/RJ n° 152.928
John Anderson Willott	Francisco Antunes Maciel Müssnich - OAB/RJ n° 28.717 Juliana Paiva Guimarães - OAB/RJ n° 114.479
Márcio Rocha Mello	João Mendes de Oliveira Castro - OAB/RJ n° 134.474 Isabel Picot França - OAB/RJ n° 142.099
Wagner Elias Peres	João Mendes de Oliveira Castro - OAB/RJ n° 134.474 Isabel Picot França - OAB/RJ n° 142.099

Interessados: Márcio Rocha Mello e Wagner Elias Peres
Assunto: Pedido de produção de provas
Diretor Relator: Gustavo Machado Gonzalez

1. Trata-se de Processo Administrativo Sancionador ("PAS") instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP para apurar eventuais irregularidades relacionadas à companhia aberta denominada à época de HRT Participações em Petróleo S.A. ("HRT" ou "Companhia"). As supostas irregularidades se rereferem à deliberação do Conselho de Administração de 20.12.2013, na qual se decidiu pela suspensão de dois conselheiros de administração e foram consideradas nulas as nomeações de dois conselheiros fiscais, e à Assembleia Geral Extraordinária de 19.03.2014, que deliberou acerca da propositura de ação de responsabilidade em face dos conselheiros fiscais afastados.

2. Adicionalmente, nesse PAS também se discute a responsabilidade da JG Petrochem Participações Ltda. por deixar de declarar, na forma estabelecida nos normativos da CVM, seu suposto objetivo de influir na estrutura administrativa da HRT. Por fim, Discovery Capital Management, LLC foi acusada neste processo por supostas irregularidades no comunicado de aquisição de participação relevante da HRT datado de 08.04.2013, tendo, posteriormente, o processo sido arquivado quanto a essa acusada em razão da celebração de Termo de Compromisso (fls. 4012/4913).

3. São acusados:

(i) Márcio da Rocha Mello ("Mello"), Wagner Elias Peres ("Peres"), John Anderson Willott e Elias Ndevanjema Shikongo, na qualidade de membros do Conselho de Administração, por descumprimento do artigo 154, caput, da Lei n° 6.404/1976;

(ii) John Anderson Willot, na qualidade de presidente da mesa da Assembleia Geral Extraordinária de 19.03.2014, por descumprimento dos artigos 128 e 159, §1°, da Lei n° 6.404/1976;

(iii) JG Petrochem Participações Ltda., na qualidade de acionista, por descumprimento do artigo 12, caput, II e §5°, da Instrução CVM n° 358/2002, e do artigo 115, c/c o artigo 159, §1°, ambos da Lei n° 6.404/1976.

4. Em sua defesa (fls. 4353/4744), Mello e Peres solicitaram (i) a oitiva das testemunhas Magda Chambriard e Wagner Victer, com o fim de demonstrar seu integral comprometimento e dedicação em relação ao sucesso da Companhia; (ii) Jaime Luiz Kalsing, Ricardo Bottas e Marcelo Corrêa, para demonstrar a pauta nociva dos conselheiros de administração afastados; e, ainda, (iii) José Augusto, com a finalidade de demonstrar o interesse de um grupo de acionistas capitaneado pela Discovery Capital Management, LLC.

5. Quanto aos pedidos, entendo que a obtenção dos depoimentos das testemunhas indicadas é impertinente. No que se refere ao primeiro pedido, considero que a dedicação dos Acusados aos interesses da Companhia não possui nenhum impacto na análise de suas responsabilidades quanto a supostas ilegalidades cometidas em deliberação da qual participaram. No que se refere ao segundo e ao terceiro pedidos, entendo que o presente PAS não versa sobre a atuação dos conselheiros de administração afastados, mas sim sobre a legalidade da decisão de suspensão de seus mandatos na reunião do Conselho de Administração de 20.12.2013, suspensão essa que foi justificada por supostamente atuarem tais conselheiros em companhias potencialmente concorrentes à HRT.

6. Dito isso, indefiro os pedidos de produção de prova, nos termos do artigo 19 da Deliberação CVM n° 538/2008 e do artigo 38, §2º, da Lei n° 9.784/1999.

Por fim, encaminho os autos à CCP para que proceda com a intimação dos acusados e de seus advogados por meio de publicação no Diário Oficial da União, nos termos do artigo 40 da Deliberação CVM nº 538/2008, e divulgação do presente despacho na rede mundial de computadores.

GUSTAVO GONZALEZ
Diretor

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 140, DE 22 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

O Comitê Gestor do Simples Nacional, no exercício das competências que lhe conferem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, e o Regimento Interno aprovado pela Resolução CGSN nº 1, de 19 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), e dá outras providências. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

TÍTULO I
DA PARTE GERAL
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção I
Das Definições

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, e a sociedade de advogados registrada na forma prevista no art. 15 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, desde que: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, caput; art. 18, § 5º-C, VII)

a) no caso da ME, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, inciso I)

b) no caso da EPP, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais); (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, inciso II)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - receita bruta (RB) o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, caput e § 1º)

III - período de apuração (PA) o mês-calendário considerado como base para apuração da receita bruta; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, caput e § 3º; art. 21, inciso III)

IV - empresa em início de atividade aquela que se encontra no período de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de abertura constante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

V - data de início de atividade a data de abertura constante do CNPJ. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 1º Para fins de opção e permanência no Simples Nacional, a ME ou a EPP poderá auferir em cada ano-calendário receitas no mercado interno até o limite de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e, adicionalmente, receitas decorrentes da exportação de mercadorias ou serviços para o exterior, inclusive quando realizada por meio de empresa comercial exportadora ou de sociedade de propósito específico prevista no art. 56 da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que as receitas de exportação também não excedam R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, §§ 10 e 14)

§ 2º A empresa que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual ou o limite adicional para exportação previstos no § 1º fica excluída do Simples Nacional, ressalvado o disposto no § 3º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, §§ 9º e 14)

§ 3º Os efeitos da exclusão prevista no § 2º ocorrerão a partir do: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, §§ 9º-A e 14)

I - mês subsequente àquele em que o excesso da receita bruta acumulada no ano for superior a 20% (vinte por cento) de cada um dos limites previstos no § 1º; ou

II - ano-calendário subsequente àquele em que o excesso da receita bruta acumulada no ano não for superior a 20% (vinte por cento) de cada um dos limites previstos no § 1º.

§ 4º Também compõem a receita bruta de que trata este artigo: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, e art. 3º, § 1º)

I - o custo do financiamento nas vendas a prazo, contido no valor dos bens ou serviços ou destacado no documento fiscal;

II - as gorjetas, sejam elas compulsórias ou não;

III - os royalties, aluguéis e demais receitas decorrentes de cessão de direito de uso ou gozo; e

IV - as verbas de patrocínio.

§ 5º Não compõem a receita bruta de que trata este artigo: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, e art. 3º, § 1º)

I - a venda de bens do ativo imobilizado;

II - os juros moratórios, as multas e quaisquer outros encargos auferidos em decorrência do atraso no pagamento de operações ou prestações;

III - a remessa de mercadorias a título de bonificação, doação ou brinde, desde que seja incondicional e não haja contraprestação por parte do destinatário;

IV - a remessa de amostra grátis;

V - os valores recebidos a título de multa ou indenização por rescisão contratual, desde que não corresponda à parte executada do contrato;

VI - para o salão-parceiro de que trata a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, os valores repassados ao profissional-parceiro, desde que este esteja devidamente inscrito no CNPJ;

VII - os rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável.

§ 6º Consideram-se bens do ativo imobilizado, ativos tangíveis: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; Convênio ICMS nº 64, de 7 de julho de 2006; Resolução CFC nº 1.285, de 18 de junho de 2010)

I - que sejam disponibilizados para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para locação por outros, para investimento, ou para fins administrativos; e

II - cuja desincorporação ocorra a partir do décimo terceiro mês contado da respectiva entrada.

§ 7º O adimplemento das obrigações comerciais por meio de troca de mercadorias, prestação de serviços, compensação de créditos ou qualquer outra forma de contraprestação é considerado receita bruta para as partes envolvidas. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, e art. 3º, § 1º, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 533, caput)

§ 8º As receitas decorrentes da venda de bens ou direitos ou da prestação de serviços devem ser reconhecidas quando do faturamento, da entrega do bem ou do direito ou à proporção em que os serviços forem efetivamente prestados, o que primeiro ocorrer. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º e art. 18, § 3º)

§ 9º Aplica-se o disposto no § 8º também na hipótese de valores recebidos adiantadamente, ainda que no regime de caixa, e às vendas para entrega futura. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, e art. 18, § 3º)

Seção II

Das Empresas em Início de Atividade

Art. 3º No ano-calendário de início de atividade, cada um dos limites previstos no § 1º do art. 2º será de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), multiplicados pelo número de meses compreendidos entre o início de atividade e o final do respectivo ano-calendário, considerada a fração de mês como mês completo. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 2º)

§ 1º Se a receita bruta acumulada no ano-calendário de início de atividade, no mercado interno ou em exportação para o exterior, for superior a qualquer um dos limites a que se refere o caput, a empresa estará excluída do Simples Nacional e deverá pagar a totalidade ou a diferença dos respectivos tributos devidos em conformidade com as normas gerais de incidência. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 10)

§ 2º Os efeitos da exclusão prevista no § 1º: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, §§ 10 e 12)

I - serão retroativos ao início de atividade se o excesso verificado em relação à receita bruta acumulada for superior a 20% (vinte por cento) dos limites previstos no caput;

II - ocorrerão a partir do ano-calendário subsequente se o excesso verificado em relação à receita bruta acumulada não for superior a 20% (vinte por cento) dos limites previstos no caput.

§ 3º Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, os limites de receita bruta: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 2º)

I - para fins de opção, serão os previstos no caput deste artigo; e

II - para fins de permanência no Regime, serão os previstos no § 1º do art. 2º.

CAPÍTULO II

DO SIMPLES NACIONAL

Seção I

Da Abrangência do Regime

Subseção I

Dos Tributos Abrangidos

Art. 4º A opção pelo Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, no montante apurado na forma prevista nesta Resolução, em substituição aos valores devidos segundo a legislação específica de cada tributo, dos seguintes impostos e contribuições, ressalvado o disposto no art. 5º: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13, incisos I a VIII)

I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);

II - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

V - Contribuição para o PIS/Pasep;

VI - Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);

VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Subseção II

Dos Tributos não Abrangidos

Art. 5º O recolhimento na forma prevista no art. 4º não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos pela ME ou EPP na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13, inciso VI, § 1º, incisos I a XV; art. 18, § 5º-C; art. 18-A, § 3º, inciso VI e art. 18-C)

I - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);

II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros (II);

III - Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados (IE);

IV - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);

V - Imposto sobre a Renda relativo:

a) aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;

b) aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;

c) aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas;

VI - Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

VII - Contribuição previdenciária devida pelo trabalhador;

VIII - Contribuição previdenciária devida pelo empresário, na qualidade de contribuinte individual;

IX - Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e IPI incidentes na importação de bens e serviços;

X - Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins em regime de tributação concentrada ou substituição tributária, nos termos do § 7º do art. 25;

XI - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no caso de:

a) construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo e decoração de interiores;

b) serviço de vigilância, limpeza ou conservação;

c) serviços advocatícios; e

d) contratação de empregado pelo Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do art. 105;

XII - ICMS devido:

a) nas operações sujeitas ao regime de substituição tributária, tributação concentrada em uma única etapa (monofásica) e sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto com encerramento de tributação, envolvendo combustíveis e lubrificantes; energia elétrica; cigarros e outros produtos derivados do fumo; bebidas; óleos e azeites vegetais comestíveis; farinha de trigo e misturas de farinha de trigo; massas alimentícias; açúcares; produtos lácteos; carnes e suas preparações; preparações à base de cereais; chocolates; produtos de padaria e da indústria de bolachas e biscoitos; sorvetes e preparados para fabricação de sorvetes em máquinas; cafés e mates, seus extratos, essências e concentrados; preparações para molhos e molhos preparados; preparações de produtos vegetais; rações para animais domésticos; veículos automotivos e automotores, suas peças, componentes e acessórios; pneumáticos; câmaras de ar e protetores de borracha; medicamentos e outros produtos farmacêuticos para uso humano ou veterinário; cosméticos; produtos de perfumaria e de higiene pessoal; papéis; plásticos; canetas e malas; cimentos; cal e argamassas; produtos cerâmicos; vidros; obras de metal e plástico para construção; telhas e caixas dágua; tintas e vernizes; produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos; fios; cabos e outros condutores; transformadores elétricos e reatores; disjuntores; interruptores e tomadas; isoladores; para-raios e lâmpadas; máquinas e aparelhos de ar-condicionado; centrifugadores de uso doméstico; aparelhos e instrumentos de pesagem de uso doméstico; extintores; aparelhos ou máquinas de barbear; máquinas de cortar o cabelo ou de tosquiar; aparelhos de depilar, com motor elétrico incorporado; aquecedores elétricos de água para uso doméstico e termômetros; ferramentas; álcool etílico; sabões em pó e líquidos para roupas; detergentes; alvejantes; esponjas; palhas de aço e amaciantes de roupas; venda de mercadorias pelo sistema porta a porta; nas operações sujeitas ao regime de substituição tributária pelas operações anteriores; e nas prestações de serviços sujeitas aos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do imposto com encerramento de tributação;

b) por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, por força da legislação estadual ou distrital vigente;

c) na entrada, no território do Estado ou do Distrito Federal, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica, quando não destinados a comercialização ou a industrialização;

d) por ocasião do desembaraço aduaneiro;

e) na aquisição ou manutenção em estoque de mercadoria sem o documento fiscal correspondente;

f) na operação ou prestação realizada sem emissão do documento fiscal correspondente;

g) nas operações com bens ou mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, nas aquisições em outros Estados ou no Distrito Federal sem encerramento da tributação, hipótese em que será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual e ficará vedada a agregação de qualquer valor;

h) nas aquisições realizadas em outros Estados ou no Distrito Federal de bens ou mercadorias não sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual; e

i) nas hipóteses de impedimento a que se refere o art. 12;

XIII - ISS devido:

a) em relação aos serviços sujeitos a substituição tributária ou retenção na fonte;

b) na importação de serviços;

c) em valor fixo pelos escritórios de serviços contábeis, quando previsto pela legislação municipal; e

d) nas hipóteses de impedimento a que se refere o art. 12;

XIV - tributos devidos pela pessoa jurídica na condição de substituto ou responsável tributário; e

XV - demais tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, não relacionados neste artigo e no art. 4º.

§ 1º Em relação a bebidas não alcóolicas, massas alimentícias, produtos lácteos, carnes e suas preparações, preparações à base de cereais, chocolates, produtos de padaria e da indústria de bolachas e biscoitos, preparações para molhos e molhos preparados, preparações de produtos vegetais, telhas e outros produtos cerâmicos para construção, e detergentes, aplica-se o disposto na alínea "a" do inciso XII aos fabricados em escala industrial relevante em cada segmento, observado o disposto em convênio celebrado pelos Estados e pelo Distrito Federal. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13, § 8º)

§ 2º A diferença entre a alíquota interna e a interestadual do ICMS de que tratam as alíneas "g" e "h" do inciso XII do caput será calculada tomando-se por base as alíquotas aplicáveis às pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13, § 5º)

§ 3º A ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional fica dispensada do pagamento: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13, § 3º)

I - das contribuições instituídas pela União, não abrangidas pela Lei Complementar nº 123, de 2006;

II - das contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo.

Seção II

Da Opção pelo Regime

Subseção I

Dos Procedimentos

Art. 6º A opção pelo Simples Nacional deverá ser formalizada por meio do Portal do Simples Nacional na internet, e será irretratável para todo o ano-calendário. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

§ 1º A opção de que trata o caput será formalizada até o último dia útil do mês de janeiro e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção, ressalvado o disposto no § 5º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 2º)

§ 2º Enquanto não vencido o prazo para formalização da opção o contribuinte poderá: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

I - regularizar eventuais pendências impeditivas do ingresso no Simples Nacional, e, caso não o faça até o término do prazo a que se refere o § 1º, o ingresso no Regime será indeferido;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - cancelar o pedido de formalização da opção, salvo se este já houver sido deferido.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica às empresas em início de atividade. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

§ 4º No momento da opção, o contribuinte deverá declarar expressamente que não se enquadra nas vedações previstas no art. 15, independentemente das verificações realizadas pelos entes federados. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

§ 5º No caso de opção pelo Simples Nacional feita por ME ou EPP no início de atividade, deverá ser observado o seguinte: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 3º)

I - depois de efetuar a inscrição no CNPJ, a inscrição municipal e, caso exigível, a estadual, a ME ou a EPP terá um prazo de até 30 (trinta) dias, contado do último deferimento de inscrição, para formalizar a opção pelo Simples Nacional;

II - depois de formalizada a opção pela ME ou pela EPP, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) disponibilizará aos Estados, Distrito Federal e Municípios a relação de empresas optantes para verificação da regularidade da inscrição municipal e, quando exigível, da estadual;

III - os entes federados deverão prestar informações à RFB sobre a regularidade da inscrição municipal ou, quando exigível, da estadual:

a) até o dia 5 (cinco) de cada mês, relativamente às informações disponibilizadas pela RFB do dia 20 (vinte) ao dia 31 (trinta e um) do mês anterior;

b) até o dia 15 (quinze) de cada mês, relativamente às informações disponibilizadas pela RFB do dia 1º (primeiro) ao dia 9 (nove) do mesmo mês; e

c) até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, relativamente às informações disponibilizadas pela RFB do dia 10 (dez) ao dia 19 (dezenove) do mesmo mês;

IV - confirmada a regularidade da inscrição municipal e, quando exigível, da estadual, ou ultrapassado o prazo a que se refere o inciso III sem manifestação por parte do ente federado, a opção será deferida, observadas as demais disposições relativas à vedação para ingresso no Simples Nacional e o disposto no § 7º; e

V - a opção produzirá efeitos a partir da data de abertura constante do CNPJ, salvo se o ente federado considerar inválidas as informações prestadas pela ME ou EPP nos cadastros estadual e municipal, hipótese em que a opção será indeferida.

§ 6º A RFB disponibilizará aos Estados, Distrito Federal e Municípios relação dos contribuintes referidos neste artigo para verificação quanto à regularidade para a opção pelo Simples Nacional e, posteriormente, a relação dos contribuintes que tiveram a sua opção deferida. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

§ 7º A ME ou a EPP não poderá formalizar a opção pelo Simples Nacional na condição de empresa em início de atividade depois de decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura constante do CNPJ, observados os demais requisitos previstos no inciso I do § 5º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 3º)

§ 8º A opção pelo Simples Nacional formalizada por escritório de serviços contábeis implica o dever deste, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 22-B)

I - de promover atendimento gratuito relativo à inscrição, à opção de que trata o art. 102 e à primeira declaração anual simplificada do Microempreendedor Individual (MEI), o qual poderá, por meio de suas entidades representativas de classe, firmar convênios e acordos com a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios, por intermédio dos seus órgãos vinculados;

II - de fornecer, por solicitação do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas relativas às ME e EPP optantes pelo Simples Nacional e atendidas pelo escritório ou por entidade representativa de classe; e

III - de promover eventos de orientação fiscal, contábil e tributária para as ME e EPP optantes pelo Simples Nacional atendidas pelo escritório ou por entidade representativa de classe.

Art. 7º A ME ou a EPP poderá agendar a formalização da opção de que trata o § 1º do art. 6º, observadas as seguintes disposições: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

I - aplicativo específico para o agendamento da opção estará disponível no Portal do Simples Nacional, entre o primeiro dia útil de novembro e o penúltimo dia útil de dezembro do ano anterior ao da opção;

II - a formalização da opção agendada ficará sujeita ao disposto nos §§ 4º e 6º do art. 6º;

III - na hipótese de serem identificadas pendências impeditivas do ingresso no Simples Nacional, o agendamento será rejeitado, e a empresa poderá:

a) solicitar novo agendamento após a regularização das pendências, observado o prazo previsto no inciso I; ou

b) realizar a opção no prazo e nas condições previstos no § 1º do art. 6º;

IV - se não houver pendências impeditivas do ingresso da ME ou da EPP no Simples Nacional, o agendamento será confirmado e a opção será considerada válida, com efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente; e

V - o agendamento:

a) não se aplica a opção pelo Simples Nacional formalizada por ME ou EPP em início de atividade; e

b) poderá ser cancelado até o final do prazo previsto no inciso I.

§ 1º A confirmação do agendamento não dispensa a formalização da opção pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos Abrangidos pelo Simples Nacional (Simei), a qual deverá ser efetivada no prazo previsto no inciso II do art. 102. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput; art. 18-A, § 14)

§ 2º Não caberá recurso contra a rejeição do agendamento de que trata este artigo. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

§ 3º O agendamento confirmado poderá ser cancelado até o final do prazo previsto no inciso I do caput, caso tenha ocorrido erro no processamento das informações tempestivamente transmitidas pelos entes federados nos termos do § 6º do art. 6º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

§ 4º O cancelamento a que se refere o § 3º será comunicado ao sujeito passivo por meio do sistema de comunicação eletrônica a que se refere o art. 122, hipótese em que a empresa poderá solicitar novo agendamento de opção ou formalizar a opção no prazo e nas condições previstos no § 1º do art. 6º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput e § 1º-B)

Art. 8º Para fins de identificação de atividade cuja natureza impede o ingresso no Simples Nacional, serão utilizados os códigos de atividades econômicas previstos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) informados pela ME ou pela EPP no CNPJ. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

§ 1º O Anexo VI relaciona códigos da CNAE correspondentes a atividades impeditivas do ingresso no Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

§ 2º O Anexo VII relaciona códigos ambíguos da CNAE, ou seja, os que abrangem concomitantemente atividade impeditiva e permitida ao ingresso no Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

§ 3º A ME ou a EPP que exerça atividade econômica cujo código da CNAE seja considerado ambíguo poderá formalizar a opção de acordo com o art. 6º, desde que: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

I - exerça apenas atividade cuja opção seja permitida no Simples Nacional; e

II - declare expressamente que não se enquadra nas vedações previstas no art. 15, nos termos do § 4º do art. 6º.

§ 4º Na hipótese de alteração da relação de códigos da CNAE correspondentes a atividades impeditivas do ingresso no Simples Nacional e da relação de códigos ambíguos, serão observadas as seguintes regras: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

I - se determinada atividade econômica deixar de ser considerada impedida do ingresso no Simples Nacional, a ME ou a EPP que a exerce poderá optar pelo Simples Nacional a partir do ano-calendário subsequente ao da alteração que afastou o impedimento, desde que não incorra em nenhuma das vedações previstas no art. 15; e

II - se determinada atividade econômica passar a ser considerada impeditiva do ingresso no Simples Nacional, a ME ou a EPP que a exerce deverá comunicar o fato à RFB e providenciar sua exclusão do Simples Nacional, cujos efeitos terão início no ano-calendário subsequente ao da alteração que determinou o impedimento.

Subseção II

Dos Sublimites de Receita Bruta

Art. 9º O Distrito Federal e os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro seja de até 1% (um por cento) poderão optar pela aplicação de sublimite de receita bruta anual de R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) no mercado interno e, adicionalmente, igual sublimite para exportação de mercadorias ou serviços para o exterior, para efeito de recolhimento do ICMS e do ISS relativos aos estabelecimentos localizados em seus respectivos territórios. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 19, caput; art. 20, caput)

§ 1º Para o Distrito Federal e os Estados que não tenham adotado sublimites na forma prevista no caput e para aqueles cuja participação no PIB brasileiro seja superior a 1% (um por cento), deverá ser observado, para fins de recolhimento do ICMS e do ISS, o sublimite no valor de R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) no mercado interno e, adicionalmente, igual sublimite para exportação de mercadorias ou serviços para o exterior. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13-A; art. 19, § 4º)

§ 2º Para fins do disposto no caput e no § 1º, a participação do ente federado no PIB brasileiro será apurada levando-se em conta o último resultado anual divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até o último dia útil de setembro de cada ano-calendário. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 19, § 1º)

§ 3º A opção prevista no caput e a obrigatoriedade do sublimite previsto no § 1º produzirão efeitos a partir do ano-calendário subsequente, salvo se outro termo inicial for determinado mediante deliberação do CGSN. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 19, § 2º)

Art. 10. O sublimite em vigor no Estado ou no Distrito Federal aplicado na forma prevista no art. 9º implicará a vigência do mesmo sublimite de receita bruta acumulada para efeito de recolhimento do ISS devido por estabelecimentos localizados em seu respectivo território. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 20, caput)

Art. 11. Os Estados e o Distrito Federal deverão manifestar-se mediante Decreto do respectivo Poder Executivo, sobre a adoção de sublimite de receita bruta acumulada para efeito de recolhimento do ICMS em seus territórios, na forma prevista no caput do art. 9º, até o último dia útil do mês de outubro do ano em que a adoção do sublimite se efetivar. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 20, § 4º)

§ 1º Os Estados e o Distrito Federal informarão ao CGSN a opção de adotar o sublimite a que se refere o caput até o último dia útil do mês de novembro do ano em que a adoção do sublimite se efetivar. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 20, § 4º)

§ 2º O CGSN divulgará, mediante Resolução, a opção dos Estados e do Distrito Federal de adotar o sublimite a que se refere o caput, durante o mês de dezembro do ano em que a adoção do sublimite for publicada, com validade para o ano-calendário subsequente. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 20, § 4º)

Art. 12. Caso a receita bruta acumulada pela empresa no ano-calendário ultrapasse quaisquer dos sublimites previstos no caput e § 1º do art. 9º, o estabelecimento da EPP localizado na unidade da federação cujo sublimite for ultrapassado estará impedido de recolher o ICMS e o ISS pelo Simples Nacional, ressalvado o disposto nos §§ 2º a 4º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 15, e art. 20, § 1º)

§ 1º Os efeitos do impedimento previsto no caput ocorrerão: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 20, §§ 1º e 1º-A)

I - a partir do mês subsequente àquele em que o excesso da receita bruta acumulada no ano for superior a 20% (vinte por cento) dos sublimites previstos no art. 9º;

II - a partir do ano-calendário subsequente àquele em que o excesso da receita bruta acumulada não for superior a 20% (vinte por cento) dos sublimites previstos no art. 9º.

§ 2º No ano-calendário de início de atividade, cada um dos sublimites previstos no caput e § 1º do art. 9º será de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) ou R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme o caso, multiplicados pelo número de meses compreendidos entre o início de atividade e o final do respectivo ano-calendário, considerada a fração de mês como mês completo. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 11)

§ 3º Caso a receita bruta acumulada pela empresa no ano-calendário de início de atividade ultrapasse quaisquer dos sublimites previstos no § 2º, o estabelecimento da EPP localizado na unidade da federação cujo sublimite for ultrapassado estará impedido de recolher o ICMS e o ISS pelo Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 11)

§ 4º Os efeitos do impedimento previsto no § 3º: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, §§ 11 e 13)

I - serão retroativos ao início de atividade se o excesso verificado em relação à receita bruta acumulada for superior a 20% (vinte por cento) dos sublimites previstos no § 2º;

II - ocorrerão a partir do ano-calendário subsequente se o excesso verificado em relação à receita bruta acumulada não for superior a 20% (vinte por cento) dos sublimites previstos no § 2º.

§ 5º O ICMS e o ISS voltarão a ser recolhidos pelo Simples Nacional no ano subsequente, caso no Estado ou no Distrito Federal passe a vigorar sublimite de receita bruta superior ao que vinha sendo utilizado no ano-calendário em que ocorreu o excesso da receita bruta, exceto se o novo sublimite também houver sido ultrapassado. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 20, § 2º)

§ 6º Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, caso a receita bruta acumulada pela empresa no ano-calendário de início de atividade ultrapasse quaisquer dos sublimites do § 2º, o estabelecimento da EPP localizado na unidade da federação cujo sublimite for ultrapassado estará impedido de recolher o ICMS e o ISS pelo Simples Nacional já no ano de ingresso no Regime. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 11)

§ 7º Na hipótese prevista no § 3º, a EPP impedida de recolher o ICMS e o ISS pelo Simples Nacional ficará sujeita ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos tributos, devidos em conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos, apenas, de juros de mora, quando o pagamento for efetuado antes do início de procedimento de ofício, ressalvada a hipótese prevista no § 4º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 32, §§ 1º e 3º)

§ 8º Nas hipóteses previstas neste artigo, ficarão sujeitos às normas gerais de incidência do ICMS e do ISS, conforme o caso: (Lei Complementar nº 123, de 2006,)

I - quando excederem o sublimite previsto no caput do art. 9º, os estabelecimentos localizados nas unidades da Federação que o adotarem;

II - quando excederem o sublimite previsto no § 1º do art. 9º, todos os estabelecimentos da empresa, independentemente de sua localização.

§ 9º Para fins do disposto neste artigo, serão consideradas, separadamente, as receitas brutas auferidas no mercado interno e aquelas decorrentes de exportação para o exterior. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 15)

Subseção III

Do Resultado do Pedido de Formalização da Opção Pelo Simples Nacional

Art. 13. O resultado do pedido de formalização da opção pelo Simples Nacional poderá ser consultado no Portal do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

Art. 14. Na hipótese de ser indeferido o pedido de formalização da opção a que se refere o art. 6º, será expedido termo de indeferimento por autoridade fiscal integrante da estrutura administrativa do respectivo ente federado que decidiu pelo indeferimento, inclusive na hipótese de existência de débitos tributários. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 6º)

Parágrafo único. Será dada ciência do termo a que se refere o caput à ME ou à EPP pelo ente federado que tenha indeferido o pedido de formalização da sua opção, segundo a sua legislação, observado o disposto no art. 122. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, §§ 1º-A e 6º; art. 29, § 8º)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção III

Das Vedações ao Ingresso

Art. 15. Não poderá recolher os tributos pelo Simples Nacional a pessoa jurídica ou entidade equiparada: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, caput)

I - que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior ou no ano-calendário em curso, receita bruta superior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) no mercado interno ou superior ao mesmo limite em exportação para o exterior, observado o disposto no art. 3º; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, inciso II e §§ 2º, 9º, 9º-A, 10, 12 e 14)

II - de cujo capital participe outra pessoa jurídica ou sociedade em conta de participação; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 4º, inciso I)

III - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 4º, inciso II)

IV - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse um dos limites máximos de que trata o inciso I do caput; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 4º, inciso III, § 14)

V - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse um dos limites máximos de que trata o inciso I do caput; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 4º, inciso IV, § 14)

VI - cujo sócio ou titular exerça cargo de administrador ou equivalente em outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse um dos limites máximos de que trata o inciso I do caput; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 4º, inciso V, § 14)

VII - constituída sob a forma de cooperativa, salvo cooperativa de consumo; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 4º, inciso VI)

VIII - que participe do capital de outra pessoa jurídica ou de sociedade em conta de participação; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 4º, inciso VII)

IX - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 4º, inciso VIII)

X - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 4º, inciso IX)

XI - constituída sob a forma de sociedade por ações; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 4º, X)

XII - que explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (asset management), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring); (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso I)

XIII - que tenha sócio domiciliado no exterior; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso II)

XIV - de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso III)

XV - em débito perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso V)

XVI - que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, exceto: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso VI)

a) na modalidade fluvial; ou

b) nas demais modalidades, quando:

1. o serviço caracterizar transporte urbano ou metropolitano; ou

2. o serviço realizar-se na modalidade de fretamento contínuo em área metropolitana para o transporte de estudantes ou trabalhadores;

XVII - que seja geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso VII)

XVIII - que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso VIII)

XIX - que exerça atividade de importação de combustíveis; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso IX)

XX - que exerça atividade de produção ou venda no atacado de: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso X, § 5º)

a) cigarros, cigarrilhas, charutos, filtros para cigarros, armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos e detonantes;

b) cervejas sem álcool; e

c) bebidas alcoólicas, exceto aquelas produzidas ou vendidas no atacado por ME ou por EPP registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e que obedeça à regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da RFB quanto à produção e à comercialização de bebidas alcoólicas, nas seguintes atividades:

1. micro e pequenas cervejarias;
2. micro e pequenas vinícolas;
3. produtores de licores; e
4. micro e pequenas destilarias;

XXI - que realize cessão ou locação de mão de obra; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso XII)

XXII - que se dedique a atividades de loteamento e incorporação de imóveis; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso XIV)

XXIII - que realize atividade de locação de imóveis próprios, exceto quando se referir a prestação de serviços tributados pelo ISS; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso XV)

XXIV - que não tenha feito inscrição em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual, quando exigível, ou cujo cadastro esteja em situação irregular, observadas as disposições específicas relativas ao MEI; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso XVI e § 4º)

XXV - cujos titulares ou sócios mantenham com o contratante do serviço relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade, cumulativamente; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 4º, inciso XI)

XXVI - constituída sob a forma de sociedade em conta de participação. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, caput, e art. 30, § 3º, inciso I)

§ 1º O disposto nos incisos V e VIII do caput não se aplica a participações em capital de cooperativas de crédito, em centrais de compras, em bolsas de subcontratação, no consórcio e na sociedade de propósito específico a que se referem, respectivamente, os arts. 50 e 56 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e em associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedades que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das ME e EPP. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 5º)

§ 2º As vedações de que trata este artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dedicam: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, §§ 1º e 2º)

I - exclusivamente a atividade cuja forma de tributação esteja prevista no art. 25, ou que exerça essa atividade em conjunto com atividade não vedada pelo Regime; e

II - a prestação de outros serviços que não tenham sido objeto de vedação expressa neste artigo, desde que a pessoa jurídica não incorra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nesta Resolução.

§ 3º Para fins do disposto no inciso XXI: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-H)

I - considera-se cessão ou locação de mão de obra a atividade descrita no § 1º do art. 112; e

II - a vedação não se aplica às atividades referidas nas alíneas "a" a "c" do inciso XI do art. 5º.

§4° Enquadra-se na situação prevista no item 1 da alínea "b" do inciso XVI do caput o transporte intermunicipal ou interestadual que, cumulativamente: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 17, inciso VI)

I - for realizado entre Municípios limítrofes, ainda que de diferentes Estados, ou obedeça a trajetos que compreendam regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios, instituídas por legislação estadual, podendo, no caso de transporte metropolitano, ser intercalado por áreas rurais; e

II - caracterizar serviço público de transporte coletivo de passageiros entre Municípios, assim considerado aquele realizado por veículo com especificações apropriadas, acessível a toda a população mediante pagamento individualizado, com itinerários e horários previamente estabelecidos, viagens intermitentes e preços fixados pelo Poder Público.

§ 5º Enquadra-se na situação prevista no item 2 da alínea "b" do inciso XVI do caput o transporte intermunicipal ou interestadual de estudantes ou trabalhadores que, cumulativamente: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 17, inciso VI)

I - for realizado sob a forma de fretamento contínuo, assim considerado aquele prestado a pessoa física ou jurídica, mediante contrato escrito e emissão de documento fiscal, para a realização de um número determinado de viagens, com destino único e usuários definidos; e

II - obedecer a trajetos que compreendam regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, instituídas por legislação estadual.

§ 6º Não compõem a receita bruta do ano-calendário imediatamente anterior ao da opção pelo Simples Nacional, para efeitos do disposto no inciso I do caput deste artigo, os valores: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, §§ 1º e 16)

I - destacados a título de IPI; e

II - devidos a título de ICMS retido por substituição tributária, pelo contribuinte que se encontra na condição de substituto tributário.

Seção IV

Do Cálculo dos Tributos Devidos

Subseção I

Da Base de Cálculo

Art. 16. A base de cálculo para a determinação do valor devido mensalmente pela ME ou pela EPP optante pelo Simples Nacional será a receita bruta total mensal auferida (Regime de Competência) ou recebida (Regime de Caixa), conforme opção feita pelo contribuinte. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, caput e § 3º)

§ 1º O regime de reconhecimento da receita bruta será irretratável para todo o ano-calendário. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 3º)

§ 2º Na hipótese de a ME ou a EPP ter estabelecimentos filiais, deverá ser considerado o somatório das receitas brutas de todos os estabelecimentos. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, caput)

§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo:

I - a receita bruta auferida ou recebida será segregada na forma prevista no art. 25; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, §§ 4º e 4º-A)

II - considera-se separadamente, em bases distintas, as receitas brutas auferidas ou recebidas no mercado interno e aquelas decorrentes de exportação para o exterior. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 15)

Art. 17. Na hipótese de devolução de mercadoria vendida por ME ou por EPP optante pelo Simples Nacional, em período de apuração posterior ao da venda, deverá ser observado o seguinte: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 1º)

I - o valor da mercadoria devolvida deve ser deduzido da receita bruta total, no período de apuração do mês da devolução, segregada pelas regras vigentes no Simples Nacional nesse mês; e

II - caso o valor da mercadoria devolvida seja superior ao da receita bruta total ou das receitas segregadas relativas ao mês da devolução, o saldo remanescente deverá ser deduzido nos meses subsequentes, até ser integralmente deduzido.

Parágrafo único. Para a optante pelo Simples Nacional tributada com base no critério de apuração de receitas pelo Regime de Caixa, o valor a ser deduzido limita-se ao valor efetivamente devolvido ao adquirente. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 1º)

Art. 18. Na hipótese de cancelamento de documento fiscal, nas situações autorizadas pelo respectivo ente federado, o valor do documento cancelado deverá ser deduzido no período de apuração no qual tenha havido a tributação originária, quando o cancelamento se der em período posterior.

§ 1º Para a optante pelo Simples Nacional tributada com base no critério de apuração de receitas pelo Regime de Caixa, o valor a ser deduzido limita-se ao valor efetivamente devolvido ao adquirente ou tomador. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 1º)

§ 2º Na hipótese de nova emissão de documento fiscal em substituição ao cancelado, o valor correspondente deve ser oferecido à tributação no período de apuração relativo ao da operação ou prestação originária. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 1º)

Art. 19. A opção pelo regime de reconhecimento de receita bruta a que se refere o § 1º do art. 16 deverá ser registrada em aplicativo disponibilizado no Portal do Simples Nacional no momento da apuração dos valores devidos: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 3º)

I - relativos ao mês de novembro de cada ano-calendário, com efeitos para o ano-calendário subsequente, na hipótese de ME ou EPP já optante pelo Simples Nacional;

II - relativos ao mês de dezembro, com efeitos para o ano-calendário subsequente, na hipótese de ME ou EPP em início de atividade, com efeitos da opção pelo Simples Nacional no mês de dezembro; e

III - relativos ao mês de início dos efeitos da opção pelo Simples Nacional, nas demais hipóteses, com efeitos para o próprio ano-calendário.

Parágrafo único. A opção pelo Regime de Caixa servirá exclusivamente para a apuração da base de cálculo mensal, e o Regime de Competência deve ser aplicado para as demais finalidades, especialmente, para determinação dos limites e sublimites e da alíquota a ser aplicada sobre a receita bruta recebida no mês. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 3º)

Art. 20. Para a ME ou a EPP optante pelo Regime de Caixa: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 3º)

I - na prestação de serviços ou nas operações com mercadorias com valores a receber a prazo, a parcela não vencida deverá obrigatoriamente integrar a base de cálculo dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional até o último mês do ano-calendário subsequente àquele em que tenha ocorrido a respectiva prestação de serviço ou operação com mercadorias;

II - a receita auferida e ainda não recebida deverá integrar a base de cálculo dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, na hipótese de:

a) encerramento de atividade, no mês em que ocorrer o evento;

b) retorno ao Regime de Competência, no último mês de vigência do Regime de Caixa; e

c) exclusão do Simples Nacional, no mês anterior ao dos efeitos da exclusão;

III - o registro dos valores a receber deverá ser mantido nos termos do art. 77; e

IV - na hipótese do impedimento de que trata o art. 12 e houver a continuidade do Regime de Caixa, a receita auferida e ainda não recebida deverá integrar a base de cálculo do ICMS e do ISS no mês anterior ao dos efeitos do impedimento e seu recolhimento deve ser feito diretamente ao respectivo ente federado, na forma por ele estabelecida, mediante aplicação dos percentuais efetivos máximos relativos ao ICMS ou ao ISS, calculados de acordo com o art. 21.

Subseção II

Das Alíquotas

Art. 21. Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, caput)

I - alíquota nominal a constante dos Anexos I a V desta Resolução;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - alíquota efetiva o resultado de: (RBT12 × Aliq - PD) / RBT12, em que:

a) RBT12: receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração;

b) Aliq: alíquota nominal constante dos Anexos I a V desta Resolução; e

c) PD: parcela a deduzir constante dos Anexos I a V desta Resolução; e

III - percentual efetivo de cada tributo o calculado mediante multiplicação da alíquota efetiva pelo percentual de repartição constante dos Anexos I a V desta Resolução, observando-se que:

a) o percentual efetivo máximo destinado ao ISS será de 5% (cinco por cento), e que eventual diferença será transferida, de forma proporcional, aos tributos federais da mesma faixa de receita bruta anual; e

b) o valor da RBT12, quando for superior ao limite da 5ª faixa de receita bruta anual prevista nos Anexos I a V desta Resolução, nas situações em que o sublimite de que trata o § 1º do art. 9º não for excedido, o percentual efetivo do ICMS e do ISS será calculado mediante aplicação da fórmula {[(RBT12 × alíquota nominal da 5ª faixa) - (menos) a Parcela a Deduzir da 5ª Faixa]/RBT12} × o Percentual de Distribuição do ICMS e do ISS da 5ª faixa.

Parágrafo único. Apenas para efeito de determinação das alíquotas efetivas, quando a RBT12 de que trata o inciso II do caput for igual a zero, considerar-se-á R$ 1,00 (um real). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 1º)

Art. 22. O valor devido mensalmente pela ME ou pela EPP optante pelo Simples Nacional será determinado mediante a aplicação das alíquotas efetivas calculadas na forma prevista no art. 21, sobre a receita bruta total mensal, observado o disposto nos arts. 16 a 20, 24 a 26, 33 a 36 e 149. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 15, art. 18, caput e §§ 1º e 4º a 5º-I)

§ 1º Para efeito de determinação da alíquota, o sujeito passivo utilizará a receita bruta total acumulada auferida nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 1º)

§ 2º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário da opção pelo Simples Nacional, para efeito de determinação da alíquota no 1º (primeiro) mês de atividade, o sujeito passivo utilizará, como receita bruta total acumulada, a receita auferida no próprio mês de apuração multiplicada por 12 (doze). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 2º)

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, para efeito de determinação da alíquota nos 11 (onze) meses posteriores ao do início de atividade, o sujeito passivo utilizará a média aritmética da receita bruta total auferida nos meses anteriores ao do período de apuração, multiplicada por 12 (doze). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 2º)

§ 4º Na hipótese de início de atividade em ano-calendário imediatamente anterior ao da opção pelo Simples Nacional, o sujeito passivo utilizará: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 2º)

I - a regra prevista no § 3º até completar 12 (doze) meses de atividade; e

II - a regra prevista no § 1º a partir do décimo terceiro mês de atividade.

§ 5º Serão adotadas as alíquotas correspondentes às últimas faixas de receita bruta das tabelas dos Anexos I a V desta Resolução, quando, cumulativamente, a receita bruta acumulada: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

I - nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração for superior a qualquer um dos limites previstos no § 1º do art. 2º, observado o disposto nos §§ 2º a 4º do caput; e

II - no ano-calendário em curso for igual ou inferior aos limites previstos no § 1º do art. 2º.

Art. 23. As receitas brutas auferidas no mercado interno e as decorrentes de exportação para o exterior serão consideradas, separadamente, para fins de determinação da alíquota de que trata o art. 22. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 15)

Subseção III

Da Ultrapassagem de Limite ou Sublimites

Art. 24. Na hipótese de a receita bruta acumulada no ano-calendário em curso ultrapassar pelo menos um dos sublimites previstos no caput e no § 1º do art. 9º, a parcela da receita bruta total mensal que: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 15; art. 18, §§ 16, 16-A, 17 e 17-A)

I - exceder o sublimite, mas não exceder o limite de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) estará sujeita, até o mês anterior aos efeitos da exclusão ou do impedimento de recolher ICMS ou ISS pelo Simples Nacional:

a) quanto aos tributos federais, aos percentuais efetivos calculados na forma prevista no art. 21; e

b) quanto ao ICMS ou ISS, ao percentual efetivo calculado da seguinte forma:

1. quando estiver vigente o sublimite de R$ 1.800.000,00: {[(1.800.000,00 × alíquota nominal da 4ª faixa) - (menos) a parcela a deduzir da 4ª faixa]/1.800.000,00} × percentual de distribuição do ICMS/ISS da 4ª faixa; ou

2. quando estiver vigente o sublimite de R$ 3.600.000,00: {[(3.600.000,00 × alíquota nominal da 5ª faixa) - (menos) a parcela a deduzir da 5ª faixa]/3.600.000,00} × percentual de distribuição do ICMS/ISS da 5ª faixa; ou

II - exceder o limite de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) estará sujeita, até o mês anterior aos efeitos da exclusão ou do impedimento de recolher ICMS ou ISS pelo Simples Nacional:

a) quanto aos tributos federais, aos percentuais efetivos calculados da seguinte forma: {[(4.800.000,00 × alíquota nominal da 6ª faixa) - (menos) a parcela a deduzir da 6ª faixa]/4.800.000,00} × percentual de distribuição dos tributos federais da 6ª faixa; e

b) quanto ao ICMS ou ISS, ao percentual efetivo calculado na forma prevista na alínea "b" do inciso I do caput.

§ 1º Na hipótese de início de atividade: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 15; art. 18, §§ 16, 16-A, 17 e 17-A)

I - caso a ME ou a EPP ultrapasse o sublimite de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) ou de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme o caso, multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início de atividade e o final do respectivo ano-calendário, considerada a fração de mês como mês completo, aplica-se o disposto na alínea "b" do inciso I do caput; ou

II - caso a ME ou a EPP ultrapasse o limite de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início de atividade e o final do respectivo ano-calendário, considerada a fração de mês como mês completo, aplica-se o disposto no inciso II do caput.

§ 2º Deverá ser calculada a razão entre a parcela da receita bruta total mensal que exceder o sublimite previsto no caput e no § 1º do art. 9º, ou no § 2º do art. 12, e a receita bruta total mensal, nos termos dos arts. 16 a 20, no que couber. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 15; art. 18, §§ 16, 16-A, 17 e 17-A)

§ 3º Na hipótese de a ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional ter estabelecimentos em unidades da federação nas quais vigoram sublimites distintos, a razão a que se refere o § 2º deve ser calculada para cada um dos sublimites. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 15; art. 18, §§ 16, 16-A, 17 e 17-A)

§ 4º Deverá ser calculada a razão entre a parcela da receita bruta total mensal que exceder o limite de que trata o § 1º do art. 2º, ou o caput do art. 3º, e a receita bruta total mensal, nos termos dos arts. 16 a 20, no que couber. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 15; art. 18, §§ 16, 16-A, 17 e 17-A)

§ 5º O valor devido em relação à parcela da receita bruta mensal que não exceder sublimite, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo, será obtido mediante o somatório das expressões formadas pela multiplicação de 1 (um) inteiro menos a razão a que se refere o § 2º pela receita de cada estabelecimento, segregada na forma prevista no art. 25 e, ainda, pela respectiva alíquota obtida na forma prevista no art. 21, observado o seguinte: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 15; art. 18, §§ 16, 16-A, 17 e 17-A)

I - na hipótese de o contribuinte auferir apenas um tipo de receita prevista no art. 25, mediante a multiplicação de 1 (um) inteiro menos a razão a que se refere o § 2º pela respectiva receita bruta mensal e, ainda, pela alíquota obtida na forma prevista nos arts. 25 e 26; e

II - na hipótese de o contribuinte auferir mais de um tipo de receita prevista no art. 25, mediante o somatório das expressões formadas pela multiplicação de 1 (um) inteiro menos a razão a que se refere o § 2º pela receita correspondente e, ainda, pela respectiva alíquota obtida na forma prevista nos arts. 25 e 26.

§ 6º O valor devido em relação à parcela da receita bruta mensal que exceder sublimite, mas não o limite de que trata o § 1º do art. 2º, observado o disposto nos incisos I e II do § 1º deste artigo, será o somatório das expressões formadas pela multiplicação da diferença entre as relações a que se referem os §§ 2º e 4º pela receita de cada estabelecimento segregada na forma prevista no art. 25 e, ainda, pela respectiva alíquota obtida na forma prevista no inciso I do caput deste artigo, observado o seguinte: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 15; art. 18, §§ 16, 16-A, 17 e 17-A)

I - na hipótese de o contribuinte auferir apenas um tipo de receita prevista no art. 25, mediante a multiplicação da diferença entre as relações a que se referem os §§ 2º e 4º pela respectiva receita bruta mensal e, ainda, pela alíquota obtida na forma prevista no inciso I do caput; e

II - na hipótese de o contribuinte auferir mais de um tipo de receita prevista no art. 25, mediante o somatório das expressões formadas pela multiplicação da diferença entre as relações a que se referem os §§ 2º e 4º pela receita correspondente e, ainda, pela respectiva alíquota obtida na forma prevista no inciso I do caput.

§ 7º O valor devido em relação à parcela da receita bruta mensal que exceder o limite de que trata o § 1º do art. 2º, observado o disposto no inciso II do § 1º deste artigo, será obtido mediante o somatório das expressões formadas pela multiplicação da razão a que se refere o § 4º pela receita de cada estabelecimento, segregada na forma prevista no art. 25 e, ainda, pela respectiva alíquota obtida na forma prevista no inciso II do caput deste artigo. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 15; art. 18, §§ 16, 16-A, 17 e 17-A)

§ 8º Para fins do disposto neste artigo, serão consideradas, separadamente, as receitas brutas auferidas no mercado interno e aquelas decorrentes da exportação para o exterior. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 15)

Subseção IV

Da Segregação de Receitas

Art. 25. O valor devido mensalmente pela ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas calculadas na forma prevista nos arts. 21, 22 e 24 sobre a base de cálculo de que tratam os arts. 16 a 19. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 15, art. 18)

§ 1º O contribuinte deverá considerar, destacadamente, para fim de cálculo e pagamento, as receitas decorrentes da:

I - revenda de mercadorias, que serão tributadas na forma prevista no Anexo I; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 4º, inciso I)

II - venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte, que serão tributadas na forma do Anexo II; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 4º, inciso II)

III - prestação dos seguintes serviços tributados na forma prevista no Anexo III:

a) creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos de pilotagem, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres, exceto as previstas nas alíneas "b" e "c" do inciso V; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso I)

b) agência terceirizada de correios; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso II)

c) agência de viagem e turismo; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso III)

d) transporte municipal de passageiros e de cargas em qualquer modalidade; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso XIII)

e) centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso IV)

f) agência lotérica; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso V)

g) serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso IX)

h) produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais, sua exibição ou apresentação, inclusive no caso de música, literatura, artes cênicas, artes visuais, cinematográficas e audiovisuais; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso XV)

i) corretagem de seguros; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso XVII)

j) corretagem de imóveis de terceiros, assim entendida a intermediação na compra, venda, permuta e locação de imóveis; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso XV; art. 18, § 4º, inciso III; Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, art. 3º)

k) serviços vinculados à locação de bens imóveis, assim entendidos o assessoramento locatício e a avaliação de imóveis para fins de locação; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso XV; art. 18, § 4º, inciso III)

l) locação, cessão de uso e congêneres, de bens imóveis próprios com a finalidade de exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso XV; art. 18, § 4º, inciso III)

m) outros serviços que, cumulativamente: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, § 2º; art. 18, §§ 5º-F e 5º-I, inciso XII)

1. não tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não; e

2. não estejam relacionados nos incisos IV a IX;

IV - prestação dos seguintes serviços tributados na forma prevista no Anexo IV:

a) construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-C, inciso I)

b) serviço de vigilância, limpeza ou conservação; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-C, inciso VI)

c) serviços advocatícios; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-C, inciso VII);

V - prestação de serviços tributados na forma prevista no Anexo III desta Resolução, quando o fator "r" de que trata o art. 26 for igual ou superior a 0,28 (vinte e oito centésimos), ou na forma prevista no Anexo V desta Resolução, quando o fator "r" for inferior a 0,28 (vinte e oito centésimos): (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, §§ 5º-J, 5º-K e 5º-M)

a) administração e locação de imóveis de terceiros, assim entendidas a gestão e administração de imóveis de terceiros para qualquer finalidade, incluída a cobrança de aluguéis de imóveis de terceiros; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-D, inciso I; Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, art. 3º)

b) academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-D, inciso II)

c) academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-D, inciso III)

d) elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento da optante; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-D, inciso IV)

e) licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-D, inciso V)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

f) planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento da optante; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-D, inciso VI)

g) empresas montadoras de estandes para feiras; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-D, inciso IX)

h) laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-D, inciso XII)

i) serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-D, inciso XIII)

j) serviços de prótese em geral; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-D, inciso XIV)

k) fisioterapia; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso XVI)

l) medicina, inclusive laboratorial, e enfermagem; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso XIX)

m) medicina veterinária; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-I, inciso II)

n) odontologia e prótese dentária; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso XX)

o) psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso XXI)

p) serviços de comissaria, de despachantes, de tradução e de interpretação; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-I, inciso V)

q) arquitetura e urbanismo; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso XVIII)

r) engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso XVIII, § 5º-I, inciso VI)

s) representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-I, inciso VII)

t) perícia, leilão e avaliação; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-I, inciso VIII)

u) auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-I, inciso IX)

v) jornalismo e publicidade; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-I, inciso X)

w) agenciamento; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-I, incisos VII e XI)

x) outras atividades do setor de serviços que, cumulativamente: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-I, inciso XII)

1. tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não; e

2. não estejam relacionadas nos incisos III, IV, VIII e no § 2º;

VI - locação de bens móveis, que serão tributadas na forma prevista no Anexo III, deduzida a parcela correspondente ao ISS; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 4º, inciso V)

VII - atividade com incidência simultânea de IPI e de ISS, que será tributada na forma prevista no Anexo II, deduzida a parcela correspondente ao ICMS e acrescida a parcela correspondente ao ISS prevista no Anexo III; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 4º, inciso VI)

VIII - prestação do serviço de escritórios de serviços contábeis, que serão tributados na forma do Anexo III, desconsiderando-se o percentual relativo ao ISS, quando o imposto for fixado pela legislação municipal e recolhido diretamente ao Município em valor fixo nos termos do art. 34, observado o disposto no § 8º do art. 6º e no § 11 deste artigo; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso XIV, § 22-A)

IX - prestação dos seguintes serviços tributados com base no Anexo III, desconsiderando-se o percentual relativo ao ISS e adicionando-se o percentual relativo ao ICMS previsto na tabela do Anexo I: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-E)

a) transportes intermunicipais e interestaduais de cargas;

b) transportes intermunicipais e interestaduais de passageiros, nas situações permitidas no inciso XVI e §§ 4º e 5º do art. 15; e

c) de comunicação.

§ 2º A comercialização de medicamentos e produtos magistrais produzidos por manipulação de fórmulas será tributada: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 4º, inciso VII)

I - na forma prevista no Anexo III, quando sob encomenda para entrega posterior ao adquirente, em caráter pessoal, mediante prescrições de profissionais habilitados ou indicação pelo farmacêutico, produzidos no próprio estabelecimento após o atendimento inicial; ou

II - na forma prevista no Anexo I, nos demais casos.

§ 3º A ME ou EPP deverá segregar as receitas decorrentes de exportação para o exterior, inclusive as vendas realizadas por meio de comercial exportadora ou sociedade de propósito específico, observado o disposto no § 7º do art. 18 e no art. 56 da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando então serão desconsiderados, no cálculo do valor devido no âmbito do Simples Nacional, conforme o caso, os percentuais relativos à Cofins, à Contribuição para o PIS/Pasep, ao IPI, ao ICMS e ao ISS constantes dos Anexos I a V desta Resolução. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 14)

§ 4º Considera-se exportação de serviços para o exterior a prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas, exceto quanto aos serviços desenvolvidos no Brasil cujo resultado aqui se verifique. (Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, art. 2º, parágrafo único; Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, art. 18, § 14)

§ 5º A receita decorrente da locação de bens móveis, referida no inciso VI do § 1º, é tão-somente aquela oriunda da exploração de atividade não definida na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 6º A ME ou EPP que proceda à importação, à industrialização ou à comercialização de produto sujeito à tributação concentrada ou à substituição tributária para efeitos de incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins deve segregar a receita decorrente de sua venda e indicar a existência de tributação concentrada ou substituição tributária para as referidas contribuições, de forma que serão desconsiderados, no cálculo do valor devido no âmbito do Simples Nacional, os percentuais a elas correspondentes. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 4º-A, inciso I, § 12)

§ 7º Na hipótese prevista no § 6º:

I - a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins deverá ocorrer com observância do disposto na legislação específica da União, na forma estabelecida pela RFB; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 4º-A, inciso I)

II - os valores relativos aos demais tributos abrangidos pelo Simples Nacional serão calculados tendo como base de cálculo a receita total decorrente da venda do produto sujeito à tributação concentrada ou à substituição tributária das mencionadas contribuições. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 4º-A, inciso I e § 12).

§ 8º Em relação ao ICMS: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 13, § 6º, inciso I; art. 18, § 4º-A, inciso I)

I - o substituído tributário, assim entendido o contribuinte que teve o imposto retido, e o contribuinte obrigado à antecipação com encerramento de tributação deverão segregar a receita correspondente como "sujeita à substituição tributária ou ao recolhimento antecipado do ICMS", quando então será desconsiderado, no cálculo do valor devido no âmbito do Simples Nacional, o percentual do ICMS;

II - o substituto tributário deverá:

a) recolher o imposto sobre a operação própria pelo Simples Nacional e segregar a receita correspondente como "não sujeita à substituição tributária e não sujeita ao recolhimento antecipado do ICMS"; e

b) recolher o imposto sobre a substituição tributária, retido do substituído tributário, na forma prevista nos §§ 1º a 3º do art. 28.

§ 9º A ME ou EPP que tenha prestado serviços sujeitos ao ISS deverá informar: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

I - a qual Município é devido o imposto;

II - se houve retenção do imposto, quando então será desconsiderado, no cálculo do valor devido no âmbito do Simples Nacional, o percentual do ISS; e

III - se o valor é devido em valor fixo diretamente ao Município, na hipótese prevista no inciso VIII do § 1º, quando então será desconsiderado, no cálculo do valor devido no âmbito do Simples Nacional, o percentual do ISS, ressalvado o disposto no § 11.

§ 10. Com relação às segregações de receitas sujeitas ou com ocorrência de imunidade, isenção, redução ou valor fixo do ICMS ou ISS, deverá ser observado o disposto nos arts. 30 a 35. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 11. Na hipótese de o escritório de serviços contábeis não estar autorizado pela legislação municipal a efetuar o recolhimento do ISS em valor fixo diretamente ao Município, o imposto deverá ser recolhido pelo Simples Nacional na forma prevista no inciso III do § 1º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 12. A base de cálculo para determinação do valor devido mensalmente pela ME ou EPP a título de ISS, na condição de optante pelo Simples Nacional, será a receita bruta total mensal, e não se aplica as disposições relativas ao recolhimento do referido imposto em valor fixo diretamente ao Município pela empresa enquanto não optante pelo Simples Nacional, ressalvado o disposto no art. 34 e observado o disposto no art. 33. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, §§ 5º-B a 5º-D, 5º-I e 22-A)

§ 13. As receitas obtidas por agência de viagem e turismo optante pelo Simples Nacional, relativas a transporte turístico com frota própria, nos termos da Lei nº 11.771, de 2008, quando ocorrer dentro do Município, entre Municípios ou entre Estados, serão tributadas na forma prevista no Anexo III. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso III)

§ 14. Não se aplica o disposto no § 13 quando caracterizado o transporte de passageiros, em qualquer modalidade, mesmo que de forma eventual ou por fretamento, quando então as receitas decorrentes do transporte:

I - municipal serão tributadas na forma prevista no Anexo III; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, inciso XIII)

II - intermunicipal e interestadual observarão o disposto na alínea "b" do inciso IX do § 1º deste artigo. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-E)

§ 15. A receita auferida por agência de viagem e turismo: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, art. 3º, § 1º)

I - corresponderá à comissão ou ao adicional percebido, quando houver somente a intermediação de serviços turísticos prestados por conta e em nome de terceiros; e

II - incluirá a totalidade dos valores auferidos, nos demais casos.

§ 16. A receita auferida na venda de veículos em consignação: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, art. 3º, § 1º)

I - mediante contrato de comissão previsto nos arts. 693 a 709 do Código Civil corresponderá à comissão e será tributada na forma prevista no Anexo III;

II - mediante contrato estimatório previsto nos arts. 534 a 537 do Código Civil corresponderá ao produto da venda e será tributada na forma prevista no Anexo I.

§ 17. No caso de prestação dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003, o valor: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 23; Lei Complementar nº 116, de 2003, art. 7º, § 2º, inciso I, e Lista de Serviços, itens 7.02 e 7.05)

I - dos serviços será tributado de acordo com o Anexo III ou Anexo IV desta Resolução, conforme o caso, permitida a dedução, na base de cálculo do ISS, do valor dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço, observada a legislação do respectivo ente federado;

II - dos materiais produzidos pelo prestador dos serviços no local da prestação de serviços será tributado de acordo com o Anexo III ou Anexo IV desta Resolução, conforme o caso; e

III - das mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços será tributado de acordo com o Anexo II desta Resolução.

§ 18. A receita obtida pelo salão-parceiro e pelo profissional-parceiro de que trata a Lei nº 12.592, de 2012, deverá ser tributada: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, §§ 1º e 16; art. 18, § 4º)

I - na forma prevista no Anexo III desta Resolução, quanto aos serviços e produtos neles empregados; e

II - na forma prevista no Anexo I desta Resolução, quanto aos produtos e mercadorias comercializados.

Art. 26. Na hipótese de a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional obter receitas decorrentes da prestação de serviços previstas no inciso V do § 1º do art. 25, deverá apurar o fator "r", que é a razão entre a: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, §§ 5º-J, 5º-K e 5º-M)

I - folha de salários, incluídos encargos, nos 12 (doze) meses anteriores ao período de apuração; e

II - receita bruta total acumulada auferida nos mercados interno e externo nos 12 (doze) meses anteriores ao período de apuração.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso I do caput, considera-se folha de salários, incluídos encargos, o montante pago nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração, a título de salários, retiradas de pró-labore, acrescidos do montante efetivamente recolhido a título de contribuição patronal previdenciária e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 24)

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º:

I - deverão ser considerados os salários informados na forma prevista no inciso IV do art. 32 da Lei nº 8.212, de 1991; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 25)

II - consideram-se salários o valor da base de cálculo da contribuição prevista nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, agregando-se o valor do décimo terceiro salário na competência da incidência da referida contribuição, na forma prevista no caput e nos §§ 1º e 2º do art. 7º da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 24)

§ 3º Não são considerados para efeito do disposto no inciso II do § 2º valores pagos a título de aluguéis e de distribuição de lucros. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 26)

§ 4º Na hipótese de a ME ou EPP ter menos de 13 (treze) meses de atividade, adotar-se-ão, para a determinação da folha de salários anualizada, incluídos encargos, os mesmos critérios para a determinação da receita bruta total acumulada, estabelecidos no art. 21, no que couber. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 5º Para fins de determinação do fator "r", considera-se: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

I - PA, o período de apuração relativo ao cálculo;

II - FSPA, a folha de salários do PA;

III - RPA, a receita bruta total do PA;

IV - FS12, a folha de salários dos 12 (doze) meses anteriores ao PA; e

V - RBT12r, a receita bruta acumulada dos 12 (doze) meses anteriores ao PA, considerando conjuntamente as receitas brutas auferidas no mercado interno e aquelas decorrentes da exportação.

§ 6º Para o cálculo do fator "r" referente a período de apuração do mês de início de atividades: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

I - se a FSPA for maior do que 0 (zero) e a RPA for igual a 0 (zero), o fator "r" será igual a 0,28 (vinte e oito centésimos);

II - se a FSPA for igual a 0 (zero) e a RPA for maior do que 0 (zero), o fator "r" será igual a 0,01 (um centésimo); e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - se a FSPA e a RPA forem maiores do que 0 (zero), o fator "r" corresponderá à divisão entre a FS12 e a RBT12r.

§ 7º Para o cálculo do fator "r" referente a período de apuração posterior ao mês de início de atividades: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

I - se FS12 e RBT12r forem iguais a 0 (zero), o fator "r" será igual a 0,01 (um centésimo);

II - se a FS12 for maior do que 0 (zero), e a RBT12r for igual a 0 (zero), o fator "r" será igual a 0,28 (vinte e oito centésimos);

III - se a FS12 e a RBT12r forem maiores do que 0 (zero), o fator "r" corresponderá à divisão entre a FS12 e a RBT12r; e

IV - se a FS12 for igual a 0 (zero) e a RBT12 for maior do que 0 (zero), o fator "r" corresponderá a 0,01 (um centésimo).

Subseção V

Da Retenção na Fonte e da Substituição Tributária

Art. 27. A retenção na fonte de ISS da ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, somente será permitida nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 2003, observado cumulativamente o seguinte: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 4º)

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual efetivo de ISS decorrente da aplicação das tabelas dos Anexos III, IV ou V desta Resolução para a faixa de receita bruta a que a ME ou EPP estiver sujeita no mês anterior ao da prestação, assim considerada:

a) a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses que antecederem o mês anterior ao da prestação; ou

b) a média aritmética da receita bruta total dos meses que antecederem o mês anterior ao da prestação, multiplicada por 12 (doze), na hipótese de a empresa ter iniciado suas atividades há menos de 13 (treze) meses da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividade da ME ou EPP, a alíquota aplicável será de 2% (dois por cento);

III - na hipótese prevista no inciso II, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à ME ou à EPP prestadora dos serviços efetuar o recolhimento da diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a ME ou a EPP estar sujeita à tributação do ISS pelo Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o caput, salvo quando o ISS for devido a outro Município;

V - na hipótese de a ME ou EPP não informar no documento fiscal a alíquota de que tratam os incisos I e II, aplicar-se-á a alíquota de 5% (cinco por cento);

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento da diferença será realizado em guia própria do Município; e

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com os Municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido pelo Simples Nacional.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, caso a prestadora de serviços esteja abrangida por isenção ou redução do ISS em face de legislação municipal ou distrital que tenha instituído benefícios à ME ou à EPP optante pelo Simples Nacional, na forma prevista no art. 31, caberá a ela informar no documento fiscal a alíquota aplicável na retenção na fonte, bem como a legislação concessiva do respectivo benefício. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 2º Para fins do disposto no inciso I do caput, respeitado o disposto no art. 21, o Município ou o Distrito Federal poderá estabelecer critérios de informação da alíquota efetiva de ISS a constar do documento fiscal, de acordo com a respectiva legislação. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 3º Nas hipóteses de que tratam os incisos I e II do caput, a falsidade na prestação dessas informações sujeitará o responsável, o titular, os sócios ou os administradores da ME ou da EPP, juntamente com as demais pessoas que concorrerem para sua prática, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 4º-A)

Art. 28. Na hipótese de a ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional se encontrar na condição de: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 13, § 6º, inciso I; art. 18, § 4º, inciso IV, § 4º-A, inciso I, §§ 12, 13 e 14)

I - substituta tributária do ICMS, as receitas relativas à operação própria deverão ser segregadas na forma prevista na alínea "a" do inciso II do § 8º do art. 25; e

II - substituída tributária do ICMS, as receitas decorrentes deverão ser segregadas na forma prevista no inciso I do § 8º do art. 25.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do caput, a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional deverá recolher a parcela dos tributos devidos por responsabilidade tributária diretamente ao ente detentor da respectiva competência tributária. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13, § 6º, inciso I)

§ 2º Em relação ao ICMS, no que tange ao disposto no § 1º, o valor do imposto devido por substituição tributária corresponderá à diferença entre: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13, § 6º, inciso I)

I - o valor resultante da aplicação da alíquota interna do ente a que se refere o § 1º sobre o preço máximo de venda a varejo fixado pela autoridade competente ou sugerido pelo fabricante, ou sobre o preço a consumidor usualmente praticado; e

II - o valor resultante da aplicação da alíquota interna ou interestadual sobre o valor da operação ou prestação própria do substituto tributário.

§ 3º Na hipótese de inexistência dos preços mencionados no inciso I do § 2º, o valor do ICMS devido por substituição tributária será calculado da seguinte forma: imposto devido = [base de cálculo × (1,00 + MVA) × alíquota interna] - dedução, onde: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13, § 6º, inciso I)

I - "base de cálculo" é o valor da operação própria realizada pela ME ou EPP substituta tributária;

II - "MVA" é a margem de valor agregado divulgada pelo ente a que se refere o § 1º;

III - "alíquota interna" é a do ente a que se refere o § 1º; e

IV - "dedução" é o valor mencionado no inciso II do § 2º.

§ 4º Para fins do inciso I do caput, no cálculo dos tributos devidos no âmbito do Simples Nacional não será considerado receita de venda ou revenda de mercadorias o valor do tributo devido a título de substituição tributária, calculado na forma prevista no § 2º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13, § 6º, inciso I)

Art. 29. Os Estados e o Distrito Federal deverão observar o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contado a partir do primeiro dia do mês do fato gerador da obrigação tributária, para estabelecer a data de vencimento do ICMS devido por substituição tributária, por tributação concentrada em uma única etapa (monofásica) e por antecipação tributária com ou sem encerramento de tributação, nas hipóteses em que a responsabilidade recair sobre operações ou prestações subsequentes. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21-B)

Parágrafo único. O disposto no caput: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; e art. 21-B)

I - aplica-se na hipótese de a ME ou EPP optante estar obrigada ao recolhimento do imposto diretamente ao Estado ou ao Distrito Federal, na forma prevista na respectiva legislação, observado o disposto no inciso V do art. 103; e

II - não se aplica:

a) no caso de a ME ou a EPP estar impedida de recolher o ICMS no âmbito do Simples Nacional nos termos do art. 12; e

b) quando a optante se encontrar em situação irregular, conforme definido na legislação da respectiva unidade federada.

Subseção VI

Da Imunidade

Art. 30. Na apuração dos valores devidos no âmbito do Simples Nacional, a imunidade constitucional sobre alguns tributos não afeta a incidência quanto aos demais, caso em que a alíquota aplicável corresponderá ao somatório dos percentuais dos tributos não alcançados pela imunidade. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

Subseção VII

Da Isenção, Redução ou Valor Fixo do ICMS ou ISS e dos Benefícios e Incentivos Fiscais

Art. 31. O Estado, o Distrito Federal ou o Município tem competência para, com relação à ME ou à EPP optante pelo Simples Nacional, na forma prevista nesta Resolução: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, §§ 18, 20 e 20-A)

I - conceder isenção ou redução do ICMS ou do ISS; e

II - estabelecer valores fixos para recolhimento do ICMS ou do ISS.

Parágrafo único. Quanto ao ISS, os benefícios de que tratam os incisos I e II do caput não poderão resultar em percentual menor do que 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003. (Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, art. 8º-A, § 1º)

Art. 32. A concessão dos benefícios previstos no art. 31 poderá ser realizada: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 20-A)

I - mediante deliberação exclusiva e unilateral do Estado, do Distrito Federal ou do Município concedente; e

II - de modo diferenciado para cada ramo de atividade.

§ 1º Na hipótese de o Estado, o Distrito Federal ou o Município conceder isenção ou redução do ICMS ou do ISS, à ME ou à EPP optante pelo Simples Nacional, o benefício deve ser concedido na forma de redução do percentual efetivo do ICMS ou do ISS decorrente da aplicação das tabelas constantes dos Anexos I a V desta Resolução. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 2º Caso o Estado, o Distrito Federal ou o Município opte por aplicar percentuais de redução diferenciados para cada faixa de receita bruta, estes devem constar da respectiva legislação, de forma a facilitar o processo de geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) pelo contribuinte. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 3º Deverão constar da legislação veiculadora da isenção ou redução da base de cálculo todas as condições a serem observadas pela ME ou EPP, inclusive o percentual de redução aplicável a cada faixa de receita bruta anual ou a todas as faixas. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 4º Salvo disposição em contrário do respectivo ente federado, para fins de concessão dos benefícios previstos no art. 31, será considerada a receita bruta total acumulada auferida nos mercados interno e externo. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 20-A)

Art. 33. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, independentemente da receita bruta auferida no mês pelo contribuinte, poderão adotar valores fixos mensais, inclusive por meio de regime de estimativa fiscal ou arbitramento, para o recolhimento do ICMS e do ISS devido por ME que tenha auferido receita bruta total acumulada, nos mercados interno e externo, conjuntamente, no ano-calendário anterior, de até R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), observado o disposto neste artigo. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 18)

§ 1º Os valores fixos estabelecidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em determinado ano-calendário: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, §§ 18 e 20-A)

I - só serão aplicados a partir do ano-calendário seguinte;

II - deverão abranger todas as empresas ou apenas aquelas que se situem em determinado ramo de atividade, que tenham, em qualquer caso, auferido receita bruta no ano-calendário anterior até o limite previsto no caput, ressalvado o disposto no § 3º; e

III - deverão ser estabelecidos obrigatória e individualmente para cada faixa de receita prevista nos incisos I e II do § 2º.

§ 2º Observado o disposto no parágrafo único do art. 31 e no § 4º deste artigo, os valores fixos mensais estabelecidos no caput não poderão exceder a: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 19)

I - para a ME que no ano-calendário anterior tenha auferido receita bruta de até R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais):

a) R$ 108,00 (cento e oito reais), no caso de ICMS; e

b) R$ 162,75 (cento e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos), no caso de ISS; e

II - para a ME que no ano-calendário anterior tenha auferido receita bruta entre R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais):

a) R$ 295,50 (duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), no caso de ICMS; e

b) R$ 427,50 (quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), no caso de ISS.

§ 3º Fica impedida de adotar os valores fixos mensais de que trata este artigo a ME que (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º):

I - possua mais de um estabelecimento;

II - esteja no ano-calendário de início de atividade;

III - exerça mais de um ramo de atividade:

a) com valores fixos distintos, para o mesmo imposto, estabelecidos pelo respectivo ente federado; ou

b) quando pelo menos um dos ramos de atividade exercido não esteja sujeito ao valor fixo, para o mesmo imposto, estabelecido pelo respectivo ente federado.

§ 4º O limite de que trata o caput deverá ser proporcionalizado na hipótese de a ME ter iniciado suas atividades no ano-calendário anterior, utilizando-se da média aritmética da receita bruta total dos meses desse ano-calendário, multiplicada por 12 (doze). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 5º O valor fixo apurado na forma prevista neste artigo será devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária dos impostos a que se refere o caput, observado o disposto no inciso IV do art. 27. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 6º Na hipótese de ISS devido a outro Município, o imposto deverá ser recolhido nos termos dos arts. 21 a 26 e 148, sem prejuízo do recolhimento do valor fixo devido ao Município de localização do estabelecimento. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 7º O valor fixo de que trata o caput deverá ser incluído no valor devido pela ME relativamente ao Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 18)

§ 8º A empresa sujeita a valor fixo na forma prevista no inciso I do § 2º que, no ano-calendário, auferir receita bruta acima de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) continuará a recolher o valor fixo previsto naquele dispositivo, ressalvado o disposto no § 9º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 18)

§ 9º A empresa que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta previsto no caput fica impedida de recolher o ICMS ou o ISS pela sistemática de valor fixo, a partir do mês subsequente à ocorrência do excesso, sujeitando-se à apuração desses tributos pela sistemática aplicável às demais empresas optantes pelo Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 18-A)

Art. 34. Os escritórios de serviços contábeis recolherão o ISS em valor fixo, na forma prevista na legislação municipal, observado o disposto no § 11 do art. 25. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 22-A)

Art. 35. Na hipótese em que o Estado, o Município ou o Distrito Federal concedam isenção ou redução específica para as ME ou EPP, em relação ao ICMS ou ao ISS, será realizada a redução proporcional, relativamente à receita do estabelecimento localizado no ente federado que concedeu a isenção ou redução, da seguinte forma: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, §§ 20 e 21)

I - sobre a parcela das receitas sujeitas a isenção, serão desconsiderados os percentuais do ICMS ou do ISS, conforme o caso;

II - sobre a parcela das receitas sujeitas a redução, será realizada a redução proporcional dos percentuais do ICMS ou do ISS, conforme o caso.

Art. 36. Na hipótese em que a União, o Estado ou o Distrito Federal, em lei específica destinada à ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, concedam isenção ou redução de Cofins, Contribuição para o PIS/Pasep e ICMS para produtos da cesta básica, será realizada a redução proporcional, relativamente à receita objeto da isenção ou redução concedida, da seguinte forma: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 20-B)

I - sobre a parcela das receitas sujeitas a isenção, serão desconsiderados os percentuais da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep ou do ICMS, conforme o caso; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - sobre a parcela das receitas sujeitas a redução, será realizada a redução proporcional dos percentuais da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep ou do ICMS, conforme o caso.

Art. 37. A ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional não poderá utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 24)

Parágrafo único. Não serão consideradas quaisquer alterações em bases de cálculo, alíquotas e percentuais ou outros fatores que alterem o valor de imposto ou contribuição apurado na forma prevista no Simples Nacional, estabelecidas pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, exceto as previstas ou autorizadas na Lei Complementar nº 123, de 2006. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 24, § 1º).

Subseção VIII

Dos Aplicativos de Cálculo

Art. 38. O cálculo do valor devido na forma prevista no Simples Nacional deverá ser efetuado por meio da declaração gerada pelo "Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D)", disponível no Portal do Simples Nacional na Internet. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 15)

§ 1º A ME ou EPP optante pelo Simples Nacional deverá, para cálculo dos tributos devidos mensalmente e geração do DAS, informar os valores relativos à totalidade das receitas correspondentes às suas operações e prestações realizadas no período, no aplicativo a que se refere o caput, observadas as demais disposições estabelecidas nesta Resolução. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 15)

§ 2º As informações prestadas no PGDAS-D: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 15-A)

I - têm caráter declaratório, constituindo confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nele prestadas; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 15-A, inciso I)

II - deverão ser fornecidas à RFB mensalmente até o vencimento do prazo para pagamento dos tributos devidos no âmbito do Simples Nacional em cada mês, previsto no art. 40, relativamente aos fatos geradores ocorridos no mês anterior. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 15-A, inciso II)

§ 3º O cálculo de que trata o caput, relativamente aos períodos de apuração até dezembro de 2011, deverá ser efetuado por meio do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS), disponível no Portal do Simples Nacional na Internet. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 15)

§ 4º Aplica-se ao PGDAS o disposto no § 1º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 15)

Art. 39. A alteração das informações prestadas no PGDAS-D será efetuada por meio de retificação relativa ao respectivo período de apuração. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 1º A retificação terá a mesma natureza da declaração originariamente apresentada, substituindo-a integralmente, e servirá para declarar novos débitos, e aumentar ou reduzir os valores de débitos já informados. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 2º A retificação não produzirá efeitos quando tiver por objeto reduzir débitos relativos aos períodos de apuração: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

I - cujos saldos a pagar tenham sido objeto de pedido de parcelamento deferido ou já tenham sido enviados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para inscrição em Dívida Ativa da União (DAU), ou, com relação ao ICMS ou ao ISS, transferidos ao Estado ou Município que tenha efetuado o convênio previsto no art. 139; ou

II - em relação aos quais a ME ou EPP tenha sido intimada sobre o início de procedimento fiscal.

§ 3º Na hipótese prevista no inciso I do § 2º, o ajuste dos valores dos débitos decorrentes da retificação no PGDAS-D, nos sistemas de cobrança pertinentes, poderá ser efetuado: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

I - pelo Estado ou Município, com relação ao ICMS ou ISS, quando firmado o convênio previsto no art. 139 e os débitos já tiverem sido transferidos;

II - pela RFB, nos demais casos.

§ 4º O ajuste a que se refere o § 3º dependerá de prova inequívoca da ocorrência de erro de fato no preenchimento da declaração. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; Lei nº 5.172, de 1966, art. 147, § 1º)

§ 5º O direito de a ME ou EPP retificar as informações prestadas no PGDAS-D extingue-se em 5 (cinco) anos contados a partir do 1º (primeiro) dia do exercício seguinte àquele ao qual se refere a declaração. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

Subseção IX

Dos Prazos de Recolhimento dos Tributos Devidos

Art. 40. Os tributos devidos, apurados na forma prevista nesta Resolução, deverão ser pagos até o dia 20 (vinte) do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso III)

§ 1º Na hipótese de a ME ou EPP possuir filiais, o recolhimento dos tributos devidos no âmbito do Simples Nacional dar-se-á por intermédio da matriz. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 1º)

§ 2º O valor não pago no prazo estabelecido no caput sujeitar-se-á à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 3º)

§ 3º Quando não houver expediente bancário no prazo estabelecido no caput, os tributos deverão ser pagos até o dia útil imediatamente posterior. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso III)

Seção V

Da Arrecadação

Art. 41. A ME ou a EPP recolherá os tributos devidos no âmbito do Simples Nacional por meio do DAS, que deverá conter as informações definidas nos termos do art. 43. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso I)

Art. 42. O DAS será gerado exclusivamente: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso I)

I - para o MEI, por meio do Programa Gerador do DAS para o MEI (PGMEI), inclusive na hipótese prevista no § 3º; e

II - para as demais ME e para as EPP:

a) até o período de apuração relativo a dezembro de 2011, por meio do PGDAS;

b) a partir do período de apuração relativo a janeiro de 2012, por meio do PGDAS-D.

§ 1º O DAS relativo a rotinas de cobrança, parcelamento, autuação fiscal ou dívida ativa poderá ser gerado por aplicativos próprios disponíveis no Portal do Simples Nacional ou na página da RFB ou da PGFN na Internet. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso I)

§ 2º É inválido o DAS emitido em desacordo com o disposto neste artigo, e é vedada a impressão de modelo do DAS com as informações definidas nos termos do art. 43, para fins de comercialização. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso I)

§ 3º O DAS gerado para o MEI poderá ser: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso I)

I - enviado por via postal para o domicílio do contribuinte, caso em que poderá conter, em uma mesma folha de impressão, guias para pagamento de mais de uma competência, com identificação dos respectivos vencimentos e do valor devido em cada mês;

II - emitido em terminais de autoatendimento disponibilizados por parceiros institucionais e pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), e conterá os dados previstos no art. 43; e

III - emitido por meio de aplicativo para dispositivos móveis, disponibilizado pela RFB.

Art. 43. O DAS conterá: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso I)

I - a identificação do contribuinte (nome empresarial e CNPJ);

II - o mês de competência;

III - a data do vencimento original da obrigação tributária;

IV - o valor do principal, da multa e dos juros e/ou encargos;

V - o valor total;

VI - o número único de identificação do DAS, atribuído pelo aplicativo de cálculo;

VII - a data limite para acolhimento do DAS pela rede arrecadadora;

VIII - o código de barras e sua representação numérica;

IX - o perfil da arrecadação, assim considerado a partilha discriminada de cada um dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, bem como os valores destinados a cada ente federado; e

X - o campo observações, para inserção de informações de interesse das administrações tributárias.

Parágrafo único. Os dados de que trata o inciso IX do caput, quando não disponíveis no DAS, deverão constar do respectivo extrato emitido no Portal do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 21, inciso I)

Art. 44. Fica vedada a emissão de DAS com valor total inferior a R$ 10,00 (dez reais). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 21, inciso I)

Parágrafo único. No caso de o valor dos tributos devidos no âmbito do Simples Nacional resultar em valor inferior a R$ 10,00 (dez reais), seu pagamento deverá ser diferido para os períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R$ 10,00 (dez reais). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 21, inciso I)

Art. 45. O DAS somente será acolhido por instituição financeira credenciada para tal finalidade, denominada, para os fins desta Resolução e da Resolução CGSN nº 11, de 23 de julho de 2007, agente arrecadador. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso IV)

§ 1º No DAS acolhido em guichê de caixa, após validação dos seus dados, será aposta chancela de recebimento, denominada autenticação, que compreende a impressão, de forma legível, no espaço apropriado, dos seguintes caracteres: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso IV)

I - sigla, símbolo ou logotipo do agente arrecadador;

II - número da autenticação;

III - data do pagamento;

IV - valor; e

V - identificação da máquina autenticadora.

§ 2º É vedada a reprodução de autenticação por meio de decalque a carbono ou por qualquer outra forma. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso IV)

§ 3º Em substituição à autenticação prevista no § 1º, o agente arrecadador poderá emitir cupom bancário como comprovante de pagamento efetuado pelo contribuinte, conforme modelo constante no Anexo VIII. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso IV)

Seção VI

Do Parcelamento dos Débitos Tributários Apurados no Simples Nacional

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 46. Os débitos apurados na forma prevista no Simples Nacional poderão ser parcelados, desde que respeitadas as disposições constantes desta Seção, observadas as seguintes condições:

I - o prazo máximo será de até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 16)

II - o valor de cada parcela mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 17)

III - o pedido de parcelamento deferido importa confissão irretratável do débito e configura confissão extrajudicial; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 20)

IV - serão aplicadas na consolidação as reduções das multas de lançamento de ofício previstas nos incisos II e IV do art. 6º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, nos seguintes percentuais: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 21)

a) 40% (quarenta por cento), se o sujeito passivo requerer o parcelamento no prazo de trinta dias, contado da data em que foi notificado do lançamento; ou

b) 20% (vinte por cento), se o sujeito passivo requerer o parcelamento no prazo de trinta dias, contado da data em que foi notificado da decisão administrativa de primeira instância; e

V - no caso de parcelamento de débito inscrito em dívida ativa, o devedor pagará custas, emolumentos e demais encargos legais. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 23)

§ 1º Somente serão parcelados débitos já vencidos e constituídos na data do pedido de parcelamento, excetuadas as multas de ofício vinculadas a débitos já vencidos, que poderão ser parceladas antes da data de vencimento. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

§ 2º Somente poderão ser parcelados débitos que não se encontrem com exigibilidade suspensa na forma prevista no art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

§ 3º Os débitos constituídos por meio de Auto de Infração e Notificação Fiscal (AINF) de que trata o art. 87 poderão ser parcelados desde a sua lavratura, observado o disposto no § 2º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

§ 4º É vedada a concessão de parcelamento para sujeitos passivos com falência decretada. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Subseção II

Dos Débitos Objeto do Parcelamento

Art. 47. O parcelamento dos tributos apurados na forma prevista no Simples Nacional não se aplica:

I - às multas por descumprimento de obrigação acessória; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15; art. 41, § 5º, inciso IV)

II - à CPP para a Seguridade Social para a empresa optante tributada com base: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13, inciso VI)

a) nos Anexos IV e V, até 31 de dezembro de 2008; e

b) no Anexo IV, a partir de 1º de janeiro de 2009; e

III - aos demais tributos ou fatos geradores não abrangidos pelo Simples Nacional, previstos no art. 5º, inclusive aqueles passíveis de retenção na fonte, de desconto de terceiros ou de sub-rogação. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Subseção III

Da Concessão e Administração

Art. 48. A concessão e a administração do parcelamento serão de responsabilidade: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15, art. 41, § 5º, inciso V)

I - da RFB, exceto nas hipóteses dos incisos II e III;

II - da PGFN, relativamente aos débitos inscritos em DAU; ou

III - do Estado, Distrito Federal ou Município em relação aos débitos de ICMS ou de ISS:

a) transferidos para inscrição em dívida ativa, em face do convênio previsto no art. 139; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, §§ 15 e 19)

b) lançados pelo ente federado nos termos do art. 142; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 19)

c) transferidos para inscrição em dívida ativa, independentemente do convênio previsto no art. 139, com relação aos débitos devidos pelo MEI e apurados no Simei. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15; art. 41, § 5º, inciso V)

§ 1º Até o dia 15 de cada mês, a PGFN informará à Secretaria-Executiva do CGSN, para publicação no Portal do Simples Nacional, a relação de entes federados que firmaram até o mês anterior o convênio a que se refere a alínea "a" do inciso III do caput. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

§ 2º O parcelamento dos débitos a que se refere a alínea "b" do inciso III do caput deste artigo será concedido e administrado de acordo com a legislação do ente federado responsável pelo lançamento. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 19)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º No âmbito do Estado, Distrito Federal ou Município, o(s) órgão(s) concessor(es) serão indicados com base na legislação do respectivo ente federado. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Subseção IV

Do Pedido

Art. 49. Poderá ser realizada, a pedido ou de ofício, revisão dos valores objeto do parcelamento para eventuais correções, ainda que já concedido o parcelamento. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Art. 50. O pedido de parcelamento implica adesão aos termos e condições estabelecidos nesta Seção. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Art. 51. O parcelamento de débitos da empresa, cujos atos constitutivos estejam baixados, será requerido em nome do titular ou de um dos sócios. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também aos parcelamentos de débitos cuja execução tenha sido redirecionada para o titular ou para os sócios. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Subseção V

Do Deferimento

Art. 52. O órgão concessor definido no art. 48 poderá, em disciplinamento próprio: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

I - condicionar o deferimento do parcelamento à confirmação do pagamento tempestivo da primeira parcela;

II - considerar o pedido deferido automaticamente após decorrido determinado período da data do pedido sem manifestação da autoridade; e

III - estabelecer condições complementares, observadas as disposições desta Resolução.

§ 1º Caso a decisão do pedido de parcelamento não esteja condicionada à confirmação do pagamento da primeira parcela, o deferimento do parcelamento se dará sob condição resolutória, tornando-se sem efeito caso não seja efetuado o respectivo pagamento no prazo estipulado pelo órgão concessor. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, tornando-se sem efeito o deferimento, o contribuinte será excluído do Simples Nacional, com efeitos retroativos, caso o parcelamento tenha sido solicitado para possibilitar o deferimento do pedido de opção ou a permanência da ME ou da EPP como optante pelo Simples Nacional, na hipótese prevista no § 1º do art. 84. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, e art. 21, § 15)

§ 3º É vedada a concessão de parcelamento enquanto não integralmente pago o parcelamento anterior, salvo nas hipóteses de reparcelamento de que trata o art. 55 desta Resolução e do parcelamento previsto no art. 9º da Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Subseção VI

Da Consolidação

Art. 53. Atendidos os requisitos para a concessão do parcelamento, será feita a consolidação da dívida, considerando-se como data de consolidação a data do pedido. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

§ 1º Compreende-se por dívida consolidada o somatório dos débitos parcelados, acrescidos dos encargos, custas, emolumentos e acréscimos legais, devidos até a data do pedido de parcelamento. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

§ 2º A multa de mora será aplicada no valor máximo fixado pela legislação do imposto sobre a renda. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15, e art. 35)

Subseção VII

Das Prestações e de seu Pagamento

Art. 54. Quanto aos parcelamentos de competência da RFB e da PGFN:

I - o valor de cada parcela será obtido mediante a divisão do valor da dívida consolidada pelo número de parcelas solicitadas, observado o limite mínimo de R$ 300,00 (trezentos reais), exceto quanto aos débitos de responsabilidade do MEI, quando o valor mínimo será estipulado em ato do órgão concessor; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

II - as prestações do parcelamento vencerão no último dia útil de cada mês; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

III - o repasse para os entes federados dos valores pagos e a amortização dos débitos parcelados será efetuado proporcionalmente ao valor de cada tributo na composição da dívida consolidada. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 22)

§ 1º O Estado, Distrito Federal ou Município, quando na condição de órgão concessor, conforme definido no art. 48, poderá estabelecer a seu critério o valor mínimo e a data de vencimento das parcelas de que tratam os incisos I e II do caput. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

§ 2º O valor de cada parcela, inclusive do valor mínimo previsto no inciso I do caput, estará sujeito ao disposto no inciso II do art. 46. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Subseção VIII

Do Reparcelamento

Art. 55. No âmbito de cada órgão concessor, serão admitidos até 2 (dois) reparcelamentos de débitos no âmbito do Simples Nacional constantes de parcelamento em curso ou que tenha sido rescindido, podendo ser incluídos novos débitos, concedendo-se novo prazo observado o limite de que trata o inciso I do art. 46. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 18)

§ 1º A formalização de reparcelamento de débitos fica condicionada ao recolhimento da primeira parcela em valor correspondente a: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, §§ 15 e 18)

I - 10% (dez por cento) do total dos débitos consolidados; ou

II - 20% (vinte por cento) do total dos débitos consolidados, caso haja débito com histórico de reparcelamento anterior.

§ 2º Para os débitos inscritos em DAU será verificado o histórico de parcelamento no âmbito da RFB e da PGFN. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, §§ 15 e 18)

§ 3º Para os débitos administrados pelo Estado, Distrito Federal ou Município, na forma prevista no art. 48, será verificado o histórico de parcelamentos por ele concedidos. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, §§ 15 e 18)

§ 4º A desistência de parcelamento cujos débitos foram objeto do benefício previsto no inciso IV do art. 46, com a finalidade de reparcelamento do saldo devedor, implica restabelecimento do montante da multa proporcionalmente ao valor da receita não satisfeita e o benefício da redução será aplicado ao reparcelamento caso a negociação deste ocorra nos prazos previstos nas alíneas "a" e "b" do mesmo inciso. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, §§ 15 e 18)

Subseção IX

Da Rescisão

Art. 56. Implicará rescisão do parcelamento: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 24)

I - a falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou

II - a existência de saldo devedor, após a data de vencimento da última parcela do parcelamento.

§ 1º É considerada inadimplente a parcela parcialmente paga. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

§ 2º Rescindido o parcelamento, apurar-se-á o saldo devedor, providenciando-se, conforme o caso, o encaminhamento do débito para inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da cobrança, se já realizada aquela, inclusive quando em execução fiscal. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

§ 3º A rescisão do parcelamento motivada pelo descumprimento das normas que o regulam implicará restabelecimento do montante das multas de que trata o inciso IV do art. 46 proporcionalmente ao valor da receita não satisfeita. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Subseção X

Disposições Finais

Art. 57. A RFB, a PGFN, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão editar normas complementares relativas ao parcelamento, observadas as disposições desta Seção. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Seção VII

Dos Créditos

Art. 58. A ME ou EPP optante pelo Simples Nacional não fará jus à apropriação nem transferirá créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23)

§ 1º As pessoas jurídicas e aquelas a elas equiparadas pela legislação tributária, não optantes pelo Simples Nacional, terão direito ao crédito correspondente ao ICMS incidente sobre as suas aquisições de mercadorias de ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, desde que destinadas à comercialização ou à industrialização e observado, como limite, o ICMS efetivamente devido pelas optantes pelo Simples Nacional em relação a essas aquisições, aplicando-se o disposto nos arts. 60 a 62. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23, §§ 1º e 6º)

§ 2º Mediante deliberação exclusiva e unilateral dos Estados e do Distrito Federal, poderá ser concedido às pessoas jurídicas e àquelas a elas equiparadas pela legislação tributária, não optantes pelo Simples Nacional, crédito correspondente ao ICMS incidente sobre os insumos utilizados nas mercadorias adquiridas de indústria optante pelo Simples Nacional, sendo vedado o estabelecimento de diferenciação no valor do crédito em razão da procedência dessas mercadorias. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23, § 5º)

§ 3º As pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, observadas as vedações previstas e demais disposições da legislação aplicável, podem descontar créditos calculados em relação às aquisições de bens e serviços de pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23, § 6º; Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, art. 3º; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, art. 3º)

Seção VIII

Das Obrigações Acessórias

Subseção I

Dos Documentos e Livros Fiscais e Contábeis

Art. 59. A ME ou EPP optante pelo Simples Nacional utilizará, conforme as operações e prestações que realizar, os documentos fiscais: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 20; art. 26, inciso I e § 8º)

I - autorizados pelos entes federados onde a empresa tiver estabelecimento, inclusive os emitidos por meio eletrônico;

II - emitidos diretamente por sistema nacional informatizado, com autorização eletrônica, sem custos para a ME ou EPP, quando houver sua disponibilização no Portal do Simples Nacional.

§ 1º Relativamente à prestação de serviços sujeita ao ISS, a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional utilizará a Nota Fiscal de Serviços, conforme modelo aprovado e autorizado pelo Município, ou Distrito Federal, ou outro documento fiscal autorizado conjuntamente pelo Estado e pelo Município da sua circunscrição fiscal. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I e § 4º)

§ 2º O salão-parceiro de que trata a Lei nº 12.592, de 2012 deverá emitir documento fiscal para o consumidor com a indicação do total das receitas de serviços e produtos neles empregados e a discriminação das cotas-parte do salão-parceiro e do profissional-parceiro, bem como o CNPJ deste. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I)

§ 3º O profissional-parceiro emitirá documento fiscal destinado ao salão-parceiro relativamente ao valor das cotas-parte recebidas. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I)

§ 4º A utilização dos documentos fiscais fica condicionada: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I e § 4º)

I - à inutilização dos campos destinados à base de cálculo e ao imposto destacado, de obrigação própria, sem prejuízo do disposto no art. 58; e

II - à indicação, no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento, por qualquer meio gráfico indelével, das expressões:

a) "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL"; e

b) "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI".

§ 5º Na hipótese de o estabelecimento da ME ou EPP estar impedido de recolher o ICMS e o ISS pelo Simples Nacional, em decorrência de haver excedido o sublimite vigente, em face do disposto no art. 12: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I e § 4º)

I - não se aplica a inutilização dos campos prevista no inciso I do § 2º; e

II - o contribuinte deverá consignar, no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento, por qualquer meio gráfico indelével, as expressões:

a) "ESTABELECIMENTO IMPEDIDO DE RECOLHER O ICMS/ISS PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 20 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006";

b) "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI".

§ 6º Quando a ME ou EPP revestir-se da condição de responsável, inclusive de substituto tributário, fará a indicação alusiva à base de cálculo e ao imposto retido no campo próprio ou, em sua falta, no corpo do documento fiscal utilizado na operação ou prestação. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I e § 4º)

§ 7º Na hipótese de devolução de mercadoria a contribuinte não optante pelo Simples Nacional, a ME ou EPP fará a indicação no campo "Informações Complementares", ou no corpo da Nota Fiscal Modelo 1, 1-A, ou Avulsa, da base de cálculo, do imposto destacado, e do número da nota fiscal de compra da mercadoria devolvida, observado o disposto no art. 67. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I e § 4º)

§ 8º Ressalvado o disposto no § 4º, na hipótese de emissão de documento fiscal de entrada relativo à operação ou prestação prevista no inciso XII do art. 5º, a ME ou a EPP fará a indicação da base de cálculo e do ICMS porventura devido no campo "Informações Complementares" ou, em sua falta, no corpo do documento, observado o disposto no art. 67. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I e § 4º)

§ 9º Na hipótese de emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, não se aplicará o disposto nos §§ 5º e 6º, e a base de cálculo e o ICMS porventura devido devem ser indicados nos campos próprios, conforme estabelecido em manual de especificações e critérios técnicos da NF-e, baixado nos termos do Ajuste SINIEF que instituiu o referido documento eletrônico. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I e § 4º)

§ 10. Na prestação de serviço sujeito ao ISS, cujo imposto for de responsabilidade do tomador, o emitente fará a indicação alusiva à base de cálculo e ao imposto devido no campo próprio ou, em sua falta, no corpo do documento fiscal utilizado na prestação, observado o art. 27, no que couber. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I e § 4º)

§ 11. Relativamente ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), deverão ser observadas as normas estabelecidas nas legislações dos entes federados. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I e § 4º)

§ 12. Os documentos fiscais autorizados anteriormente à opção poderão ser utilizados até o limite do prazo previsto para o seu uso, desde que observadas as condições previstas nesta Resolução. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I e § 4º)

Art. 60. A ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional que emitir nota fiscal com direito ao crédito estabelecido no § 1º do art. 58, consignará no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo da nota fiscal, a expressão: "PERMITE O APROVEITAMENTO DO CRÉDITO DE ICMS NO VALOR DE R$...; CORRESPONDENTE À ALÍQUOTA DE...%, NOS TERMOS DO ART. 23 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006". (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23, §§ 1º, 2º e 6º; art. 26, inciso I e § 4º)

§ 1º A alíquota aplicável ao cálculo do crédito a que se refere o caput, corresponderá ao percentual efetivo calculado com base na faixa de receita bruta no mercado interno a que a ME ou a EPP estiver sujeita no mês anterior ao da operação, mediante aplicação das alíquotas nominais constantes dos Anexos I ou II desta Resolução, da seguinte forma: {[(RBT12 × alíquota nominal) - (menos) Parcela a Deduzir]/RBT12} × Percentual de Distribuição do ICMS. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23, §§ 1º, 2º, 3º e 6º; art. 26, inciso I e § 4º)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º Será considerada a média aritmética da receita bruta total dos meses que antecederem o mês anterior ao da operação, multiplicada por 12 (doze), na hipótese de a empresa ter iniciado suas atividades há menos de 13 (treze) meses da operação. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23, §§ 1º, 2º, 3º e 6º; art. 26, inciso I e § 4º)

§ 3º O percentual de crédito de ICMS corresponderá a 1,36% (um inteiro e trinta e seis centésimos por cento) para revenda de mercadorias e 1,44% (um inteiro e quarenta e quatro centésimos por cento) para venda de produtos industrializados pelo contribuinte, na hipótese de a operação ocorrer nos 2 (dois) primeiros meses de início de atividade da ME ou da EPP optante pelo Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23, §§ 1º, 2º, 3º e 6º; art. 26, inciso I e § 4º)

§ 4º No caso de redução de ICMS concedida pelo Estado ou Distrito Federal nos termos do art. 35, esta será considerada no cálculo do percentual de crédito de que tratam os §§ 1º e 3º, conforme critério de concessão disposto na legislação do ente. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23, §§ 1º, 2º, 3º e 6º; art. 26, inciso I e § 4º)

§ 5º Na hipótese de emissão de NF-e, o valor correspondente ao crédito e a alíquota referida no caput deste artigo deverão ser informados nos campos próprios do documento fiscal, conforme estabelecido em manual de especificações e critérios técnicos da NF-e, nos termos do Ajuste SINIEF que instituiu o referido documento eletrônico. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23, § 6º; art. 26, inciso I e § 4º)

Art. 61. A ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional não poderá consignar no documento fiscal a expressão mencionada no caput do art. 60, ou caso já consignada, deverá inutilizá-la, quando: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23, §§ 1º, 2º e 4º; art. 26, inciso I e § 4º)

I - estiver sujeita à tributação do ICMS no Simples Nacional por valores fixos mensais;

II - tratar-se de operação de venda ou revenda de mercadorias em que o ICMS não é devido na forma do Simples Nacional;

III - houver isenção estabelecida pelo Estado ou Distrito Federal, nos termos do art. 38, que abranja a faixa de receita bruta a que a ME ou EPP estiver sujeita no mês da operação;

IV- a operação for imune ao ICMS;

V - considerar, por opção, que a base de cálculo sobre a qual serão calculados os valores devidos na forma do Simples Nacional será representada pela receita recebida no mês (Regime de Caixa); ou

VI - tratar-se de prestação de serviço de comunicação, de transporte interestadual ou de transporte intermunicipal.

Art. 62. O adquirente da mercadoria não poderá se creditar do ICMS consignado em nota fiscal emitida por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, a que se refere o art. 60, quando: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º)

I - a alíquota estabelecida no § 1º do art. 60 não for informada na nota fiscal;

II - a mercadoria adquirida não se destinar à comercialização ou à industrialização; ou

III - a operação enquadrar-se nas situações previstas nos incisos I a VI do art. 61.

Parágrafo único. Na hipótese de utilização de crédito a que se refere o § 1º do art. 58, de forma indevida ou a maior, o destinatário da operação estornará o crédito respectivo conforme a legislação de cada ente, sem prejuízo de eventuais sanções ao emitente, nos termos da legislação do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 23, §§ 1º, 2º, 4º e 6º)

Art. 63. Observado o disposto no art. 64, a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional deverá adotar para os registros e controles das operações e prestações por ela realizadas: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 2º, 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 10 e 11)

I - Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira e bancária;

II - Livro Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário, caso seja contribuinte do ICMS;

III - Livro Registro de Entradas, modelo 1 ou 1-A, destinado à escrituração dos documentos fiscais relativos às entradas de mercadorias ou bens e às aquisições de serviços de transporte e de comunicação efetuadas a qualquer título pelo estabelecimento, caso seja contribuinte do ICMS;

IV - Livro Registro dos Serviços Prestados, destinado ao registro dos documentos fiscais relativos aos serviços prestados sujeitos ao ISS, caso seja contribuinte do ISS;

V - Livro Registro de Serviços Tomados, destinado ao registro dos documentos fiscais relativos aos serviços tomados sujeitos ao ISS; e

VI - Livro de Registro de Entrada e Saída de Selo de Controle, caso seja exigível pela legislação do IPI.

§ 1º Os livros discriminados neste artigo poderão ser dispensados, no todo ou em parte, pelo ente tributante da circunscrição fiscal do estabelecimento do contribuinte, respeitados os limites de suas respectivas competências. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 4º)

§ 2º Além dos livros previstos no caput, serão utilizados, observado o disposto no art. 64: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 10 e 11)

I - Livro Registro de Impressão de Documentos Fiscais, pelo estabelecimento gráfico para registro dos impressos que confeccionar para terceiros ou para uso próprio;

II - livros específicos pelos contribuintes que comercializem combustíveis; e

III - Livro Registro de Veículos, por todas as pessoas que interfiram habitualmente no processo de intermediação de veículos, inclusive como simples depositários ou expositores.

§ 3º A apresentação da escrituração contábil, em especial do Livro Diário e do Livro Razão, dispensa a apresentação do Livro Caixa. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 4º A ME ou a EPP que receber aporte de capital na forma prevista nos arts. 61-A a 61-D da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá manter Escrituração Contábil Digital (ECD) e ficará desobrigada de cumprir o disposto no inciso I do caput e no § 3º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 26, § 15; art. 27)

§ 5º O ente tributante que adote sistema eletrônico de emissão de documentos fiscais ou recepção eletrônica de informações poderá exigi-los de seus contribuintes optantes pelo Simples Nacional, observados os prazos e formas previstos nas respectivas legislações, ressalvado o disposto no art. 64. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 26, §§ 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 10 e 11)

§ 6º A ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional fica obrigada ao cumprimento das obrigações acessórias previstas nos regimes especiais de controle fiscal, quando exigíveis pelo respectivo ente tributante, observado o disposto no art. 64. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 26, §§ 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 10 e 11)

§ 7º O Livro Caixa deverá: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 2º; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 1.182)

I - conter termos de abertura e de encerramento e ser assinado pelo representante legal da empresa e, se houver na localidade, pelo responsável contábil legalmente habilitado; e

II - ser escriturado por estabelecimento.

Art. 64. A RFB, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão instituir obrigações tributárias acessórias ou estabelecer exigências adicionais e unilaterais, relativamente à prestação de informações e apresentação de declarações referentes aos tributos apurados na forma prevista no Simples Nacional, além das estipuladas ou previstas nesta Resolução e atendidas por meio do Portal do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 4º e 15)

§ 1º O disposto no caput não se aplica às obrigações e exigências decorrentes de:

I - programas de cidadania fiscal; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 4º e 15)

II - norma publicada até 31 de março de 2014 que tenha veiculado exigência vigente até aquela data, observado o disposto no § 2º; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 15)

III - procedimento administrativo fiscal, tais como a exibição de livros, documentos ou arquivos eletrônicos e o fornecimento de informações fiscais, econômicas ou financeiras, previstos ou autorizados nesta Resolução, bem como aqueles necessários à fundamentação dos atos administrativos oriundos do procedimento; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; Lei nº 5.172, de 1966, art. 195, caput)

IV - informações apresentadas por meio do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (SCANC), aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); ou (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 15)

V - informações relativas ao Fundo de Combate à Pobreza constante do § 1º do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 15)

§ 2º As obrigações a que se refere o inciso II do § 1º e as que vierem a ser instituídas na forma prevista no caput, serão cumpridas por meio do Portal do Simples Nacional com base em resolução do CGSN. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 15)

§ 3º A exigência de apresentação de livros fiscais em meio eletrônico será aplicada somente na hipótese de substituição da entrega em meio convencional, cuja obrigatoriedade tenha sido prévia e especificamente estabelecida em resolução do CGSN. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 4º-B e 15)

§ 4º Na hipótese prevista no inciso II do § 1º: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 4º, 4º-A, inciso I, e 15)

I - a prestação de informações por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) somente pode ser exigida:

a) nos casos em que se referir a estabelecimento de EPP que tenha ultrapassado o sublimite vigente no Estado ou no Distrito Federal; e

b) em perfil específico que não exija a apuração de tributos;

II - o Município que tenha adotado Nota Fiscal Eletrônica de Serviços deverá adotar medidas que visem à revogação das declarações eletrônicas de serviços prestados, em face do disposto no art. 69.

Art. 65. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão exigir a escrituração fiscal digital ou obrigação equivalente para a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, desde que: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 15)

I - as informações eletrônicas sejam pré-escrituradas pelo ente federado, a fim de que o contribuinte complemente a escrituração com as seguintes informações:

a) relativas a documentos fiscais não eletrônicos;

b) sobre classificação fiscal de documentos fiscais eletrônicos de entrada; e

c) que confirmem os serviços tomados; e

II - a obrigação seja cumprida:

a) mediante aplicativo gratuito, com link disponível no Portal do Simples Nacional; e

b) com dispensa do uso de certificação digital, salvo nas hipóteses previstas no art. 79, nos casos em que poderá ser exigido.

§ 1º A exigência prevista no caput não se aplicará às informações relativas a documentos fiscais: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 4º e 15)

I - não eletrônicos a que se refere o inciso I do caput, cujos dados sejam transmitidos à administração tributária do ente federado de localização do emitente em face de programas de cidadania fiscal;

II - de entrada e de serviços tomados, quando a classificação ou a confirmação a que se referem as alíneas "b" e "c" do inciso I do caput forem efetuadas em sistema que possibilite a recepção eletrônica do documento, na forma estabelecida pela administração tributária do ente federado de localização do adquirente ou tomador.

§ 2º A carga ou confirmação de documentos fiscais eletrônicos de saída ou de prestação de serviços não poderá ser solicitada, salvo quando em caráter facultativo. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 15)

§ 3º O disposto neste artigo abrange qualquer modalidade de escrituração fiscal digital, livros eletrônicos de entrada e saída, bem como declaração eletrônica de prestação ou tomada de serviços. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 4º-A, 5º e 15)

§ 4º A exigência de prestação de dados por meio de escrituração fiscal digital em qualquer modalidade que não atenda ao disposto neste artigo não poderá ter caráter obrigatório para a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, exceto quando ultrapassado o sublimite vigente no Estado ou Distrito Federal. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 15)

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se às obrigações exigíveis a partir de 1º de abril de 2014. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 15)

Art. 66. Os documentos fiscais relativos a operações ou prestações realizadas ou recebidas, bem como os livros fiscais e contábeis, deverão ser mantidos em boa guarda, ordem e conservação enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso II)

Art. 67. Os livros e documentos fiscais previstos nesta Resolução serão emitidos e escriturados nos termos da legislação do ente tributante da circunscrição do contribuinte, com observância do disposto nos Convênios e Ajustes SINIEF que tratam da matéria, especialmente os Convênios SINIEF s/n, de 15 de dezembro de 1970, nº 6, de 21 de fevereiro de 1989, bem como o Ajuste SINIEF nº 7, de 30 de setembro de 2005 (NF-e), observado o disposto no art. 64. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I; art. 26, §§ 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 10 e 11)

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos livros e documentos fiscais relativos ao ISS. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I)

Art. 68. Será considerado inidôneo o documento fiscal utilizado pela ME ou EPP optante pelo Simples Nacional em desacordo com o disposto nesta Resolução. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I)

Art. 69. O ato de emissão ou de recepção de documento fiscal por meio eletrônico estabelecido pelas administrações tributárias, em qualquer modalidade, de entrada, de saída ou de prestação, representa sua própria escrituração fiscal e elemento suficiente para a fundamentação e a constituição do crédito tributário, ressalvado o disposto no inciso II do § 1º do art. 64. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 10 e 15)

Parágrafo único. Considera-se recepção de documento fiscal o ato de validação ou confirmação eletrônica praticado pelo contribuinte na forma estipulada pela respectiva legislação tributária. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 10 e 15)

Art. 70. Os dados dos documentos fiscais de qualquer espécie podem ser compartilhados entre as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, quando emitidos por meio eletrônico, a ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional fica desobrigada de transmitir seus dados às referidas administrações tributárias, ressalvado o disposto no inciso II do § 1º do art. 64. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 11 e 15)

Art. 71. A ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional poderá, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, observadas as disposições previstas no Código Civil e nas Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 27)

Parágrafo único. Aplica-se a dispensa prevista no § 2º do art. 1.179 do Código Civil ao empresário individual com receita bruta anual de até R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 68)

Subseção II

Das Declarações

Art. 72. A ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional apresentará a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput)

§ 1º A Defis será entregue à RFB por meio de módulo do aplicativo PGDAS-D, até 31 de março do ano-calendário subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores dos tributos previstos no Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 15-A; art. 25, caput)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º Nas hipóteses em que a ME ou a EPP tenha sido incorporada, cindida, total ou parcialmente, extinta ou fundida, a Defis relativa à situação especial deverá ser entregue até: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput)

I - o último dia do mês de junho, quando o evento ocorrer no primeiro quadrimestre do ano-calendário; ou

II - o último dia do mês subsequente ao do evento, nos demais casos.

§ 3º Em relação ao ano-calendário de exclusão da ME ou da EPP do Simples Nacional, esta deverá entregar a Defis abrangendo os fatos geradores ocorridos no período em que esteve na condição de optante, no prazo estabelecido no § 1º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput)

§ 4º A Defis poderá ser retificada independentemente de prévia autorização da administração tributária e terá a mesma natureza da declaração originariamente apresentada, observado o disposto no parágrafo único do art. 138 do CTN. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput)

§ 5º As informações prestadas pelo contribuinte na Defis serão compartilhadas entre a RFB e os órgãos de fiscalização tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput)

§ 6º A exigência da Defis não desobriga a prestação de informações relativas a terceiros. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 3º)

§ 7º Na hipótese de a ME ou a EPP permanecer inativa durante todo o ano-calendário, deverá informar esta condição na Defis. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, § 2º)

§ 8º Para efeito do disposto no § 7º, considera-se em situação de inatividade a ME ou a EPP que não apresente mutação patrimonial e atividade operacional durante todo o ano-calendário. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, § 3º)

§ 9º O direito de a ME ou a EPP retificar as informações prestadas na Defis e na Declaração Única e Simplificada de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DASN) extingue-se em 5 (cinco) anos contados a partir do 1º (primeiro) dia do exercício seguinte àquele ao qual se refere a declaração. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput)

Art. 73. Relativamente aos tributos devidos, não abrangidos pelo Simples Nacional, nos termos do art. 5º, a ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional deverá observar a legislação dos respectivos entes federados quanto à prestação de informações e entrega de declarações. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13, § 1º)

Art. 74. A ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional fica obrigada à entrega da Declaração Eletrônica de Serviços, quando exigida pelo Município ou pelo Distrito Federal, que servirá para a escrituração mensal de todos os documentos fiscais emitidos e documentos recebidos referentes aos serviços prestados, tomados ou intermediados de terceiros, observado o disposto no inciso II do § 4º do art. 64. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 5º)

Art. 75. A declaração a que se refere o art. 74 substitui os livros referidos nos incisos IV e V do art. 63, e será apresentada ao Município ou ao Distrito Federal pelo prestador, pelo tomador, ou por ambos, observado o disposto na legislação de sua circunscrição fiscal. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 5º)

Art. 76. O Estado ou o Distrito Federal poderá obrigar a ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional, quando responsável pelo recolhimento do ICMS de que tratam as alíneas "a", "g" e "h" do inciso XII do art. 5º, a entregar, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2016, declaração eletrônica para prestação de informações relativas ao ICMS devido por substituição tributária, recolhimento antecipado e diferencial de alíquotas, por meio de aplicativo único, gratuito e acessível por link disponível no Portal do Simples Nacional, na forma disciplinada pelo Confaz, observado o disposto no inciso III do art. 79. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 4º, 12 e 15)

§ 1º A declaração de que trata o caput substituirá, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2016, as exigidas pelos Estados e pelo Distrito Federal. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 4º, 12 e 15)

§ 2º Os fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2015 continuarão a ser declarados com observância da disciplina estabelecida pelos entes a que se refere o caput. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 4º, 12 e 15)

Subseção III

Do Registro dos Valores a Receber no Regime de Caixa

Art. 77. A optante pelo regime de caixa deverá manter registro dos valores a receber, no modelo constante do Anexo IX, no qual constarão, no mínimo, as seguintes informações, relativas a cada prestação de serviço ou operação com mercadorias a prazo: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 3º; art. 26, § 4º)

I - número e data de emissão de cada documento fiscal;

II - valor da operação ou prestação;

III - quantidade e valor de cada parcela, bem como a data dos respectivos vencimentos;

IV - data de recebimento e valor recebido;

V - saldo a receber; e

VI - créditos considerados não mais cobráveis.

§ 1º Na hipótese de haver mais de um documento fiscal referente a uma mesma prestação de serviço ou operação com mercadoria, estes deverão ser registrados conjuntamente. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 3º; art. 26, § 4º)

§ 2º A adoção do regime de caixa pela ME ou EPP não a desobriga de manter em boa ordem e guarda os documentos e livros previstos nesta Resolução, inclusive com a discriminação completa de toda a sua movimentação financeira e bancária, constante do Livro Caixa, observado o disposto no § 3º do art. 63. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 3º; art. 26, inciso II e § 4º)

§ 3º Fica dispensado o registro na forma prevista neste artigo em relação às prestações e operações realizadas por meio de administradoras de cartões, inclusive de crédito, desde que a ME ou a EPP anexe ao respectivo registro os extratos emitidos pelas administradoras relativos às vendas e aos créditos respectivos. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 3º; art. 26, § 4º)

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo para os valores decorrentes das prestações e operações realizadas por meio de cheques: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 3º; art. 26, § 4º)

I - quando emitidos para apresentação futura, mesmo quando houver parcela à vista;

II - quando emitidos para quitação da venda total, na ocorrência de cheques não honrados;

III - não liquidados no próprio mês.

§ 5º A ME ou a EPP deverá apresentar à administração tributária, quando solicitados, os documentos que comprovem a efetiva cobrança dos créditos considerados não mais cobráveis. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 3º; art. 26, § 4º)

§ 6º São considerados meios de cobrança: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 3º; art. 26, § 4º)

I - notificação extrajudicial;

II - protesto;

III - cobrança judicial; e

IV - registro do débito em cadastro de proteção ao crédito.

Art. 78. Na hipótese de descumprimento do disposto no art. 77, será desconsiderada, de ofício, a opção pelo regime de caixa, para os anos-calendário correspondentes ao período em que tenha ocorrido o descumprimento. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 3º; art. 26, § 4º)

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, os tributos abrangidos pelo Simples Nacional deverão ser recalculados pelo regime de competência, sem prejuízo dos acréscimos legais correspondentes. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18, § 3º; art. 26, § 4º)

Subseção IV

Da Certificação Digital para a ME e a EPP

Art. 79. A ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional poderá ser obrigada ao uso de certificação digital para cumprimento das seguintes obrigações: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 7º)

I - entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), bem como o recolhimento do FGTS, ou de declarações relativas ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), para empresas com empregado;

II - emissão de documento fiscal eletrônico, quando a obrigatoriedade estiver prevista em norma do Confaz ou na legislação municipal;

III - prestação de informações relativas ao ICMS a que se refere o caput do art. 76, desde que a ME ou a EPP esteja obrigada ao uso de documento fiscal eletrônico na forma prevista no inciso II; e

IV - prestação de informações à RFB relativas à manutenção de recursos no exterior na forma prevista no art. 1º da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.

§ 1º Poderá ser exigida a utilização de códigos de acesso para cumprimento das obrigações não previstas nos incisos do caput. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 26, § 7º)

§ 2º A empresa poderá cumprir as obrigações relativas ao eSocial com utilização de código de acesso apenas na modalidade online e desde que tenha até 1 (um) empregado. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 26, § 7º)

Subseção V

Dos Equipamentos Contadores de Produção

Art. 80. A ME ou a EPP envasadora de bebidas optante pelo Simples Nacional deverá observar as normas da RFB referentes a instalação de equipamentos de contadores de produção, que possibilitem, ainda, a identificação do tipo de produto, de embalagem e sua marca comercial, além de outros instrumentos de controle. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, § 5º; art. 26, §§ 4º e 15)

Seção IX

Da Exclusão

Subseção I

Da Exclusão por Comunicação

Art. 81. A exclusão do Simples Nacional, mediante comunicação da ME ou da EPP à RFB, em aplicativo disponibilizado no Portal do Simples Nacional, dar-se-á:

I - por opção, a qualquer tempo, produzindo efeitos: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 30, inciso I e art. 31, inciso I e § 4º)

a) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário, se comunicada no próprio mês de janeiro; ou

b) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, se comunicada nos demais meses; ou

II - obrigatoriamente, quando:

a) a receita bruta acumulada ultrapassar um dos limites previstos no § 1º do art. 2º, hipótese em que a exclusão deverá ser comunicada:

1. até o último dia útil do mês subsequente à ultrapassagem em mais de 20% (vinte por cento) de um desses limites, produzindo efeitos a partir do mês subsequente ao do excesso; ou (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 30, inciso IV, § 1º, inciso IV; art. 31, inciso V, alínea "a")

2. até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) um desses limites, produzindo efeitos a partir do ano-calendário subsequente ao do excesso; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 30, inciso IV, § 1º, inciso IV; art. 31, inciso V, alínea "b")

b) a receita bruta acumulada, no ano-calendário de início de atividade, ultrapassar um dos limites previstos no caput do art. 3º, hipótese em que a exclusão deverá ser comunicada:

1. até o último dia útil do mês subsequente à ultrapassagem em mais de 20% (vinte por cento) de um desses limites, produzindo efeitos retroativamente ao início de atividades; ou (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 30, inciso III, § 1º, inciso III, alínea "a"; art. 31, inciso III, alínea "a")

2. até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) um desses limites, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 30, inciso III, § 1º, inciso III, alínea "b"; art. 31, inciso III, alínea "b")

c) incorrer nas hipóteses de vedação previstas nos incisos II a XIV e XVI a XXV do art. 15, hipótese em que a exclusão: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 30, inciso II)

1. deverá ser comunicada até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 30, § 1º, inciso II)

2. produzirá efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da ocorrência da situação de vedação; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 31, inciso II)

d) possuir débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa, hipótese em que a exclusão: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso V; art. 30, inciso II)

1. deverá ser comunicada até o último dia útil do mês subsequente ao da situação de vedação; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 30, § 1º, inciso II)

2. produzirá efeitos a partir do ano-calendário subsequente ao da comunicação; ou(Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 31, inciso IV)

e) for constatado que, quando do ingresso no Simples Nacional, a ME ou a EPP incorria em alguma das vedações previstas no art. 15, hipótese em que a exclusão produzirá efeitos desde a data da opção. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 16, caput)

Parágrafo único. Na hipótese prevista na alínea "c" do inciso II do caput, deverão ser consideradas as disposições específicas relativas ao MEI, quando se tratar de ausência de inscrição ou de irregularidade em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual, quando exigível. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, § 4º)

Art. 82. A alteração de dados no CNPJ, informada pela ME ou EPP à RFB, equivalerá à comunicação obrigatória de exclusão do Simples Nacional nas seguintes hipóteses: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 30, § 3º)

I - alteração de natureza jurídica para sociedade anônima, sociedade empresária em comandita por ações, sociedade em conta de participação ou estabelecimento, no Brasil, de sociedade estrangeira;

II - inclusão de atividade econômica vedada à opção pelo Simples Nacional;

III - inclusão de sócio pessoa jurídica;

IV - inclusão de sócio domiciliado no exterior;

V - cisão parcial; ou

VI - extinção da empresa.

Parágrafo único. A exclusão de que trata o caput produzirá efeitos:

I - a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da ocorrência da situação de vedação, nas hipóteses previstas nos incisos I a V do caput; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 31, inciso II); e

II - a partir da data da extinção da empresa, na hipótese prevista no inciso VI do caput. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

Subseção II

Da Exclusão de Ofício

Art. 83. A competência para excluir de ofício a ME ou a EPP do Simples Nacional é: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 5º; art. 33)

I - da RFB;

II - das secretarias de fazenda, de tributação ou de finanças do Estado ou do Distrito Federal, segundo a localização do estabelecimento; e

III - dos Municípios, tratando-se de prestação de serviços incluídos na sua competência tributária.

§ 1º Será expedido termo de exclusão do Simples Nacional pelo ente federado que iniciar o processo de exclusão de ofício. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 3º)

§ 2º Será dada ciência do termo de exclusão à ME ou à EPP pelo ente federado que tenha iniciado o processo de exclusão, segundo a sua respectiva legislação, observado o disposto no art. 122. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 1º-A a 1º-D; art. 29, §§ 3º e 6º)

§ 3º Na hipótese de a ME ou a EPP, dentro do prazo estabelecido pela legislação do ente federado que iniciou o processo, impugnar o termo de exclusão, este se tornará efetivo quando a decisão definitiva for desfavorável ao contribuinte, com observância, quanto aos efeitos da exclusão, do disposto no art. 84. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 39, § 6º)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 4º Se não houver, dentro do prazo estabelecido pela legislação do ente federado que iniciou o processo, impugnação do termo de exclusão, este se tornará efetivo depois de vencido o respectivo prazo, com observância, quanto aos efeitos da exclusão, do disposto no art. 84. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 3º; art. 39, § 6º)

§ 5º A exclusão de ofício será registrada no Portal do Simples Nacional na internet, pelo ente federado que a promoveu, após vencido o prazo de impugnação estabelecido pela legislação do ente federado que iniciou o processo, sem sua interposição tempestiva, ou, caso interposto tempestivamente, após a decisão administrativa definitiva desfavorável à empresa, condicionados os efeitos dessa exclusão a esse registro, observado o disposto no art. 84. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 3º; art. 39, § 6º)

§ 6º Fica dispensado o registro previsto no § 5º para a exclusão retroativa de ofício efetuada após a baixa no CNPJ, condicionados os efeitos dessa exclusão à efetividade do termo de exclusão na forma prevista nos §§ 3º e 4º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 3º)

§ 7º Ainda que a ME ou a EPP exerça exclusivamente atividade não incluída na competência tributária municipal, se tiver débitos perante a Fazenda Pública Municipal, ausência de inscrição ou irregularidade no cadastro fiscal, o Município poderá proceder à sua exclusão do Simples Nacional por esses motivos, observado o disposto nos incisos V e VI do caput e no § 1º, todos do art. 84. (Lei Complementar nº 123, art. 29, §§ 3º e 5º; art. 33, § 4º)

§ 8º Ainda que a ME ou a EPP não tenha estabelecimento em sua circunscrição o Estado poderá excluí-la do Simples Nacional se ela estiver em débito perante a Fazenda Pública Estadual ou se não tiver inscrita no cadastro fiscal, quando exigível, ou se o cadastro estiver em situação irregular, observado o disposto nos incisos V e VI do caput e no § 1º, todos do art. 84. (Lei Complementar nº 123, art. 29, §§ 3º e 5º; art. 33, § 4º)

Subseção III

Dos Efeitos da Exclusão de Ofício

Art. 84. A exclusão de ofício da ME ou da EPP do Simples Nacional produzirá efeitos:

I - a partir das datas de efeitos previstas no inciso II do art. 81, quando verificada a falta de comunicação de exclusão obrigatória; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, inciso I; art. 31, incisos II, III, IV, V e § 2º)

II - a partir do mês subsequente ao do descumprimento das obrigações a que se refere o § 8º do art. 6º, quando se tratar de escritórios de serviços contábeis; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 22-C; art. 31, inciso II)

III - a partir da data dos efeitos da opção pelo Simples Nacional, nas hipóteses em que:

a) for constatado que, quando do ingresso no Simples Nacional, a ME ou a EPP incorria em alguma das hipóteses de vedação previstas no art. 15; ou (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 16, caput)

b) for constatada declaração inverídica prestada nas hipóteses do § 4º do art. 6º e do inciso II do § 3º do art. 8º; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 16, caput)

IV - a partir do próprio mês em que incorridas, hipótese em que a empresa ficará impedida de fazer nova opção pelo Simples Nacional nos 3 (três) anos-calendário subsequentes, nas seguintes hipóteses: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, incisos II a XII e § 1º)

a) ter a empresa causado embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiver obrigada, e não ter fornecido informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade que estiver intimada a apresentar, e nas demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública;

b) ter a empresa resistido à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolva suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade;

c) ter sido a empresa constituída por interpostas pessoas;

d) ter a empresa incorrido em práticas reiteradas de infração ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

e) ter sido a empresa declarada inapta, na forma prevista na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e alterações posteriores;

f) se a empresa comercializar mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;

g) se for constatada:

1. a falta de ECD para a ME e a EPP que receber aporte de capital na forma prevista nos arts. 61-A a 61-D da Lei Complementar nº 123, de 2006; ou

2. a falta de escrituração do Livro Caixa ou a existência de escrituração do Livro Caixa que não permita a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária, para a ME e a EPP que não receber o aporte de capital a que se refere o item 1;

h) se for constatado que durante o ano-calendário o valor das despesas pagas supera em 20% (vinte por cento) o valor de ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade;

i) se for constatado que durante o ano-calendário o valor das aquisições de mercadorias para comercialização ou industrialização, ressalvadas hipóteses justificadas de aumento de estoque, foi superior a 80% (oitenta por cento) dos ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade;

j) se for constatado que a empresa, de forma reiterada, não emite documento fiscal de venda ou prestação de serviço, observado o disposto nos arts. 59 a 61 e ressalvadas as prerrogativas do MEI nos termos da alínea "a" do inciso II do art. 106; e

k) se for constatado que a empresa, de forma reiterada, deixa de incluir na folha de pagamento ou em documento de informações exigido pela legislação previdenciária, trabalhista ou tributária, informações sobre o segurado empregado, o trabalhador avulso ou o contribuinte individual que lhe presta serviço;

V - a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da ocorrência, na hipótese de ausência ou irregularidade no cadastro fiscal federal, municipal ou, quando exigível, estadual; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso XVI; art. 31, inciso II)

VI - a partir do ano-calendário subsequente ao da ciência do termo de exclusão, se a empresa estiver em débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso V; art. 31, inciso IV)

§ 1º Na hipótese prevista nos incisos V e VI do caput, a comprovação da regularização do débito ou do cadastro fiscal, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da ciência da exclusão de ofício, possibilitará a permanência da ME ou da EPP como optante pelo Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 31, § 2º)

§ 2º O prazo a que se refere o inciso IV do caput será elevado para 10 (dez) anos caso seja constatada a utilização de artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento que induza ou mantenha a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir o pagamento de tributo apurável na forma do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, incisos II a XII e § 2º)

§ 3º A ME ou a EPP excluída do Simples Nacional sujeitar-se-á, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 32, caput)

§ 4º Para efeito do disposto no § 3º, nas hipóteses do inciso I do § 2º do art. 3º, a ME ou a EPP excluída do Simples Nacional ficará sujeita ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos tributos, devidos em conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos apenas de juros de mora, quando efetuado antes do início de procedimento de ofício. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 32, § 1º)

§ 5º Na hipótese das vedações de que tratam os incisos II a XIV, XVI a XXIII e XXV do art. 15, uma vez que o motivo da exclusão deixe de existir, se houver a exclusão retroativa de ofício no caso do inciso I do caput, o efeito desta dar-se-á a partir do mês seguinte ao da ocorrência da situação impeditiva, limitado, porém, ao último dia do ano-calendário em que a referida situação deixou de existir. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 31, § 5º)

§ 6º Considera-se prática reiterada, para fins do disposto nas alíneas "d", "j" e "k" do inciso IV do caput: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 9º)

I - a ocorrência, em 2 (dois) ou mais períodos de apuração, consecutivos ou alternados, de idênticas infrações, inclusive de natureza acessória, verificada em relação aos últimos 5 (cinco) anos-calendário, formalizadas por intermédio de auto de infração ou notificação de lançamento, em um ou mais procedimentos fiscais; ou

II - a segunda ocorrência de idênticas infrações, caso seja constatada a utilização de artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento que induza ou mantenha a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir o pagamento de tributo.

§ 7º Para fins do disposto na alínea "h" do inciso IV do caput, consideram-se despesas pagas as decorrentes de desembolsos financeiros relativos ao curso das atividades da empresa, e inclui custos, salários e demais despesas operacionais e não operacionais. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 8º Na hipótese prevista no inciso I do § 6º deste artigo, quando constatada omissão de receitas ou sua segregação indevida, sem a verificação de outras hipóteses de exclusão, a administração tributária poderá, a seu critério, caracterizar a prática reiterada em procedimentos fiscais distintos. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 28, parágrafo único; art. 29, § 9º)

§ 9º Na hipótese da vedação de que trata o inciso XXV do art. 15, o titular ou sócio será considerado empregado ou empregado doméstico, ficando a contratante sujeita a todas as obrigações dessa relação, inclusive as tributárias e previdenciárias. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 4º, XI; art. 18-A, § 24, art. 18-B, § 2º; Lei nº 8.212, de 1991, art. 24, parágrafo único)

Seção X

Da Fiscalização e das Infrações e Penalidades do Simples Nacional

Subseção I

Da Competência para Fiscalizar

Art. 85. A competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional é do órgão de administração tributária: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, caput)

I - do Município, desde que o contribuinte do ISS tenha estabelecimento em seu território ou quando se tratar das exceções de competência previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 2003;

II - dos Estados ou do Distrito Federal, desde que a pessoa jurídica tenha estabelecimento em seu território; ou

III - da União, em qualquer hipótese.

§ 1º No exercício da competência de que trata o caput: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, §§ 1º-B e 1º-C)

I - a ação fiscal, após iniciada, poderá abranger todos os estabelecimentos da ME e da EPP, independentemente das atividades por eles exercidas, observado o disposto no § 2º; e

II - as autoridades fiscais não ficarão limitadas à fiscalização dos tributos instituídos pelo próprio ente federado fiscalizador, estendendo-se sua competência a todos os tributos abrangidos pelo Simples Nacional.

§ 2º Na hipótese de o órgão da administração tributária do Estado, do Distrito Federal ou do Município realizar ação fiscal em contribuinte com estabelecimento fora do âmbito de competência do respectivo ente federado, o órgão deverá comunicar o fato à administração tributária do outro ente federado para que, se houver interesse, se integre à ação fiscal. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

§ 3º A comunicação a que se refere o § 2º dar-se-á por meio do sistema eletrônico de que trata o art. 86, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes do início da ação fiscal. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

§ 4º As administrações tributárias estaduais poderão celebrar convênio com os Municípios de sua jurisdição para atribuir a estes a fiscalização a que se refere o caput. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 1º)

§ 5º Fica dispensado o convênio a que se refere o § 4o na hipótese de ocorrência de prestação de serviços sujeita ao ISS por estabelecimento localizado no Município. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 1º-A)

§ 6º A competência para fiscalizar de que trata este artigo poderá ser plenamente exercida pelos entes federados, de forma individual ou simultânea, inclusive de forma integrada, mesmo para períodos já fiscalizados. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, §§ 1º-B e 4º)

§ 7º Na hipótese de ação fiscal simultânea, a autoridade fiscal deverá tomar conhecimento das ações fiscais em andamento, a fim de evitar duplicidade de lançamentos referentes ao mesmo período e fato gerador. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, §§ 1º-B e 4º)

§ 8º Na hipótese prevista no § 4º e de ação fiscal relativa a períodos já fiscalizados, a autoridade fiscal deverá tomar conhecimento das ações já realizadas, dos valores já lançados e das informações contidas no sistema eletrônico a que se refere o art. 86, observadas as limitações práticas e legais dos procedimentos fiscalizatórios. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, §§ 1º-B e 4º)

§ 9º A seleção, o preparo e a programação da ação fiscal serão realizadas de acordo com os critérios e diretrizes das administrações tributárias de cada ente federado, no âmbito de suas respectivas competências. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

§ 10. É permitida a prestação de assistência mútua e a permuta de informações entre a RFB e as Fazendas Públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, relativas às MEe às EPP, para fins de planejamento ou de execução de procedimentos fiscais ou preparatórios. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 34, § 1º)

§ 11. Sem prejuízo de ação fiscal individual, as administrações tributárias poderão utilizar procedimento de notificação prévia com o objetivo de incentivar a autorregularização, que, neste caso, não constituirá início de procedimento fiscal. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 34, § 3º)

§ 12. As notificações para regularização prévia poderão ser feitas por meio do Portal do Simples Nacional, facultada a utilização do Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN) de que trata o art. 122, e deverão estabelecer prazo de regularização de até 90 (noventa) dias. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 34, § 3º)

Subseção II

Do Sistema Eletrônico Único de Fiscalização

Art. 86. As ações fiscais serão registradas no Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso (Sefisc), disponibilizado no Portal do Simples Nacional, com acesso pelos entes federados, e deverão conter, no mínimo: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

I - data de início da fiscalização;

II - abrangência do período fiscalizado;

III - os estabelecimentos fiscalizados;

IV - informações sobre:

a) planejamento da ação fiscal, a critério de cada ente federado;

b) fato que caracterize embaraço ou resistência à fiscalização;

c) indício de que o contribuinte esteja praticando, em tese, crime contra a ordem tributária; e

d) fato que implique hipótese de exclusão de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 83;

V - prazo de duração e eventuais prorrogações;

VI - resultado, inclusive com indicação do valor do crédito tributário apurado, quando houver;

VII - data de encerramento.

§ 1º A autoridade fiscal deverá registrar o início da ação fiscal no prazo de até 7 (sete) dias. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

§ 2º O Sefisc conterá relatório gerencial com informações das ações fiscais em determinado período. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

§ 3º O mesmo ente federado que abrir a ação fiscal deverá encerrá-la, observado o prazo previsto em sua respectiva legislação. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Subseção III

Do Auto de Infração e Notificação Fiscal

Art. 87. Verificada infração à legislação tributária por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, deverá ser lavrado Auto de Infração e Notificação Fiscal (AINF), emitido por meio do Sefisc. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, §§ 3º e 4º)

§ 1º O AINF é o documento único de autuação, a ser utilizado por todos os entes federados, nos casos de inadimplemento da obrigação principal previstas na legislação do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, §§ 3º e 4º)

§ 2º No caso de descumprimento de obrigações acessórias, deverão ser utilizados os documentos de autuação e lançamento fiscal específicos de cada ente federado, observado o disposto no § 5º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, §§ 1º-D e 4º)

§ 3º A ação fiscal relativa ao Simples Nacional poderá ser realizada por estabelecimento, porém o AINF deverá ser lavrado sempre com o CNPJ da matriz, observado o disposto no art. 85. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

§ 4º Para a apuração do crédito tributário, deverão ser consideradas as receitas de todos os estabelecimentos da ME ou da EPP, ainda que a ação fiscal seja realizada por estabelecimento. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

§ 5º A competência para autuação por descumprimento de obrigação acessória é privativa da administração tributária perante a qual a obrigação deveria ter sido cumprida. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 1º-D)

§ 6º A receita decorrente das autuações por descumprimento de obrigação acessória será destinada ao ente federado responsável pela autuação a que se refere o § 5º, caso em que deverá ser utilizado o documento de arrecadação específico do referido ente que promover a autuação e lançamento fiscal, sujeitando-se o pagamento às normas previstas em sua respectiva legislação. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 1º-D; art. 41, § 5º, inciso IV)§ 7º Não será exigido o registro no Sefisc de lançamento fiscal que trate exclusivamente do disposto no § 5º.

§ 7º Não se exigirá o registro no Sefisc de lançamento fiscal que trate exclusivamente do disposto no § 5º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, §§ 1º-D e 4º)

§ 8º Estarão devidamente constituídos os débitos relativos aos impostos e contribuições resultantes das informações prestadas na DASN ou no PGDAS-D, caso em que será vedado lançamento de ofício por parte das administrações tributárias federal, estaduais ou municipais. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 15-A, inciso I; art. 25, § 1º; art. 41, § 4º)

Art. 88. O AINF será lavrado em 2 (duas) vias e deverá conter as seguintes informações: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

I - data, hora e local da lavratura;

II - identificação do autuado;

III - identificação do responsável solidário, quando cabível;

IV - período autuado;

V - descrição do fato;

VI - o dispositivo legal infringido e a penalidade aplicável;

VII - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la, no prazo fixado na legislação do ente federado;

VIII - demonstrativo de cálculo dos tributos e multas devidos;

IX - identificação do autuante; e

X - hipóteses de redução de penalidades.

Parágrafo único. O documento de que trata o caput deverá contemplar todos os tributos abrangidos pelo Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, §§ 1º-C e 4º)

Art. 89. Os documentos emitidos em procedimento fiscal podem ser entregues ao sujeito passivo: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

I - somente em meio impresso;

II - mediante utilização do sistema de comunicação eletrônica previsto no art. 122, observado o disposto em seus §§ 3º e 4º; ou

III - em arquivos digitais e, neste caso, deverão ser entregues também em meio impresso:

a) os termos, as intimações, o relatório fiscal e a folha de rosto do AINF; ou

b) somente os termos e as intimações, desde que o relatório fiscal e a folha de rosto do AINF sejam assinados com certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e possam ser validados em endereço eletrônico informado pelo autuante.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no inciso III do caput: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

I - os documentos serão entregues ao sujeito passivo por meio de mídia não regravável; e

II - a entrega dos documentos será feita com o respectivo termo de encerramento e ciência do lançamento, no qual devem constar a descrição do conteúdo da mídia digital, o resumo do crédito tributário lançado e demais informações pertinentes ao encerramento.

Art. 90. O valor apurado no AINF deverá ser pago por meio do DAS, gerado por meio de aplicativo disponível no Portal do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso I; art. 33, § 4º)

Subseção IV

Da Omissão de Receita

Art. 91. Aplicam-se à ME e à EPP optantes pelo Simples Nacional todas as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos tributos incluídos no Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 34)

Parágrafo único. A existência de tributação prévia por estimativa, estabelecida em legislação do ente federado não desobrigará:

I - da apuração da base de cálculo real efetuada pelo contribuinte ou pelas administrações tributárias; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, caput e § 3º)

II - da emissão de documento fiscal previsto no art. 59, ressalvadas as prerrogativas do MEI, nos termos do inciso II do art. 106. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, inciso I e § 1º)

Art. 92. No caso em que a ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional exerça atividades incluídas no campo de incidência do ICMS e do ISS e seja apurada omissão de receita de origem não identificável, a autuação será feita com utilização da maior das alíquotas relativas à faixa de receita bruta de enquadramento do contribuinte, dentre as tabelas aplicáveis às respectivas atividades. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 39, § 2º)

§ 1º Na hipótese de as alíquotas das tabelas aplicáveis serem iguais, será utilizada a tabela que tiver a maior alíquota na última faixa, para definir a alíquota a que se refere o caput. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 39, § 2º)

§ 2º A parcela autuada que não seja correspondente aos tributos federais será rateada entre Estados, Distrito Federal e Municípios na proporção dos percentuais de ICMS e ISS relativos à faixa de receita bruta de enquadramento do contribuinte, dentre as tabelas aplicáveis. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 39, § 2º)

Subseção V

Das Infrações e Penalidades

Art. 93. Constitui infração, para os fins desta Resolução, toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, da ME ou da EPP optante que importe em inobservância das normas do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 33, § 4º)

Art. 94. Considera-se também ocorrida infração quando constatada: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 33, § 4º)

I - omissão de receitas;

II - diferença de base de cálculo; ou

III - insuficiência de recolhimento dos tributos do Simples Nacional.

Art. 95. Aplicam-se aos tributos devidos pela ME e pela EPP, optantes pelo Simples Nacional, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto sobre a renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ICMS e ao ISS. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 35)

Art. 96. O descumprimento de obrigação principal devida no âmbito do Simples Nacional sujeita o infrator às seguintes multas: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 35)

I - 75% (setenta e cinco por cento) sobre a totalidade ou diferença do tributo, no caso de falta de pagamento ou recolhimento; (Lei nº 9.430, de 1996, art. 44, inciso I)

II - 150% (cento e cinquenta por cento) sobre a totalidade ou diferença do tributo, no caso de falta de pagamento ou recolhimento, nas hipóteses previstas nos arts. 71 (sonegação), 72 (fraude) e 73 (conluio) da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis; (Lei nº 9.430, de 1996, art. 44, inciso I e § 1º)

III - 112,50% (cento e doze e meio por cento) sobre a totalidade ou diferença do tributo, no caso de falta de pagamento ou recolhimento, nas hipóteses de não atendimento pelo sujeito passivo, no prazo fixado, de intimação para prestar esclarecimentos ou para apresentar arquivos ou documentação técnica referentes aos sistemas eletrônicos de processamento de dados utilizados para registrar negócios e atividades econômicas ou financeiras, escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal; ou (Lei nº 9.430, de 1996, art. 44, inciso I e § 2º)

IV - 225% (duzentos e vinte e cinco por cento) sobre a totalidade ou diferença do tributo, nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, nas hipóteses previstas nos arts. 71 (sonegação), 72 (fraude) e 73 (conluio) da Lei nº 4.502, de 1964, e caso se trate ainda de não atendimento pelo sujeito passivo, no prazo fixado, de intimação para prestar esclarecimentos ou para apresentar arquivos ou documentação técnica referentes aos sistemas eletrônicos de processamento de dados utilizados para registrar negócios e atividades econômicas ou financeiras, escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis. (Lei nº 9.430, de 1996, art. 44, inciso I e §§ 1º e 2º)

Parágrafo único. Aplicam-se às multas de que tratam os incisos do caput deste artigo as seguintes reduções:

I - 50% (cinquenta por cento), na hipótese de o contribuinte efetuar o pagamento do débito no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que tiver sido notificado do lançamento; ou (Lei nº 9.430, de 1996, art. 44, § 3º; Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, art. 6º, inciso I)

II - 30% (trinta por cento), na hipótese de o contribuinte efetuar o pagamento do débito no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que tiver sido notificado:

a) da decisão administrativa de primeira instância à impugnação tempestiva; ou (Lei nº 9.430, de 1996, art. 44, § 3º; Lei nº 8.218, de 1991, art. 6º, inciso III)

b) da decisão do recurso de ofício interposto por autoridade julgadora de primeira instância. (art. 44, § 3º, da Lei nº 9.430, de 1996, art. 44, § 3º; Lei nº 8.218, de 1991, art. 6º, § 1º)

Art. 97. A ME ou EPP que deixar de apresentar a DASN ou que a apresentar com incorreções ou omissões ou, ainda, que a apresentar fora do prazo fixado, será intimada a apresentá-la ou a prestar esclarecimentos, conforme o caso, no prazo estipulado pela autoridade fiscal, e sujeitar-se-á a multa: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38)

I - de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidentes sobre o montante dos tributos informados na DASN, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega da declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º deste artigo; ou

II - de R$ 100,00 (cem reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

§ 1º Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso I do caput, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não apresentação, da lavratura do auto de infração. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38, § 1º)

§ 2º Observado o disposto no § 3º deste artigo, as multas serão reduzidas: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38, § 2º)

I - à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;

II - a 75% (setenta e cinco por cento), se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

§ 3º A multa mínima a ser aplicada será de R$ 200,00 (duzentos reais). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38, § 3º)

§ 4º Será considerada não entregue a declaração que não atender às especificações técnicas estabelecidas pelo CGSN, observado que a ME ou a EPP: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38, §§ 4º e 5º)

I - será intimada a apresentar nova declaração, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da intimação; e

II - sujeitar-se-á à multa prevista no inciso I do caput deste artigo, observado o disposto nos §§ 1º a 3º.

Art. 98. A ME ou a EPP que deixar de prestar mensalmente à RFB as informações no PGDAS-D, no prazo previsto no inciso II do § 2º do art. 38, ou que as prestar com incorreções ou omissões, será intimada a fazê-lo, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela autoridade fiscal, e sujeitar-se-á às seguintes multas, para cada mês de referência: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38-A)

I - de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, a partir do primeiro dia do quarto mês do ano subsequente à ocorrência dos fatos geradores, incidentes sobre o montante dos impostos e contribuições decorrentes das informações prestadas no PGDAS-D, ainda que integralmente pago, no caso de ausência de prestação de informações ou sua efetuação após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 2o deste artigo; ou (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38-A, inciso I)

II - de R$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de dez informações incorretas ou omitidas. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38-A, inciso II)

§ 1o Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso I do caput, será considerado como termo inicial o primeiro dia do quarto mês do ano subsequente à ocorrência dos fatos geradores e como termo final a data da efetiva prestação ou, no caso de não prestação, da lavratura do auto de infração. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38-A, § 1º)

§ 2o A multa mínima a ser aplicada será de R$ 50,00 (cinquenta reais) para cada mês de referência. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38-A, § 2º)

§ 3º Observado o disposto no § 2º deste artigo, as multas serão reduzidas: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38, § 2º; art. 38-A, § 3º)

I - à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício; ou

II - a 75% (setenta e cinco por cento), se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

§ 4º Serão consideradas não prestadas as informações que não atenderem às especificações técnicas estabelecidas pelo CGSN, observado que a ME ou a EPP: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38, §§ 4º e 5º; art. 38-A, § 3º)

I - será intimada a prestar novas informações, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da intimação;

II - estará sujeita à multa prevista no inciso I do caput deste artigo, observado o disposto nos §§ 1º a 3º.

Art. 99. A falta de comunicação, quando obrigatória, da exclusão da ME ou EPP do Simples Nacional, nos termos do art. 81, sujeitará a multa correspondente a 10% (dez por cento) do total dos tributos devidos em conformidade com o Simples Nacional no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, não inferior a R$ 200,00 (duzentos reais), insusceptível de redução. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 36)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TÍTULO II
DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO

Art. 100. Considera-se MEI o empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, optante pelo Simples Nacional, que tenha auferido receita bruta acumulada nos anos-calendário anteriores e em curso de até R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) e que: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 1º e § 7º, inciso III)

I - exerça, de forma independente, apenas as ocupações constantes do Anexo XI desta Resolução; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, §§ 4º-B e 17)

II - possua um único estabelecimento; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 4º, inciso II)

III - não participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador; e(Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 4º, inciso III)

IV - não contrate mais de um empregado, observado o disposto no art. 105. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-C)

§ 1º No caso de início de atividade, o limite de que trata o caput será de R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) multiplicados pelo número de meses compreendidos entre o mês de início de atividade e o final do respectivo ano-calendário, considerada a fração de mês como mês completo. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 2º)

§ 2º Observadas as demais condições deste artigo, e para efeito do disposto no inciso I do caput, poderá enquadrar-se como MEI o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 4º-A)

§ 3º Para fins do disposto neste Título, o tratamento diferenciado e favorecido previsto para o MEI aplica-se exclusivamente na vigência do período de enquadramento no sistema de recolhimento de que trata o art. 101, exceto na hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 116. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14)

§ 4º O MEI não pode guardar, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade, sob pena de exclusão do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, §4º, inciso XI; art. 18-A, § 24; art. 30, inciso II)

§ 5º O MEI é modalidade de microempresa (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, inciso I; art. 18-E, § 3º)

§ 6º Será considerada como receita auferida pelo MEI que atue como profissional-parceiro de que trata a Lei nº 12.592, de 2012, a totalidade da cota-parte recebida do salão-parceiro. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14)

§ 7º O salão-parceiro de que trata a Lei nº 12.592, de 2012, não poderá ser MEI. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14; art. 25, § 4º; art. 26, §§ 1º e 2º)

§ 8º Entende-se como independente a ocupação exercida pelo titular do empreendimento, desde que este não guarde, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, §§ 4º-B e 24)

§ 9º Considera-se a soma das respectivas receitas brutas, para fins do disposto no caput, caso um mesmo empresário tenha mais de uma inscrição cadastral no mesmo ano-calendário, como empresário individual ou MEI, ou atue também como pessoa física, caracterizada, para fins previdenciários, como contribuinte individual ou segurado especial. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, §§ 1º, 4º, inciso III, e § 14)

CAPÍTULO II
DO SISTEMA DE RECOLHIMENTO EM VALORES FIXOS MENSAIS DOS TRIBUTOS ABRANGIDOS PELO SIMPLES NACIONAL (SIMEI)
Seção I
Da Definição

Art. 101. O Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (Simei) é a forma pela qual o MEI pagará, por meio do DAS, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, observados os limites previstos no art. 100, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 3º, inciso V)

I - contribuição para a Seguridade Social relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual, na forma prevista no § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, correspondente a:

a) até a competência abril de 2011: 11% (onze por cento) do limite mínimo mensal do salário de contribuição; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 3º, inciso V, alínea "a", e § 11)

b) a partir da competência maio de 2011: 5% (cinco por cento) do limite mínimo mensal do salário de contribuição; (Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 21, § 2º, inciso II, alínea "a"; Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, arts. 1º e 5º)

II - R$ 1,00 (um real), a título de ICMS, caso seja contribuinte desse imposto;

III - R$ 5,00 (cinco reais), a título de ISS, caso seja contribuinte desse imposto.

§ 1º A definição da parcela a ser paga a título de ICMS ou de ISS e sua destinação serão determinadas de acordo com os dados registrados no CNPJ, observando-se: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 4º-B)

I - o enquadramento previsto no Anexo XI;

II - os códigos CNAE e o endereço da empresa constantes do CNPJ na 1ª (primeira) geração do DAS relativo ao mês de início do enquadramento no Simei ou ao 1º (primeiro) mês de cada ano-calendário.

§ 2º A tabela constante do Anexo XI aplica-se apenas no âmbito do Simei. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 4º-B)

§ 3º As alterações feitas no Anexo XI produzirão efeitos a partir do ano-calendário subsequente, observadas as seguintes regras: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, §§ 4º-B e 14)

I - se determinada ocupação passar a ser considerada permitida ao Simei, o contribuinte que a exerça poderá optar por esse sistema de recolhimento a partir do ano-calendário seguinte ao da alteração, desde que não incorra em nenhuma das vedações previstas neste Capítulo;

II - se determinada ocupação deixar de ser considerada permitida ao Simei, o contribuinte optante que a exerça efetuará o seu desenquadramento do referido sistema, com efeitos para o ano-calendário subsequente, observado o disposto no § 4º.

§ 4º O desenquadramento de ofício pelo exercício de ocupação não permitida poderá ser realizado com efeitos a partir do segundo exercício subsequente à supressão da referida ocupação do Anexo XI. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14)

§ 5º Na hipótese prevista no § 4º, o valor a ser pago a título de ICMS ou de ISS será determinado de acordo com a última tabela de ocupações permitidas na qual ela conste. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14)

Seção II
Da Opção pelo SIMEI

Art. 102. A opção pelo Simei: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, caput e §§ 5º e 14)

I - será irretratável para todo o ano-calendário;

II - para o empresário individual já inscrito no CNPJ, deverá ser realizada no mês de janeiro, até seu último dia útil, e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção, por meio de aplicativo disponibilizado no Portal do Simples Nacional, ressalvado o disposto no § 1º.

§ 1º Para o empresário individual em início de atividade, a realização da opção pelo Simples Nacional e enquadramento no Simei será simultânea à inscrição no CNPJ, observadas as condições previstas neste Capítulo, quando utilizado o registro simplificado de que trata o § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006, caso em que não se aplica o disposto no art. 6º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, caput e §§ 5º e 14)

§ 2º No momento da opção pelo Simei, o MEI deverá declarar: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14)

I - que não se enquadra nas vedações para ingresso no Simei;

II - que se enquadra nos limites previstos no art. 100.

§ 3º Enquanto não vencido o prazo para solicitação da opção pelo Simei de que trata o inciso II do caput, o contribuinte poderá: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14)

I - regularizar eventuais pendências impeditivas do ingresso no Simei, sujeitando-se à rejeição da solicitação de opção caso não as regularize até o término desse prazo;

II - efetuar o cancelamento da solicitação de opção, salvo se já houver sido confirmada.

Art. 103. Durante a vigência da opção pelo Simei, não se aplicam ao MEI:

I - valores fixos estabelecidos por Estado, Município ou pelo Distrito Federal na forma prevista no art. 33; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 3º, inciso I)

II - as reduções previstas no art. 35, ou qualquer dedução na base de cálculo; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 3º, inciso II)

III - isenções específicas para as ME e as EPP concedidas pelo Estado, Município ou pelo Distrito Federal que abranjam integralmente a faixa de receita bruta acumulada de até R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais); (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 3º, inciso III)

IV - retenções de ISS sobre os serviços prestados; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 4º, inciso IV)

V - atribuições da qualidade de substituto tributário; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14)

VI - reduções ou isenções de ICMS para produtos da cesta básica, estabelecidos por Estado ou pelo Distrito Federal, em lei específica destinada às ME ou EPP optantes pelo Simples Nacional, na forma prevista no no art. 36. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 3º, incisos II e III)

§ 1º A opção pelo Simei importa opção simultânea pelo recolhimento da contribuição para a Seguridade Social relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual, na forma prevista no inciso II do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 1991. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 3º, inciso IV)

§ 2º O MEI terá isenção dos tributos referidos nos incisos I a V do art. 4º, observadas as disposições do art. 5º e, quanto à contribuição patronal previdenciária, o disposto no art. 105. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 3º, inciso VI e art. 18-C)

§ 3º Aplica-se ao MEI o disposto no § 4º do art. 55 e no § 2º do art. 94, ambos da Lei nº 8.213, de 1991, exceto se optar pela complementação da contribuição previdenciária a que se refere o § 3º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 1991. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 12)

§ 4º O recolhimento da complementação prevista no § 3º será disciplinado pela RFB. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, §§ 12 e 14)

§ 5º A inadimplência do recolhimento da contribuição para a Seguridade Social relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual, prevista no inciso I do art. 101, tem como consequência a não contagem da competência em atraso para fins de carência para obtenção dos benefícios previdenciários respectivos. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 15)

Seção III
Do Documento de Arrecadação (DAS)

Art. 104. Para o contribuinte optante pelo Simei, o Programa Gerador do DAS para o MEI (PGMEI) possibilitará a emissão simultânea dos DAS, para todos os meses do ano-calendário. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14; art. 21, inciso I)

§ 1º A impressão de que trata o caput estará disponível a partir do início do ano-calendário ou do início de atividade do MEI. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14; art. 21, inciso I)

§ 2º O pagamento mensal deverá ser efetuado no prazo definido no art. 40, observado o disposto no caput do art. 101. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14; art. 21, inciso III)

Seção IV
Da Contratação de Empregado

Art. 105. O MEI poderá contratar um único empregado que receba exclusivamente 1 (um) salário mínimo previsto em lei federal ou estadual ou o piso salarial da categoria profissional, definido em lei federal ou por convenção coletiva da categoria. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-C)

§ 1º Na hipótese referida no caput, o MEI: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-C, § 1º)

I - deverá reter e recolher a contribuição previdenciária devida pelo segurado a seu serviço, na forma estabelecida pela lei, observados prazo e condições estabelecidos pela RFB;

II - ficará obrigado a prestar informações relativas ao segurado a seu serviço, e deve cumprir o disposto no inciso IV do art. 32 da Lei nº 8.212, de 1991;

III - estará sujeito ao recolhimento da CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, calculada à alíquota de 3% (três por cento) sobre o salário de contribuição previsto no caput.

§ 2º Nos casos de afastamento legal do único empregado do MEI, será permitida a contratação de outro empregado, inclusive por prazo determinado, até que cessem as condições do afastamento, na forma estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. (Lei Complementar nº 123, de 2006. art. 18-C, § 2º)

§ 3º Não se incluem no limite de que trata o caput valores recebidos a título de horas extras e adicionais de insalubridade, periculosidade e por trabalho noturno, bem como os relacionados aos demais direitos constitucionais do trabalhador decorrentes da atividade laboral, inerentes à jornada ou condições do trabalho, e que incidem sobre o salário. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-C)

§ 4º A percepção, pelo empregado, de valores a título de gratificações, gorjetas, percentagens, abonos e demais remunerações de caráter variável é considerada hipótese de descumprimento do limite de que trata o caput. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-C)

CAPÍTULO III
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Seção I
Da Dispensa de Obrigações Acessórias

Art. 106. O MEI: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, §§ 1º e 6º, inciso II)

I - deverá comprovar a receita bruta mediante apresentação do Relatório Mensal de Receitas Brutas de que trata o Anexo X, que deverá ser preenchido até o dia 20 (vinte) do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;

II - em relação ao documento fiscal previsto no art. 59:

a) ficará dispensado da emissão:

1. nas operações com venda de mercadorias ou prestações de serviços para consumidor final pessoa física; e

2. nas operações com mercadorias para destinatário inscrito no CNPJ, quando o destinatário emitir nota fiscal de entrada; e

b) ficará obrigado à sua emissão:

1. nas prestações de serviços para tomador inscrito no CNPJ; e

2. nas operações com mercadorias para destinatário inscrito no CNPJ, quando o destinatário não emitir nota fiscal de entrada.

§ 1º O MEI fica dispensado:

I - da escrituração dos livros fiscais e contábeis;

II - da Declaração Eletrônica de Serviços; e

III - da emissão de documento fiscal eletrônico, exceto se exigida pelo respectivo ente federado e disponibilizado sistema gratuito de emissão, respeitado o disposto no art. 110. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 26, § 2º)

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos do caput:

I - deverão ser anexados ao Relatório Mensal de Receitas Brutas os documentos fiscais comprobatórios das entradas de mercadorias e serviços tomados referentes ao período, bem como os documentos fiscais relativos às operações ou prestações realizadas eventualmente emitidos; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 6º, inciso I)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - o documento fiscal a que se refere o inciso II do caput deverá atender aos requisitos: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e §6º; art. 26, §§1º e 8º)

a) do documento fiscal avulso, quando previsto na legislação do ente federado;

b) da autorização para impressão de documentos fiscais do ente federado da circunscrição do contribuinte; e

c) do documento fiscal emitido diretamente por sistema nacional informatizado, com autorização eletrônica, sem custos para o MEI, quando houver sua disponibilização no Portal do Simples Nacional.

Art. 107. A simplificação da exigência referente ao cadastro fiscal estadual ou municipal do MEI não dispensa a emissão de documentos fiscais de compra, venda ou prestação de serviços, e é vedada, em qualquer hipótese, a imposição de custos pela autorização para emissão, inclusive na modalidade avulsa. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 4º, § 3º)

Art. 108. O MEI que não contratar empregado na forma prevista no art. 105 fica dispensado:

I - de prestar a informação prevista no inciso IV do art. 32 da Lei nº 8.212, de 1991, no que se refere à remuneração paga ou creditada decorrente do seu trabalho, salvo se presentes outras hipóteses de obrigatoriedade de prestação de informações, na forma estabelecida pela RFB; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 13, inciso I)

II - de apresentar a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 13, inciso II)

III - de declarar à Caixa Econômica Federal a ausência de fato gerador para fins de emissão da Certidão de Regularidade Fiscal perante o FGTS. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 13, inciso III)

Seção II

Da Declaração Anual Simplificada para o MEI (DASN-Simei)

Art. 109. Na hipótese de o empresário individual ter optado pelo Simei no ano-calendário anterior, ele deverá apresentar, até o último dia de maio de cada ano, à RFB, a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei), que conterá apenas: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput e § 4º)

I - a receita bruta total auferida relativa ao ano-calendário anterior;

II - a receita bruta total auferida relativa ao ano-calendário anterior, referente às atividades sujeitas ao ICMS; e

III - informação referente à contratação de empregado, quando houver.

§ 1º Na hipótese de a inscrição do MEI ter sido baixada, a DASN-Simei relativa à situação especial deverá ser entregue: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput)

I - até o último dia do mês de junho, quando o evento ocorrer no primeiro quadrimestre do ano-calendário; e

II - até o último dia do mês subsequente ao do evento, nos demais casos.

§ 2º Em relação ao ano-calendário de desenquadramento do empresário individual para fins do Simei, inclusive em decorrência de sua exclusão do Simples Nacional, este deverá entregar a DASN-Simei com inclusão dos fatos geradores ocorridos no período em que vigorou o enquadramento, no prazo estabelecido no caput. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput)

§ 3º A DASN-Simei poderá ser retificada independentemente de prévia autorização da administração tributária, e a retificadora terá a mesma natureza da declaração originariamente apresentada, observado o disposto no parágrafo único do art. 138 do CTN. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput)

§ 4º As informações prestadas pelo contribuinte na DASN-Simei serão compartilhadas entre a RFB e os órgãos de fiscalização tributária dos Estados, Distrito Federal e Municípios. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput)

§ 5º A apresentação da DASN-Simei não exonera o contribuinte de prestar informações relativas a terceiros. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 3º)

§ 6º Os dados informados na DASN-Simei relativos ao inciso III do caput poderão ser encaminhados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) ao Ministério do Trabalho e Emprego, observados os procedimentos estabelecidos entre as partes, com vistas à exoneração da obrigação da apresentação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) por parte do MEI. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14; art. 25, caput e § 4º)

§ 7º A DASN-Simei constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos que não tenham sido recolhidos, apurados com base nas informações nela prestadas. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, §§ 1º e 4º)

§ 8º O direito de o MEI retificar as informações prestadas na DASN-Simei extingue-se no prazo de 5 (cinco) anos, contado a partir do 1º (primeiro) dia do exercício seguinte àquele ao qual se refere a declaração. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput e § 4º)

Seção III

Da Certificação Digital para o MEI

Art. 110. O MEI fica dispensado de utilizar certificação digital para cumprimento de obrigações principais ou acessórias ou para recolhimento do FGTS. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 26, § 7º)

Art. 111. Independentemente do disposto no art. 110, poderá ser exigida a utilização de códigos de acesso para cumprimento das referidas obrigações. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 26, § 7º)

CAPÍTULO IV

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 112. O MEI não poderá realizar cessão ou locação de mão de obra, sob pena de exclusão do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 17, XII; art. 18-B)

§ 1º Para os fins desta Resolução, considera-se cessão ou locação de mão de obra a colocação à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de trabalhadores, inclusive o MEI, para realização de serviços contínuos, relacionados ou não com sua atividade fim, independentemente da natureza e da forma de contratação. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 3º)

§ 2º As dependências de terceiros a que se refere o § 1º são as indicadas pela empresa contratante, que não sejam as suas próprias e que não pertençam ao MEI prestador dos serviços. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 3º Os serviços contínuos a que se refere o § 1º são os que constituem necessidade permanente da contratante, que se repetem periódica ou sistematicamente, ligados ou não a sua atividade fim, ainda que sua execução seja realizada de forma intermitente ou por trabalhadores contratados sob diferentes vínculos. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 4º Considera-se colocação de trabalhadores, inclusive o MEI, à disposição da empresa contratante a cessão do trabalhador, em caráter não eventual, respeitados os limites do contrato. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

Art. 113. A empresa contratante de serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos executados por intermédio do MEI fica obrigada, em relação a essa contratação, ao recolhimento da CPP calculada na forma prevista no inciso III do caput e no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, e ao cumprimento das obrigações acessórias relativas à contratação de contribuinte individual, na forma disciplinada pela RFB. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-B, caput e § 1º)

Art. 114. Na hipótese de o MEI prestar serviços como empregado ou em cuja contratação forem identificados elementos que configurem relação de emprego ou de emprego doméstico: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 3º, § 4º, XI; art. 18-A, § 24, art. 18-B, § 2º; Lei nº 8.212, de 1991, art. 24, parágrafo único)

I - o MEI será considerado empregado ou empregado doméstico e o contratante ficará sujeito às obrigações decorrentes da relação, inclusive às obrigações tributárias e previdenciárias; e

II - o MEI ficará sujeito à exclusão do Simples Nacional.

CAPÍTULO V

DO DESENQUADRAMENTO

Art. 115. O desenquadramento do Simei será realizado de ofício pela autoridade administrativa ou mediante comunicação do contribuinte. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 6º)

§ 1º O desenquadramento do Simei não implica a exclusão do contribuinte do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14)

§ 2º O desenquadramento do Simei mediante comunicação do contribuinte à RFB, em aplicativo disponibilizado no Portal do Simples Nacional, dar-se-á:

I - por opção do contribuinte, caso em que o desenquadramento produzirá efeitos: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 7º, inciso I)

a) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário, se a comunicação for feita no mês de janeiro; ou

b) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, se a comunicação for feita nos demais meses;

II - obrigatoriamente, quando o contribuinte:

a) auferir receita que exceda, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no caput ou no § 1º do art. 100, caso em que a comunicação deverá ser feita até o último dia útil do mês subsequente àquele em que o excesso se verificou, e o desenquadramento produzirá efeitos: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 7º, incisos III e IV)

1. a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que o excesso se verificou, desde que este não tenha sido superior a 20% (vinte por cento) do limite previsto no caput ou no § 1º do art. 100;

2. retroativamente a 1º de janeiro do ano-calendário em que o excesso se verificou, se este foi superior a 20% (vinte por cento) do limite previsto no caput do art. 100; e

3. retroativamente ao início de atividade, se o excesso verificado tiver sido superior a 20% (vinte por cento) do limite previsto no § 1º do art. 100;

b) deixar de atender a qualquer das condições previstas no art. 100, caso em que a comunicação deverá ser feita até o último dia útil do mês subsequente àquele em que descumprida a condição, hipótese em que o desenquadramento produzirá efeitos a partir do mês subsequente ao da ocorrência do fato. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 7º, inciso II)

§ 3º A alteração de dados no CNPJ informada pelo empresário à RFB equivalerá à comunicação obrigatória de desenquadramento da condição de MEI, nas seguintes hipóteses: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 17)

I - se houver alteração para natureza jurídica distinta do empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, §§ 1º e 17)

II - se for incluída no CNPJ atividade não constante do Anexo XI desta Resolução; ou (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, §§ 4º-B e 17)

III - se a alteração tiver por objeto abertura de filial. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 4º, inciso II)

§ 4º O desenquadramento de ofício dar-se-á quando, ressalvado o disposto no § 4º do art. 101: (Lei Complementar nº 123, de 2008, art. 18-A, § 8º):

I - for constatada falta da comunicação a que se refere o § 2º, com efeitos a partir da data prevista nas alíneas "a" ou "b" do inciso II, conforme o caso;

II - for constatado que o empresário não atendia às condições para ingresso no Simei, previstas no art. 100, ou que ele tenha prestado declaração inverídica no momento da opção pelo Simei, nos termos do § 2º do art. 102, hipótese em que os efeitos do desenquadramento retroagirão à data de ingresso no Regime.

§ 5º Na hipótese de exclusão do Simples Nacional, o desenquadramento do Simei: (Lei Complementar nº 123, de 2008, art. 18-A, §§ 1º, 14 e 16)

I - ocorrerá automaticamente no momento da apresentação, pelo contribuinte, da comunicação obrigatória de exclusão do Simples Nacional ou do registro da exclusão de ofício, no sistema, pelo ente federado;

II - produzirá efeitos a partir da data de início da produção de efeitos relativa a sua exclusão do Simples Nacional.

§ 6º O contribuinte desenquadrado do Simei passará a recolher os tributos devidos pela regra geral do Simples Nacional a partir da data de início da produção dos efeitos relativos ao desenquadramento, observado o disposto nos §§ 7º a 9º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 9º)

§ 7º O contribuinte desenquadrado do Simei e excluído do Simples Nacional ficará obrigado a recolher os tributos devidos de acordo com a legislação aplicável aos demais contribuintes. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 14)

§ 8º Na hipótese de a receita bruta auferida no ano-calendário não exceder em mais de 20% (vinte por cento) os limites previstos no art. 100, conforme o caso, o contribuinte deverá recolher a diferença, sem acréscimos, na data do vencimento estipulado para o pagamento dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional relativos ao mês de janeiro do ano-calendário subsequente, calculada mediante aplicação das alíquotas previstas nas tabelas dos Anexos I a V desta Resolução, observado, para inclusão dos percentuais relativos ao ICMS e ao ISS, a tabela constante do Anexo XI desta Resolução. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 10)

§ 9º Na hipótese de a receita bruta auferida no ano-calendário exceder em mais de 20% (vinte por cento) os limites previstos no art. 100, conforme o caso, o contribuinte deverá informar no PGDAS-D as receitas efetivas mensais, e recolher as diferenças relativas aos tributos com os acréscimos legais na forma prevista na legislação do Imposto sobre a Renda, sem prejuízo do disposto no § 7º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 7º, inciso IV, "b", e § 14)

Art. 116. O empresário perderá a condição de MEI nas hipóteses previstas no art. 115, e deixará de ter direito ao tratamento diferenciado e se submeterá ao cumprimento das obrigações acessórias previstas para os demais optantes pelo Simples Nacional, caso permaneça nesse Regime, ressalvado o disposto no parágrafo único. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 9º)

Parágrafo único. Na hipótese de o empresário exceder a receita bruta anual de que trata o art. 100, a perda do tratamento diferenciado relativo à emissão de documentos fiscais previsto no art. 106 ocorrerá: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 16)

I - a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter excedido o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

II - a partir do mês subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de ter excedido o referido limite em mais de 20% (vinte por cento).

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 117. A falta de comunicação pelo MEI, quando obrigatória, do desenquadramento do Simei nos prazos previstos no inciso II do § 2º do art. 115 sujeitará o contribuinte à multa no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), insusceptível de redução. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 36-A)

Art. 118. O MEI que deixar de apresentar a DASN-Simei ou que a apresentar com incorreções ou omissões ou, ainda, que a apresentar fora do prazo fixado será intimado a apresentá-la ou a prestar esclarecimentos, conforme o caso, no prazo estipulado pela autoridade fiscal, e sujeitar-se-á à multa: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38)

I - de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante dos tributos decorrentes das informações prestadas na DASN-Simei, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega da declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º deste artigo; ou

II - de R$ 100,00 (cem reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

§ 1º Para efeitos da aplicação da multa prevista no inciso I do caput, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não apresentação, da lavratura do auto de infração. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38, § 1º)

§ 2º Observado o disposto no § 3º deste artigo, as multas serão reduzidas: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38, § 2º)

I - à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício; ou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - a 75% (setenta e cinco por cento), se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

§ 3º A multa mínima a ser aplicada será de R$ 50,00 (cinquenta reais). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38, § 6º)

§ 4º Considerar-se-á não entregue a declaração que não atender às especificações técnicas estabelecidas pelo CGSN, caso em que o MEI: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 38, §§ 4º e 5º)

I - será intimado a apresentar nova declaração, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da intimação;

II - sujeitar-se-á à multa prevista no inciso I do caput deste artigo, observado o disposto nos §§ 1º a 3º.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 119. Aplicam-se subsidiariamente ao MEI as demais regras previstas para o Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, §§ 1º e 14)

Art. 120. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão conceder remissão de débitos decorrentes do não recolhimento das parcelas em valores fixos previstas nos incisos II e III do caput do art. 101, relativas a ICMS e ISS, respectivamente. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 15-A)

TÍTULO III

DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICAIS

CAPÍTULO I

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Seção I

Do Contencioso Administrativo

Art. 121. O contencioso administrativo relativo ao Simples Nacional será de competência do órgão julgador integrante da estrutura administrativa do ente federado que efetuar o lançamento do crédito tributário, o indeferimento da opção ou a exclusão de ofício, observados os dispositivos legais atinentes aos processos administrativos fiscais desse ente. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 39, caput)

§ 1º A impugnação relativa ao indeferimento da opção ou à exclusão poderá ser decidida em órgão diverso do previsto no caput, na forma estabelecida pela respectiva administração tributária. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 39, § 5º)

§ 2º O Município poderá, mediante convênio, transferir a atribuição de julgamento exclusivamente ao respectivo Estado em que se localiza. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 39, § 1º)

§ 3º No caso de o contribuinte do Simples Nacional exercer atividades sujeitas à incidência do ICMS e do ISS e ser apurada omissão de receita cuja origem não se consiga identificar, o julgamento caberá ao Estado do Município autuante, salvo na hipótese de o lançamento ter sido efetuado pela RFB, caso em que o julgamento caberá à União. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 39, caput e §§ 2º e 3º)

§ 4º O ente federado que considerar procedente recurso administrativo do contribuinte contra o indeferimento de sua opção deverá registrar a liberação da respectiva pendência em aplicativo próprio, disponível no Portal do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput e § 6º; art. 39, §§ 5º e 6º)

§ 5º Na hipótese do § 4º, o deferimento da opção será efetuado automaticamente pelo sistema do Simples Nacional caso não haja pendências perante outros entes federados, ou, se houver, após a liberação da última pendência que tenha motivado o indeferimento. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput e § 6º; art. 39, §§ 5º e 6º)

§ 6º Na hipótese de provimento de recurso administrativo relativo à solicitação de opção efetuada antes da implantação do aplicativo a que se referem os §§ 4º e 5º, o ente federado deverá promover a inclusão do contribuinte no Simples Nacional pelo aplicativo de registro de eventos, desde que não restem pendências perante outros entes federados. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput e § 6º; art. 39, §§ 5º e 6º)

§ 7º O ente federado, independentemente de registro em seus sistemas próprios, deverá registrar, no sistema de controle do contencioso em nível nacional, as fases e os resultados do processo administrativo fiscal relativo ao lançamento por meio do AINF, bem como qualquer outra situação que altere a exigibilidade do crédito tributário por ele cobrado. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

Seção II

Da Intimação Eletrônica

Art. 122. A opção pelo Simples Nacional implica aceitação do sistema de comunicação eletrônica, denominado Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN), destinado a: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, §§ 1º-A a 1º-D)

I - cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos ao indeferimento de opção, à exclusão do Regime e a ações fiscais;

II - encaminhar notificações e intimações; e

III - expedir avisos em geral.

§ 1º Relativamente ao DTE-SN, será observado o seguinte: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 1º-B)

I - as comunicações serão feitas, por meio eletrônico, no Portal do Simples Nacional, e será dispensada a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal;

II - a comunicação será considerada pessoal para todos os efeitos legais;

III - terá validade a ciência com utilização de certificação digital ou de código de acesso;

IV - considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetuar a consulta eletrônica ao seu teor; e

V - na hipótese prevista no inciso IV, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 2º O sujeito passivo deverá efetuar a consulta referida nos incisos IV e V do § 1º no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado da data da disponibilização da comunicação no Portal a que se refere o inciso I do § 1º, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 1º-C)

§ 3º A contagem do prazo de que trata o § 2º inicia-se no 1º (primeiro) dia subsequente ao da disponibilização da comunicação no Portal. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 1º-B)

§ 4º Na hipótese de o prazo de que trata o § 2º vencer em dia não útil, esse fica prorrogado para o dia útil imediatamente posterior. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 1º-B)

§ 5º O DTE-SN será utilizado pelos entes federados para as finalidades relativas ao cumprimento das obrigações principais e acessórias dos tributos apurados na forma do Simples Nacional e demais atos administrativos inerentes à aplicação do respectivo regime. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, § 6º, art. 33)

§ 6º O DTE-SN: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 1º-B)

I - não exclui outras formas de notificação, intimação ou avisos previstos nas legislações dos entes federados, incluídas as eletrônicas;

II - não se aplica ao MEI.

§ 7º Na hipótese de exclusão em lote, a postagem das comunicações no DTE-SN dispensa a assinatura individualizada dos documentos, devendo ser observada, subsidiariamente, a legislação processual vigente no âmbito do respectivo ente federado. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 1º-B)

§ 8º O DTE-SN será utilizado para comunicação ao sujeito passivo que: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 1º-B)

I - no momento da inserção da notificação, intimação ou aviso, seja optante pelo Simples Nacional; ou

II - tenha solicitado opção pelo Simples Nacional, exclusivamente para dar ciência de atos relativos ao processo referente à opção.

Seção III

Do Processo de Consulta

Subseção I

Da Legitimidade para Consultar

Art. 123. A consulta poderá ser formulada por sujeito passivo de obrigação tributária principal ou acessória. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40)

Parágrafo único. A consulta poderá ser formulada também por entidade representativa de categoria econômica ou profissional, caso haja previsão na legislação do ente federado competente. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40)

Art. 124. No caso de a ME ou a EPP possuir mais de um estabelecimento, a consulta será formulada pelo estabelecimento matriz, o qual deverá comunicar o fato aos demais estabelecimentos. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40)

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput quando a consulta se referir ao ICMS ou ao ISS. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40)

Subseção II

Da Competência para Solucionar Consulta

Art. 125. É competente para solucionar a consulta: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40)

I - o Estado ou o Distrito Federal, quando se tratar de consulta relativa ao ICMS;

II - o Município ou o Distrito Federal, quando se tratar de consulta relativa ao ISS;

III - o Estado de Pernambuco, quando se tratar de consulta relativa ao ISS exigido no âmbito do Distrito Estadual de Fernando de Noronha;

IV - a RFB, nos demais casos.

§ 1º A consulta formalizada perante ente não competente para solucioná-la será declarada ineficaz. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40)

§ 2º Na hipótese de a consulta abranger assuntos de competência de mais de um ente federado, a ME ou a EPP deverá formular consultas em separado para cada administração tributária. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40)

§ 3º No caso de descumprimento do disposto no § 2º, a administração tributária que receber a consulta declarará a ineficácia relativamente à matéria sobre a qual não exerça competência. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40)

§ 4º Será observada a legislação de cada ente competente quanto ao processo de consulta, no que não colidir com esta Resolução. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40)

§ 5º Os entes federados terão acesso ao conteúdo das soluções de consultas relativas ao Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40)

Art. 126. A consulta será solucionada em instância única, e não caberá recurso nem pedido de reconsideração, ressalvado o recurso de divergência, caso previsto na legislação de cada ente federado. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40)

Subseção III

Dos Efeitos da Consulta

Art. 127. Os efeitos da consulta eficaz, formulada antes do prazo legal para recolhimento de tributo, dar-se-ão de acordo com o estabelecido pela legislação dos respectivos entes federados. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40)

CAPÍTULO II

DA RESTITUIÇÃO E DA COMPENSAÇÃO

Art. 128. A restituição e a compensação de tributos arrecadados no âmbito do Simples Nacional serão realizadas de acordo com o disposto neste Capítulo. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, §§ 5º a 14)

§1º Entende-se como restituição, a repetição de indébito decorrente de valores pagos indevidamente ou a maior pelo contribuinte, por meio do DAS. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 5º).

§2º Entende-se como compensação, a utilização dos valores passíveis de restituição para pagamento de débitos no âmbito do Simples Nacional.

Seção I

Da Restituição

Art. 129. Em caso de apuração de crédito decorrente de pagamento indevido ou em valor maior que o devido, a ME ou a EPP poderá requerer sua restituição. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, §§ 5º a 14)

Art. 130. O pedido de restituição de tributos abrangidos pelo Simples Nacional deverá ser apresentado pela ME ou pela EPP optante diretamente ao ente federado responsável pelo tributo do qual originou o crédito. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 5º)

§ 1º Ao receber o pedido a que se refere o caput o ente federado : (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 5º)

I - verificará a existência do crédito a ser restituído, mediante consulta às informações constantes nos aplicativos disponíveis no Portal do Simples Nacional; e

II - registrará os dados referentes ao pedido de restituição processada no aplicativo específico do Simples Nacional, a fim de impedir o registro de novos pedidos de restituição ou de compensação do mesmo valor.

§ 2º A restituição será realizada em conformidade com o disposto nas normas estabelecidas pela legislação de cada ente federado, observados os prazos de decadência e prescrição previstos no CTN. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, §§ 12 e 14)

§ 3º Os créditos a serem restituídos no âmbito do Simples Nacional poderão ser objeto de compensação de ofício com débitos perante a Fazenda Pública do próprio ente. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 10)

Seção II

Da Compensação

Art. 131. A compensação de valores apurados no âmbito do Simples Nacional, recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido, será realizada por meio de aplicativo disponibilizado no Portal do Simples Nacional, observadas as disposições desta Seção. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, §§ 5º a 14)

§ 1º Para fins do disposto no caput:

I - é permitida a compensação de créditos apenas para extinção de débitos perante o mesmo ente federado e relativos ao mesmo tributo; e (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 11)

II - os créditos a serem compensados na forma prevista no inciso I devem se referir a período para o qual já tenha sido apropriada a respectiva DASN apresentada pelo contribuinte até o ano-calendário de 2011, ou já tenha sido validada a apuração por meio do PGDAS-D, a partir do ano-calendário de 2012. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 5º)

§ 2º Os valores compensados indevidamente serão exigidos com os acréscimos moratórios previstos na legislação do imposto sobre a renda ou na legislação do ICMS ou do ISS do respectivo ente federado, conforme o caso. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 7º)

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, caso se comprove falsidade de declaração apresentada pelo sujeito passivo, este estará sujeito à multa isolada calculada mediante aplicação, em dobro, do percentual previsto no inciso I do caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 1996, e terá como base de cálculo o valor total do débito indevidamente compensado. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 8º)

§ 4º É vedado o aproveitamento de crédito de natureza não tributária e de crédito não apurado no âmbito do Simples Nacional para extinção de débitos no âmbito do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 9º)

§ 5º Os créditos apurados no âmbito do Simples Nacional não poderão ser utilizados para extinção de outros débitos perante as Fazendas Públicas, salvo no caso da compensação de ofício decorrente de deferimento em processo de restituição ou após a exclusão da empresa do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 10)

§ 6º É vedada a cessão de créditos para extinção de débitos no âmbito do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 13)

§ 7º Nas hipóteses previstas no § 5º, o ente federado registrará os dados referentes à compensação processada por meio do aplicativo específico do Simples Nacional, a fim de impedir a realização de novas compensações ou restituições do mesmo valor. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 5º)

Seção III

Disposições Finais

Art. 132. Serão observadas na restituição e na compensação as seguintes regras:

I - o crédito a ser restituído ou compensado será acrescido de juros, obtidos pela aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do mês subsequente ao do pagamento indevido ou a maior que o devido até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% (um por cento), relativamente ao mês em que for efetuada. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 6º)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - observar-se-ão os prazos de decadência e prescrição previstos no CTN. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 12)

CAPÍTULO III

DOS PROCESSOS JUDICIAIS

Seção I

Da Legitimidade Passiva

Art. 133. Serão propostas em face da União, que será representada em juízo pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), as ações judiciais que tenham por objeto: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, caput)

I - ato do CGSN e o Simples Nacional; e

II - tributos abrangidos pelo Simples Nacional.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e Municípios prestarão auxílio à PGFN, em relação aos tributos de sua competência, nos termos dos arts. 136 e 137. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 1º)

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão atuar em conjunto com a União na defesa dos processos em que houver impugnação relativa ao Simples Nacional, caso o eventual provimento da ação gere impacto no recolhimento de seus respectivos tributos. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 1º)

Art. 134. Excetuam-se ao disposto no art. 133:

I - informações em mandados de segurança impugnando atos de autoridade coatora pertencente a Estado, ao Distrito Federal ou Município; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 5º, inciso I)

II - ações que tratem exclusivamente de tributos dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, as quais serão propostas perante esses entes federados, cujas defesas incumbirão às suas respectivas representações judiciais; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 5º, inciso II)

III - ações promovidas na hipótese de celebração do convênio previsto no art. 139; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 5º, inciso III)

IV - ações que tenham por objeto o crédito tributário decorrente de auto de infração lavrado exclusivamente em face de descumprimento de obrigação acessória; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 5º, inciso IV)

V - ações que tenham por objeto o crédito tributário relativo ao ICMS e ao ISS de responsabilidade do MEI. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 5º, inciso V)

Parágrafo único. O disposto no inciso III alcança todas as ações conexas com a cobrança da dívida, desde que versem exclusivamente sobre tributos estaduais ou municipais. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 3º e § 5º, inciso III)

Art. 135. Na hipótese de ter sido celebrado o convênio previsto no art. 139 e ter sido proposta ação contra a União, com a finalidade de discutir tributo da competência do outro ente federado conveniado, deverá a PGFN, na qualidade de representante da União, requerer a citação do Estado, do Distrito Federal ou Município conveniado, para que integre a lide. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 3º)

Seção II

Da Prestação de Auxílio à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

Art. 136. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio de suas administrações tributárias ou outros órgãos de sua estrutura interna, quando assim determinado por ato competente, prestarão auxílio à PGFN em relação aos tributos de suas respectivas competências, independentemente da celebração de convênio, em prazo não inferior à terça parte do prazo judicial em curso. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 1º)

§ 1º O requerimento feito pela PGFN e as informações a lhe serem prestadas pelo respectivo ente federado serão, enviados, preferencialmente, por meio eletrônico ao órgão de representação judicial do respectivo Estado, do Distrito Federal ou Município. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 1º)

§ 2º A resposta será dirigida diretamente ao chefe da unidade solicitante seccional, estadual, regional ou geral da PGFN. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 1º)

§ 3º Transcorrido o prazo estabelecido sem que tenha sido prestado o auxílio solicitado pela PGFN aos Estados, ao Distrito Federal ou Municípios, tal fato será informado ao ente federado competente. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 1º)

Art. 137. As informações prestadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em cumprimento ao § 1º do art. 136 deverão conter: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 1º)

I - descrição detalhada dos fundamentos fáticos que ensejaram o ato de lançamento, que poderá ser representada por cópia do relatório fiscal relativo ao lançamento, desde que os contenha;

II - cópia da legislação e resoluções pertinentes, incluindo eventuais consultas e pareceres existentes sobre a matéria, e indicação de sítio na Internet em que porventura esteja disponibilizada a legislação;

III - cópia de documentos relacionados ao ato de fiscalização;

IV - data em que foi prestada a informação, o nome do informante, sua assinatura, e seu endereço eletrônico e telefone para contato.

Seção III

Da Inscrição em Dívida Ativa e sua Cobrança Judicial

Art. 138. O créditos tributário gerado no âmbito do Simples Nacional será apurado, inscrito em DAU e cobrado judicialmente pela PGFN, exceto: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 2º)

I - a hipótese de convênio; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 3º)

II - o crédito tributário decorrente de auto de infração lavrado exclusivamente em face de descumprimento de obrigação acessória; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 5º, inciso IV)

III - o crédito tributário relativo ao ICMS e ao ISS apurado no âmbito do Simei. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 5º, inciso V)

IV - crédito tributário relativo a ICMS ou ISS constituído por Estado, pelo Distrito Federal ou Município, na forma prevista no art. 142. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 19; art. 41, §§ 1º e 5º, inciso II)

§ 1º O encaminhamento de crédito tributário para inscrição na DAU pelos Estados, pelo Distrito Federal e Municípios será realizado com a observância dos requisitos previstos no art. 202 do CTN, no art. 2º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e, preferencialmente, por meio eletrônico. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, §§ 1º e 2º)

§ 2º A movimentação e o encaminhamento serão realizados via processo administrativo em meio convencional, em caso de impossibilidade de sua realização por meio eletrônico. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, §§ 1º e 2º)

§ 3º A PGFN proporá a forma padronizada de encaminhamento eletrônico ou convencional de crédito para inscrição na DAU, a ser aprovada em ato do CGSN. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, §§ 1º e 2º)

§ 4º A notificação ao ente federado da inscrição em DAU dos créditos relativos aos tributos de sua competência dar-se-á por meio de aplicativo, a ser disponibilizado no Portal do Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, §§ 1º e 2º)

§ 5º O pagamento dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional inscritos em DAU deverá ser efetuado por meio do DAS. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso I)

§ 6º Os valores arrecadados a título de pagamento dos créditos tributários inscritos em dívida ativa serão apropriados diretamente pela União, Estados, pelo Distrito Federal e Municípios, na exata medida de suas respectivas quotas-partes, acrescidos dos consectários legais correspondentes. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 22, incisos I e II)

Seção IV

Do Convênio

Art. 139. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão manifestar seu interesse na celebração de convênio com a PGFN para que efetuem a inscrição em dívida ativa e a cobrança dos tributos de suas respectivas competências. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 3º)

Art. 140. A existência do convênio implica a delegação pela União da competência para inscrição, cobrança e defesa relativa ao ICMS ou ao ISS, caso esses tributos estejam incluídos no Simples Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 3º)

§ 1º A delegação prevista no caput dar-se-á sem prejuízo da possibilidade de a União, representada pela PGFN, integrar a demanda na qualidade de interessada. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 3º)

§ 2º Na hipótese prevista neste artigo, não se aplica o disposto no § 5º do art. 138. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 3º)

§ 3º Depois da transferência dos dados relativos a crédito de ICMS ou de ISS ao Estado, ao Distrito Federal ou Município que tenha firmado o convênio de que trata o caput, a responsabilidade pela sua administração fica transferida ao respectivo ente federado, observados os termos do citado convênio. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 41, § 3º)

Seção V

Da Legitimidade Ativa

Art. 141. À exceção da execução fiscal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem legitimidade ativa para ingressar com as ações que entenderem cabíveis contra a ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional, independentemente da celebração do convênio previsto no art. 139. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 142. Observado o disposto neste artigo, depois da disponibilização do Sefisc, poderão ser utilizados alternativamente os procedimentos administrativos fiscais previstos na legislação de cada ente federado: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

I - para fatos geradores ocorridos:

a) de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014, até 31 de dezembro de 2019; e

b) a partir de 1º de janeiro de 2015, até 31 de dezembro de 2019;

II - para todos os fatos geradores, até 31 de dezembro de 2019, nas seguintes situações:

a) declaração incorreta de valor fixo pelo contribuinte;

b) ações fiscais relativas ao Simei;

c) desconsideração, de ofício, da opção pelo Regime de Caixa, na forma prevista no art. 78; e

d) apuração de omissão de receita prevista no art. 92.

§ 1º As ações fiscais abertas pelos entes federados em seus respectivos sistemas de controle deverão ser registradas no Sefisc. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

§ 2º A ação fiscal e o lançamento serão realizados apenas em relação aos tributos de competência de cada ente federado. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, deve-se observar, na apuração do crédito tributário, as disposições da Seção IV do Capítulo II do Título I desta Resolução, relativas ao cálculo dos tributos devidos. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, caput e §§ 5º a 5º-G; art. 33, § 4º)

§ 4º Deverão ser utilizados os documentos de autuação e lançamento fiscal específicos de cada ente federado. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

§ 5º O valor apurado na ação fiscal deverá ser pago por meio de documento de arrecadação de cada ente federado. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

§ 6º O documento de autuação e lançamento fiscal poderá ser lavrado também somente em relação ao estabelecimento objeto da ação fiscal. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

§ 7º Aplica-se a este artigo o disposto nos arts. 95 e 96. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 35)

Art. 143. Os débitos do contribuinte apurados no âmbito do Simples Nacional até o ano-calendário de 2018 inscritos em DAU poderão ser parcelados conforme regramento diverso do estabelecido na Seção VI do Capítulo II, Título I desta Resolução. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Parágrafo único. As regras aplicáveis ao parcelamento dos débitos referidos no caput serão definidas em ato da PGFN. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Art. 144. Fica a RFB autorizada a, em relação ao parcelamento de débitos apurados no âmbito do Simples Nacional, incluídos os relativos ao Simei, solicitado no período de 1º de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2018: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

I - fazer a consolidação na data do pedido;

II - disponibilizar a primeira parcela para emissão e pagamento;

III - não aplicar o disposto no § 1º do art. 55;

IV - permitir 1 (um) pedido de parcelamento por ano-calendário, desde que o contribuinte desista previamente de eventual parcelamento em vigor.

Parágrafo único. O limite de que trata o inciso IV do caput fica alterado para 2 (dois) durante o período previsto para a opção pelo parcelamento de que trata a Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I

Da Isenção do Imposto sobre a Renda sobre Valores Pagos a Titular ou Sócio

Art. 145. Consideram-se isentos do imposto sobre a renda na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio da ME ou da EPP optante pelo Simples Nacional, salvo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 14, caput)

§ 1º A isenção de que trata o caput fica limitada ao valor resultante da aplicação dos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sobre a receita bruta mensal, no caso de antecipação de fonte, ou sobre a receita bruta total anual, no caso de declaração de ajuste, subtraído do valor devido no âmbito do Simples Nacional no período, relativo ao IRPJ. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 14, § 1º)

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica na hipótese de a ME ou a EPP manter escrituração contábil e evidenciar lucro superior àquele limite. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 14, § 2º)

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se ao MEI. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, inciso I; art. 18-A, § 1º)

Seção II

Da Tributação dos Valores Diferidos

Art. 146. O pagamento dos tributos relativos a períodos anteriores à opção pelo Simples Nacional, cuja tributação tenha sido diferida, deverá ser efetuado no prazo estabelecido na legislação do ente federado detentor da respectiva competência tributária. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

Seção III

Das Normas Específicas Aplicáveis a Tributos não Abrangidos pelo Simples Nacional

Subseção I

Do Cálculo da CPP não Incluída no Simples Nacional

Art. 147. A apuração do valor relativo à Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica, não incluído no âmbito do Simples Nacional, deverá ser realizada na forma prevista em norma específica da RFB. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13, inciso IV; art. 33, § 2º)

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput na hipótese de a ME ou a EPP auferir receitas sujeitas ao Anexo IV desta Resolução, de forma isolada ou concomitantemente com receitas sujeitas aos Anexos I, II, III ou V desta Resolução. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 13, inciso IV; art. 33, § 2º)

Seção IV

Do Roubo, Furto, Extravio, Deterioração, Destruição ou Inutilização

Art. 148. Em caso de roubo, furto, extravio, deterioração, destruição ou inutilização de mercadorias, bens do ativo permanente imobilizado, livros contábeis ou fiscais, documentos fiscais, equipamentos emissores de cupons fiscais e de quaisquer papéis ligados à escrituração, a ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional deverá adotar as providências previstas na legislação dos entes federados que jurisdicionarem o estabelecimento. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção V

Do Portal

Art. 149. O Portal do Simples Nacional na Internet contém as informações e os aplicativos relacionados ao Simples Nacional e pode ser acessado por meio do endereço eletrônico <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>,

Parágrafo único. É facultada a disponibilização das informações e dos aplicativos a que se refere o caput por meio de links nos endereços eletrônicos vinculados à União, Estados, Distrito Federal, Municípios, ao Confaz, à Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e à Confederação Nacional dos Municípios (CNM). (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

Seção VI

Da Certificação Digital dos Entes Federados

Art. 150. Os servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão dispor de certificação digital para ter acesso à base de dados do Simples Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, em especial para: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

I - deferimento ou indeferimento de opções;

II - cadastramento de fiscalizações, lançamentos e contencioso administrativo;

III - inclusão, exclusão, alteração e consulta de informações; e

IV - importação e exportação de arquivos de dados.

Art. 151. A especificação dos perfis de acesso aos aplicativos e à base de dados do Simples Nacional será estabelecida por meio de portaria da Secretaria-Executiva do CGSN. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

Art. 152. O processo de cadastramento dos usuários dos entes federados para acesso ao Simples Nacional dar-se-á da seguinte forma: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

I - o cadastramento do usuário-mestre será realizado por meio de aplicativo, disponível na página de acesso para os entes federados, no Portal do Simples Nacional, observado o disposto nos §§ 3º e 4º;

II - o usuário-mestre poderá cadastrar diretamente outros usuários ou, se preferir, cadastrar usuários-cadastradores; e

III - os demais usuários serão cadastrados pelos usuários-cadastradores.

§ 1º A atribuição de perfis de acesso a cada tipo de usuário caberá: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

I - ao usuário-mestre, em relação aos usuários-cadastradores e outros usuários; e

II - aos usuários-cadastradores, em relação aos outros usuários.

§ 2º Todos os níveis de usuários, no âmbito da União, Estados, do Distrito Federal e Municípios, deverão possuir certificação digital. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 3º Inicialmente, o usuário-mestre será o representante do ente federado no cadastro do Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), denominado "responsável pelo FPEM". (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

§ 4º São aptos a alterar o usuário-mestre, por meio do aplicativo previsto no inciso I do caput: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

I - o "responsável pelo FPEM"; e

II - o usuário-mestre que se encontrar cadastrado, para designar um novo usuário-mestre.

§ 5º Quando, por questões circunstanciais, não for possível a utilização do aplicativo referido no inciso I do caput, a substituição do usuário-mestre poderá ser oficiada diretamente ao Presidente do CGSN: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

I - pelo titular do ente federado; ou

II - pelo titular do órgão de administração tributária, hipótese em que deverá ser anexada cópia do ato designatório.

§ 6º No ofício a que se refere o § 5º deverá constar o nome completo, o cargo e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do usuário-mestre designado. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

Seção VIII

Da Vigência e da Revogação

Art. 153. Ficam revogados, a partir de 1º de agosto de 2018:

I - a Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011;

II - o art. 2º da Resolução CGSN nº 96, de 01 de fevereiro de 2012;

III - a Resolução CGSN nº 98, de 13 de março de 2012;

IV - a Resolução CGSN nº 99, de 16 de abril de 2012;

V - os arts. 1º, 3º e 6 da Resolução CGSN nº 100, de 27 de junho de 2012;

VI - a Resolução CGSN nº 101, de 19 de setembro de 2012;

VII - a Resolução CGSN nº 104, de 12 de dezembro de 2012;

VIII - a Resolução CGSN nº 105, de 21 de dezembro de 2012;

VIX - a Resolução CGSN nº 106, de 02 de abril de 2013;

X - a Resolução CGSN nº 107, de 09 de maio de 2013;

XI - a Resolução CGSN nº 108, de 12 de julho de 2013;

XII - a Resolução CGSN nº 109, de 20 de agosto de 2013;

XIII - a Resolução CGSN nº 111, de 11 de dezembro de 2013;

XIV - a Resolução CGSN nº 112, de 12 de março de 2014;

XV - a Resolução CGSN nº 113, de 27 de março de 2014;

XVI - a Resolução CGSN nº 115, de 04 de setembro de 2014;

XVII - a Resolução CGSN nº 116, de 24 de outubro de 2014;

XVIII - a Resolução CGSN nº 117, de 02 de dezembro de 2014;

XVIX - a Resolução CGSN nº 119, de 19 de dezembro de 2014;

XX - a Resolução CGSN nº 120, de 10 de março de 2015;

XXI - a Resolução CGSN nº 121, de 08 de abril de 2015;

XXII - a Resolução CGSN nº 122, de 27 de agosto de 2015;

XXIII - a Resolução CGSN nº 123, de 14 de outubro de 2015;

XXIV - a Resolução CGSN nº 125, de 08 de dezembro de 2015;

XXV - a Resolução CGSN nº 126, de 17 de março de 2016;

XXVI - a Resolução CGSN nº 127, de 05 de maio de 2016;

XXVII - a Resolução CGSN nº 128, de 16 de maio de 2016;

XXVIII - a Resolução CGSN nº 129, de 15 de setembro de 2016;

XXIX - a Resolução CGSN nº 131, de 06 de dezembro de 2016;

XXX - a Resolução CGSN nº 133, de 13 de junho de 2017;

XXXI - a Resolução CGSN nº 135, de 22 de agosto de 2017;

XXXII - a Resolução CGSN nº 137, de 04 de dezembro de 2017.

Art. 154. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e produz efeitos:

I - em relação ao art. 144, a partir da data de sua publicação; e

II - em relação aos demais dispositivos, a partir de 1º de agosto de 2018.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID
Presidente do Comitê

ANEXO I

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Comércio

Receita Bruta em 12 Meses (em R$)		Alíquota Nominal	Valor a Deduzir (em R$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ICMS (*)
1ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
2ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
3ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
4ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
5ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
6ª Faixa	13,50%	10,00%	28,27%	6,13%	42,10%	-

(*) Com relação ao ICMS, quando o valor do RBT12 for superior ao limite da 5ª faixa, para a parcela que não ultrapassar o sublimite, o percentual efetivo desse imposto será calculado conforme segue:
{[(RBT12 x 14,30%) - R$ 87.300,00]/RBT12} x 33,5%

ANEXO II

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Indústria

Receita Bruta em 12 Meses (em R$)		Alíquota Nominal	Valor a Deduzir (em R$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,80%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,00%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	11,20%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,70%	85.500,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,00%	720.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos						
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	IPI	ICMS
1ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
2ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
3ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
4ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
5ª Faixa	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
6ª Faixa	8,50%	7,50%	20,96%	4,54%	23,50%	35,00%	-

Para atividade com incidência simultânea de IPI e ISS: (inciso VII do art. 25)

Com relação ao ISS, quando o percentual efetivo do ISS for superior a 5%, o resultado limitar-se-á a 5%, e a diferença será transferida para os tributos federais, de forma proporcional aos percentuais abaixo. Os percentuais redistribuídos serão acrescentados aos percentuais efetivos de cada tributo federal da respectiva faixa.

Quando o valor do RBT12 for superior ao limite da 5ª faixa, para a parcela que não exceder o sublimite, o percentual efetivo do ISS será calculado conforme segue:
{[(RBT12 x 21%) - R$ 125.640,00]/RBT12} x 33,5%.

O percentual efetivo resultante também ficará limitado a 5%, e eventual diferença será redistribuída para os tributos federais na forma acima prevista, de acordo com os seguintes percentuais:

Redistribuição do ISS excedente	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	IPI	Total
	8,09%	5,15%	16,93%	3,66%	55,14%	11,03%	100%

ANEXO III

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas de locação de bens móveis e de prestação de serviços descritos no inciso III do § 1º do art. 25, e serviços descritos no inciso V quando o fator "r" for igual ou superior a 28%

Receita Bruta em 12 Meses (em R$)		Alíquota Nominal	Valor a Deduzir (em R$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	6,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	11,20%	9.360,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	13,50%	17.640,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	16,00%	35.640,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	21,00%	125.640,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	648.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ISS (*)
1ª Faixa	4,00%	3,50%	12,82%	2,78%	43,40%	33,50%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2ª Faixa	4,00%	3,50%	14,05%	3,05%	43,40%	32,00%
3ª Faixa	4,00%	3,50%	13,64%	2,96%	43,40%	32,50%
4ª Faixa	4,00%	3,50%	13,64%	2,96%	43,40%	32,50%
5ª Faixa	4,00%	3,50%	12,82%	2,78%	43,40%	33,50% (*)
6ª Faixa	35,00%	15,00%	16,03%	3,47%	30,50%	-

(*) Quando o percentual efetivo do ISS for superior a 5%, o resultado limitar-se-á a 5%, e a diferença será transferida para os tributos federais, de forma proporcional aos percentuais abaixo. Os percentuais redistribuídos serão acrescentados aos percentuais efetivos de cada tributo federal da respectiva faixa.

Quando o valor do RBT12 for superior ao limite da 5ª faixa, para a parcela que não exceder o sublimite, o percentual efetivo do ISS será calculado conforme segue:

{[(RBT12 x 21%) - R$ 125.640,00]/RBT12} x 33,5%.

Esse percentual também ficará limitado a 5%, e eventual diferença será redistribuída para os tributos federais na forma acima prevista, de acordo com os seguintes percentuais:

Redistribuição do ISS excedente	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	TOTAL
	6,02%	5,26%	19,28%	4,18%	65,26%	100%

ANEXO IV

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no inciso IV do § 1º do art. 25

Receita Bruta em 12 Meses (em R$)		Alíquota Nominal	Valor a Deduzir (em R$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	9,00%	8.100,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,20%	12.420,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	14,00%	39.780,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	22,00%	183.780,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	828.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos				
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	ISS (*)
1ª Faixa	18,80%	15,20%	17,67%	3,83%	44,50%
2ª Faixa	19,80%	15,20%	20,55%	4,45%	40,00%
3ª Faixa	20,80%	15,20%	19,73%	4,27%	40,00%
4ª Faixa	17,80%	19,20%	18,90%	4,10%	40,00%
5ª Faixa	18,80%	19,20%	18,08%	3,92%	40,00% (*)
6ª Faixa	53,50%	21,50%	20,55%	4,45%	-

(*) O percentual efetivo máximo devido ao ISS será de 5%, e a diferença será transferida, de forma proporcional, aos tributos federais da mesma faixa de receita bruta anual. Sendo assim, na 5ª faixa, quando a alíquota efetiva for superior a 12,5%, a repartição será:

Faixa	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	ISS
5ª Faixa, com alíquota efetiva superior a 12,5%	(Alíquota efetiva - 5%) x 31,33%	(Alíquota efetiva - 5%) x 32,00%	(Alíquota efetiva - 5%) x 30,13%	(Alíquota efetiva - 5%) x 6,54%	Percentual de ISS fixo em 5%

(*) Quando o percentual efetivo do ISS for superior a 5%, o resultado limitar-se-á a 5%, e a diferença será transferida para os tributos federais, de forma proporcional aos percentuais abaixo. Os percentuais redistribuídos serão acrescentados aos percentuais efetivos de cada tributo federal da respectiva faixa.

Quando o valor do RBT12 for superior ao limite da 5ª faixa, para a parcela que não exceder o sublimite, o percentual efetivo do ISS será calculado conforme segue:

{[(RBT12 x 22%) - R$ 183.780,00]/RBT12} x 40%. Esse percentual também ficará limitado a 5%, e eventual diferença será redistribuída para os tributos federais na forma acima prevista, de acordo com os seguintes percentuais:

Redistribuição do ISS excedente	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	TOTAL
	31,33%	32%	30,13%	6,54%	100%

ANEXO V

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas de prestação de serviços descritos no inciso V do § 1º do art. 25, quando o fator "r" for inferior a 28%

Receita Bruta em 12 Meses (em R$)		Alíquota Nominal	Valor a Deduzir (em R$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	15,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	18,00%	4.500,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	19,50%	9.900,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	20,50%	17.100,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	23,00%	62.100,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,50%	540.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ISS (*)
1ª Faixa	25,00%	15,00%	14,10%	3,05%	28,85%	14,00%
2ª Faixa	23,00%	15,00%	14,10%	3,05%	27,85%	17,00%
3ª Faixa	24,00%	15,00%	14,92%	3,23%	23,85%	19,00%
4ª Faixa	21,00%	15,00%	15,74%	3,41%	23,85%	21,00%
5ª Faixa	23,00%	12,50%	14,10%	3,05%	23,85%	23,50%
6ª Faixa	35,00%	15,50%	16,44%	3,56%	29,50%	-

(*) Quando o percentual efetivo do ISS for superior a 5%, o resultado limitar-se-á a 5%, e a diferença será transferida para os tributos federais, de forma proporcional aos percentuais abaixo. Os percentuais redistribuídos serão acrescentados aos percentuais efetivos de cada tributo federal da respectiva faixa.

Quando o valor do RBT12 for superior ao limite da 5ª faixa, para a parcela que não exceder o sublimite, o percentual efetivo do ISS será calculado conforme segue:

{[(RBT12 x 23%) - R$ 62.100,00]/RBT12} x 23,5%.

Esse percentual também ficará limitado a 5%, e eventual diferença será redistribuída para os tributos federais na forma acima prevista, de acordo com os seguintes percentuais:

Redistribuição do ISS excedente	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	TOTAL
	30,07%	16,34%	18,43%	3,99%	31,17%	100%

ANEXO VI

Códigos previstos na CNAE impeditivos ao Simples Nacional

Subclasse CNAE 2.0	DENOMINAÇÃO
1220-4/01	FABRICAÇÃO DE CIGARROS
1220-4/02	FABRICAÇÃO DE CIGARRILHAS E CHARUTOS
1220-4/03	FABRICAÇÃO DE FILTROS PARA CIGARROS
2092-4/01	FABRICAÇÃO DE PÓLVORAS, EXPLOSIVOS E DETONANTES
2550-1/01	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO BÉLICO PESADO, EXCETO VEÍCULOS MILITARES DE COMBATE
2550-1/02	FABRICAÇÃO DE ARMAS DE FOGO, OUTRAS ARMAS E MUNIÇÕES
2910-7/01	FABRICAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS
3091-1/01	FABRICAÇÃO DE MOTOCICLETAS
3511-5/01	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
3511-5/02	ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DA OPERAÇÃO DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
3512-3/00	TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
3513-1/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE ENERGIA ELÉTRICA
3514-0/00	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4110-7/00	INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
4636-2/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE CIGARROS, CIGARRILHAS E CHARUTOS
4912-4/01	TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL
4922-1/01	TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, INTERMUNICIPAL, EXCETO EM REGIÃO METROPOLITANA
4922-1/02	TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, INTERESTADUAL
5310-5/01	ATIVIDADES DO CORREIO NACIONAL
6410-7/00	BANCO CENTRAL
6421-2/00	BANCOS COMERCIAIS
6422-1/00	BANCOS MÚLTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL
6423-9/00	CAIXAS ECONÔMICAS
6424-7/01	BANCOS COOPERATIVOS
6424-7/02	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CRÉDITO
6424-7/03	COOPERATIVAS DE CRÉDITO MÚTUO
6424-7/04	COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL
6431-0/00	BANCOS MÚLTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL
6432-8/00	BANCOS DE INVESTIMENTO
6433-6/00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO
6434-4/00	AGÊNCIAS DE FOMENTO
6435-2/01	SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
6435-2/02	ASSOCIAÇÕES DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO
6435-2/03	COMPANHIAS HIPOTECÁRIAS
6436-1/00	SOCIEDADES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS
6437-9/00	SOCIEDADES DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR
6438-7/01	BANCOS DE CÂMBIO
6438-7/99	OUTRAS INSTITUIÇÕES DE INTERMEDIAÇÃO NÃO MONETÁRIA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
6440-9/00	ARRENDAMENTO MERCANTIL
6450-6/00	SOCIEDADES DE CAPITALIZAÇÃO
6461-1/00	HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
6462-0/00	HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO FINANCEIRAS
6463-8/00	OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS
6470-1/01	FUNDOS DE INVESTIMENTO, EXCETO PREVIDENCIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS
6470-1/02	FUNDOS DE INVESTIMENTO PREVIDENCIÁRIOS
6470-1/03	FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS
6491-3/00	SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL - FACTORING
6492-1/00	SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS
6499-9/01	CLUBES DE INVESTIMENTO
6499-9/02	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO
6499-9/03	FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO
6499-9/04	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORAÇÕES
6499-9/05	CONCESSÃO DE CRÉDITO PELAS OSCIP
6499-9/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
6511-1/01	SOCIEDADE SEGURADORA DE SEGUROS VIDA
6511-1/02	PLANOS DE AUXÍLIO-FUNERAL
6512-0/00	SOCIEDADE SEGURADORA DE SEGUROS NÃO VIDA
6520-1/00	SOCIEDADE SEGURADORA DE SEGUROS SAÚDE
6530-8/00	RESSEGUROS
6541-3/00	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA
6542-1/00	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA
6611-8/01	BOLSA DE VALORES
6611-8/02	BOLSA DE MERCADORIAS
6611-8/03	BOLSA DE MERCADORIAS E FUTUROS
6611-8/04	ADMINISTRAÇÃO DE MERCADOS DE BALCÃO ORGANIZADOS
6612-6/01	CORRETORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
6612-6/02	DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
6612-6/03	CORRETORAS DE CÂMBIO
6612-6/04	CORRETORAS DE CONTRATOS DE MERCADORIAS
6612-6/05	AGENTES DE INVESTIMENTOS EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS
6619-3/01	SERVIÇOS DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA
6619-3/03	REPRESENTAÇÕES DE BANCOS ESTRANGEIROS
6619-3/04	CAIXAS ELETRÔNICOS
6810-2/02	ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS
6810-2/03	LOTEAMENTO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS
6911-7/02	ATIVIDADES AUXILIARES DA JUSTIÇA
6912-5/00	CARTÓRIOS
7820-5/00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA
7830-2/00	FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS
8112-5/00	CONDOMÍNIOS PREDIAIS
8299-7/04	LEILOEIROS INDEPENDENTES
8411-6/00	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL
8412-4/00	REGULAÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SERVIÇOS CULTURAIS E OUTROS SERVIÇOS SOCIAIS
8413-2/00	REGULAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS
8421-3/00	RELAÇÕES EXTERIORES
8422-1/00	DEFESA
8423-0/00	JUSTIÇA
8424-8/00	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA
8425-6/00	DEFESA CIVIL
8430-2/00	SEGURIDADE SOCIAL OBRIGATÓRIA
8550-3/01	ADMINISTRAÇÃO DE CAIXAS ESCOLARES
9411-1/00	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS PATRONAIS E EMPRESARIAIS
9412-0/01	ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL
9412-0/99	OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIATIVAS PROFISSIONAIS
9420-1/00	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES SINDICAIS
9430-8/00	ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS
9491-0/00	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS OU FILOSÓFICAS
9492-8/00	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS
9493-6/00	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS LIGADAS À CULTURA E À ARTE
9499-5/00	ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
9900-8/00	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VII DA RESOLUÇÃO CGSN Nº 140, DE 2018. (ART. 8º, § 2º)
Códigos previstos na CNAE que abrangem concomitantemente atividade impeditiva e permitida ao Simples Nacional

Subclasse CNAE 2.0	DENOMINAÇÃO
1113-5/02	FABRICAÇÃO DE CERVEJAS E CHOPES
4635-4/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE CERVEJA, CHOPE E REFRIGERANTE
4635-4/03	COMÉRCIO ATACADISTA DE BEBIDAS COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA
4684-2/99	COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4924-8/00	TRANSPORTE ESCOLAR
4929-9/02	TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
4929-9/04	ORGANIZAÇÃO DE EXCURSÕES EM VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PRÓPRIOS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
4929-9/99	OUTROS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4950-7/00	TRENS TURÍSTICOS, TELEFÉRICOS E SIMILARES
5011-4/02	TRANSPORTE MARÍTIMO DE CABOTAGEM - PASSAGEIROS
5091-2/02	TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
5099-8/01	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO PARA PASSEIOS TURÍSTICOS
5099-8/99	OUTROS TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
5111-1/00	TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS REGULAR
5112-9/01	SERVIÇO DE TÁXI AÉREO E LOCAÇÃO DE AERONAVES COM TRIPULAÇÃO
5112-9/99	OUTROS SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS NÃO REGULAR
5229-0/01	SERVIÇOS DE APOIO AO TRANSPORTE POR TÁXI, INCLUSIVE CENTRAIS DE CHAMADA
5229-0/99	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
6201-5/01	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA
6202-3/00	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS
6203-1/00	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO CUSTOMIZÁVEIS
6619-3/02	CORRESPONDENTES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
6619-3/99	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8299-7/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

ANEXO VIII

Modelo do Comprovante de Pagamento

COMPROVANTE DE PAGAMENTO - SIMPLES NACIONAL

Agente arrecadador: CNC NNN AAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAA

CÓDIGO DE BARRAS	99999999999 99999999999 99999999999 99999999999
DATA DO PAGAMENTO	DD/MM/AAAA
VALOR TOTAL	999.999.999,99
AUTENTICAÇÃO	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Observações:
a) O agente arrecadador deverá ser identificado:
1) pela sigla "CNC" seguido do Código Nacional de Compensação; ou
2) O nome empresarial do agente arrecadador.
b) O agente arrecadador poderá inserir no comprovante qualquer informação adicional que julgar necessária, desde que fora do espaço reservado para a impressão dos dados obrigatórios.

ANEXO IX

Registro de Valores a Receber

NOME EMPRESARIAL										
CNPJ										
Data da operação ou prestação	Número(s) do(s) documento(s) fiscal(is) (1)	Valor total	Quantidade de parcelas	Número da parcela	Valor da parcela	Data do vencimento	Data do recebimento	Valor pago	Saldo a receber	Valor considerado incobrável
				1						
				2						
				...						
				n						
				1						
				2						
				...						
				n						
				1						
				2						
				...						
				n						
				1						
				2						
				...						
				n						
				1						
				2						
				...						
				n						
				1						
				2						
				...						
				n						
(1) observar o disposto no § 1º do art. 77 da Resolução CGSN nº 140, de 2018										

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO X

Relatório Mensal de Receitas Brutas

RELATÓRIO MENSAL DAS RECEITAS BRUTAS

CNPJ:	
Empreendedor individual:	
Período de apuração:	
RECEITA BRUTA MENSAL - REVENDA DE MERCADORIAS (COMÉRCIO)	
I - Revenda de mercadorias com dispensa de emissão de documento fiscal	R$
II - Revenda de mercadorias com documento fiscal emitido	R$
III - Total das receitas com revenda de mercadorias (I + II)	R$
RECEITA BRUTA MENSAL - VENDA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (INDÚSTRIA)	
IV - Venda de produtos industrializados com dispensa de emissão de documento fiscal	R$
V - Venda de produtos industrializados com documento fiscal emitido	R$
VI - Total das receitas com venda de produtos industrializados (IV + V)	R$
RECEITA BRUTA MENSAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
VII - Receita com prestação de serviços com dispensa de emissão de documento fiscal	R$
VIII - Receita com prestação de serviços com documento fiscal emitido	R$
IX - Total das receitas com prestação de serviços (VII + VIII)	R$
X - Total geral das receitas brutas no mês (III + VI + IX)	R$
LOCAL E DATA:	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO:
ENCONTRAM-SE ANEXADOS A ESTE RELATÓRIO: - Os documentos fiscais comprobatórios das entradas de mercadorias e serviços tomados referentes ao período; - As notas fiscais relativas às operações ou prestações realizadas eventualmente emitidas.	

ANEXO XI

(ARTS. 100, INCISO I E 101, § 1º, INCISO I, § 2º, § 3º, INCISO II, § 7º)
Ocupações Permitidas ao MEI

OCUPAÇÃO	CNAE	DESCRIÇÃO SUBCLASSE CNAE	ISS	ICMS
ABATEDOR(A) DE AVES INDEPENDENTE	1012-1/01	ABATE DE AVES	N	N
ABATEDOR(A) DE AVES COM COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO INDEPENDENTE	4724-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS	N	S
ACABADOR(A) DE CALÇADOS INDEPENDENTE	1531-9/02	ACABAMENTO DE CALÇADOS DE COURO SOB CONTRATO	S	S
AÇOUGUEIRO(A) INDEPENDENTE	4722-9/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES	N	S
ADESTRADOR(A) DE ANIMAIS INDEPENDENTE	9609-2/07	ALOJAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	S	N
ADESTRADOR(A) DE CÃES DE GUARDA INDEPENDENTE	8011-1/02	SERVIÇOS DE ADESTRAMENTO DE CÃES DE GUARDA	S	N
AGENTE DE CORREIO FRANQUEADO E PERMISSIONÁRIO INDEPENDENTE	5310-5/02	ATIVIDADES DE FRANQUEADAS DO CORREIO NACIONAL	S	S
AGENTE DE VIAGENS INDEPENDENTE	7911-2/00	AGÊNCIAS DE VIAGENS	S	N
AGENTE FUNERÁRIO INDEPENDENTE	9603-3/04	SERVIÇOS DE FUNERÁRIAS	S	N
AGENTE MATRIMONIAL INDEPENDENTE	9609-2/02	AGÊNCIAS MATRIMONIAIS	S	N
ALFAIATE INDEPENDENTE	1412-6/02	CONFECÇÃO, SOB MEDIDA, DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS	S	N
ALINHADOR(A) DE PNEUS INDEPENDENTE	4520-0/04	SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
AMOLADOR(A) DE ARTIGOS DE CUTELARIA INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
ANIMADOR(A) DE FESTAS INDEPENDENTE	9329-8/99	OUTRAS ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
ANTIQUÁRIO(A) INDEPENDENTE	4785-7/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE ANTIGUIDADES	N	S
APICULTOR(A) INDEPENDENTE	0159-8/01	APICULTURA	S	S
APLICADOR(A) AGRÍCOLA INDEPENDENTE	0161-0/01	SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS	S	N
APURADOR(A), COLETOR(A) E FORNECEDOR(A) DE RECORTES DE MATÉRIAS PUBLICADAS EM JORNAIS E REVISTAS INDEPENDENTE	6399-2/00	OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
ARMADOR(A) DE FERRAGENS NA CONSTRUÇÃO CIVIL INDEPENDENTE	2599-3/01	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE ARMAÇÕES METÁLICAS PARA A CONSTRUÇÃO	S	N
ARTESÃO(Ã) DE BIJUTERIAS INDEPENDENTE	3212-4/00	FABRICAÇÃO DE BIJUTERIAS E ARTEFATOS SEMELHANTES	N	S
ARTESÃO(Ã) EM BORRACHA INDEPENDENTE	2219-6/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE BORRACHA NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM CERÂMICA INDEPENDENTE	2349-4/99	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS CERÂMICOS NÃO REFRATÁRIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM CIMENTO INDEPENDENTE	2330-3/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES	N	S
ARTESÃO(Ã) EM CORTIÇA, BAMBU E AFINS INDEPENDENTE	1629-3/02	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE CORTIÇA, BAMBU, PALHA, VIME E OUTROS MATERIAIS TRANÇADOS, EXCETO MÓVEIS	N	S
ARTESÃO(Ã) EM COURO INDEPENDENTE	1529-7/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM GESSO INDEPENDENTE	2330-3/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES	N	S
ARTESÃO(Ã) EM LOUÇAS, VIDRO E CRISTAL INDEPENDENTE	2399-1/01	DECORAÇÃO, LAPIDAÇÃO, GRAVAÇÃO, VITRIFICAÇÃO E OUTROS TRABALHOS EM CERÂMICA, LOUÇA, VIDRO E CRISTAL	S	N
ARTESÃO(Ã) EM MADEIRA INDEPENDENTE	1629-3/01	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE MADEIRA, EXCETO MÓVEIS	N	S
ARTESÃO(Ã) EM MÁRMORE, GRANITO, ARDÓSIA E OUTRAS PEDRAS INDEPENDENTE	2391-5/03	APARELHAMENTO DE PLACAS E EXECUÇÃO DE TRABALHOS EM MÁRMORE, GRANITO, ARDÓSIA E OUTRAS PEDRAS	S	S
ARTESÃO(Ã) EM METAIS INDEPENDENTE	2599-3/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE METAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM METAIS PRECIOSOS INDEPENDENTE	3211-6/02	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE JOALHERIA E OURIVESARIA	N	S
ARTESÃO(Ã) EM OUTROS MATERIAIS INDEPENDENTE	3299-0/99	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM PAPEL INDEPENDENTE	1749-4/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PASTAS CELULÓSICAS, PAPEL, CARTOLINA, PAPEL-CARTÃO E PAPELÃO ONDULADO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM PLÁSTICO INDEPENDENTE	2229-3/99	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MATERIAL PLÁSTICO PARA OUTROS USOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
ARTESÃO(Ã) EM VIDRO INDEPENDENTE	2319-2/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VIDRO	N	S
ARTESÃO TÊXTIL	1359-6/00	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS NÃO ESPECIFICADOS	N	S
ASTRÓLOGO(A) INDEPENDENTE	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
AZULEJISTA INDEPENDENTE	4330-4/05	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
BALANCEADOR(A) DE PNEUS INDEPENDENTE	4520-0/04	SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
BALEIRO(A) INDEPENDENTE	4721-1/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES	N	S
BANHISTA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS INDEPENDENTE	9609-2/08	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	S	N
BARBEIRO INDEPENDENTE	9602-5/01	CABELEIREIROS, MANICURE E PEDICURE	S	N
BARQUEIRO(A) INDEPENDENTE	5099-8/99	OUTROS TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	S
BARRAQUEIRO(A) INDEPENDENTE	4712-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	N	S
BENEFICIADOR(A) DE CASTANHA INDEPENDENTE	1031-7/00	FABRICANTE DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
BIKEBOY (CICLISTA MENSAGEIRO) INDEPENDENTE	5320-2/02	SERVIÇOS DE ENTREGA RÁPIDA	S	N
BIKE PROPAGANDISTA INDEPENDENTE	7319-0/99	OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
BOLACHEIRO(A)/BISCOITEIRO(A) INDEPENDENTE	1092-9/00	FABRICAÇÃO DE BISCOITOS E BOLACHAS	N	S

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BOMBEIRO(A) HIDRÁULICO INDEPENDENTE	4322-3/01	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS	S	N
BONELEIRO(A) (FABRICANTE DE BONÉS) INDEPENDENTE	1414-2/00	FABRICAÇÃO DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO, EXCETO PARA SEGURANÇA E PROTEÇÃO	N	S
BORDADEIRO(A) INDEPENDENTE	1340-5/99	OUTROS SERVIÇOS DE ACABAMENTO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TÊXTEIS E PEÇAS DO VESTUÁRIO	S	N
BORRACHEIRO(A) INDEPENDENTE	4520-0/06	SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
BRITADOR INDEPENDENTE	2391-5/01	BRITAMENTO DE PEDRAS, EXCETO ASSOCIADO À EXTRAÇÃO	N	S
CABELEIREIRO(A) INDEPENDENTE	9602-5/01	CABELEIREIROS, MANICURE E PEDICURE	S	N
CALAFETADOR(A) INDEPENDENTE	4330-4/05	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
CALHEIRO (A) INDEPENDENTE	4399-1/99	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
CAMINHONEIRO (A) DE CARGAS NÃO PERIGOSAS, INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL INDEPENDENTE	4930-2/02	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	N	S
CANTOR(A)/MÚSICO(A) INDEPENDENTE	9001-9/02	PRODUÇÃO MUSICAL	S	N
CAPOTEIRO(A) INDEPENDENTE	4520-0/08	SERVIÇOS DE CAPOTARIA	S	N
CARPINTEIRO(A) INDEPENDENTE	1622-6/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO	N	S
CARPINTEIRO(A) INSTALADOR(A) INDEPENDENTE	4330-4/02	INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL	S	N
CARREGADOR (VEÍCULOS DE TRANSPORTES TERRESTRES) INDEPENDENTE	5212-5/00	CARGA E DESCARGA	S	N
CARREGADOR DE MALAS INDEPENDENTE	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
CARROCEIRO - COLETA DE ENTULHOS E RESÍDUOS INDEPENDENTE	3811-4/00	COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	S	N
CARROCEIRO - TRANSPORTE DE CARGA INDEPENDENTE	4930-2/01	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL	S	N
CARROCEIRO - TRANSPORTE DE MUDANÇA INDEPENDENTE	4930-2/04	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MUDANÇAS	S	S
CARTAZISTA, PINTOR DE FAIXAS PUBLICITÁRIAS E DE LETRAS INDEPENDENTE	8299-7/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
CERQUEIRO(A) INDEPENDENTE	4399-1/99	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
CHAPELEIRO(A) INDEPENDENTE	1414-2/00	FABRICAÇÃO DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO, EXCETO PARA SEGURANÇA E PROTEÇÃO	N	S
CHAVEIRO(A) INDEPENDENTE	9529-1/02	CHAVEIROS	S	N
CHOCOLATEIRO(A) INDEPENDENTE	1093-7/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DO CACAU E DE CHOCOLATES	N	S
CHURRASQUEIRO(A) AMBULANTE INDEPENDENTE	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
CHURRASQUEIRO(A) EM DOMICÍLIO INDEPENDENTE	5620-1/02	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ	S	S
CLICHERISTA INDEPENDENTE	1821-1/00	SERVIÇOS DE PRÉ-IMPRESSÃO	S	N
COBRADOR(A) DE DÍVIDAS INDEPENDENTE	8291-1/00	ATIVIDADES DE COBRANÇAS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS	S	N
COLCHOEIRO(A) INDEPENDENTE	3104-7/00	FABRICAÇÃO DE COLCHÕES	N	S
COLETOR DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS INDEPENDENTE	3811-4/00	COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	S	N
COLETOR DE RESÍDUOS PERIGOSOS INDEPENDENTE	3812-2/00	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS	S	N
COLOCADOR(A) DE PIERCING INDEPENDENTE	9609-2/06	SERVIÇOS DE TATUAGEM E COLOCAÇÃO DE PIERCING	S	N
COLOCADOR(A) DE REVESTIMENTOS INDEPENDENTE	4330-4/05	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
COMERCIANTE DE INSETICIDAS E RATICIDAS INDEPENDENTE	4789-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS PARA PISCINAS INDEPENDENTE	4789-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	N	S
COMERCIANTE DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO INDEPENDENTE	4789-0/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE ARMARINHO INDEPENDENTE	4755-5/02	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE BEBÊ INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE CAÇA, PESCA E CAMPING INDEPENDENTE	4763-6/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAÇA, PESCA E CAMPING	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO INDEPENDENTE	4755-5/03	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE COLCHOARIA INDEPENDENTE	4754-7/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE CUTELARIA INDEPENDENTE	4759-8/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO INDEPENDENTE	4754-7/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE JOALHERIA INDEPENDENTE	4783-1/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE JOALHERIA	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE ÓPTICA INDEPENDENTE	4774-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ÓPTICA	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE RELOJOARIA INDEPENDENTE	4783-1/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE RELOJOARIA	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS INDEPENDENTE	4759-8/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DE VIAGEM INDEPENDENTE	4782-2/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE VIAGEM	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS INDEPENDENTE	4781-4/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS ERÓTICOS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS ESPORTIVOS INDEPENDENTE	4763-6/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS E PARA FILMAGEM INDEPENDENTE	4789-0/08	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS E PARA FILMAGEM	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS FUNERÁRIOS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS INDEPENDENTE	4773-3/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS PARA HABITAÇÃO INDEPENDENTE	4759-8/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE ARTIGOS USADOS INDEPENDENTE	4785-7/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS USADOS	N	S
COMERCIANTE DE BEBIDAS INDEPENDENTE	4723-7/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS	N	S
COMERCIANTE DE BICICLETAS E TRICICLOS; PEÇAS E ACESSÓRIOS INDEPENDENTE	4763-6/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE BICICLETAS E TRICICLOS; PEÇAS E ACESSÓRIOS	N	S
COMERCIANTE DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS INDEPENDENTE	4789-0/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS	N	S
COMERCIANTE DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS INDEPENDENTE	4763-6/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS	N	S
COMERCIANTE DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS INDEPENDENTE	4744-0/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS	N	S
COMERCIANTE DE CALÇADOS INDEPENDENTE	4782-2/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS	N	S
COMERCIANTE DE CARVÃO E LENHA INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE CESTAS DE CAFÉ DA MANHÃ INDEPENDENTE	4729-6/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE COSMÉTICOS E ARTIGOS DE PERFUMARIA INDEPENDENTE	4772-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	N	S
COMERCIANTE DE DISCOS, CDS, DVDS E FITAS INDEPENDENTE	4762-8/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE DISCOS, CDS, DVDS E FITAS	N	S
COMERCIANTE DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO INDEPENDENTE	4753-9/00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO	N	S
COMERCIANTE DE EMBALAGENS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO INDEPENDENTE	4752-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO	N	S
COMERCIANTE DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA INDEPENDENTE	4751-2/01	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA	N	S
COMERCIANTE DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO INDEPENDENTE	4789-0/07	COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO	N	S
COMERCIANTE DE EXTINTORES DE INCÊNDIO INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE FERRAGENS E FERRAMENTAS INDEPENDENTE	4744-0/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS	N	S
COMERCIANTE DE FLORES, PLANTAS E FRUTAS ARTIFICIAIS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE FOGOS DE ARTIFÍCIO INDEPENDENTE	4789-0/06	COMÉRCIO VAREJISTA DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E ARTIGOS PIROTÉCNICOS	N	S
COMERCIANTE DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) INDEPENDENTE	4784-9/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)	N	S
COMERCIANTE DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS INDEPENDENTE	4756-3/00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS	N	S
COMERCIANTE DE LATICÍNIOS INDEPENDENTE	4721-1/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS	N	S
COMERCIANTE DE LUBRIFICANTES INDEPENDENTE	4732-6/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES	N	S
COMERCIANTE DE MADEIRA E ARTEFATOS INDEPENDENTE	4744-0/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS	N	S
COMERCIANTE DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL INDEPENDENTE	4744-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL	N	S
COMERCIANTE DE MATERIAIS HIDRÁULICOS INDEPENDENTE	4744-0/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS	N	S

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIANTE DE MATERIAL ELÉTRICO INDEPENDENTE	4742-3/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO	N	S
COMERCIANTE DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS INDEPENDENTE	4771-7/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS	N	S
COMERCIANTE DE MIUDEZAS E QUINQUILHARIAS INDEPENDENTE	4713-0/02	LOJAS DE VARIEDADES, EXCETO LOJAS DE DEPARTAMENTOS OU MAGAZINES	N	S
COMERCIANTE DE MOLDURAS E QUADROS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE MÓVEIS INDEPENDENTE	4754-7/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS	N	S
COMERCIANTE DE OBJETOS DE ARTE INDEPENDENTE	4789-0/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE OBJETOS DE ARTE	N	S
COMERCIANTE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES INDEPENDENTE	4530-7/03	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	N	S
COMERCIANTE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO INDEPENDENTE	4757-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO, EXCETO INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO	N	S
COMERCIANTE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONETAS INDEPENDENTE	4541-2/05	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONETAS	N	S
COMERCIANTE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES INDEPENDENTE	4530-7/04	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	N	S
COMERCIANTE DE PERUCAS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE PLANTAS, FLORES NATURAIS, VASOS E ADUBOS INDEPENDENTE	4789-0/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS	N	S
COMERCIANTE DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AR INDEPENDENTE	4530-7/05	COMÉRCIO A VAREJO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AR	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL INDEPENDENTE	4772-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS DE LIMPEZA INDEPENDENTE	4789-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO INDEPENDENTE	4721-1/02	PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS DE TABACARIA INDEPENDENTE	4729-6/01	TABACARIA	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS HOMEOPÁTICOS INDEPENDENTE	4771-7/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS HOMEOPÁTICOS	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS INDEPENDENTE	4771-7/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS NATURAIS INDEPENDENTE	4729-6/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS PARA FESTAS E NATAL INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE PRODUTOS RELIGIOSOS INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE REDES PARA DORMIR INDEPENDENTE	4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE SISTEMA DE SEGURANÇA RESIDENCIAL INDEPENDENTE	4759-8/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE TECIDOS INDEPENDENTE	4755-5/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE TECIDOS	N	S
COMERCIANTE DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA INDEPENDENTE	4741-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA	N	S
COMERCIANTE DE TOLDOS E PAPEL DE PAREDE INDEPENDENTE	4759-8/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
COMERCIANTE DE VIDROS INDEPENDENTE	4743-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS	N	S
COMPOTEIRO(A) INDEPENDENTE	1031-7/00	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
CONFECCIONADOR(A) DE CARIMBOS INDEPENDENTE	3299-0/02	FABRICAÇÃO DE CANETAS, LÁPIS E OUTROS ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	N	S
CONFECCIONADOR(A) DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INDEPENDENTE	1742-7/01	FABRICAÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS	N	S
CONFEITEIRO(A) INDEPENDENTE	1091-1/02	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUÇÃO PRÓPRIA.	N	S
COSTUREIRO(A) DE ROUPAS, EXCETO SOB MEDIDA INDEPENDENTE	1412-6/01	CONFECÇÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA	S	S
COSTUREIRO(A) DE ROUPAS, SOB MEDIDA INDEPENDENTE	1412-6/02	CONFECÇÃO, SOB MEDIDA, DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS	S	N
COVEIRO INDEPENDENTE	9603-3/03	SERVIÇOS DE SEPULTAMENTO	S	N
COZINHEIRO(A) QUE FORNECE REFEIÇÕES PRONTAS E EMBALADAS PARA CONSUMO INDEPENDENTE	5620-1/04	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	N	S
CRIADOR(A) DE ANIMAIS DOMÉSTICOS INDEPENDENTE	0159-8/02	CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	N	S
CRIADOR(A) DE PEIXES ORNAMENTAIS EM ÁGUA DOCE INDEPENDENTE	0322-1/04	CRIAÇÃO DE PEIXES ORNAMENTAIS EM ÁGUA DOCE	N	S
CRIADOR(A) DE PEIXES ORNAMENTAIS EM ÁGUA SALGADA INDEPENDENTE	0321-3/04	CRIAÇÃO DE PEIXES ORNAMENTAIS EM ÁGUA SALGADA E SALOBRA	N	S
CROCHETEIRO(A) INDEPENDENTE	1422-3/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO, PRODUZIDOS EM MALHARIAS E TRICOTAGENS, EXCETO MEIAS	N	S
CUIDADOR(A) DE ANIMAIS (PET SITTER) INDEPENDENTE	9609-2/08	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS	S	N
CUIDADOR(A) DE IDOSOS E ENFERMOS INDEPENDENTE	8712-3/00	ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PACIENTE NO DOMICÍLIO	S	N
CUNHADOR(A) DE MOEDAS E MEDALHAS INDEPENDENTE	3211-6/03	CUNHAGEM DE MOEDAS E MEDALHAS	N	S
CURTIDOR DE COURO INDEPENDENTE	1510-6/00	CURTIMENTO E OUTRAS PREPARAÇÕES DE COURO	N	S
CUSTOMIZADOR(A) DE ROUPAS INDEPENDENTE	1340-5/99	OUTROS SERVIÇOS DE ACABAMENTO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TÊXTEIS E PEÇAS DO VESTUÁRIO	S	N
DEDETIZADOR(A) INDEPENDENTE	8122-2/00	IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS	S	N
DEPILADOR(A) INDEPENDENTE	9602-5/02	ATIVIDADES DE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	S	N
DIARISTA INDEPENDENTE	9700-5/00	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	S	N
DIGITADOR(A) INDEPENDENTE	8219-9/99	PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
DISC JOCKEY (DJ) OU VIDEO JOCKEY (VJ) INDEPENDENTE	9001-9/06	ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO	S	N
DISTRIBUIDOR(A) DE ÁGUA POTÁVEL EM CAMINHÃO PIPA INDEPENDENTE	3600-6/02	DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES	S	S
DOCEIRO(A) INDEPENDENTE	5620-1/04	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	N	S
DUBLADOR(A) INDEPENDENTE	5912-0/01	SERVIÇOS DE DUBLAGEM	S	N
EDITOR(A) DE JORNAIS DIÁRIOS INDEPENDENTE	5812-3/01	EDITOR DE JORNAIS DIÁRIOS	S	N
EDITOR(A) DE JORNAIS NÃO DIÁRIOS INDEPENDENTE	5812-3/02	EDITOR DE JORNAIS NÃO DIÁRIOS	S	N
EDITOR(A) DE LISTA DE DADOS E DE OUTRAS INFORMAÇÕES INDEPENDENTE	5819-1/00	EDIÇÃO DE CADASTROS, LISTAS E DE OUTROS PRODUTOS GRÁFICOS	S	N
EDITOR(A) DE LIVROS INDEPENDENTE	5811-5/00	EDIÇÃO DE LIVROS	S	N
EDITOR(A) DE REVISTAS INDEPENDENTE	5813-1/00	EDIÇÃO DE REVISTAS	S	N
EDITOR(A) DE VÍDEO INDEPENDENTE	5912-0/99	ATIVIDADES DE PÓS-PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
ELETRICISTA DE AUTOMÓVEIS INDEPENDENTE	4520-0/03	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
ELETRICISTA EM RESIDÊNCIAS E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS INDEPENDENTE	4321-5/00	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	S	N
ENCADERNADOR(A)/PLASTIFICADOR(A) INDEPENDENTE	1822-9/01	SERVIÇOS DE ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO	S	N
ENCANADOR INDEPENDENTE	4322-3/01	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS	S	N
ENGRAXATE INDEPENDENTE	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
ENTREGADOR DE MALOTES INDEPENDENTE	5320-2/01	SERVIÇOS DE MALOTE NÃO REALIZADOS PELO CORREIO NACIONAL	S	S
ENVASADOR(A) E EMPACOTADOR(A) INDEPENDENTE	8292-0/00	ENVASAMENTO E EMPACOTAMENTO SOB CONTRATO	S	N
ESTAMPADOR(A) DE PEÇAS DO VESTUÁRIO INDEPENDENTE	1340-5/01	ESTAMPARIA E TEXTURIZAÇÃO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TÊXTEIS E PEÇAS DO VESTUÁRIO	S	N
ESTETICISTA INDEPENDENTE	9602-5/02	ATIVIDADES DE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	S	N
ESTETICISTA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS INDEPENDENTE	9609-2/07	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	S	N
ESTOFADOR(A) INDEPENDENTE	9529-1/05	REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	S	N
FABRICANTE DE ABSORVENTES HIGIÊNICOS INDEPENDENTE	1742-7/02	FABRICAÇÃO DE ABSORVENTES HIGIÊNICOS	N	S
FABRICANTE DE AÇÚCAR MASCAVO INDEPENDENTE	1071-6/00	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR EM BRUTO	N	S
FABRICANTE DE AMENDOIM E CASTANHA DE CAJU TORRADOS E SALGADOS INDEPENDENTE	1031-7/00	FABRICANTE DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
FABRICANTE DE ÁGUAS NATURAIS INDEPENDENTE	1122-4/99	FABRICAÇÃO DE OUTRAS BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	N	S

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FABRICANTE DE ALIMENTOS PRONTOS CONGELADOS INDEPENDENTE	1096-1/00	FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS E PRATOS PRONTOS	N	S
FABRICANTE DE AMIDO E FÉCULAS DE VEGETAIS INDEPENDENTE	1065-1/01	FABRICAÇÃO DE AMIDOS E FÉCULAS DE VEGETAIS	N	S
FABRICANTE DE ARTEFATOS DE FUNILARIA INDEPENDENTE	2532-2/01	PRODUÇÃO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL	N	S
FABRICANTE DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL, SOB ENCOMENDA OU NÃO INDEPENDENTE	2532-2/01	PRODUÇÃO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL	S	S
FABRICANTE DE ARTEFATOS PARA PESCA E ESPORTE INDEPENDENTE	3230-2/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS PARA PESCA E ESPORTE	N	S
FABRICANTE DE ARTEFATOS TÊXTEIS PARA USO DOMÉSTICO INDEPENDENTE	1351-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS PARA USO DOMÉSTICO	N	S
FABRICANTE DE ARTIGOS DE CUTELARIA INDEPENDENTE	2541-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE CUTELARIA	N	S
FABRICANTE DE AVIAMENTOS PARA COSTURA INDEPENDENTE	3299-0/05	FABRICAÇÃO DE AVIAMENTOS PARA COSTURA	N	S
FABRICANTE DE BALAS, CONFEITOS E FRUTAS CRISTALIZADAS INDEPENDENTE	1093-7/02	FABRICAÇÃO DE FRUTAS CRISTALIZADAS, BALAS E SEMELHANTES	N	S
FABRICANTE DE BOLSAS/BOLSEIRO INDEPENDENTE	1521-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL	N	S
FABRICANTE DE BRINQUEDOS NÃO ELETRÔNICOS INDEPENDENTE	3240-0/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS BRINQUEDOS E JOGOS RECREATIVOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE CALÇADOS DE BORRACHA, MADEIRA E TECIDOS E FIBRAS INDEPENDENTE	1539-4/00	FABRICAÇÃO DE CALÇADOS DE MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE CALÇADOS DE COURO INDEPENDENTE	1531-9/01	FABRICAÇÃO DE CALÇADOS DE COURO	N	S
FABRICANTE DE CHÁ INDEPENDENTE	1099-6/05	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PARA INFUSÃO (CHÁ, MATE, ETC.)	N	S
FABRICANTE DE CINTOS/CINTEIRO INDEPENDENTE	1414-2/00	FABRICAÇÃO DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO, EXCETO PARA SEGURANÇA E PROTEÇÃO	N	S
FABRICANTE DE CONSERVAS DE FRUTAS INDEPENDENTE	1031-7/00	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
FABRICANTE DE CONSERVAS DE LEGUMES E OUTROS VEGETAIS INDEPENDENTE	1032-5/99	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE LEGUMES E OUTROS VEGETAIS, EXCETO PALMITO	N	S
FABRICANTE DE DESINFESTANTES INDEPENDENTE	2052-5/00	FABRICAÇÃO DE DESINFESTANTES DOMISSANITÁRIOS	N	S
FABRICANTE DE EMBALAGENS DE CARTOLINA E PAPEL-CARTÃO INDEPENDENTE	1732-0/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE CARTOLINA E PAPEL-CARTÃO	N	S
FABRICANTE DE EMBALAGENS DE MADEIRA INDEPENDENTE	1623-4/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TANOARIA E DE EMBALAGENS DE MADEIRA	N	S
FABRICANTE DE EMBALAGENS DE PAPEL INDEPENDENTE	1731-1/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE PAPEL	N	S
FABRICANTE DE ESPECIARIAS INDEPENDENTE	1095-3/00	FABRICAÇÃO DE ESPECIARIAS, MOLHOS, TEMPEROS E CONDIMENTOS	N	S
FABRICANTE DE ESQUADRIAS METÁLICAS SOB ENCOMENDA OU NÃO INDEPENDENTE	2512-8/00	FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS DE METAL	S	S
FABRICANTE DE FIOS DE ALGODÃO INDEPENDENTE	1311-1/00	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS DE ALGODÃO	N	S
FABRICANTE DE FIOS DE LINHO, RAMI, JUTA, SEDA E LÃ INDEPENDENTE	1312-0/00	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS TÊXTEIS NATURAIS, EXCETO ALGODÃO	N	S
FABRICANTE DE FUMO E DERIVADOS DO FUMO INDEPENDENTE	1220-4/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DO FUMO, EXCETO CIGARROS, CIGARRILHAS E CHARUTOS	N	S
FABRICANTE DE GELÉIA DE MOCOTÓ INDEPENDENTE	1099-6/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE GELO COMUM INDEPENDENTE	1099-6/04	FABRICAÇÃO DE GELO COMUM	N	S
FABRICANTE DE GUARDA-CHUVAS E SIMILARES INDEPENDENTE	3299-0/01	FABRICAÇÃO DE GUARDA-CHUVAS E SIMILARES	N	S
FABRICANTE DE GUARDANAPOS E COPOS DE PAPEL INDEPENDENTE	1742-7/99	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PAPEL PARA USO DOMÉSTICO E HIGIÊNICO-SANITÁRIO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE INSTRUMENTOS MUSICAIS INDEPENDENTE	3220-5/00	FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, PEÇAS E ACESSÓRIOS	N	S
FABRICANTE DE JOGOS RECREATIVOS INDEPENDENTE	3240-0/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS BRINQUEDOS E JOGOS RECREATIVOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE LATICÍNIOS INDEPENDENTE	1052-0/00	FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS	N	S
FABRICANTE DE LETREIROS, PLACAS E PAINÉIS NÃO LUMINOSOS, SOB ENCOMENDA OU NÃO INDEPENDENTE	3299-0/03	FABRICAÇÃO DE LETRAS, LETREIROS E PLACAS DE QUALQUER MATERIAL, EXCETO LUMINOSOS	S	S
FABRICANTE DE LUMINÁRIAS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO INDEPENDENTE	2740-6/02	FABRICAÇÃO DE LUMINÁRIAS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO	N	S
FABRICANTE DE MALAS INDEPENDENTE	1521-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL	N	S
FABRICANTE DE MASSAS ALIMENTÍCIAS INDEPENDENTE	1094-5/00	FABRICAÇÃO DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	N	S
FABRICANTE DE MEIAS INDEPENDENTE	1421-5/00	FABRICAÇÃO DE MEIAS	N	S
FABRICANTE DE MOCHILAS E CARTEIRAS INDEPENDENTE	1521-1/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL	N	S
FABRICANTE DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS INDEPENDENTE	3299-0/04	FABRICAÇÃO DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS	N	S
FABRICANTE DE PÃO DE QUEIJO CONGELADO INDEPENDENTE	1091-1/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO INDUSTRIAL	N	S
FABRICANTE DE PAPEL INDEPENDENTE	1721-4/00	FABRICAÇÃO DE PAPEL	N	S
FABRICANTE DE PARTES DE PEÇAS DO VESTUÁRIO - FACÇÃO INDEPENDENTE	1412-6/03	FACÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS	S	S
FABRICANTE DE PARTES DE ROUPAS ÍNTIMAS - FACÇÃO INDEPENDENTE	1411-8/02	FACÇÃO DE ROUPAS ÍNTIMAS	S	S
FABRICANTE DE PARTES DE ROUPAS PROFISSIONAIS - FACÇÃO INDEPENDENTE	1413-4/03	FACÇÃO DE ROUPAS PROFISSIONAIS	S	S
FABRICANTE DE PARTES PARA CALÇADOS INDEPENDENTE	1540-8/00	FABRICAÇÃO DE PARTES PARA CALÇADOS, DE QUALQUER MATERIAL	S	S
FABRICANTE DE POLPAS DE FRUTAS INDEPENDENTE	1031-7/00	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL INDEPENDENTE	2063-1/00	FABRICAÇÃO DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DE LIMPEZA INDEPENDENTE	2062-2/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E POLIMENTO	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DE SOJA INDEPENDENTE	1099-6/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DE TECIDO NÃO TECIDO PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR INDEPENDENTE	3292-2/02	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA PESSOAL E PROFISSIONAL	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DERIVADOS DE CARNE INDEPENDENTE	1013-9/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE	N	S
FABRICANTE DE PRODUTOS DERIVADOS DO ARROZ INDEPENDENTE	1061-9/02	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO ARROZ	N	S
FABRICANTE DE RAPADURA E MELAÇO INDEPENDENTE	1071-6/00	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR EM BRUTO	N	S
FABRICANTE DE REFRESCOS, XAROPES E PÓS PARA REFRESCOS INDEPENDENTE	1122-4/03	FABRICAÇÃO DE REFRESCOS, XAROPES E PÓS PARA REFRESCOS, EXCETO REFRESCOS DE FRUTAS	N	S
FABRICANTE DE ROUPAS ÍNTIMAS INDEPENDENTE	1411-8/01	CONFECÇÃO DE ROUPAS ÍNTIMAS	N	S
FABRICANTE DE SABÕES E DETERGENTES SINTÉTICOS INDEPENDENTE	2061-4/00	FABRICAÇÃO DE SABÕES E DETERGENTES SINTÉTICOS	N	S
FABRICANTE DE SUCOS CONCENTRADOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES INDEPENDENTE	1033-3/01	FABRICAÇÃO DE SUCOS CONCENTRADOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES	N	S
FABRICANTE DE SUCOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES INDEPENDENTE	1033-3/02	FABRICAÇÃO DE SUCOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES, EXCETO CONCENTRADOS	N	S
FABRICANTE DE VELAS, INCLUSIVE DECORATIVAS INDEPENDENTE	3299-0/06	FABRICAÇÃO DE VELAS, INCLUSIVE DECORATIVAS	N	S
FARINHEIRO DE MANDIOCA INDEPENDENTE	1063-5/00	FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA E DERIVADOS	N	S
FARINHEIRO DE MILHO INDEPENDENTE	1064-3/00	FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MILHO E DERIVADOS, EXCETO ÓLEOS DE MILHO	N	S
FERRAMENTEIRO(A) INDEPENDENTE	2543-8/00	FABRICAÇÃO DE FERRAMENTAS	N	S
FERREIRO/FORJADOR INDEPENDENTE	2543-8/00	FABRICAÇÃO DE FERRAMENTAS	N	S
FILMADOR(A) INDEPENDENTE	7420-0/04	FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS	S	N
FORNECEDOR(A) DE ALIMENTOS PREPARADOS PARA EMPRESAS INDEPENDENTE	5620-1/01	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS	N	S
FOSSEIRO (LIMPADOR DE FOSSA) INDEPENDENTE	3702-9/00	ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES	S	N
FOTOCOPIADOR(A) INDEPENDENTE	8219-9/01	FOTOCÓPIAS	S	N
FOTÓGRAFO(A) INDEPENDENTE	7420-0/01	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS, EXCETO AÉREA E SUBMARINA	S	N
FOTÓGRAFO(A) AÉREO INDEPENDENTE	7420-0/02	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS	S	N
FOTÓGRAFO(A) SUBMARINO INDEPENDENTE	7420-0/02	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS	S	N
FUNILEIRO / LANTERNEIRO INDEPENDENTE	4520-0/02	SERVIÇOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
GALVANIZADOR(A) INDEPENDENTE	2539-0/02	SERVIÇOS DE TRATAMENTO E REVESTIMENTO EM METAIS	S	N
GESSEIRO(A) INDEPENDENTE	4330-4/03	OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE	S	N
GRAVADOR(A) DE CARIMBOS INDEPENDENTE	8299-7/03	SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO DE CARIMBOS, EXCETO CONFECÇÃO	S	N
GUARDADOR(A) DE MÓVEIS INDEPENDENTE	5211-7/02	GUARDA-MÓVEIS	S	N
GUIA DE TURISMO INDEPENDENTE	7912-1/00	OPERADORES TURÍSTICOS	S	N
GUINCHEIRO INDEPENDENTE (REBOQUE DE VEÍCULOS)	5229-0/02	SERVIÇOS DE REBOQUE DE VEÍCULOS	S	S
HUMORISTA E CONTADOR DE HISTÓRIAS INDEPENDENTE	9001-9/01	PRODUÇÃO TEATRAL	S	N
INSTALADOR(A) DE ANTENAS DE TV INDEPENDENTE	4321-5/00	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	S	N
INSTALADOR(A) DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DOMICILIAR E EMPRESARIAL, SEM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA INDEPENDENTE	4321-5/00	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	S	N

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTALADOR(A) DE EQUIPAMENTOS PARA ORIENTAÇÃO À NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL E LACUSTRE INDEPENDENTE	4329-1/02	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ORIENTAÇÃO À NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL E LACUSTRE	S	N
INSTALADOR(A) DE ISOLANTES ACÚSTICOS E DE VIBRAÇÃO INDEPENDENTE	4329-1/05	TRATAMENTOS TÉRMICOS, ACÚSTICOS OU DE VIBRAÇÃO	S	N
INSTALADOR(A) DE ISOLANTES TÉRMICOS INDEPENDENTE	4329-1/05	TRATAMENTOS TÉRMICOS, ACÚSTICOS OU DE VIBRAÇÃO	S	N
INSTALADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS INDEPENDENTE	3321-0/00	INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	S	N
INSTALADOR(A) DE PAINÉIS PUBLICITÁRIOS INDEPENDENTE	4329-1/01	INSTALAÇÃO DE PAINÉIS PUBLICITÁRIOS	S	N
INSTALADOR(A) DE REDE DE COMPUTADORES INDEPENDENTE	6190-6/99	OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
INSTALADOR(A) DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO INDEPENDENTE	4322-3/03	INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO	S	N
INSTALADOR(A) E REPARADOR (A) DE ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS INDEPENDENTE	4520-0/07	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
INSTALADOR(A) E REPARADOR(A) DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES INDEPENDENTE	4329-1/03	INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES	S	N
INSTALADOR(A) E REPARADOR DE COFRES, TRANCAS E TRAVAS DE SEGURANÇA INDEPENDENTE	8020-0/02	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA	S	N
INSTALADOR(A) E REPARADOR(A) DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO INDEPENDENTE	4322-3/02	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO	S	N
INSTRUTOR(A) DE ARTE E CULTURA EM GERAL INDEPENDENTE	8592-9/99	ENSINO DE ARTE E CULTURA NÃO ESPECIFICADO ANTERIORMENTE	S	N
INSTRUTOR(A) DE ARTES CÊNICAS INDEPENDENTE	8592-9/02	ENSINO DE ARTES CÊNICAS, EXCETO DANÇA	S	N
INSTRUTOR(A) DE CURSOS GERENCIAIS INDEPENDENTE	8599-6/04	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL	S	N
INSTRUTOR(A) DE CURSOS PREPARATÓRIOS INDEPENDENTE	8599-6/05	CURSOS PREPARATÓRIOS PARA CONCURSOS	S	N
INSTRUTOR(A) DE IDIOMAS INDEPENDENTE	8593-7/00	ENSINO DE IDIOMAS	S	N
INSTRUTOR(A) DE INFORMÁTICA INDEPENDENTE	8599-6/03	TREINAMENTO EM INFORMÁTICA	S	N
INSTRUTOR(A) DE MÚSICA INDEPENDENTE	8592-9/03	ENSINO DE MÚSICA	S	N
JARDINEIRO(A) INDEPENDENTE	8130-3/00	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	S	N
JORNALEIRO(A) INDEPENDENTE	4761-0/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE JORNAIS E REVISTAS	N	S
LAPIDADOR(A) INDEPENDENTE	3211-6/01	LAPIDAÇÃO DE GEMAS	S	S
LAVADEIRO(A) DE ROUPAS INDEPENDENTE	9601-7/01	LAVANDERIAS	S	N
LAVADEIRO(A) DE ROUPAS PROFISSIONAIS INDEPENDENTE	9601-7/03	TOALHEIROS	S	N
LAVADOR(A) E POLIDOR DE CARRO INDEPENDENTE	4520-0/05	SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
LAVADOR(A) DE ESTOFADO E SOFÁ INDEPENDENTE	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
LIVREIRO(A) INDEPENDENTE	4761-0/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS	N	S
LOCADOR DE ANDAIMES INDEPENDENTE	7732-2/02	ALUGUEL DE ANDAIMES	S	N
LOCADOR(A) DE APARELHOS DE JOGOS ELETRÔNICOS INDEPENDENTE	7729-2/01	ALUGUEL DE APARELHOS DE JOGOS ELETRÔNICOS	N	N
LOCADOR(A) DE BICICLETAS, INDEPENDENTE	7721-7/00	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS	N	N
LOCADOR(A) DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR INDEPENDENTE	7739-0/02	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR	N	N
LOCADOR(A) DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS INDEPENDENTE	7721-7/00	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS	N	N
LOCADOR(A) DE FITAS DE VÍDEO, DVDS E SIMILARES INDEPENDENTE	7722-5/00	ALUGUEL DE FITAS DE VÍDEO, DVDS E SIMILARES	N	N
LOCADOR(A) DE LIVROS, REVISTAS, PLANTAS E FLORES INDEPENDENTE	7729-2/99	ALUGUEL DE OUTROS OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	N
LOCADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR INDEPENDENTE	7731-4/00	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR	N	N
LOCADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES INDEPENDENTE	7732-2/01	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES	N	N
LOCADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO INDEPENDENTE	7733-1/00	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO	N	N
LOCADOR(A) DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ESPORTIVO, INDEPENDENTE	7721-7/00	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS	N	N
LOCADOR(A) DE MATERIAL MÉDICO INDEPENDENTE	7729-2/03	ALUGUEL DE MATERIAL MÉDICO	N	N
LOCADOR(A) DE MOTOCICLETA, SEM CONDUTOR, INDEPENDENTE	7719-5/99	LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR	N	N
LOCADOR(A) DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS, INCLUSIVE PARA FESTAS INDEPENDENTE	7729-2/02	ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS	N	N
LOCADOR(A) DE INSTRUMENTOS MUSICAIS INDEPENDENTE	7729-2/02	ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS	N	N
LOCADOR(A) DE OBJETOS DO VESTUÁRIO, JÓIAS E ACESSÓRIOS INDEPENDENTE	7723-3/00	ALUGUEL DE OBJETOS DO VESTUÁRIO, JÓIAS E ACESSÓRIOS	N	N
LOCADOR(A) DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR INDEPENDENTE	7739-0/99	ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR	N	N
LOCADOR(A) DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES INDEPENDENTE	7739-0/03	ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES	S	N
LOCADOR(A) DE VÍDEO GAMES, INDEPENDENTE	7722-5/00	ALUGUEL DE FITAS DE VIDEO, DVDS E SIMILARES	N	N
LOCUTOR(A) DE MENSAGENS FONADAS E AO VIVO INDEPENDENTE	9609-2/99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
MÁGICO(A) INDEPENDENTE	9329-8/99	OUTRAS ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
MANICURE/PEDICURE INDEPENDENTE	9602-5/01	CABELEIREIROS, MANICURE E PEDICURE	S	N
MAQUIADOR(A) INDEPENDENTE	9602-5/02	ATIVIDADES DE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	S	N
MARCENEIRO (A) SOB ENCOMENDA OU NÃO INDEPENDENTE	3101-2/00	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA	S	S
MARMITEIRO(A) INDEPENDENTE	5620-1/04	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	N	S
MECÂNICO(A) DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS INDEPENDENTE	4543-9/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS	S	N
MECÂNICO(A) DE VEÍCULOS INDEPENDENTE	4520-0/01	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
MERCEEIRO(A)/VENDEIRO(A) INDEPENDENTE	4712-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS	N	S
MERGULHADOR(A) (ESCAFANDRISTA) INDEPENDENTE	7490-1/02	ESCAFANDRIA E MERGULHO	S	N
MOENDEIRO(A) INDEPENDENTE	1069-4/00	MOAGEM E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
MONTADOR(A) DE MÓVEIS INDEPENDENTE	3329-5/01	SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS DE QUALQUER MATERIAL	S	N
MONTADOR(A) E INSTALADOR DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS INDEPENDENTE	4329-1/04	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS	S	N
MOTOBOY INDEPENDENTE	5320-2/02	SERVIÇOS DE ENTREGA RÁPIDA	S	N
MOTOTAXISTA INDEPENDENTE	4923-0/01	SERVIÇO DE TÁXI	S	N
MOVELEIRO(A) INDEPENDENTE	3103-9/00	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS DE OUTROS MATERIAIS, EXCETO MADEIRA E METAL	N	S
MOVELEIRO(A) DE MÓVEIS METÁLICOS INDEPENDENTE	3102-1/00	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE METAL	N	S
OLEIRO(A) INDEPENDENTE	2342-7/02	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CERÂMICA E BARRO COZIDO PARA USO NA CONSTRUÇÃO, EXCETO AZULEJOS E PISOS	N	S
OPERADOR(A) DE MARKETING DIRETO INDEPENDENTE	7319-0/03	MARKETING DIRETO	S	N
ORGANIZADOR(A) DE EXCURSÕES EM VEÍCULO PRÓPRIO, MUNICIPAL INDEPENDENTE	4929-9/03	ORGANIZAÇÃO DE EXCURSÕES EM VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PRÓPRIOS, MUNICIPAL	S	N

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

OURIVES INDEPENDENTE	9529-1/06	REPARAÇÃO DE JÓIAS	S	N
PADEIRO(A) INDEPENDENTE	1091-1/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO	N	S
PANFLETEIRO(A) INDEPENDENTE	7319-0/02	PROMOÇÃO DE VENDAS	S	N
PAPELEIRO(A) INDEPENDENTE	4761-0/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA	N	S
PASTILHEIRO(A) INDEPENDENTE	4330-4/05	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
PEDREIRO INDEPENDENTE	4399-1/03	OBRAS DE ALVENARIA	S	N
PEIXEIRO(A) INDEPENDENTE	4722-9/02	PEIXARIA	N	S
PINTOR(A) DE AUTOMÓVEIS INDEPENDENTE	4520-0/02	SERVIÇOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
PINTOR(A) DE PAREDE INDEPENDENTE	4330-4/04	SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL	S	N
PIPOQUEIRO(A) INDEPENDENTE	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
PIROTÉCNICO(A) INDEPENDENTE	2092-4/02	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PIROTÉCNICOS	N	S
PISCINEIRO(A) INDEPENDENTE	8129-0/00	ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
PIZZAIOLO(A) EM DOMICÍLIO INDEPENDENTE	5620-1/02	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ	S	S
POCEIRO/CISTERNEIRO/CACIMBEIRO INDEPENDENTE	4399-1/05	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA	S	N
PRESTADOR(A) DE SERVIÇOS DE COLHEITA, SOB CONTRATO DE EMPREITADA, INDEPENDENTE	0161-0/03	SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA	S	N
PRESTADOR(A) DE SERVIÇOS DE PODA, SOB CONTRATO DE EMPREITADA, INDEPENDENTE	0161-0/02	SERVIÇO DE PODA DE ARVORES PARA LAVOURA	S	N
PRESTADOR(A) DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE TERRENOS, SOB CONTRATO DE EMPREITADA, INDEPENDENTE	0161-0/03	SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA	S	N
PRESTADOR(A) DE SERVIÇOS DE ROÇAGEM, DESTOCAMENTO, LAVRAÇÃO, GRADAGEM E SULCAMENTO, SOB CONTRATO DE EMPREITADA, INDEPENDENTE	0161-0/03	SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA	S	N
PRESTADOR(A) DE SERVIÇOS DE SEMEADURA, SOB CONTRATO DE EMPREITADA, INDEPENDENTE	0161-0/03	SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA	S	N
PRODUTOR DE PEDRAS PARA CONSTRUÇÃO, NÃO ASSOCIADA À EXTRAÇÃO INDEPENDENTE	2391-5/02	APARELHAMENTO DE PEDRAS PARA CONSTRUÇÃO, EXCETO ASSOCIADO À EXTRAÇÃO	N	S
PROFESSOR(A) PARTICULAR INDEPENDENTE	8599-6/99	OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
PROMOTOR(A) DE EVENTOS INDEPENDENTE	8230-0/01	SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS	S	N
PROMOTOR(A) DE TURISMO LOCAL INDEPENDENTE	7990-2/00	SERVIÇOS DE RESERVAS E OUTROS SERVIÇOS DE TURISMO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
PROMOTOR(A) DE VENDAS INDEPENDENTE	7319-0/02	PROMOÇÃO DE VENDAS	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE ALBERGUE NÃO ASSISTENCIAL INDEPENDENTE	5590-6/01	ALBERGUES, EXCETO ASSISTENCIAIS	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE BAR E CONGÊNERES INDEPENDENTE	5611-2/02	BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	N	S
PROPRIETÁRIO(A) DE CAMPING INDEPENDENTE	5590-6/02	CAMPINGS	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE CANTINAS INDEPENDENTE	5620-1/03	CANTINAS - SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PRIVATIVOS	N	S
PROPRIETÁRIO(A) DE CARRO DE SOM PARA FINS PUBLICITÁRIOS INDEPENDENTE	7319-0/99	OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE CASA DE CHÁ INDEPENDENTE	5611-2/03	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES	N	S
PROPRIETÁRIO(A) DE CASA DE SUCOS INDEPENDENTE	5611-2/03	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES	N	S
PROPRIETÁRIO(A) DE CASAS DE FESTAS E EVENTOS INDEPENDENTE	8230-0/02	CASAS DE FESTAS E EVENTOS	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS INDEPENDENTE	5223-1/00	ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE FLIPERAMA INDEPENDENTE	9329-8/04	EXPLORAÇÃO DE JOGOS ELETRÔNICOS RECREATIVOS	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE HOSPEDARIA INDEPENDENTE	5590-6/99	OUTROS ALOJAMENTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE LANCHONETE INDEPENDENTE	5611-2/03	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES	N	S
PROPRIETÁRIO(A) DE PENSÃO INDEPENDENTE	5590-6/03	PENSÕES (ALOJAMENTO)	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE RESTAURANTE INDEPENDENTE	5611-2/01	RESTAURANTES E SIMILARES	N	S
PROPRIETÁRIO(A) DE SALA DE ACESSO À INTERNET INDEPENDENTE	8299-7/07	SALAS DE ACESSO À INTERNET	S	N
PROPRIETÁRIO(A) DE SALÃO DE JOGOS DE SINUCA E BILHAR INDEPENDENTE	9329-8/03	EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE SINUCA, BILHAR E SIMILARES	S	N
QUEIJEIRO(A)/ MANTEIGUEIRO(A) INDEPENDENTE	1052-0/00	FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS	N	S
QUITANDEIRO(A) INDEPENDENTE	4729-6/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
QUITANDEIRO(A) AMBULANTE INDEPENDENTE	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
RECARREGADOR(A) DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA INDEPENDENTE	4751-2/02	RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	S	S
RECICLADOR(A) DE BORRACHA, MADEIRA, PAPEL E VIDRO INDEPENDENTE	3839-4/99	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	S
RECICLADOR (A) DE MATERIAIS METÁLICOS, EXCETO ALUMÍNIO INDEPENDENTE	3831-9/99	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS METÁLICOS, EXCETO ALUMÍNIO	S	S
RECICLADOR (A) DE MATERIAIS PLÁSTICOS INDEPENDENTE	3832-7/00	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS PLÁSTICOS	S	S
RECICLADOR (A) DE SUCATAS DE ALUMÍNIO INDEPENDENTE	3831-9/01	RECUPERAÇÃO DE SUCATAS DE ALUMÍNIO	S	S
REDEIRO(A) INDEPENDENTE	1353-7/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CORDOARIA	N	S
RELOJOEIRO(A) INDEPENDENTE	9529-1/03	REPARAÇÃO DE RELÓGIOS	S	N
REMOVEDOR E EXUMADOR DE CADÁVER INDEPENDENTE	9603-3/99	ATIVIDADES FUNERÁRIAS E SERVIÇOS RELACIONADOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
RENDEIRO(A) INDEPENDENTE	1359-6/00	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
REPARADOR(A) DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ENERGIA ELÉTRICA INDEPENDENTE	3313-9/99	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR (A) DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA INDEPENDENTE	9529-1/05	REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	S	N
REPARADOR(A) DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE BALANÇAS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS INDEPENDENTE	3314-7/10	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE BATERIAS E ACUMULADORES ELÉTRICOS, EXCETO PARA VEÍCULOS INDEPENDENTE	3313-9/02	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BATERIAS E ACUMULADORES ELÉTRICOS, EXCETO PARA VEÍCULOS	S	N
REPARADOR(A) DE BICICLETA INDEPENDENTE	9529-1/04	REPARAÇÃO DE BICICLETAS, TRICICLOS E OUTROS VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS	S	N
REPARADOR(A) DE BRINQUEDOS INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE CORDAS, VELAMES E LONAS INDEPENDENTE	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE EMBARCAÇÕES PARA ESPORTE E LAZER INDEPENDENTE	3317-1/02	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EMBARCAÇÕES PARA ESPORTE E LAZER	S	N
REPARADOR(A) DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS, EXCETO VÁLVULAS INDEPENDENTE	3314-7/02	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS, EXCETO VÁLVULAS	S	N
REPARADOR(A) DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES NÃO ELETRÔNICOS INDEPENDENTE	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE EXTINTOR DE INCÊNDIO INDEPENDENTE	3314-7/10	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE FILTROS INDUSTRIAIS INDEPENDENTE	3314-7/10	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS INDEPENDENTE	3313-9/01	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS	S	N
REPARADOR(A) DE GUARDA CHUVA E SOMBRINHAS INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE INSTRUMENTOS MUSICAIS INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS DE ESCREVER, CALCULAR E DE OUTROS EQUIPAMENTOS NÃO ELETRÔNICOS PARA ESCRITÓRIO INDEPENDENTE	3314-7/09	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCREVER, CALCULAR E DE OUTROS EQUIPAMENTOS NÃO ELETRÔNICOS PARA ESCRITÓRIO	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL INDEPENDENTE	3314-7/07	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL	S	N

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REPARADOR(A) DE MÁQUINAS E APARELHOS PARA A INDÚSTRIA GRÁFICA INDEPENDENTE	3314-7/99	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA DA MADEIRA INDEPENDENTE	3314-7/99	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL, DO VESTUÁRIO, DO COURO E CALÇADOS INDEPENDENTE	3314-7/20	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL, DO VESTUÁRIO, DO COURO E CALÇADOS	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA INDEPENDENTE	3314-7/11	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO INDEPENDENTE	3314-7/19	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS MOTRIZES NÃO ELÉTRICAS INDEPENDENTE	3314-7/01	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS MOTRIZES NÃO ELÉTRICAS	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS PARA BARES E LANCHONETES INDEPENDENTE	3314-7/10	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS PARA ENCADERNAÇÃO INDEPENDENTE	3314-7/99	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÕES TÉRMICAS INDEPENDENTE	3314-7/06	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÕES TÉRMICAS	S	N
REPARADOR(A) DE MÓVEIS INDEPENDENTE	9529-1/05	REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	S	N
REPARADOR(A) DE PANELAS (PANELEIRO) INDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE TANQUES, RESERVATÓRIOS METÁLICOS E CALDEIRAS, EXCETO PARA VEÍCULOS INDEPENDENTE	3311-2/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE TANQUES, RESERVATÓRIOS METÁLICOS E CALDEIRAS, EXCETO PARA VEÍCULOS	S	N
REPARADOR(A) DE TOLDOS E PERSIANAS INDEPENDENTE	9529-1/05	REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	S	N
REPARADOR(A) DE TONÉIS, BARRIS E PALETES DE MADEIRA INDEPENDENTE	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
REPARADOR(A) DE TRATORES AGRÍCOLAS INDEPENDENTE	3314-7/12	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS	S	N
REPARADOR(A) DE VEÍCULOS DE TRAÇÃO ANIMAL INDEPENDENTE	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
RESTAURADOR(A) DE INSTRUMENTOS MUSICAIS HISTÓRICOS INDEPENDENTE	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
RESTAURADOR(A) DE JOGOS ACIONADOS POR MOEDAS INDEPENDENTE	3319-8/00	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
RESTAURADOR(A) DE LIVROS NDEPENDENTE	9529-1/99	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
RESTAURADOR(A) DE OBRAS DE ARTE INDEPENDENTE	9002-7/02	RESTAURAÇÃO DE OBRAS DE ARTE	S	N
RESTAURADOR(A) DE PRÉDIOS HISTÓRICOS INDEPENDENTE	9102-3/02	RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LUGARES E PRÉDIOS HISTÓRICOS	S	N
RETIFICADOR(A) DE MOTORES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES INDEPENDENTE	2950-6/00	RECONDICIONAMENTO E RECUPERAÇÃO DE MOTORES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
REVELADOR(A) FOTOGRÁFICO INDEPENDENTE	7420-0/03	LABORATÓRIOS FOTOGRÁFICOS	S	N
SALGADEIRO(A) INDEPENDENTE	5620-1/04	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	N	S
SALINEIRO/EXTRATOR DE SAL MARINHO INDEPENDENTE	0892-4/01	EXTRAÇÃO DE SAL MARINHO	N	S
SALSICHEIRO(A)/LINGUICEIRO(A) INDEPENDENTE	1013-9/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE	N	S
SAPATEIRO(A)	9529-1/01	REPARAÇÃO DE CALÇADOS, DE BOLSAS E ARTIGOS DE VIAGEM	S	N
SELEIRO(A) INDEPENDENTE	1529-7/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
SEPULTADOR INDEPENDENTE	9603-3/03	SERVIÇOS DE SEPULTAMENTO	S	N
SERIGRAFISTA INDEPENDENTE	1813-0/99	IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS	S	S
SERIGRAFISTA PUBLICITÁRIO INDEPENDENTE	1813-0/01	IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO	S	S
SERRALHEIRO (A), SOB ENCOMENDA OU NÃO INDEPENDENTE	2542-0/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA, EXCETO ESQUADRIAS	S	S
SINTEQUEIRO(A) INDEPENDENTE	4330-4/05	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	S	N
SOLDADOR(A) / BRASADOR(A) INDEPENDENTE	2539-0/01	SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA	S	N
SORVETEIRO(A) INDEPENDENTE	4729-6/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	N	S
SORVETEIRO(A) AMBULANTE INDEPENDENTE	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
TANOEIRO(A) INDEPENDENTE	1623-4/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TANOARIA E DE EMBALAGENS DE MADEIRA	N	S
TAPECEIRO(A) INDEPENDENTE	1352-9/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TAPEÇARIA	N	S
TATUADOR(A) INDEPENDENTE	9609-2/06	SERVIÇOS DE TATUAGEM E COLOCAÇÃO DE PIERCING	S	N
TAXISTA INDEPENDENTE	4923-0/01	SERVIÇO DE TÁXI	S	N
TECELÃO(Ã) INDEPENDENTE	1322-7/00	TECELAGEM DE FIOS DE FIBRAS TÊXTEIS NATURAIS, EXCETO ALGODÃO	N	S
TECELÃO(Ã) DE ALGODÃO INDEPENDENTE	1321-9/00	TECELAGEM DE FIOS DE ALGODÃO	N	S
TÉCNICO(A) DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO INDEPENDENTE	9001-9/06	ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO	S	N
TÉCNICO(A) DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR INDEPENDENTE	9511-8/00	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS	S	N
TÉCNICO(A) DE MANUTENÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS INDEPENDENTE	9521-5/00	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	S	N
TÉCNICO(A) DE MANUTENÇÃO DE TELEFONIA INDEPENDENTE	9512-6/00	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	S	N
TELHADOR(A) INDEPENDENTE	4399-1/99	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	S	N
TINTUREIRO(A) INDEPENDENTE	9601-7/02	TINTURARIAS	S	N
TORNEIRO(A) MECÂNICO INDEPENDENTE	2539-0/01	SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA	S	N
TOSADOR(A) DE ANIMAIS DOMÉSTICOS INDEPENDENTE	9609-2/07	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	S	N
TOSQUIADOR(A) INDEPENDENTE	0162-8/02	SERVIÇO DE TOSQUIAMENTO DE OVINOS	S	N
TRANSPORTADOR(A) AQUAVIÁRIO PARA PASSEIOS TURÍSTICOS INDEPENDENTE	5099-8/01	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO PARA PASSEIOS TURÍSTICOS	S	N
TRANSPORTADOR(A) ESCOLAR INDEPENDENTE	4924-8/00	TRANSPORTE ESCOLAR	S	N
TRANSPORTADOR(A) DE MUDANÇAS INDEPENDENTE	4930-2/04	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MUDANÇAS	S	S
TRANSPORTADOR(A) INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS SOB FRETE EM REGIÃO METROPOLITANA INDEPENDENTE	4929-9/02	TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	N	S
TRANSPORTADOR(A) INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE TRAVESSIA POR NAVEGAÇÃO FLUVIAL INDEPENDENTE	5091-2/02	TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	N	S
TRANSPORTADOR(A) MARÍTIMO DE CARGA INDEPENDENTE	5011-4/01	TRANSPORTE MARÍTIMO DE CABOTAGEM - CARGA	N	S
TRANSPORTADOR(A) MUNICIPAL DE CARGAS NÃO PERIGOSAS(CARRETO) INDEPENDENTE	4930-2/01	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL	S	N
TRANSPORTADOR(A) MUNICIPAL DE PASSAGEIROS SOB FRETE INDEPENDENTE	4929-9/01	TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL	S	N
TRANSPORTADOR(A) MUNICIPAL DE TRAVESSIA POR NAVEGAÇÃO INDEPENDENTE	5091-2/01	TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA, MUNICIPAL	S	N
TRANSPORTADOR(A) MUNICIPAL HIDROVIÁRIO DE CARGAS INDEPENDENTE	5021-1/01	TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO INTERIOR DE CARGA, MUNICIPAL, EXCETO TRAVESSIA	S	N
TRICOTEIRO(A) INDEPENDENTE	1422-3/00	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO, PRODUZIDOS EM MALHARIAS E TRICOTAGENS, EXCETO MEIAS	N	S
VASSOUREIRO(A) INDEPENDENTE	3291-4/00	FABRICAÇÃO DE ESCOVAS, PINCÉIS E VASSOURAS	N	S
VENDEDOR(A) AMBULANTE DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS INDEPENDENTE	5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	N	S
VENDEDOR(A) DE AVES VIVAS, COELHOS E OUTROS PEQUENOS ANIMAIS PARA ALIMENTAÇÃO INDEPENDENTE	4724-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS	N	S
VERDUREIRO INDEPENDENTE	4724-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS	N	S
VIDRACEIRO DE AUTOMÓVEIS INDEPENDENTE	4520-0/01	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	S	N
VIDRACEIRO DE EDIFICAÇÕES INDEPENDENTE	4330-4/99	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO	S	N
VINAGREIRO INDEPENDENTE	1099-6/01	FABRICAÇÃO DE VINAGRES	N	S
VIVEIRISTA INDEPENDENTE	0121-1/01	HORTICULTURA, EXCETO MORANGO	N	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 05 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 1: Caracterização Segurado Empregado / Agroindústria / Terceiros/Salário Indireto

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

1 - Processo nº: 13888.724740/2016-14 - Recorrentes: NG METALURGICA S.A. e FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13888.724739/2016-90 - Recorrentes: NG METALURGICA S.A. e FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10980.724432/2015-61 - Recorrente: BEBIDAS NOVA GERACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM

4 - Processo nº: 10410.723065/2015-43 - Recorrente: CENTRAL ACUCAREIRA SANTO ANTONIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 19615.001325/2007-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRAL ACUCAREIRA S ANTONIO S/A

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

6 - Processo nº: 13884.720131/2015-45 - Recorrente: ITALICA SAUDE LTDA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 13884.720130/2015-09 - Recorrente: ITALICA SAUDE LTDA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM

8 - Processo nº: 10469.725370/2015-02 - Recorrente: TRIUNFO AGROINDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

9 - Processo nº: 10166.721543/2016-09 - Recorrente: HOSPITAL SANTA MARTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10166.721734/2016-62 - Recorrente: HOSPITAL SANTA MARTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10980.723913/2014-79 - Recorrente: PELISSARI INFORMATICA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10980.723915/2014-68 - Recorrente: PELISSARI INFORMATICA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 2: Construção civil / Cessão de mão de obra

Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

13 - Processo nº: 37169.005382/2006-59 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TRANSPORTADORA ITANORTE LTDA

Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA

14 - Processo nº: 12971.004946/2010-27 - Recorrente: CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 12971.004947/2010-71 - Recorrente: CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 12971.004950/2010-95 - Recorrente: CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 12971.004952/2010-84 - Recorrente: CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 12971.007041/2009-75 - Recorrente: CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA

19 - Processo nº: 14041.000458/2007-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PALLISSANDER ENGENHARIA EIRELI

20 - Processo nº: 14041.000465/2007-73 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PALLISSANDER ENGENHARIA EIRELI

21 - Processo nº: 14041.000471/2007-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PALLISSANDER ENGENHARIA EIRELI

Tema 3: Decadência / Prescrição / Apropriação indébita

Relator(a): DIONE JESABEL WASILEWSKI

22 - Processo nº: 18184.000261/2007-69 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA

23 - Processo nº: 37280.000615/2005-60 - Recorrente: ESTADO DO RIO DE JANEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 37280.001511/2005-72 - Recorrente: ESTADO DO RIO DE JANEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 4: Salário indireto / Parcelas em folha de pagamento

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA

25 - Processo nº: 15504.725523/2014-72 - Recorrentes: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 15504.725722/2014-81 - Recorrentes: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10314.722811/2016-51 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA

28 - Processo nº: 18184.000049/2008-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INPAR - PROJETO RESIDENCIAL GRAND JARDINS SPE LTDA.

Tema 5: Obrigação acessória

29 - Processo nº: 18184.000047/2008-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INPAR - PROJETO RESIDENCIAL GRAND JARDINS SPE LTDA.

30 - Processo nº: 18184.000048/2008-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INPAR - PROJETO RESIDENCIAL GRAND JARDINS SPE LTDA.

31 - Processo nº: 18184.000052/2008-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INPAR - PROJETO RESIDENCIAL GRAND JARDINS SPE LTDA.

32 - Processo nº: 18184.000051/2008-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INPAR - PROJETO RESIDENCIAL GRAND JARDINS SPE LTDA.

Relator(a): DIONE JESABEL WASILEWSKI

33 - Processo nº: 35403.000857/2005-94 - Recorrente: MICRO JACAREI EDICOES CULTURAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 35403.001016/2005-02 - Recorrente: MICRO JACAREI EDICOES CULTURAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 10943.000216/2007-63 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA)

DIA 06 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 6: Salário indireto / SAT / Terceiros/Obrigação acessória

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA

36 - Processo nº: 16327.721262/2013-91 - Recorrente: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 16327.001145/2009-21 - Recorrente: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 16327.001146/2009-76 - Recorrente: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 16327.720716/2015-79 - Recorrente: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 16327.720715/2015-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

41 - Processo nº: 16327.001147/2009-11 - Recorrente: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 11040.720465/2012-72 - Recorrente: QUIP SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 7: IRRF

Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

43 - Processo nº: 19515.008571/2008-86 - Recorrente: PROCTER & GAMBLE HIGIENE E COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 8: Parcelas sobre Folha de pagamento / Sub-rogação / Obrigação acessória

Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM

44 - Processo nº: 12196.000883/2007-71 - Recorrente: BOI VERDE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 12196.000872/2007-91 - Recorrente: BOI VERDE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 12196.000886/2007-13 - Recorrente: BOI VERDE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10140.721063/2016-28 - Recorrente: BOI VERDE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10140.721751/2016-98 - Recorrente: BOI VERDE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 8: IRPF

Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

49 - Processo nº: 18471.001678/2005-41 - Embargante: MICHAEL KRYMCHANTOWSKI JUNIOR

50 - Processo nº: 12326.004552/2009-40 - Recorrente: ROBERTO DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 8: IRPF

Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

51 - Processo nº: 13604.720229/2014-11 - Recorrente: SEBASTIAO FONTES MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 13604.720230/2014-45 - Recorrente: SEBASTIAO FONTES MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 2ª Câmara da 2ª Seção

4ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião;

3) O julgamento do Processo nº 11330.001187/2007-28 (item 10) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 11 a 19. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 11 a 19, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 05 DE JUNHO DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

Tema 1: CS - Vistas e retornos de pauta

Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

1 - Processo nº: 15504.014780/2008-37 - Recorrente: APERAM BIOENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10380.001217/2009-18 - Recorrente: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10166.016223/2008-15 - Recorrente: ADLER-ASSESSORAMENTO EMPRESARIAL E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO

4 - Processo nº: 10166.720755/2014-07 - Recorrente: CENTRO SUL ADMINISTRADORA DE CONDOMINIOS E SERVICOS GERAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10166.720756/2014-43 - Recorrente: CENTRO SUL ADMINISTRADORA DE CONDOMINIOS E SERVICOS GERAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

6 - Processo nº: 35464.004931/2006-16 - Recorrente: BANCO SANTANDER BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10783.722836/2011-13 - Recorrente: VIESA ALIMENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10435.721188/2010-57 - Recorrente: TACARATU PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER

9 - Processo nº: 10380.100673/2007-70 - Embargante: J MACEDO S/A

Relator(a): CLEBERSON ALEX FRIESS

10 - Processo nº: 11330.001187/2007-28 - Recorrente: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER

11 - Processo nº: 11330.001201/2007-93 - Recorrente: COSAN COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 12267.000002/2008-12 - Recorrente: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 12267.000039/2008-41 - Recorrente: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 12267.000057/2008-22 - Recorrente: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 12267.000065/2008-79 - Recorrente: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 12267.000067/2008-68 - Recorrente: COSAN COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 12267.000070/2008-81 - Recorrente: COSAN COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 12267.000071/2008-26 - Recorrente: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 12267.000075/2008-12 - Recorrente: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 2: CS - Embargos

20 - Processo nº: 37322.003792/2005-64 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SENCO CONSTRUTORA LTDA

21 - Processo nº: 10320.007158/2008-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: UB UNISAOLUIS EDUCACIONAL S.A

Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

22 - Processo nº: 16327.720099/2013-40 - Embargante: BTG PACTUAL CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.

Tema 3: CS - Diversos

Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA

23 - Processo nº: 10830.726476/2015-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RAFAEL SIQUEIRA CAPRINI GRAFICOS - EPP

24 - Processo nº: 10830.726474/2015-51 - Recorrentes: RAFAEL SIQUEIRA CAPRINI GRAFICOS - EPP e FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 15983.000087/2008-31 - Recorrentes: EAB ADMINISTRADORA DE BENS S/A e FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 4: CS - Caracterização segurado

Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

26 - Processo nº: 10283.007899/2007-09 - Recorrente: ESTADO DO AM SEC EST ED QUAL DO ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 35011.003068/2005-19 - Recorrente: ESTADO DO AMAZONAS-SEC E EDUC Q DO ENSIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10680.013037/2007-24 - Recorrente: EST M GERAIS SEC EST EDUCACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10600.720135/2015-74 - Recorrente: MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10600.720029/2016-71 - Recorrente: MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA

31 - Processo nº: 11080.731891/2014-27 - Recorrente: FUNDACAO MEDICA DO RIO GRANDE DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

32 - Processo nº: 11040.722567/2015-75 - Recorrente: MUNICIPIO DE BAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10320.723514/2016-43 - Recorrente: MUNICIPIO DE BARRA DO CORDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10320.721722/2016-16 - Recorrente: MUNICIPIO DE CONCEICAO DO LAGO-ACU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 13558.720628/2016-46 - Recorrente: MUNICIPIO DE GUARATINGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10805.722982/2015-77 - Recorrentes: MUNICIPIO DE SAO CAETANO DO SUL e FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10480.725749/2014-75 - Recorrentes: MUNICIPIO DO RECIFE e FAZENDA NACIONAL

Tema 5: CS - Exclusão Simples

Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

38 - Processo nº: 11020.001880/2010-08 - Recorrente: ICARO ARTEFATOS DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 11020.001879/2010-75 - Recorrente: ICARO ARTEFATOS DE METAIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE JUNHO DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

Tema 6: IRRF

Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

40 - Processo nº: 10070.001054/2002-92 - Recorrente: HEMATOLOGISTAS ASSOCIADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 7: IRPF - Vistas e retornos de pauta

41 - Processo nº: 10980.906579/2014-97 - Recorrente: WALTER BECHER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

42 - Processo nº: 10218.720918/2013-18 - Recorrente: MARCOS ANTONIO COSTA MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CLEBERSON ALEX FRIESS

43 - Processo nº: 10950.723390/2014-18 - Recorrente: JUNIOR CESAR MOREIRA ALVES YOSHIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 11516.722085/2011-58 - Recorrente: PEDRO ZORAT NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 13971.721351/2015-15 - Recorrente: VICENTE ROGERIO DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO

46 - Processo nº: 19515.002031/2006-27 - Recorrente: CELSO ROBERTO ARINELLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10920.004846/2010-71 - Recorrente: EVA APARECIDA LOIOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 15504.723335/2012-48 - Recorrente: MILTON MARQUES DO NASCIMENTO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 8: IRPF - Embargos

Relator(a): CLEBERSON ALEX FRIESS

49 - Processo: 10410.006044/2009-11- Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 1ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e CARLOS GONZAGA BREDA)

50 - Processo nº: 10930.001210/2005-91 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: JOAO BELARDI

51 - Processo nº: 13146.000061/2006-68 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VILMAR LUIS NOGUEIRA VALERIANO

Tema 9: IRPF - Ajuste/omissão rendimentos

52 - Processo nº: 10280.721086/2014-76 - Recorrente: MARINA LUCIA ROCHA DE CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

53 - Processo nº: 19515.722768/2013-99 - Recorrente: ROGERIO MAURO D AVOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CLEBERSON ALEX FRIESS

54 - Processo nº: 13771.000456/2004-22 - Recorrente: WILSON DE CASTRO BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 10: ITR - Embargos

Relator(a): CLEBERSON ALEX FRIESS

55 - Processo nº: 10675.720112/2007-86 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ALAOR RIBEIRO DE PAIVA

56 - Processo nº: 10183.006494/2005-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MOZART ROSSI VILELA

57 - Processo nº: 10530.720014/2008-74 - Embargante: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Tema 11: ITR - glosa área declarada

Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

58 - Processo nº: 12571.000236/2007-35 - Recorrentes: KLABIN S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE

59 - Processo nº: 10320.721698/2012-83 - Recorrente: AGRICOLA CAMBURI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10320.721699/2012-28 - Recorrente: AGRICOLA CAMBURI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10320.721700/2012-14 - Recorrente: AGRICOLA CAMBURI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10320.721701/2012-69 - Recorrente: AGRICOLA CAMBURI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10320.721702/2012-11 - Recorrente: AGRICOLA CAMBURI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10320.721703/2012-58 - Recorrente: AGRICOLA CAMBURI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10320.721704/2012-01 - Recorrente: AGRICOLA CAMBURI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10320.721705/2012-47 - Recorrente: AGRICOLA CAMBURI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10320.721706/2012-91 - Recorrente: AGRICOLA CAMBURI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10320.721707/2012-36 - Recorrente: AGRICOLA CAMBURI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10320.721708/2012-81 - Recorrente: AGRICOLA CAMBURI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10320.721709/2012-25 - Recorrente: AGRICOLA CAMBURI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE JUNHO DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

Tema 12: CS - Salário indireto

Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA

71 - Processo nº: 10480.725301/2016-13 - Recorrente: BBC SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

72 - Processo nº: 16095.000519/2007-09 - Recorrente: ELETROMECANICA DYNA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 16095.000518/2007-56 - Recorrente: ELETROMECANICA DYNA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA

74 - Processo nº: 10552.000259/2007-42 - Recorrentes: ELEVA ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10380.723325/2013-13 - Recorrentes: EMPRESA NACIONAL DE PARTICIPACOES S.A. e FAZENDA NACIONAL

Tema 13: CS - Obrigações acessórias

76 - Processo nº: 10552.000009/2007-11 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 11330.001418/2007-01 - Recorrente: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER

78 - Processo nº: 11831.003251/2008-45 - Recorrente: FRIGORIFICO CENTRO OESTE SP LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

79 - Processo nº: 16004.000470/2008-39 - Recorrente: UNIAO DISTRIBUIDORA DE FRUTAS E LEGUMES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 16095.000520/2007-25 - Recorrente: DYNA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 16095.000531/2007-13 - Recorrente: DYNA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE JUNHO DE 2018, ÀS 13:30 HORAS

Tema 14: CS - diversos

Relator(a): FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO

82 - Processo nº: 13558.001163/2009-00 - Recorrente: MEDASA - MEDEIROS NETO DESTILARIA DE ALCOOL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 13558.001168/2009-24 - Recorrente: MEDASA - MEDEIROS NETO DESTILARIA DE ALCOOL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 13558.001170/2009-01 - Recorrente: MEDASA - MEDEIROS NETO DESTILARIA DE ALCOOL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 13558.001169/2009-79 - Recorrente: MEDASA - MEDEIROS NETO DESTILARIA DE ALCOOL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 13558.001164/2009-46 - Recorrente: MEDASA - MEDEIROS NETO DESTILARIA DE ALCOOL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MIRIAM DENISE XAVIER
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 4ª Câmara da 2ª Seção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião;

3) O julgamento do Processo nº 18471.001856/2008-87 (item 60) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 61 a 72. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 61 a 72, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 18471.001854/2008-98 (item 83) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 84 a 89. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 84 a 89, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 05 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 1: IRPF - Depósitos Bancários (Processo com determinação judicial para julgamento)

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

1 - Processo nº: 19515.003418/2009-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SORAYA DEFENSORA RODRIGUES DE MEDEIROS

Tema 2: IRPF - Ganho de Capital e Outros

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

2 - Processo nº: 18471.004337/2008-71 - Recorrente: ARMINIO FRAGA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

3 - Processo nº: 11070.720187/2012-04 - Recorrente: BENNO ARNS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 11065.002689/2008-34 - Recorrente: CESAR HENRIQUE BUNDCHEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 15868.000279/2010-89 - Recorrente: JOSE AUGUSTO MARTINS BEOZZO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10315.720550/2013-81 - Recorrente: JOSE GILBERTO MENDONCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

7 - Processo nº: 10580.724027/2009-16 - Recorrente: JOSE PERDIZ COUNAGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

8 - Processo nº: 10120.009151/2009-67 - Recorrente: JOSE ROBERTO NOGUEIRA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 13603.001913/2007-81 - Recorrente: JULIO LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 11060.003487/2010-74 - Recorrente: MARIA JOSE FAGUNDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10166.723112/2010-83 - Recorrente: MAX FREDERICO SCHLISCHKA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10920.001434/2010-89 - Recorrente: SIMONE DEPNER TESSARO BERTOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10680.002569/2007-36 - Recorrente: VALTER FRANCISCO BASSANEZI KURTZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 11080.724699/2012-12 - Recorrente: CLOVIS FERNANDO DO NASCIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 13971.000596/2011-73 - Recorrente: DILVA REJANE STANGELIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10680.004076/2007-31 - Recorrente: LUIS FILIPE LIQUITO DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 12326.000616/2010-77 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MARCO AURELIO DOS SANTOS

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

18 - Processo nº: 12448.731204/2011-87 - Recorrente: LILIA MARIA SALVINI REZENDE CUNHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 13837.720896/2014-60 - Embargante: LILIA MARIA SALVINI REZENDE CUNHA

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

20 - Processo nº: 13819.720270/2013-91 - Recorrente: MARIA SILVIA CAETANO MEDEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10932.720010/2011-69 - Embargante: MAURICIO PEREIRA DOS SANTOS

22 - Processo nº: 12448.722577/2011-67 - Recorrente: PAULO ANTONIO MEIRELES MANCEBO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 15504.724815/2012-26 - Recorrente: THIERS CUNHA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

24 - Processo nº: 16624.001313/2010-68 - Recorrente: ANTONIO ARTUR DA CRUZ FORTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 13804.002023/2001-34 - Recorrente: CARLOS EDUARDO BONADIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10845.000389/2011-76 - Recorrente: CLAUDINO GUERRA ZENAIDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 12448.728153/2011-14 - Recorrente: IVAN DA CUNHA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 11080.730523/2012-08 - Recorrente: LEO FREDI RIFFEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 13839.721067/2012-12 - Recorrente: VITO VICENTE GAPIT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 13876.720410/2011-84 - Recorrente: HERMELINO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 2: IRPF - Ganho de Capital e Outros

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

31 - Processo nº: 15463.000438/2009-64 - Recorrente: FERNANDO JOSE COUTINHO BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

32 - Processo nº: 10950.722676/2011-33 - Recorrente: GLADEMIR LUIZ FRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 15504.721074/2011-41 - Recorrente: RENATO MUSSI LARA SAFAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 3: ITR - Glosa de Área Declarada

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

34 - Processo nº: 10980.725975/2010-91 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 11624.720209/2012-14 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10980.725974/2010-47 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10980.725973/2010-01 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10980.013814/2008-37 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10980.011705/2008-85 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10980.010394/2008-37 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10980.009166/2009-03 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10980.010393/2008-92 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10980.008675/2008-20 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 11624.720072/2013-89 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 11624.720201/2012-58 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10240.720259/2008-67 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10240.720273/2008-61 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10240.720159/2007-50 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10240.720160/2007-84 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10240.720161/2007-29 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10240.720165/2007-15 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10240.720166/2007-51 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10240.720167/2007-04 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10240.720257/2008-78 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10240.720258/2008-12 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10240.720260/2008-91 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10240.720274/2008-13 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10240.720275/2008-50 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10240.720271/2008-71 - Recorrente: LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 4: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - Construção Civil, Cessão de Mão de Obra, Obrigações Acessórias e Outros

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

60 - Processo nº: 18471.001856/2008-87 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO

61 - Processo nº: 11330.000084/2007-41 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 11330.000085/2007-95 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 11330.000087/2007-84 - Recorrente: PETROBRAS PETROLEO BRASILEIRO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 11330.000937/2007-44 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 11330.001348/2007-83 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 18471.000127/2008-11 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 18471.000315/2008-31 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 18471.001456/2008-71 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 18471.001506/2008-11 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 18471.001580/2008-37 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 18471.001586/2008-12 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 18471.001592/2008-61 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

73 - Processo nº: 11330.000854/2007-55 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 11330.000450/2007-61 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 14489.000601/2008-57 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 14489.000588/2008-36 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 14489.000587/2008-91 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 14489.000585/2008-01 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 14489.000602/2008-00 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 14489.000593/2008-49 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 14489.000592/2008-02 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 14489.000590/2008-13 - Recorrente: VALESUL ALUMINIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

83 - Processo nº: 18471.001854/2008-98 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO

84 - Processo nº: 11330.000079/2007-38 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 11330.000083/2007-04 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 11330.000088/2007-29 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 11330.000965/2007-61 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 11330.001099/2007-26 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 11330.001254/2007-12 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

90 - Processo nº: 16020.000195/2007-74 - Recorrente: ELLENCO CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 16020.000196/2007-19 - Recorrente: ELLENCO CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 19515.720754/2011-79 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CIWAL ACESSORIOS INDUSTRIAIS LTDA

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

93 - Processo nº: 15504.018351/2008-39 - Recorrente: EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL MANGABEIRAS S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 15922.000016/2007-72 - Recorrente: INL - CONSULTORIA E COBRANCA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 15504.012974/2008-06 - Recorrente: MILENIUM PROMOTORA DE VENDAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 15504.012979/2008-21 - Recorrente: MILENIUM PROMOTORA DE VENDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 4: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - Construção Civil, Cessão de Mão de Obra, Obrigações Acessórias e Outros

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

97 - Processo nº: 11444.001828/2008-48 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 11444.001829/2008-92 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 11444.001838/2008-83 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 11444.001827/2008-01 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 11444.001836/2008-94 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 11444.001831/2008-61 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI

103 - Processo nº: 15504.018036/2008-10 - Recorrente: PROMOVE SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 15504.018034/2008-12 - Recorrente: PROMOVE SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 15504.018035/2008-67 - Recorrente: PROMOVE SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 15504.018037/2008-56 - Recorrente: PROMOVE SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

107 - Processo nº: 11080.723219/2012-04 - Embargante: RESTAURANTE BOCCADO - EIRELI - EPP

108 - Processo nº: 19515.721567/2012-93 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: IBRATI-INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-EM LIQUIDACAO

Tema 5: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - Responsabilidade do Dirigente de Órgão Público e Outros

109 - Processo nº: 10670.002157/2009-87 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 10670.002146/2009-05 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 10670.002147/2009-41 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 10670.002148/2009-96 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 10670.002149/2009-31 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 10670.002150/2009-65 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10670.002151/2009-18 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 10670.002152/2009-54 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 10670.002153/2009-07 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 10670.002154/2009-43 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 10670.002155/2009-98 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 10670.002156/2009-32 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 10670.002158/2009-21 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 10670.002159/2009-76 - Recorrente: JANUARIA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO

123 - Processo nº: 11444.000764/2007-87 - Recorrente: FUND DE ENSINO EURIPEDES SOARES DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI

124 - Processo nº: 15504.018031/2008-89 - Recorrente: PROMOVE SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 6: Contribuições de Terceiros - FNDE e Outros

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

125 - Processo nº: 23034.000143/2004-61 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 23034.024659/2001-59 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo nº: 23034.024661/2001-28 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 23034.024662/2001-72 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 23034.024664/2001-61 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 23034.007987/2003-52 - Recorrente: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 23034.007988/2003-05 - Recorrente: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 23034.008106/2003-11 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 23034.000075/2002-79 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo nº: 23034.000077/2002-68 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 23034.000082/2002-71 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo nº: 23034.000084/2002-60 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 23034.000090/2002-17 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 23034.000091/2002-61 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 23034.000093/2002-51 - Recorrente: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo nº: 23034.002129/2001-50 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo nº: 23034.024360/2003-66 - Recorrente: COPENOR COMPANHIA PETROQUIMICA DO NORDESTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo nº: 23034.034124/2004-39 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

143 - Processo nº: 23034.000016/2004-62 - Recorrente: ONDREPSB LIMPEZA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 7: IRRF - Conhecimento

144 - Processo nº: 13971.001630/2006-60 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BUNGE ALIMENTOS S/A

145 - Processo nº: 11060.724071/2011-74 - Recorrente: CARLOS HERMINDO FRACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo nº: 11060.724074/2011-16 - Recorrente: VALDIR JOSE FRACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

147 - Processo nº: 11060.724075/2011-52 - Recorrente: VANILDA BOLZAN DENARDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 8: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - Diversos

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI

148 - Processo nº: 19647.013494/2008-81 - Recorrente: CHURRASCARIA PERNAMBUCANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

149 - Processo nº: 19647.013482/2008-56 - Recorrente: CHURRASCARIA PERNAMBUCANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo nº: 19647.013484/2008-45 - Recorrente: CHURRASCARIA PERNAMBUCANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo nº: 19647.013487/2008-89 - Recorrente: CHURRASCARIA PERNAMBUCANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

152 - Processo nº: 19647.013488/2008-23 - Recorrente: CHURRASCARIA PERNAMBUCANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo nº: 19647.013493/2008-36 - Recorrente: CHURRASCARIA PERNAMBUCANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

154 - Processo nº: 10242.000211/2007-38 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo nº: 11555.001419/2010-17 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo nº: 11555.001404/2010-41 - Recorrente: FRIGORIFICO NOVO ESTADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo nº: 19726.002879/2008-32 - Recorrente: INEPAR S A INDUSTRIA E CONSTRUCOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

158 - Processo nº: 10540.720382/2010-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MUNICIPIO DE PARAMIRIM

159 - Processo nº: 10540.720383/2010-62 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMIRIM

Tema 9: IRPF - Omissão de Rendimentos (Moléstia Grave)

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

160 - Processo nº: 10140.721824/2013-07 - Recorrente: ALMIRA NUNES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

161 - Processo nº: 12448.723403/2012-01 - Recorrente: MILTON DE CARVALHO CABRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo nº: 12448.723404/2012-47 - Recorrente: MILTON DE CARVALHO CABRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

163 - Processo nº: 10166.723101/2014-27 - Recorrente: SAULO GARCIA QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

164 - Processo nº: 15463.720550/2014-82 - Recorrente: SEBASTIAO JOSE MARTINS SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo nº: 15463.720229/2014-06 - Recorrente: SEBASTIAO JOSE MARTINS SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

166 - Processo nº: 10845.720652/2011-47 - Recorrente: SEBASTIAO ROBERTO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

167 - Processo: 13739.001552/2007-37 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITEROI/RJ e Embargada: 1ª Turma Especial da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e SIDNEI DOS SANTOS MAIA)

168 - Processo nº: 13833.720047/2014-46 - Recorrente: VISMA IVONE REDOVIC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

169 - Processo nº: 13749.720135/2014-05 - Recorrente: VITALINA DA COSTA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária
da 4ª Câmara da 2ª Seção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 08 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 1: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - Diversos

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

1 - Processo nº: 10435.721525/2010-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ACUMULADORES MOURA S A

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

2 - Processo nº: 18186.000179/2007-14 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 19515.720104/2014-76 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 17460.000405/2007-16 - Recorrente: ASSOC ATLETICA FERROVIARIA DE BOTUCATU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 17460.000411/2007-65 - Recorrente: ASSOC ATLETICA FERROVIARIA DE BOTUCATU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

6 - Processo nº: 19515.001706/2010-05 - Embargante: ASSOCIACAO DE TAXISTAS CHAME TAXI

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

7 - Processo nº: 19515.002523/2009-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO ITAQUERENSE DE ENSINO

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

8 - Processo nº: 12268.000027/2008-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO BANESTADO S.A.

9 - Processo nº: 12268.000032/2008-19 - Recorrente: BANCO BANESTADO SA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 12268.000030/2008-20 - Recorrente: BANCO BANESTADO SA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 12268.000028/2008-51 - Recorrentes: BANCO BANESTADO SA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

12 - Processo nº: 16327.720081/2017-71 - Recorrente: BANCO CITIBANK S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

13 - Processo nº: 16327.721611/2013-75 - Recorrente: BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

14 - Processo nº: 16327.001313/2009-89 - Recorrente: BANCO MERRILL LYNCH DE INVESTIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 16327.001312/2009-34 - Recorrente: BANCO MERRILL LYNCH DE INVESTIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 16327.001311/2009-90 - Recorrente: BANCO MERRILL LYNCH DE INVESTIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 16327.001310/2009-45 - Recorrente: BANCO MERRILL LYNCH DE INVESTIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

18 - Processo nº: 16327.720120/2015-79 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

19 - Processo nº: 10325.721757/2014-35 - Recorrente: BEM VIVER - ASSOCIACAO TOCANTINA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SAUDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10280.720844/2013-58 - Embargante: BOULEVARD SHOPPING BELEM S.A

21 - Processo nº: 10280.720843/2013-11 - Embargante: BOULEVARD SHOPPING BELEM S.A

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

22 - Processo nº: 13502.001249/2007-16 - Recorrente: CARAIBA METAIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

23 - Processo nº: 18471.002632/2008-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CBCC PARTICIPACOES S.A

24 - Processo nº: 18471.003627/2008-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CBCC PARTICIPACOES S.A

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

25 - Processo nº: 10166.720466/2017-42 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

26 - Processo nº: 15504.000215/2008-92 - Recorrente: CONSITA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 15504.000214/2008-48 - Recorrente: CONSITA TRATAMENTO DE RESIDUOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 11516.723422/2013-96 - Embargante: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COOPERJA

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

29 - Processo nº: 11070.720390/2014-34 - Recorrente: COOPERATIVA AGRO-PECUARIA ALTO URUGUAI LTDA EM LIQUIDACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI

30 - Processo nº: 10970.000038/2008-24 - Recorrente: COOPERATIVA EDUCACIONAL DE UBERLANDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10970.000044/2008-81 - Recorrente: COOPERATIVA EDUCACIONAL DE UBERLANDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10970.000042/2008-92 - Recorrente: COOPERATIVA EDUCACIONAL DE UBERLANDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10970.000045/2008-26 - Recorrente: COOPERATIVA EDUCACIONAL DE UBERLANDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10970.000043/2008-37 - Recorrente: COOPERATIVA EDUCACIONAL DE UBERLANDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

35 - Processo nº: 10552.000312/2007-13 - Recorrente: COPESUL CIA PETROQUIMICA DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

36 - Processo nº: 10166.728151/2016-62 - Recorrente: DISTRIBUIDORA BRASILIA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 15563.720265/2015-14 - Recorrente: EMPRESA IGUACU DE MANUTENCAO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 15563.720098/2014-21 - Recorrente: EMPRESA IGUACU DE MANUTENCAO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10120.729996/2015-11 - Recorrente: ESTRELA DISTRIBUIDORA DE ELETRODOMESTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10120.729997/2015-65 - Recorrente: ESTRELA DISTRIBUIDORA DE ELETRODOMESTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

41 - Processo nº: 16832.000056/2010-91 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FOREVER LIVING PRODUCTS BRASIL LTDA

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

42 - Processo nº: 10580.726101/2013-15 - Recorrente: GEOMAR FRIGORIFICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10580.726436/2011-63 - Recorrente: GEOMAR FRIGORIFICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10580.726098/2013-21 - Recorrente: GEOMAR FRIGORIFICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10580.726456/2011-34 - Recorrente: GEOMAR FRIGORIFICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI

46 - Processo nº: 11831.002186/2007-50 - Recorrente: HDSP COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

47 - Processo nº: 10980.722372/2014-61 - Recorrente: JAURU CONSTRUCAO CIVIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

48 - Processo nº: 13971.000770/2008-82 - Embargante: KARSTEN S.A.

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

49 - Processo nº: 11080.727032/2014-33 - Recorrente: MARINONIO SERVICE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 11080.736139/2012-19 - Recorrente: MARINONIO SERVICE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 11080.736140/2012-35 - Recorrente: MARINONIO SERVICE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

52 - Processo nº: 10580.000414/2008-74 - Recorrentes: MONTE TABOR CENTRO ITALO BRASILEIRO DE PROM SANITARIA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

53 - Processo nº: 16048.720399/2014-46 - Recorrente: MUNICIPIO DE DESCALVADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 15940.720144/2015-28 - Recorrente: MUNICIPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 15940.001055/2010-74 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

56 - Processo nº: 13830.720853/2013-63 - Recorrente: MUNICIPIO DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

57 - Processo nº: 10830.726928/2015-93 - Recorrente: MUNICIPIO DE PAULINIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

58 - Processo nº: 10315.000395/2010-31 - Recorrente: MUNICIPIO DE PEDRA BRANCA - PREFEITURA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

59 - Processo: 10540.721684/2011-94 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA e Embargada: 3ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e MUNICIPIO DE PRESIDENTE JANIO QUADROS)

60 - Processo nº: 16004.720153/2012-19 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MUNICIPIO DE VOTUPORANGA

61 - Processo nº: 19679.723531/2016-03 - Recorrente: NAMBEI INDUSTRIA DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

62 - Processo nº: 11330.000250/2007-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: NET RIO LTDA

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

63 - Processo nº: 11065.723720/2013-31 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: OFICINA DA MADEIRA IVOTI INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA - EPP

64 - Processo nº: 10166.721806/2013-29 - Embargante: PLANALTO SERVICE LTDA

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

65 - Processo nº: 10166.727417/2015-79 - Recorrente: PLANALTO SERVICE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

66 - Processo nº: 10167.001677/2007-09 - Recorrente: PNEUACO COMERCIO DE PNEUS DE ARAGUAINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

67 - Processo nº: 10980.721467/2015-49 - Recorrente: RACING AUTOMOTIVE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10980.721469/2015-38 - Recorrente: RACING AUTOMOTIVE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

69 - Processo nº: 10935.720837/2011-42 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ROCAMP INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - EPP

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

70 - Processo nº: 10410.720364/2017-98 - Recorrente: S A USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

71 - Processo nº: 35464.002126/2006-40 - Recorrente: SANTANDER BRASIL SEGUROS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

72 - Processo nº: 10166.729979/2012-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TC/BR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA BRASILEIRA LTDA

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

73 - Processo nº: 11065.725089/2011-43 - Embargante: TOP VISION CALCADOS EIRELI

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

74 - Processo nº: 10950.005381/2010-18 - Recorrente: TRANSPORTADORA RINCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10950.005380/2010-73 - Recorrente: TRANSPORTADORA RINCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 10950.005377/2010-50 - Recorrente: TRANSPORTADORA RINCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 10950.005378/2010-02 - Recorrente: TRANSPORTADORA RINCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 10950.005379/2010-49 - Recorrente: TRANSPORTADORA RINCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI

79 - Processo nº: 18050.004577/2008-26 - Recorrente: UNIAO DOS MUNICIPIOS DA BAHIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 18050.004572/2008-01 - Recorrente: UNIAO DOS MUNICIPIOS DA BAHIA

81 - Processo nº: 18050.004576/2008-81 - Recorrente: UNIAO DOS MUNICIPIOS DA BAHIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

82 - Processo nº: 18050.004579/2008-15 - Recorrente: UNIAO DOS MUNICIPIOS DA BAHIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 18050.004559/2008-44 - Recorrente: UNIAO DOS MUNICIPIOS DA BAHIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

84 - Processo nº: 15956.000589/2007-17 - Recorrente: USINA SANTO ANTONIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

85 - Processo nº: 10410.721958/2016-35 - Recorrente: USINAS REUNIDAS SERESTA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 13864.720187/2014-57 - Recorrente: VIDAX TELESERVICOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 2: IRPF - Diversos

87 - Processo nº: 11634.720272/2015-84 - Recorrente: ANDRE LUIZ VARGAS ILARIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

88 - Processo nº: 10120.729089/2013-18 - Embargante: CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

89 - Processo nº: 15504.723972/2011-33 - Recorrente: DORA RAGAZZI ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

90 - Processo nº: 13971.722274/2011-89 - Embargante: EDUARDO FOGACA OLIVIER

91 - Processo nº: 10821.000634/2006-56 - Recorrente: EDWARD CHARLES KARPINSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

92 - Processo nº: 10166.721567/2014-98 - Recorrente: FERNANDA MEIRELES ESTEVAO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

93 - Processo nº: 10825.721872/2011-26 - Recorrente: GENNARO MONDELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

94 - Processo nº: 10880.721050/2014-23 - Recorrente: HEITOR PINTO E SILVA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

95 - Processo nº: 13707.003293/2008-37 - Recorrente: HELIO AUGUSTO DE JESUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

96 - Processo nº: 10865.720303/2012-78 - Recorrentes: HUGO ORRICO JUNIOR e FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 10183.003584/2008-93 - Recorrente: JOAO FARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

98 - Processo nº: 10840.721019/2011-16 - Recorrente: JOSE CARLOS MEDEIROS D ESPIRITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

99 - Processo: 10840.722768/2015-94 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO/SP e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e JOSE DE ALMEIDA MARTINS)

100 - Processo nº: 17437.720756/2014-55 - Recorrente: JOSE MARIA PINHEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

101 - Processo nº: 10166.720364/2013-01 - Recorrente: JULIO ENRIQUE GARCIA SALDIVAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

102 - Processo nº: 14041.001390/2008-29 - Recorrente: LUIZ RIBEIRO PETRUCCE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

103 - Processo nº: 19515.001590/2007-09 - Embargante: MARCIO PAULO BAUM

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

104 - Processo nº: 10166.009078/2010-31 - Recorrente: MARCOS MOTTA BURLAMAQUI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

105 - Processo nº: 13708.001427/2005-22 - Recorrente: MARIA DA CONCEICAO LAS NIEVES PORTO SEPULVEDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

106 - Processo nº: 10840.720287/2012-00 - Recorrente: MARIA TEREZA DE ANDRADE SICHIERI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

107 - Processo nº: 16561.720061/2014-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MORZAN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA.

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

108 - Processo nº: 10166.729441/2013-81 - Recorrente: NELSON AUGUSTO DE OLIVEIRA LAWALL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

109 - Processo nº: 10380.010231/2004-90 - Recorrente: NELSON DAMASCENO PORTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 10380.010634/2003-58 - Recorrente: NELSON DAMASCENO PORTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

111 - Processo nº: 10480.731075/2012-86 - Recorrente: NEUMA MARIA DE ALBUQUERQUE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 13897.000374/2010-18 - Recorrente: OG POZZOLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 13005.721328/2013-98 - Recorrente: OSCAR PAULO SACHETT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

114 - Processo nº: 10640.723073/2012-33 - Embargante: PAULO ANTONIO ZIMERMANN

115 - Processo nº: 11020.722960/2013-35 - Recorrente: PAULO PEDRO BELLINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 10825.721232/2012-05 - Recorrente: SIDNEI SERGIO LAMOTTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

117 - Processo nº: 11065.003169/2010-63 - Recorrente: SIRLEI DIAS GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

118 - Processo nº: 11080.735981/2012-25 - Recorrente: VITOR OSVALDO DELLA MEA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 3: IRRF - Falta de Retenção/Recolhimento

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

119 - Processo nº: 15540.720378/2014-05 - Recorrente: ENEL BRASIL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 16682.722942/2016-26 - Recorrente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária
da 4ª Câmara da 2ª Seção

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 05 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

tema 1: Outras receitas/despesas

Redator Ad-hoc: Gerson Macedo Guerra

1 - Processo nº: 16327.721300/2013-14 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: Penalidades/Multa isolada

2 - Processo nº: 11516.722152/2015-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: REFINADORA CATARINENSE SA

TEMA 3: Compensação de prejuízos

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

3 - Processo nº: 19515.001282/2010-71 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: Penalidades/Multa de Ofício qualificada

4 - Processo nº: 10945.720214/2011-51 - Recorrentes: V PILATI EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: Outras receitas/despesas

Relator(a): FLAVIO FRANCO CORREA

5 - Processo nº: 13116.721486/2011-29 - Recorrentes: LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER

6 - Processo nº: 10920.721761/2015-65 - Recorrente: BRITANIA ELETRONICOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: Responsabilidade tributária

Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

7 - Processo nº: 10630.720851/2009-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIAL AGRICOLA PONTO FORTE LTDA

TEMA 7: Penalidades/Multa Isolada e DESISTÊNCIA

8 - Processo nº: 11065.002676/2005-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PEDRASUL CONSTRUTORA SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

9 - Processo nº: 13839.003496/2006-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ISOLADORES SANTANA S/A

TEMA 8: Suspensão da isenção/Imunidade

Redator Ad-hoc: CRISTIANE SILVA COSTA

10 - Processo nº: 10980.726897/2011-23 - Recorrente: CLUBE ATLETICO PARANAENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 9: Operações societárias

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

11 - Processo nº: 19515.004131/2007-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAMIL ALIMENTOS S/A

12 - Processo nº: 11020.721280/2013-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RIO GRANDE ENERGIA SA

13 - Processo nº: 10480.729104/2013-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HIPERCARD BANCO MULTIPLO S.A.

14 - Processo nº: 16561.720032/2015-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA PAULISTA

15 - Processo nº: 16561.720036/2014-00 - Recorrentes: CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA PAULISTA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FLAVIO NETO

16 - Processo nº: 18471.001142/2007-98 - Recorrente: MINERACAO VALE CORUMBA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

17 - Processo nº: 15586.720056/2011-89 - Recorrentes: VIACAO JOANA D'ARC S/A e FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 18470.731968/2012-52 - Recorrente: PIMACO AUTOADESIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 10: Depósitos bancários de origem não comprovada

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

19 - Processo nº: 13864.720036/2013-18 - Recorrente: ROYSTER S.A. GESTAO DE PATRIMONIO PESSOAL E SERVICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 11: Custos, despesas operacionais e encargos

Relator(a): FLAVIO FRANCO CORREA

20 - Processo nº: 19515.001555/2006-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AVON COSMETICOS LTDA.

TEMA 12: Preliminar/Nulidade e Custos, despesas operacionais e ENCARGOS.

21 - Processo nº: 19647.005315/2005-99 - Recorrentes: ASA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10530.728130/2012-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NORAUTO VEICULOS LTDA

TEMA 13: Outras receitas/despesas

Relator(a): LUIS FLAVIO NETO

23 - Processo nº: 10872.000531/2010-77 - Recorrente: CENTAURUS PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 12897.000196/2010-54 - Recorrente: BELGRAVIA SERVICOS E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 16561.000197/2007-46 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 16561.000204/2007-18 - Recorrentes: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 16643.720021/2011-81 - Recorrentes: MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. e FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 14: Penalidades/Multa de Ofício qualificada

Relator(a): FLAVIO FRANCO CORREA

28 - Processo nº: 10920.720684/2010-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

29 - Processo nº: 11080.730002/2011-61 - Recorrente: CP - CONSTRUCOES E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 13819.721671/2011-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRAZUL TRANSPORTE DE VEICULOS LTDA

TEMA 15: Per/Dcomp

Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER

31 - Processo nº: 10510.900339/2006-13 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10510.900324/2006-47 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33 - Processo nº: 10510.900344/2006-18 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10510.900320/2006-69 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10510.900317/2006-45 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 16: Decadência/prescrição
Relator(a): FLAVIO FRANCO CORREA
36 - Processo nº: 16175.000306/2005-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JUDIMAR PARTICIPACOES LTDA.
37 - Processo nº: 19515.001227/2006-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ED FORT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
Relator(a): GERSON MACEDO GUERRA
38 - Processo nº: 10580.001691/2007-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LFBG SERVICOS E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA - EPP
39 - Processo nº: 10830.002533/2005-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AUTOMAX AUTOMACAO INTEGRADA, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
40 - Processo nº: 10935.004082/2006-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIO DE PRODUTOS LACTEOS RIO DO SALTO LTDA. - ME
41 - Processo nº: 10940.900292/2006-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: R.A CASTRO GREIDANUS - SERVICOS AGRICOLAS - EPP
Relator(a): LUIS FLAVIO NETO
42 - Processo nº: 10840.000596/2006-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USINA BATATAIS S/A ACUCAR E ALCOOL
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
43 - Processo nº: 10805.721977/2012-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PROTEGE S/A PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES
44 - Processo nº: 10980.004863/2001-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LANCASTER PARTICIPACOES E EMPREEND TURISTICOS LTDA

DIA 07 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 17: SIMPLES - exclusão
Relator(a): GERSON MACEDO GUERRA
45 - Processo nº: 10680.008284/2003-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIGITRONICA EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA ME
46 - Processo nº: 10875.004297/2004-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AUTMAQ COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA EPP
47 - Processo nº: 10950.001894/2005-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: J.C. CHISTE & R.A.M CHISTE LTDA - ME
48 - Processo nº: 11610.009203/2003-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MECATEC SERVICOS TECNICOS LTDA - ME
49 - Processo nº: 13007.000188/2004-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ZEROGRAU INDUSTRIA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME
50 - Processo nº: 13227.000132/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NILO KLEBER JUNIOR ME
51 - Processo nº: 13605.000411/2003-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ELETRO-IMA LTDA - ME
52 - Processo nº: 13819.003019/2004-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WJB SERVICOS LTDA-ME
53 - Processo nº: 13896.001654/2004-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FORJATEC MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº 32, DE 23 DE MAIO DE 2018

Acrescenta item ao anexo único do Ato COTEPE/ICMS 02/08 que divulga relação das empresas beneficiadas com regime especial relativo à movimentação de "paletes" e de "contentores" de sua propriedade.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público com base na cláusula primeira do Convênio ICMS 04/99, de 16 de abril de 1999:
Art. 1º Fica acrescido o item 18 ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 02/08, de 14 de abril de 2008, com a seguinte redação:
"

	EMPRESA	ENDEREÇO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	C.N.P.J.	COR DOS "PALETES" E "CONTENTORES"	MARCA DISTINTIVA
18	MAUSER DO BRASIL EMBALAGENS INDUSTRIAIS S/A	Av. Eurico Ambrogi Santos, nº 1.021 - Distrito Industrial de Piracangaguá - Taubaté - SP - CEP 12.042-010	688.209.388.114	08.246.617/0010-94	Branca ou Aço Inoxidável	"MAUSER"

"
Art. 2º Fica revogado o item 9 do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 02/08.
Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo do Protocolo ICMS 11/18, de 19 de fevereiro de 2018, publicado no DOU de 22 de fevereiro de 2018, Seção 1, página 38, onde se lê: "...Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe,..."; leia-se: "...Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe,...".

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo do Protocolo ICMS 46/17, de 15 de dezembro de 2017, publicado no DOU de 26 de dezembro de 2017, Seção 1, página 816, onde se lê: "...Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe,..."; leia-se: "...Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe,...".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 22 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o cancelamento do registro especial de fabricante de cigarros da empresa Golden Leaf Tobacco Ltda., CNPJ nº 04.522.275/0001-46.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, cuja base legal é o Decreto-lei nº 1.593/77, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10580.722897/2018-33, declara:

Art. 1º Fica cancelado o Registro Especial de Fabricante de Cigarros nº 21-01/2003, concedido à empresa Golden Leaf Tobacco Ltda., CNPJ nº 04.522.275/0001-46, por meio do Ato Declaratório Executivo Cofis nº 16, de 11 de agosto de 2003.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 23 DE MAIO DE 2018

Declara ativa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 10, da Portaria de Delegação de Competência nº 071, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU em 12 de junho de 2014 c/c inciso III do art. 224, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada do Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012 e nos termos do art. 80-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o processo administrativo nº 10010.033363/0515-67, declara:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE Nº 01, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, em relação a empresa: M T COM. E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA, CNPJ - 07.292.396/0001-37, em decorrência da apresentação das documentações atualizadas.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 22 DE MAIO DE 2018

Declara ativa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - SECAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 10, da Portaria de Delegação de Competência nº 071, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU em 12 de junho de 2014 c/c inciso III do art. 224, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada do Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012 e nos termos do art. 80-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o processo administrativo nº 10010.026200/0615-91, declara:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE Nº 01, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, em relação a empresa: H. M. TARAYRA - ME, CNPJ - 08.401.095/0001-67, em decorrência da apresentação das documentações atualizadas.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 22 DE MAIO DE 2018

Declara ativa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 10, da Portaria de Delegação de Competência nº 071, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU em 12 de junho de 2014 c/c inciso III do art. 224, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada do Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012 e nos termos do art. 80-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o processo administrativo nº 10010.051920/0318-49, declara:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE Nº 01, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, em relação a empresa: TERTOP TERRAPLENAGENS E TOPOGRAFIA LTDA, CNPJ - 01.118.260/0001-29, em decorrência da apresentação das documentações atualizadas.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE (PB), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº430 de 09 e outubro de 2017 e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002 e considerando o que está contido no processo nº 10425.721662/2014-93, declara:

Art. 1º HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa PLASNOG - INDUSTRIA DE ARTEFATOS PLASTICOS NOGUEIRA LTDA em sua matriz de CNPJ 03.349.766/0001-74, em razão da MODERNIZAÇÃO do empreendimento na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do inciso VI, alínea "e" do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0078/2014, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE.

Art. 2º Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento - CNPJ 03.349.766/0001-74, localizado na rua Julia Maciel Eulalia, 7, Distrito Industrial. Queimadas-PB, para fabricação de artefatos plásticos para uso na construção civil - Tubos e forros, ficando excluídas do benefício outras atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício dar-se-á no período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Art. 3º Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0238/2016 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO MENDES RIOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE (PB), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº430 de 09 e outubro de 2017 e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002 e considerando o que está contido no processo nº 16635.720342/2014-27, declara:

Art. 1º HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa FIACAO PATAMUTE LTDA. - CNPJ 70.112.925/0001-00, em razão da MODERNIZAÇÃO de empreendimento na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do inciso VI, alínea "a" do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0052/2014, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE.

Art. 2º Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento matriz - CNPJ 70.112.925/0001-00, localizado na Loc. Via de Acesso da BR-230, Km 496-B. Aeroporto. Cajazeiras-PB, para preparação e fiação de fibras de algodão, ficando excluídas do benefício outras atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício dar-se-á no período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Art. 3º Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0052/2014 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO MENDES RIOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 22 DE MAIO DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE (PB), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº430 de 09 e outubro de 2017 e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002 e considerando o que está contido no processo nº 10425.720955/2018-87, declara:

Art. 1º HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa FENOPLAST EMBALAGENS FLEXIVEIS LTDA - CNPJ 04.643.859/0001-70, em razão da MODERNIZAÇÃO de empreendimento na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do inciso VI, alínea "e" do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0023/2018, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE.

Art. 2º Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento matriz - CNPJ 704.643.859/0001-70, localizado na av. Assis Chateaubriand 3581, distrito industrial cep 58411-450, Campina Grande-PB, para fabricação de embalagens de material plástico, ficando excluídas do benefício outras atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício dar-se-á no período de 01/01/2018 e 31/12/2027.

Art. 3º Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0023/2018 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO MENDES RIOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 22 DE MAIO DE 2018

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração apurado por pessoa jurídica com estabelecimento situado na área de atuação da SUDENE.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302, incisos VI e VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei n° 12.715, de 17 de setembro de 2012, no art. 3º do Decreto n° 4.213, de 26 de abril de 2002, e no art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo administrativo nº 13446.000050/2011-61, declara:

Art. 1º - Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica GUARAVES GUARABIRA AVES LTDA, CNPJ: 12.727.145/0001-78, à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 82/2010, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: 12.727.145/0001-78;

II - Endereço da Unidade Produtora: Rodovia PB 075, Km 02, S/N, Sítio Santiago - Zona Rural, Guarabira/PB, CEP 58.200-000.

III - Condição Onerosa Atendida: diversificação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

IV - Setor Prioritário Considerado: Indústria de Transformação - alimentos, conforme art. 2º, inciso VI, alínea (i) do Decreto nº 4.213, de 2002;

V - Atividade Objeto da Redução: fabricação de ração (ração peletizada para camarão) e ração estrusada para peixe;

VI - Produto/serviço objeto do benefício fiscal: produção de fios de algodão;

VII - Capacidade Incentivada: 100% da capacidade no momento da concessão, ao montante de 28.800t/ano, 24.000t de ração peletizada para camarão e 4.800t de ração estrusada para peixe;

VIII - Ano-calendário em que o empreendimento entrou em operação: 2008;

IX - Prazo de Vigência da Redução: 10 (dez) anos;

X - Período de fruição: 01/01/2010 a 31/12/2019;

XI - Percentual de Redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%.

Art. 2º - A redução não alcança quaisquer outras atividades ou serviços desenvolvidos pela pessoa jurídica em questão, nem atinge a produção superior à capacidade instalada acima discriminada.

Art. 3º - A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 82/2010, bem assim, das demais normas regulamentares, em especial os arts. 62 e 63 da IN SRF nº 267, de 2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 22 DE MAIO DE 2018

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340, inciso II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1°. Inscrita no Registro Especial, sob o n° 06101/215, a empresa CACHAÇA ARTESANAL IPOEMA LTDA, CNPJ: 10.472.332/0001-22, estabelecida no Sítio Licuri, s/n, zona rural do Distrito de Ipoema, Município de Itabira, CEP: 35.905-00, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2° - O estabelecimento exerce a atividade de PRODUTOR de bebidas classificadas na TIPI, posição 2208, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 10100.002068/0418-30

Art. 3° - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4° - Fica revogado o ADE DRF/BHE nº 09 de 17/05/2018 publicado no D.O.U. de 21/05/2018.

Art. 5° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 22 DE MAIO DE 2018

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340, inciso II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1°- Inscrita no Registro Especial, sob o n° 06101/216, a empresa CACHAÇA ARTESANAL IPOEMA LTDA, CNPJ: 10.472.332/0001-22, estabelecida no Sítio Licuri, s/n, zona rural do Distrito de Ipoema, Município de Itabira, CEP: 35.905-00, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2° - O estabelecimento exerce a atividade de ENGARRAFADOR de bebidas classificadas na TIPI, posição 2208, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 10100.002068/0418-30

Art. 3° - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 22 DE MAIO DE 2018

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340, inciso II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

outubro de 2017 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1°. Inscrita no Registro Especial, sob o n° 06101/217, a empresa CACHAÇA ARTESANAL IPOEMA LTDA, CNPJ: 10.472.332/0001-22, estabelecida no Sítio Licuri, s/n, zona rural do Distrito de Ipoema, Município de Itabira, CEP: 35.905-00, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2° - O estabelecimento exerce a atividade de ATACADISTA de bebidas classificadas na TIPI, posição 2208, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 10100.002068/0418-30

Art. 3° - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

RETIFICAÇÕES

No ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/6ª RF nº 10, de 18 de maio de 2018, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 22/05/2018, seção 1, página 30: Onde se lê: "(...) de titularidade da SOLAIRE PARACATU I ENERGIA SOLAR SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.741.514/0001-01, (...)", Leia-se: "(...) de titularidade da SOLAIRE PARACATU I ENERGIA SOLAR SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.741.544/0001-00, (...)"

No ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/6ª RF nº 11, de 18 de maio de 2018, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 22/05/2018, seção 1, página 30: Onde se lê: "(...) de titularidade da SOLAIRE PARACATU IV ENERGIA SOLAR SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.741.514/0001-01, (...)", Leia-se: "(...) de titularidade da SOLAIRE PARACATU I ENERGIA SOLAR SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.742.142/0001-20, (...)"

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 22 DE MAIO DE 2018

Declara cancelado o registro especial do estabelecimento que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 336 da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, com fundamento no artigo 7º, § 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 08 de dezembro de 2009, e considerando o que consta no processo nº 12963-720.009/2018-79, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial Usuário UP-06112/00012 da empresa CYNTHIA SPAGGIARI PEREIRA - ME, CNPJ 13.684.357/0001-88.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo cancela o Ato Declaratório Executivo RFB/DRF/PCS nº 36/2011.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 15 DE MAIO DE 2018

Torna sem efeito o ADE 66/2015 em relação ao CNPJ 01.035.102/0001-05.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM POÇOS DE CALDAS/MG, no uso das competências que lhe confere o artigo 336 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.721027/2015-61 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 66 de 29 de Setembro de 2015, em relação a ELIARA GUIMARES BORELLI, CNPJ 01.035.102/0001-05, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MICHEL LOPES TEODORO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 21 DE MAIO DE 2018

Inclui novas marcas de aguardentes produzidas e comercializadas pela sociedade empresária mencionada.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o disposto nos artigos 3º e 9º da Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e conforme documentos integrantes do Processo nº 10660.720744/2016-08, declara:

Art. 1º Fica incluída nos Registros Especiais nº 06106/0154 e 06106/0155, relativos à sociedade empresária Indústria e Comércio de Cachaça Quinta das Castanheiras Ltda - ME, CNPJ nº 16.933.011/0001-64, localizada na Estrada da Paciência, km. 2, Zona Rural, cidade de Camanducaia, MG, no exercício das atividades de produtora e engarrafadora de aguardente de cana (cachaça) e de bebidas alcoólicas mistas, a seguinte marca de bebida alcoólica, classificação fiscal 2208.40.00: Cachaça Sugar Cane Soul Ouro. Ficam mantidas as demais marcas consolidadas no Ato Declaratório Executivo DRF/Varginha nº 19, publicado no DOU de 14 de maio de 2018. Todas as marcas dos produtos registrados ficam consolidadas na seguinte relação, esclarecendo-se que a graduação alcoólica das aguardentes de cana (cachaça) é de 42% e da bebida alcoólica mista é de 45%, sendo que todas são embaladas em vasilhames de vidro não retornáveis :

Classificação	Marca Comercial	Capacidade
2208.40.00	Cachaça Pardin Prata	50ml, 160ml, 250ml, 275ml, 375ml, 500ml, 600ml, 670ml, 700ml, 750ml e 1000ml.
2208.40.00	Cachaça Pardin Ouro	50ml, 160ml, 250ml, 275ml, 375ml, 500ml, 600ml, 670ml, 700ml, 750ml e 1000ml.
2208.40.00	Cachaça Quinta das Castanheiras Ouro Castanheira	50ml, 160ml, 250ml, 275ml, 375ml, 500ml, 600ml, 670ml, 700ml, 750ml e 1000ml.
2208.40.00	Cachaça Unna Ouro	50ml, 160ml, 250ml, 275ml, 375ml, 500ml, 600ml, 670ml, 700ml, 750ml e 1000ml.
2208.40.00	Cachaça Unna Prata Clássica	50ml, 160ml, 250ml, 275ml, 375ml, 500ml, 600ml, 670ml, 700ml, 750ml e 1000ml.
2208.40.00	Cachaça Genuíno Prata	50ml, 160ml, 250ml, 275ml, 375ml, 500ml, 600ml, 670ml, 700ml, 750ml e 1000ml.
2208.40.00	Cachaça Doçura de Minas Ouro	50ml, 160ml, 250ml, 275ml, 375ml, 500ml, 600ml, 670ml, 700ml, 750ml e 1000ml.
2208.40.00	Cachaça Doçura de Minas Prata	50ml, 160ml, 250ml, 275ml, 375ml, 500ml, 600ml, 670ml, 700ml, 750ml e 1000ml.
2208.40.00	Cachaça Maria Flor Ouro Castanheira	50ml, 160ml, 250ml, 275ml, 375ml, 500ml, 600ml, 670ml, 700ml, 750ml e 1000ml.
2208.40.00	Cachaça Maria Flor Ouro Amburana	50ml, 160ml, 250ml, 275ml, 375ml, 500ml, 600ml, 670ml, 700ml, 750ml e 1000ml.
2208.40.00	Cachaça Sugar Cane Soul Ouro	50ml, 160ml, 250ml, 275ml, 375ml, 500ml, 600ml, 670ml, 700ml, 750ml e 1000ml.
2208.50.00	Jungle Gin (bebida alcoólica mista)	200ml, 375ml, 500ml, 750ml e 1000ml.

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de suspensão ou cancelamento das inscrições.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 9, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 340, inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 09 de outubro de 2017, e, tendo em vista o disposto no artigo 49, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e, ainda, considerando o que consta do processo 10865.722725/2017-92, declara:

1º - BAIXADA a inscrição nº 09.213.163/0001-27, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, da pessoa jurídica denominada ANTONIO BENEDITO BERTOIA - ME, em atendimento à solicitação nesse sentido.

2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 24 de novembro de 2017, nos termos do art. 27, § 4º, da Instrução Normativa RFB n.º 1.634, de 06/05/2016.

ANDRE DALLE VEDOVE BARBOSA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 22 DE MAIO DE 2018

Declara habilitação no Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU em 11 de outubro de 2017, e no uso da competência estabelecida no inciso I do artigo 1º da Portaria SRRF/8ªRF nº 80, de 01/08/2012, e tendo em vista o que consta do processo nº 13838.720010/2017-11, declara:

Artigo 1º - Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa SINTER FUTURA LTDA, Estabelecimento: 74.222.563/0001-60, e o estabelecimento da empresa GRÁFICA E EDITORA SARAPUÍ LTDA, estabelecimento 63.106.249/0001-04, na condição de SUBSTITUÍDO.

Artigo 2º - A responsabilidade aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais serão remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/TIPI	Alíquota
Cartucho p/sabões de toucador	4819.20.00	15%
Cartucho p/sabões de toucador	4819.40.00	15%

Artigo 3º - Os produtos constantes do artigo segundo serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização do produto a seguir relacionado:

Descrição do Produto	Finalidade	Código/TIPI	Alíquota
Sabões toucador em barra	Industrialização	3401.11.90 EX 01	0%

Artigo 4º - Este Ato Declaratório não convalida a classificação fiscal dos produtos, nem a correspondente alíquota, conforme relacionados pela pleiteante no Termo de Compromisso.

Artigo 5º O regime especial não se aplica ao IPI devido no desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira.

Artigo 6º - O presente regime terá validade por tempo indeterminado, enquanto não ocorrer as hipóteses previstas no artigo 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Artigo 7º- Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE DRF/PCA nº 022, de 22/05/2018", sendo vedado o destaque do imposto suspenso, bem como a sua utilização como crédito.

Artigo 8º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 21 DE MAIO DE 2018

Concede a pessoa jurídica que menciona o Regime Especial de Tributação para Indústria de Defesa- RETID.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ-SP, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, combinado com o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014, e do que consta do dossiê nº 10010.007678/0318-76, declara:

Art. 1º Concedido o Regime Especial de Tributação para Indústria de Defesa (RETID) de que trata o art. 1o. da Instrução Normativa RFB no. 1.454, de 25 de fevereiro de 2014, a pessoa jurídica Companhia Brasileira de Cartuchos, CNPJ 57.494.031/0001-63.

Art. 2º O prazo para fruição do benefício é a data da habilitação até 22 de março de 2032.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUBENS FERNANDO RIBAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 14 DE MAIO DE 2018

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) número 15.411.455/0001-77, pertencente a ANDERSON DOS SANTOS - PAINEIS, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento à Informação DRF/SJR/Sacat nº 072, 30 de Abril de 2018, a qual contém REPRESENTAÇÃO do Auditor-Fiscal que a lavrou, constante do Processo nº 16000.720051/2018-29.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 21 DE MAIO DE 2018

Declaração de nulidade de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) por constatação de fraude.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RI-RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto nos Artigos 5, 16, 17, 18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de número 289.599.638-52, pertencente a APARECIDO ALVARO EMILIO, por ter sido constatada FRAUDE na obtenção da referida inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório Sacat nº 0146/0810700/DRF/SJR/SACAT, de 17 de Maio de 2018, constante do Processo Administrativo nº 10850.720866/2018-11.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos retroativos à data de inscrição do referido número no Cadastro de Pessoas Físicas.

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 21 DE MAIO DE 2018

Declaração de nulidade de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) por constatação de fraude.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RI-RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto nos Artigos 5, 16, 17, 18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de número 111.581.626-85, pertencente a ADÃO MARCELINO DE ARAUJO, por ter sido constatada FRAUDE na obtenção da referida inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório Sacat nº 0151/0810700/DRF/SJR/SACAT, de 18 de Maio de 2018, constante do Processo Administrativo nº 16000.720084/2018-79.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos retroativos à data de inscrição do referido número no Cadastro de Pessoas Físicas.

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 21 DE MAIO DE 2018

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) número 04.830.145/0001-70, pertencente a EDERDAN COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento à Informação DRF/SJR/Sacat nº 086, 18 de Maio de 2018, a qual contém REPRESENTAÇÃO do Auditor-Fiscal que a lavrou, constante do Processo nº 16000.720084/2018-79.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

PORTARIA Nº 32, DE 23 DE MAIO DE 2018

Exclui pessoas jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ , tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000 , no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 , e no caput do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, resolve:

Art.1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000 - a pessoa jurídica a seguir relacionada, conforme proposta exarada no processo administrativo indicado.

CNPJ	NOME	PROCESSO
46.817.052/0001-56	DROGARIA UBATUBA LTDA	11483.000248/2009-58

Art. 2º A exclusão de que trata o art. 1º produz efeitos a partir de 1º de junho de 2018, nos termos do art. 9º da Resolução CG/REFIS nº 9, de 12 de janeiro de 2001.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAILTON DE PAULA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 37, DE 23 DE MAIO DE 2018

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O AUDITOR-FISCAL DA RFB, matrícula SIAPECAD nº 1571022, no exercício da competência atribuída pelo art. 15-A, inciso III da Portaria Delex n° 05/2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, § 5° da Lei nº 9.430/96 c/c o art. 40, II da IN RFB nº 1.634/2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: PROHAUZ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI
CNPJ: 19.693.454/0001-13
Processo: 10314.720302/2018-55

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE.

HALES DE CARVALHO SABATO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 166, DE 23 DE MAIO DE 2018

Delega competência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil que compõem a Assessoria Técnica do Gabinete desta DERAT.

A DELEGADA ADJUNTA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO (SP), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, alterado pela Portaria MF nº 37 de 29 de janeiro de 2018 publicada no DOU de 30 de janeiro de 2018, e sem prejuízo das competências ali discriminadas; com base no disposto nos art. 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25/02/67, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06/09/79, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17/09/81, e considerando a conveniência da desburocratização e da descentralização administrativa, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil que compõem a Assessoria Técnica do Gabinete desta DERAT para praticar os atos previstos nos incisos IV e V do artigo 34 e nos incisos IV e V do artigo 35 da Portaria nº72, de 02 de abril de 2018, publicada no Boletim de Serviços da RFB de 04/04/2018, seção 1, página 4.

I - dar assessoria técnica sobre os processos de parcelamentos administrativos de créditos tributários da RFB;

II - decidir, mediante despacho fundamentado, sobre a exclusão, reinclusão e consolidação de parcelamentos especiais (Paes e Paex), nos termos do artigo 9º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3/2004, e do artigo 6º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº1/2007.

III - realizar o arrolamento de bens, apreciar alterações, complementações de valores e recursos de arrolamentos de bens e decidir sobre eles, bem como, pela propositura de medida cautelar fiscal, nos termos da legislação vigente;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARILDA APARECIDA CLAUDINO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 22 DE MAIO DE 2018

Registro de Despachante Aduaneiro

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder Registro de Despachante Aduaneiro, em razão da solicitação da interessada:

CPF	Nome	E-Processo
037.535.379-92	Katia Aparecida Pereira	10920.722258/2018-70

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DALTRO JOSÉ CARDOZO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 17 DE MAIO DE 2018

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SACAT, abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau-SC, tendo em vista o disposto nos artigos 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no artigo 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos artigos 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004 e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica, identificada pelo CNPJ nº 75.804.005/0001-76, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de inadimplência por três meses consecutivos das parcelas do Paes, de tributos fazendários e previdenciários.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau/SC, no endereço: rua Namy Deeke, nº 40, Centro, Blumenau/SC, CEP 89010-130.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Blumenau/SC, no endereço mencionado.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE MOREIRA DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 18 DE MAIO DE 2018

Declara a pessoa jurídica que menciona habilitada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015, no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015 e na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, e considerando o que consta do dossiê digital nº 10090.001504/0118-21, declara que:

Art. 1º - Fica habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 2015.

Nome empresarial: LATICINIOS SGORLA LTDA
CNPJ: 14.700.383/0001-15
Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria da Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 244, de 21 de dezembro de 2017, seção 3, pág. 9.
Período de execução do Projeto: 01/12/2017 a 30/11/2020.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

STEVE FOERSTER DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 22 DE MAIO DE 2018

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO - SACTA -, no uso da competência delegada pelo art. 5º, inc. I, da Portaria ALF/URA/nº 021/2018, de 18 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 30 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º - INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros a seguinte pessoa interessada:

Nº PROCESSO	NOME	CPF
11077.720.094/2018-05	VANESSA MACHADO	012.817.930-94

Art. 2º - O Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA -, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros e de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE Coana nº 016, de 08 de junho de 2012.

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

RICARDO LEITE LEAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 23 DE MAIO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA-RS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e nos termos do previsto no artigo 51 da Lei 9.784/99, combinado com o artigo 810, § 3º, do Decreto 6.759/2009, resolve:

Art. 1º - EXCLUIR A PEDIDO do Registro de Despachantes Aduaneiros a seguinte pessoa interessada:

Nº PROCESSO	NOME	CPF
11075.000.252/2009-28	MARCOS ANTONIO DE CARVALHO MOURA	776.060.277-49

Art. 2º - A Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana procederá à exclusão dos dados cadastrais da pessoa interessada do Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA -, para fins de atualização do Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros e de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, este disciplinado pela Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE Coana nº 016, de 08 de junho de 2012.

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDIO AFONSO JAUREGUY MONTANO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº4, DE 22 DE MAIO DE 2018

Inscrição no Registro de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na IN/RFB nº1.209, de 07 de novembro de 2011 e no artigo 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros:

CPF	NOME	PROCESSO
628.455.780-91	DANIELE COLLARES GONÇALVES	10521.720064/2016-71

Art. 2º CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros:

CPF	NOME	PROCESSO
628.455.780-91	DANIELE COLLARES GONÇALVES	11011.001373/2007-70

Art. 3º A Despachante Aduaneira deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior- sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 27, de 17 de setembro de 2013.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO FIGUEIRA TONDING

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 450, DE 17 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000056//2018-48 e Documento SEI nº 0124479 e 0125292, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Bosch, CNPB nº 1986.0007-29, administrado pela Previbosch Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 451, DE 17 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005457/2017-11 e Documento SEI nº 0124111, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Convênio de Administração - Telepar Celular, CNPB nº 2000.0001-18, administrado pelo Icatu Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º Por se tratar de Licenciamento Automático a presente aprovação teve aplicação a partir de 05.07.2017, data da emissão do protocolo na Previc, conforme disposto no inciso IX do art. 1º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 454, DE 17 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007521/2017-91 e Documento SEI nº 0123499, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Fibra, CNPB nº 1988.0012-18, administrado pela Fundacao Itaipu BR de Previdência e Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 455, DE 17 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.009378/2017-71 e Documento SEI nº 0124358, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Previdenciário Suplementar à Previdência Social - PPSPS, CNPB nº 1979.0011-38, administrado pela SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTENCIA E SEGURIDADE - SIAS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 459, DE 21 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º e o inciso II do art. 33, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "b", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.008634/2017-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação do Plano de Benefícios OBS, CNPB n° 2010.0048-92, e do Plano Schering-Plough Prev, CNPB nº 2006.0065-92, pelo Plano de Aposentadoria MSD Prev, CNPB nº 1998.0047-83, administrados pelo MSD Prev - Sociedade de Previdência Privada, CNPJ n° 02.726.871/0001-12.

Art. 2º Aprovar a aplicação das alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria MSD Prev, CNPB nº 1998.0047-83.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR Nº 570, DE 22 DE MAIO DE 2018

Determina o envio de informações de convênios estabelecidos com seguradoras estrangeiras, referentes aos seguros Carta Verde, Carta Azul e RCTR-VI-C.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 36, alíneas "b" e "h", do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e considerando o disposto no artigo 34, incisos II e VII, do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, e o que consta do Processo Susep nº 15414.607297/2017-09, resolve:

Art. 1º - Determinar a obrigatoriedade do envio, pelas sociedades seguradoras brasileiras, de informações referentes aos convênios estabelecidos com seguradoras estrangeiras para operação dos seguintes seguros:

I - Carta Verde (responsabilidade civil do proprietário e/ou condutor de veículos terrestres em viagem internacional, por danos causados a pessoas ou objetos não transportados);

II - Carta Azul (responsabilidade civil do transportador rodoviário em viagem internacional, por danos causados a pessoas ou coisas, transportadas ou não, à exceção da carga transportada); e

III - RCTR-VI-C (responsabilidade civil do transportador rodoviário em viagem internacional, por danos causados à carga transportada).

Art. 2º - Para efeito desta norma, as sociedades seguradoras brasileiras são:

I - Representadas, quando tiverem celebrado convênio mútuo com seguradoras estrangeiras, no âmbito do ATIT (Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre) ou do Mercosul, para que estas a representem, em caso de sinistro com veículo brasileiro, ocorrido em seus respectivos países, amparado pelos seguros Carta Azul, RCTR-VI-C (ATIT) e/ou Carta Verde (Mercosul), contratados em seguradora brasileira;

II - Representantes, quando tiverem celebrado convênio mútuo com seguradoras estrangeiras oriundas dos países signatários do ATIT e de países membros do Mercosul, com o objetivo de as representar no caso de sinistro com veículo estrangeiro, ocorrido em território nacional, amparado pelos seguros Carta Azul, RCTR-VI-C (ATIT) e/ou Carta Verde (Mercosul), contratados em seguradora estrangeira.

Art. 3º - As sociedades seguradoras brasileiras deverão atribuir, a um de seus diretores, a responsabilidade de estabelecer e supervisionar os convênios de que trata esta Circular.

Parágrafo único. A responsabilidade de que trata o caput deste artigo poderá ser exercida cumulativamente com outras atribuições executivas.

Art. 4º - Após a publicação desta Circular, todas as sociedades seguradoras brasileiras que comercializem os seguros mencionados nos incisos I, II e III do artigo 1º desta norma, assim como aquelas que sejam Representantes de seguradoras estrangeiras no âmbito nacional, devem registrar, através do sítio eletrônico da SUSEP, as seguintes informações referentes aos convênios estabelecidos entre seguradoras:

I - Razão Social da Representante/Representada;

II - Tipo de Seguro;

III - País de Estabelecimento da Representante/Representada;

IV - Número de Registro (Equivalente ao CNPJ) da Representante/Representada;

V - Número do Convênio;

VI - Data de Início do Convênio;

VII - Data de Término do Convênio;

VIII - Endereço Completo da Representante/Representada;

IX - Telefone da Representante/Representada;

X - Sítio eletrônico da Representante/Representada.

§ 1 - Esta obrigatoriedade se aplica quando as sociedades seguradoras brasileiras sejam apenas representantes, ou apenas representadas, ou se enquadrem nas duas possibilidades.

§ 2 - As informações de que trata este artigo deverão ser atualizadas sempre que sofrerem modificações.

Art. 5 - As informações registradas pelas sociedades seguradoras, em atendimento ao disposto nesta Circular, serão consolidadas e disponibilizadas no sítio eletrônico da SUSEP para consulta pública.

Parágrafo único. Estas mesmas informações deverão ser disponibilizadas pelas sociedades seguradoras em seu sítio eletrônico.

Art. 6 - As Sociedades Seguradoras deverão encaminhar as informações de que trata esta Circular no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7 - O não cumprimento do disposto nesta Circular resultará em aplicação das penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 8 - Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAIDES

PORTARIA Nº 7.125, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.612781/2018-22, resolve:

Art. 1º Aprovar a instalação de dependência de BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ n. 92.682.038/0001-00, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 2 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 912, DE 23 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n. 261, de 28 de fevereiro de 1967, combinado com a alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.611393/2018-24, resolve:

Art. 1º - Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 03.209.092/0001-02, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de março de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 196, DE 23 DE MAIO DE 2018

Altera os artigos 1º e 2º da Portaria MI nº 190, de 16 de maio de 2018, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Florianópolis-SC para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria MI n. 190, de 16 de maio de 2018, para fazer constar as metas aprovadas, licitadas e constantes no Plano de Trabalho e o valor total empenhado.

Art. 2º Os art. 1º e 2º, da referida Portaria, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Florianópolis-SC, no valor de R$ 1.296.854,34 (um milhão, duzentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), para a execução das metas 8 e 9, aprovadas, licitadas e constantes do Plano de Trabalho apresentado nos autos do processo n. 59053.001642/2018-91.

Art. 2º O valor estimado para a execução da totalidade das metas aprovadas, constantes do Plano de Trabalho apresentado nos autos do processo n. 59053.001642/2018-91, a título de Transferência Obrigatória, no montante de R$ 4.881.801,97 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e um mil, oitocentos e um reais e noventa e sete centavos), conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2018NE000103, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012."

Art. 3º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria, acima referida, que não foram alterados por esta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 197, DE 23 DE MAIO DE 2018

Altera os artigos 1º e 2º da Portaria MI n. 191, de 16 de maio de 2018, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Florianópolis-SC para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria MI n. 191, de 16 de maio de 2018, para fazer constar as metas aprovadas, licitadas e constantes no Plano de Trabalho e o valor total empenhado.

Art. 2º Os art. 1º e 2º, da referida Portaria, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Florianópolis-SC, no valor de R$ 929.435,15 (novecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e quinze centavos), para a execução das metas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 15, 31 e 32, aprovadas, licitadas e constantes do Plano de Trabalho apresentado nos autos do processo n. 59053.001522/2018-93.

Art. 2º O valor estimado para a execução da totalidade das metas aprovadas, constantes do Plano de Trabaho apresentado nos autos do processo n. 59053.001522/2018-93, a título de Transferência Obrigatória, no montante de R$ 3.425.561,07 (três milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e um reais e sete centavos), conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2018NE000066, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012."

Art. 3º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria, acima referida, que não foram alterados por esta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Capítulo III, Anexo VIII da Portaria nº 280, de 6 de junho de 2017, com base na alínea b do inciso VI do artigo 1º da Portaria nº 452, de 21 de dezembro de 2016, ambas do Ministério da Integração Nacional; c/c alínea "d", do inciso VI, do art. 2º da Portaria nº 452, de 21 e dezembro de 2016, ambas do Ministério da Integração Nacional;

Considerando que a Empresa AGROPECUÁRIA TUCUMAN S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.334.488/0001-44 teve projeto aprovado por meio da Resolução CONDEL/SUDAM nº. 5281, com o objetivo de desenvolver a bubalinocultura de corte no Município de Soure, no Estado do Pará, se tratando então de projeto não enquadrado na sistemática da Lei nº 8167/91.

Considerando que a Incentivada, em 23 de janeiro de 2017, interpôs expediente, sob o protocolo nº 59601.000030/2017/46 (0442632), no qual requereu a aprovação de pleito de adequação técnica ou o cancelamento dos incentivos do Finam, sem desvio de recursos.

Considerando que a Empresa apresentou Defesa Escrita, a qual foi objeto de análise técnica por parte da Gerência Regional de Belém, que recomendou o deferimento do cancelamento dos incentivos do Finam, sem que tenha configurado a existência de desvio de recursos por parte da Empresa. Ademais, apesar de devidamente notificada para apresentar Recurso Administrativo, o prazo trancorreu in albis, não tendo a Empresa apresentado qualquer peça de resistência.

Considerando os termos da Proposição de Cancelamento nº 07/2018 (0872610), bem como a manifestação da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI/SFRI, por meio do Termo de Manifestação nº 46, de 22 de maio de 2018 (0872652), resolve:

Cancelar, de fato e de direito, SEM desvio na aplicação de recursos, dos incentivos fiscais do Finam concedidos à Empresa, por desistência da implantação do projeto, nos termos previstos no inciso IV do §4º do art. 12 da Lei nº 8.167/1991.

ANTÔNIO LUÍS DA SILVA

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Capítulo III, Anexo VIII da Portaria nº 280, de 6 de junho de 2017, com base na alínea b do inciso VI do artigo 1º da Portaria nº 452, de 21 de dezembro de 2016, ambas do Ministério da Integração Nacional; c/c alínea "d", do inciso VI, do art. 2º da Portaria nº 452, de 21 e dezembro de 2016, ambas do Ministério da Integração Nacional;

Considerando que a Empresa AGROPECUÁRIA CAJABI S.A.,inscrita sob o CNPJ/MF: 04.818.803/0001-09, teve projeto aprovado por meio da Resolução CONDEL/SUDAM nº 1471, de 16/02/73 e enquadrada na Lei nº 8.167/1991 através da Resolução CONDEL/SUDAM nº 7.555 de 31/07/92, visando à implantação de um empreendimento com objetivo de bovinocultura, nas fases de cria, recria e engorda, no município de Marcelândia, no Estado de Mato Grosso/MT.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando que o Relatório de Auditoria da Controladoria-Geral da União nº 167313 de 14/12/2005, constatou as irregularidades ensejadoras do cancelamento dos incentivos concedidos a Empresa;

Considerando que foram concedidas todas os meios da Empresa exercer o contraditório e a ampla defesa, tendo a Recorrente interposto diversas versas peças defesórias, a título de Defesa Escrita, Recurso Administrativo e Alegações Finais, contudo, sem ter consiguido apresentar a documentação necessária a comprovar a aplicação dos recursos do Finam liberados em seu favor, mesmo após fiscalizações realizadas a base física do Projeto;

Considerando a manifestação da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI/SFRI, por meio do Termo de Manifestação nº 45, de 22 de maio de 2018, resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, COM desvio na aplicação de recursos, dos incentivos fiscais do Finam concedidos à Empresa por não apresentação de documentação contábil necessária a comprovar as liberações de recursos do FINAM, nos termos previstos nos incisos I e II do §1º e §7º do art. 12 da Lei nº 8.167/1991.

ANTÔNIO LUÍS DA SILVA

PORTARIA Nº 3, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alinea b, inciso VI, parágrafo único do art. 19, Seção II, Capítulo IV, anexo VIII da Portaria nº 280, de 6 de junho de 2017, com base no TITULO V da Portaria nº 452, de 21 de dezembro de 2016, ambas deste Ministério da Integração Nacional;

Considerando as análises técnicas constantes no Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil - REAFC nº 1, de de 13 de fevereiro de 2017, com data de referência de 31/8/2016 e da visita dos técnicos à base física do projeto em 27/09/2016 (Processo 59651.000005/2017-77); no Parecer nº 03 (0818030), de 19/03/2018, em substituição ao Relatório de Conclusão de Projetos - RECON, acompanhado do check list (0818078), os quais atestaram a regularidade do Empreendimento e o percentual de implantação de 77,24 % para um nível de 90,44% de recursos financeiros liberados, tendo renunciado ao saldo de recursos a liberar consoante determinado no inciso III, parágrafo único, art. 29 da Portaria nº 452/2016. Ademais, sopesando a recomendação favorável à emissão do CEI feita pela Gerente da Gerência Regional de Belém - GRB, mediante o Despacho GRB 0820046, em favor da Empresa QUEIFI COMÉRCIO E AGROPECUÁRIA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.059.160/0001-81, localizada no Município de Luciara, Estado do Mato Grosso;

Considerando o disposto na manifestação exarada por meio do Termo de Manifestação nº 43/2018 (0852776), da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI, ante as razões expostas no Parecer nº 037/2018, da Coordenação-Geral de Instrução de Processos - CGIP, resolve:

Art. 1º - Emitir o CERTIFICADO DE EMPREENDIMENTO IMPLANTADO - CEI, para fins do que dispõe o § 12 do art. 5º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em favor da referida Incentivada, que recebeu recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, na modalidade de art. 5º da Lei nº 8.167/1991.

Art. 2º - A Empresa Beneficiária fica obrigada a encaminhar ao DFRP, para fins de avaliação econômica, por um período de dez anos, as informações e demonstrativos a seguir relacionados, de acordo com os preceitos do §§ 1º e 2º do art. 21 da Portaria MI nº 452/2016. O não atendimento ao disposto no artigo anterior representará inadimplência a ser considerada por ocasião da apresentação de pleitos futuros ao Ministério da Integração Nacional.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO LUIS DA SILVA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 142, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000277/2014-01, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 111, de 6 de maio de 2016, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Mantena - MG, para ações de Defesa Civil, para até 18/11/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 145, DE 23 DE MAIO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Juazeiro	Estiagem - 1.4.1.1.0	439	10/05/18	59051.005474/2018-22
MA	São Luís Gonzaga do Maranhão	Inundações - 1.2.1.0.0	05	11/04/18	59051.005407/2018-16
MT	Planalto da Serra	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	016	02/05/18	59051.005467/2018-21
MT	Nova Monte Verde	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	042	14/05/18	59051.005473/2018-88

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 633, DE 23 DE MAIO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.003097/2018-64. Requerentes: Platinum Equity, LLC e Johnson & Johnson. Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini e Denise Junqueira. Decido pela aprovação, sem restrições

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 6

DESPACHO Nº 631, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo Administrativo nº 08700.003340/2017-63 (apartado de acesso restrito nº 08700.003451/2017-70)
Representante: Cade ex officio
Representados: Affinia Automotive Ltda., Mahle Metal Leve S.A., Mann + Hummel Brasil Ltda., Robert Bosch Ltda., Sofape Fabricante de Filtros Ltda., Sogefi Filtration do Brasil Ltda., Carlos Alberto Barbosa Filho, Delfim Magela Calixto, Klaus Rüdiger Erich Sauer, Eugênio Henrique Leopardi Marianno, Elias Mufarej, José Rubens dos Santos Miguel, Jorge Cerveira Shertel, Marcelo Tonon, Gerson Carrasco, Humberto Canobre, Antônio Paulo da Silva, Antônio Carlos da Cunha Bueno, Celso Romeu Fischer, Claus Hoppen, Daniele Ferrari de Carli Bianchi, Edvaldo Ricardo Selidonio de Souza, Francesco Nardi, José Carlos Marques de Brito, José Carlos Massari, Josemar Ribas, Julio Ricardo Albertin, Luciana Aparecida da Rocha Jesus, Ricardo Simões de Abreu, Roberto Yoshiyuki Hojo, Robson de Souza Resende, Sidney Henriques de Oliveira, Susana Gonçalves Ribeiro, Fabio Teramoto, Rodrigo Nascimento Reyes, Markus Wolf, Francisco Gomes Neto, Luiz Fernando Teixeira da Silva, João Eudes Leitão Goes, Abílio Castro Gurgel, Arthur Castro Gurgel, Adriana Alves, Alexandre Borges Alves, Anapaula Sarmento, Gerson Ferrari, Ricardo Moura Cordeiro Pessoa, Pedro Geraldo Ortolan, Julio Ricardo Albertin, Elias Mufarej.
Advogados: Eduardo Caminatti Anders, Luiz Fernando Coimbra, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Maria Gabriela Castanheira Bacha, José Carlos da Matta Berardo, Juliana Maia Daniel, Priscila Brólio Gonçalves, Vicente Bagnoli, Mauro Grinberg, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Natália de Lima Figueiredo, Maria Cristina Porto de Luca, José Alexandre Buaiz Neto, Daniel Costa Rebello, Aurélio Marchini Santos, Patricia Serson Deluca, Patrícia Agra Araújo e André Mendes Espírito Santo.

Intimo os Representados Roberto Bosch Ltda, Sogefi Filtration do Brasil, Carlos Alberto Barbosa Filho, Delfim Magela Calixto, Klaus Rüdiger Erich Saur, Eugênio Henrique Leopardi Marianno, Elias Mufarej e José Rubens dos Santos Miguel para que apresentem versão de acesso restrito ao Cade e a todos os Representados das defesas administrativas protocoladas como de acesso exclusivo ao próprio Representado e autuadas em apartado de acesso exclusivo ao Representado e ao Cade, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de revelia, tendo em vista a necessidade de se adequarem às hipóteses de restrição de acesso elencadas no art. 92 do Regimento Interno do Cade e a observância do disposto no art. 93, II, do mesmo Regimento. Ao Protocolo.

RAVVI AUGUSTO DE ABREU COUTINHO MADRUGA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 8

DESPACHO Nº 20, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo nº 08700.003850/2014-98
Processo Administrativo nº 08700.005789/2015-02 (ref. Apartado Restrito nº 08700.003850/2014-98). Representante: Ministério Público do Estado de São Paulo. Representados: Adilson Aparecido Lino, Ali Jennani, Ana Maria Liduenha, Antonio Paulo Liduenha, Carlos Ananias Campos de Souza, César Augusto Bossoni, Edison Antônio dos Santos, Francisco Aparecido Liduenha, Geraldo Salim Jorge Júnior, Lucas Donizete Thimóteo, Luis Adriano Forest, Luis André Forest, Márcio Rodrigues Vancin, Marco Antonio Boanarotti, Pedro Henrique dos Santos Vieira, Rogério Lopes dos Reis, Sérgio Sorigotti, Sidnei Ribeiro, Carlos Ananias Campos de Souza Transportadora-ME, Célia Suely Ferrari Bossoni ME, Edison Antônio dos Santos-ME, Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza Macatuba Ltda. ME, Jofran - Comércio de Produtos para Higienização Ltda., LSV Indústria e Comércio Ltda. - EPP, Marco Antônio Boanarotti-ME, Matrix Artefatos Plásticos Ltda.-ME, OkPlast Indústria e Comércio de Embalagens Ltda-ME, Papa Lix Plásticos e Descartáveis Ltda., Plásticos Santa Clara Ltda. - EPP, Sérgio Sorigotti ME, Trela Comercial de Material de Limpeza e Higiene Ltda. e Visaplas - Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. Advogados: Júlio César Fiorino Vicente, Rogéria Andriete Coimbra Vicente, Rodrigo Lemos Arteiro, Francisco Robson Rodrigues da Silva, Marlúcio Bomfim Trindade, Luciana Pereira de Souza, Antonio Henrique Bogiani, Fábio Gener Marsolla, Humberto Barrionuevo Fabretti, Fabiano Dolenc Del Masso, Waldomiro Calonego Júnior, Alessandra Calonego, Aurélio Carlos Fernandes e Daniel Martins de Sant'ana, Fernanda Corrêa da Silva Baio, Adirson de Oliveira Beber Junior, Homero Morales Massarente e outros. Ficam os Representados Geraldo Salim Jorge Júnior e LSV Indústria e Comércio Ltda. - EPP notificados para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularizem sua representação processual, juntando procuração outorgada ao advogado indicado na petição 0290979.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Coordenadora-Geral

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 171/2018

Dia: 23/05/2018
Hora: 10:08h
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição é realizada em blocos de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente, até que reste uma opção, mantendo-se, desta forma, uma distribuição numericamente igualitária entre os Conselheiros. A distribuição iniciará sem o nome da Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova, do Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia, do Conselheiro João Paulo de Resende e da Conselheira Paula Azevedo que nos últimos blocos de sorteio - nas 169ª, 170ª Sessões Ordinárias de Distribuição e na 66ª Sessão Extraordinária de Distribuição - foram os Relatores sorteados.

Foi redistribuído em sistema de sorteio em razão de declaração de impedimento da Conselheira Paula Azevedo o seguinte feito:

Processo Administrativo nº 08012.008881/2010-60
Representante: Secretaria de Direito Econômico - SDE
Representados: American Natural Soda Ash Corp. (ANSAC), Tronox Alkali Wyoming (atual denominação Genesis Alkali Wyoming, L.P), Tata Chemical (Soda Ash) Partners, Ciner Resources Corporation (Ciner) e Solvay Chemicals , Inc. (Solvay). Advogados: Caio Mário da Silva Pereira Neto, Barbara Rosenberg, Renê Guilherme da Silva Medrado, Rafael Godoy Zanicotti, Tito Amaral de Andrade e outros
Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira

Após a redistribuição, retomou-se o sorteio com o nome da Conselheira Paula Azevedo em razão do impedimento declarado no processo anterior. Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

Processo Administrativo nº 08700.005694/2013-19
Representante: CADE ex officio
Representados: Google Inc. e Google Brasil Internet Ltda
Advogados: Mauro Grinberg, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Paloma Almeida, Ricardo Casanova Motta e outros
Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Considerando que restou somente um Conselheiro sem ser sorteado a distribuição seguiu com participação de todos os Conselheiros. Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo Administrativo nº 08700.009082/2013-03
Representante: E-Commerce Media Group Informação e Tecnologia Ltda. Advogados: Tercio Sampaio Ferraz Junior, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Carla Osmo, Thiago Francisco da Silva Brito, Rodrigo Zingales Oller do Nascimento e outros
Representados: Google Inc. e Google Brasil Internet Ltda. Advogados: Mauro Grinberg, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Paloma Almeida, Ricardo Casanova Motta e outros
Relatora: Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova
Processo Administrativo nº 08700.009858/2015-49
Representante: CADE ex officio
Representados: Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo - Sincopetro/SP e José Alberto Paiva Gouveia. Advogados: Ricardo Hasson Sayeg, Beatriz Quintana Novaes, Márcio Roberto Hasson Sayeg e Rodrigo Richter Venturole
Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 84, DE 23 DE MAIO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Show Musical: CASUARINA - ETA LELÊ (Brasil - 2017)
Produtor(es): Biscoito Fino
Diretor(es): Rogerio de Oliveira Silva/Bruno Felipe Novaes Machado
Distribuidor(es): SARAPUÍ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08000.015715/2018-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: NELLA - A PRINCESA CORAJOSA (NELLA - THE PRINCESS KNIGHT, Irlanda - 2017)
Episódios: 01 a 09
Produtor(es): Cathal Gaffney/Gillian Higgins/Darragh O`Connell
Diretor(es): Jez Hall/Ed Lewis/Gili Dolev
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.016466/2018-76
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: RUSTY RIVETS (RUSTY RIVETS - RUSTY RIVETS, Canadá - 2017)
Episódios: 01 a 08
Produtor(es): John May/Phil Lafrance/Jamie Leclaire/Kyle Macdougall
Diretor(es): Paul H Brown/Rick Marshall/Brad Fergusson
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.016468/2018-65
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: CULTURANDO (Brasil - 2018)
Episódio(s): 01 A 03
Produtor(es): Modus Produtora/Karine Medeiros Emerich (pH7 Filmes)/Flow Filmes
Diretor(es): Karine Emerich
Distribuidor(es): MODUS VIVENDI PRODUTORA DE AUDIOVISUAL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000525/2018-13
Requerente: MODUS VIVENDI PRODUTORA DE AUDIOVISUAL LTDA.

Filme: O BANQUETE (Brasil - 2017)
Produtor(es): Beto Amaral/Daniela Thomas
Diretor(es): Daniela Thomas
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000537/2018-30
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Filme: CHEGA DE FIU FIU (Brasil - 2018)
Produtor(es): Brodagem Filmes
Diretor(es): Amanda Kamachek/Fernanda Frazão
Distribuidor(es): TATURANA - MOBILIZAÇÃO SOCIAL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000558/2018-55
Requerente: BRODAGEM FILMES LTDA

Filme: PARAÍSO PERDIDO (Brasil - 2017)
Produtor(es): Augusto Casé/Carlos Martins/Jeffrey Neale
Diretor(es): Monique Gardenberg
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000559/2018-08
Requerente: VITRINE FILMES

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.383, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	BOM JESUS DA SERRA	MUNICIPIO DE BOM JESUS DA SERRA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11834940000118006	27460002	49.980,00	49.940,00	10302201585350029
RO	JARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20665259000118013	37250003	299.990,00	290.240,00	10302201585350011
TOTAL			2 PROPOSTAS			340.180,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.386, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PA	CURIONOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURIONOPOLIS	11657711000118001	26780010	199.740,00	199.650,00	10302201585350015
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000118001	22810004	108.730,00	108.630,00	10302201585350041
RJ	SAO GONCALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO	11884903000118008	37650003	7.710,00	7.670,00	10302201585350033
TOTAL			3 PROPOSTAS			315.950,00	

PORTARIA Nº 1.387, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	37623352000118009	38000007	279.980,00	279.922,00	10302201585350052
MG	CAMBUQUIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBUQUIRA	11721277000118011	30790008	149.960,00	149.880,00	10302201585350031

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	SALGADINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13167387000118010	27240005	199.930,00	109.680,00	10302201585350026
RJ	CARAPEBUS	FUNDO MUN ICIPAL DE SAUDE	08361606000118009	23970003 25100002	149.983,00 300.000,00	449.980,00	10302201585350033 10302201585350033
SC	BLUMENAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BLUMENAU	07821223000118005	38240002	75.810,00	75.730,00	10302201585350001
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	11840546000118018	29250002	200.000,00	199.990,00	10302201585350042
SC	NOVA VENEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA	10485444000118005	32350009	500.000,00	385.750,00	10302201585350042
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM DA BARRA	11370092000118008	28050006	200.000,00	199.950,00	10302201585350035
SP	SAO ROQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO ROQUE	11348758000118002	37120008	99.990,00	99.940,00	10302201585350035
SP	TIETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIETE	11917011000118002	37770002	300.080,00	300.050,00	10302201585350035
TOTAL			10 PROPOSTAS			2.250.872,00	

PORTARIA Nº 1.388, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	RIO BRANCO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	07458465000118008	37030002	400.000,00	400.000,00	10302201585350012
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06023708000118003	30760004	662.500,00	662.500,00	10302201585350013
BA	BRUMADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUMADO	13759150000118002	28790018	500.000,00	500.000,00	10302201585350029
BA	CENTRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	17332026000118002	30620004	299.990,00	299.990,00	10302201585350029
BA	DIAS D'AVILA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12284122000118001	36940014	199.920,00	199.920,00	10302201585350029
BA	ITAPICURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPICURU	13797498000118001	31660005	307.000,00	307.000,00	10302201585350029
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	05816630000118007	38120011	1.093.067,00	1.093.067,00	10302201585350029
BA	SAO GONCALO DOS CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11241655000118002	36940014	200.000,00	199.995,00	10302201585350029
CE	CHORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHORO	11407837000118002	34330016	400.000,00	400.000,00	10302201585350023
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000118015	37550001	406.514,00	406.514,00	10302201585350053
GO	ARAGUAPAZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAGUAPAZ	11238287000118001	20210009	250.000,00	250.000,00	10302201585350052
GO	CABECEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABECEIRAS	08351513000118003	19600013	200.000,00	200.000,00	10302201585350052
GO	CAMPOS BELOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAMPOS BELOS GO	10462799000118002	38000007	199.960,00	199.960,00	10302201585350052
GO	INDIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11457539000118002	37210010	150.000,00	150.000,00	10302201585350052
GO	ITAGUARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ITAGUARU	11352368000118005	30700001	99.920,00	99.920,00	10302201585350052
GO	JUSSARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	10514375000118003	30380010	19.900,00	19.870,00	10302201585350052
GO	MONTIVIDIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11269276000118004	20210009 28340010	108.550,00 230.000,00	338.550,00	10302201585350052 10302201585350052
GO	PARAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAUNA	11171868000118003	31030002	250.000,00	250.000,00	10302201585350052

GO	PIRACANJUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRA	01753396000118001	37210010	199.950,00	199.880,00	10302201585350052
GO	QUIRINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - QUIRINOPOLIS	04752947000118008	30810016	437.000,00	436.995,00	10302201585350052
GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	FUNDO MUN.DE SAUDE DE SAO LUIS DE MONTES BELOS	10581764000118003	37040004	100.000,00	100.000,00	10302201585350052
MG	ITAMARANDIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11322163000118002	30330017	150.000,00	150.000,00	10302201585350031
MG	PEDRO LEOPOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRO LEOPOLDO	12237669000118006	30790008	149.970,00	149.970,00	10302201585350031
MG	SAO JOAO EVANGELISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11881288000118001	30560005	99.940,00	99.740,00	10302201585350031
MS	COXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COXIM-MS	11970135000118009	38030007	257.970,00	140.000,00	10302201585350054
MT	GENERAL CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13968133000118006	25470001	34.970,00	34.970,00	10302201585350051
MT	GUARANTA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - GUARANTA DO NORTE	13817611000118001	29360004 37920006	210.000,00 400.000,00	610.000,00	10302201585350051 10302201585350051
MT	JUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	97538388000118004	38050006	500.000,00	499.910,00	10302201585350051
MT	JUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	97538388000118007	28250005	29.980,00	29.980,00	10302201585350051
PA	BAIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAIAO	17545698000118009	36970003	40.010,00	39.990,00	10302201585350015
PA	PLACAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLACAS	12566342000118001	32600004	199.980,00	146.510,00	10302201585350015
PA	PORTEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTEL	11956268000118001	26780010 34920009	150.000,00 200.000,00	350.000,00	10302201585350015 10302201585350015
PE	ALIANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALIANCA	10759784000118002	10740005	249.940,00	249.940,00	10302201585350026
PE	BELO JARDIM	BELO JARDIM FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10241913000118001	37820002	199.990,00	199.960,00	10302201585350026
PE	CAMARAGIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41230038000118015	27240005	420.000,00	419.990,00	10302201585350026
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07868234000118008	27240005	199.990,00	199.990,00	10302201585350026
PE	RECIFE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO	11430018000118005	12180007	100.000,00	100.000,00	10302201585350026
PE	RECIFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41090291000118017	31870013	1.399.900,00	1.399.900,00	10302201585351695
PE	TEREZINHA	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEREZINHA-PE	09111921000118002	37000002	299.970,00	299.970,00	10302201585350026
PR	ASSAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09611017000118001	28430006	200.000,00	200.000,00	10302201585350041
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	08597121000118001	19630011	550.000,00	549.800,00	10302201585350041
PR	MIRASELVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MIRASELVA	10157458000118002	18670015	100.000,00	100.000,00	10302201585350041
PR	TRES BARRAS DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA	09185764000118006	32200012	149.920,00	149.920,00	10302201585350041
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRAS DE MACACU	13817576000118003	29550023	2.079.768,00	2.079.768,00	10302201585353286
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000118010	13100024	127.750,00	127.750,00	10302201585353314
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000118011	13100024	936.540,00	936.540,00	10302201585353314
RJ	PARATY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12640342000118013	14730019	499.400,00	499.100,00	10302201585350033
RJ	PINHEIRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHEIRAL	01648573000118005	14730019	136.910,00	136.910,00	10302201585350033
RJ	RESENDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/SUS DO MUNICIPIO DE RESENDE	11800731000118007	14730019	300.000,00	300.000,00	10302201585350033
RO	JARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20665259000118020	37250003	304.962,00	244.910,00	10302201585350011
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	11957240000118004	29470005	399.990,00	399.990,00	10302201585350011
RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILNDIA D'OESTE - RO.	23085655000118002	37250003	100.000,00	100.000,00	10302201585350011
RO	PORTO VELHO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	00733062000118003	34300006	340.000,00	340.000,00	10302201585350011
SC	CRICIUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRICIUMA/SC	08435209000118001	28570012	686.000,00	686.000,00	10302201585350042
SP	ITIRAPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITIRAPINA	12317964000118010	15990003	40.000,00	40.000,00	10302201585350035
SP	ITIRAPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITIRAPINA	12317964000118015	15990003	10.000,00	10.000,00	10302201585350035
SP	ITUPEVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPEVA	13598672000118002	14100001 28160004	200.000,00 500.000,00	700.000,00	10302201585350035 10302201585350035
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	13851748000118001	38660004	200.000,00	200.000,00	10302201585350035
TO	PIUM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIUM	12059635000118001	29310001	99.950,00	99.950,00	10302201585350017
TOTAL			59 PROPOSTAS			19.735.619,00	

PORTARIA Nº 1.389, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
ES	SAO ROQUE DO CANAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14734122000118008	32640011	19.990,00	19.990,00	10302201585350001
ES	SAO ROQUE DO CANAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14734122000118034	38010003	9.990,00	9.990,00	10302201585350032
ES	SAO ROQUE DO CANAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14734122000118037	32640011	10.010,00	10.010,00	10302201585350001
ES	VARGEM ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	14645035000118007	38580007	160.000,00	160.000,00	10302201585350032
GO	GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	37623352000118007	38000007	220.000,00	219.950,00	10302201585350052
PA	CAPITAO POCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CAPITAO POCO	11488124000118006	36970003 36920011	10.000,00 199.900,00	209.900,00	10302201585350015 10302201585350015
PA	SAO FELIX DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14051642000118003	36920011	99.910,00	99.910,00	10302201585350015
PE	TIMBAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBAUBA	11360884000118003	27240005	249.940,00	249.940,00	10302201585350026
RJ	IGUABA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGUABA GRANDE	03581920000118001	29550024	400.000,00	400.000,00	10302201585350033
SC	PALHOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12092636000118001	29060004	100.000,00	100.000,00	10302201585350042
SP	BATATAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10427654000118001	28050006	100.000,00	99.980,00	10302201585350035
SP	CORDEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDEIROPOLIS	97536445000118004	28090004	150.000,00	150.000,00	10302201585350035
TOTAL			12 PROPOSTAS			1.729.670,00	

PORTARIA Nº 1.390, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	SENHOR DO BONFIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SENHOR DO BONFIM	08546934000118007	28790018	45.000,00	44.840,00	10302201585350029
TOTAL			1 PROPOSTAS			44.840,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.391, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	ITAGUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUARI	11200941000118019	29270016	34.950,00	34.920,00	10302201585350052
TOTAL			1 PROPOSTAS			34.920,00	

PORTARIA Nº 1.392, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	PALMARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00562279000118007	36860009	90.590,00	89.400,00	10302201585350026
TOTAL			1 PROPOSTAS			89.400,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.393, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS LINDAS DE GOIAS	07460294000118005	36720011	235.000,00	205.000,00	10302201585350052
TOTAL			1 PROPOSTAS			205.000,00	

PORTARIA Nº 1.414, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	PALMEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FUMSAUDE	11675755000118001	27370013	170.000,00	80.000,00	10302201585350029
ES	SAO JOSE DO CALCADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CALCADO	15041835000118005	38010003	160.000,00	80.000,00	10302201585350032

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	MONTIVIDIU DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS MONTIVIDIU DO NORTE	08013657000118005	32650010	150.000,00	80.000,00	10302201585350052
PR	ARAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPUA	09329776000118003	38140006	250.000,00	170.000,00	10302201585350041
RN	ESPIRITO SANTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO	11599234000118002	30490006	250.000,00	170.000,00	10302201585350024
SE	RIBEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401979000118001	24620013	160.000,00	80.000,00	10302201585350028
SP	OURINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13892215000118009	28120025	340.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	PRESIDENTE ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE ALVES	12325531000118002	37090003	160.000,00	85.000,00	10302201585350035
TOTAL			8 PROPOSTAS			915.000,00	

PORTARIA Nº 1.415, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	CARAIBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	10410738000118002	32620008	399.990,00	399.980,00	10302201585350029
ES	GUACUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUACUI	11423181000118013	14130018	169.990,00	169.950,00	10302201585353223
PE	PASSIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11294475000118001	37470005	100.000,00	99.990,00	10302201585350026
RJ	NOVA IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10497795000118014	28810017	700.517,00	700.514,00	10302201585353323
TOTAL			4 PROPOSTAS			1.370.434,00	

PORTARIA Nº 1.416, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	QUEIMADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	12782605000118005	30620004	29.970,00	29.960,00	10302201585350029
GO	JATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12053489000118004	29690004	249.920,00	249.910,00	10302201585350052
GO	MARA ROSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARA ROSA (FMS)	11905198000118003	30380010	190.000,00	189.650,00	10302201585350052
GO	QUIRINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - QUIRINOPOLIS	04752947000118002	37210010	499.970,00	499.940,00	10302201585350052
PA	TERRA SANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA SANTA	11870266000118008	34920009	120.000,00	119.970,00	10302201585350015
PE	VENTUROSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE VENTUROSA	10352324000118001	38130006	499.991,00	499.948,00	10302201585351742
SC	BALNEARIO CAMBORIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10459525000118004	29060004	200.000,00	199.960,00	10302201585350042
SP	MORUNGABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11363048000118003	30880023	349.970,00	257.430,00	10302201585353723
TOTAL			8 PROPOSTAS			2.046.768,00	

PORTARIA Nº 1.417, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	JUSSARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUSSARI	11471886000118007	38120019	249.980,00	249.280,00	10302201585352146
TOTAL			1 PROPOSTAS			249.280,00	

PORTARIA Nº 1.444, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita a Santa Casa de Misericórdia de Itatiba como Unidade Especializada em DRC e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), do Estado de São Paulo e Município de Itatiba, destinado ao custeio da Nefrologia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC Nº. 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, bem como a aprovação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) - Deliberação CIB nº 21/2017 do Estado de São Paulo, de 04/04/2017; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo II com hemodiálise e como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo II com diálise peritoneal, códigos 15.09 e 15.10, o estabelecimento de saúde:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
50.119.585/0001-31	2023709	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITATIBA/ SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITATIBA / ITATIBA / SP

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) no montante anual de R$ 2.880.004,91 (dois milhões oitocentos e oitenta mil quatro reais e noventa e um centavos), ao Estado de São Paulo e Município de Itatiba, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Itatiba (IBGE 352340), após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.445, DE 22 DE MAIO DE 2018

Desabilita e habilita o Hospital das Clínicas FAEPA de Ribeirão Preto (SP), como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo IV com Hemodiálise Peritoneal e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), destinado ao custeio da Nefrologia do Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC Nº 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, bem como a aprovação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) de SP - Deliberação CIB nº 44, 19/04/2016, publicada no D.O.E. de 20 de agosto de 2016 - nº 157; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica desabilitado, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia (código 15.01), o estabelecimento de saúde descrito a seguir:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
57.722.118/0001-40	2082187	HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO/ FUNDACAO DE APOIO AO ENSINO PESQUISA E ASSISTENCIA HCFMRP/ RIBEIRAO PRETO / SP

Art. 2º Fica habilitado, como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo IV com hemodiálise e como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo IV com diálise peritoneal (códigos 15.13 e 15.14), o estabelecimento de saúde descrito a seguir:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
57.722.118/0001-40	2082187	HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO/ FUNDACAO DE APOIO AO ENSINO PESQUISA E ASSISTENCIA HCFMRP/ RIBEIRAO PRETO / SP

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC no montante anual de R$ 587.813,88 (quinhentos e oitenta e sete mil e oitocentos e treze reais e oitenta e oito centavos), ao Estado de São Paulo, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Estadual de de Saúde de São Paulo (IBGE 351240), após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 5º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Plano Orçamentário 0005 - Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir da competência maio de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.446, DE 23 DE MAIO DE 2018

Estabelece recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), do Estado do Maranhão e Município de Codó, destinado ao custeio da Nefrologia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 3.617/GM/MS, de 22 de dezembro de 2017, que estabelece recurso financeiro anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC e redefine os limites financeiros dos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao custeio da Nefrologia;

Considerando a expansão da oferta do Serviço de Nefrologia a ser realizado pela Nefroclínica de Codó- CNES 7546327, no Município de Codó (MA); e

Considerando a Deliberação nº 218, de 27 de outubro de 2017, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Maranhão, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação- FAEC, no montante anual de R$ 2.123.171,53 (dois milhões cento e vinte e três mil cento e setenta e um reais e cinquenta e três centavos), ao Estado do Maranhão e Município de Codó, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor mensal para o Fundo Municipal de Saúde de Codó (IBGE 210330), após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro estabelecido.

Art. 3º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação- FAEC).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.447, DE 22 DE MAIO DE 2018

Habilita o Ibene Bebedouro - Instituto Bebedouro de Nefrologia, como Unidade Especializada em DRC e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, do Estado de São Paulo, destinado ao custeio da Nefrologia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC Nº 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, bem como a aprovação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) de SP - Deliberação CIB nº 33, de 17/06/2016, ratificada no D.O. de 07/12/2017 - seção 1 - p.79; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica habilitado como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo IV com hemodiálise e como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo IV com diálise peritoneal, códigos 15.13 e 15.14, o estabelecimento de saúde:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
64.923.618/0001-06	2090244	IBENE BEBEDOURO/ INSTITUTO BEBEDOURO DE NEFROLOGIA S S/ BEBEDOURO / SP

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC no montante anual de R$ 855.192,00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil cento e noventa e dois reais), ao Estado de São Paulo, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Estadual de Saúde de São Paulo (IBGE 350000), após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.448, DE 22 DE MAIO DE 2018

Habilita a Clínica de Nefrologia de Açailândia como Unidade Especializada em DRC com TRS e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia do Estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC Nº. 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão, bem como a Resolução nº 08/2017 - CIB/MA de 02 de fevereiro de 2017; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Clínica de Nefrologia de Açailândia como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise Tipo IV com hemodiálise, código 15.13:

CNPJ	CNES	Nome/Razão Social/Município/UF
14.271.298/0001-89	7965214	CNA CLINICA DE NEFROLOGIA DE ACAILANDIA/ CNA CLINICA DE NEFROLOGIA DE ACAILANDIA LTDA ME/ ACAILANDIA/ MA

Art. 2º - Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC no montante anual de R$ 3.172.248,36 (três milhões, cento e setenta e dois mil duzentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos), ao Estado do Maranhão, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Estadual de Saúde do Maranhão (IBGE 210000), após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade -Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.449, DE 22 DE MAIO DE 2018

Habilita a Clínica SEDIT Itaquera Nefrologia como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia do Estado de São Paulo e Município de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC nº 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Deliberação da CIB/SP nº 65 de 18 de novembro 2016, retificada em 12 de agosto de 2017, conforme publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição n.º 152; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Clínica SEDIT Itaquera Nefrologia como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com hemodiálise e Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com diálise peritoneal, códigos 15.04:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
21.244.573/001-30	7683154	SEDIT ITAQUERA/ SEDIT ITAQUERA NEFROLOGIA, DIÁLISE E TRANSPLANTE/SÃO PAULO/SP

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC no montante anual de R$ 7.049.087,14 (sete milhões, quarenta e nove mil oitenta e sete reais e quatorze centavos), a ser destinado ao Estado e Município de São Paulo, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de São Paulo (IBGE 355030), após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade -Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.451, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita a Clínica de Hemodiálise Clínica de Irecê (BA) como Unidade Especializada em Doença Renal Crônica- DRC e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia do Estado da Bahia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC Nº. 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, bem como a Resolução CIB/BA nº 103 de 14/06/2017; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica habilitado, como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo IV com hemodiálise (15.13) e Unidade Especialidade em DRC com TRS/Diálise tipo IV com diálise peritoneal (15.14), no município de Irecê (BA), o estabelecimento de saúde a seguir:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
14.022.332/0001-81	7642407	CLINICA DE HEMODIALISE DE IRECE/ CLINICA DE HEMODIALISE DE IRECE LTDA/ IRECE/BA

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) no montante anual de R$ 8.594.818,73 (oito milhões, quinhentos e noventa e quatro mil oitocentos e dezoito reais e setenta e três centavos), ao Estado da Bahia, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Estadual de Saúde da Bahia (IBGE 290000), após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.452, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita o Centro de Nefrologia Dra Débora Paula de Castro (CLINEFRAN), como Unidade Especializada em DRC e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) e disponibilizado pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), destinado ao custeio da Nefrologia do Estado de São Paulo e Município de Campo Limpo Paulista.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC Nº. 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, bem como a aprovação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) - Deliberação CIB-25, de 19 de maio de 2017; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo IV com hemodiálise e como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo IV com diálise peritoneal, códigos 15.13 e 15.14, o estabelecimento de saúde:

CNPJ	CNES	Nome/Razão Social/Município/UF
08.896.723/0002-03	9189564	CENTRO DE NEFROLOGIA DRA DEBORA PAULA DE CASTRO/CLINEFRAN CLINICA DE NEFROLOGIA FRANCO DA ROCHA LTDA EPP / CAMPO LIMPO PAULISTA / SP

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no montante anual de R$ 6.448.571,48 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil quinhentos e setenta e um reais e quarenta e oito centavos), ao Estado de São Paulo e Município de Campo Limpo Paulista, destinado ao custeio da Nefrologia, da seguinte forma:

I - R$ 319.867,80 (trezentos e dezenove mil oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo (IBGE 350000) e Município de Campo Limpo Paulista (IBGE 350960), destinados ao custeio dos exames laboratoriais e de imagem; e

II - R$ 6.128.703,68 (seis milhões, cento e vinte e oito mil setecentos e três reais e sessenta e oito centavos), disponibilizados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º- item II, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Campo Limpo Paulista (IBGE 350960), após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Plano Orçamentário 0000 e 0005 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.470, DE 23 DE MAIO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de São Paulo e Município de Santos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Ofício nº 0129/2018/GAB/MS, de 5 de março de 2018 da Secretaria Municipal de Saúde de Santos, que solicita aporte de recursos financeiros para o custeio do Complexo Hospitalar dos Estivadores;

Considerando a Deliberação nº 55 de 30 de setembro de 2016, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo; e

Considerando a NOTA TÉCNICA Nº 95/2018-CGPAS/DRAC/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de São Paulo e Município de Santos.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de Santos (SP), de forma regular e automática, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 7ª (sétima) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.471, DE 23 DE MAIO DE 2018

Estabelece recurso financeiro anual do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), e redefine os limites financeiros dos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao custeio da Nefrologia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.112/GM/MS, de 13 de junho de 2002, que determina que os procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS referentes à Nefrologia e autorizados por meio de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais - APAC, sejam financiados com recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a análise dos gastos com a Nefrologia, dos estados, Distrito Federal e municípios, com base na produção aprovada e registrada no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), no período de janeiro a março de 2018; e

Considerando a necessidade de corrigir as defasagens existentes nos limites financeiros dos estados, Distrito Federal e municípios, visando à redistribuição e alocação de recursos, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 10.185.127,32 (dez milhões cento e oitenta e cinco mil cento e vinte e sete reais e trinta e dois centavos), do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, da ação detalhada Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 2º Ficam redefinidos, conforme anexo a esta Portaria, os limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios que serão disponibilizados por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor mensal para os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Fundos Municipais de Saúde, após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 - FAEC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

UF	IBGE	ESTADO/MUNICIPIO	LIMITE ANUAL (R$)
AC	120000	ACRE	9.901.253,76
		AC Total	9.901.253,76
AL	270030	ARAPIRACA	12.760.257,96
AL	270430	MACEIO	27.296.519,16
AL	270630	PALMEIRA DOS INDIOS	4.130.982,24
AL	270860	SAO MIGUEL DOS CAMPO	3.053.637,48
		AL Total	47.241.396,84
AM	130000	AMAZONAS	23.403.846,00
		AM Total	23.403.846,00
AP	160000	AMAPA	8.028.467,28
		AP Total	8.028.467,28
BA	290000	BAHIA	35.799.381,96
BA	290070	ALAGOINHAS	5.240.748,00
BA	290320	BARREIRAS	2.576.760,00
BA	290460	BRUMADO	6.430.470,00
BA	290570	CAMACARI	6.357.840,96
BA	291072	EUNAPOLIS	6.358.208,76
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	24.628.459,44
BA	291170	GUANAMBI	7.103.382,12
BA	291360	ILHEUS	7.999.874,76
BA	291480	ITABUNA	7.883.454,36
BA	291750	JACOBINA	4.106.724,00
BA	291800	JEQUIE	8.451.358,56
BA	291840	JUAZEIRO	9.306.598,08
BA	292400	PAULO AFONSO	7.982.532,84
BA	292740	SALVADOR	40.135.727,88
BA	292870	SANTO ANTONIO DE JESUS	7.012.840,20
BA	293010	SENHOR DO BONFIM	6.734.238,96
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	12.430.121,40
		BA Total	206.538.722,28
CE	230190	BARBALHA	6.611.519,04
CE	230210	BATURITE	3.908.591,52
CE	230280	CANINDE	4.290.307,68
CE	230350	CASCAVEL	7.046.049,24
CE	230370	CAUCAIA	10.163.689,80
CE	230410	CRATEUS	4.483.981,80
CE	230420	CRATO	8.362.870,20
CE	230428	EUSEBIO	6.791.281,32
CE	230440	FORTALEZA	51.746.603,88
CE	230550	IGUATU	4.645.665,00
CE	230640	ITAPIPOCA	4.042.166,64
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	5.577.567,36
CE	230765	MARACANAU	6.477.467,40
CE	231130	QUIXADA	3.251.030,52
CE	231180	RUSSAS	4.530.760,32
CE	231290	SOBRAL	10.906.482,96
		CE Total	142.836.034,68
DF	530000	DISTRITO FEDERAL	37.812.959,52
		DF Total	37.812.959,52
ES	320000	ESPIRITO SANTO	64.801.077,48
		ES Total	64.801.077,48
GO	520000	GOIAS	6.112.766,52
GO	520110	ANAPOLIS	8.698.925,64
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	12.571.902,12
GO	520450	CALDAS NOVAS	2.680.473,60
GO	520510	CATALAO	4.240.315,92
GO	520540	CERES	3.970.071,24
GO	520800	FORMOSA	3.753.710,52
GO	520860	GOIANESIA	4.477.877,52
GO	520870	GOIANIA	44.646.781,20
GO	521020	IPORA	2.373.903,24
GO	521150	ITUMBIARA	2.366.973,84
GO	521190	JATAI	4.423.192,92
GO	521250	LUZIANIA	2.696.528,64
GO	521800	PORANGATU	4.734.212,40
GO	521880	RIO VERDE	6.725.513,40
GO	522010	SAO LUIS DE MONTES BELOS	1.776.208,44
GO	522185	VALPARAISO DE GOIAS	5.205.492,12
		GO Total	121.454.849,28
MA	210000	MARANHAO	21.695.885,28
MA	210330	CODO	2.345.980,68
MA	210530	IMPERATRIZ	12.375.393,12
MA	210820	PEDREIRAS	3.498.934,92
MA	211130	SAO LUIS	28.249.018,80
MA	211220	TIMON	3.459.670,56
		MA Total	71.624.883,36
MG	310000	MINAS GERAIS	57.955.915,08
MG	310160	ALFENAS	8.869.487,28

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	310350	ARAGUARI	3.094.563,72
MG	310400	ARAXA	4.263.578,40
MG	310560	BARBACENA	5.227.781,04
MG	310620	BELO HORIZONTE	83.271.964,80
MG	310670	BETIM	10.488.619,68
MG	310740	BOM DESPACHO	4.090.694,76
MG	310860	BRASILIA DE MINAS	6.268.395,00
MG	311120	CAMPO BELO	4.767.156,48
MG	311340	CARATINGA	5.523.515,88
MG	311530	CATAGUASES	2.362.297,08
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	4.900.046,64
MG	311860	CONTAGEM	21.094.481,76
MG	312090	CURVELO	4.732.270,68
MG	312160	DIAMANTINA	3.944.382,96
MG	312230	DIVINOPOLIS	7.956.261,96
MG	312710	FRUTAL	2.027.190,72
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	13.442.891,04
MG	313130	IPATINGA	11.374.160,28
MG	313170	ITABIRA	5.834.903,76
MG	313240	ITAJUBA	5.320.817,76
MG	313380	ITAUNA	3.494.138,16
MG	313420	ITUIUTABA	4.475.801,76
MG	313510	JANAUBA	5.652.874,44
MG	313620	JOAO MONLEVADE	5.567.105,52
MG	313670	JUIZ DE FORA	15.717.083,28
MG	313820	LAVRAS	4.960.165,80
MG	313940	MANHUACU	6.700.323,72
MG	314710	PARA DE MINAS	2.473.366,20
MG	314700	PARACATU	1.419.080,88
MG	314800	PATOS DE MINAS	6.016.177,32
MG	314810	PATROCINIO	4.278.480,00
MG	315120	PIRAPORA	2.520.312,84
MG	315180	POCOS DE CALDAS	2.955.303,00
MG	315210	PONTE NOVA	4.890.893,28
MG	315250	POUSO ALEGRE	5.812.960,32
MG	315700	SALINAS	3.087.605,64
MG	316250	SAO JOAO DEL REI	5.123.952,96
MG	316370	SAO LOURENCO	5.171.265,00
MG	316470	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	3.143.053,44
MG	316720	SETE LAGOAS	6.320.548,68
MG	316860	TEOFILO OTONI	9.236.123,88
MG	316930	TRES CORACOES	3.299.361,12
MG	317010	UBERABA	6.842.032,20
MG	317020	UBERLANDIA	16.260.068,40
MG	317040	UNAI	3.278.917,68
MG	317070	VARGINHA	5.528.599,68
MG	317130	VICOSA	3.637.225,08
MG Total			424.674.197,04
MS	500000	MATO GROSSO DO SUL	3.956.437,08
MS	500110	AQUIDAUANA	2.884.753,80
MS	500270	CAMPO GRANDE	23.882.486,40
MS	500320	CORUMBA	2.780.766,72
MS	500330	COXIM	1.397.808,12
MS	500370	DOURADOS	7.512.194,28
MS	500630	PARANAIBA	2.360.007,24
MS	500830	TRES LAGOAS	1.970.280,72
MS Total			46.744.734,36
MT	510000	MATO GROSSO	21.733.745,16
MT	510180	BARRA DO GARCAS	3.247.504,68
MT	510340	CUIABA	18.691.303,80
MT	510760	RONDONOPOLIS	8.768.020,80
MT Total			52.440.574,44
PA	150000	PARA	19.116.405,24
PA	150080	ANANINDEUA	6.636.662,88
PA	150140	BELEM	28.849.190,88
PA	150240	CASTANHAL	5.807.298,00
PA	150420	MARABA	6.442.626,60
PA	150680	SANTAREM	2.390.227,80
PA	150812	ULIANOPOLIS	5.045.127,36
PA Total			74.287.538,76
PB	250000	PARAIBA	2.676.195,60
PB	250400	CAMPINA GRANDE	18.362.492,64
PB	250750	JOAO PESSOA	17.748.995,40
PB	251620	SOUSA	3.375.572,52
PB Total			42.163.256,16
PE	260000	PERNAMBUCO	164.345.223,96
PE Total			164.345.223,96
PI	220000	PIAUI	1.161.401,64
PI	220220	CAMPO MAIOR	6.762.353,64
PI	220390	FLORIANO	8.945.735,64
PI	220770	PARNAIBA	6.114.361,08
PI	220800	PICOS	11.610.632,52
PI	221100	TERESINA	28.499.736,84
PI Total			63.094.221,36
PR	410000	PARANA	79.828.277,28
PR	410140	APUCARANA	4.136.296,44
PR	410430	CAMPO MOURAO	4.448.726,28
PR	410550	CIANORTE	2.290.977,00
PR	410690	CURITIBA	31.318.630,92

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410830	FOZ DO IGUACU	8.570.437,80
PR	410840	FRANCISCO BELTRAO	2.853.966,12
PR	411370	LONDRINA	14.054.605,44
PR	411520	MARINGA	11.533.777,44
PR	411850	PATO BRANCO	2.137.914,12
PR	412810	UMUARAMA	5.253.969,84
PR Total			166.427.578,68
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	4.877.803,68
RJ	330020	ARARUAMA	5.644.634,40
RJ	330030	BARRA DO PIRAI	6.760.525,92
RJ	330040	BARRA MANSA	2.002.598,64
RJ	330045	BELFORD ROXO	13.880.853,84
RJ	330070	CABO FRIO	5.190.312,24
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	11.293.462,44
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	15.728.472,00
RJ	330190	ITABORAI	6.191.770,44
RJ	330220	ITAPERUNA	6.003.851,40
RJ	330227	JAPERI	5.757.860,28
RJ	330240	MACAE	4.105.038,00
RJ	330250	MAGE	6.076.269,36
RJ	330320	NILOPOLIS	4.381.023,24
RJ	330330	NITEROI	10.344.777,48
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	4.966.942,08
RJ	330350	NOVA IGUACU	15.594.259,92
RJ	330390	PETROPOLIS	4.570.842,96
RJ	330414	QUEIMADOS	8.313.782,76
RJ	330420	RESENDE	2.426.659,68
RJ	330430	RIO BONITO	5.128.773,96
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	106.261.700,64
RJ	330470	SANTO ANTONIO DE PADUA	4.112.447,16
RJ	330490	SAO GONCALO	17.398.567,44
RJ	330510	SAO JOAO DE MERITI	12.477.204,60
RJ	330600	TRES RIOS	4.152.768,84
RJ	330610	VALENCA	3.912.790,92
RJ	330620	VASSOURAS	1.871.509,80
RJ	330630	VOLTA REDONDA	3.505.243,68
RJ Total			302.932.747,80
RN	240000	RIO GRANDE DO NORTE	53.493.632,28
RN Total			53.493.632,28
RO	110000	RONDONIA	15.692.948,04
RO	110004	CACOAL	4.484.119,32
RO	110012	JI-PARANA	5.598.563,76
RO	110030	VILHENA	3.468.415,32
RO Total			29.244.046,44
RR	140000	RORAIMA	7.864.305,84
RR Total			7.864.305,84
RS	430000	RIO GRANDE DO SUL	72.859.511,16
RS	430210	BENTO GONCALVES	1.480.355,52
RS	430300	CACHOEIRA DO SUL	3.882.576,48
RS	430390	CAMPO BOM	2.883.686,28
RS	430460	CANOAS	4.535.127,72
RS	430470	CARAZINHO	1.834.365,12
RS	430510	CAXIAS DO SUL	5.967.873,84
RS	430770	ESTEIO	2.771.901,96
RS	430920	GRAVATAI	4.555.321,44
RS	431140	LAJEADO	3.086.805,96
RS	431330	NOVA PRATA	1.020.646,44
RS	431340	NOVO HAMBURGO	4.042.059,72
RS	431440	PELOTAS	11.071.318,44
RS	431490	PORTO ALEGRE	35.233.236,96
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	3.853.227,96
RS	431720	SANTA ROSA	2.292.855,72
RS	431710	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	1.573.913,28
RS	431800	SAO BORJA	1.507.633,56
RS	431870	SAO LEOPOLDO	3.242.218,92
RS	432240	URUGUAIANA	1.418.795,16
RS	432250	VACARIA	2.655.664,20
RS	432260	VENANCIO AIRES	2.054.732,52
RS Total			173.823.828,36
SC	420000	SANTA CATARINA	28.621.154,40
SC	420200	BALNEARIO CAMBORIU	3.986.817,00
SC	420240	BLUMENAU	4.435.169,16
SC	420290	BRUSQUE	2.496.758,40
SC	420420	CHAPECO	5.276.445,72
SC	420430	CONCORDIA	1.590.447,36
SC	420460	CRICIUMA	6.741.374,76
SC	420540	FLORIANOPOLIS	4.100.677,44
SC	420820	ITAJAI	4.502.719,08
SC	420890	JARAGUA DO SUL	2.385.691,08
SC	420910	JOINVILLE	13.791.355,08
SC	420930	LAGES	3.766.909,56
SC	421480	RIO DO SUL	4.370.077,32
SC	421580	SAO BENTO DO SUL	3.311.003,64
SC Total			89.376.600,00
SE	280030	ARACAJU	23.903.210,64
SE	280210	ESTANCIA	3.885.732,24
SE	280290	ITABAIANA	4.320.487,68
SE Total			32.109.430,56
SP	350000	SAO PAULO	292.926.375,36

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	350010	ADAMANTINA	2.493.351,72
SP	350160	AMERICANA	2.538.905,76
SP	350190	AMPARO	2.943.621,24
SP	350320	ARARAQUARA	7.153.344,84
SP	350330	ARARAS	2.504.488,80
SP	350400	ASSIS	3.901.405,56
SP	350450	AVARE	3.598.420,92
SP	350550	BARRETOS	6.096.117,12
SP	350570	BARUERI	3.501.921,72
SP	350590	BATATAIS	3.520.757,88
SP	350950	CAMPINAS	7.713.713,28
SP	351050	CARAGUATATUBA	5.216.000,52
SP	351340	CRUZEIRO	1.925.737,32
SP	351440	DRACENA	2.926.485,24
SP	351620	FRANCA	2.822.997,72
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	5.541.158,16
SP	351840	GUARATINGUETA	2.958.081,36
SP	351870	GUARUJA	4.415.064,84
SP	351880	GUARULHOS	20.784.331,32
SP	352050	INDAIATUBA	2.724.411,12
SP	352220	ITAPECERICA DA SERRA	5.141.262,24
SP	352240	ITAPEVA	4.728.228,96
SP	352410	ITUVERAVA	3.237.210,36
SP	352430	JABOTICABAL	3.509.814,96
SP	352440	JACAREI	4.221.865,44
SP	352530	JAU	4.200.466,32
SP	352670	LEME	2.080.900,56
SP	352690	LIMEIRA	3.749.039,28
SP	352900	MARILIA	8.085.512,16
SP	353080	MOGI MIRIM	5.585.056,68
SP	353470	OURINHOS	3.497.114,04
SP	353800	PINDAMONHANGABA	4.847.696,28
SP	353870	PIRACICABA	7.916.960,04
SP	354100	PRAIA GRANDE	6.114.400,68
SP	354340	RIBEIRAO PRETO	16.785.158,64
SP	354390	RIO CLARO	3.040.998,72
SP	354580	SANTA BARBARA D'OESTE	4.589.041,08
SP	354730	SANTANA DE PARNAIBA	5.206.959,12
SP	354780	SANTO ANDRE	5.144.854,80
SP	354850	SANTOS	5.047.266,84
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	10.593.582,72
SP	354890	SAO CARLOS	4.312.449,60
SP	354910	SAO JOAO DA BOA VISTA	1.517.638,08
SP	354940	SAO JOAQUIM DA BARRA	2.316.976,92
SP	354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	2.424.161,40
SP	355030	SAO PAULO	207.497.275,56
SP	355060	SAO ROQUE	4.207.938,60
SP	355100	SAO VICENTE	3.143.640,00
SP	355170	SERTAOZINHO	5.763.888,00
SP Total			736.714.049,88
TO	170000	TOCANTINS	13.866.414,48
TO Total			13.866.414,48
Total Geral			3.207.245.870,88

PORTARIA Nº 1.476, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilita Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar - EMAD e Equipe Multiprofissional de Apoio - EMAP e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Alagoas e Município de São José da Laje.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias de Consolidação nº 5/GM/MS e 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 761/SAS/MS, de 08 de julho de 2013, que estabelece normas para o cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitada Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAP) no município de São José da Laje/AL conforme o quantitativo descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação das equipes fica condicionada ao cadastro destas no Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) em até três competências a contar da publicação desta portaria, sob pena da habilitação tornar-se sem efeito.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Alagoas e do Município de São José da Laje.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de São José da Laje/AL, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 7ª (sétima) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	IBGE	PROPONENTE	Nº EMAD 2	Nº EMAP	VALOR ANUAL EMAD 2	VALOR ANUAL EMAP	VALOR ANUAL TOTAL	Nº SAIPS EMAD 2	Nº SAIPS EMAP
AL	São José da Laje	270830	Municipal	1	1	R$ 408.000,00	R$72.000,00	R$ 480.000,00	12948	14464

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO

Nº 94 - Ref. Processo MS/SIPAR: n.º 25000.053499/2018-16

INTERESSADO: Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos - NUPLAM/UFRN

ASSUNTO: Parceria para o Desenvolvimento Produtivo. Recurso administrativo.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 73/2018-CGBQB/DECIIS/SCTIE/MS e no Despacho CGBQB 3736162, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER n. 00477/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e DOU PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pelo Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos - NUPLAM/UFRN, concedendo a prorrogação de prazo de 2 (dois) anos, contado da data da publicação desta decisão.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE
Ministro de Estado da Saúde, Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 228, DE 23 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a gestão de risco sanitário aplicada às atividades de controle e fiscalização, na importação de bens e produtos sob vigilância sanitária, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de maio de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica estabelecida a aplicação de gestão de risco sanitário às atividades de controle e fiscalização incidentes na importação de bens e produtos sob vigilância sanitária.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I - Programas Específicos: programas estabelecidos pela Anvisa, com vistas ao fomento do acesso a produtos e serviços sujeitos a vigilância sanitária, bem como ao aprimoramento e à melhor aplicação de normas e práticas de vigilância sanitária. Podem embasar e nortear os Programas Específicos de que trata esta Resolução, os programas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica; de estímulo à industrialização; de apoio ao desenvolvimento tecnológico; de saúde pública do Ministério da Saúde e de suas entidades vinculadas; bem como as normativas e diretrizes de boas práticas de fabricação, transporte, armazenagem e fiscalização sanitária, dentre outros; e

II - Regimes Diferenciados de Controle e Fiscalização: Regimes Aduaneiros Especiais definidos pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais as operações de comércio exterior gozam de benefícios fiscais, como isenção, suspensão parcial ou total de tributos incidentes.

Art. 3º São critérios da gestão de risco sanitário aplicada às atividades de controle e fiscalização, na importação de bens e produtos sob vigilância sanitária:

I. Classe e classificação de risco do produto;

II. Finalidade da importação;

III. Condições de armazenagem e transporte;

IV. Histórico de conformidade e regularidade de empresas e de produtos;

V. Contexto epidemiológico e sanitário internacional;

VI. Monitoramento pós-mercado de produtos;

VII. Resultados de análises laboratoriais, fiscais ou de controle;

VIII. Origem e procedência do produto importado;

IX. Controle por amostragem aleatória.

Parágrafo único. Os critérios dispostos neste artigo não estão enumerados em ordem de aplicação, e poderão ser utilizados individualmente ou de forma combinada, observado o risco sanitário envolvido.

Art. 4º Os processos de importação de bens e produtos sob vigilância sanitária serão submetidos a análise de risco a partir do registro da petição para fiscalização e liberação sanitária perante a autoridade sanitária competente da Anvisa, conforme critérios estabelecidos no art. 3º desta Resolução, e direcionados a um dos seguintes canais de fiscalização:

I. verde, canal de fiscalização que prevê deferimento simplificado, mediante dispensa de análise documental e de inspeção de bens e produtos importados sob vigilância sanitária;

II. amarelo, canal de fiscalização que prevê análise documental do processo de importação e a possibilidade de deferimento, mediante dispensa de inspeção de bens e produtos importados sob vigilância sanitária, na ausência de irregularidade documental;

III. vermelho, canal de fiscalização que prevê análise documental, inspeção de bens e produtos importados sob vigilância sanitária e outros procedimentos sanitários, aplicáveis previstos em norma específica; e

IV. cinza, canal de fiscalização que implica procedimento de investigação.

Parágrafo único. O enquadramento em qualquer dos canais de fiscalização de que trata este artigo não impede que a autoridade sanitária, a qualquer tempo, motivada por critérios tecnicamente justificados ou indícios de irregularidade, determine que se proceda à fiscalização pertinente ao caso.

Art. 5º Ficam mantidas as exigências sanitárias e diretrizes técnico-administrativas para todos os processos de importação de bens e produtos sob vigilância sanitária, independentemente do enquadramento nos canais de fiscalização de que trata o art. 4º desta Resolução.

Art. 6º Independentemente do canal de fiscalização selecionado, conforme lista constante do art. 4º desta Resolução, a identificação de indícios de irregularidade pela autoridade sanitária poderá ensejar a instauração de procedimento de investigação.

Art. 7º Programas Específicos e Regimes Diferenciados de Controle e Fiscalização podem ser aplicados de forma complementar à gestão de risco de que tratam os arts. 3º e 4º desta Resolução, a critério da Administração, observado o risco sanitário de bens e produtos implicados.

Art. 8º Para fins da gestão de risco sanitário de que trata esta Resolução e em atendimento ao art. 7º, item 7, do Acordo sobre a Facilitação do Comércio, promulgado pelo Decreto 9.326, de 3 de abril de 2018, a Anvisa estabelecerá formalidades e procedimentos, a serem disciplinados por regulamento específico, para importadores e outros intervenientes do comércio exterior que atendam a critérios específicos, doravante denominados Operadores Autorizados.

Art. 9º A Anvisa poderá editar normas operacionais complementares para fins de cumprimento do estabelecido nesta Resolução.

Parágrafo único. A adoção de matriz de risco com os critérios de enquadramento de processos de importação de bens e produtos sob vigilância sanitária nos canais de que trata o art. 4º desta Resolução fica condicionada à aprovação pela Diretoria Supervisora da Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (GGPAF).

Art. 10. Fica revogado o item 8 do Capítulo III da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ARESTO Nº 1.122, DE 22 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 011/2018, realizada em 15 de maio de 2018 com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Protelim Industria Quimica de Prod. de Higiene e Limpeza Ltda - ME
CNPJ: 01.178.126/0001-13
Processo: 25351.468498.2017-10
Expediente: 226797017-7
Corec
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 002/1018 - Corec/Cosan/CHCOS.
Recorrente: Fábrica de Sabões Guarulhense Ltda
CNPJ: 28.930.295/0001-14
Processo: 25351.733246/2011-71
Expediente: 2014587/17-0
Corec
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por não cabimento, em cumprimento a decisão judicial, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 012/2018 - Corec/COSAN/GHCOS.

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO Nº 117, DE 22 DE MAIO DE 2018

O Coordenador Substituto Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ARLETE ROSALIR VIGARANI BASCHIROTO ME CNPJ/CPF: 85.378.735/0001-06
25741.098988/2015-19 - AIS:0141035/15-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA CNPJ/CPF: 21.551.379/0008-74
25741.091756/2016-53 - AIS:1830777/16-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: CAPITAL TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. CNPJ/CPF: 07.872.326/0001-58
25741.080732/2016-16 - AIS:1796500/16-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S/A CNPJ/CPF: 11.754.525/0003-09
25751.060285/2013-33 - AIS:0085568/13-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRES MIL REAIS)

AUTUADO: ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S/A CNPJ/CPF: 11.754.525/0003-09
25751.625913/2013-47 - AIS:0896014/13-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0009-78
25743.079649/2016-73 - AIS:1794564/16-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)

AUTUADO: H. STRATTNER & CIA. LTDA CNPJ/CPF: 33.250.713/0002-43
25741.696724/2014-12 - AIS:1027726/14-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

AUTUADO: KOMPORT COMERCIAL IMPORTADORA S.A. CNPJ/CPF: 07.409.820/0001-80
25741.067992/2016-67 - AIS:1764208/16-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

AUTUADO: LONDON COMPANY COMÉRCIO DE COMÉTICOS E IMPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 19.493.805/0001-42
25743.740984/2015-74 - AIS:1054482/15-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRES MIL REAIS)

AUTUADO: MAP COMÉRCIO EXTERIOR LTDA CNPJ/CPF: 08.396.026/0001-02
25741.124390/2016-72 - AIS:1916016/16-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

AUTUADO: OVERSEAS IMPORTADORA E EXPORTADORA DE COSMETICOS LTDA CNPJ/CPF: 73.692.923/0001-25
25743.703019/2015-38 - AIS:0998116/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)

AUTUADO: RR IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 09.244.811/0001-02
25743.854308/2016-19 - AIS:1245356/16-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

AUTUADO: TREE COMERCIAL DISTRIBUIDORA E IMPORTACAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ/CPF: 20.444.870/0001-67
25741.907316/2016-66 - AIS:1324913/16-4 - GGALI/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AUTUADO: TRANSCONTINENTAL LOGÍSTICA S/A CNPJ/CPF: 87.951.448/0006-83
25751.751749/2015-28 - AIS:1070925/15-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA CNPJ/CPF: 79.621.439/0001-91
25743.404234/2013-88 - AIS:0570853/13-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: APM TERMINALS ITAJAÍ S/A CNPJ/CPF: 04.700.714/0001-63
25741.080903/2016-15 - AIS:1797788/16-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: APM TERMINALS ITAJAÍ S/A CNPJ/CPF: 04.700.714/0001-63
25741.595820/2015-92 - AIS:0854483/15-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: CLAUDIO ANTONIO MORAES EIRELI CNPJ/CPF: 06.094.697/0001-93
25741.030315/2016-71 - AIS:1645026/16-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: CONSTRUTORA TRIUNFO S/A CNPJ/CPF: 77.955.532/0001-07
25741.538715/2013-27 - AIS:0769960/13-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: H. STRATTNER & CIA. LTDA CNPJ/CPF: 33.250.713/0002-43
25741.736541/2011-91 - AIS:427282/11-0 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: LABOR MED APARELHAGEM DE PRECISÃO LTDA CNPJ/CPF: 32.150.633/0004-15
25741.719299/2014-86 - AIS:1059288/14-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA CNPJ/CPF: 73.856.593/0001-66
25743.155337/2015-11 - AIS:0224146/15-3 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: SUL IMAGEM PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS EIRELI CNPJ/CPF: 03.135.637/0001-83
25741.725000/2014-40 - AIS:1066913/14-2 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: SIGMA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA CNPJ/CPF: 07.767.071/0001-63
25743.377547/2017-12 - AIS:1382629/17-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
AUTUADO: COSTA PINHO & CIA. LTDA. CNPJ/CPF: 89.870.851/0001-07
25751.201056/2010-41 - AIS:265835/10-6 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: EBONY FANTASTIC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA - ME CNPJ/CPF: 02.720.115/0001-86
25741.320942/2014-29 - AIS:0441114/14-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 13, DE 4 DE MAIO DE 2018

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Deficiência de Biotinidase.

.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE e o SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições,

Considerando a necessidade de se estabelecerem parâmetros sobre a deficiência da biotinidase no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação nº 276/2017, o Relatório de Recomendação nº 294 - Julho de 2017 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a busca de evidências e a avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAS/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Deficiência de Biotinidase.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral da deficiência da biotinidase, critérios de diagnóstico, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio: http://portalms.saude.gov.br/protocolos-e-diretrizes, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação da paciente ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento deficiência de biotinidase.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com a doença em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO
Secretário de Atenção à Saúde

MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO FIREMAN
Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos

PORTARIA CONJUNTA Nº 14, DE 9 DE MAIO DE 2018

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Hepatite Autoimune.

.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE e o SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições,

Considerando a necessidade de se atualizarem parâmetros sobre a hepatite autoimune no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação Nº 325/2018 e o Relatório de Recomendação nº 343 - Março de 2018 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a atualização da busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAS/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Hepatite Autoimune.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral da hepatite autoimune, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio http://portalms.saude.gov.br/protocolos-e-diretrizes, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento da hepatite autoimune.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com essa doença em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 457/SAS/MS, de 21 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 96, de 22 de maio de 2012, seção 1, páginas 96-99.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO
Secretário de Atenção à Saúde

MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO FIREMAN
Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos

PORTARIA CONJUNTA Nº 15, DE 9 DE MAIO DE 2018

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Síndrome de Turner.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE e o SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS, no uso das suas atribuições,

Considerando a necessidade de se atualizarem parâmetros sobre a síndrome de Turner no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação Nº 334/2018 e o Relatório de Recomendação nº 352 - Abril de 2018 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a atualização da busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAS/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Síndrome de Turner.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral da síndrome de Turner, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio http://portalms.saude.gov.br/protocolos-e-diretrizes, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento da síndrome de Turner.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com essa síndrome em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 223/SAS/MS, de 10 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 88, de 11 de maio de 2010, seção 1, páginas 31-32.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO
Secretário de Atenção à Saúde

MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO FIREMAN
Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos

PORTARIA Nº 645, DE 17 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação de Funcionários e Amigos do Hospital de Teixeira Soares, com sede em Teixeira Soares (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 253/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.483223/2017-88, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação de Funcionários e Amigos do Hospital de Teixeira Soares, CNPJ nº 04.182.394/0001-05, com sede em Teixeira Soares (PR).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 650, DE 17 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação São Francisco de Assis, com sede em Poços de Caldas (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 257/2018 e a Nota Técnica nº 141/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constantes do Processo nº 25000.463401/2017-54, que concluíram pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação São Francisco de Assis, CNPJ nº 15.577.756/0001-75, com sede em Poços de Caldas (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 654, DE 18 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Hospitalar Educacional e Social de Portão, com sede em Portão (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 284/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.490282/2017-11, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Hospitalar Educacional e Social de Portão, CNPJ nº 88.263.686/0001-54, com sede em Portão (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 22, DE 23 DE MAIO DE 2018

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS - SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) relativa à proposta de incorporação da laringe eletrônica para reabilitação vocal de pacientes submetidos à laringectomia total, apresentada pela Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS, nos autos do processo MS/SEI nº. 25000.149354/2016-58. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

VANIA CRISTINA CANUTO SANTOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 23, DE 23 DE MAIO DE 2018

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS - SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) relativa à proposta de incorporação do glecaprevir em associação a pibrentasvir para o tratamento de hepatite C crônica por infecção pelos genótipos 1 a 6 em adultos, apresentada pela AbbVie Farmacêutica Ltda nos autos do processo NUP 25000.068039/2018-92. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

VANIA CRISTINA CANUTO SANTOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 25, DE 23 DE MAIO DE 2018

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS - SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) relativa à proposta de incorporação da triagem neonatal para galactosemia apresentada pela Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS nos autos do processo NUP 25000.079684/2018-31. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

VANIA CRISTINA CANUTO SANTOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 30, DE 23 DE MAIO DE 2018

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS - SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) relativa à proposta de incorporação da triagem neonatal para deficiência de enzima desidrogenase de glicose hepática (glicose-6-fosfato desidrogenase, G-6-PD), apresentada pela Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS nos autos do processo NUP 25000.083947/2017-25. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

VANIA CRISTINA CANUTO SANTOS

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 181, DE 22 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
YELINA IZQUIERDO RODRIGUEZ	V970061Y	5000038	25000.219906/2013-50

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 337, DE 22 DE MAIO DE 2018

Disciplina o processo de monitoramento do Plano Plurianual - PPA 2016-2019, define as unidades responsáveis pela produção das informações sobre os Objetivos e respectivos atributos constantes do PPA 2016-2019, e indica os servidores responsáveis pelo preenchimento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

A SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.249 de 13 de janeiro de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Disciplinar o processo de monitoramento do PPA 2016-2019, definir as unidades responsáveis pela produção das informações sobre os Objetivos e respectivos atributos constantes do PPA 2016-2019 e indicar os servidores responsáveis pelo preenchimento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

Art. 2º O Monitoramento do PPA 2016-2019 é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa e orientada para o alcance das metas prioritárias da administração pública federal; possibilitando, ainda, a produção, a organização e a interpretação de informações, ampliando os conhecimentos sobre a implementação das políticas públicas.

Art. 3º O monitoramento incidirá sobre os Indicadores, Objetivos, Metas e Iniciativas dos Programas Temáticos.

Art. 4º Compete à Coordenação Geral de Planejamento - CGPLAN:

I - organizar, disciplinar e difundir a sistemática do Monitoramento PPA 2016-2019 do órgão;

II - coordenar o preenchimento e o envio dos dados no módulo do Monitoramento PPA 2016-2019 do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP;

Art. 5º Compete às unidades responsáveis pela produção das informações sobre os Objetivos e respectivos atributos constantes do PPA 2016-2019:

I - informar os gestores responsáveis pela prestação das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP;

II - prestar informações sobre os Objetivos, Metas e Iniciativas; inclusive nos casos em que tais atributos sejam executados por mais de um órgão ou entidade do Poder Executivo;

III - as Unidades Administrativas deverão informar à Coordenação Geral de Planejamento - CGPLAN a alteração, inclusão ou exclusão de perfis dos usuários no SIOP sempre que se fizer necessário.

Parágrafo único. As unidades responsáveis pela produção das informações e os responsáveis pelo preenchimento no sistema SIOP estão indicadas no Anexo Único desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA MARIA IZAIAS SANT'ANNA LIMA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO ÚNICO - UNIDADES ADMINISTRATIVAS RESPONSÁVEIS PELOS OBJETIVOS DO PPA 2016-2019 E SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELO PREENCHIMENTO DO MONITORAMENTO NO SIOP			
PROGRAMA 2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES			
OBJETIVO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0169	Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras.	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA	Rogério Borges Marques Lucas Veras Salgado
PROGRAMA 2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO			
OBJETIVO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0574	Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária.	Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana - SEMOB	Lúcia Gonçalves Pedrozo Leonardo Sanches de Andrade
0584	Implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana promovendo o fortalecimento institucional do setor e o planejamento integrado ao desenvolvimento urbano e territorial.	Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana - SEMOB	Lúcia Gonçalves Pedrozo Leonardo Sanches de Andrade
0591	Promover a Segurança e a Educação para o trânsito, por meio da implementação da Política Nacional de Trânsito - PNT.	Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	Marcela Tetzner Laiz Bruna Cardoso dos Santos
PROGRAMA 2049 - MORADIA DIGNA			
OBJETIVO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0382	Melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
0383	Ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
0384	Incentivar a construção, aquisição, ampliação e melhorias habitacionais, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário, estimulando a oferta de crédito pelos agentes financeiros.	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
0385	Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos atores envolvidos na implementação da política habitacional de interesse social para elevar a qualidade da inserção urbana e sustentabilidade dos empreendimentos e contribuir para inclusão socioeconômica das famílias beneficiadas.	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
0755	Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.	Secretaria Nacional de Habitação - SNH	Cássia Aparecida Viana Paulo César Guedes
PROGRAMA 2054 - PLANEJAMENTO URBANO			
OBJETIVO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0321	Fomentar transformações urbanísticas estruturais e urbanização acessível orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU	Cristiana Scorza Guimaraens Pedro Henrique Lopes Batista
0322	Fomentar a implementação de instrumentos democráticos e participativos de planejamento e de gestão urbana sustentável como forma de promover a reforma urbana, a acessibilidade e a redução das desigualdades sociais.	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU	Denise Schuler Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho
0324	Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e redução da pobreza urbana.	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU	Francisco Filomeno de Abreu Neto José Cristiano Rilling da Nova Cruz
PROGRAMA 2068 - SANEAMENTO BÁSICO			
OBJETIVO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0353	Implementar medidas estruturantes que assegurem a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, considerando o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a drenagem e manejo de águas pluviais, e a limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos.	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA	Rogério Borges Marques Lucas Veras Salgado
0610	Implementar medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico.	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA	Rogério Borges Marques Lucas Veras Salgado

PORTARIA Nº 338, DE 22 DE MAIO DE 2018

Disciplina o Processo de Acompanhamento Orçamentário das Ações para os exercícios de 2018 e 2019.

A SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 6º do Anexo I do Decreto 8.927, de 8 de dezembro de 2016, combinado com os arts. 4º,VII e 5º da Portaria da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) nº 103, de 19 de outubro de 2012, resolve:

Art. 1º Esta Portaria disciplina o processo de Acompanhamento Orçamentário das Ações constantes nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) de 2018 e 2019.

Art. 2º Compete à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGORF) acompanhar a execução físico-financeira das ações orçamentárias, cujos subtítulos possuam produtos e metas físicas associados, observando o alinhamento da execução com o planejado na LOA.

Art. 3º Compete à Coordenação Geral de Planejamento (CGPLAN):

I - coordenar o preenchimento e o envio dos dados no módulo de acompanhamento orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP);

II - organizar, disciplinar e difundir a sistemática de acompanhamento orçamentário do órgão ou da entidade;

III - coordenar o processo de acompanhamento orçamentário, visando à qualidade das informações inseridas pelas respectivas unidades no módulo do SIOP.

Art. 4º As Unidades Administrativas responsáveis pelas ações, bem como os servidores responsáveis pelo preenchimento do acompanhamento orçamentário - SIOP são os constantes no anexo desta Portaria.

Art. 5º Compete às Unidades Administrativas:

I - viabilizar e monitorar a execução de uma ou mais ações de programa;

II - responsabilizar-se pela obtenção do produto expresso e quantificado na meta física da ação;

III - garantir a utilização dos recursos de forma eficiente;

IV - gerir os riscos e as restrições que possam influenciar a execução da ação;

V - indicar os Perfis de Acompanhamento Orçamentário - UO no SIOP para preenchimento das informações de execução das ações orçamentárias;

VI - garantir que as metas físicas constantes da LOA estejam atualizadas no módulo específico do SIOP, inclusive quando da efetivação de alterações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro vigente;

VII - acompanhar e demonstrar a evolução dos indicadores previstos no SIOP.

Art. 6º As Unidades Administrativas deverão informar à Coordenação Geral de Planejamento (CGPLAN) a alteração, inclusão ou exclusão de perfis dos usuários no SIOP.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA MARIA IZAIAS SANT'ANNA LIMA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UNIDADES ADMINISTRATIVAS RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES E SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELO PREENCHIMENTO DO ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO NO SIOP - 2018 e 2019			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 56101 - MINISTÉRIO DAS CIDADES			
PROGRAMA 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	Coordenação de Benefícios e Assistência ao Servidor - COBEN/CGRH/SPOA/SE	Sâmya Valeska Pedreira Oliveira
			Polyanna de Jesus Moreira
PROGRAMA 0910 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
00MT	Contribuição ao Conselho Mundial da Água - WWC (MCidades)	Departamento de Planejamento e Regulação - DPLAR/SNSA	Rogério Borges Marques
			Lucas Veras Salgado
PROGRAMA 2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de Inundações, Enxurradas e Alagamentos	Departamento de repasses a Projetos de Saneamento - DRPS/SNSA	Sérgio Cotrim
			Lucas Veras Salgado
20NN	Apoio ao Planejamento de Intervenções Estruturais em Municípios Críticos a Desastres Naturais	Departamento de Gestão de Riscos e Reabilitação Urbana - DGRRU	Daniel Masiero
			Pedro Henrique Lopes Batista
8865	Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Contenção de Encostas)	Departamento de Gestão de Riscos e Reabilitação Urbana - DGRRU	Daniel Masiero
			Frederico do Monte Seabra
PROGRAMA 2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	Departamento de Mobilidade Urbana	Lúcia Gonçalves Pedrozo
			Leonardo Sanches de Andrade
10ST	Apoio a Sistemas de Circulação Não-Motorizados	Departamento de Mobilidade Urbana	Lúcia Gonçalves Pedrozo
			Leonardo Sanches de Andrade
2D47	Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego	Departamento de Mobilidade Urbana	Lúcia Gonçalves Pedrozo
			Leonardo Sanches de Andrade
10SR	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	Departamento de Planejamento e Informações	Lúcia Gonçalves Pedrozo
			Leonardo Sanches de Andrade
2D49	Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana	Departamento de Planejamento e Informações	Lúcia Gonçalves Pedrozo
			Leonardo Sanches de Andrade
PROGRAMA 2049 - MORADIA DIGNA			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
10S3	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários	Gerência de Gestão - GGEST	Cássia Aparecida Viana
			Paulo César Guedes
00AF	Integração de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	Gerência de Gestão - GGEST	Cássia Aparecida Viana
			Paulo César Guedes
00CW	Subvenção Econômica Destinada à Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)	Gerência de Gestão - GGEST	Cássia Aparecida Viana
			Paulo César Guedes
00CX	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009)	Gerência de Gestão - GGEST	Cássia Aparecida Viana
			Paulo César Guedes
00CY	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 11.977, de 2009)	Gerência de Gestão - GGEST	Cássia Aparecida Viana
			Paulo César Guedes
0E64	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com Menos de 50.000 Habitantes (Lei n 11.977, de 2009)	Gerência de Gestão - GGEST	Cássia Aparecida Viana
			Paulo César Guedes
0EB3	Concessão de Subvenção Econômica para a Aquisição de Materiais de Construção destinados à reforma, ampliação ou à conclusão de Unidades Habitacionais - Cartão Reforma (Lei nº 13.439 de 27 de abril de 2017)	Gerência de Gestão - GGEST	Cássia Aparecida Viana
			Paulo César Guedes
20Z9	Apoio à Competitividade e à Modernização da Construção Civil com Sustentabilidade Ambiental	Gerência de Gestão - GGEST	Cássia Aparecida Viana
			Paulo César Guedes
PROGRAMA 2054 - PLANEJAMENTO URBANO			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
10T2	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação e Urbanização Acessível em Áreas Urbanas	Departamento de Gestão de Riscos e Reabilitação Urbana - DGRRU	Cristiana Scorza Guimarães
			Pedro Henrique Lopes Batista
1D73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/SE	Marcelino Silva da Cunha
			Ramão Hudson dos Santos Moraes
4420	Funcionamento do Conselho das Cidades	Departamento de Integração, Avaliação e Controle Técnico - DIAT	Letícia Miguel Teixeira
			Keila S. de Oliveira Freitas
8872	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por Meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades	Departamento de Planejamento e Gestão Urbana - DPGU/CAPACIDADES	Carolina Aquino
			Everton Ferreira
8874	Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa	Departamento de Planejamento e Gestão Urbana - DPGU/DPGU	Denise Schuler
			Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho
8866	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado)	Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos - DAFU	Francisco Filomeno de Abreu Neto
			José Cristiano Rilling da Nova Cruz

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROGRAMA 2068 - SANEAMENTO BÁSICO

AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
1P95	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	Departamento de repasses a Projetos de Saneamento - DRPS/SNSA	Cezar Eduardo Scherer Lucas Veras Salgado
20NV	Apoio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas - INTERÁGUAS	Departamento de Planejamento e Regulação - DPLAR/SNSA	Rogério Borges Marques Lucas Veras Salgado
216F	Gestão da Política de Saneamento Básico	Departamento de Planejamento e Regulação - DPLAR/SNSA	Rogério Borges Marques Lucas Veras Salgado
8871	Apoio à Elaboração, Implementação e Monitoramento de Planos de Saneamento Básico	Departamento de Planejamento e Regulação - DPLAR/SNSA	Rogério Borges Marques Lucas Veras Salgado
10S5	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	Departamento de repasses a Projetos de Saneamento - DRPS/SNSA	Cezar Eduardo Scherer Lucas Veras Salgado
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	Departamento de repasses a Projetos de Saneamento - DRPS/SNSA	Hélio José Freitas Lucas Veras Salgado
1N08	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	Departamento de repasses a Projetos de Saneamento - DRPS/SNSA	Hélio José Freitas Lucas Veras Salgado

PROGRAMA 2116 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES

AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	Divisão de Execução Orçamentária e Financeira - DEORF/CGRH/SPOA/SE	Pedro Gregório Ferreira Manço Márcia Martins Rodrigues
2000	Administração da Unidade	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGLOG/SPOA/SE	Rosilene da Conceição Santos Heberton da Silva Souza
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Coordenação de Benefícios e Assistência ao Servidor - COBEN/CGRH/SPOA/SE	Juliana Frazão Campos Polyanna de Jesus Moreira
20TP	Ativos Civis da União	Coordenação de cadastro e Pagamento - COCAP/SPOA/SE	Emerson Moreira de Morais Julia Pontes Azevedo
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Coordenação de cadastro e Pagamento - COCAP/SPOA/SE	Emerson Moreira de Morais Julia Pontes Azevedo
218S	Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação dos Empreendimentos do PAC	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGORF	Márcio Oliveira Cavalcante Roberto do Nascimento Pereira
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Coordenação de Legislação, Desenvolvimento e Capacitação - COLED/CGRH/SPOA/SE	Renata Mendes Vianna Borges Ivonete Bezerra de Souza
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Assessoria de Comunicação Social - ASCOM/GM	Sérgio Flores de Albuquerque Polyanna Barbosa da Silva

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 56201 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A - TRENSURB

PROGRAMA 0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Sônia Maria de Moura Priscila Eich D'Avila

PROGRAMA 0909 - OPERAÇÕES ESPECIAL: OUTROS ENCARGOS ESPECIAL

AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais.	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Sônia Maria de Moura Priscila Eich D'Avila

PROGRAMA 0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	 Sônia Maria de Moura Priscila Eich D'Avila

PROGRAMA 2116 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES

AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
2000	Administração da Unidade	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Sônia Maria de Moura Priscila Eich D'Avila
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Sônia Maria de Moura Priscila Eich D'Avila
20TP	Ativos Civis da União	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Sônia Maria de Moura Priscila Eich D'Avila
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Sônia Maria de Moura Priscila Eich D'Avila
2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Sônia Maria de Moura Priscila Eich D'Avila
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Sônia Maria de Moura Priscila Eich D'Avila
6438	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos	Gerência de Orçamento e Finanças - GEORF/TRENSURB	Sônia Maria de Moura Priscila Eich D'Avila

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 56202 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU			
PROGRAMA 0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	Gerência Geral jurídica/CBTU	Arley Thalmo Amado Fagundes
			Elcio Goulart Pinto
PROGRAMA 0905 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Arley Thalmo Amado Fagundes
			Elcio Goulart Pinto
PROGRAMA 0909 - OPERAÇÕES ESPECIAL: OUTROS ENCARGOS ESPECIAL			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Arley Thalmo Amado Fagundes
			Elcio Goulart Pinto
PROGRAMA 2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	Diretoria Técnica/CBTU	Jonathan da Silva Costa
			Guilhermina Sueli Lima Sequeira
5176	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG	Diretoria Técnica/CBTU	Jonathan da Silva Costa
			Guilhermina Sueli Lima Sequeira
NE0A	Implantação do Trecho Estação BR-101-Norte - Estação BR-101-Sul do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN	Diretoria Técnica/CBTU	Jonathan da Silva Costa
			Guilhermina Sueli Lima Sequeira
NE0B	Implantação do Trecho Maceió - Mangabeiras do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL	Diretoria Técnica/CBTU	Jonathan da Silva Costa
			Guilhermina Sueli Lima Sequeira
NE0C	Implantação do Trecho Barreiro - Calafate do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG	Diretoria Técnica/CBTU	Jonathan da Silva Costa
			Guilhermina Sueli Lima Sequeira
NE0E	Modernização e Recuperação do Trecho Eldorado - Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG	Diretoria Técnica/CBTU	Jonathan da Silva Costa
			Guilhermina Sueli Lima Sequeira
NE0F	Recuperação e Melhorias do Sistema de Trens Urbanos	Diretoria Técnica/CBTU	Jonathan da Silva Costa
			Guilhermina Sueli Lima Sequeira
NE10	Fomento à Expansão e ao Fortalecimento de Sistemas de Trens Urbanos	Diretoria Técnica/CBTU	Jonathan da Silva Costa
			Guilhermina Sueli Lima Sequeira
PROGRAMA 2116 - PROGRAMA DE GESTÃO E DE MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
2000	Administração da Unidade	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Arley Thalmo Amado Fagundes
			Elcio Goulart Pinto
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Arley Thalmo Amado Fagundes
			Elcio Goulart Pinto
20TP	Ativos Civis da União	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Arley Thalmo Amado Fagundes
			Elcio Goulart Pinto
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Arley Thalmo Amado Fagundes
			Elcio Goulart Pinto
2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	Diretoria de Planejamento, Expansão e Markenting	Arley Thalmo Amado Fagundes
			Elcio Goulart Pinto
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Diretoria de Planejamento, Expansão e Markenting	Arley Thalmo Amado Fagundes
			Elcio Goulart Pinto
6438	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos	Diretoria de Administração e Finanças/CBTU	Arley Thalmo Amado Fagundes
			Elcio Goulart Pinto
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 56901 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DO TRÂNSITO - FUNSET			
PROGRAMA 0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	Coordenação-Geral de Planejamento Operacional - CGPO/DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos
			Marcela Tetzner Laiz
PROGRAMA 2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
20YZ	Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito	Coordenação-Geral de Planejamento Operacional - CGPO/DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos
			Marcela Tetzner Laiz
4398	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito	Coordenação-Geral de Planejamento Operacional - CGPO/DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos
			Marcela Tetzner Laiz
4414	Educação para a Cidadania no Trânsito	Coordenação-Geral de Planejamento Operacional - CGPO/DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos
			Marcela Tetzner Laiz
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Coordenação-Geral de Planejamento Operacional - CGPO/DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos
			Marcela Tetzner Laiz
PROGRAMA 2116 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
2000	Administração da Unidade	Coordenação-Geral de Planejamento Operacional - CGPO/DENATRAN	Bruna Cardoso dos Santos
			Marcela Tetzner Laiz

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 56902 - FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FNHIS			
PROGRAMA 0999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	Cássia Aparecida Viana
			Paulo César Guedes
PROGRAMA 2049 - MORADIA DIGNA			
AÇÃO		UNIDADE ADMINISTRATIVA	SERVIDOR
10S6	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	Gerência de Gestão - GGEST	Cássia Aparecida Viana
			Paulo César Guedes
10SJ	Apoio à Produção ou melhoria Habitacional de Interesse Social	Gerência de Gestão - GGEST	Cássia Aparecida Viana
			Paulo César Guedes
8873	Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Agentes Integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS	Gerência de Gestão - GGEST	Cássia Aparecida Viana
			Paulo César Guedes
8875	Apoio à Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	Gerência de Gestão - GGEST	Cássia Aparecida Viana
			Paulo César Guedes

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 1.136, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.003003/2017-47, decide não conceder, por não se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade, efeito suspensivo solicitado pela Interligação Elétrica do Madeira S.A em face dos itens (v) e (vi) do Despacho n° 3.816, de 14 de novembro de 2017, que revogou os Termos de Liberação Parcial emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico para o período de 13 de março a 20 de junho de 2015 e estabeleceu a obrigatoriedade de devolução de receita referente a este período.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.137, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.000596/2016-17, decide não conceder, por não se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade, efeito suspensivo ao Despacho nº 950, de 24 de abril de 2018, solicitado pela EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. e Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. no Recurso Administrativo interposto em face deste Despacho, que não aprovou o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre as empresas.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.125, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processos nº 48500.000451/2018-70, 48500.000192/2018-87, 48500.000042/2010-16, 48500.002698/2008-59, 48500.002699/2008-01 e 48500.001346/2006-71. Interessado: COFCO Internacional Brasil S.A. Decisão: registrar a alteração da razão social da empresa COFCO Brasil S.A. para COFCO Internacional Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.315.338/0001-19. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.149, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processos nº: 48500.005213/2017-70. Interessada: EDP Transmissão SP-MG S.A.. Decisão: anuir com a alteração do arranjo de barramentos e equipamentos proposta pela EDP Transmissão SP-MG S.A. para implantação dos circuitos 1 e 2 da Linha de Transmissão Estreito - Cachoeira Paulista, em 500 kV, na SE Cachoeira Paulista, observando-se o que consta no processo. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 1.133, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo nº: 48500.001230/2018-19. Interessado: Espírito Santo Distribuição de Energia S/A - EDP-ES. Decisão: (i) R$159.168,86 (cento e cinquenta e nove mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos) referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0380-0048/2015; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.135, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo nº: 48500.001247/2018-76. Interessado: Elektro Eletricidade e Serviços S/A. - ELEKTRO. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 2.099.971,42 (Dois milhões, noventa e nove mil e novecentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0385-0042/2015; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.150, DE 23 DE MAIO DE 2018

Processo nº: 48500.001480/2018-59. Interessados: município de Bauru, Procuradoria da República no município de Bauru, CPFL Paulista, CPFL Santa Cruz, Elektro e Ceripa. Decisão: (i) aprovar que os tempos do Anexo I sejam considerados para o consumo diário para fins de faturamento da energia elétrica destinada à iluminação pública e à iluminação de vias internas de condomínios nos respectivos municípios; (ii) determinar que as distribuidoras CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, Elektro e Ceripa considerem, no prazo de até 30 (dias), os valores de tempo do item (i) nos faturamentos subsequentes à publicação deste Despacho, bem como promovam as alterações contratuais necessárias.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 1.141, DE 22 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.000589/2018-79, decide indeferir o pleito da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. - CPTE de isenção de aplicação da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI associada à indisponibilidade da Linha de Transmissão - LT Cachoeira Paulista - Tijuco Preto-C2, ocorrida no período de 12 a 16 de julho de 2017.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 380, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000504/2013-09, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da USINA BELA VISTA S.A., CNPJ nº 04.969.941/0001-99, com capacidade de produção de 820 m³/dia de etanol hidratado e 1.000 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda Bela Vista, s/n, Zona Rural, Pontal - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 510, de 28/05/2013, publicada no DOU de 29/05/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 374, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.001198/2018-24, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário Petrogal Brasil S.A., CNPJ 03.571.723/0001-39, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20.277-0.

Art. 2ºA íntegra desta autorização (e seus anexos) consta(m) dos autos e estará(ão) disponível(is) na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

Art. 3ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO RENAULT

AUTORIZAÇÃO Nº 375, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.005424/2017-65, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20018-8.

Art. 2ºA íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/legislacao) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AUTORIZAÇÃO Nº 376, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.015035/2017-48, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20.223-4.

Art. 2ºA íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/legislacao) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

AUTORIZAÇÃO Nº 377, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.000822/2018-76, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20.336-4.

Art. 2ºA íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/legislacao) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

AUTORIZAÇÃO Nº 378, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.001990/2018-89, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20.376-0.

Art. 2ºA íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/legislacao) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

AUTORIZAÇÃO Nº 379, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.004797/2018-08, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20448-7.

Art. 2ºA íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/legislacao) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

DESPACHO Nº 655, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.004281/2018-55, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0806/2018 da Unidade de Pesquisa Grupo de Estudos da Qualidade da Energia Elétrica - GQEE, vinculada à UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA - UNIFEI, CNPJ nº 21.040.001/0001-30.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

DESPACHO Nº 656, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.004868/2018-64, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0807/2018 da Unidade de Pesquisa Laboratório de Polímeros e Materiais Conjugados - LAPCON, vinculada à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI - UFPI, CNPJ nº 06.517.387/0001-34.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

DESPACHO Nº 657, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.004696/2018-29, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0808/2018 da Unidade de Pesquisa Núcleo Multiusuário de Microscopia da COPPE, vinculada à UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ, CNPJ nº 33.663.683/0001-16.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

DESPACHO Nº 658, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.002966/2018-67, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0805/2018 da Unidade de Pesquisa LETICIC - Laboratório de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação, do Conhecimento e da Inteligência Competitiva, vinculada à UNIVERSIDADE DE SAO PAULO, CNPJ nº 63.025.530/0001-04.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 373, DE 22 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DADOS TÉCNICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 56, de 23 de fevereiro de 2016, e no que consta no processo 48610.005272/2018-81, resolve:

Conceder autorização para a empresa de aquisição de dados LASA PROSPECÇÕES S.A., CNPJ 33.054.875/0001-25, nos termos das Resoluções ANP nº 11/2011 e 01/2015, realizar reprocessamento de dados não sísmicos, tecnologia magnetometria, ambiente aéreo, em base não exclusiva, nas bacias de Campos, Espírito Santo, Mucuri, Cumuruxatiba, Camamu-Almada e Jequitinhonha.

A íntegra desta autorização conta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CLÁUDIO JORGE MARTINS DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 654, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no art. 41, II, "g", "h" e "i" da Resolução ANP n° 58, de 20/10/2014 e no que consta no Processo Administrativo ANP nº 48610.001173/2017-40, em função do término do prazo concedido no Despacho 1053/2017, bem como no que consta no Despacho 620/2018, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 197/2006 para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos, concedida à sociedade DIAL - DISTRIBUIÇÃO, ABASTECIMENTO E LOGÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.697.706/0001-01. Revogam-se as disposições em contrário.

MAURO MOTTA LAPORTE

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 103/2018/DF

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

830.241/2017-MATA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°3461/2018-Destacado do DNPM 833.987/2013-ALVARÁ N°5498/2015-Vencimento em 06/08/2018

831.582/2017-CUSTODIA MARIA DE OLIVEIRA-ALVARÁ N°3462/2018-Destacado do DNPM 831.099/2016-ALVARÁ N°534/2017-Vencimento em 31/01/2020

831.790/2017-GILBERTO VAZ DE MELLO AZEREDO E CIA LTDA ME-ALVARÁ N°3463/2018-Destacado do DNPM 833.987/2013-ALVARÁ N°5498/2015-Vencimento em 06/08/2018

832.167/2017-LAGOA VERDE PESQUISA E EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°3464/2018-Destacado do DNPM 831.281/2015-ALVARÁ N°14.975/2015-Vencimento em 08/12/2018

832.193/2017-LUCIANO DE SOUZA PIRES-ALVARÁ N°3465/2018-Destacado do DNPM 830.076/2016-ALVARÁ N°3543/2016-Vencimento em 14/04/2019

870.155/2018-TRANSAREIA TRANPORTES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME-ALVARÁ N°3466/2018-Destacado do DNPM 870.612/2017-ALVARÁ N°8248/2017-Vencimento em 14/11/2019

870.200/2018-TRANSAREIA TRANPORTES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME-ALVARÁ N°3467/2018-Destacado do DNPM 870.758/2017-ALVARÁ N°8249/2017-Vencimento em 14/11/2019

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 28/2018/AP

Fase de Licenciamento

Instaura processo administrativo de cassação do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias.(1287)

858.131/2011-LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-NOT NºOF. 167/2018

858.132/2011-LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-NOT NºOF. 167/2018

GEORGE MORAIS DE SOUZA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 29/2018/AP

Fase de Requerimento de Licenciamento

Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)

858.118/2017-R L NASCIMENTO- DOU de 04/01/2018
858.121/2017-R L NASCIMENTO- DOU de 04/01/2018
858.122/2017-R L NASCIMENTO- DOU de 04/01/2018
858.123/2017-R L NASCIMENTO- DOU de 04/01/2018

GEORGE MORAIS DE SOUZA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 30/2018/AP

Fase de Requerimento de Licenciamento

Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)

858.118/2017-R L NASCIMENTO
858.121/2017-R L NASCIMENTO
858.122/2017-R L NASCIMENTO
858.123/2017-R L NASCIMENTO

GEORGE MORAIS DE SOUZA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 77/2018/GO

Fase de Requerimento de Lavra

Torna sem efeito exigência(560)

861.059/2009-JOSÉ LEOMAR E IRACIMAR LTDA-OF. N°921/2015/DFISC/DNPM/GO-DOU de 30/06/2015

Fase de Licenciamento

Despacho de retificação do Registro de Licença(741)

863.962/1996-MINERAÇÃO MORRO ESCURO-Registro de Licença N° 1166/2002-Onde se lê: Vencimento da Licença 06/09/2029, Leia-se Vencimento da Licença 26/04/2032.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

862.088/2013-FOCAL AREIA E CASCALHO LTDA ME- Registro de Licença N° 41/2014-Onde se lê: Vencimento da Licença 17/12/2017, Leia-se Vencimento da Licença 17/12/2019.

862.089/2013-FOCAL AREIA E CASCALHO LTDA ME- Registro de Licença N° 42/2014-Onde se lê: Vencimento da Licença 17/12/2017, Leia-se Vencimento da Licença 17/12/2019.

862.090/2013-FOCAL AREIA E CASCALHO LTDA ME- Registro de Licença N° 43/2013-Onde se lê: Vencimento da Licença 17/12/2017, Leia-se Vencimento da Licença 17/12/2019.

860.941/2016-F2 IRMÃOS FERRARI TRANSPORTES LTDA ME- Registro de Licença N° 011/2017-Onde se lê:"...Vencimento da Licença 09/08/2018..." Leia-se:"...Vencimento da Licença 30/06/2019..."

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 82/2018/GO

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
861.623/2013-TITANIO GOIÁS MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA-AI N°414/2018
861.624/2013-TITANIO GOIÁS MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA-AI N°415/2018
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Auto de Infração.(1848)
862.112/2012-LUIZ CARLOS MORETON- AI N°137/2018
862.113/2012-LUIZ CARLOS MORETON- AI N°138/2018
862.114/2012-LUIZ CARLOS MORETON- AI N°139/2018
862.116/2012-LUIZ CARLOS MORETON- AI N°141/2018
862.117/2012-LUIZ CARLOS MORETON- AI N°142/2018
862.118/2012-LUIZ CARLOS MORETON- AI N°143/2018
862.120/2012-LUIZ CARLOS MORETON- AI N°145/2018
862.121/2012-LUIZ CARLOS MORETON- AI N°146/2018

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 203/2018/MG

Fica(m) o(s) abaixo relacionado (s) ciente(s) de que julgou-se parcialmente procedente a(s) defesa(s)administrativa (s)interposta(s); restando- lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/MG, relativo ao(s) débitos(s) apurados(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89,nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Lei nº9993/00, nº10.195/01 e nº10.522/02),no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

930.547/2011 - Passagem Mineração S/A - CNPJ:01.335.822/0001-96 - NFLDP Nº666/2011 - Valor:R$40.088,77

934.300/2011 - Mineração Zelância Ltda - CNPJ:19.678.002/0001-62 - NFLDP Nº3670/2011 - Valor:R$ 26.691,39

FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA

Aprovo o modelo de rótulo da embalagem de água mineral (4.40)

930.034/2009 - Nestlé Waters Brasil - Bebidas e Alimentos Ltda - Fonte Acqua Panna - Marca Acqua Panna - Embalagem 500 mL, 750 mL e 1 L, sem gás.

PABLO CÉSAR DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 56/2018/PB

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
814.863/1974-ANTONIO GERALDO CORDEIRO FRAGOSO-CONHEÇO o recurso apresentado e MATENHO a decisão proferida as fls. 735 e 747, in casu, inabilitação da proposta Votorantim Cimentos NNE S/A

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 41/2018/PE

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Divaldo Alves da Silva - 840160/17, 840161/17
Luzarte Estrela Ltda - 840076/15
Patrícia Alves Cardoso - 840154/17

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 42/2018/PE

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Lahore Desenvolvimento Imobiliário Ltda me - 840221/15
Odacy Amorim de Souza - 840028/14, 840029/14

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 43/2018/PE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Mineração Antena Dourada Ltda ME. - 840085/13 - Not.32/2018 - R$ 6.797,65, 840086/13 - Not.34/2018 - R$ 7.712,99, 840500/12 - Not.36/2018 - R$ 3.575,87, 840508/12 - Not.38/2018 - R$ 7.837,71, 840538/12 - Not.40/2018 - R$ 7.781,90, 840541/12 - Not.42/2018 - R$ 5.524,42

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 44/2018/PE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Bruno Oliveira Alcoforado - 840249/15 - Not.44/2018 - R$ 3.314,09
Jose Pianco de Lima-me - 840054/97 - Not.30/2018 - R$ 3.973,68
Mineração Antena Dourada Ltda ME. - 840085/13 - Not.33/2018 - R$ 6.628,17, 840086/13 - Not.35/2018 - R$ 6.628,17, 840500/12 - Not.37/2018 - R$ 6.628,17, 840508/12 - Not.39/2018 - R$ 6.628,17, 840538/12 - Not.41/2018 - R$ 6.628,17, 840541/12 - Not.43/2018 - R$ 6.628,17

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 45/2018/PE

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Torres & Pedrosa Comércio de Águas Minerais Ltda me Cpf/cnpj :09.324.366/0001-90 - Processo minerário: 840305/92 - Processo de cobrança: 940100/18 Valor: R$.1.009.930,85

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 46/2018/RN

Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
848.089/2008-SEBASTIÃO ELÓI DANTAS ME - Publicado DOU de 24/05/2010, Relação n° 88, Seção 1, pág. 80- Onde se lê: " Data de Vencimento: 07/02/2018", Leia-se: "Data de Vencimento: 27/02/2020"

ROGER GARIBALDI MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2018/RN

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.008/2013-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-OF. N°376/2018
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
848.008/2013-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA- AI N°101/18
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
848.170/1996-INDÚSTRIA DE BEBIDAS RIOGRANDE LTDA- AI N° 045/18
848.014/2001-INAMAR INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA ME- AI N° 105/17
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
848.014/2001-INAMAR INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA ME-OF. N°221.44.016/2017
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
848.014/2001-INAMAR INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA ME- AI N°103/17
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
848.170/1996-INDÚSTRIA DE BEBIDAS RIOGRANDE LTDA-OF. N°221.44.019/2018
848.014/2001-INAMAR INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA ME-OF. N°221.44.15/2017

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 52/2018/RO

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Esdras Gabriel Perea - 886299/16 - Not.241/2018 - R$ 39.534,70
Gilberto Wallzen Costa - 886331/14 - Not.236/2018 - R$ 28.656,07
José Antônio Pereira do Nascimento - 886064/09 - Not.239/2018 - R$ 6.550,44

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 53/2018/RO

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Admilson Repizo da Silva - 886367/13 - Not.204/2018 - R$ 376,37, 886367/13 - Not.235/2018 - R$ 188,34
Aldir da Silva Gonçalves - 886335/10 - Not.225/2018 - R$ 752,73
Alpha Explorations Beneficiamento de Pedras Preciosas Brazil Ltda - 886005/12 - Not.176/2018 - R$ 737,76, 886005/12 - Not.177/2018 - R$ 17.279,65
Anauã de Mendonça Mello Ortigosa Fernandes - 886161/12 - Not.220/2018 - R$ 1,04, 886161/12 - Not.221/2018 - R$ 376,37
Britamar Extração de Pedras e Areia Importação e Exportação Ltda - 886402/13 - Not.214/2018 - R$ 376,37, 886402/13 - Not.215/2018 - R$ 87,01, 886404/13 - Not.207/2018 - R$ 376,37, 886329/13 - Not.170/2018 - R$ 406,52, 886329/13 - Not.171/2018 - R$ 195,82, 886401/13 - Not.194/2018 - R$ 368,88, 886401/13 - Not.195/2018 - R$ 173,63
Carlos Magno Soares Diana - 886297/13 - Not.196/2018 - R$ 737,76, 886297/13 - Not.197/2018 - R$ 125,36, 886255/13 - Not.202/2018 - R$ 752,73
Cascalheira Primavera Ltda me - 886389/13 - Not.238/2018 - R$ 754,87
Ceramica Boaro Ltda me - 886084/12 - Not.173/2018 - R$ 199,23
Comércio & Construtora Areial STA. Rita de Cássia LTDA. me - 886367/12 - Not.229/2018 - R$ 4.310,73, 886367/12 - Not.230/2018 - R$ 752,73
Conquista Comercio e Serviço Ltda me - 886590/11 - Not.219/2018 - R$ 381,39
d & d Serviços e Transportes Ltda me - 886322/12 - Not.213/2018 - R$ 752,73
Daniel Locatelli - 886399/13 - Not.226/2018 - R$ 376,37
Delta do Brasil Importação e Exportação de Minérios LTDA. - 886415/13 - Not.227/2018 - R$ 184,87, 886415/13 - Not.228/2018 - R$ 752,73
e. Perini e Cia Ltda Epp - 886056/13 - Not.191/2018 - R$ 179,18, 886056/13 - Not.192/2018 - R$ 368,88
Emerson José Muller - 886344/13 - Not.174/2018 - R$ 200,52, 886344/13 - Not.175/2018 - R$ 406,52
Esdras Gabriel Perea - 886299/16 - Not.242/2018 - R$ 3.968,74
Fernando de Araujo Lopes - 886300/12 - Not.208/2018 - R$ 376,37
Genisis Terraplenagans Mineração e Comercio Ltada me - 886368/10 - Not.186/2018 - R$ 387,10
Geovani de Oliveira - 886065/12 - Not.168/2018 - R$ 187,88, 886065/12 - Not.169/2018 - R$ 381,39
Gilberto Wallzen Costa - 886331/14 - Not.237/2018 - R$ 7.035,03
J.B. Correa & Cia Ltda - 886168/12 - Not.231/2018 - R$ 376,37, 886168/12 - Not.232/2018 - R$ 133,12
J.C.R. Silva me - 886495/11 - Not.201/2018 - R$ 381,39
Jânio Mendonça de Sousa - 886216/13 - Not.172/2018 - R$ 398,78
José Antônio Pereira do Nascimento - 886064/09 - Not.240/2018 - R$ 7.795,60
Jose Fidelis Braga - 886339/11 - Not.216/2018 - R$ 358,38
Josimar Vieira Pires - 886390/10 - Not.224/2018 - R$ 383,15, 886192/12 - Not.233/2018 - R$ 178,67, 886192/12 - Not.234/2018 - R$ 376,37, 886317/12 - Not.164/2018 - R$ 368,88, 886317/12 - Not.165/2018 - R$ 103,05
Lucas Vieira Augusto Dos Santos - 886363/13 - Not.180/2018 - R$ 406,52

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Mineração Cacoal Ltda Epp - 886100/13 - Not.178/2018 - R$ 406,52, 886100/13 - Not.179/2018 - R$ 190,66
Mineração Kandandu Ltda - 886020/13 - Not.181/2018 - R$ 406,52, 886020/13 - Not.182/2018 - R$ 290,03, 886222/12 - Not.245/2018 - R$ 754,87
Multicommerce COM. IMP. EXP. Ltda - 886432/10 - Not.163/2018 - R$ 387,10
n3 Brasil Mineração Ltda - 886296/10 - Not.223/2018 - R$ 381,39
Pontual Extração Ltda me - 886223/12 - Not.243/2018 - R$ 377,43, 886223/12 - Not.244/2018 - R$ 178,11
Porto de Areia Rio Machado Ltda me - 886268/12 - Not.185/2018 - R$ 204,56
r. j. c. Santiago - 886342/12 - Not.217/2018 - R$ 398,78, 886342/12 - Not.218/2018 - R$ 197,58
Raimundo Nonato Quintela Rodrigues me - 886249/12 - Not.166/2018 - R$ 368,88
Ray de Paula Silva - 886028/13 - Not.187/2018 - R$ 48,76, 886028/13 - Not.188/2018 - R$ 737,76
Rodrigo Cardoso de Souza - 886294/12 - Not.189/2018 - R$ 737,76, 886294/12 - Not.190/2018 - R$ 253,64
sc Construções LTDA. me - 886043/13 - Not.222/2018 - R$ 376,37
Tiago José Rotuno Vieira - 886573/11 - Not.203/2018 - R$ 381,39
Valmir Vieira Amaro - 886213/10 - Not.206/2018 - R$ 381,39
Valter Carvalho Mendes - 886109/13 - Not.211/2018 - R$ 141,68, 886109/13 - Not.209/2018 - R$ 406,52
Vladimir Lanfredi me - 886224/12 - Not.210/2018 - R$ 752,73, 886224/12 - Not.212/2018 - R$ 363,91
Zortton Comércio e Serviços IMP. e EXP. Ltda - 886425/10 - Not.205/2018 - R$ 379,72
Zulmira Suares Greco me - 886306/13 - Not.193/2018 - R$ 368,88, 886193/12 - Not.183/2018 - R$ 368,88, 886193/12 - Not.184/2018 - R$ 180,92

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 54/2018/RO

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Metalmig Mineração Indústria e Comércio s a Cpf/cnpj :34.456.038/0001-95 - Processo minerário: 886559/04 - Processo de cobrança: 986186/18 Valor: R$.28.265,96, Processo minerário: 886045/10 - Processo de cobrança: 986187/18 Valor: R$.19.068,40

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 89, DE 22 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, e art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 860.273/2003, resolve:

Art. 1° Fica retificada a concessão de lavra outorgada no processo DNPM nº 860.273/2003, de que é titular Mineração Maracá Indústria e Comércio S. A., a qual passa a ter a seguinte redação:

"Fica outorgada à Mineração Maracá Indústria e Comércio S. A., concessão para lavrar Minério de Cobre, Minério de Prata, Minério de Ouro, nos Municípios de Nova Iguaçu de Goiás, Pilar de Goiás e Alto Horizonte, Estado de Goiás, numa área de 258,28 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 14°14'51,547"S/49°24'38,458"W; 14°15'56,621"S/49°24'38,458"W; 14°15'56,607"S/49°25'46,223"W; 14°15'49,672"S/49°25'46,223"W; 14°15'49,672"S/49°25'40,441"W; 14°15'38,665"S/49°25'40,441"W; 14°15'38,665"S/49°25'33,101"W; 14°15'33,968"S/49°25'33,101"W; 14°15'33,968"S/49°25'25,685"W; 14°15'27,857"S/49°25'25,685"W; 14°15'27,857"S/49°25'17,686"W; 14°15'18,533"S/49°25'17,686"W; 14°15'18,533"S/49°25'08,052"W; 14°15'03,543"S/49°25'08,052"W; 14°15'03,543"S/49°25'05,697"W; 14°14'56,649"S/49°25'05,697"W; 14°14'56,649"S/49°24'59,689"W; 14°14'51,541"S/49°24'59,689"W; 14°14'51,547"S/49°24'38,458"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 14°14'51,547"S e Long. 49°24'38,460"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1999,9m-S; 2031,3m-W; 213,2m-N; 173,3m-E; 338,3m-N; 220,0m-E; 144,4m-N; 222,3m-E; 187,8m-N; 239,8m-E; 286,6m-N; 288,8m-E; 460,7m-N; 70,6m-E; 211,9m-N; 180,1m-E; 157,0m-N; 636,4m-E".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

PORTARIA Nº 90, DE 22 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, e art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48414.848261/2014, resolve:

Art. 1° Outorgar à Casa Grande Mineração Ltda., concessão para lavrar Feldspato e Quartzo, no Município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, numa área de 670,54 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 06°46'45,139"S / 36°35'04,000"W; 06°46'45,139"S / 36°33'48,300"W; 06°48'19,043"S / 36°33'48,300"W; 06°48'19,043"S / 36°35'04,000"W; 06°46'45,139"S / 36°35'04,000"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°46'45,139"S e Long. 36°35'04,000"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2324,5m-E; 2884,7m-S; 2324,5m-W; 2884,7m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA

DESPACHOS DE 18 DE MAIO DE 2018 (*)

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA

Indefere o requerimento de concessão de lavra. (3.90)

Os processos permanecerão nesta Secretaria durante o prazo recursal, para vistas e cópias.

48402.801908/1978 - SELLAS LTDA.
48403.830277/1984 - MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA.
48403.832412/1984 - MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.
27201.810273/1986 - SERVIGEREM SILVIO DOS SANTOS PINTO FI
48403.831739/1986 - ST SOUTO & TOLEDO MINERAÇÃO LIMITADA.
48403.830488/2001 - MINERAÇÃO MAIA LTDA. ME
48402.820841/2001 - MBM MINERAÇÃO LTDA EPP.
48422.806113/2006 - GESSOSUL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA
48409.890433/2006 - VP MINERAÇÃO SERRÃO LTDA.
27214.848004/2007 - CAULIM CAIÇARA LTDA.
27214.848123/2010 - COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI
48403.830920/2010 - MINERAÇÃO OS SILVESTRES LTDA.
27214.848048/2011 - MINERAÇÃO CURRAIS NOVOS LTDA.

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA
Secretário-Adjunto

(*) Republicados por terem saído no DOU nº 44, de 23-5- 2018, Seção 1, pág. 44, com incorreção no original.

DESPACHO Nº 12, DE 18 DE MAIO DE 2018

Processo DNPM nº 48401.810.689/2012-25. Interessado: ASSOCIACAO DOS FREIS CAPUCHINHOS DO RS - ASCAP. Assunto: Processo de Nulidade da Portaria Nº 110/SGM, de 24 de abril de 2017, instaurado com fulcro nos artigos 66 e 68 do Decreto - Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Despacho: Nos termos da NOTA nº. 00134/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU e dos DESPACHOS nº. 00242/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº. 00470/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta decisão, SUSPENDO o processo de nulidade para que a Associação dos Freis Capuchinhos apresente, no prazo de 60 dias, junto ao DNPM, o respectivo pedido de cessão de direitos minerários e sua averbação. Decorrido o prazo mencionado, deve-se prosseguir com o procedimento de nulidade da concessão de lavra.

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA
Secretário-Adjunto

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.178, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em conformidade com o art. 3° do Decreto n° 8.821, de 26 de julho de 2016, tendo em vista o que dispõe o Decreto n° 8.949, de 29 de dezembro de 2016, e, ainda, consoante a Lei n° 13.341, de 29 de setembro de 2016, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social, resolve:

Art. 1º Subdelegar ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS competência para a prática dos seguintes atos:

I - nomeação, exoneração, designação e dispensa de titulares de cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 e 2 e de Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, níveis 1 e 2;

II - designação e dispensa de substitutos eventuais dos titulares dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, nível 3 e de Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, nível 3;

III - designação e dispensa de titulares de Funções Comissionadas Técnicas - FCT, de Funções Gratificadas - FG, nos órgãos de sua assistência direta e imediata;

IV - designação e dispensa de substitutos eventuais dos titulares dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 e 2, de Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, níveis 1 e 2, nos órgãos de sua assistência direta e imediata;

V - provimento de cargos efetivos do respectivo Quadro de Pessoal, em decorrência de habilitação em concurso público, salvo os casos previstos em legislação específica; e

VI - de que trata o art. 4º do Decreto no 3.644, de 30 de outubro de 2000.

Parágrafo único. A subdelegação de que tratam os incisos I e II não se aplica aos cargos inerentes a estrutura da Diretoria de Saúde do Trabalhador - DIRSAT e da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL, inclusive unidades descentralizadas vinculadas nas Superintendências Regionais e Gerências Executivas.

Art. 2º Subdelegar competência aos Diretores de Saúde do Trabalhador e de Orçamento, Finanças e Logística, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação, inclusive unidades descentralizadas vinculadas nas Superintendências Regionais e Gerências Executivas, para praticar os seguintes atos:

I - nomeação, exoneração, designação e dispensa de titulares de cargos em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 e 2 e de Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, níveis 1 e 2;

II - designação e dispensa de substitutos eventuais dos titulares dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1, 2 e 3 e de Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, níveis 1, 2 e 3; e

III - designação e dispensa de titulares de Funções Comissionadas Técnicas - FCT, e de Funções Gratificadas - FG.

Art. 3º Subdelegar competência aos Diretores de Benefícios, de Atendimento e de Gestão de Pessoas, ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, ao Auditor-Geral e ao Corregedor-Geral, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação, para praticar os seguintes atos:

I - designação e dispensa de titulares de Funções Comissionadas Técnicas - FCT, e de Funções Gratificadas - FG; e

II - designação e dispensa de substitutos eventuais dos titulares dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 e 2, de Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, níveis 1 e 2.

Art. 4º Subdelegar competência aos Superintendentes Regionais, no âmbito de atuação, para praticar os seguintes atos:

I - designação e dispensa de titulares de Funções Comissionadas Técnicas - FCT, e de Funções Gratificadas - FG; e

II - designação e dispensa de substitutos eventuais dos titulares dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 e 2, de Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, níveis 1 e 2, e de Funções Gratificadas - FG.

Art. 5º Subdelegar competência aos Gerentes-Executivos para, no âmbito de atuação, praticar os seguintes atos:

I - designação e dispensa de titulares de Funções Comissionadas Técnicas - FCT, e de Funções Gratificadas - FG; e

II - designação e dispensa de substitutos eventuais dos titulares dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 e 2 de Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, níveis 1 e 2 e de Funções Gratificadas - FG.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 2.162, de 18 de maio de 2018.

ALBERTO BELTRAME

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHOS DE 22 DE MAIO DE 2018

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: Sociedade Batista de Beneficência Tabea

CNPJ: 91.986.125/0001-98

Município: Ijuí/RS

Processo nº: 71000.066007/2016-16

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: Lar do Idoso José e Rosalina Koehler

CNPJ: 90.162.355/0001-70

Município: Tapera/RS

Processo nº: 71000.071086/2015-98

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: Serviço Interconfessional de Aconselhamento - SICA

CNPJ: 92.963.156/0001-96

Município: Porto Alegre/RS

Processo nº: 71000.059771/2012-01

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: LAR DA TERCEIRA IDADE PADRE LONGINO

CNPJ: 52.744.844/0001-40

Município: Mogi-Guaçu/SP

Processo nº: 71000.025213/2017-49

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO ABRIGO A IDOSOS REVERENDO GUILHERME RODRIGUES PEREIRA

CNPJ: 54.718.218/0001-05

Município: Assis/SP

Processo nº: 71000.025164/2017-44

ALBERTO BELTRAME

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 166, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições constantes no art. 7º do Decreto nº 8.829, de 3 de agosto de 2016, e considerando o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º O Anexo VI à Portaria nº 46, de 15 de fevereiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

1. Gabinete

2. Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - DEDAP

2.1. Coordenação-Geral de Esporte e Educação - CGEE

2.2. Coordenação-Geral de Lazer e Inclusão Social - CGLIS

2.2.1. Coordenação de Jogos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - COEELI

2.2.1.1. Divisão de Apoio Técnico às Políticas e Programas de Esporte e Lazer - DIAT

2.2.2. Coordenação de Políticas Esportivas Indígenas - COPEI

3. Departamento de Gestão de Programas de Esporte, de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - DEGEP

3.1. Coordenação-Geral de Análise de Propostas - CGAP

3.1.1. Coordenação de Análise de Proposta de Esporte e Educação - CPEE

3.1.1.1. Divisão de Análise de Proposta de Esporte e Educação- DPEE

3.1.2. Coordenação de Análise de Proposta de Esporte e Lazer - CPEL

3.1.2.1. Divisão de Análise de Proposta de Esporte e Lazer - DPEL

3.1.3. Coordenação de Monitoramento Orçamentário e Financeiro - CMOF

3.2. Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução - CGAE

3.2.1. Coordenação de Acompanhamento e Execução de Esporte e Educação - CAEE

3.2.1.1. Divisão de Acompanhamento e Execução de Esporte e Educação - DAEE

3.2.2. Coordenação de Acompanhamento e Execução de Esporte e Lazer - CAEL

3.2.2.1. Divisão de Acompanhamento e Execução de Esporte e Lazer - DAEL

3.3. Coordenação-Geral de Análise de Alcance do Objeto - CGAO

3.3.1. Coordenação de Análise de Alcance do Objeto -CAAO

3.3.1.1. Divisão de Análise de Alcance do Objeto de Esporte e Educação - DAO

3.3.1.2. Divisão de Análise de Alcance do Objeto de Esporte e Lazer - DAOEL

3.4. Coordenação-Geral de Custos e Destinação de Bens - CGCDB

3.4.1. Coordenação de Custos e Destinação de Bens - CCDB

3.4.1.1. Divisão de Custos e Destinação de Bens - DCDB

3.4.2. Coordenação de Acompanhamento de Infraestrutura Esportiva - CAIE " (NR)

Art. 7º .....

I - avaliar os aspectos pedagógicos de Proposta de Trabalho e ações voltadas ao fortalecimento das Políticas Esportivas Indígenas;

II - elaborar pareceres e notas técnicas acerca da adequação pedagógica dos jogos e eventos propostos;

III - desenvolver atividades de apoio a programas, projetos, jogos e eventos indígenas, a fim de promover o fortalecimento das Políticas Esportivas Indígenas;

IV - estabelecer diretrizes para a celebração de parcerias visando o desenvolvimento das Políticas Esportivas Indígenas;

V - promover interlocução com os demais Ministérios visando à integração das políticas intersetoriais de esporte indígena com as de cultura, justiça, educação, entre outras; e

VI- provocar articulação com outros atores que atuam no desenvolvimento de Políticas para o Esporte Indígena, de forma a otimizar os investimentos e potencializar as ações. " (NR)

Art.18 .....

I - subsidiar as decisões acerca da destinação final dos bens da União adquiridos por meio das parcerias formalizadas;

II - promover, por meio de informações contidas em bancos de dados informatizados e outras fontes, a realização de análise de orçamentação dos itens e insumos das parcerias, a fim de subsidiar a área técnica das Coordenações-Gerais;

III - assistir o superior hierárquico nos assuntos de sua competência;

IV - atender as demandas da Direção do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;

V - preparar informações com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão; e

VI - coordenar as ações da Direção do Departamento voltadas à implementação de infraestrutura esportiva. " (NR)

Art. 2º Revogar o inciso V do caput do art. 11 do Anexo VI à Portaria nº 46, de 15 de fevereiro de 2017.

Art. 3º O Anexo X da Portaria nº 46, de 15 de fevereiro de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Portaria, promovendo a permuta dos seguintes cargos em comissão:

I - DAS 101.3 e FCPE 101.3 de Coordenador de Análise de Proposta de Esporte e Educação com o de Coordenador de Monitoramento Orçamentário e Financeiro do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

II - DAS 101.4 e FCPE 101.4 de Gerente de Projeto da Assessoria Especial de Projetos com o de Coordenador-Geral de Rede Nacional de Treinamento e Cidade Esportiva do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

1LEANDRO CRUZ FRÓES DA SILVA

ANEXO X

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/N	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/FG/FCPE
	4	Assessor Especial	DAS 102.5
	4	Assessor	DAS 102.4
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
Coordenação de Agenda - CORAG	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Atendimento Especial - COAES	1	Coordenador	DAS 101.3
	3	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria Técnica - ASTEC	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Coordenação de Análise Técnica e Informação - COATI	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Documentação - DIDOC	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos - CGAAD	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Formaliza a adesão do(s) Município(s) ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 10, VII, e art. 9º, parágrafo único, do Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, e pelo art. 3º do Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007, tendo em vista o disposto no art. 13, I, do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, resolve:

Formalizar a adesão dos Municípios abaixo relacionados ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, que tem como objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional e da realização progressiva do direito humano à alimentação adequada.

Monsenhor Tabosa/CE
Colinas/MA
Olinda Nova/MA
Maracaçume/MA
Santa Filomena/MA
Bom Retiro/SC
São Francisco do Sul/SC
Cachoeiro do Itapemirim/ES
Angico/TO
Arapoema/TO
Dueré/TO
Itaporã do Tocantins/TO
Rio dos Bois/TO
Sítio Novo do Tocantins/TO
São Sebastião do Tocantins/TO
Atalaia/PR
Brasilândia do Sul/PR
Cidade Gaúcha/PR
Iporã/PR
Jussara/PR
Planaltina do Paraná/PR

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

Coordenação de Atividades Auxiliares - COAUX	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço de Apoio - SEAPO	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Cerimonial - CGCER	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Coordenação de Informação e Mídia - CODIM	1	Coordenador	DAS 101.3
Assessoria Parlamentar - ASPAR	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Coordenação de Análise e Acompanhamento Legislativo - COAAL	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Acompanhamento Legislativo - DIACD	1	Chefe	DAS 101.2
Ouvidoria	1	Ouvidor	FCPE 101.4
Corregedoria	1	Corregedor	FCPE 101.4
REPRESENTAÇÃO ESTADUAL NO RIO DE JANEIRO - REME	1	Chefe	DAS 101.4
ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - AEAI	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.5
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO - AECI	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.5
Coordenação de Controle Interno - COCI	1	Coordenador	FCPE 101.3
ASSESSORIA ESPECIAL DE PROJETOS - AESP	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	1	Gerente de Projeto	FCPE 101.4
ASSESSORIA ESPECIAL DE INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL - AESI	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
Coordenação-Geral de Governança, Gestão e Segurança em Eventos Esportivos - COGES	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Comando - COCOM	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Controle - CCONT	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Assessoramento Institucional e de Políticas Esportivas - CGAIPE	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Desenvolvimento - CODES	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Avaliação - CODAV	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Acompanhamento e Controle - DACON	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Execução - DIEX	1	Chefe	DAS 101.2

SECRETARIA EXECUTIVA - SECEX	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Executivo Adjunto	DAS 101.6
	2	Assessor	DAS 102.4
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
Coordenação de Apoio Administrativo - COAPO	1	Coordenador	DAS 101.3
Gabinete - GABIN-SE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	10		FG-1
	10		FG-2
	9		FG-3
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA - DGE	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Gestão de Convênios - CGCON	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Instrução e Formalização de Convênios - CICON	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico e Modernização - CGPEM	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica - CGEST	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação - CGETI	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Sistemas, Infraestrutura e Suporte - COSIS	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA - DGI	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	1		FG-3
Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPCO	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Análise Financeira - COAFI	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Análise Processual - CPROC	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Recebimento e Análise Documental - DIRAD	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Análise Financeira - DIAFI	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - CGPOF	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Planejamento, Orçamento e Finanças - COPOF	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Programação Orçamentária e Financeira - DIPOF	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Contabilidade e Execução Financeira - CGCEF	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Contabilidade - CCTAB	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - CEOFI	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Contabilidade - DICON	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Execução Orçamentária - DEORC	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Execução Financeira - DEFIN	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Contratos e Licitações - CONLIC	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Licitações e Contratos - DILIC	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Serviços Gerais e Infraestrutura - DISEG	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço de Documentação - SEDOC	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Organização - CGPEO	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - CODEP	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Diárias e Passagens - DIDIP	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Administração de Pessoal - DIAPE	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Gestão da Folha de Pagamento - SIGEF	1	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE - DIFE	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Política de Financiamento ao Esporte - CGDPE	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão de Desenvolvimento - DIDES	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Avaliação - DIDAV	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão da Lei de Incentivo ao Esporte - CGLIE	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Projetos - CPROJ	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Incentivos Fiscais - DINCF	1	Chefe	FCPE 101.2
CONSULTORIA JURÍDICA - CONJUR	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5
	1	Consultor Jurídico Adjunto	FCPE 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Apoio ao Contencioso - CGAPC	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Assuntos Internos - CGAIN	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Licitação, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres - COLIC	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Análise de Assuntos Finalísticos e Normativos - CGAAF	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL - SNELIS	1	Secretário	DAS 101.6
	2	Assessor	DAS 102.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS INTER- SETORIAIS DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL - DEDAP	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Esporte e Educação - CGEE	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Lazer e Inclusão Social - CGLIS	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Jogos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - COEELI	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Apoio Técnico às Políticas e Programas de Esporte e Lazer - DIAT	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação de Políticas Esportivas Indígenas - COPEI	1	Coordenador	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PROGRAMAS DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL - DEGEP	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Análise de Propostas - CGAP	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Análise de Proposta de Esporte e Educação - CPEE	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Análise de Proposta de Esporte e Educação - DPEE	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação de Análise de Proposta de Esporte e Lazer - CPEL	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Análise de Proposta de Esporte e Lazer - DPEL	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação de Monitoramento Orçamentário e Financeiro - CMOF	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução - CGAE	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Acompanhamento e Execução de Esporte e Educação - CAEE	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Acompanhamento e Execução de Esporte e Educação - DAEE	1	Chefe	DAS 101.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação de Acompanhamento e Execução de Esporte e Lazer - CAEL	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Acompanhamento e Execução de Esporte e Lazer - DAEL	1	Chefe	DAS 101.2
	2	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Análise de Alcance do Objeto - CGAO	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Análise de Alcance do Objeto - CAAO	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Análise de Alcance do Objeto de Esporte e Educação - DAO	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Análise de Alcance do Objeto de Esporte e Lazer - DAOEL	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Custos e Destinação de Bens - CGCDB	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Custos e Destinação de Bens - CCDB	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Custos e Destinação de Bens - DCDB	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação de Acompanhamento de Infraestrutura Esportiva - CAIE	1	Coordenador	DAS 101.3
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - SNEAR	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor	DAS 102.4
Gabinete - GABAR	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4

DEPARTAMENTO DE ESPORTE DE BASE E DE ALTO RENDIMENTO - DEBAR	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Bolsa Atleta - CGPBA	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Bolsa Atleta - COPBA	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Bolsa Atleta - DIPBA	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Rede Nacional de Treinamento e Cidade Esportiva - CGTCE	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Rede Nacional de Treinamento e Cidade Esportiva - CONCE	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Apoio à Coordenação da Rede Nacional de Treinamento e Cidade Esportiva - DITCE	1	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ESPORTE - DIE	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Implementação e Gestão de Infraestrutura de Esporte - CGIE	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Implementação e Gestão de Infraestrutura de Esporte - COIGE	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão da Coordenação-Geral de Implementação e Gestão de Infraestrutura de Esporte - DCGIE	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Relacionamento com Entidades Mandatárias - COREM	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR - SNFDT	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor	DAS 102.4
Gabinete - GAFUT	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR - DEFUT	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Defesa dos Direitos do Torcedor - CGEDT	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Futebol - CGFUT	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Desenvolvimento de Ações de Futebol - CODAF	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Monitoramento e Acompanhamento das Ações de Futebol - COMAF	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Acompanhamento e Fiscalização - DAFIS	1	Chefe	FCPE 101.2
AUTORIDADE PÚBLICA DE GOVERNANÇA DO FUTEBOL - APFUT	1	Presidente	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Fiscalização e Controle - CGFIS	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM - ABCD	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor	DAS 102.4
Gabinete - GABCD	1	Chefe de Gabinete	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO - DINFE	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Ações de Educação, Prevenção e Integração - CGDAE	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Ações de Educação - COACE	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Ações de Prevenção - COACP	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Ações de Integração - COAIN	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Ações Educativas - DIACE	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Ações Preventivas - DIACP	1	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES - DEOPE	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral do Programa Nacional Antidopagem - CGPAD	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Monitoramento e Acompanhamento de Operações - COMAO	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Implantação e Avaliação dos Procedimentos Técnicos Antidopagem - CIAPT	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Formação e Certificação de Agentes de Controle de Dopagem - CFCAD	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Acompanhamento e Execução - DIACO	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Capacitação - DICAP	1	Chefe	DAS 101.2

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 21 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução ANA nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 701ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de maio de 2018, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir outorga de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 533 - Sebastiao Lacerda Lopes, rio Itaguari, Município de Cocos/Bahia, irrigação.

Nº 534 - Celio Aparecido Militao, rio Paranã, Município de Flores de Goiás/Goiás, aquicultura.

Nº 535 - Foz do Chapecó Energia S.A, rio Uruguai, Municípios de Águas de Chapecó/Santa Catarina e Alpestre/Rio Grande do Sul, Aproveitamento hidroelétrico.

O inteiro teor das Outorgas e seus Anexos, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 18 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre as atividades ou empreendimentos de iniciativa dos povos indígenas em suas próprias terras, ou de iniciativa do Poder Público em terras indígenas cujos beneficiários são as comunidades indígenas, não sujeitos ao licenciamento ambiental

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e V do art. 12 do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017,

CONSIDERANDO os princípios que norteiam a Administração Pública, dispostos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO ser imperioso otimizar os recursos humanos, conferindo maior eficiência ao procedimento administrativo de licenciamento, em conformidade com as peculiaridades das atividades ou empreendimentos listados no Anexo Único;

CONSIDERANDO que a Resolução Conama nº 237, de 19 de dezembro de 1997, em seu art. 2º, § 2º, faculta ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e a complementação das atividades sujeitas a licenciamento ambiental;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 08620.017030/2017-16, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece, em seu Anexo Único, as atividades e empreendimentos não sujeitos ao Licenciamento Ambiental desenvolvidos pelos povos indígenas em suas próprias terras, ou de iniciativa do Poder Público em terras indígenas cujos beneficiários são as comunidades indígenas, voltados à sua subsistência, manutenção do modo de vida tradicional ou garantia da dignidade humana.

§ 1º Deve ser observada toda a legislação vigente referente à proteção de recursos naturais físicos ou bióticos, inclusive de proteção à diversidade biológica e ao acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.

§ 2º Não estão cobertas por esta Instrução Normativa atividades ou empreendimentos objeto de contratos de arrendamento ou outros atos similares.

Art. 2º As atividades ou empreendimentos não constantes no Anexo Único desta Instrução Normativa deverão ser objeto de abertura de processo de licenciamento ambiental, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Mediante critérios técnicos e manifestação específica do IBAMA, outras atividades ou empreendimentos poderão receber tratamento igual aos incluídos no Anexo Único.

Art. 3º O desenvolvimento de atividades ou empreendimentos elencados no Anexo Único desta Instrução Normativa não desobriga o interessado de obter as demais licenças, autorizações, certidões ou outorgas legalmente exigíveis em esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como cumprir a legislação municipal, estadual, distrital ou federal vigente.

Parágrafo único. Para a supressão de vegetação nativa necessária à instalação ou operação dos empreendimentos ou atividades constantes no Anexo Único não é necessária emissão de Autorização de Supressão de Vegetação (ASV), desde que a supressão não extrapole os limites ali determinados e que não haja transporte de material lenhoso para fora da terra indígena.

Art. 4º Esta Instrução Normativa dispensa a emissão, por parte do Ibama, de declaração de inexigibilidade de licenciamento ambiental para as atividades constantes no Anexo Único, desde que atendidos os termos desta Instrução Normativa.

Art. 5º Serão arquivados os processos de licenciamento ambiental abertos no Ibama que se enquadrarem nos termos da presente Instrução Normativa protocolados em data anterior à sua publicação.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400090

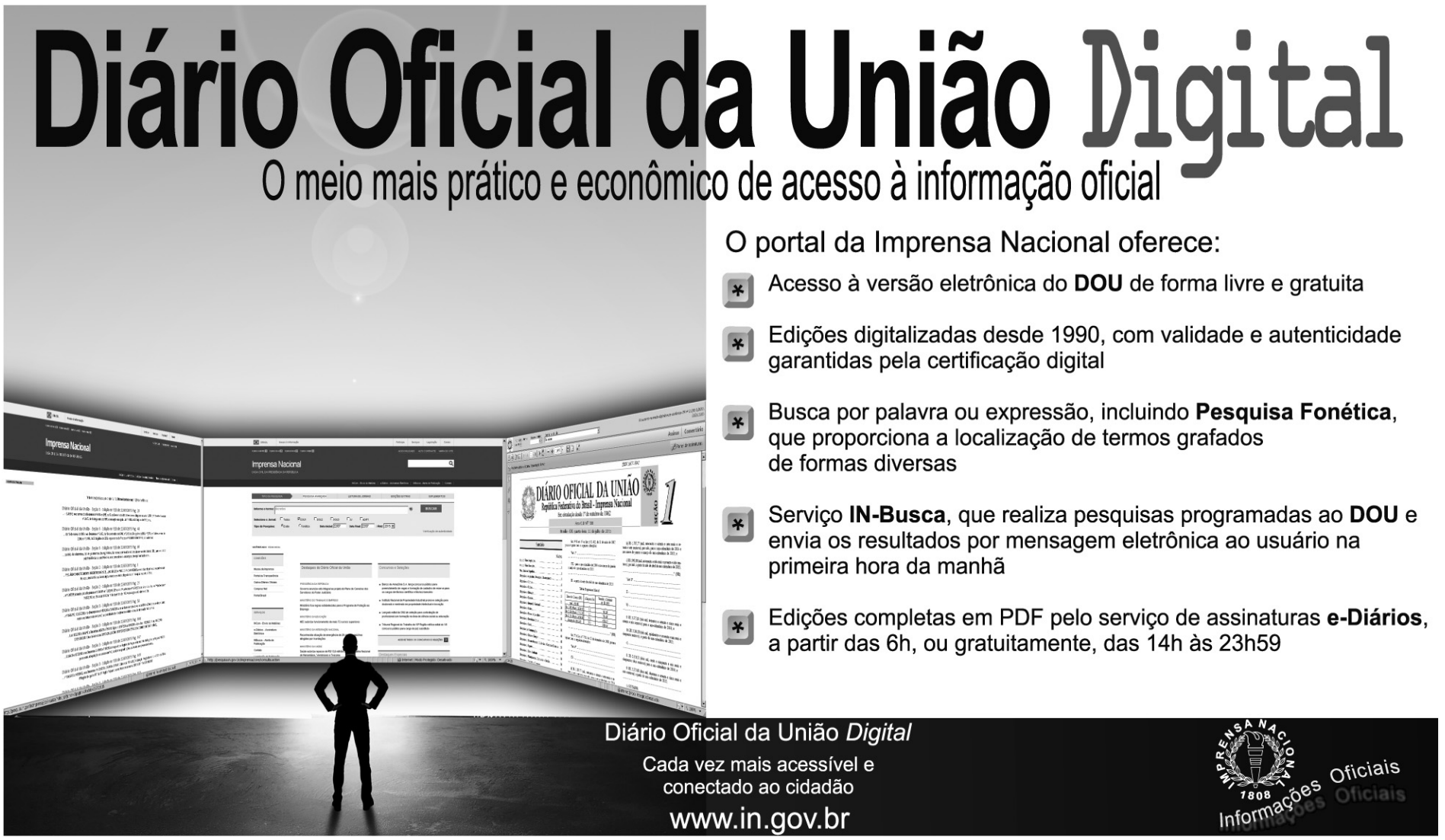
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	PORTE
1	Unidade de processamento, preservação e produção de sucos conservas de frutas e legumes e sucos.	Área construída em m²	Até 500 m² por aldeia
2	Unidade de: - Produção de farinha de mandioca e derivados; - Beneficiamento e fabricação de produtos de arroz; - Fabricação de fubá, farinha e outros derivados de milho - exceto óleo; - Fabricação de amidos e féculas de vegetais;	Área construída em m²	Até 500 m² por aldeia
	-Beneficiamento, moagem e preparação de outros produtos de origem vegetal; ou - Beneficiamento de mel e derivados de apis e meliponini.		
3	Unidade de fabricação de artefatos/artigos: - De tanoaria e embalagens de madeira; - Diversos de madeira, cortiça, palha e material trançado; ou - De estruturas de madeira e/ou carpintaria.	Área construída em m²	Até 500 m² por aldeia
4	Fabricação de material cerâmico inclusive de barro cozido e material refratário.	Área construída em m²	Até 500 m² por aldeia
5	Construção de viveiro de mudas nativas.	Área construída em hectare	Até 1 ha por aldeia
6	Construção, reforma ou ampliação de escolas, feira coberta, centro de eventos, centro de convivência, postos de saúde, casas religiosas, creches e centro de inclusão digital.	Área construída em m²	Até 500 m² por Infraestrutura
7	Campo de Futebol e outras quadras de esportes.	Área construída em hectare	Até 1 ha por aldeia
8	Construção de moradias para usufruto dos indígenas.	-	-
9	Implantação de postos de vigilância e/ou de apoio à caça, coleta ou extrativismo de subsistência.	-	-
10	Coleta de produtos não madeireiros para fins de produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos.	-	-
11	Plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área.	-	-
12	Abertura de roça tradicional não mecanizada	-	-
13	Produção e beneficiamento de cogumelos nativos.	-	-
14	Apicultura	Unidade	Até 50 colmeias por aldeia
15	Piscicultura em tanques escavados com uso de espécies nativas.	Área útil em hectare (ha)	Até 05 ha de lâmina d'água
16	Piscicultura em tanque-rede com uso de espécies nativas.	Volume	Até 500 m³ por aldeia
17	Implantação/manutenção de cercas, porteiras e defensas.	-	-
18	Conservação de estradas em leito natural, nivelamento, encascalhamento e/ou aplicação de produto estabilizador do solo para recuperação e manutenção de vias não pavimentadas consolidadas.	-	-
19	Compostagem de biomassa.	Área útil em m²	Até 1.000 m² por aldeia

*Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 96, Seção 1, página nº 85, de 21 de maio de 2018, e Diário Oficial da União nº 98, Seção 1, página nº 48, de 23 de maio de 2018, com incorreção no texto original.

SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO



Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 349, DE 23 DE MAIO DE 2018

Estabelece regras voltadas à execução da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, no âmbito das competências normativas do Ministério do Trabalho.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º Não caracteriza a qualidade de empregado prevista no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho o fato de o autônomo prestar serviços a apenas um tomador de serviços.

§ 2º O autônomo poderá prestar serviços de qualquer natureza a outros tomadores de serviços que exerçam ou não a mesma atividade econômica, sob qualquer modalidade de contrato de trabalho, inclusive como autônomo.

§ 3º Fica garantida ao autônomo a possibilidade de recusa de realizar atividade demandada pelo contratante, garantida a aplicação de cláusula de penalidade, caso prevista em contrato.

§ 4º Motoristas, representantes comerciais, corretores de imóveis, parceiros, e trabalhadores de outras categorias profissionais reguladas por leis específicas relacionadas a atividades compatíveis com o contrato autônomo, desde que cumpridos os requisitos do caput, não possuirão a qualidade de empregado prevista o art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 5º Presente a subordinação jurídica, será reconhecido o vínculo empregatício.

Art. 2º O contrato de trabalho intermitente será celebrado por escrito e registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social, ainda que previsto em acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva, e conterá:

I - identificação, assinatura e domicílio ou sede das partes;

II - valor da hora ou do dia de trabalho, que não poderá ser inferior ao valor horário ou diário do salário mínimo, nem inferior àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função, assegurada a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; e

III - o local e o prazo para o pagamento da remuneração.

§ 1º O empregado, mediante prévio acordo com o empregador, poderá usufruir suas férias em até três períodos, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º Na hipótese de o período de convocação exceder um mês, o pagamento das parcelas a que se referem o § 6º do Art. 452-A da Consolidação das Leis do Trabalho não poderá ser estipulado por período superior a um mês, devendo ser pagas até o quinto dia útil do mês seguinte ao trabalhado, de acordo com o previsto no § 1º do art. 459 da CLT.

§ 3º Dadas as características especiais do contrato de trabalho intermitente, não constitui descumprimento do inciso II do caput ou discriminação salarial pagar ao trabalhador intermitente remuneração horária ou diária superior à paga aos demais trabalhadores da empresa contratados a prazo indeterminado.

§ 4º Constatada a prestação dos serviços pelo empregado, estarão satisfeitos os prazos previstos nos §§ 1º e 2º do Art. 452-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3º É facultado às partes convencionar por meio do contrato de trabalho intermitente:

I - locais de prestação de serviços;

II - turnos para os quais o empregado será convocado para prestar serviços; e

III - formas e instrumentos de convocação e de resposta para a prestação de serviços.

Art. 4º Para fins do disposto no § 3º do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho, considera-se período de inatividade o intervalo temporal distinto daquele para o qual o empregado intermitente haja sido convocado e tenha prestado serviços nos termos do § 1º do art. 452-A da referida lei.

§ 1º Durante o período de inatividade, o empregado poderá prestar serviços de qualquer natureza a outros tomadores de serviço, que exerçam ou não a mesma atividade econômica, utilizando contrato de trabalho intermitente ou outra modalidade de contrato de trabalho.

§ 2º No contrato de trabalho intermitente, o período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador e não será remunerado, hipótese em que restará descaracterizado o contrato de trabalho intermitente caso haja remuneração por tempo à disposição no período de inatividade.

Art. 5º As verbas rescisórias e o aviso prévio serão calculados com base na média dos valores recebidos pelo empregado no curso do contrato de trabalho intermitente.

Parágrafo único. No cálculo da média a que se refere o caput, serão considerados apenas os meses durante os quais o empregado tenha recebido parcelas remuneratórias no intervalo dos últimos doze meses ou o período de vigência do contrato de trabalho intermitente, se este for inferior.

Art. 6º No contrato de trabalho intermitente, o empregador efetuará o recolhimento das contribuições previdenciárias próprias e do empregado e o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço com base nos valores pagos no período mensal e fornecerá ao empregado comprovante do cumprimento dessas obrigações.

Art. 7º As empresas anotarão na Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados o salário fixo e a média dos valores das gorjetas referente aos últimos doze meses.

Art. 8º A comissão de representantes dos empregados a que se refere o Título IV-A da Consolidação das Leis do Trabalho não substituirá a função do sindicato de defender os direitos e os interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, hipótese em que será obrigatória a participação dos sindicatos em negociações coletivas de trabalho, nos termos do incisos III e VI do caput do art. 8º da Constituição Federal.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELTON YOMURA

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 23 DE MAIO DE 2018

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 13 de março de 2018, o CNIg deferiu o seguinte pedido de concessão permanência definitiva ainda sob o amparo legal da Resolução Normativa nº 27/1998 e Parecer nº 19/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU, devendo o interessado apresentar os documentos exigidos para fins de registro com base em publicação em Diário Oficial da União junto à Polícia Federal, sem prejuízo de prestar eventuais informações complementares que lhe forem solicitadas por meio de pesquisas e notificação no ato do registro:

Permanência Definitiva - CNIg - RN 27 , de 25/11/1998:

Processo: 46094000394201751 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ADAMA GUEYE Passaporte: A01758899, Processo: 46094000396201741 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: IBRAHIMA TOURE Passaporte: A01916847, Processo: 46094000393201715 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BADARA SAMB Passaporte: A01594089, Processo: 46094000395201704 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MODOU KAIRE Passaporte: A01141473, Processo: 46094000398201730 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAMADOU TARIROU BAH Passaporte: O00081581, Processo: 46094000399201784 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YOUSSOUF DIALLO Passaporte: O00139926, Processo: 46094000400201771 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALHASSANE DIALLO Passaporte: O00174656, Processo: 46094000404201759 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAMADU ALIU DJALO Passaporte: AAIS00334, Processo: 46094000403201712 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAMADOU DIAO Passaporte: A00562667, Processo: 46094000454201736 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BOUBACAR SIDDY BAH Passaporte: O00041274, Processo: 46094000456201725 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RACHID TOURE Passaporte: O000142718, Processo: 46094000450201758 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ELHADJ AMADOU BARRY Passaporte: O00086725, Processo: 46094000449201723 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MOHAMED LAMINE DIALLO Passaporte: O00046806, Processo: 46094000451201701 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: IBRAHIMA SOW Passaporte: O00140282, Processo: 46094000459201769 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ABDOULAYE ISSA Passaporte: EB228139, Processo: 46094000458201714 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SOULEYMANE DIALLO Passaporte: O00118808, Processo: 46094000460201793 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALPHA AMADOU DIALLO Passaporte: R0548895, Processo: 46094000448201789 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAMADOU CISSE Passaporte: O00000980, Processo: 46094000447201734 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: THIERNO SAADOU DIALLO Passaporte: R0435318, Processo: 46094000462201782 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HASSIMIOU SY SAVANE Passaporte: O00016722, Processo: 46094000452201747 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAMADOU YAYA BAH Passaporte: O00062331, Processo: 46094000455201781 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAMADOU ALPHA DIALLO Passaporte: O00104892, Processo: 46094000457201770 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALPHA REMEO DIALLO Passaporte: O00040397, Processo: 46094000463201727 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MOUSSA KOUROUMA Passaporte: R615718, Processo: 46094000461201738 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAMADOU SAIDOU BARRY Passaporte: O00101930 Processo: 46094000453201791 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAROUAN MARHANINI Passaporte: TF9895451.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 23 DE MAIO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.001466/2015-61	206508018	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
2	46200.001467/2015-14	206508107	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
3	46200.001457/2015-71	206514352	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
4	46200.001459/2015-60	206508158	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
5	46200.001456/2015-26	206514271	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
6	46200.001461/2015-39	206507321	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
7	46200.001464/2015-72	206507691	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
8	46200.001465/2015-17	206507852	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
9	46200.001455/2015-81	206514204	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
10	46200.001462/2015-83	206507585	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
11	46200.001463/2015-28	206507640	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
12	46200.001468/2015-51	206515375	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
13	46200.001454/2015-37	206515189	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
14	46200.001453/2015-92	206515111	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
15	46200.001449/2015-24	206507470	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
16	46200.001272/2015-66	206426461	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
17	46200.001452/2015-48	206515553	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
18	46200.001271/2015-11	206423233	Big Aco Industria e Comercio Eireli EPP	AC
19	46202.000804/2016-17	208755535	Condominio Residencial Tarsila do Amaral	AM
20	46202.000779/2016-63	208755527	Condominio Residencial Tarsila do Amaral	AM
21	46202.000778/2016-19	208755519	Condominio Residencial Tarsila do Amaral	AM
22	46202.000806/2016-06	208755543	Condominio Residencial Tarsila do Amaral	AM
23	46282.000289/2010-29	17040990	Confeccoes Camacan Ltda	BA
24	47904.004565/2014-50	203218540	Fazendinha Grill Restaurante Ltda - EPP	BA
25	47904.004564/2014-13	203217993	Fazendinha Grill Restaurante Ltda - EPP	BA
26	46208.013652/2014-92	204743672	Renove Gestão E Soluções Em Resíduos Ltda	GO
27	46208.013651/2014-48	204743681	Renove Gestão E Soluções Em Resíduos Ltda	GO
28	46208.004404/2014-51	203179544	Transplastico-Transp. Rodoviário de Cargas Ltda. - EPP	GO
29	46248.000306/2015-59	206153333	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG

30	46248.000304/2015-60	206153317	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
31	46248.000303/2015-15	206153295	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
32	46248.000301/2015-26	206151551	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
33	46248.000300/2015-81	206151543	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
34	46248.000299/2015-95	206151497	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
35	46248.000298/2015-41	206150008	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
36	46248.000333/2015-21	206151616	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
37	46248.000332/2015-87	206150601	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
38	46248.000331/2015-32	206154984	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
39	46248.000330/2015-98	206153279	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
40	46248.000329/2015-63	206153309	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
41	46248.000315/2015-40	206155018	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
42	46248.000313/2015-51	206155476	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
43	46248.000309/2015-92	206153511	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
44	46248.000308/2015-48	206153422	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
45	46248.000307/2015-01	206153368	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
46	46248.000314/2015-03	206154976	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
47	46248.000305/2015-12	206153325	Agroindustrial Santa Juliana Ltda	MG
48	46239.001707/2015-35	206623364	Cervejaria Petrópolis S/A	MG
49	47747.008288/2015-95	207321167	Direcional Engenharia S/A	MG
50	47747.008289/2015-30	207320373	Direcional Engenharia S/A	MG
51	47747.008287/2015-41	207320179	Direcional Engenharia S/A	MG
52	46245.002600/2015-25	206742339	Estancia Dom Vicoso Bar e Restaurante Ltda - EPP	MG
53	46245.002930/2015-11	206828152	Estancia Dom Vicoso Bar e Restaurante Ltda - EPP	MG
54	46245.002601/2015-70	206681941	Estancia Dom Vicoso Bar e Restaurante Ltda - EPP	MG
55	46243.002839/2014-34	204473365	Georadar Levantamentos Geofísicos S/A	MG
56	47747.001818/2015-74	206084081	Global Village Telecom S/A	MG
57	46237.002453/2014-10	204622549	Hospital Nossa Senhora Auxiliadora	MG
58	46234.002118/2014-33	204205018	Laticínios PJ Ltda	MG
59	46234.002119/2014-88	204205026	Laticínios PJ Ltda	MG
60	46234.002121/2014-57	204205042	Laticínios PJ Ltda	MG
61	46234.002127/2014-24	204205051	Laticínios PJ Ltda	MG
62	46234.002120/2014-11	204205034	Laticínios PJ Ltda	MG
63	46302.001390/2015-26	207466408	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
64	46302.001391/2015-71	207466467	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
65	46302.001392/2015-15	207466475	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
66	46302.001393/2015-60	207466483	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
67	46302.001395/2015-59	207466505	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
68	46302.001397/2015-48	207466548	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
69	46302.001398/2015-92	207466556	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
70	46302.001399/2015-37	207466572	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
71	46302.001400/2015-23	207466581	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
72	46302.001401/2015-78	207466602	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
73	46302.001403/2015-67	207466637	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
74	46302.001388/2015-57	207457921	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
75	46302.001389/2015-00	207462011	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
76	46302.001396/2015-01	207466530	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
77	46302.001387/2015-11	207458332	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
78	46302.001394/2015-12	207466491	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
79	46302.001402/2015-12	207466629	Luiz Eduardo Guerra de Castro	MG
80	46239.003190/2014-38	204913772	Manoel Tadeu Goncalves Junior ME	MG
81	46239.003191/2014-82	204913781	Manoel Tadeu Goncalves Junior ME	MG
82	46239.003195/2014-61	204913799	Manoel Tadeu Goncalves Junior ME	MG
83	46239.003189/2014-11	204913764	Manoel Tadeu Goncalves Junior ME	MG
84	46236.001298/2014-16	203832094	Trancid-Transporte Coletivo Cidade de Divinopolis Ltda	MG
85	46236.001299/2014-61	203820908	Trancid-Transporte Coletivo Cidade de Divinopolis Ltda	MG
86	46236.001300/2014-57	203832060	Trancid-Transporte Coletivo Cidade de Divinopolis Ltda	MG
87	46236.001301/2014-00	203832345	Trancid-Transporte Coletivo Cidade de Divinopolis Ltda	MG
88	46236.001302/2014-46	203823559	Trancid-Transporte Coletivo Cidade de Divinopolis Ltda	MG
89	46236.001303/2014-91	203820924	Trancid-Transporte Coletivo Cidade de Divinopolis Ltda	MG
90	46236.001304/2014-35	203832396	Trancid-Transporte Coletivo Cidade de Divinopolis Ltda	MG
91	46236.001305/2014-80	203820819	Trancid-Transporte Coletivo Cidade de Divinopolis Ltda	MG
92	46236.001306/2014-24	203821351	Trancid-Transporte Coletivo Cidade de Divinopolis Ltda	MG
93	46236.001307/2014-79	203831942	Trancid-Transporte Coletivo Cidade de Divinopolis Ltda	MG
94	46236.001308/2014-13	203820711	Trancid-Transporte Coletivo Cidade de Divinopolis Ltda	MG
95	46236.001309/2014-68	203820738	Trancid-Transporte Coletivo Cidade de Divinopolis Ltda	MG
96	47747.003867/2015-41	206475390	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
97	46243.003167/2015-65	207649308	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
98	47747.003874/2015-43	206478232	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
99	46243.002009/2015-98	207170436	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
100	46243.002001/2015-21	207096082	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
101	46243.002000/2015-87	207096058	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
102	47747.003871/2015-18	206475365	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
103	47747.003872/2015-54	206475314	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
104	47747.003868/2015-96	206475306	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
105	47747.003878/2015-21	206478151	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
106	47747.003877/2015-87	206478178	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
107	47747.003876/2015-32	206478208	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
108	47747.003875/2015-98	206478224	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
109	46243.002002/2015-76	207096121	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
110	47747.003869/2015-31	206475381	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
111	47747.003870/2015-65	206475349	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
112	47747.003879/2015-76	206478810	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
113	46243.001311/2015-29	206702809	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
114	46243.003168/2015-18	207649791	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
115	46243.003170/2015-89	207648433	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
116	46243.003171/2015-23	207648948	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
117	46243.003172/2015-78	207617180	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
118	47747.003873/2015-07	206475322	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
119	46243.002003/2015-11	207096171	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
120	46243.003166/2015-11	207649227	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
121	46243.002010/2015-12	207170428	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
122	46243.003173/2015-12	207617350	Transimao Transportes Rodoviarios Ltda	MG
123	46242.000759/2013-73	200584367	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
124	46306.001220/2014-21	204268419	Ind. de Produtos Cerâmicos Faat Ltda - ME	MT
125	46306.001100/2014-23	204071194	Ind. de Produtos Cerâmicos Faat Ltda - ME	MT
126	46306.000365/2014-12	202745121	Ind. de Produtos Cerâmicos Faat Ltda - ME	MT
127	46653.002831/2014-46	203916026	Integração Transportes Ltda - ME	MT
128	46653.005142/2014-93	204881048	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
129	46653.005141/2014-49	204881021	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
130	46653.005139/2014-70	204881005	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
131	46653.005138/2014-25	204880998	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
132	46653.005137/2014-81	204880980	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
133	46653.005136/2014-36	204880971	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
134	46653.005135/2014-91	204880955	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
135	46653.005134/2014-47	204880947	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
136	46653.005132/2014-58	204880912	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
137	46653.005129/2014-34	204880777	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
138	46653.005128/2014-90	204880751	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
139	46653.005104/2014-31	204880734	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
140	46653.005103/2014-96	204880718	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
141	46653.005100/2014-52	204880670	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
142	46653.005099/2014-66	204880645	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
143	46653.005133/2014-01	204880939	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
144	46653.005140/2014-02	204881013	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
145	46653.005101/2014-05	204880688	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
146	46653.005131/2014-11	204880882	Larc Construções, Comércio e Serviços Ltda - EPP	MT
147	46222.006433/2014-79	202927440	Condominio do Edificio Residencial Auguste Rodin	PA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

148	46222.006434/2014-13	202927431	Condominio do Edificio Residencial Auguste Rodin	PA
149	46222.006715/2014-76	203109121	F Serruya - ME	PA
150	46222.006714/2014-21	203109112	F Serruya - ME	PA
151	46222.006713/2014-87	203109023	F Serruya - ME	PA
152	46222.006406/2014-04	203108990	F Serruya - ME	PA
153	46222.006716/2014-11	203109139	F Serruya - ME	PA
154	46222.008681/2014-54	204436133	Fator Construtora e Incorporadora de Imoveis Ltda	PA
155	46222.008670/2014-74	204436125	Fator Construtora e Incorporadora de Imoveis Ltda	PA
156	46213.005761/2014-67	203121546	Cyrela Andrade Mendonca JCPM Empreendimento Imobiliario	PE
157	46297.001239/2014-23	204247683	Jeronymo Dixneuf Pecas e Servicos Ltda	PE
158	46297.001240/2014-58	204247675	Jeronymo Dixneuf Pecas e Servicos Ltda	PE
159	46297.001242/2014-47	204247659	Jeronymo Dixneuf Pecas e Servicos Ltda	PE
160	46297.001243/2014-91	203947789	Jeronymo Dixneuf Pecas e Servicos Ltda	PE
161	46297.001244/2014-36	203947771	Jeronymo Dixneuf Pecas e Servicos Ltda	PE
162	46297.001245/2014-81	203947762	Jeronymo Dixneuf Pecas e Servicos Ltda	PE
163	46297.001246/2014-25	203947754	Jeronymo Dixneuf Pecas e Servicos Ltda	PE
164	46297.001241/2014-01	204247667	Jeronymo Dixneuf Pecas e Servicos Ltda	PE
165	46214.008135/2014-12	205065643	VIG - Vigilancia Ltda	PI
166	46216.003325/2014-23	204161100	Cervejaria Petropolis S/A	RO
167	46221.012813/2014-52	25931261	Agro Industrial Campo Lindo Ltda.	SE
168	46221.011748/2014-48	25930729	Agro Industrial Campo Lindo Ltda.	SE
169	46221.001076/2015-43	205853633	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
170	46221.001900/2015-65	206021330	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
171	46221.001366/2015-97	25282956	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
172	46221.001791/2015-86	205979769	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
173	46221.001790/2015-31	205979751	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
174	46221.001358/2015-41	205916210	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
175	46221.001788/2015-62	205979700	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
176	46221.001792/2015-21	205979815	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
177	46221.001890/2015-68	206016514	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
178	46221.001787/2015-18	205979602	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
179	46221.001784/2015-84	206015534	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
180	46221.001868/2015-18	206031751	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
181	46221.001350/2015-84	205913334	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
182	46221.001087/2015-23	205853943	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
183	46221.001088/2015-78	205853927	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
184	46221.001354/2015-62	205913431	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
185	46221.001079/2015-87	205854036	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
186	46221.001081/2015-56	205853552	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
187	46221.001357/2015-04	205915370	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
188	46221.001075/2015-07	205853650	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
189	46221.001794/2015-10	206014538	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
190	46221.001080/2015-10	205853871	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
191	46221.001829/2015-11	206030924	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
192	46221.001891/2015-11	206016506	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
193	46221.001089/2015-12	205853676	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S/A	SE
194	46221.007623/2014-13	204222303	Lupatech - Perfuração e Completação Ltda.	SE
195	46268.002962/2008-29	15662217	Agral S/A - Agricola Aracangua	SP
196	46472.001082/2016-20	208803980	Alpha Work Recursos Humanos Ltda - ME	SP
197	46261.004095/2015-55	207044791	Brasil Terminal Portuario S.A.	SP
198	46261.004093/2015-66	207044813	Brasil Terminal Portuario S.A.	SP
199	46261.004090/2015-22	207612773	Brasil Terminal Portuario S.A.	SP
200	46261.004096/2015-08	207613222	Brasil Terminal Portuario S.A.	SP
201	46254.000278/2016-71	208729526	BRFS/A	SP
202	46472.001065/2016-92	208792147	Construtora Norberto Odebrecht S A	SP
203	46474.002412/2015-01	207259127	Edições Escala Educacional Ltda	SP
204	46474.001032/2015-41	206521430	Editora Uirapuru Projetos Educ. e Tecnologia Ltda - ME	SP
205	46474.001005/2015-79	206481306	Editora Uirapuru Projetos Educ. e Tecnologia Ltda - ME	SP
206	46219.020155/2015-01	208320814	Ferreira& Gomes Transportes e Serv. Monitoramento Eirili	SP
207	46252.001674/2015-55	207848327	Fundacao Pio XII	SP
208	46472.001573/2015-90	205842399	Ibep Gráfica Ltda.	SP
209	46472.001587/2015-11	205842402	Ibep Gráfica Ltda.	SP
210	46474.000988/2015-26	206492073	Industria Mecanica Nelmar Ltda - EPP	SP
211	46474.000989/2015-71	206492324	Industria Mecanica Nelmar Ltda - EPP	SP
212	46256.005023/2015-02	208615091	Nascimento & Orozimbo Servicos Ltda - ME	SP
213	46256.005025/2015-93	208615156	Nascimento & Orozimbo Servicos Ltda - ME	SP
214	46256.005024/2015-49	208615121	Nascimento & Orozimbo Servicos Ltda - ME	SP
215	46256.005026/2015-38	208615211	Nascimento & Orozimbo Servicos Ltda - ME	SP
216	47551.000635/2015-29	207551316	Nokia Solutions And Networks do Brasil Serviços Ltda	SP
217	46219.018650/2015-41	208137408	Nokia Solutions And Networks do Brasil Serviços Ltda	SP
218	46474.002502/2015-94	207345660	Services Assessoria e Cobrancas - Eireli	SP
219	46219.039891/2008-03	15348415	Sonda Procwork Consulting Informática Ltda	SP
220	46473.006274/2013-70	201546507	VRG Linhas Aéreas	SP
221	46473.006273/2013-25	201546469	VRG Linhas Aéreas	SP
222	46473.006271/2013-36	201546485	VRG Linhas Aéreas	SP
223	46473.006270/2013-91	201546493	VRG Linhas Aéreas	SP
224	46473.006272/2013-81	201546477	VRG Linhas Aéreas	SP
225	46473.008840/2012-05	24363014	VRG Linhas Aéreas	SP
226	46473.006269/2013-67	201546515	VRG Linhas Aéreas S/A	SP
227	46473.002515/2013-10	200550128	VRG Linhas Aéreas S/A	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFIC A ÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46297.001247/2014-70	200.325.906	Jeronymo Dixneuf Pecas e Servicos Ltda	PE
2	46472.001574/2015-34	200.470.485	Ibep Gráfica Ltda.	SP
3	46473.005038/2012-55	506.656.063	Instituto de Especialidades Pediátricas de São Paulo S.A.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46242.000760/2013-06	200584405	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
2	46242.000761/2013-42	200584456	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
3	46242.000762/2013-97	200584472	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
4	46242.000763/2013-31	200584529	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
5	46242.000764/2013-86	200584570	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
6	46242.000765/2013-21	200584618	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
7	46242.000766/2013-75	200584634	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
8	46242.000767/2013-10	200584740	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
9	46242.000772/2013-22	200585207	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
10	46242.000773/2013-77	200585266	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
11	46242.000774/2013-11	200585355	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
12	46242.000776/2013-19	200585550	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
13	46242.000777/2013-55	200585622	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
14	46242.000778/2013-08	200585932	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
15	46242.000836/2013-95	200585592	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46242.000758/2013-29	200590235	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
2	46242.000775/2013-66	200585495	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
3	46242.000779/2013-44	200586009	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
4	46242.000781/2013-13	200586106	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
5	46242.000782/2013-68	200586378	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46243.003169/2015-54	207649529	Transimão Transportes Rodoviários Ltda.	MG

2.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46736.007111/2013-76	202177696	J.D.F. Comércio de Metais Ltda. - ME	SP
2	46736.007112/2013-11	202177751	J.D.F. Comércio de Metais Ltda. - ME	SP

FELIPE PÓVOA ARAÚJO
Coordenador-Geral de Recursos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 30 DE ABRIL DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46205.015101/2014-93
Entidade	SINDICATO DOS TRABALHADORE RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE CAMPOS SALES - CE
CNPJ	07.416.431/0001-82
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Ceará*: Campos Sales
Fundamento	NT 528/2018/CGRS/SRT/MTb

Categoria Profissional: SÃO CONSIDERADOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES AQUELES QUE, ATIVOS OU APOSENTADOS, PROPRIETÁRIOS OU NÃO, EXERÇAM SUAS ATIVIDADES NO MEIO RURAL INDIVIDUALMENTE OU EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR, NOS TERMOS DO DECRETO LEI 1.166/1971, COM ÁREA IGUAL OU INFERIOR A 2 (DOIS) MÓDULOS RURAIS, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS SALES-CE.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 18 DE MAIO DE 2018

O Secretário Substituto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27, inciso I da Portaria n.º 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo:	46395.000560/2014-82 (SC16414)
Entidade:	SELCON - Sindicato dos Empregados nas Lojas Multimarcas e Concessionárias de Veículos Automotores Leves e Pesados de Guaratinguetá e Região do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira
CNPJ:	13.064.380/0001-70
Fundamento:	NOTA TÉCNICA 541/2018/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, e na Nota Técnica 532/2018 /CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o pedido de Registro do SINDICATO DOS TRABALHADORES/AS RURAIS AGRIGULTORES/AS FAMILIARES DE DIVINOPOLIS DO TOCANTINS - TO, CNPJ n° 24.852.063/0001-34, Processo n°46226.006750/2014-55, com fundamento no art. 27, inciso IV, da Portaria n° 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 18 DE MAIO DE 2018

O Secretário Substituto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 542/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: REMETER para o procedimento de mediação as seguintes entidades: 1) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Aurora- Ceará, CNPJ 07.932.740/0001-05, Processo 46285.001583/2014-51; 2) Sindicato dos Servidores Públicos Lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e /ou Cultura dos Municípios do Ceará. CNPJ: 06.938.146/0001-69, Processo: 24170.003142/90-29, Impugnação 46000.008479/2017-80; nos termos do art. 20 da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 18 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho - Substituto, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46242.002422/2014-81
Entidade	Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias de Abate de Animais Comestíveis e de Carnes e de seus Derivados de Uberaba e de outros Municípios.
CNPJ	21.084.700/0001-81
Abrangência	Intermunicipal.
Base Territorial	*Minas Gerais*: Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Sacramento, Santa Juliana, Uberaba e Veríssimo.
Categoria Profissional	Trabalhadores empregados nas Indústrias de Abate de Animais Comestíveis, de Carnes e dos derivados delas, ficando excluídos os trabalhadores integrantes de categorias profissionais diferenciadas, bem como os das indústrias de pescados e de aqüicultura.
Fundamento	NT 537/2018/CGRS/SRT/MTb

Processo	46205.017930/2014-19
Entidade	STRAAFT - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE TURURU-CE.
CNPJ	23.727.985/0001-57
Abrangência	Municipal
Base Territorial	* Ceará*: Tururu.
Categoria Profissional	Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares aqueles que ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com área igual ou inferior a 02(dois) módulos rurais.
Fundamento	NT 533/2018/CGRS/SRT/MTb

Processo:	46218.015296/2014-22 (SC16467)
Entidade:	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Trindade do Sul/RS
CNPJ:	20.834.591/0001-00
Abrangência:	Municipal
Base Territorial:	Rio Grande do Sul: Trindade do Sul.
Fundamento	NT 529/2018/CGRS/SRT/MTb

Categoria: Trabalhadores nas indústrias de bebidas, sucos e concentrados; de balas, chocolates, mandolates; indústrias de beneficiamento de fumo, fábricas de cigarros, charutos; de leite e seus derivados; de beneficiamento de frutas e legumes, de refinação e moagem de sal; de óleos vegetais, soja, arroz; de milho, mandioca, moinhos; de rações; de engenhos de arroz e seus beneficiamentos; de panificações, confeitaria, biscoitos e massas; de torrefação e moagem de café; de beneficiamento de erva-mate; de pesca e seus derivados, de laticínios e seus derivados; de trigo, centeio; de carnes - suínos, bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos; de aves e derivados; de temperos, condimentos, corantes e conservantes alimentares; de mel, adoçantes; de sorvetes, gelos; de refeições industriais; de doces e conservas alimentícias; de beneficiamento de sementes; e de beneficiamento e secagem de grãos

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 18 DE MAIO DE 2018

O Secretário Substituto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria n.º 326/2013, e com base na NOTA TÉCNICA 540/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro de alteração estatutária (RAE) ao SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Município de Feira de Santana, processo n.º 46204.005574/2014-92 (SA02040), CNPJ n.º 16.451.288/0001-50, para representar a categoria profissional específica da agricultura familiar abrangendo todos os trabalhadores e as trabalhadoras do município de Feira de Santana - Bahia, proprietários ou não, incluindo os aposentados ativos e inativos ou assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme o Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, até o limite de 02 (dois) módulos rurais, no município de Feira de Santana, no estado da Bahia.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 18 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46205.013185/2014-21
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Caucaia/CE.
CNPJ	07.870.744/0001-06
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Ceará*: Caucaia.
Categoria Profissional	Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares aqueles/as que ativos ou aposentados/as, proprietários/as ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02(dois) módulos rurais no município de Caucaia/CE.
Fundamento	NT 538/2018/CGRS/SRT/MTb

Processo	46205.016133/2014-14
Entidade	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SOLONOPOLE -CE
CNPJ	07.729.767/0001-03
Abrangência	Municipal

Base Territorial	Ceará: Solonópole
Categoria Profissional	Categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que ativos e aposentados, proprietários ou não exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou me regime de economia familiar, nos termos do decreto lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 2 (dois) módulos rurais.
Fundamento	NT 539/2018/CGRS/SRT/MTb

Processo	46205.013095/2014-30
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras e Familiares de Várzea Alegre/CE
CNPJ	07.893.597/0001-90
Abrangência	Municipal
Base Territorial	* Ceará*: Várzea Alegre
Fundamento	NT 535/2018/CGRS/SRT/MTb.

Categoria: São considerados trabalhadores e trabalhadoras rurais: os agricultores e agricultoras rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural, e os agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos/as produtores/as, posseiros/as, assentados/as, meeiros/as, parceiros/as, arrendatários/as, comodatários/as e extrativistas

Processo	46204.009720/2014-59
Entidade	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Sul e Agentes de Combates ás Endemias do Sul da Bahia - SINDIACS/ACE
CNPJ	06.307.319/0001-40
Abrangência	Intermunicipal
Fundamento	NT 536/2018/CGRS/SRT/MTb

Base Territorial: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barra Do Rocha, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Gongogi, Ibicaraí, Ibicuí, Ibirapitanga, Iguaí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju Do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapetinga, Itapitanga, Itororó, Jussari, Maraú, Mascote, Nova Canaã, Pau Brasil, Porto Seguro, Potiraguá, Santa Cruz Da Vitória, Santa Luzia, São José Da Vitória, Teixeira De Freitas, Ubaitaba, Ubatã, Una e Uruçuca - BA.

Categoria: Profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes Comunitários de Saúde da Família, Trabalhadores do PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde) e PSF (Programa de Agentes Comunitários de Saúde da Família), Lei nº 11.350 de 05 de Outubro de 2006. Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias do Sul da Bahia.

Processo	46205.013097/2014-29
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Paracuru/CE.
CNPJ	07.533.532/0001-33
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Ceará*: Paracuru.
Categoria	Profissional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietário ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 2(dois) módulos rurais, no município de Paracuru-CE.
Fundamento	NT 534/2018/CGRS/SRT/MTb

Processo	46213.029173/2014-19
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Brejo da Madre de Deus - PE - STTR.
CNPJ	09.903.287/0001-34
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Pernambuco*: Brejo da Madre de Deus.
Categoria	Profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares aqueles que, ativos ou aposentados proprietários ou não,exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais.
Fundamento	NT 530/2018/CGRS/SRT/MTb

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 21 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 525/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS BOMBEIROS CIVIS, SOCORRISTAS, BRIGADISTAS E SALVA-VIDAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SINDBOC/RN, CNPJ 17.124.242/0001-90, Processo 46217.000246/2014-51, para representar a Categoria Profissional dos Bombeiros Civis, Socorristas, Brigadistas e Salva-Vidas que atuam na área de prevenção e combate a incêndio em órgãos públicos e privados de acordo com a lei em vigor, com abrangência Estadual, Estado Rio Grande do Norte, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHOS DE 21 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, e na Nota Técnica 534/2018 /CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o pedido de Alteração Estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE AXIXA DO TOCANTINS - TO, CNPJ n° 33.566.654/0001-36, Processo n°46226.006718/2014-70, com fundamento no art. 27, inciso IV, da Portaria n° 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46212.009099/2014-24
Entidade	SINCLAPOL SINDICATO DAS CLASSES POL. C DO EST DO PARANA
CNPJ	81.502.346/0001-90
Fundamento	NT 526/2018/CGRS/SRT/MTb

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 21 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES nº 556/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR as Impugnações nsº. 46000.004856/2017-10, 46000.005248/2017-14, 46000.005371/2017-35, 46031.001209/2017-81, nos termos do art. 18, incisos III e VIII, da Portaria 326/2013 e DEFERIR o registro sindical ao SINDCAESC - Sindicato dos Condutores de Ambulância do Estado de Santa Catarina, CNPJ 21.007.411/0001-89, Processo 46220.007127/2014-70, para representar a Categoria Profissional diferenciada dos trabalhadores condutores de ambulância, da rede privada e pública, contratados ou concursados da rede pública Municipal e Estadual do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 25, inciso II, da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 21 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 527/2018//CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo de Pedido de Registro Sindical n.º 46208.012731/2013-03, de interesse do SINDIVARJÃO - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Varjão - GO, CNPJ 05.414.406/0001-34, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria n.º 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA
Substituto

DESPACHO DE 23 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o cumprimento no disposto no art. 20 da Portaria 186/2008 e na NT 557/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ANULAR a SUSPENSÃO do Pedido de Registro Sindical, nos termos da Portaria 186/2008. E, em ato contínuo, CONCEDER o registro sindical n.º 24000.004416/91-85 de interesse da à FEIPOL/CENTRO - OESTE e NORTE -Federação Interestadual dos Sindicatos de Trabalhadores das Polícias Civis - DF, CNPJ 37.100.443/0001-64 para Coordenação das entidades a ela filiadas que tenha representação da categoria profissional dos Servidores da Polícia Civil, abrangência: Interestadual: *Acre*, *Amapá*, *Distrito Federal*, *Goiás*, *Mato Grosso*, *Mato Grosso do Sul*, *Rondônia*, *Roraima* e *Tocantins*, nos termos do Art. 31 da Portaria 186/2008.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 23 DE MAIO DE 2018

Tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Judicial nº 0065626-92.2014.4.01.3400, da 22ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e a Portaria 326/2013, o Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, resolve DESARQUIVAR o processo administrativo nº 46225.000039/2012-35, de interesse do SINDOJERR - SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, CNPJ: 05.063.784/0001-10.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA
Secretário
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 91, DE 15 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 153, de 12 de fevereiro de 2009, resolve:

Artigo 1º - Constituir Comissão Sindical, de caráter consultivo, possibilitando a colaboração no processo de planejamento das ações fiscais e de fomento ao equilíbrio das relações do trabalho no Estado do Maranhão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Artigo 2º - Designar para comporem a referida Comissão: 1 - Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT/MA; 2 - Nova Central dos Trabalhadores - NCST; 3 - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; 4 - Força Sindical - FS; 5 - Central Única dos Trabalhadores - CUT/MA; 6 - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Construção Pesada, Mobiliário, Artefatos de Cimento e Obras de Arte de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Raposa e Alcântara - o SINDCONSTRUCIVIL-MA; 7 - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro em Meios de Hospedagem e de Gastronomia, em Empresas de Refeições Coletivas, em Empresas de Turismo em Casas de Diversões de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar - MA; 8 - Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado do Maranhão; 9 - Sindicato dos Empregados no Comércio de São Luis - SINDCOMERCIÁRIOS; 10 - Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Maranhão - FETIEMA; 11 - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular no Estado do Maranhão - SINTERP/MA; 12 - Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado do Maranhão - SINTEST-MA; 13 - Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem e Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde do Estado do Maranhão.

Artigo 3º - A Comissão reunir-se-á ordinariamente, em data previamente designada, e, extraordinariamente, quando convocada pela Superintendente Regional do Trabalho no Estado do Maranhão. Parágrafo único-As reuniões serão presididas pela Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, ou por quem ela designar, com o apoio técnico e operacional da Seção de Inspeção do Trabalho - SEINT, e da Seção de Relações do Trabalho - SERET.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria Nº 082, de 14 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União Nº 179, de 16 de setembro de 2016, Seção 1.

LÉA CRISTINA DA COSTA SILVA LEDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 117, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Ofício nº 113/2018/SR Florianópolis, para prestação de Trabalho de Empregados da Caixa na Feira de Menor Porte da Casa Própria 2018 da Caixa Econômica Federal; em cumprimento à determinação do artigo 68 da CLT. Resolve:

Conceder autorização à Caixa Econômica Federal, para no âmbito do Estado de Santa Catarina abrir suas agências nos dias 26 e 27 de maio/2018.

JACINTHO FERNANDO STEFANELLO

Ministério dos Direitos Humanos

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 152, DE 23 DE MAIO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria MDH nº 33, de 16 de março de 2017, que institui o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério dos Direitos Humanos - CTIC/MDH.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 160, de 07 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 09 de março de 2018 e Decreto de 21 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2018, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, o Decreto 8.638, de 15 de janeiro de 2016 e considerando a necessidade de implementar parâmetros e diretrizes nas ações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para assegurar o cumprimento do propósito e das políticas institucionais do Ministério, resolve:

Art. 1º. O Anexo da Portaria nº 33, de 16 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º. O Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério dos Direitos Humanos - CTIC, tem por finalidade deliberar sobre o planejamento, orçamentação, investimentos, priorização e gerenciamento de riscos de toda a Política de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério dos Direitos Humanos, além de promover internamente a implantação da Política de Governança Digital.

Art. 2º. Compete ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação:

I - deliberar sobre as estratégias, as políticas, as normas e os planos de TIC;

II - propor, executar, formular, implementar, monitorar e avaliar as estratégias, as políticas, as normas e os planos de TIC do MDH, por meio de um plano integrado de ações - materializado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, considerando o Planejamento Estratégico Institucional e as políticas e orientações do Governo Federal;

III - estabelecer critérios de priorização para formulação e execução de ações, projetos e contratações de soluções de TIC;

IV - estabelecer parâmetros de atuação do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação.

Art. 3º. O CTIC será composto pelos seguintes membros titulares:

I - um(a) representante da Secretaria Executiva, que o presidirá;

II - um(a) representante da Secretaria de Nacional de Cidadania;

III - um(a) representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

IV - um(a) representante da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

V - um(a) representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;

VI - um(a) representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

VII - o(a) Coordenador(a) Geral de Tecnologia da Informação.

§ 1º. Os membros titulares citados nos incisos de I a VI deverão ser ocupantes de cargo de provimento em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, de nível 5 ou de hierarquia superior.

§ 2º. Em seus afastamentos ou impedimentos legais, os membros titulares terão como suplentes os seus respectivos substitutos ou servidores indicados e formalmente designados.

Art. 4º. O funcionamento do CTIC será definido e detalhado no Regimento Interno, que deverá ser aprovado pela maioria de seus membros, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contado a partir da data publicação desta Portaria."

Art. 2º. Revogam-se os artigos 5º, 6º e 7º da Portaria nº 33, de 16 de março de 2017 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria MDH nº 188, de 19 de abril de 2018.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 402, DE 22 DE MAIO DE 2018

Delega competência ao Secretário Nacional de Aviação Civil para celebrar o Contrato com a empresa dos Estados Unidos selecionada para realizar os estudos no Aeroporto de Congonhas.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 57 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, no Decreto nº 9.000, de 8 de março de 2017 e,

Considerando a necessidade de dar celeridade aos processos afetos ao Protocolo de Cooperação celebrado entre a Secretaria Nacional de Aviação Civil e a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos (USTDA), resolve:

Art. 1º Delegar ao Secretário Nacional de Aviação Civil, no âmbito da atuação de sua respectiva unidade, por prazo indeterminado, a competência para celebrar o Contrato com a empresa dos Estados Unidos selecionada para realizar os estudos no Aeroporto de Congonhas no âmbito do Protocolo de Cooperação acima, bem como seus eventuais aditivos.

Art. 2º Das decisões decorrentes da delegação prevista no art. 1º, cabe recurso ao Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, na forma do § 1º do art. 56 da Lei nº 9.784/1999.

Art. 3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta Portaria e considerar-se-ão editadas pelo delegado, nos termos do art. 14, § 3º, da Lei nº 9.784/99.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

GERÊNCIA-GERAL DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁTICOS

PORTARIA Nº 1.415, DE 4 DE MAIO DE 2018

O GERENTE-GERAL DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁTICOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1.655/SAR, de 11 de maio de 2017, considerando o que consta do processo nº 00066.009548/2018-98, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão dos certificados de aprovação APAA nº 2002P12-12, 2002P12-14 e 9811-09 referentes às embalagens de modelos IM-4G/US-X40, IM-4G/US-X15, IM-4G-362, IM-4G-362I, IM-4G-562 e IM-4G-562I, pertencentes a empresa IMER Industrial e Mercantil Ltda., por prazo indeterminado, pelo vencimento e não renovação da Autorização de Fabricação de Embalagem para Transporte Aéreo de Artigos Perigosos (Ofício nº 464/2016-GGCP/SAR, de 29 de abril 2016), ocorrido em 31 de maio de 2016.

Art. 2º Conforme previsto no parágrafo 175.49(a) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 175 (RBAC nº 175), ficam proibidos, para fins de transporte aéreo de artigos perigosos, a utilização e comercialização de quaisquer uns dos modelos de embalagens relacionados no art. 1º desta Portaria, independentemente de sua data de fabricação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1.422/SAR, de 8 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 9 de junho de 2016, Seção 1, página 55.

MÁRIO IGAWA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 1.563, DE 17 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 108 (RBAC nº 108), Emenda 01, e no item 5.3.4 da Instrução Suplementar nº 108-001, Revisão B (IS nº 108-001B), e considerando o que consta do Processo nº 00058.536231/2017-48, resolve:

Art. 1º Aprovar a versão nº 01 da Listagem de Medidas Adicionais de Segurança e Procedimentos Alternativos para compor o Programa de Segurança de Operador Aéreo da empresa GOL Linhas Aéreas S.A., CNPJ nº 07.575.651/0001-59, considerando as operações do operador na Classe IV-B, nos termos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 108 (RBAC nº 108), Emenda 01, e da Instrução Suplementar nº 108-001, Revisão B (IS nº 108-001B).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

PORTARIA Nº 1.569, DE 18 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição outorgadas pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 139 (RBAC nº 139), e considerando o que consta do processo no 00058.014898/2018-75, resolve:

Art. 1º Conceder o Certificado Operacional Provisório de Aeroporto no 12-P/SBSO/2018 à Prefeitura Municipal de Sorriso/MT, operador do Aeroporto Regional de Sorriso - Adolino Bedin (SBSO).

Parágrafo único. A certificação operacional fica condicionada, ao menos, à manutenção, pelo operador aeroportuário, dos aspectos avaliados no âmbito do processo por meio do qual a outorga foi concedida.

Art. 2º O aeroporto certificado nos termos do art. 1º operará com as seguintes especificações operativas:

I - Geral:

a) Código de referência: 3C;

b) Tipo de operação por pista/cabeceira:

Cabeceira 05: VFR / IFR - Não-precisão - diurna/noturna;

Cabeceira 23: VFR / IFR - Não-precisão - diurna/noturna;

c) Nível de Proteção Contraincêndio Existente - NPCE: 5;

d) Autorizações de Operações Especiais: não há.

II - Restrição a classes e tipos de aeronaves:

Não aplicável

III - Restrição aos serviços aéreos:

Não aplicável.

IV - Restrições operacionais

Não aplicável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 1.471, DE 9 DE MAIO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 06 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00058.540455/2017-54, resolve:

Alterar a inscrição do heliponto privado Mormaii (SC) (código OACI: SIGB) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 09 de Novembro de 2022. Fica revogada a Portaria nº 2382/SIA, de 07 de Novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 09 de novembro de 2012, Seção 1, Página 3.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 1.505, DE 11 DE MAIO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00065.023967/2018-42, resolve:

Alterar a inscrição do heliponto privado Fazenda Santa Matilde (RJ) (código OACI: SSTI) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 09 de novembro de 2022. Fica revogada a Portaria nº 2368/SIA, de 07 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 9 de novembro de 2012, Seção 1, Página 3.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO,

PORTARIA Nº 1.560, DE 17 DE MAIO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00065.021880/2018-31, resolve:

Excluir o aeródromo privado Usina São Carlos (SP) (código OACI: SDWE) do cadastro de aeródromos. Esta Portaria entra em vigor em 21 de junho de 2018. Fica revogada a Portaria nº 0009/SIA, de 4 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 5 de janeiro de 2016, Seção 1, Página 2.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

PORTARIAS DE 10 DE MAIO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 1.487 - Inscrever o heliponto privado Home (DF) (código OACI: SSOH) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00058.011400/2018-12 A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.488 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Vera (MS) (código OACI: SSPV) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.533852/2017-81. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.490 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Nossa Senhora das Graças (MT) (código OACI: SSDG) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.016655/2018-82. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.491 - Inscrever o aeródromo privado Eduardo Cordeiro de Araújo (RS) (código OACI: SJEC) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.020684/2018-49. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

PORTARIAS DE 14 DE MAIO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 1.509 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Sertãozinho (MS) (código OACI: SSTZ) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.022916/2018-01. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.510 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Sucuri (MS) (código OACI: SSSU) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.022865/2018-18. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.511 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Rancho Alegre (MS) (código OACI: SSRL) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.022616/2018-14. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.513 -Inscrever o aeródromo privado Uniggel Sementes - Fazenda Santa Maria (MS) (código OACI: SSUS) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.021458/2018-85. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.516 - Excluir o aeródromo privado Fazenda Calcário Tangará (MT) (código OACI: SJTG) do cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.021326/2018-53. Esta Portaria entra em vigor em 21 de junho de 2018. Fica revogada a Portaria nº 1756/SIA, de 30 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2014, Seção 1, Página 5.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 1.515, DE 14 DE MAIO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.547532/2017-16, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos práticos de Piloto Privado Avião - PPA, Piloto Comercial Avião - PCA e Instrutor de Voo Avião - INVA da SIERRA BRAVO ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Via de Acesso Comandante César Albuquerque Almeida , S/N, Hangar 26, Bairro Lagoa, Americana/SP, CEP: 13479-302.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.126, DE 18 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta dos Processos nº 50306.002313/2014-41 e 50300.005048/2018-35 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.148-ANTAQ, de 27/02/2015, de titularidade da empresa IMBAÚBA NAVEGAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.159.987/0001-61, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 3º Termo Aditivo, em virtude de substituição de embarcação na frota autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.127, DE 17 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta dos Processos nº 50306.000212/2010-19 e 50300.004775/2018-85, tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 637-ANTAQ, de 18/03/2010, de titularidade da empresa H. M. NOGUEIRA GOMES NAVEGAÇÃO - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.157.036/0001-95, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 9º Termo Aditivo, em virtude de substituição de embarcação na frota autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.129, DE 18 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.006039/2018-61 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.029-ANTAQ, de 13/02/2014, de titularidade da empresa M. DO D. DE LIMA AZEVEDO - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.404.509/0001-62, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 4º Termo Aditivo, em virtude da exclusão das embarcações "L/M RITA DE CASSIA" e "N/M PRÍNCIPE DE ÓBIDOS" e da inclusão da embarcação própria "F/B NHAMUNDAENSE", além da alteração do esquema operacional da embarcação "N/M CIDADE DE TERRA SANTA".

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Tornar sem efeito o 4º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 1.029-ANTAQ e a Resolução nº 6.109-ANTAQ, ambos de 14/05/2018, em virtude de erro material na descrição do trecho de operação autorizado.

Art. 4º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 281, DE 23 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 150, de 21 de maio de 2018;

CONSIDERANDO a decisão liminar exarada pelo Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária nos autos do Mandado de Segurança nº 1006176-02.2017.4.01.3400., e no que consta do Processo nº 50500.177101/2017-61, delibera:

Art. 1º Conhecer do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S/A no âmbito da 28ª Revisão Ordinária e 8ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio - TBP do Contrato de Concessão da Rodovia BR-290/RS, Trecho Osório-Porto Alegre - Entroncamento BR-116/RS (Entrada para Guaíba), e negar-lhe provimento, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF que notifique a Concessionária de Rodovia Osório-Porto Alegre S/A - CONCEPA acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 1999, art. 3º, inc. II

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 109, DE 23 DE MAIO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018, resolve:

Autorizar a ocupação longitudinal para implantação de interseção de acesso, no km 615+353m, no município de São Gabriel do Oeste/MS, na BR-163/MS de interesse da empresa Cidade Jardim I São Gabriel do Oeste Incorporadora SPE Ltda. - Processo nº 50520.033150/2015-93.

Estas Portarias entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DESPACHOS DE 7 DE MAIO DE 2018

Nº 929 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/77801 - DELESP/DREX/SR/DPF/TO, de 04/10/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: PRESENCIAL VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA., CNPJ Nº 13.453.470/0001-52

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, dou-lhe provimento, convertendo a penalidade administrativa de cancelamento definitivo em pena de multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 8750/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 930 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/80585 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, de 11/10/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: PARABELUM SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 13.772.768/0001-25

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, concedo-lhe provimento, convertendo-se a penalidade administrativa de cancelamento definitivo em pena de multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 9519/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 935 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/87500 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, de 30/10/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BRASILI SEGURANCA DE VALORES EIRELI, CNPJ Nº 07.249.612/0001-61

1. Não conheço do recurso; 2. Mantenha-se incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 11452/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 936 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/88707 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, de 01/11/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BANCO BMG S/A , CNPJ Nº 61.186.680/0054-86

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 15.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 10689/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 938 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/90018 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, de 07/11/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: MARCA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 03.852.732/0001-06

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 10379/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 963 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/104963 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, de 15/12/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BANCO BMG S/A , CNPJ Nº 61.186.680/0050-52

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 10.001 UFIR, com fulcro no Parecer nº 9215/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 989 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/2413 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, de 12/01/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BRASILI SEGURANCA DE VALORES EIRELI, CNPJ Nº 07.249.612/0001-61

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 11730/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 1.023 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/11808 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, de 19/02/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: SEPTRON VIGILANCIA LTDA., CNPJ Nº 08.406.147/0001-98

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.167 UFIR, com fulcro no Parecer nº 10137/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

ROGERIO AUGUSTO VIANA GALLORO
Diretor-Geral

DESPACHO DE 14 DE MAIO DE 2018

DESPACHO DAAD/PF 6679543
Assunto: Processo Punitivo. Segurança Privada. Recurso Administrativo.
Destino: CGCSP/DIREX/PF
Processo: 08512.000921/2018-41
Interessado: UNISEG VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA

1. Conheço do recurso;

2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 6382338/2018-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão.

3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

ROGERIO AUGUSTO VIANA GALLORO
Diretor-Geral

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.622, DE 11 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/28298 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa MACOR SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.232.892/0005-05, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Da empresa cedente RECONSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA ARUJÁ LTDA, CNPJ nº 04.869.534/0001-00:
2 (duas) Espingardas calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
78 (setenta e oito) Munições calibre 38
68 (sessenta e oito) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.709, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/109152 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIDER VIGILÂNCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 09.604.149/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 620/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.711, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/1059 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GUEPARDO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 20.664.169/0001-53, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 455/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.713, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/3584 - DPF/PFO/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EPAVI - ESCOLA PARA VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 20.617.476/0001-83, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1078/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.715, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/5989 - DPF/PFO/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TOTAL PROTECTION SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.570.191/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 913/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.720, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/12179 - DPF/PSO/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BITARRON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.048.912/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1062/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.722, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13717 - DPF/JFA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIAS E BERTOLIN SEGURANCA PRIVADA LTDA ME, CNPJ nº 26.078.595/0001-91, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 744/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.727, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16202 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CAMARGO & CAMARGO SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 12.498.008/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 720/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.737, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/18125 - DPF/JVE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP, CNPJ nº 79.929.774/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1029/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 2.741, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19012 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI, CNPJ nº 04.008.185/0004-84, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 964/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.769, DE 18 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19344 - DPF/STS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa QUALITY INTELIGENCIA EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 05.571.290/0001-47, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1136/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.789, DE 21 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19863 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VEPER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.848.003/0001-42, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1165/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.805, DE 22 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4896 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STAR SERVICE VIGILANTIA LTDA, CNPJ nº 13.933.458/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 912/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.809, DE 22 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21741 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROBANK SEGURANÇA DE BENS E VALORES EIRELI, CNPJ nº 19.107.299/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 1022/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 70, DE 17 DE MAIO DE 2018

Regulamenta a dispensa de mobilizados pela Força Nacional de Segurança Pública para fins de progressão funcional ou promoção

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 11, VIII do Anexo I do Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018 e pelo art. 72, VIII do Anexo da Portaria MJSP nº 1.185, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOU nº 145, Seção 1, de 22 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º O profissional mobilizado pela Força Nacional de Segurança Pública poderá solicitar dispensa para fins de progressão funcional ou promoção, observados os requisitos e condições estabelecidos nesta Portaria.

Parágrafo único. A dispensa a que se refere o caput visa possibilitar ao profissional mobilizado a sua participação nas etapas presenciais obrigatórias necessárias à sua progressão funcional ou promoção.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - dispensa - a interrupção temporária dos serviços prestados pelo profissional mobilizado sem que haja a sua desmobilização e sem ônus para a União;

II - etapas presenciais obrigatórias para a progressão funcional ou promoção - atos preliminares para preenchimento dos requisitos condicionantes e demais atos obrigatórios de curso específico de carreira ou necessários à efetivação da progressão funcional ou promoção, que exijam a presença do profissional mobilizado;

III - progressão funcional - a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe; e

IV - promoção - a passagem do servidor do último padrão de uma classe, posto ou graduação para o primeiro padrão da classe, posto ou graduação imediatamente superior.

Art. 3º O profissional mobilizado poderá solicitar dispensa para fins de progressão funcional ou promoção, por até 15 (quinze) dias, ininterruptos ou não, a cada processo de passagem de padrão, classe, posto ou graduação, com o objetivo de participar das etapas presenciais obrigatórias.

§1º O usufruto da dispensa a que se refere o caput não interfere na contagem de período estabelecido como requisito para a concessão das demais dispensas previstas em regulamento.

§2º O profissional mobilizado encaminhará à chefia imediata, com antecedência mínima de três dias úteis, a solicitação de dispensa a que se refere o caput, acompanhada da documentação que comprove a necessidade de sua participação nas etapas presenciais obrigatórias para a progressão funcional ou promoção.

§3º Incumbe ao Diretor da Força Nacional de Segurança Pública ou ao seu substituto legal, nos casos de afastamentos ou impedimentos legais do titular, o deferimento da dispensa para fins de progressão funcional ou promoção.

§4º A concessão da dispensa a que se refere o caput fica condicionada a análise da conveniência e da oportunidade, com o intuito de atender aos interesses da administração pública federal e de não comprometer as atividades em determinada unidade ou missão coordenada pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública - DFNSP.

Art. 4º Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Nacional de Segurança Pública.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 57, DE 14 DE MAIO DE 2018

Altera a Portaria CNMP-PRESI nº 70, de 27 de março de 2014, a Portaria CNMP-PRESI nº 16, de 23 de fevereiro de 2015 e a Portaria CNMP-PRESI nº 144, de 3 de julho de 2014.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no exercício de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 15 da Portaria CNMP-PRESI nº 70, de 27 de março de 2014, o art. 5º da Portaria CNMP-PRESI nº 144, de 3 de julho de 2014, e o disposto na Portaria CNMP-PRESI nº 16, de 23 de fevereiro de 2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento Administrativo nº 19.00.4009.0004042/2018-22, resolve:

Art. 1º O art. 15 da Portaria CNMP-PRESI nº 70, de 27 de março de 2014, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 15.....

VI - Comitê de Políticas de Gestão Estratégica do Ministério Público (CPGE-MP)."

Art. 2º O art. 1º da Portaria CNMP-PRESI nº 16, de 23 de fevereiro de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 1º.....

VI - Comitê de Políticas de Gestão Estratégica do Ministério Público (CPGE-MP)."

Art. 3º O capítulo II da Portaria CNMP-PRESI nº 144, de 3 de julho de 2014, passa a vigorar acrescido da Seção IV, com a seguinte redação:

"DOS COMITÊS DE POLÍTICAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA, PESSOAS E ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Seção I

Do Comitê de Políticas de Gestão Administrativa do Ministério Público

Art.1º.....

(...)

Seção II

Do Comitê de Políticas de Gestão Orçamentária do Ministério Público

Art.3º.....

(...)

Seção III

Do Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas do Ministério Público

Art.4º.....

Seção IV

Do Comitê de Políticas de Gestão Estratégica do Ministério Público

Art. 4º-B O Comitê de Políticas de Gestão Estratégica (CPGE-MP) tem por objetivo promover a integração e o desenvolvimento da gestão estratégica no Ministério Público brasileiro, por meio de deliberações que incentivem o debate, o planejamento, a articulação das ações e a difusão de boas práticas, referências, capacitação e parcerias em tal área, visando à eficiência da atividade institucional.

Parágrafo único. Compete ao CPGE-MP:

I - fomentar a integração entre os ramos e as unidades do Ministério Público brasileiro e entre estes e outros órgãos essenciais à sua atividade;

II - fomentar o Planejamento Estratégico e subsidiar a elaboração de Planejamento Estratégico Organizacional;

III - incentivar a adoção de boas práticas em gestão estratégica;

IV - propor metas nacionais para a gestão estratégica no âmbito do Ministério Público;

V - encaminhar ao CNMP sugestões para elaboração de resoluções afetas à área de gestão estratégica;

VI - propor ao CNMP critérios para orientar a aquisição de bens e serviços fetos à área de gestão estratégica;

VII - compartilhar, salvo se protegido por sigilo legal, conhecimentos, informações e soluções afetos à área de gestão estratégica, com o intuito de promover a melhoria de resultados institucionais, visando à eficiência da atividade institucional;

VIII - incentivar a inovação em gestão estratégica;

IX - incentivar a utilização de padrões governamentais em gestão estratégica;

X - propor treinamentos para membros e servidores na área de gestão estratégica; e

XI - praticar outros atos necessários ao cumprimento do seu objetivo e compatíveis com suas atribuições."

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 259ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2018

Hora: 13:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Consultas

Processo IC-002425.2016.04.000/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: JULIO ALEXANDRE DA SILVA DIAS EIRELI - ME, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: WJ SERVICE ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - ME - Relatora: Dra. Maria Aparecida Gugel.

Processo NF-000239.2018.03.002/0 - Assunto: 2.CONAETE, 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ARCELORMITTAL BIOFLORESTAS LTDA, NOTICIANTE: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais - Seção de Fiscalização do Trabalho - SFISC - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

II - Conflitos de atribuições

Processo NF-000343.2018.12.000/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: - Relatora: Dra. Maria Aparecida Gugel.

Processo IC-000399.2016.03.010/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: CARLOS ALBERTO COSTA PEIXOTO, SUSCITADO: ALESANDRO BATISTA BERALDO, SUSCITADO: PROCURADORA DO TRABALHO DRA. SÔNIA TOLEDO GONÇALVES - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-002506.2016.10.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITANTE: ENÉRIA THOMAZINI, NOTICIADO: LOJAS RENNER S/A, NOTICIANTE: PRT 4ª REGIÃO - PTM CAXIAS DO SUL/RS, SUSCITADO: VALESCA MONTE - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-002216.2017.06.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: MARIA ROBERTA MELO KOMURO DA ROCHA, SUSCITADO: CHAFIC KRAUSS DAHER - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-000606.2017.13.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITANTE: RAULINO MARACAJÁ COUTINHO FILHO, SUSCITADO: DANNIELLE CHRISTINE DUTRA DE LUCENA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000179.2018.02.003/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: RODRIGO DE LACERDA CARELLI , SUSCITANTE: JOSÉ PEDRO DOS REIS - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000277.2018.03.002/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: WAGNER GOMES DO AMARAL, SUSCITADO: JOSÉ REIS SANTOS CARVALHO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-000051.2018.05.000/9 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-001419.2015.17.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-005209.2017.03.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET, 4.CONAP - Interessados: SUSCITANTE: ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA PEREIRA, SUSCITADO: GENDERSON SILVEIRA LISBOA , NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: TRIBUNAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-001209.2017.11.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: ALZIRA MELO COSTA, SUSCITADO: FABÍOLA BESSA SALMITO LIMA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-000063.2018.01.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA, SUSCITANTE: JANINE MILBRATZ FIOROT - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-000547.2018.05.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITANTE: SÉFORA GRACIANA CERQUEIRA CHAR - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-000131.2018.12.001/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-000349.2018.17.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: ESTANISLAU TALLON BÓZI , SUSCITANTE: SUELI TEIXEIRA BESSA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

III - Anulação ou alteração de termo de ajuste de conduta

Processo PP-000551.2003.09.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: DRA. MARIANE JOSVIAK - PROCURADORA DO TRABALHO DA PRT DA 9ª REGIÃO, INVESTIGADO: FETROPAR, SINCVRAAP, SITROCAM, SITROVEL, SINTRAR, SINTTROL, SINTTROMAR, SINDICAP, STTRPG, SINCOVERT, SINTRAU, SINTRUV, SETCEPARSINTROL, SINCVRAAP; SINTROCAM; SITROVEL; SINTRODOV; SITROFAB; SINTTROMAR; SINTRAR; SINDICAP; STTRPG; SINCONVERT; SINTRUV; SINTTROTOL; SINTRAU; FETROPAR; SINDICATO DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS DO PARANÁ, NOTICIANTE: MPT - PRT9 - PTM. DE CASCAVEL - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-000400.2017.15.002/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: MPT/PRT 15ª REGIÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, INQUIRIDO: TOLEDO FERRARI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 15, DE 15 DE MAIO DE 2018
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 14, referente à Sessão realizada em 8 de maio de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 029.008/2014-0 e 036.528/2011-0 cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler; e

- 007.079/2017-6, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 4471 a 4535.

RELAÇÃO Nº 13/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 4471/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.670/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ari Gonçalves Leal (207.518.930-72); Diva Borges Dias (207.218.200-00); Guido Kaster (005.822.800-44); Jonei Domingues Cavali Pesenti (139.269.770-00); Olir Vaz (288.759.740-04); Rosa Elane Antoria Lucas (301.609.010-49); Teodor Pilownic (005.321.930-91)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4472/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que os atos de concessão de aposentadorias dos servidores abaixo indicados contêm o pagamento de parcela judicial decorrente de plano econômico (58,89%);

Considerando o Enunciado de Súmula 279, desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando também o Enunciado de Súmula 276, do TCU: "*As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente*";

Considerando que as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei após a concessão da vantagem, o que inclui novas tabelas remuneratórias;

Considerando que as referidas parcelas judiciais já deveriam ter sido absorvidas pelos acréscimos remuneratórios das carreiras, consoante fichas financeiras constantes dos autos;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.663/RJ;

Considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos, não sendo necessária a oitiva prévia dos interessados, consoante o atual entendimento desta Corte (Acórdão 587/2011 - Plenário) e do STF (Súmulas Vinculante nº 3 e MS 25.116);

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade dos atos em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegais os atos de concessão de aposentadorias aos servidores abaixo indicados e negar-lhes o registro, em decorrência da inclusão de parcela judicial de 58,89%;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelos interessados, nos termos da Súmula 106 desta Corte;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-002.057/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Simone Cavalcante Souza (382.203.694-34); Maria de Fátima Oliveira Laurentino (411.057.454-49); Maria do Carmo da Rosa Calheiros (259.177.904-00); Rita Maria Penha Xavier da Silva (144.932.091-00); Simone Silva de Souza (366.175.554-49)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os novamente ao TCU;

1.7.3. informe aos interessados o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhes que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que os interessados cujos atos foram impugnados tomaram ciência da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações anteriores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 4473/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o ato de concessão de aposentadoria da servidora abaixo indicada contém o pagamento de parcela judicial decorrente de plano econômico (26,06% - Plano Bresser);

Considerando o Enunciado de Súmula 279, desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando também o Enunciado de Súmula 276, do TCU: "*As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente*";

Considerando que as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei após a concessão da vantagem, o que inclui novas tabelas remuneratórias;

Considerando que a referida parcela judicial já deveria ter sido absorvida pelos acréscimos remuneratórios das carreiras, consoante fichas financeiras constantes dos autos;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.663/RJ;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não sendo necessária a oitiva prévia da interessada, consoante o atual entendimento desta Corte (Acórdão 587/2011 - Plenário) e do STF (Súmulas Vinculante nº 3 e MS 25.116);

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria à servidora abaixo indicada e negar-lhe o registro, em decorrência da inclusão de parcela judicial de 26,06%;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos da Súmula 106 desta Corte;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-002.059/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonia Joaninha Gonçalves Ferreira (203.793.402-59)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - Mec

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - Mec que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o novamente ao TCU;

1.7.3. informe à interessada o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que a interessada cujo ato foi impugnado tomou ciência da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações anteriores.

ACÓRDÃO Nº 4474/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o ato de concessão de aposentadoria da servidora abaixo indicada contém o pagamento de parcela judicial decorrente de plano econômico (26,05% - Plano Verão);

Considerando o Enunciado de Súmula 279, desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando também o Enunciado de Súmula 276, do TCU: "*As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente*";

Considerando que as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei após a concessão da vantagem, o que inclui novas tabelas remuneratórias;

Considerando que a referida parcela judicial já deveria ter sido absorvida pelos acréscimos remuneratórios das carreiras, consoante fichas financeiras constantes dos autos;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.663/RJ;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não sendo necessária a oitiva prévia da interessada, consoante o atual entendimento desta Corte (Acórdão 587/2011 - Plenário) e do STF (Súmulas Vinculante nº 3 e MS 25.116);

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria à servidora abaixo indicada e negar-lhe o registro, em decorrência da inclusão de parcela judicial de 26,05%;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos da Súmula 106 desta Corte;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-002.060/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Emilia Freitas de Lima (363.649.328-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de São Carlos que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o novamente ao TCU;

1.7.3. informe à interessada o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que a interessada cujo ato foi impugnado tomou ciência da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações anteriores.

ACÓRDÃO Nº 4475/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o ato de concessão de aposentadoria da servidora abaixo indicada contém o pagamento de parcela judicial decorrente de plano econômico (84,32% - Plano Collor);

Considerando o Enunciado de Súmula 279, desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando também o Enunciado de Súmula 276, do TCU: "*As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente*";

Considerando que as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei após a concessão da vantagem, o que inclui novas tabelas remuneratórias;

Considerando que a referida parcela judicial já deveria ter sido absorvida pelos acréscimos remuneratórios das carreiras, consoante fichas financeiras constantes dos autos;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.663/RJ;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não sendo necessária a oitiva prévia da interessada, consoante o atual entendimento desta Corte (Acórdão 587/2011 - Plenário) e do STF (Súmulas Vinculante nº 3 e MS 25.116);

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria à servidora abaixo indicada e negar-lhe o registro, em decorrência da inclusão de parcela judicial de 84,32%;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos da Súmula 106 desta Corte;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-002.061/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Roselene Garcia (135.602.043-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal do Pará que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o novamente ao TCU;

1.7.3. informe à interessada o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que a interessada cujo ato foi impugnado tomou ciência da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações anteriores.

ACÓRDÃO Nº 4476/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o ato de concessão de aposentadoria do servidor abaixo indicado contém o pagamento de parcela judicial decorrente de plano econômico (3,17% - resíduo);

Considerando o Enunciado de Súmula 279, desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando também o Enunciado de Súmula 276, do TCU: "*As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente*";

Considerando que as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei após a concessão da vantagem, o que inclui novas tabelas remuneratórias;

Considerando que a referida parcela judicial já deveria ter sido absorvida pelos acréscimos remuneratórios das carreiras, consoante fichas financeiras constantes dos autos;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões

judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.663/RJ;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não sendo necessária a oitiva prévia do interessado, consoante o atual entendimento desta Corte (Acórdão 587/2011 - Plenário) e do STF (Súmulas Vinculante nº 3 e MS 25.116);

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria ao servidor abaixo indicado e negar-lhe o registro, em decorrência da inclusão de parcela judicial de 3,17%;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos da Súmula 106 desta Corte;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-002.063/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Marcio da Mota (181.129.006-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o novamente ao TCU;

1.7.3. informe ao interessado o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que o interessado cujo ato foi impugnado tomou ciência da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações anteriores.

ACÓRDÃO Nº 4477/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o ato de concessão de aposentadoria da servidora abaixo indicada contém o pagamento de parcela judicial decorrente de plano econômico (3,17% - resíduo);

Considerando o Enunciado de Súmula 279, desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando também o Enunciado de Súmula 276, do TCU: "*As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente*";

Considerando que as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei após a concessão da vantagem, o que inclui novas tabelas remuneratórias;

Considerando que a referida parcela judicial já deveria ter sido absorvida pelos acréscimos remuneratórios das carreiras, consoante fichas financeiras constantes dos autos;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.663/RJ;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não sendo necessária a oitiva prévia da interessada, consoante o atual entendimento desta Corte (Acórdão 587/2011 - Plenário) e do STF (Súmulas Vinculante nº 3 e MS 25.116);

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria à servidora abaixo indicada e negar-lhe o registro, em decorrência da inclusão de parcela judicial de 3,17%;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos da Súmula 106 desta Corte;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-002.064/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rosangela Reis de Oliveira (381.378.446-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o novamente ao TCU;

1.7.3. informe à interessada o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que a interessada cujo ato foi impugnado tomou ciência da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações anteriores.

ACÓRDÃO Nº 4478/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o ato de concessão de aposentadoria da servidora abaixo indicada contém o pagamento de parcela judicial decorrente de plano econômico (28,86% - dif. de reajuste);

Considerando o Enunciado de Súmula 279, desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando também o Enunciado de Súmula 276, do TCU: "*As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente*";

Considerando que as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei após a concessão da vantagem, o que inclui novas tabelas remuneratórias;

Considerando que a referida parcela judicial já deveria ter sido absorvida pelos acréscimos remuneratórios das carreiras, consoante fichas financeiras constantes dos autos;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.663/RJ;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não sendo necessária a oitiva prévia da interessada, consoante o atual entendimento desta Corte (Acórdão 587/2011 - Plenário) e do STF (Súmulas Vinculante nº 3 e MS 25.116);

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria à servidora abaixo indicada e negar-lhe o registro, em decorrência da inclusão de parcela judicial de 28,86%;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos da Súmula 106 desta Corte;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-002.066/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Cristina Baptista Ferreira (200.269.001-49)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o novamente ao TCU;

1.7.3. informe à interessada o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que a interessada cujo ato foi impugnado tomou ciência da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações anteriores.

ACÓRDÃO Nº 4479/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o ato de concessão de aposentadoria do servidor abaixo indicado contém o pagamento de parcela judicial decorrente de horas extras oriundas do regime da CLT;

Considerando o Enunciado de Súmula 279, desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando também o Enunciado de Súmula 276, do TCU: "*As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente*";

Considerando que as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei após a concessão da vantagem, o que inclui novas tabelas remuneratórias;

Considerando que a referida parcela judicial já deveria ter sido absorvida pelos acréscimos remuneratórios das carreiras, consoante fichas financeiras constantes dos autos;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.663/RJ;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não sendo necessária a oitiva prévia do interessado, consoante o atual entendimento desta Corte (Acórdão 587/2011 - Plenário) e do STF (Súmulas Vinculante nº 3 e MS 25.116);

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II,

e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria ao servidor abaixo indicado e negar-lhe o registro, em decorrência da inclusão de parcela judicial decorrente de horas extras do regime da CLT;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos da Súmula 106 desta Corte;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-002.067/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Orizano Viana Filho (853.745.208-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Campina Grande que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o novamente ao TCU;

1.7.3. informe ao interessado o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que o interessado cujo ato foi impugnado tomou ciência da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações anteriores.

ACÓRDÃO Nº 4480/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o ato de concessão de aposentadoria do servidor abaixo indicado contém o pagamento de parcela judicial decorrente de horas extras oriundas do regime da CLT;

Considerando o Enunciado de Súmula 279, desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando também o Enunciado de Súmula 276, do TCU: "*As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente*";

Considerando que as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei após a concessão da vantagem, o que inclui novas tabelas remuneratórias;

Considerando que a referida parcela judicial já deveria ter sido absorvida pelos acréscimos remuneratórios das carreiras, consoante fichas financeiras constantes dos autos;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.663/RJ;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não sendo necessária a oitiva prévia do interessado, consoante o atual entendimento desta Corte (Acórdão 587/2011 - Plenário) e do STF (Súmulas Vinculante nº 3 e MS 25.116);

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria ao servidor abaixo indicado e negar-lhe o registro, em decorrência da inclusão de parcela judicial decorrente de horas extras do regime da CLT;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos da Súmula 106 desta Corte;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-002.068/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Alberto Brito dos Santos (101.798.525-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal da Bahia que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o novamente ao TCU;

1.7.3. informe ao interessado o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que o interessado cujo ato foi impugnado tomou ciência da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações anteriores.

ACÓRDÃO Nº 4481/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o ato de concessão de aposentadoria da servidora abaixo indicada contém o pagamento de parcela judicial decorrente de horas extras do regime da CLT;

Considerando o Enunciado de Súmula 279, desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando também o Enunciado de Súmula 276, do TCU: "*As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente*";

Considerando que as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei após a concessão da vantagem, o que inclui novas tabelas remuneratórias;

Considerando que a referida parcela judicial já deveria ter sido absorvida pelos acréscimos remuneratórios das carreiras, consoante fichas financeiras constantes dos autos;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.663/RJ;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não sendo necessária a oitiva prévia do interessado, consoante o atual entendimento desta Corte (Acórdão 587/2011 - Plenário) e do STF (Súmulas Vinculante nº 3 e MS 25.116);

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria à servidora abaixo indicada e negar-lhe o registro, em decorrência da inclusão de parcela judicial de horas extras do regime celetista;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos da Súmula 106 desta Corte;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-002.069/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Balbina Maria Mageste da Silva (315.489.206-06)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o novamente ao TCU;

1.7.3. informe à interessada o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que a interessada cujo ato foi impugnado tomou ciência da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações anteriores.

ACÓRDÃO Nº 4482/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o ato de concessão de aposentadoria do servidor abaixo indicado contém o pagamento de parcela judicial decorrente de horas extras oriundas do regime da CLT;

Considerando o Enunciado de Súmula 279, desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando também o Enunciado de Súmula 276, do TCU: "*As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente*";

Considerando que as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei após a concessão da vantagem, o que inclui novas tabelas remuneratórias;

Considerando que a referida parcela judicial já deveria ter sido absorvida pelos acréscimos remuneratórios das carreiras, consoante fichas financeiras constantes dos autos;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.663/RJ;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não sendo necessária a oitiva prévia do interessado, consoante o atual entendimento desta Corte (Acórdão 587/2011 - Plenário) e do STF (Súmulas Vinculante nº 3 e MS 25.116);

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria ao servidor abaixo indicado e negar-lhe o registro, em decorrência da inclusão de parcela judicial decorrente de horas extras do regime da CLT;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos da Súmula 106 desta Corte;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-002.070/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Carlos de Oliveira Marques (163.939.296-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar Universidade Federal de Minas Gerais que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o novamente ao TCU;

1.7.3. informe ao interessado o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que o interessado cujo ato foi impugnado tomou ciência da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações anteriores.

ACÓRDÃO Nº 4483/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que os atos de concessão de aposentadorias dos servidores abaixo indicados contêm o pagamento de parcela judicial decorrente de horas extras do regime da CLT;

Considerando o Enunciado de Súmula 279, desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando também o Enunciado de Súmula 276, do TCU: "*As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente*";

Considerando que as carreiras de servidores públicos já foram reestruturadas por lei após a concessão da vantagem, o que inclui novas tabelas remuneratórias;

Considerando que as referidas parcelas judiciais já deveriam ter sido absorvidas pelos acréscimos remuneratórios das carreiras, consoante fichas financeiras constantes dos autos;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.663/RJ;

Considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos, não sendo necessária a oitiva prévia dos interessados, consoante o atual entendimento desta Corte (Acórdão 587/2011 - Plenário) e do STF (Súmulas Vinculante nº 3 e MS 25.116);

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade dos atos em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegais os atos de concessão de aposentadorias aos servidores abaixo indicados e negar-lhes o registro, em decorrência da inclusão de parcela judicial de horas extras do regime da CLT;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelos interessados, nos termos da Súmula 106 desta Corte;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-002.071/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Rita de Cassia Vieira (276.618.816-91); Sebastiao Joventino Pinto (276.230.506-30)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os novamente ao TCU;

1.7.3. informe aos interessados o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhes que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que os interessados cujos atos foram impugnados tomaram ciência da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações anteriores.

ACÓRDÃO Nº 4484/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.983/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Altair Plusgeck (034.791.299-00); Ana Luiza Bulla Magalhães (224.885.880-91); Analice Soares de Deus (359.651.779-68); Antonia Moreira (064.851.629-68); Antonio Virgilio da Silva (170.682.239-15); Aristides Lourenço Bridi (002.057.619-68); Armando Kiohiro Koike (206.102.899-34); Carolina Mafra Saporski Zocolotti (100.903.559-20); Davi Lima Correa (232.642.849-87); Denise de Souza Trindade da Cruz (804.433.119-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4485/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.383/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Osmarina Furtado da Silva (163.864.422-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4486/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.448/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Lúcia Martins Ferreira (676.292.616-91); Maria Martha Renno Saldanha (295.568.726-04); Maria das Dores Gonçalves Sarmento (066.042.506-87); Marlete Gonçalves de Souza (670.768.158-34); Noêmia Maria Moreira Bruzzi (075.246.336-53); Odilar José Soares (160.420.506-72); Ony Braga de Faria (132.295.086-53); Paulo Carvalho Lessa (076.510.316-87); Ronaldo Luiz Nunes (276.643.176-49); Rosa de Lima Sá Martins (009.944.646-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4487/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que os atos de concessão de aposentadorias dos servidores abaixo indicados contêm averbação de tempo de serviço rural sem a respectiva contribuição;

Considerando que um dos atos contém a averbação de tempo insalubre;

Considerando o Enunciado de Súmula 268, desta Corte: "*O tempo de atividade rural somente poderá ser averbado para fins de aposentadoria no serviço público se recolhidas as respectivas contribuições previdenciárias na época própria ou, posteriormente, de forma indenizada*".

Considerando o Enunciado de Súmula 279, desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando o Enunciado de Súmula 245, desta Corte: "*Não pode ser aplicada, para efeito de aposentadoria estatutária, na Administração Pública Federal, a contagem ficta do tempo de atividades consideradas insalubres, penosas ou perigosas, com o acréscimo previsto para as aposentadorias previdenciárias segundo legislação própria, nem a contagem ponderada, para efeito de aposentadoria ordinária, do tempo relativo a atividades que permitiriam aposentadoria especial com tempo reduzido*".

Considerando que as razões dos interessados não lograram infirmar a jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade dos atos em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a)considerar ilegais os atos de concessão de aposentadorias aos servidores abaixo indicados e negar-lhes o registro, em decorrência da inclusão de parcela judicial de 58,89%;

b)dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelos interessados, nos termos da Súmula 106 desta Corte;

c)fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-010.732/2017-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elfriede Koop (316.799.439-87); Elza Beduarczuk Pio Gonçalves (320.538.789-91); Geraldina Zelia Dagostim (255.248.879-04); João Marcos Baroni (027.415.639-34); Maria Venezia Pesch (358.740.239-68); Maria Venezia Pesch (358.740.239-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: Daniela Volkart Mainardi (38042/OAB-PR) e outros, representando João Marcos Baroni.

1.7. Determinar à Universidade Federal do Paraná que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. esclareça aos interessados que suas aposentadorias poderão prosperar, nos moldes em que foram concedidas, mediante o recolhimento da contribuição, de forma indenizada, sobre os períodos de atividade rural averbados, nos termos do Enunciado 268 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

1.7.3. informe, complementarmente, aos ex-servidores Geraldina Zelia Dagostim e João Marcos Baroni que poderão permanecer aposentados caso optem pela aplicação do Enunciado de Súmula 74 às respectivas concessões, com o devido ajuste de seus proventos à razão de 25/30 avos para as mulheres e 30/35 avos para homem;

1.7.4. esclareça, ainda, às inativas Elza Beduarczuk Pio Gonçalves, Elfried Koop e Maria Venezia Pesch que poderão optar por retornar à atividade para completar o tempo de serviço necessário à inativação;

1.7.5. em ocorrendo alguma das situações descritas em 1.7.2 e 1.7.3, cadastre novos atos de aposentadoria, submetendo-os novamente ao TCU;

1.7.6. informe aos interessados o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhes que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.7. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que os interessados cujos atos foram impugnados tomaram ciência da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações anteriores.

ACÓRDÃO Nº 4488/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c

o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.113/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcelo Lima Macedo (104.932.983-04); Marco André Santos Machado (027.881.515-43); Marcos Pinheiro Duarte (837.245.593-72); Marcus Vinicius Freire Andrade (033.486.073-37); Maria Cleidiane Cavalcante Freitas (010.435.763-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4489/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.241/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina Borges Leão Martins (653.913.733-87); Cynthia Pinheiro Santiago (829.509.463-72); Marilia Cavalcanti da Trindade (040.096.974-23); Marise Léo Pestana da Silva (005.547.897-28); Natalia Santos Marques (010.888.553-42)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4490/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.259/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Silveira Caldeira de Andrada Beltrame (030.254.429-13); Anderson da Costa (907.256.119-87); Angelita Darela Mendes (600.974.699-04); Bruna Carolina Siementkowski (076.235.649-94); Bruna Magnus Spindola de Llamas (017.282.480-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4491/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.265/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Nascimento Paes (079.771.116-32); Gustavo Scheid Prass (059.080.289-59); Heloisa Costa (689.023.289-53); Ingke Frotta Muller (009.648.990-19); Irozina Rauen Vanelli (060.754.899-16)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4492/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.270/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maira Longhinotti Felippe (004.406.999-59); Manuela Balen (010.769.720-39); Marcella Oliveira Araujo (012.160.886-75); Marcelo Machado de Freitas (064.828.699-12); Marcos Roberto Ribas (034.530.239-78)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4493/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.274/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Carvalho Capuchinho (173.287.668-16); Alessandra Araujo de Souza (083.357.794-81); Amanda Mauricio Pereira Leite (972.512.591-68); Ana Maria da Silva Maia (007.503.174-42); Barbara Tavares dos Santos (658.431.261-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4494/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.456/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: André Freire Mastrorocco (074.955.767-23)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4495/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.636/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ângela Camila Orbem Menegatti (044.312.469-83); Cíntia Callegari Coêlho Fernandes (046.717.219-61); Efendy Emiliano Maldonado Bravo (015.935.060-31); Eraldo da Cruz Santos de Souza (721.333.849-87); Laurent Didier Bernard (013.804.339-67); Marizete Lopes Favaro da Silva (035.435.559-79); Nícolas Garcia Garcia (010.611.209-02); Raquel Genuíno Teixeira Grassi (043.851.579-01)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4496/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.903/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caroline Pimenta de Oliveira (911.480.490-53); Leticia Feldens (975.203.650-34); Rodrigo Mattoso Machado (807.079.040-72)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) que:
1.7.1. apure eventual descumprimento da jornada de trabalho de Caroline Pimenta de Oliveira (911.480.490-53), ante a constatação da existência de outro vínculo empregatício mantido por aquela empregada na Prefeitura Municipal de Imbe, conforme extraído da Relação Anual de Informações Sociais relativa ao exercício de 2016 (RAIS-2016);
1.7.2. caso seja constatada a incompatibilidade das jornadas de trabalho, adote as providências pertinentes à regularização do cumprimento da jornada no emprego público;
1.7.3. informe este Tribunal acerca do resultado das apurações no prazo de 60 (sessenta) dias.

ACÓRDÃO Nº 4497/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer as determinações constantes nos itens 1.7 e 1.8, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.915/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cirlei Márcia Rabsch (991.577.560-15); Daniel Evandro Sarmento Moraes (007.463.910-21); Neusa Gomes de Campos (296.504.530-91)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre que apure eventual descumprimento da jornada de trabalho da empregada Cirlei Marcia Rabsch, ante a constatação da existência de outro vínculo na iniciativa privada, e que, caso seja constatada a incompatibilidade da jornada de trabalho, adote as providências pertinentes à regularização do cumprimento da jornada no emprego público, bem como informe a este Tribunal acerca do resultado das apurações no prazo de sessenta dias.
1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que proceda a alteração, no SISAC, do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar:
1.8.1. no ato de Cirlei Marcia Rabsch, a data de 29/03/2013;
1.8.2. no ato de Daniel Evandro Sarmento Moraes, a data de 17/1/2015;
1.8.3. no ato de Neusa Gomes de Campos, a data de 4/6/2014.

ACÓRDÃO Nº 4498/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.260/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arnaldo Pinheiro Mont'Alvão Junior (972.359.111-15); Mary Celina Ferreira Dias (051.861.846-32)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que promova a alteração, no SISAC, do campo "Validade do Concurso" em ambos os atos, fazendo constar no ato de Arnaldo Pinheiro Mont'Alvão Junior a data de 28/6/2012 e, no ato de Mary Celina Ferreira Dias, a data de 16/6/2011.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 4499/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.576/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leandro Lumbieri (739.646.620-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que proceda a alteração, no SISAC, do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar a data de 6/12/2014.

ACÓRDÃO Nº 4500/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.854/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Igor Carlos Pulini (085.614.457-69)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4501/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.281/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Celso Perini Talhate (364.750.847-00); Esther Ortlieb Faria de Almeida (732.008.837-15); Felipe Morais Addum (056.964.237-01); Flávio Costa de Cerqueira (077.737.016-60); Rafael Herzog Ramos (053.047.917-62)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que proceda a alteração, no SISAC, do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar:
1.7.1. no ato de Esther Ortlieb Faria de Almeida, a data de 24/6/2012;
1.7.2. no ato de Flávio Costa de Cerqueira, a data de 24/6/2012;
1.7.3. no ato de Rafael Herzog Ramos, a data de 8/12/2013.

ACÓRDÃO Nº 4502/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.499/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jocelyn Gomes Moises (086.839.077-16)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que proceda a alteração no SISAC do campo Data de Validade do Concurso, passando a constar a data de 25/6/2012.

ACÓRDÃO Nº 4503/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso II do Regimento Interno e 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos de concessão de Valdomiro Cristóvão do Nascimento (521.069.182-91) e Venina Nascimento da Silva (453.172.752-53); e considerar legais para fins de registro os demais atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.767/2008-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonia Edia Rodrigues (821.614.375-34); Edite Aparecida Tiago (947.029.856-04); Joana Celia dos Santos Souza (173.484.982-72); Neli Cardoso (523.158.437-15); Octacilia Maciel Rodrigues (003.167.115-27); Theofila Lobato Maia (076.526.662-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4504/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 1.755/2018-1ª Câmara: onde se lê "*o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora*", leia-se: "*o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora*", mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.190/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Francisco Lisboa da Silva (282.076.293-04)
1.2. Entidade: Município de Santo Amaro do Maranhão - MA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4505/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações contidas nas alíneas "a", "b" e "c", do subitem 1.8.3.1, do Acórdão 3.030/2014-TCU-1ª Câmara e em fazer a seguinte recomendação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com o parecer Secex/MG:

1. Processo TC-014.468/2017-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsáveis: Alvaro Guarda (339.591.100-49); André Barros Cota (373.860.856-72); André Luís dos Santos Lana (044.680.686-20); Antenor Rodrigues Barbosa Junior (771.286.218-49); Armando Maia Wood (320.235.966-53); Beatriz da Conceição Moreira (688.396.266-20); Carlos Frederico Marcelo da Cunha Cavalcanti (462.100.086-15); Jorge Adílio Penna (227.260.046-87); João Luiz Martins (540.927.799-68); Luiz Fernando Loureiro Ribeiro (217.103.096-87); Rafael Magdalena (033.054.838-73)
1.2. Interessado: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto (23.070.659/0001-10)
1.3. Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Recomendar à Fundação Universidade Federal de Ouro Preto que informe ao TCU o deslinde das questões que ainda se encontram pendentes de julgamento judicial, por ocasião do transito em julgado dos seguintes processos:
1.8.1. Processo 0000012-67.2016.4.01.3822 - Seção Judiciária Federal de Ponte Nova/MG, que trata de ação ordinária ajuizada por Alan de Oliveira Machado Chaves e Outros em desfavor da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e do Tribunal de Contas da União;
1.8.2. Processo 001904-74.2017.4.01.3822 - Seção Judiciária Federal de Ponte Nova/MG, que trata da revisão do enquadramento dos servidores técnico-administrativos em atividade e já aposentados.

RELAÇÃO Nº 10/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 4506/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.363/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Teresa Ramos de Souza (004.414.978-61)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4507/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Renato Villanova Benages, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992 e no art. 218, caput, do Regimento Interno do TCU, ante o recolhimento integral da multa cominada pelo Acórdão 6.278/2014-1ª Câmara; em reconhecer o crédito perante a União no valor de R$ 169,06 para o responsável na data de 31/10/2017, em decorrência do pagamento de parcela efetuado em duplicidade; e em arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao subitem 9.3 do Acórdão 6.278/2014-1ª Câmara
Sr. Ulysses Fagundes Neto:
Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 14/10/2014
Valor recolhido: R$ 5.829,57 Data do último recolhimento: 19/09/2017

Data	Valor
30/10/2014	138,90
25/11/2014	139,50
17/12/2014	140,18
30/01/2015	141,50
23/02/2015	143,50
30/03/2015	144,80
17/04/2015	146,70
20/05/2015	147,70
19/06/2015	148,80
29/07/2015	150,00
27/08/2015	150,89
21/09/2015	151,30
27/10/2015	152,00
25/11/2015	153,50
22/12/2015	155,00
22/01/2016	156,31
22/02/2016	158,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

21/03/2016	160,00
19/04/2016	160,39
19/05/2016	161,40
17/06/2016	162,60
18/07/2016	163,20
24/08/2016	164,04
29/09/2016	164,80
17/10/2016	164,90
30/11/2016	165,30
21/12/2016	165,60
30/01/2017	166,11
17/02/2017	166,70
20/03/2017	167,30
20/04/2017	167,82
19/05/2017	168,00
21/06/2017	168,40
25/07/2017	168,05
22/08/2017	168,50
18/09/2017	168,79
19/09/2017	168,79

1. Processo TC-008.160/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Renato Villanova Benages (CPF: 060.838.758-46) e Associação de Populações Vulneráveis (APV) de São José do Rio Preto/SP (CNPJ 05.662.784/0001-37)

1.2. Entidade: Associação de Populações Vulneráveis (APV) de São José do Rio Preto/SP

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4508/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, e no art. 27 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, em corrigir, por erro material, o Acórdão 1.730/2018-1ª Câmara, de modo que onde se lê *"Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados"*, nos itens 3 e 8, passe-se a ler *"Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE"*, mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão.

1. Processo TC-013.541/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE (51.169.555/0001-00); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); e Walter Barelli (008.056.888-20).

1.2. Entidades: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/Ministério do Trabalho) e a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino; e Ana Claudia Granato de Souza (118.100/OAB-SP) e outros, representando Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4509/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí a respeito de possíveis irregularidades ocorridas nos recursos recebidos pelo município de Cajueiro da Praia/PI, por conta do Convênio 395/2001 (Siafi 447364), firmado com o Ministério do Turismo.

Considerando que a entidade concedente ainda não concluiu a análise da prestação de contas da aludida avença;

Considerando que, em casos similares, o Tribunal tem decidido por encaminhar a matéria ao órgão repassador para a adoção das medidas cabíveis, entendendo que a atuação direta do TCU representa duplicidade de esforços, visto que o exame da regularidade da aplicação dos recursos compete originalmente ao ente concedente; e

Considerando que não sobressaem os requisitos de risco, materialidade e relevância que justifiquem o prosseguimento do processo neste Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la prejudicada; em dar ciência desta deliberação ao representante e ao município de Cajueiro da Praia/PI; em remeter cópia dos presentes autos ao Ministério do Turismo para adoção de providências de sua alçada; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-005.578/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidades: Ministério do Turismo e Município de Cajueiro da Praia - PI

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.5. Representação legal: Alexandre Veloso dos Passos (2885/OAB-PI) e outros, representando Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia - PI.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4510/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí a respeito de possíveis irregularidades ocorridas nos recursos recebidos pelo município de Guaribas/PI, por força do Convênio 700385/2011 (Siafi 670240), que teve como objeto a construção de escola no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância.

Considerando que a entidade concedente ainda não concluiu a análise da prestação de contas da aludida avença;

Considerando que, em casos similares, o Tribunal tem decidido por encaminhar a matéria ao órgão repassador para a adoção das medidas cabíveis, entendendo que a atuação direta do TCU representa duplicidade de esforços, visto que o exame da regularidade da aplicação dos recursos compete originalmente ao ente concedente; e

Considerando que não sobressaem os requisitos de risco, materialidade e relevância que justifiquem o prosseguimento do processo neste Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la prejudicada; em dar ciência desta deliberação ao representante e ao município de Guaribas/PI; em remeter cópia dos presentes autos e do TC 004.791/2017-7 ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para adoção de providências de sua alçada; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-005.607/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidades: Município de Guaribas - PI e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4511/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 235 e 237, VII, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, indeferir o requerimento de medida cautelar, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua adoção, considerar a representação improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.548/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Senai no Estado de São Paulo

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.5. Representação legal: Luiz Fernando Maia (OAB/SP 67.217), Luiz Augusto Almeida Maia (OAB/SP 239.166), Alan Azevedo Nogueira (OAB/SP 198.661), Alberto Quércio Neto (OAB/SP 229.359), Alcione Fortuna De Souza (OAB/SP 244.788), Ana Rosa Da Silva Pereira (OAB/SP 171.366) e outros.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 9/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 4512/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.464/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Adelmo Guimarães Santa Rita (372.075.987-34)

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4513/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.324/2017-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Celia Maria Meneses da Silva (018.375.323-20); Maria Lila Vital (072.805.213-04)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4514/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas de Ana Maria Moraes Rebouças (357.907.505-59), dando-lhe quitação, em razão das falhas de natureza formal apontadas na instrução (peça 9); e em dar-lhe ciência deste acórdão, juntamente com a instrução, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.772/2017-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsável: Ana Maria Moraes Rebouças (357.907.505-59)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Recomendar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia (NE/MS/BA) que:

1.7.1. implemente procedimentos e rotinas relacionadas aos registros de pessoal no Sisac, a fim de garantir que todos possam ser registrados de forma adequada e com a documentação comprobatória necessária, de modo a assegurar o cumprimento do prazo de 60 (sessenta) dias estabelecidos no art. 7º da IN/TCU 55/2007 para cadastramento das admissões, aposentadorias e pensões no Sisac;

1.7.2. estruture os controles internos administrativos aplicáveis à gestão de pessoas, bem como gerencie os riscos que possam impactar a consecução dos objetivos do NEMS-BA, em observância à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 01, de 10/5/2016, notadamente quanto a: (i) cadastro e controle de frequência de servidores cedidos; (ii) controle de acumulação de cargos; e (iii) recebimento de Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (Gacen);

1.7.3. implemente indicadores gerenciais sobre recursos humanos, de modo a gerenciar informações relacionadas a índices de absenteísmo, de rotatividade e projeções de aposentadorias entre outras;

1.7.4. providencie treinamento e capacitação para os agentes envolvidos nas rotinas e atividades da gestão de recursos humanos;

1.7.5. implemente política de gerenciamento de riscos, com identificação dos processos críticos, assim como diagnóstico dos riscos que possam impactar na gestão da Unidade, em conformidade com o estabelecido na IN MP/CGU 01, de 10/5/2016, criando uma Comissão de Gestão de Riscos e permitindo que sua atuação seja abrangente e contínua; e

1.7.6. estabeleça processo de capacitação contínua dos servidores do NEMS/BA sobre os temas relacionados a controle interno, buscando aprimorar as condições para o desempenho de suas funções.

1.8. Determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia (NEMS/BA), com fundamento no art. 18 da Lei 8.443/1992, c/c art. 208, § 2º do Regimento Interno do TCU, que adote, no prazo de 60 dias, as providências necessárias para:

1.8.1. promover a devida avaliação do imóvel que abriga a sua sede em Salvador/BA, cujo registro encontra-se desatualizado no Sistema SpiuNet da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), contrariando as disposições das Instruções Normativas 1/2014 e 2/2017 da Secretaria do Patrimônio da União (SPU); e

1.8.2. suprir a ausência de indicadores de desempenho do NEMS/BA, de modo a possibilitar aferir o desempenho da gestão; a ausência de indicadores de desempenho da unidade impossibilitou que fossem realizadas as avaliações definidas na Decisão Normativa TCU 156/2016;

1.9. Enviar cópia deste acórdão, acompanhado da instrução (peça 9), à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia (NE/MS/BA) e à Controladoria Geral da União no Estado da Bahia (CGU-BA)

1.10. Determinar à Secex/BA que monitore o cumprimento das determinações deste acórdão.

1.11. Arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 4515/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 27, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação a Mário Augusto Lopes Moysés (953.055.648-91), ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo item 9.5 do Acórdão 7307/2013-TCU-1ª Câmara (alterado pelos acórdãos 8381/2013 e 3956/2015, ambos da 1ª Câmara), de acordo com os pareceres emitidos nos autos, e dar-lhe ciência deste acórdão.

1. Processo TC-010.645/2010-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 023.860/2016-2 (ADMINISTRATIVO)

1.2. Responsáveis: Aires Roberto dos Santos (117.575.741-15); André Marques de Oliveira Rosa (810.115.391-87); Carla de Souza Marques (031.636.674-90); Carlos Paulo de Sousa (054.498.208-87); Cíntia Macedo Nunes (906.571.791-91); Daniela Pimentel (898.864.700-97); Duncan Frank Semple (329.743.531-34); Jose Silvino da Silva Filho (049.630.673-15); Luiz Humberto Vilela Costa (289.789.511-04); Manoelina Pereira Medrado (813.428.531-72); Marcela Dieckmann Jeolás (093.823.437-41); Marcelo Jorge Lydia (563.251.851-53); Mario Augusto Lopes Moyses (953.055.648-91); Marta Feitosa Lima Rodrigues (232.407.093-68); Reinhold Stephanes (002.070.981-15); Renata Palatucci Menezes (909.028.071-53); Ricardo Cleiton Medrado Alves (005.676.845-12); Rodrigo de Andrade Mendes (858.929.201-00); Sérgio Luiz Beraldo (366.559.619-04); Talita Costa Pires (001.187.001-03)

1.3. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador) ()

1.4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná

1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

1.8. Representação legal: Anderson Medeiros Bonfim (315.185/OAB-SP) e outros, representando Mario Augusto Lopes Moyses; Guilherme Loureiro Perocco (21.331/OAB-DF) e outros, representando Duncan Frank Semple; Henrique Schleder da Silva (78.796/OAB-RS) e outros, representando Daniela Pimentel; Viviane da Silva Rodrigues e outros, representando Carlos Paulo de Sousa.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4516/2018 - TCU - 1ª Câmara

Cuidam os autos de representação formulada pela Empresa Personnalite Eirelli ME em virtude de rescisão de contratos efetuada pelo prefeito do município de Valente/BA, Marcos Adriano de Oliveira Araújo, firmados com a empresa representante

Considerando que é entendimento deste Tribunal não se inserir entre suas competências constitucionais e legais a solução de controvérsias instaladas no âmbito de contratos firmados entre seus jurisdicionados e terceiros, salvo se, de forma reflexa, afetarem o patrimônio público ou causarem prejuízo ao erário, conforme decidido quando do julgamento do Acórdão 1.487/2015-TCU-1ª Câmara;

Considerando as condições narradas na instrução (peça 5);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a"; 237, parágrafo único, e o art. 235 do RITCU, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014; em dar ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada de cópia da instrução (peça 5), de acordo com os pareceres emitidos nos autos; e em arquivar o presente processo.

1. Processo TC-012.416/2018-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Valente - BA

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 12/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 4517/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.608/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edmundo Machado Cardoso (161.562.000-10); Edson Luiz Pedroso Borges (180.008.940-68); Francisco de Assis Beheregaray (082.407.870-53); Joao Augusto Schmitz (206.287.810-91); Luiz Alberto Bisogno (005.653.930-49); Mariza da Silva Dornelles (165.226.130-34); Nicolau Jorge Pecil Ludwig (075.887.980-68); Paulo Roberto Lerias de Almeida (163.831.920-00); Victoriano Ribeiro Antunes (057.821.630-20).

1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4518/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.179/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos Pires Namekata (741.508.983-91); Marcus Vinicius Abreu (010.286.391-12); Maria Marilia Fernandes Monteiro (017.900.873-09); Maria das Dores Pinto (767.129.586-87); Mariana Dias de Andrade Smarzaro (112.466.567-60); Mariana Oliveira Ribeiro (013.399.464-32); Marlon da Mota Martins (835.778.581-68); Mateus Custodio de Oliveira (011.773.051-35); Mateus Oliveira Lopes da Silva (129.328.327-43); Mateus Pedrucci Romanholi (378.126.918-37).

1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4519/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de se fazer as determinações especificadas no item 1.7.

1. Processo TC-032.726/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernando Antonio Lago Barbosa (222.601.104-87); Giuliano Flavio Gabrich (667.005.156-53); Helena Palmira Aparecida Outeiro Pinto (052.067.398-04); Joao Eduardo Almeida Melo (257.284.404-44).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social que:

1.7.1. apure eventual descumprimento da jornada de trabalho de Giuliano Flavio Gabrich, ante a constatação da existência de outro vínculo empregatício mantido por aquele servidor na Polícia Civil/MG, conforme extraído da Relação Anual de Informações Sociais relativa ao exercício de 2016 (RAIS-2016);

1.7.2. caso seja constatada a incompatibilidade das jornadas de trabalho, adote as providências pertinentes à regularização do cumprimento da jornada no cargo relativo a este ato; e

1.7.3. informe este Tribunal acerca do resultado das apurações no prazo de sessenta dias.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 4520/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.893/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Giselle Pontes Campos (253.703.752-91); Edilei Batista Bonfim Junior (711.900.746-72).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: Geraldo de Oliveira Lopes (OAB/MG 106.769) e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4521/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares as contas dos responsáveis Maria Roseli Mendes Alencar (122.409.403-44), Francisco José Pontes Ibiapina (274.880.713-87), Maria Eveline Lima Fernandes (293.562.883-72), Maria José Girão (081.295.923-04), Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior (170.478.463-87), Ana Paula Borges de Araújo Zaupa (362.084.933-15) e Plauto Carneiro Porto (090.733.533-00), dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

b) dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE sobre a ausência da identificação dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração, com data de publicação em órgãos oficiais, endereço residencial completo e endereço de correio eletrônico, dos servidores responsáveis pela gestão do órgão, afronta ao disposto nos arts. 10 e 11 da IN-TCU 63/2010;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE; e

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-035.109/2017-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)
1.1. Responsáveis: Ana Paula Borges de Araújo Zaupa (362.084.933-15); Francisco José Pontes Ibiapina (274.880.713-87); Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior (170.478.463-87); Maria Eveline Lima Fernandes (293.562.883-72); Maria José Girão (081.295.923-04); Maria Roseli Mendes Alencar (122.409.403-44); Plauto Carneiro Porto (090.733.533-00).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4522/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Acórdão 644/2005-TCU-Plenário e com o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 2.186/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 5/5/2015 - Ordinária, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:
"9.2. (...) desde a data do acórdão que vier a ser proferido (...)."
Leia-se:
"9.2. (...) desde a data do presente acórdão (...)."

1. Processo TC-030.393/2008-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Construtora Lagoa Ltda. (26.147.686/0001-31); Frederico Eustaquio Lopes da Cruz (180.821.656-34); Nivaldo José de Andrade (197.635.226-68); Prefeitura Municipal de São Joao Del Rei (17.749.896/0001-09).
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de São João Del Rei - MG.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
1.6. Representação legal: Ormeu Gonçalves Fróis (OAB/MG 70.403) e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4523/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput, e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a)conhecer desta representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RI/TCU;

b)encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, ao órgão de controle interno do Ministério da Saúde e ao representante;

c)arquivar o presente processo, sem análise do mérito, na forma do art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014.

1. Processo TC-035.489/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari/AP.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex/AP).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4524/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput, e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a)conhecer desta representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RI/TCU;

b)encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, ao órgão de controle interno do Ministério da Saúde e ao representante;

c)arquivar o presente processo, sem análise do mérito, na forma do art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014.

1. Processo TC-035.490/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Prefeitura Municipal de Oiapoque/AP.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex/AP).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 12/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 4525/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 14 a 17), em:

a) com fundamento no art. 10 da IN-TCU 63/2010 c/c art. 6º, § 2º da DN-TCU 147/2015, realizar os seguintes ajustes no rol de responsáveis:

a.1) incluir no rol de responsáveis destas contas os nomes dos agentes indicados no quadro a seguir, conforme análises e proposições constantes da instrução técnica de peça 14, acolhidas pelo titular da unidade técnica e pelo representante do Ministério Público/TCU, devendo a SecexAmbiental proceder aos ajustes propostos nos sistemas eletrônicos correspondentes:

Nome	CPF
KARLA EMMANUELA RIBEIRO HORA	781.697.981-91
ROBERTO WAGNER DA SILVA RODRIGUES	263.776.753-72
CÉLIA HISSAE WATANABE	350.858.355-49
MARIA DE FÁTIMA GOMES BRANDALISE	292.106.150-34
MICHELA KATIUSCIA CALAÇA ALVES DOS SANTOS	034.294.204-23
SIMONE GUERESI DE MELLO	590.483.360-15
ZORILDA GOMES DE ARAÚJO	761.977.944-20

a.2) excluir do rol de responsáveis destas contas os nomes dos agentes indicados no quadro a seguir, os quais também constam reproduzidos no subitem 1.1 deste acórdão, consoante análises e proposições constantes da instrução técnica de peça 14, acolhidas pelo titular da unidade técnica e pelo representante do Ministério Público/TCU, devendo a SecexAmbiental proceder aos ajustes propostos nos sistemas eletrônicos correspondentes;

Nome	CPF
ANALINE ALMEIDA SPECHT	996.245.910-91
ANDRE GROSSI MACHADO	014.055.886-16
CLÁUDIA REGINA BONALUME	428.642.830-34
EDUARDO JOSE GANZER	186.260.018-00
EVERTON AUGUSTO PAIVA FERREIRA	000.629.806-02
FRANCISCO DAS CHAGAS RIBEIRO FILHO	151.831.303-53
JOAO LUIZ GUADAGNIN	139.818.890-53
JOSÉ CARLOS ZUKOWSKI	029.260.178-63
JURANDI TEODORO GUGEL	437.539.579-68
MARCELO BOTTON PICCIN	689.989.880-20
MARCIA DA SILVA QUADRADO	414.328.860-53
MARCIO FONTES HIRATA	076.842.478-08
MARENILSON BATISTA DA SILVA	547.365.954-34
MAURO OLIVEIRA PIRES	565.406.041-49
ONAUR RUANO	750.082.548-04
OTAVIO MOREIRA DO CARMO JUNIOR	009.912.595-13
PATRÍCIA DE LUCENA MOURÃO	846.655.999-04
RAFAEL CARLOS DE OLIVEIRA	947.209.591-72
RAQUEL PORTO SANTORI	292.021.324-53
SEVERINE CARMEM MACEDO	031.795.369-93

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar regulares com ressalvas, em face das falhas adiante apontadas, as contas dos seguintes responsáveis, dando-lhes quitação:

Responsáveis	Ressalvas
Secretário de Reordenamento Agrário: Adhemar Lopes de Almeida CPF 008.025.888-32 Gestão: 1/1/2015 a 31/12/2015	Não exercício efetivo do dever de fiscalizar e controlar internamente o correto desenvolvimento financeiro e contábil do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA), em desatendimento às exigências previstas no art. 5º, IV, da Lei Complementar 93/1998, c/c art. 16, IV, do Decreto 4.892/2003, e art. 10, XV, Anexo I, do Decreto 7.255/2010, em especial ante a: 1) inexistência de ferramenta sistematizada (manual ou informatizada) que possibilite a marcação da operação cuja remuneração já foi paga ao agente financeiro operador dos recursos do FTRA em razão dos serviços prestados, revelando fragilidades na estrutura de controles internos da Unidade no que diz respeito aos pagamentos efetuados aos agentes financeiros (item 2.2 desta instrução e peça 5, p. 20-23); 2) ausência de qualidade e efetividade dos controles internos administrativos no processo de conferência e validação dos valores devidos pelos agentes financeiros ao FTRA a título de remuneração pelas disponibilidades dos recursos do Fundo, enquanto não utilizado em suas finalidades, além de fragilidades no processo de conciliação/confirmação das posições contábeis entre FTRA e agente financeiro (item 2.2 desta instrução e peça 5, p. 23-26); 3) ausência de qualidade e efetividade dos controles internos administrativos relacionados aos ingressos de recursos, às liberações desses aos tomadores, aos pagamentos pelos mutuários e aos reembolsos ao FTRA, além de fragilidades no processo de conciliação das posições contábeis entre o Fundo e os agentes financeiros (item 2.2 desta instrução, peça 5, p. 26-33).
Secretário de Agricultura Familiar: Onaur Ruano CPF 750.082.548-04 Gestão: 03/02/2015 a 31/12/2015	Não adoção de medidas efetivas para a instituição de um adequado processo de coleta/recebimento e sistematização de dados para a alimentação de indicadores úteis ao monitoramento e avaliação de resultados no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, em especial ante a incompletude e inconsistência dos dados apresentados para analisar os resultados do Programa, em desatendimento ao requerido no Regimento Interno do MDA (Decreto 7.255/2010, Anexo I, art. 12, II e III) e recomendado no Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, componente "Monitoramento e Avaliação" (item 3.1.6, do documento publicado pelo Tribunal de Contas da União e disponível no Portal TCU).

c) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas dos demais responsáveis integrantes do rol ajustado por esta deliberação e a seguir indicados, dando-lhes quitação plena:

Nome	CPF
ANDREA LORENA BUTTO ZARZAR	415.384.634-15
ARGILEU MARTINS DA SILVA	473.494.256-00
CÉLIA HISSAE WATANABE	350.858.355-49
CLÁUDIA REGINA BONALUME	428.642.830-34
FERNANDA MACHIAVELI MORÃO DE OLIVEIRA	296.932.668-03
FRANCISCO DJALMA DE OLIVEIRA	293.166.774-91
JOSE HUMBERTO OLIVEIRA	171.052.265-87
JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA MARTINS	186.693.441-49
KARLA EMMANUELA RIBEIRO HORA	781.697.981-91
LAUDEMIR ANDRE MULLER	725.217.320-87
MARIA DE FÁTIMA GOMES BRANDALISE	292.106.150-34
MARIA FERNANDA RAMOS COELHO	318.455.334-53
MARIO DUTRA AMARAL	359.414.481-04
MICHELA KATIUSCIA CALAÇA ALVES DOS SANTOS	034.294.204-23
ROBERTO WAGNER DA SILVA RODRIGUES	263.776.753-72
SÉRGIO ROBERTO LOPES	523.873.569-34
SIMONE GUERESI DE MELLO	590.483.360-15
ZORILDA GOMES DE ARAÚJO	761.977.944-20

d) dar ciência deste acórdão à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), sucessora da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

1. Processo TC-033.097/2016-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Adhemar Lopes de Almeida (008.025.888-32); Analine Almeida Specht (996.245.910-91); Andre Grossi Machado (014.055.886-16); Andrea Lorena Butto Zarzar (415.384.634-15); Argileu Martins da Silva (473.494.256-00); Cláudia Regina Bonalume (428.642.830-34); Eduardo Jose Ganzer (186.260.018-00); Everton Augusto Paiva Ferreira (000.629.806-02); Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira (296.932.668-03); Francisco Djalma de Oliveira (293.166.774-91); Francisco das Chagas Ribeiro Filho (151.831.303-53); Joao Luiz Guadagnin (139.818.890-53); Jose Humberto Oliveira (171.052.265-87); Jose Roberto de Oliveira Martins (186.693.441-49); José Carlos Zukowski (029.260.178-63); Jurandi Teodoro Gugel (437.539.579-68); Laudemir Andre Muller (725.217.320-87); Marcelo Botton Piccin (689.989.880-20); Marcia da Silva Quadrado (414.328.860-53); Marcio Fontes Hirata (076.842.478-08); Marenilson Batista da Silva (547.365.954-34); Maria Fernanda Ramos Coelho (318.455.334-53); Mario Dutra Amaral (359.414.481-04); Mauro Oliveira Pires (565.406.041-49); Onaur Ruano (750.082.548-04); Otavio Moreira do Carmo Junior (009.912.595-13); Patrícia de Lucena Mourão (846.655.999-04); Rafael Carlos de Oliveira (947.209.591-72); Raquel Porto Santori (292.021.324-53); Roberto Wagner da Silva Rodrigues (263.776.753-72); Severine Carmem Macedo (031.795.369-93); Sérgio Roberto Lopes (523.873.569-34); Karla Emmanuela Ribeiro Hora (781.697.981-91); Roberto Wagner da Silva Rodrigues (263.776.753-72); Célia Hissae Watanabe (350.858.355-49); Maria de Fátima Gomes Brandalise (292.106.150-34); Michela Katiuscia Calaça Alves Dos Santos (034.294.204-23); Simone Gueresi de Mello (590.483.360-15); Zorilda Gomes De Araújo (761.977.944-20).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 4526/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em corrigir, por inexatidão material, o Acórdão 1740/2018-TCU-1ª Câmara de forma que, no seu item 9.1, onde consta a data 20/12/0000, leia-se 20/12/2000.

1. Processo TC-026.203/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Aurino Oliveira Machado Filho (037.122.065-34)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu - BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: Anderson Seixas Filho (OAB/BA 40030) e outros, representando Aurino Oliveira Machado Filho.

ACÓRDÃO Nº 4527/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução da Secex/PA (peça 8), em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) dar conhecimento deste acórdão, fazendo-o acompanhar da instrução à peça 8, ao representante e ao Município de Parauapebas/PA; e

c) arquivar os presentes autos, com fundamento no artigo 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-002.477/2018-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Urbaniza Engenharia Consultiva Ltda. (00.963.096/0001-93)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Parauapebas - PA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 4528/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de cautelar, acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico SEAD/DGL 17/2016, conduzido pela Secretaria de Estado de Administração do Governo do Pará, para registro de preços, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços eventuais de manutenção predial, preventiva e corretiva, no valor global de R$ 374.053.036,94;

Considerando que a representante justifica a competência desta Corte por constarem, entre as 38 unidades participantes do certame (anexo III do edital), órgãos como o Imetropará e a Secretaria de Estado de Educação, que, segundo afirmou, praticamente sobrevivem com recursos federais ou os aplicam largamente na manutenção predial de seus espaços;

Considerando que, conforme análise da unidade técnica, essa premissa não se fundamenta, pois todos os órgãos estaduais são suscetíveis a receber transferências do Governo Federal;

Considerando que há indicativos de que os recursos destinados às contratações serão de origem do ente federado, uma vez que, nos termos do Decreto Estadual 877/2008, o edital exige a abertura de conta corrente no Banco do Estado do Pará - Banpará, que é o Banco Oficial do Estado, responsável pela efetivação das movimentações financeiras da Conta Única do Estado;

Considerando que a ausência da confirmação da aplicação de recursos federais afasta a jurisdição do Tribunal de Contas da União;

Considerando a proposta da Secex/PA de não conhecer a representação e arquivar o processo;

Considerando, todavia, a possibilidade de que o controle seja exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, a quem entende-se deva ser remetida a documentação,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno, em:

a) não conhecer da representação, ante o não preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 c/c o art. 237 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia dos autos ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, para conhecimento e adoção das medidas que entender cabíveis;

c) dar ciência desta deliberação à representante e à Secretaria de Estado de Administração do Estado do Pará - SEAD;

d) arquivar o presente processo, com fundamento no parágrafo único do art. 235 c/c o parágrafo único do art. 237 do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-011.681/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Construtora Progresso Ltda. (CNPJ 06.219.583/0001-22)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Pará - Secretaria Estadual de Administração (SEAD)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: Epitácio de Alencar e Silva Neto (OAB/AM 3.547) e outros.

RELAÇÃO Nº 13/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 4529/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-009.399/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ademar Glicério Bianchi (241.754.639-68); Cesar Rodriguez de Araújo (256.512.420-15); Ronaldo Dias Neves (112.455.490-49).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4530/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que as determinações constantes do acórdão 1370/2013-TCU-1ª Câmara não puderam ser cumpridas na íntegra pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, ante o amparo do benefício pago ao pensionista Ricardo Viannay Vieira, em decisão proferida na ação ordinária 0006398-66.2015.4.02.5101, sem trânsito em julgado;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em encerrar o processo e arquivar os autos, fazendo-se a determinação sugerida.

1. Processo TC-041.839/2012-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alba Lygia Castro de Andrade Barros (936.067.297-15); Esther Barros Cardoso Guedes (112.140.597-59); Eunice Correa Viannay (772.145.877-34); Ricardo Viannay Vieira (060.230.067-36); Yonne Nidya dos Santos Andrioli Loprete (312.775.607-06).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que, nos termos da questão de ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 0006398-66.2015.4.02.5101, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em favor de Ricardo Viannay Vieira (CPF 060.230.067-36), pensionista de Jose Maria Garcia da Fonseca (CPF 065.071.747-34).

ACÓRDÃO Nº 4531/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, 'a', do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, em razão da impropriedade citada abaixo, e dar quitação ao responsável, e, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, I, 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 207 e 214, I, do RI/TCU, julgar regular as demais, com quitação plena, fazendo-se as recomendações sugeridas.

Gutman Uchôa de Mendonça (014.722.327-04): impropriedades relacionadas à obra de construção do Centro de Atividades de São Mateus/ES.

1. Processo TC-029.788/2016-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Alcimar das Candeias da Silva (930.352.687-20); Alessandro Luciani Bonzano Comper (082.558.257-11); Aurèlio Cardoso da Fonseca (394.749.257-04); Carlo Fornazier (731.683.197-91); Claudio Pagiola Sipolatti (947.726.577-20); Debora Katia Belchior (858.261.547-72); Eliomar Cesar Avancini (748.466.637-87); Gutman Uchôa de Mendonça (014.722.327-04); Henrique Angelo Denicoli (113.967.417-04); Idalberto Luiz Moro (416.456.777-53); Ilson Xavier Bozi (036.146.117-87); Jakson Andrade Silva (867.532.407-30); Joao Alfonso da Silva (290.190.521-87); Joao Elvecio Fae (159.366.607-10); Jose Carlos Bergamin (302.796.237-04); Jose Ricardo Perovano (068.863.817-17); José Lino Sepulcri (036.072.597-04); João Francisco Lúcio (049.119.387-49); Lauro Queiroz Rabelo (398.671.618-15); Nebelto Carlos dos Santos Garcia (421.702.907-10); Paulo Jorge Santolini Binoti (721.296.387-91); Romario Machado de Souza (096.312.677-68); Ronaldo Rodrigues de Oliveira (656.550.527-68); Vandercy Soares Neto (016.959.637-09); Waldes Calvi (015.316.857-90); Wellington Bezerra de Almeida Holanda (273.107.358-62).

1.2. Entidade: Administração Regional do Sesc no Espírito Santo (Sesc/ES).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo (Secex-ES).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. recomendar à Administração Regional do Sesc no Espírito Santo (Sesc/ES) que:

1.7.1.1. instrua os processos licitatórios ou as aquisições amparadas por dispensa ou inexigibilidade de licitação com os devidos pareceres jurídicos, justificando, sempre, as decisões tomadas contrariamente àquelas prescrições;

1.7.1.2. proceda à contratação por inexigibilidade de licitação do *software* já em uso, com fundamento no art. 10, I, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, somente quando restar comprovado ser econômica e operacionalmente desvantajosa a aquisição de novo *software* no mercado por licitação, o que deverá ficar plenamente evidenciado no âmbito do respectivo processo licitatório.

ACÓRDÃO Nº 4532/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, pela unidade instrutiva, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 3), ao representante e ao Ministério da Saúde.

1. Processo TC-011.250/2018-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Entre Rios/BA.

1.2. Entidade: Município de Entre Rios/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Ciências:

1.7.1. esclarecer ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 4533/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, pela unidade instrutiva, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 3), ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

1. Processo TC-011.253/2018-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Barra do Choça/BA.

1.2. Entidade: Município de Barra do Choça/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Ciências:

1.7.1. esclarecer ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 4534/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, pela unidade instrutiva, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 3), ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

1. Processo TC-011.282/2018-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Município de Guaratinga/BA.
1.2. Entidade: Município de Guaratinga/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Ciências:
1.7.1. esclarecer ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 4535/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que de acordo com a jurisprudência deste Tribunal a responsabilidade primária pela fiscalização e análise da correta aplicação dos recursos federais transferidos a estados e municípios compete ao órgão ou entidade concedente;

Considerando a aplicação do princípio da não supressão dos elos da cadeia de controle; e

Considerando que em consulta ao Portal da Transparência, verificou-se que o convênio objeto da representação encontra-se com prazo final de vigência para 5/7/2018;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 3), ao representante, fazendo-se as determinações sugeridas nos autos.

1. Processo TC-012.721/2018-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Vereador Marcelo Costa Santos.
1.2. Entidade: Município de Rio Preto da Eva/AM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex-AM).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. encaminhar cópia desta deliberação, bem como da documentação acostada à peça 1 à Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Amazonas, para ciência e adoção das medidas que entender cabíveis quanto aos recursos repassados ao município de Rio Preto da Eva/AM no âmbito do convênio 001/2017 (Siafi 848335).

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº 022.862/2015-3, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 4536 a 4574, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 4536/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.535/2016-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Era 2000 - Educação Reintegração e Apoio (04.519.745/0001-12); Leila Conceição da Silva Araújo (915.398.387-49); e Maria Fernanda Machado Bebiano Rodrigues (849.394.007-00)
4. Entidade: Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM/PR, em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por força do Convênio 88/2012-SPM/PR (Siconv nº 774486), com o objetivo de *"dar apoio ao Projeto "Simplesmente Maria - Produção de e longa metragem sobre a vida de Maria da Penha"*, conforme Plano de Trabalho,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar à SPM/PR que, no prazo de 180 (cento e oitenta dias):
9.1.1. analise os documentos enviados pela Era 2000 - Educação Reintegração e Apoio com o propósito de prestar contas dos recursos aplicados na execução do Convênio 88/2012-SPM/PR (SICONV 774486); e
9.1.2. adote as medidas que entender pertinentes sobre a matéria, nos termos da Instrução Normativa-TCU 71/2012 (e suas alterações), e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, o resultado da análise da prestação de contas, juntamente com toda a documentação enviada pelo responsável;
9.3. sobrestar este processo até o cumprimento da determinação consignada nos subitens anteriores;
9.4. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres.
10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4536-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4537/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.433/2018-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil
3. Interessadas: Maria de Lourdes Nascimento Paixão (093.240.747-17); Maria de Lourdes da Silva (912.975.597-20); Neide Safra Gonzaga (027.243.057-95).
4. Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões civis deferidas pelo Instituto Brasileiro de Turismo,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar legais os atos de concessão de interesse das sras. Maria de Lourdes Nascimento Paixão e Neide Safra Gonzaga, ordenando seu registro;
9.2. considerar ilegal o ato de concessão de interesse da sra. Maria de Lourdes da Silva, recusando seu registro;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela sra. Maria de Lourdes da Silva, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.4. determinar ao Instituto Brasileiro de Turismo que:
9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à sra. Maria de Lourdes da Silva, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.5. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos;
9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4537-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4538/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.318/2014-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Carlos Roberto de Medeiros (183.511.079-72); Carlos Roberto de Medeiros (183.511.079-72)
3.2. Recorrente: Universidade Federal do Paraná (75.095.679/0001-49).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Universidade Federal do Paraná contra o Acórdão nº 2.404/2017 - 1ª Câmara, que considerou ilegais os atos de aposentadoria emitidos em favor do Sr. Carlos Roberto de Medeiros,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente o Acórdão nº 2.404/2017 - 1ª Câmara;
9.2. considerar legais os atos de aposentadoria emitidos em favor do Sr. Carlos Roberto de Medeiros (183.511.079-72), determinando-se o correspondente registro;
9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao interessado.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4538-15/18-1.
13. Especificação do quorum:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4539/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.206/2014-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador)

3.2. Responsáveis: Instituto Brasil Central - Ibrace - (02.042.513/0001-90); Ricardo Barbosa de Lima (440.581.951-34)

3.3. Recorrentes: Instituto Brasil Central - Ibrace - (02.042.513/0001-90); Ricardo Barbosa de Lima (440.581.951-34).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Representação legal:

8.1. Dorival Salomé de Aquino (17.635/OAB-GO) e outros, representando Instituto Brasil Central - Ibrace - e Ricardo Barbosa de Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Instituto Brasil Central - Ibrace - e pelo sr. Ricardo Barbosa de Lima, presidente da entidade, em desfavor do Acórdão 1970/2018-Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Instituto Brasil Central - Ibrace - e pelo sr. Ricardo Barbosa de Lima para, no mérito, rejeitar-lhes;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4539-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4540/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC nº 018.735/2016-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Cooperativa Central de Logística e Apoio à Natureza - Coopclean (CNPJ nº 11.380.534/0001-07) e Vinicius Santos Fonseca (CPF nº 038.043.087-83).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio de Janeiro, em desfavor do Sr. Vinicius Santos Fonseca (CPF nº 038.043.087-83), na condição de Diretor-Presidente da Cooperativa Central de Logística e Apoio à Natureza - Coopclean (CNPJ nº 11.380.534/0001-07), à época dos fatos ora em apuração, em razão da não execução do objeto conveniado e da não apresentação da prestação de contas dos recursos repassados por força do Convênio nº 678/2010, celebrado com a Fundação Nacional de Saúde - FNS, que visou à aquisição de equipamentos a serem instalados em unidades de triagem integrantes do projeto "Óleo Reciclado",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, alíneas 'a' e 'c', 19 e 23, III, da Lei nº 8.443/1992 e 1º, I, 209, I e III, 210 e 214, III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Vinicius Santos Fonseca (CPF nº 038.043.087-83) e da Cooperativa Central de Logística e Apoio à Natureza - Coopclean (CNPJ nº 11.380.534/0001-07), condenando-os solidariamente ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal, em conformidade com o disposto no art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do efetivo pagamento, na forma prevista na legislação em vigor:

Débito

Data	Valor Histórico (R$)
9/4/2012	198.502,70

9.2. aplicar ao Sr. Vinicius Santos Fonseca (CPF nº 038.043.087-83) e à Cooperativa Central de Logística e Apoio à Natureza - Coopclean (CNPJ nº 11.380.534/0001-07) a multa prevista nos arts. 57 da Lei nº 8.443/1992 e 267 do Regimento Interno do TCU, no valor individual de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando um prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal, em conformidade com o estatuído no art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno desta Corte de Contas, o recolhimento dessas dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até as datas dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não sejam atendidas as notificações; e

9.4. dar ciência deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos arts. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992 e 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4540-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4541/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.384/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Raimundo de Oliveira (008.970.784-20)

3.2. Recorrente: Raimundo de Oliveira (008.970.784-20).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame, em processo de aposentadoria, interposto pelo sr. Raimundo de Oliveira contra o Acórdão 2.052/2017-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar a ele provimento;

9.2. considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria tratado neste processo;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4541-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4542/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.364/2009-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Aguida Maria Calatroni (828.654.936-87); Ailsmygles Cardoso Costa (735.080.201-34); Ailsmygles Cardoso Costa (735.080.201-34); Iasmyne Cardoso Costa (735.080.041-04); Iasmyne Cardoso Costa (735.080.041-04).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos inicial e de alteração de pensão civil emitidos pela Fundação Universidade de Brasília nos quais figuram como instituidor o Sr. Ademir da Costa Pinto e beneficiárias as Sras. Aguida Maria Calaroni, Ailsmygles Cardoso Costa e Iasmyne Cardoso Costa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92 e 262, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de pensão civil às Sras. Aguida Maria Calatroni (828.654.936-87), Ailsmygles Cardoso Costa (735.080.201-34) e Iasmyne Cardoso Costa (735.080.041-04), negando-lhes o correspondente registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que as interessadas tiveram conhecimento do acórdão;

9.4. determinar à Sefip que adote medidas para:

9.4.1. esclarecer a unidade jurisdicionada que poderão ser editados novos atos de pensão em favor das interessadas, desde que escoimados das irregularidades verificadas nos presentes autos, a serem submetidos a novo julgamento pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2ª, do RITCU e 15, § 1ª, da IN - TCU 55/2007;

9.4.2. monitorar o cumprimento do item 9.3 da presente deliberação, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4542-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 4543/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.710/2015-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo (61.669.313/0001-21); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Paulo Fernandes Lucania (159.237.978-87); Walter Barelli (008.056.888-20)
3.2. Recorrente: Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo (61.669.313/0001-21).
4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
8. Representação legal:
8.1. Maria de Fatima Moreira Silva Rueda (292438/OAB-SP), João André Vidal de Souza (125101/OAB-SP) e outros, representando Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 1732/2018 - 1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, uma vez que foram preenchidos os requisitos específicos de admissibilidade previstos pelo art. 34, caput, § 1º, da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. alertar ao embargante que a oposição de novos embargos de declaração, em caráter meramente protelatório, implicará o recebimento de futuras impugnações a esse título como simples petição, conforme art. 287, §6º, do Regimento Interno do TCU, sem efeito suspensivo;
9.3. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4543-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4544/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC nº 029.083/2014-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Pra Frente Brasil - ONG/OSCIP (CNPJ nº 06.018.530/0001-43) e Rosa Malvina da Silva (CPF nº 150.379.308-71).
4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte em desfavor da ONG Pra Frente Brasil e da Sra. Rosa Malvina da Silva, presidente, à época dos fatos apurados nestes autos, da citada entidade, em razão de terem sido constatadas irregularidades referentes à utilização dos recursos repassados para a mencionada ONG, por força do Convênio Siafi nº 717.917/2009, que teve por *"objeto a implantação de 180 núcleos de esporte educacional no Estado de São Paulo, observando as diretrizes e finalidades do programa Segundo Tempo - Padrão para atendimento de 18.000 crianças, adolescentes e jovens, por meio da oferta de práticas esportivas educacionais"*,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, alínea "c", 19 e 23, III, da Lei nº 8.443/1992 e 1º, I, 209, III, 210 e 214, III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas da Sra. Rosa Malvina da Silva (CPF nº 150.379.308-71) e da ONG Pra Frente Brasil (CNPJ nº 06.018.530/0001-43), condenando-as solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal, em conformidade com o disposto no art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do efetivo pagamento, na forma prevista na legislação em vigor:
Débitos

Datas	Valores Históricos (R$)
9/2/2010	41.100,00
19/9/2010	348.408,73
31/10/2010	219.434,32
6/12/2010	300.000,00
2/5/2011	75.754,42
1º/9/2011	91.182,92
29/12/2011	11.468,60
2/2/2012	180.007,18

9.2. aplicar à Sra. Rosa Malvina da Silva (CPF nº 150.379.308-71) e à ONG Pra Frente Brasil (CNPJ nº 06.018.530/0001-43) a multa prevista nos arts. 57 da Lei nº 8.443/1992 e 267 do Regimento Interno do TCU, no valor individual de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), fixando um prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal, em conformidade com o estatuído no art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno desta Corte de Contas, o recolhimento dessas dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até as datas dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não sejam atendidas as notificações; e
9.4. dar ciência deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo, nos termos dos arts. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992 e 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4544-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4545/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.539/2010-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão civil
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Arlette Santos Silva Ramos (073.041.457-49); Maria do Livramento Rodrigues (627.362.727-49); Maria do Livramento Rodrigues (627.362.727-49); Nelson Silva Ramos (841.872.397-15); Suely Maria Batista Ferreira (325.011.887-72).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: Epitácio Oliveira Marques Filho (OAB/RJ 70.483)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de pensões civis instituídas por ex-servidores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III, na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, e no Regimento Interno desta Corte, arts. 259, II, 260 e 262, § 2º, em:
9.1. considerar legal a concessão da pensão instituída por Alexandrino Silva Ramos Filho em favor de Arlette Santos Silva Ramos e Nélson Silva Ramos e determinar o registro do respectivo ato;
9.2. considerar prejudicado, por inépcia, o ato número de controle 10501304-05-1998-000056-2 (peça 16), o qual aponta indevidamente como beneficiária da concessão inicial da pensão instituída por Waldemar Ramos a sra. Maria Livramento Rodrigues, contrariamente ao que ocorreu, de fato;
9.3. considerar ilegal a concessão de pensão a que se refere o ato número de controle 10501304-05-2000-000005-1 (peça 16), em favor de Maria do Livramento Rodrigues e Suely Maria Batista Ferreira, uma vez que não é possível reconhecer a existência simultânea de duas uniões estáveis;
9.4. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos por Maria do Livramento Rodrigues, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;
9.5. determinar à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos da Constituição Federal, art. 71, IX:
9.5.1. dê ciência desta deliberação às sras. Maria do Livramento Rodrigues e Suely Maria Batista Ferreira no prazo de quinze dias e faça juntar os comprovantes de notificação a estes autos no prazo de trinta dias, a contar da notificação;
9.5.2. suspenda os pagamentos efetuados com base no ato ora impugnado;
9.5.3. emita novo ato de pensão relativa ao instituidor Waldemar Ramos, livre das irregularidades ora apontadas;
9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:
9.6.1. promova diligência junto ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro com vistas a dar cumprimento à determinação contida no Acórdão 2882/2008-1ª Câmara;
9.6.2. confira prioridade à instrução do processo TC 008.307/2008-0.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4545-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4546/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.169/2017-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados: Ana Maria Caetano (369.979.511-04); Nice Ferreira de Assis (144.802.121-91); Paulo Gama Lyra Filho (198.111.011-91); Sandra Regina Barbosa (419.120.201-49).
4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria dos srs. Ana Maria Caetano, Nice Ferreira de Assis, Paulo Gama Lyra Filho e Sandra Regina Barbosa, recusando seu registro;
9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:
9.2.1. na hipótese de desconstituição da decisão judicial obtida pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) nos autos do Mandado de Segurança 35.498, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), faça cessar de imediato, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, em particular aqueles alusivos ao Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem remuneratória, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;
9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos srs. Ana Maria Caetano, Nice Ferreira de Assis, Paulo Gama Lyra Filho e Sandra Regina Barbosa, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;
9.3. esclarecer à unidade de origem que, em se verificando a hipótese referida no item 9.2.1 acima, as concessões consideradas ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, escoimados da irregularidade apontada nestes autos, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4546-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 4547/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.224/2017-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados: Roberto Camargo Campos (135.557.403-00); Thomas Gomes Linard (139.503.393-53).
4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria dos srs. Roberto Camargo Campos e Thomas Gomes Linard, recusando seu registro;
9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:
9.2.1. na hipótese de desconstituição da decisão judicial obtida pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) nos autos do Mandado de Segurança 35.498, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), faça cessar de imediato, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, em particular aqueles alusivos ao Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem remuneratória, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;
9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos srs. Roberto Camargo Campos e Thomas Gomes Linard, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;
9.3. esclarecer à unidade de origem que, em se verificando a hipótese referida no item 9.2.1 acima, as concessões consideradas ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, escoimados da irregularidade apontada nestes autos, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4547-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4548/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.432/2017-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados: Elisabeth Corrêa (276.765.950-53); Regina Teresinha de Souza Trindade (262.499.100-00); Roberto Misturini (327.946.900-78); Sérgio Lanes dos Santos Ferreira (226.340.700-63).
4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria dos srs. Elisabeth Corrêa, Regina Teresinha de Souza Trindade, Roberto Misturini e Sérgio Lanes dos Santos Ferreira, recusando seu registro;
9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:
9.2.1. na hipótese de desconstituição da decisão judicial obtida pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) nos autos do Mandado de Segurança 35.498, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), faça cessar de imediato, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, em particular aqueles alusivos ao Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem remuneratória, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;
9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos srs. Elisabeth Corrêa, Regina Teresinha de Souza Trindade, Roberto Misturini e Sérgio Lanes dos Santos Ferreira, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;
9.3. esclarecer à unidade de origem que, em se verificando a hipótese referida no item 9.2.1 acima, as concessões consideradas ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, escoimados da irregularidade apontada nestes autos, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4548-15/18-1.

13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4549/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.465/2017-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: José Pedro Soares de Oliveira (292.148.906-68).
4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do sr. José Pedro Soares de Oliveira, recusando seu registro;
9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:
9.2.1. na hipótese de desconstituição da decisão judicial obtida pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) nos autos do Mandado de Segurança 35.498, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), faça cessar de imediato, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em particular aqueles alusivos ao Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem remuneratória, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;
9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao sr. José Pedro Soares de Oliveira, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.3. esclarecer à unidade de origem que, em se verificando a hipótese referida no item 9.2.1 acima, a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4549-15/18-1.

13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4550/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.472/2017-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Helio Bais Marins Filho (028.353.928-31).
4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso do Sul,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do sr. Helio Bais Marins Filho, recusando seu registro;
9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso do Sul, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:
9.2.1. na hipótese de desconstituição da decisão judicial obtida pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) nos autos do Mandado de Segurança 35.498, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), faça cessar de imediato, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em particular aqueles alusivos ao Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem remuneratória, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;
9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao sr. Helio Bais Marins Filho, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.3. esclarecer à unidade de origem que, em se verificando a hipótese referida no item 9.2.1 acima, a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4550-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4551/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.063/2015-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Alberto Eustáquio Caldeira de Melo (317.206.926-53).
4. Entidade: Município de Bocaiúva/MG.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Frank Weslen Lopes (OAB/MG 122.336) e outros, representando Alberto Eustáquio Caldeira de Melo.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração interposto por Alberto Eustáquio Caldeira de Melo, ex-prefeito de Bocaiúva/MG (gestão 2001-2008), contra o Acórdão 3.996/2016-TCU-1ª Câmara,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, uma vez atendidos os requisitos previstos nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, conceder-lhe provimento parcial, com o intuito de reduzir o valor do débito indicado no item 9.1 do Acórdão 3.996/2016-TCU-1ª Câmara, para R$ 131.141,00 (cento e trinta e um mil, cento e quarenta e um reais), e o valor da multa aplicada pelo item 9.2 do mesmo acórdão, para R$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais);

9.2. manter inalterados os demais itens do Acórdão 3.996/2016-TCU-1ª Câmara; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4551-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4552/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 020.689/2014-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Antônio Carvelli Filho (047.646.502-82).

4. Entidade: Município de Santana do Araguaia - PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. Antônio Carvelli Filho, ex-prefeito de Santana do Araguaia/PA (gestão 2005- 2008, em razão de irregularidades na execução do Convênio 10.003/2006, firmado para implantação de 58 km de estradas vicinais para atendimento de projetos de assentamento da zona rural local;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Carvelli Filho (CPF 047.646.502-82), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, do RITCU;

9.2. condenar o responsável identificado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RITCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, em respeito ao art. 23, inciso III, alínea "a" da mesma Lei, c/c art. 214, inciso III, alínea "a" do RITCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, eventuais valores já ressarcidos:

Data de origem	Valor do débito (R$)
30/06/2006	318.873,29
01/11/2006	136.659,98
10/11/2006	391.028,25
11/01/2008	349.297,68

9.3. aplicar ao Sr. Antônio Carvelli Filho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais mensalmente, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação ao responsável e à Procuradoria da República no Pará, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4552-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4553/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 025.475/2015-0.

1.1. Apenso: 023.700/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas (80.672.561/0001-76).

4. Entidade: Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Bartolomeu Pereira (OAB/PR 15.821) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas, em face do Acórdão 1.763/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o TCU julgou irregulares suas contas, condenou-o ao pagamento de débito e aplicou-lhe multa, em decorrência da não aprovação da prestação de contas do Convênio 176/2009, que tinha por objeto a aquisição de medicamentos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar conhecimento à Procuradoria da República no Estado do Paraná e ao recorrente desta deliberação.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4553-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4554/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.851/2015-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Responsáveis: Aderson de Almeida (073.749.171-04); Jacob Alpires Silva (160.435.881-53); José Carlos Dorsa Vieira Pontes (368.454.421-34); Magno da Fonseca Cação (444.757.561-20); Sandra Maria do Valle Leone de Oliveira (495.073.031-20).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex/MS).

8. Representação legal: Fabrizio Tadeu Severo do Santos (OAB/MS 7.498), representando José Carlos Dorsa Vieira Pontes (peça 36).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secex/MS a respeito de supostas irregularidades verificadas na concorrência 5/2011 do Núcleo de Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e no contrato 53/2013, dela decorrente, que teve por objeto a realização de obra para ampliação de unidade de atenção especial em saúde, com valor de R$ 1.851.000,00,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Jacob Alpires Silva, Magno da Fonseca Cação, Sandra Maria do Valle Leone de Oliveira, Aderson de Almeida e José Carlos Dorsa Vieira Pontes, no que se refere à conduta de: "permitir a participação em certame licitatório, da empresa Gongo Construtora Ltda., que não comprovou através de documentos previstos em lei, capacidade técnica e operacional exigida para o certame, bem como para execução do objeto licitado, o que está em desacordo com a cláusula 8.1.4.1.d do edital de licitação (peça 15, p. 42-43) e configura transgressão ao art. 27, inciso II, da Lei 8.666/1993";

9.3. excluir Jacob Alpires Silva, Magno da Fonseca Cação e Sandra Maria do Valle Leone de Oliveira desta relação processual;

9.4. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Aderson de Almeida quanto à conduta de: "incluir ou permitir a inserção no edital de licitação (peça 15, p. 42-43 e p. 52), referente à concorrência 5/2011, promovida pelo HU/UFMS, sem qualquer justificativa no âmbito do Processo Administrativo Licitatório 23104.051620/2011-13, de cláusulas restritivas ao caráter competitivo do certame, consubstanciadas nos itens 8.1.4.1, 'b' e 'd', 8.1.4.1.2 e 15.1, que previam vistoria técnica obrigatória e apresentação de atestados de capacitação técnica pelos licitantes, com exigências infundadas, como condição obrigatória para participação no certame, contrariando o art. 3º, § 1º, inciso I e art. 30, incisos II e III, e § 1º, inciso I, do mesmo artigo, todos da Lei 8.666/1993, art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, retratada, dentre outros, nos Acórdãos 2194/2007, 1557/2009, 3094/2011, 3170/2011, 2666/2013, 714/2014, 1225/2014, 1305/2014, 1447/2014, 1573/2014, 1604/2014, 1995/2014, e 1873/2015, todos do Plenário";

9.5. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por José Carlos Dorsa Vieira Pontes, quanto às seguintes condutas:

9.5.1. incluir ou permitir a inserção no edital de licitação, referente à concorrência 5/2011, promovida pelo HU/UFMS, sem qualquer justificativa no âmbito do processo administrativo licitatório 23104.051620/2011-13, cláusulas restritivas ao caráter competitivo do certame, consubstanciadas nos itens 8.1.4.1, 'b' e 'd', 8.1.4.1.2 e 15.1, que previam vistoria técnica obrigatória e apresentação de atestados de capacitação técnica pelos licitantes, com exigências infundadas, como condição obrigatória para participação no certame, contrariando o art. 3º, § 1º, inciso I e art. 30, incisos II e III, e § 1º, inciso I, do mesmo artigo, todos da Lei 8.666/1993, art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, retratada, dentre outros, nos Acórdãos 2194/2007, 1557/2009, 3094/2011, 3170/2011, 2666/2013, 714/2014, 1225/2014, 1305/2014, 1447/2014, 1573/2014, 1604/2014, 1995/2014, e 1873/2015, todos do Plenário;

9.5.2. permitir a realização do processo administrativo licitatório 23104.051620/2011-13, sem que dele constasse análise prévia e aprovação pela assessoria jurídica do órgão, da minuta do edital de licitação referente à concorrência 5/2011, o que caracteriza violação do parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/1993;

9.5.3. firmar contrato com a empresa Gongo Construtora Ltda., que não comprovou através de documentos previstos em lei, capacidade técnica e operacional exigida para o certame, bem como para execução do objeto licitado, o que está em desacordo com a cláusula 8.1.4.1, 'd' do edital de licitação (peça 15, p. 42-43 e peça 16, p. 161-202) e configura transgressão ao art. 27, II da Lei 8.666/1993;

9.5.4. homologar o resultado da concorrência 5/2011, promovida pelo HU/UFMS, no âmbito do processo administrativo licitatório 23104.051620/2011-13, em favor da empresa Gongo Construtora Ltda. (peça 16, p. 93), que continha, sem qualquer justificativa, cláusulas restritivas ao caráter competitivo do certame, consubstanciadas nas cláusula 8.1.4.1, 'b' e 'd', 8.1.4.1.2 e 15.1, que previam vistoria técnica obrigatória e apresentação atestados de capacitação técnica pelos licitantes, com exigências infundadas, como condição obrigatória para participação no certame, contrariando o art. 3º, § 1º, inciso I e art. 30, incisos II e III e § 1º, inciso I do mesmo artigo, todos da Lei 8.666/1993, art. 37, inc. XXI da Constituição Federal, bem como a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, retratada, dentre outros, nos Acórdãos 2194/2007, 1557/2009, 3094/2011, 3170/2011, 2666/2013, 714/2014, 1225/2014, 1305/2014, 1447/2014, 1573/2014, 1604/2014, 1995/2014, e 1873/2015, todos do Plenário;

9.6. declarar a extinção da punibilidade de José Carlos Dorsa Vieira Pontes, em razão do seu falecimento em 11/3/2018, *ex vi* do art. 5º, XLV, da Constituição Federal;

9.7. com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, aplicar a Aderson de Almeida multa individual no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), , atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.8. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal a devida atualização monetária, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.9. com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.10. dar ciência desta deliberação à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, à Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, à Controladoria-Regional da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

União em Mato Grosso do Sul, à Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos da Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul e aos responsáveis.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4554-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4555/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.392/2016-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Responsável/Recorrente: Haroldo José de Almeida (273.585.186-91)
4. Entidade: Município de Estrela do Sul/MG.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
8. Representação legal: Daniel Ricardo Davi Sousa (94.229/OAB-MG) e outros, representando Haroldo José de Almeida.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Haroldo José de Almeida contra o Acórdão 2.156/2018-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal conheceu e negou provimento a recurso de reconsideração contra o Acórdão 1.755/2017-TCU-Primeira Câmara, que julgou irregulares as contas da responsável e condenou-o em débito,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração, mantendo-se inalterado o Acórdão 2.156/2018-TCU-Primeira Câmara;
9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4555-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4556/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.929/2015-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Alexandra Peixe dos Santos (156.163.678-93); Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo (03.308.506/0001-50); Manoel Antônio Ballester Zanini (100.182.470-91); SP Eventos Ltda. (50.939.008/0001-96); Troupe Producoes Ltda. - Epp (66.106.600/0001-47).
4. Órgão/Entidade: Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo (03.308.506/0001-50).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
8. Representação legal:
8.1. Assyr Favero Filho (138196/OAB-SP), representando Troupe Producoes Ltda. - Epp.
8.2. Denis Barroso Alberto (238.615/OAB-SP) e outros, representando SP Eventos Ltda..
8.3. Fernando Quaresma de Azevedo (110503/OAB-SP), representando Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (Mtur) em desfavor de Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo e de seus então dirigentes Alexandra Peixe dos Santos e Manoel Antonio Ballester Zanini, em razão de irregularidades na prestação de contas do Convênio 618/2010, (SIAFI/SICONV 736670/2010), que tinha por objeto a realização do Projeto XIV Mês do Orgulho LGBT de São Paulo, no período de 3 a 6/6/2010,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar a Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo e Alexandra Peixe dos Santos revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2 arquivar o processo sem julgamento de mérito em relação a Manoel Antônio Ballester Zanini (100.182.470-91), por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular, nos termos do art. 212 do Regimento Interno do TCU;
9.3. excluir SP Eventos Ltda. (50.939.008/0001-96) da presente relação processual;
9.4. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e "c", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo, Alexandra Peixe dos Santos e Troupe Producoes Ltda. - Epp., condenando-os solidariamente ao pagamento dos débitos discriminados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora devidos, calculados desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:
9.4.1. Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo e Alexandra Peixe dos Santos, solidariamente:

Data da ocorrência	Valor (R$)
27/8/2010	R$ 29.711,00

9.4.2. Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo, Alexandra Peixe dos Santos e Troupe Producoes Ltda. - Epp., , solidariamente:

Data da ocorrência	Valor (R$)
27/8/2010	R$ 270.289,00

9.5. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar à Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo e a Alexandra Peixe dos Santos multa individual no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), e à empresa Troupe Produções Ltda. multa individual no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
9.5. autorizar, caso requerido, o parcelamento da dívida constante deste acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, informando aos responsáveis que incidirão sobre cada parcela os correspondentes acréscimos legais e que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;
9.6. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.7. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.8. dar ciência deste acórdão aos responsáveis e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4556-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4557/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-000.815/2015-2.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Manoel Santos de Oliveira, ex-Prefeito (CPF 247.686.425-00); A Cor do Sucesso Produções Ltda. - Me (CNPJ 10.710.323/0001-22)
4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Fátima/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).
8. Representação legal: Anicio Marcel Carvalho Rocha (18485/OAB/BA) e outros, representando A Cor do Sucesso Produções Ltda. - Me.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor do Sr. Manoel Santos de Oliveira, ex-Prefeito do Município de Nova Fátima/BA (gestão 2009/2012), em razão de irregularidades na documentação exigida para a prestação de contas de recursos federais, no valor de R$ 100.00,00, repassados em 25/06/2010 mediante o Convênio 645/2010 (Siconv 736825), que objetivou incentivar o turismo por meio de apoio à realização do projeto intitulado "Arraiá de Todos Nós";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Manoel Santos de Oliveira e da empresa A Cor do Sucesso Produções Ltda., condenando-os solidariamente em débito e fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, da quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 30/06/2010 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.2. aplicar individualmente ao Sr. Manoel Santos de Oliveira e à empresa A Cor do Sucesso Produções Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.4. remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4557-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4558/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-008.087/2017-2.
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas Especial.
3. Responsáveis: Antônio Eliberto Barros Mendes (CPF 125.651.563-91) e Djinane Miranda da Rocha-ME (CNPJ 05.431.723/0001-69).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Palmeirândia/MA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade técnica: Secex/GO.
8. Representante legal: não consta.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor de Antônio Eliberto Barros Mendes, ex-Prefeito de Palmeirândia/MA, em razão da não aprovação da prestação de contas relativa aos recursos repassados ao Município de Palmeirândia/MA por meio do Convênio 1901/2009 (Siconv 729536/2009), tendo por objeto o apoio à realização do Projeto intitulado "Réveillon 2009",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel Antônio Eliberto Barros Mendes, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos dos arts. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, irregulares as contas de Antônio Eliberto Barros Mendes e da empresa Djinane Miranda da Rocha-ME, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 11/2/2010 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar a Antônio Eliberto Barros Mendes e à empresa Djinane Miranda da Rocha-ME, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/92, a multa individual no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão para o ajuizamento das ações civis e penais que considerar cabíveis; e

9.6. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4558-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4559/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-008.276/2017-0.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Agnaldo Machado dos Santos (CPF 134.090.852-20).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Maracanã/PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secex/PI.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), em desfavor de Agnaldo Machado dos Santos, ex-Prefeito do Município de Maracanã/PA, em razão da omissão no dever de prestar contas de recursos recebidos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), no exercício de 2007, para realização de serviços de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Agnaldo Machado dos Santos revel em relação à citação promovida por este Tribunal, dando-se prosseguimento aos autos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, irregulares as contas de Agnaldo Machado dos Santos, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor (R$)	Data da ocorrência
12.958,80	07/02/2007
180,00	16/01/2007
360,00	09/02/2007
1.740,00	12/02/2007
12.958,80	23/02/2007
12.958,80	07/03/2007
440,00	19/03/2007
1.740,00	19/03/2007
12.958,80	05/04/2007
280,00	19/04/2007
1.740,00	19/04/2007
12.958,80	09/05/2007
1.740,00	14/05/2007
280,00	17/05/2007
12.958,80	08/06/2007
1.740,00	12/06/2007
120,00	15/06/2007
120,00	09/07/2007
1.740,00	09/07/2007
12.958,80	10/07/2007
120,00	13/08/2007
1.740,00	13/08/2007
12.958,80	14/08/2007
1.740,00	12/09/2007
120,00	14/09/2007
12.958,80	01/10/2007
120,00	10/10/2007
40,00	10/10/2007
1.700,00	10/10/2007
12.958,80	17/10/2007
12.958,80	05/11/2007
40,00	06/11/2007
1.700,00	06/11/2007
12.958,80	18/12/2007
40,00	18/12/2007
1.520,00	18/12/2007
12.958,80	19/12/2007

9.3. aplicar ao responsável, com fundamento nos arts. 1º, inciso IX, 19 e 57 da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. com fundamento no art. 12, inciso IV, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º, *in fine*, do art. 209 do Regimento Interno do TCU, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Pará para o ajuizamento das ações civis e penais que considerar cabíveis; e

9.6. dar ciência desta deliberação ao responsável.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4559-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4560/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-036.619/2016-7

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Sandra Regina Gomes Vidal (346.515.275-15).

4. Unidade: Município de Ibicoara/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos ao Município de Ibicoara/BA, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, no exercício de 2012,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a Srª Sandra Regina Gomes Vidal (CPF 346.515.275-15), na condição de Prefeita Municipal de Ibicoara/BA (gestão de 2009-2012) à época dos fatos, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas da Srª Sandra Regina Gomes Vidal (CPF 346.515.275-15), Prefeita Municipal de Ibicoara/BA (gestão de 2009-2012) à época dos fatos, e condená-la ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (D) (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
61.422,70	8/5/2012
32.500,00	20/08/2012
6.515,10	29/10/2012
30.800,00	20/12/2012

9.3. aplicar à Srª Sandra Regina Gomes Vidal (CPF 346.515.275-15) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4560-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4561/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.431/2011-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar (alteração).

3. Interessada: Anna Maria Berno Netto (449.999.176-53).

4. Órgão: Quarta Região Militar - Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão militar emitido pela Quarta Região Militar - Comando do Exército.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato 10003436-08-2005-000290-4, negando-lhe o registro (peça 2), por não se enquadrar no comando do art. 32, § 2º, da Medida Provisória 2.215-10/2001;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Quarta Região Militar que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse quaisquer pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, nos termos dos arts. 39 da Lei 8.443/92 e 262 do Regimento Interno deste Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes atos.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4561-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4562/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.091/2017-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Robson Ernesto Silva de Almeida (429.443.095-87).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. Entidade: Município de Catolândia/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Ceará (Secex-CE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação contra o Sr. Robson Ernesto Silva Almeida, ex-prefeito de Catolândia/BA, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos valores repassados à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), nos exercícios de 2011 e 2012, decorrente da omissão no dever de prestar contas.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Robson Ernesto Silva de Almeida;
9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, I e III, e 214, III, do RI/TCU, as contas do Sr. Robson Ernesto Silva de Almeida e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Data da ocorrência	Valor do débito (R$)
15/3/2011	5.022,00
31/3/2011	5.022,00
2/5/2011	1.608,00
3/5/2011	3.414,00
1/6/2011	5.022,00
4/7/2011	5.022,00
29/7/2011	5.022,00
1/9/2011	5.022,00
30/9/2011	5.022,00
31/10/2011	5.022,00
30/11/2011	5.022,00
26/3/2012	4.692,00
30/3/2012	4.692,00
26/4/2012	4.692,00
31/5/2012	4.692,00
29/6/2012	5.416,00
31/7/2012	5.416,00
31/8/2012	5.416,00
28/9/2012	5.416,00
31/10/2012	5.416,00
30/11/2012	5.416,00

9.3. aplicar ao Sr. Robson Ernesto Silva de Almeida a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República na Bahia, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4562-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4563/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.445/2016-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)
3.2. Responsáveis: Glorismar Rosa Venâncio (146.995.593-87); Município de Paço do Lumiar/MA (06.003.636/0001-73).
4. Entidade: Município de Paço do Lumiar/MA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra Gilberto Silva da Cunha Santos Aroso e Glorismar Rosa Venâncio, em razão da inexecução parcial do Convênio 1831/2006 (Siafi 562197), cujo objeto era a construção de sistema de abastecimento de água no Município de Paço do Lumiar/MA;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:
9.1. considerar revéis Glorismar Rosa Venâncio e o Município de Paço do Lumiar/MA para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;
9.2. julgar irregulares as contas de Glorismar Rosa Venâncio, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e condená-la, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
145.918,50	3/3/2009

9.3. julgar irregulares as contas do Município de Paço do Lumiar/MA, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (em R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
15.140,61	3/7/2009

9.4. aplicar a multa de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) a Glorismar Rosa Venâncio, com fundamento nos arts. 19, *caput*, e 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;
9.6. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República no Maranhão, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4563-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4564/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.854/2017-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - MTE (07.526.983/0022-78)
3.2. Responsável: José Garcia de Freitas (338.517.941-68).
4. Órgão/Entidade: Município de Paranaíba - MS.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).
8. Representação legal:
8.1. João Paes Monteiro da Silva (10.849/OAB-MS) e outros, representando José Garcia de Freitas.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em desfavor de José Garcia de Freitas, Prefeito do Município de Paranaíba/MS no período 2009-2012, em razão de irregularidades verificadas na aplicação dos recursos repassados mediante o Termo de Adesão ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens, na modalidade Projovem Trabalhador, submodalidade Juventude Cidadã, assinado em 28/10/2009, entre aquele Município e a Secretaria de Políticas Públicas e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), com o compromisso do Município em implementar os planos daquele Programa, com vistas à qualificação de 500 jovens, objetivando a inserção de no mínimo 30% destes no mercado de trabalho;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com artigos 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de José Garcia de Freitas, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	NATUREZA
198.557,13	11/6/2010	Débito
321.949,68	14/12/2010	Débito
25.438,34	15/8/2011	Crédito
636,88	13/12/2011	Crédito
85,26	19/11/2013	Crédito

9.2. aplicar a José Garcia de Freitas a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;
9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, destacando que o inteiro teor da deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4564-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4565/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.728/2015-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)
3.2. Responsáveis: A.j. Pontes da Silva (08.031.906/0001-85); Ageu Barbosa Gomes (237.022.493-20); Antônio Marcos Bezerra Miranda (569.642.423-68); E. Santana dos Santos - Me (04.488.794/0001-35); Landry Lacerda Júnior (550.556.563-87); P R Cardoso - Me (02.538.012/0001-08); R Silva Santos - Me (04.238.750/0001-57); W.l. da S. Marques (05.251.451/0001-15).
4. Órgão/Entidade: Município de Bom Lugar - MA
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).
8. Representação legal: Edilson Costa Véras (6894/OAB-MA); Lidiane Ramos (14300/OAB-MA); Marcos Aurelio Barros Serra.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor de Antonio Marcos Bezerra Miranda e Landry Lacerda Junior, respectivamente prefeito e secretário de administração e finanças de

Bom Lugar (MA) na gestão 2005-2008, em razão de irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados àquele Município na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa de Atenção Básica, estratégia Assistência Farmacêutica Básica, no exercício de 2007, por força do disposto no Acórdão 9185/2011-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelas empresas P.R. Cardoso e W.L. da Silva S. Marques, excluindo-as da presente relação processual, bem como as empresas A.J. Pontes da Silva - ME (Medical Pontes), R. Silva Santos - ME (Comercial Blumenau) e E. Santana dos Santos - ME, por não haver nos autos nenhuma prova de que estas tenham participado da falsificação das notas fiscais utilizadas para comprovar as despesas glosadas, motivo pelo qual tais empresas não têm contas a prestar em relação às notas fiscais falsas emitidas em seu nome;

9.2. considerar revel Ageu Barbosa Gomes, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Antonio Marcos Bezerra Miranda e Landry Lacerda Junior;

9.4 com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, e § 2º da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Antonio Marcos Bezerra Miranda, Landry Lacerda Junior e Ageu Barbosa, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Fundo Municipal de Saúde do Muncicípio de Bom Lugar (MA), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
49.050,50	17/1/2007
134.159,00	30/3/2007
57.770,00	30/4/2007
78.349,00	31/5/2007
112.393,00	30/1/2007
13.695,00	18/1/2007
7.880,00	12/1/2007
141.415,00	30/4/2007
141.415,00	31/5/2007

9.5. aplicar a Antonio Marcos Bezerra Miranda, Landry Lacerda Junior, e Ageu Barbosa Gomes, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendidas as notificações;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão para adoção das medidas que entender cabíveis, destacando que o seu inteiro teor pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4565-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4566/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.921/2018-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, contra o Edital do Pregão Eletrônico 388/2017 da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que tem como objeto o registro de preços para fornecimento de refeições, incluindo preparo e distribuição nos restaurantes universitários nos *campi* da Unifesp, com cessão administrativa de uso de áreas e instalações,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, julgá-la improcedente;

9.2. considerar prejudicado o exame do pedido de medida cautelar, por perda de objeto;

9.3. comunicar o teor da presente decisão à representante e à Unifesp;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4566-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4567/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.335/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social (01.002.940/0001-82)

3.2. Responsável: Raimundo Almeida (134.673.013-04).

4. Entidade: Município de Lago Verde/MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: Abdon Clementino de Marinho (4.980/OAB-MA).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome contra Raimundo Almeida, em razão da ausência de parecer do Conselho Municipal de Assistência Social sobre as despesas incorridas com os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao Município de Lago Verde/MA, a título de cofinanciamento federal das ações continuadas da assistência social, no exercício de 2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. rejeitar as alegações de defesa de Raimundo Almeida;

9.2. julgar irregulares as contas de Raimundo Almeida, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "a" e "d", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor (R$)
14/1/2010	44.500,00
19/1/2010	4.500,00
19/1/2010	10.050,00
2/2/2010	7.213,50
24/2/2010	44.500,00
25/2/2010	800,00
4/3/2010	4.500,00
5/3/2010	2.907,00
16/3/2010	4.500,00
24/3/2010	2.907,00
25/3/2010	49.500,00
31/3/2010	10.050,00
12/4/2010	2.907,00
14/4/2010	49.500,00
22/4/2010	4.500,00
26/4/2010	10.050,00
13/5/2010	2.907,00
13/5/2010	49.500,00
19/5/2010	4.500,00
24/5/2010	10.050,00
11/6/2010	49.500,00
14/6/2010	2.907,00
17/6/2010	4.500,00
28/6/2010	225,00
30/6/2010	10.050,00
7/7/2010	49.500,00
14/7/2010	2.907,00
14/7/2010	10.050,00
15/7/2010	4.500,00
6/8/2010	2.907,00
11/8/2010	49.500,00
23/8/2010	10.050,00
27/8/2010	4.500,00
9/9/2010	2.907,00
17/9/2010	4.500,00
20/9/2010	10.050,00
23/9/2010	47.500,00
13/10/2010	2.907,00
14/10/2010	47.500,00
25/10/2010	4.500,00
25/10/2010	10.050,00
9/11/2010	2.907,00
12/11/2010	4.500,00
17/11/2010	47.500,00
2/12/2010	10.050,00
9/12/2010	2.907,00
30/12/2010	4.500,00
30/12/2010	10.050,00
30/12/2010	47.500,00

9.3. aplicar a multa de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a Raimundo Almeida, com fundamento nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República no Maranhão, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4567-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4568/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.479/2016-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Eduardo José Corrêa (006.801.766-91).

3.2. Recorrente: Eduardo José Corrêa (006.801.766-91).

4. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Christiano Bicalho Maluf (96.161/OAB-MG) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos o pedido de reexame interposto por Eduardo Jose Corrêa contra o Acórdão 354/2017 - 1ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de concessão de aposentadoria e fez determinações ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada, ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4568-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4569/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.124/2015-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Epecial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador)

3.2. Responsáveis: Christiano Silva Freaza e Cia Ltda. ME (antiga PH Produções Ltda.) (10.640.614/0001-91); Espólio de Arlindo Barbosa Neto (143.674.166-15).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Piumhi-MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor de Arlindo Barbosa Neto, ex-prefeito de Piumhi-MG, em razão de irregularidades na execução do Convênio 736135/2010, cujo objeto era a realização da "I Micareta de Piumhi";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, o espólio de Arlindo Barbosa Neto e a Christiano Silva Freaza e Cia Ltda. ME (antiga PH Produções Ltda.);
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/92 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas de Arlindo Barbosa Neto e da empresa Christiano Silva Freaza e Cia Ltda. ME (antiga PH Produções Ltda.), condenando-os, em regime de solidariedade, ao pagamento da quantia de R$ 106.530,00 (cento e seis mil e quinhentos e trinta reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 14/7/2011, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.3. aplicar a Christiano Silva Freaza e Cia Ltda ME (antiga PH Produções Ltda.) a multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. encaminhar cópia deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.6. dar ciência deste Acórdão ao interessado, aos responsáveis, bem como ao Município de Piumhi-MG.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4569-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4570/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.703/2016-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)
3.2. Responsável: Sebastião Rodrigues Santana (729.963.906-87).
4. Entidade: Município de Santo Antônio do Jacinto/MG.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra Sebastião Rodrigues Santana, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pela Fundação Nacional de Saúde por meio do Convênio 1429/2001 (Siafi 450316), cujo objeto era a execução de 225 melhorias sanitárias domiciliares no Município de Santo Antônio do Jacinto/MG;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:
9.1. considerar revel Sebastião Rodrigues Santana para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;
9.2. julgar irregulares as contas de Sebastião Rodrigues Santana, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 150.000,00	4/6/2002
R$ 150.000,00	2/10/2002

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;
9.4. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República em Minas Gerais, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4570-15/18-1.

13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4571/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.188/2016-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)
3.2. Responsável: Sebastião Pinheiro da Silva (152.618.596-20).
4. Entidade: Município de Guaranésia/MG.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra Sebastião Pinheiro da Silva, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pela Fundação Nacional de Saúde por meio do Convênio 777/1998 (Siafi 364.654), cujo objeto era a execução de 70 melhorias sanitárias domiciliares no Município de Guaranésia /MG;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator:
9.1. considerar revel Sebastião Pinheiro da Silva para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;
9.2. julgar irregulares as contas de Sebastião Pinheiro da Silva, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência	Débito / (Crédito)
35.000,00	16/11/1998	Débito
35.000,00	22/12/1998	Débito
(4.650,63)	10/11/1999	Crédito

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;
9.4. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República em Minas Gerais, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4571-15/18-1.

13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4572/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.412/2016-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Raimundo Nonato Silva (088.888.683-72)
3.2. Responsável: Francisco Xavier Silva Neto (450.000.263-49).
4. Entidade: Município de Cajapió/MA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).
8. Representação legal: Ronaldo Henrique Santos Ribeiro (7.402/OAB-MA); Luciene da Silva de Sousa (14.318/OAB-MA)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Município de Cajapió/MA sobre omissão na prestação de contas de recursos recebidos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no exercício de 2011;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da representação, por atendidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235, *caput*, e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. dar ciência desta deliberação ao Município de Cajapió/MA, informando que:
9.2.1. como previsto nos arts. 3º, 4º e 15 da Instrução Normativa TCU 71/2012, alterada pela Instrução Normativa TCU 76/2016, a instauração de processo de tomada de contas especial, a inscrição e a baixa de responsável no cadastro de devedores da União e a suspensão da inadimplência nestes mesmos cadastros competem, primariamente, ao órgão repassador dos recursos, que, no caso específico, é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
9.2.2. cabe ao ente municipal firmar as tratativas necessárias junto ao órgão concedente para reverter a situação de inadimplência e suspender a restrição de repasse de recursos federais, podendo, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas judiciais que julgar cabíveis;
9.3. dar ciência desta deliberação a Raimundo Nonato Silva;
9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4572-15/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4573/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.738/2015-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão (26.989.350/0007-01)
3.2. Responsável: Francisco Evandro Freitas Costa Mourao (207.258.503-10).
4. Entidade: Município de Buriti/MA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra Francisco Evandro Freitas Costa Mourao, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por meio do Convênio 307/2010 (Siafi 666.664), cujo objeto era a execução de sistema de abastecimento de água no Município de Buriti/MA;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:
9.1. considerar revel Francisco Evandro Freitas Costa Mourao para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;
9.2. julgar irregulares as contas de Francisco Evandro Freitas Costa Mourao, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "a" e "d", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
640.000,00	19/3/2012
480.000,00	11/9/2012

9.3. aplicar a multa de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a Francisco Evandro Freitas Costa Mourao, com fundamento nos arts. 19, *caput*, e 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Município de Buriti/MA;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República no Maranhão, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4573-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4574/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.487/2017-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ticket Soluções HDFGT S/A (03.506.307/0001-57).
4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).
8. Representação legal: Gustavo Augusto Mota Santos de Oliveira (27.803/OAB-PE).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. - EPP sobre supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 52/2017, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano em Guanambi;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, por atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c arts. 235, *caput*, e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. julgar prejudicado o pedido de medida cautelar;

9.3. determinar, com fulcro no ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano em Guanambi que:

9.3.1. se abstenha de prorrogar o contrato Administrativo 1/2018, celebrado com a Ticket Soluções HDFGT S/A;

9.3.2. não aceite adesões à Ata de Registro de Preços 52/2017;

9.3.3. delimite o Estado da Bahia como parâmetro para comprovação dos postos cadastrados pelos licitantes em futuras licitações para fornecimento de combustível;

9.4. dar ciência desta deliberação à representante e à Ticket Soluções HDFGT S/A;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 15/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 15/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4574-15/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 33 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

(Assinado eletronicamente)
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 22 de maio de 2018.

(Assinado eletronicamente)

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 173, DE 22 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 0001438-03.2018.6.03.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao primeiro quadrimestre de 2018, nos termos dos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MANOEL BRITO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.600.889,81	2.655.806,48	2.625.680,39	2.647.309,21	2.661.379,08	2.642.380,01	4.217.981,37	7.187.873,28	3.622.012,73	2.680.585,34	2.710.450,45	2.746.495,81	38.998.843,96	-
Pessoal Ativo	2.474.498,84	2.526.618,79	2.496.492,70	2.518.121,52	2.532.191,39	2.513.192,32	4.013.619,16	7.054.250,28	3.420.866,82	2.546.488,08	2.576.353,19	2.612.398,55	37.285.091,64	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.140.255,25	2.183.005,06	2.152.295,70	2.174.303,35	2.185.069,13	2.166.012,66	3.306.460,10	6.690.485,22	3.063.117,11	2.186.243,33	2.215.837,62	2.249.060,90	32.712.145,43	-
Obrigações Patronais	334.243,59	343.613,73	344.197,00	343.818,17	347.122,26	347.179,66	707.159,06	363.765,06	357.749,71	360.244,75	360.515,57	363.337,65	4.572.946,21	-
Benefícios Previdenciários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	126.390,97	129.187,69	129.187,69	129.187,69	129.187,69	129.187,69	204.362,21	133.623,00	201.145,91	134.097,26	134.097,26	134.097,26	1.713.752,32	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	113.274,21	116.070,93	116.070,93	116.070,93	116.070,93	116.070,93	184.375,37	120.506,24	180.759,37	120.506,24	120.506,24	120.506,24	1.540.788,56	-
Pensões	13.116,76	13.116,76	13.116,76	13.116,76	13.116,76	13.116,76	19.986,84	13.116,76	20.386,54	13.591,02	13.591,02	13.591,02	172.963,76	-
Outros Benefícios Previdenciários			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	126.390,97	134.604,83	129.187,69	129.187,69	172.308,12	137.738,25	207.289,63	3.956.599,08	201.145,91	134.097,26	136.876,22	134.097,26	5.599.522,91	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	5.417,14	-	-	43.120,43	8.550,56	2.927,42	3.876.738,38	-	-	2.778,96	-	3.939.532,89	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	126.390,97	129.187,69	129.187,69	129.187,69	129.187,69	129.187,69	204.362,21	79.860,70	201.145,91	134.097,26	134.097,26	134.097,26	1.659.990,02	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.474.498,84	2.521.201,65	2.496.492,70	2.518.121,52	2.489.070,96	2.504.641,76	4.010.691,74	3.231.274,20	3.420.866,82	2.546.488,08	2.573.574,23	2.612.398,55	33.399.321,05	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	33.399.321,05	0,004491
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	58.152.028,02	0,00782
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	55.244.426,62	0,007429
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	52.336.825,22	0,007038

FONTE: Sistema SIAFI, SECON/COF/SAO, 22/mai/2018, 17h e 35m

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17 de maio de 2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	38.998.843,96
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.599.522,91
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	33.399.321,05

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,004491%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,007843%	58.323.063,40
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,007835%	58.263.572,84
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,007820%	58.152.028,02
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

Des. MANOEL BRITO
Presidente do Tribunal

ANA BELA DE OLIVEIRA BARBOSA
Diretora-Geral

DILMA CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTA
Secretária de Administração e Orçamento

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA BARROS
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 536, DE 23 DE MAIO DE 2018

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III, c/c o inciso I, alínea a do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que se refere ao 1º Quadrimestre de 2018, compreendendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Item 9.4 do Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário, referentes ao período de maio 2017 a abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO 2017 A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.509.306,45	11.009.065,40	10.568.862,18	10.735.161,64	10.537.144,86	10.587.702,25	16.404.086,95	16.647.494,93	14.095.750,40	11.006.192,20	11.164.223,43	11.114.997,11	144.379.987,80	-
Pessoal Ativo	9.136.619,78	9.609.905,59	9.203.905,41	9.371.149,74	9.206.495,03	9.282.529,42	14.305.277,79	14.716.005,87	12.027.902,10	9.616.369,48	9.810.375,20	9.761.148,88	126.047.684,29	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.891.743,31	8.324.482,47	7.958.350,31	8.100.194,84	7.944.729,62	8.008.242,26	12.065.663,92	13.304.842,32	10.711.627,81	8.285.862,96	8.465.106,75	8.424.902,60	109.485.749,17	-
Obrigações Patronais	1.244.876,47	1.285.423,12	1.245.555,10	1.270.954,90	1.261.765,41	1.274.287,16	2.239.613,87	1.411.163,55	1.316.274,29	1.330.506,52	1.345.268,45	1.336.246,28	16.561.935,12	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.372.686,67	1.399.159,81	1.364.956,77	1.364.011,90	1.330.649,83	1.305.172,83	2.098.809,16	1.931.489,06	2.067.848,30	1.389.822,72	1.353.848,23	1.353.848,23	18.332.303,51	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	887.687,23	905.700,20	905.700,20	906.617,90	853.834,28	853.834,28	1.398.362,48	915.540,50	1.376.660,82	917.773,83	887.427,97	887.427,97	11.696.567,66	-
Pensões	484.999,44	493.459,61	459.256,57	457.394,00	476.815,55	451.338,55	700.446,68	1.015.948,56	691.187,48	472.048,89	466.420,26	466.420,26	6.635.735,85	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.372.686,67	1.399.159,81	1.365.752,26	1.528.200,14	1.330.649,83	1.305.172,83	1.728.266,61	4.169.345,95	2.067.848,30	1.389.822,72	1.353.848,23	1.353.848,23	20.364.601,58	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	795,49	164.188,24	-	-	-	3.451.037,34	-	-	-	-	3.616.021,07	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.372.686,67	1.399.159,81	1.364.956,77	1.364.011,90	1.330.649,83	1.305.172,83	1.728.266,61	718.308,61	2.067.848,30	1.389.822,72	1.353.848,23	1.353.848,23	16.748.580,51	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.136.619,78	9.609.905,59	9.203.109,92	9.206.961,50	9.206.495,03	9.282.529,42	14.675.820,34	12.478.148,98	12.027.902,10	9.616.369,48	9.810.375,20	9.761.148,88	124.015.386,22	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	124.015.386,22	0,016677
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	207.027.168,82	0,027840
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	196.675.810,38	0,026448
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	186.324.451,94	0,025056

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 18/maio/2018 16:00.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN n. 332, de 17 de maio de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL DE 2018

R$ 1,00

					DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)					144.379.987,80	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)					20.364.601,58	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)					124.015.386,22	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100					0,016677%	
					% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III				0,027920%	207.622.074,48
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005		0,027892%	207.413.857,50
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-		-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013		0,027840%	207.027.168,82
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015				-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

RAIMUNDA MENDES COSTA
Coordenadora de Controle Interno

DÉBORA MÁRCIA SOARES VÉRAS
Secretária de Administração e Finanças

Des. RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

UNIAO - PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea a) R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS[1] (b)
	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Set/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017	Jan/2018	Fev/2018	Mar/2018	Abr/2018	TOTAL (ULTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.805.762,61	9.341.521,17	9.034.463,67	9.132.370,90	9.336.268,91	9.064.243,33	14.442.220,75	11.449.740,50	12.391.029,86	9.495.298,00	9.412.834,77	9.266.002,49	121.171.756,96	-
Pessoal Ativo	7.668.647,23	8.027.577,63	7.845.850,69	7.840.962,27	7.762.617,77	7.775.864,73	12.448.953,19	9.376.371,35	10.341.110,60	8.130.787,51	8.034.732,75	7.928.835,29	103.182.311,01	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variaveis	6.596.216,84	6.917.592,40	6.751.835,95	6.754.273,12	6.668.145,21	6.681.228,37	10.178.495,51	8.204.911,14	9.201.734,72	7.011.457,72	6.900.902,43	6.800.704,97	88.667.498,38	-
Obrigaçoes Patronais	1.072.430,39	1.109.985,23	1.094.014,74	1.086.689,15	1.094.472,56	1.094.636,36	2.270.457,68	1.171.460,21	1.139.375,88	1.119.329,79	1.133.830,32	1.128.130,32	14.514.812,63	-
Beneficios Previdenciarios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.137.115,38	1.313.943,54	1.188.612,98	1.291.408,63	1.573.651,14	1.288.378,60	1.993.267,56	2.073.369,15	2.049.919,26	1.364.510,49	1.378.102,02	1.337.167,20	17.989.445,95	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	730.684,39	928.397,99	804.782,44	914.158,62	1.196.401,13	911.128,59	1.404.116,21	1.638.408,03	1.449.726,94	946.968,79	945.749,79	932.675,93	12.803.198,85	-
Pensoes	406.430,99	385.545,55	383.830,54	377.250,01	377.250,01	377.250,01	589.151,35	434.961,12	600.192,32	417.541,70	432.352,23	404.491,27	5.186.247,10	-
Outros Beneficios Previdenciarios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (paragrafo 1 do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NAO COMPUTADAS (II) (PARAGRAFO 1 do art. 19 da LRF)	1.137.115,38	1.376.018,57	1.188.612,98	1.304.381,68	1.573.651,14	13.118,51	1.221.094,37	773.952,29	2.049.919,26	1.364.510,49	1.385.455,70	1.344.397,00	14.732.227,37	-
Indenizacoes por Demissao e Incentivos a Demissao Voluntaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisao Judicial de periodo anterior ao da apuracao	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercicios Anteriores de periodo anterior ao da apuracao	-	62.075,03	-	12.973,05	-	13.118,51	-	170.169,91	-	-	7.353,68	7.229,80	272.919,98	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.137.115,38	1.313.943,54	1.188.612,98	1.291.408,63	1.573.651,14	-	1.221.094,37	603.782,38	2.049.919,26	1.364.510,49	1.378.102,02	1.337.167,20	14.459.307,39	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.668.647,23	7.965.502,60	7.845.850,69	7.827.989,22	7.762.617,77	9.051.124,82	13.221.126,38	10.675.788,21	10.341.110,60	8.130.787,51	8.027.379,07	7.921.605,49	106.439.529,59	-

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	106.439.529,59	0,014313
LIMITE MAXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	165.666.352,98	0,022278
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (paragrafo unico do art. 22 da LRF)	157.383.035,33	0,021164
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do paragrafo 1 do art. 59 da LRF)	149.099.717,68	0,020050

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial 2017/2018, SECON/COF/SAO/TRE/PB, emissao 21/05/18, as 14h:00min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercicio, os valores de restos a pagar nao processados inscritos em 31 de dezembro do exercicio anterior continuarao a ser informados nesse campo. Esses valores nao sofrem alteracao pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluidos.

Notas: 1. Limites Maximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nr. 385/2013.

2. Valor da RCL referente a Portaria STN nr. 322, de 17/05/2018.

UNIAO - PODER JUDICIARIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

RELATORIOS DE GESTAO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO

ACORDAO 553/2017 TCU PLENARIO ITEM 9.4

ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO 2017 A ABRIL 2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	121.171.756,96
DESPESAS NAO COMPUTADAS (paragrafo 1 do art. 19 da LRF) (II)	14.732.227,37
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	106.439.529,59

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,014313%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MAXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,022341%	166.134.841,19
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nr. 478, de 26 de setembro de 2005	0,022319%	165.971.242,13
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-		-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nr. 385, de 22 de agosto de 2013	0,022278%	165.666.352,98
	Justica do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015				-

Valter Felix da Silva
Secretario de Administracao e Orcamento

Joao Demar Lucena Rodrigues
Coordenador de Controle Interno

Romero Marcelo Da Fonseca Oliveira
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraiba

PORTARIA Nº 5, DE 15 DE MAIO DE 2018

Torna publico o Relatorio de Gestao Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral da Paraiba relativo ao primeiro quadrimestre de 2018.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA, no uso de suas atribuicoes e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e paragrafo unico, e 55, paragrafo segundo, da Lei Complementar nr. 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nr. 0003291-14.2018.6.15.8000, resolve:

Art. 1º Publicar o Relatorio de Gestao Fiscal, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraiba, relativo ao primeiro quadrimestre de 2018, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicacao.

Des. ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 135, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve: Tornar público, nos termos do Inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo.

Des. CARLOS CINI MARCHIONATTI

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.248.481,32	18.917.464,16	18.510.877,13	18.913.801,72	18.915.171,06	18.844.567,08	30.071.625,15	31.805.965,78	27.034.402,01	18.513.953,67	19.867.249,95	19.540.853,92	259.184.412,95	7.525.600,00
Pessoal Ativo	14.632.733,40	14.850.500,29	14.691.719,13	15.073.503,19	14.975.107,11	14.994.391,32	23.977.405,87	27.668.159,55	21.083.817,64	14.536.811,89	15.722.216,10	15.508.639,38	207.715.004,87	7.525.600,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.590.029,18	12.775.534,88	12.617.028,98	12.954.065,03	12.858.894,59	12.870.455,59	19.586.618,62	25.178.036,32	18.866.470,76	12.505.985,70	13.509.828,01	13.306.362,83	179.619.310,49	7.471.900,00
Obrigações Patronais	2.042.704,22	2.074.965,41	2.074.690,15	2.119.438,16	2.116.212,52	2.123.935,73	4.390.787,25	2.490.123,23	2.217.346,88	2.030.826,19	2.212.388,09	2.202.276,55	28.095.694,38	53.700,00
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.615.747,92	4.066.963,87	3.819.158,00	3.840.298,53	3.940.063,95	3.850.175,76	6.094.219,28	4.137.806,23	5.950.584,37	3.977.141,78	4.145.033,85	4.032.214,54	51.469.408,08	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.796.061,25	3.236.269,73	2.988.463,86	3.009.604,39	3.109.369,81	3.016.588,12	4.800.868,98	3.294.950,50	4.675.721,43	3.127.233,20	3.295.125,27	3.182.305,96	40.532.562,50	
Pensões	819.686,67	830.694,14	830.694,14	830.694,14	830.694,14	833.587,64	1.293.350,30	842.855,73	1.274.862,94	849.908,58	849.908,58	849.908,58	10.936.845,58	
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.615.747,92	4.066.963,87	3.819.158,00	3.840.298,53	3.940.063,95	3.850.175,76	1.032.358,94	7.014.264,05	5.950.584,37	3.977.141,78	4.145.033,85	4.032.214,54	49.284.005,56	7.525.600,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração								7.014.264,05					7.014.264,05	7.525.600,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.615.747,92	4.066.963,87	3.819.158,00	3.840.298,53	3.940.063,95	3.850.175,76	1.032.358,94		5.950.584,37	3.977.141,78	4.145.033,85	4.032.214,54	42.269.741,51	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.632.733,40	14.850.500,29	14.691.719,13	15.073.503,19	14.975.107,11	14.994.391,32	29.039.266,21	24.791.701,73	21.083.817,64	14.536.811,89	15.722.216,10	15.508.639,38	209.900.407,39	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	209.900.407,39	0,028226
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	331.927.611,62	0,044636
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	315.331.231,04	0,042404
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	298.734.850,46	0,040172

FONTE: SIAFI e COORC/SOF/TRE-RS. Emitido em 22/05/2018 às 14h e 15m

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17 de maio de 2018.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

	R$ 1,00
	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	266.710.012,95
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	56.809.605,56
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	209.900.407,39

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,028226%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,044764%	332.879.460,67
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,044719%	332.544.826,24
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	-		
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,044636%	331.927.611,62
	Justiça do Trabalho / ATO Conjunto TST.CSJT/2015 \3				

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. CARLOS CINI MARCHIONATTI
Presidente do Tribunal

DANIELA OTÍLIA FOLTZ
Diretora-Geral

FRANCISCO ALEXANDRE B. KAUSCH
Gestor Financeiro

HERBERT DIAS MIRANDA
Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 354, DE 23 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, nos termos do artigo 54, inc. III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o contido no Procedimento Administrativo SEI nº 0000007-03.2018.6.22.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2018 (0292753) contendo, o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal - em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. PAULO KIYOCHI MORI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

GF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.592.635,87	4.684.109,72	4.656.782,25	4.588.763,81	4.878.078,33	4.827.617,84	7.434.833,54	6.736.110,35	6.241.917,27	4.649.334,72	4.884.777,18	4.718.599,96	62.893.560,84	534.792,08
Pessoal Ativo	4.063.659,86	4.240.985,21	4.213.657,74	4.148.566,92	4.381.383,64	4.313.749,58	6.674.281,45	6.238.451,67	5.494.502,24	4.131.038,29	4.362.082,97	4.193.166,44	56.455.526,01	534.792,08
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.536.305,32	3.694.083,03	3.673.848,92	3.611.417,82	3.831.114,29	3.761.096,04	5.535.887,33	5.639.877,40	4.938.659,59	3.571.146,38	3.794.923,76	3.637.213,87	49.225.573,75	523.792,08
Obrigações Patronais	527.354,54	546.902,18	539.808,82	537.149,10	550.269,35	552.653,54	5.535.887,34	598.574,27	555.842,65	559.891,91	567.159,21	555.952,57	7.229.952,26	11.000,00
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	5.535.887,35	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	528.976,01	443.124,51	443.124,51	440.196,89	496.694,69	513.868,26	5.535.887,36	497.658,68	747.415,03	518.296,43	522.694,21	525.433,52	6.438.034,83	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	479.153,52	392.087,29	392.087,29	389.159,67	389.159,67	399.161,92	5.535.887,37	415.560,99	624.268,48	435.572,42	440.283,37	443.022,68	5.428.449,31	-
Pensões	49.822,49	51.037,22	51.037,22	51.037,22	107.535,02	114.706,34	5.535.887,38	82.097,69	123.146,55	82.724,01	82.410,84	82.410,84	1.009.585,52	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	5.535.887,39	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	5.535.887,40	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	529.464,68	443.124,51	443.124,51	427.089,01	-	-	5.535.887,41	508.026,05	747.415,03	518.296,43	522.694,21	525.433,52	4.692.929,26	20.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	5.535.887,42	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	5.535.887,43	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	488,67	-	-	-	-	-	5.535.887,44	508.026,05	-	-	-	-	536.776,03	20.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	528.976,01	443.124,51	443.124,51	427.089,01	-	-	5.535.887,45	-	747.415,03	518.296,43	522.694,21	525.433,52	4.156.153,23	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.063.171,19	4.240.985,21	4.213.657,74	4.161.674,80	4.878.078,33	4.827.617,84	5.535.887,46	6.228.084,30	5.494.502,24	4.131.038,29	4.362.082,97	4.193.166,44	58.200.631,58	514.792,08

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	58.715.423,66	0,007896
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	92.797.846,26	0,012479
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	88.157.953,94	0,011855
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	83.518.061,63	0,011231

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 21/mai/2018, às 15h e 10min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17 de maio de 2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

					R$ 1,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)					63.428.352,92
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)					4.712.929,26
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)					58.715.423,66
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)[1]					743.632.071.921,18
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100					0,007896 %
LIMITES MÁXIMOS				% DA RCL	VALOR
	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,012515%	93.065.553,80
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,012502%	92.968.881,63
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,012479%	92.797.846,26
	"Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015\3			-	-

Notas:
1.Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54 de 18/01/2018.
2. Demonstrativo apresentado nos termos do item 9.4 do Acórdão 553/2017 TCU- Plenário.

REJANE ASSIS LIMA DA FONSECA
Coordenadora de Controle Interno

FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO
Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

LIA MARIA ARAÚJO LOPES
Diretora Geral

Des.PAULO KIYOCHI MORI
Presidente do Tribunal
Em exercício

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DESPACHO DE 22 DE MAIO DE 2018

PA. nº 1954/2018

Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil - Estudos e Pesquisas na Administração Pública - INP - LTDA, CNPJ nº. 10.498.974/0001-09, no valor de R$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais), com fulcro no art. 25, II c/c art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93, referente à contratação do evento 5º Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos, a ser realizado no período de 11 a 15 de junho de 2018, carga horária 34 horas-aula, em Foz do Iguaçu/PR, e autorizo a participação dos servidores BONIFÁCIO TSUNETAME HIGA JUNIOR, CARLOS EDUARDO ARMOA CANHETE, HELENA HIKARI TOMINAGA e WAGNER PRATES KOBAYASHI, lotados na Diretoria Geral.

Des. JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA
Presidente do Tribunal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TG 49, DE 18 DE MAIO DE 2018

Aprova a NBC TG 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), elaborada de acordo com a sua equivalente internacional IAS 26 do Iasb:

NBC TG 49 - CONTABILIZAÇÃO E RELATÓRIO CONTÁBIL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

Alcance

1.Esta norma deve ser aplicada nas demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria para os quais sejam elaboradas essas demonstrações contábeis.

2.Os planos de benefícios de aposentadoria algumas vezes são referidos por vários outros nomes, tais como "planos de benefício previdenciário", "planos de pensão", "planos de aposentadoria" ou "planos de benefício de aposentadoria". Esta norma considera um plano de benefícios de aposentadoria como a entidade que reporta separada dos empregadores/instituidores dos participantes no plano. Todas as outras normas emitidas pelo CFC devem ser aplicadas às demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria na medida em que não forem substituídos por esta norma.

3.Esta norma dispõe sobre a contabilização e a apresentação de informações pelo plano a todos os participantes como um grupo, mas não trata de informações aos participantes individuais sobre seus direitos ao benefício de aposentadoria.

4.A NBC TG 33 - Benefícios a Empregados dispõe sobre a determinação do custo de benefícios de aposentadoria nas demonstrações contábeis de empregadores que possuem planos. Portanto, esta norma complementa a NBC TG 33.

5. Os planos de benefícios de aposentadoria podem ser planos de contribuição definida ou planos de benefício definido. Muitos exigem a criação de fundos separados, que podem, ou não, ter identidade jurídica separada e podem, ou não, ter depositários (trustees), aos quais as contribuições são feitas e a partir dos quais os benefícios de aposentadoria são pagos. Esta norma deve ser aplicada independentemente de esse fundo ser criado e independentemente da existência de depositários (trustees).

5A. Os planos podem também ser de "contribuição variável", que é a combinação entre planos com características de contribuição definida e de benefício definido.

6.Os planos de benefícios de aposentadoria com ativos investidos em companhias seguradoras estão sujeitos aos mesmos requisitos contábeis e de custeio que os acordos de investimentos privados. Consequentemente, eles estão dentro do alcance desta norma, exceto se o contrato com a companhia seguradora estiver em nome de participante específico ou grupo de participantes e a

obrigação do benefício de aposentadoria estiver, exclusivamente, sob a responsabilidade da companhia seguradora.

7.Esta norma não dispõe sobre outras formas de benefícios trabalhistas, tais como indenizações por rescisão de contrato de trabalho, acordos de remuneração diferida, benefícios de licença de longo prazo, aposentadoria especial antecipada ou plano de redundância, planos de assistência médica e bem-estar e planos de bônus. Os acordos governamentais do tipo "previdenciário" estão excluídos do alcance desta norma.

Definições

8.Os seguintes termos são usados nesta norma com os significados especificados:

Plano de benefício de aposentadoria é o acordo pelo qual a entidade oferece benefícios a seus empregados por ocasião do término do período de serviço ou após esse término (seja na forma de renda anual ou por valor global), quando esses benefícios, ou as contribuições feitas a eles, podem ser determinados ou estimados antes da aposentadoria, a partir das disposições de documentos ou das práticas da entidade.

Plano de contribuição definida é o plano de benefícios de aposentadoria no qual os valores a serem pagos a título de benefícios de aposentadoria são determinados por contribuições a um fundo, acrescidas dos respectivos ganhos de investimentos. Esse tipo de plano, normalmente, tem como característica que cada participante tem suas reservas formadas por suas contribuições, da patrocinadora e correspondentes rendimentos auferidos.

Plano de benefício definido é o plano de benefícios de aposentadoria no qual os valores a serem pagos a título de benefícios de aposentadoria são determinados de acordo com uma fórmula geralmente baseada nos rendimentos e/ou nos anos de serviço dos empregados.

Plano de Contribuição Variável é o plano de benefícios que possui características de contribuição definida na fase de acumulação de recursos e de benefício definido na fase de pagamento de benefícios.

Custeio é a transferência de ativos para a entidade (fundo), separada da entidade do empregador, para satisfazer a obrigações futuras de pagamento de benefícios de aposentadoria.

Para as finalidades desta norma, também são usados os termos a seguir:

Participantes são os membros de um plano de benefícios de aposentadoria e outros que tenham direito a benefícios em virtude de um plano.

Ativo líquido disponível para benefício é o ativo do plano menos os passivos, exceto o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos.

Valor presente atuarial do benefício de aposentadoria prometido é o valor presente dos pagamentos previstos do plano de benefícios de aposentadoria para atuais e ex-empregados, atribuíveis a serviço já prestado.

Benefício adquirido é o benefício cujos direitos, de acordo com as condições do plano de benefícios de aposentadoria, não dependem da permanência no emprego.

9.Alguns planos de benefícios de aposentadoria possuem patrocinadores diferentes dos empregadores(*). Esta norma também deve ser aplicada às demonstrações contábeis desses planos.

(*) No Brasil, é regulamentada a possibilidade de patrocinador instituidor que não seja o empregador.

10.A maioria dos planos de benefícios de aposentadoria é baseada em contratos formais. Alguns planos são informais, mas adquirem um nível de obrigação como resultado das práticas estabelecidas pelos empregadores. Embora alguns planos permitam que os empregadores limitem suas obrigações previstas nos planos, é normalmente difícil para o empregador cancelar o plano, se os empregados tiverem de ser retidos. A mesma base contábil e de apresentação de informações deve ser aplicada tanto ao plano informal quanto ao plano formal.

11.Muitos planos de benefícios de aposentadoria estabelecem fundos separados, nos quais são feitas as contribuições e a partir dos quais são pagos os benefícios. Esses fundos podem ser administrados por partes que ajam independentemente no gerenciamento de ativos do fundo. Essas partes são denominadas "depositários" (trustees) em alguns países. O termo depositário (trustee) é usado nesta norma para descrever essas partes, independentemente de o depositário ter sido constituído.

12.Os planos de benefícios de aposentadoria são normalmente descritos como planos de contribuição definida ou planos de benefício definido, cada um tendo as suas próprias características distintas. Ocasionalmente, existem planos que contêm características de ambos (ver item 5A). Esses planos híbridos são considerados como planos de benefício definido para as finalidades desta norma.

Plano de contribuição definida

13.As demonstrações contábeis do plano de contribuição definida devem conter a demonstração dos ativos líquidos disponíveis para pagamento de benefícios e a descrição da política de custeio.

14.No plano de contribuição definida, o valor dos benefícios futuros do participante deve ser determinado pelas contribuições pagas pelo empregador, pelo participante, ou ambos, e pela eficiência operacional e rendimentos de investimentos do plano. A obrigação do empregador é geralmente cumprida à medida que realiza as contribuições ao plano. A recomendação/ avaliação do atuário não é normalmente necessária, embora essa recomendação/avaliação seja utilizada algumas vezes para estimar os benefícios futuros, que podem ser obtidos com base nas contribuições presentes e nos níveis variáveis de contribuições futuras e rendimentos de investimento.

14A. Em casos específicos, permitidos pela regulamentação, o patrocinador do plano de benefícios pode não ser o empregador (ver item 9) e, eventualmente, também pode fazer aportes para os participantes.

15.Os participantes estão interessados nas atividades do plano, pois elas afetam diretamente o nível de seus benefícios futuros. Os participantes estão interessados em saber se as contribuições foram recebidas e se o controle adequado foi exercido para proteger os direitos dos beneficiários. O empregador/patrocinador está interessado na operação eficiente e justa do plano.

16.O objetivo da apresentação de informações por plano de contribuição definida é fornecer, periodicamente, informações sobre o plano e o desempenho de seus investimentos. Esse objetivo é geralmente obtido pelo fornecimento de demonstrações contábeis, incluindo o seguinte:

(a) descrição das atividades significativas do período e o efeito de quaisquer mudanças relativas ao plano e sua associação e termos e condições;

(b) demonstrações que informem sobre as transações e desempenho do investimento para o período e a posição financeira do plano no final do período; e

(c) descrição das políticas de investimento.

Plano de benefício definido

17.As demonstrações contábeis do plano de benefício definido devem conter:

(a) demonstração que mostre:

(i) os ativos líquidos disponíveis para benefícios;

(ii)o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos, separados entre os benefícios concedidos (adquiridos) e os benefícios a conceder (não adquiridos); e

(iii) o superávit ou déficit resultante; ou

(b) demonstração dos ativos líquidos disponíveis para benefícios, incluindo:

(i) nota divulgando o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos, separados entre os benefícios concedidos (adquiridos) e os benefícios a conceder (não adquiridos); ou

(ii) referência a essas informações em relatório atuarial anexo.

Se a avaliação atuarial não tiver sido elaborada na data das demonstrações contábeis, a avaliação mais recente deve ser utilizada como base e a data da avaliação deve ser divulgada.

18.Para as finalidades do item 17, o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos deve ser baseado nos benefícios prometidos sob os termos do plano, em relação ao serviço prestado até a data, utilizando os níveis atuais de salário ou os níveis projetados de salário, com a divulgação da base utilizada. O efeito de quaisquer mudanças nas premissas atuariais que tiveram efeito significativo no valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos também deve ser divulgado.

19.As demonstrações contábeis devem explicar o relacionamento entre o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos e os ativos líquidos disponíveis para benefícios e a política para o custeio dos benefícios prometidos.

20.No plano de benefício definido, o pagamento de benefícios de aposentadoria prometidos depende da posição financeira do plano e da capacidade dos contribuintes de fazer contribuições futuras ao plano, bem como o desempenho do investimento e a eficiência operacional do plano.

21.O plano de benefício definido precisa da recomendação/avaliação periódica de atuário para analisar a condição financeira do plano, revisar as premissas e recomendar níveis de contribuição futura.

22.O objetivo da apresentação de informações por plano de benefício definido é fornecer, periodicamente, informações sobre os recursos financeiros e as atividades do plano que sejam úteis na avaliação dos relacionamentos entre o acúmulo de recursos e os benefícios do plano ao longo do tempo. Esse objetivo é geralmente obtido pelo fornecimento de demonstrações contábeis, incluindo o seguinte:

(a) descrição das atividades significativas do período e o efeito de quaisquer mudanças relativas ao plano e sua associação e termos e condições;

(b) demonstrações que informem sobre as transações e a performance do investimento para o período e a posição financeira do plano no final do período;

(c) informações atuariais como parte das demonstrações ou por meio de relatório separado; e

(d) descrição das políticas de investimento.

Valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos

23.O valor presente dos pagamentos previstos pelo plano de benefícios de aposentadoria pode ser calculado e informado, utilizando-se os níveis atuais de salário ou os níveis projetados de salário até a aposentadoria dos participantes.

24.Os motivos, fornecidos para adotar a abordagem do salário atual, incluem:

(a) o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos, que é a soma dos valores atualmente atribuíveis a cada participante no plano, pode ser calculado de forma mais objetiva do que os níveis projetados de salário, pois envolve menos premissas;

(b) os aumentos nos benefícios atribuíveis ao aumento de salário constituem uma obrigação do plano na ocasião do aumento de salário; e

(c) a quantia do valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos, que utiliza os níveis atuais de salário, está, de modo geral, relacionada, de forma mais próxima, ao valor devido no caso de rescisão ou interrupção do plano.

25.Os motivos, fornecidos para adotar a abordagem de salário projetado, incluem:

(a) as informações financeiras elaboradas com base na continuidade operacional, independentemente das premissas e estimativas que devem ser feitas;

(b) em planos de pagamento definitivo, os benefícios determinados por referência a salários na data de aposentadoria ou próximo a ela. Portanto, os salários, os níveis de contribuição e as taxas de retorno devem ser projetados; e

(c) a falha em incorporar projeções de salário, quando a maior parte do custeio for baseada nas projeções de salário, que pode resultar na apresentação de informações de aparente excesso de custeio quando o plano não estiver com esse excesso, ou na informação de custeio adequado, quando o plano estiver subcusteado.

26.O valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos com base nos salários atuais deve ser divulgado nas demonstrações contábeis do plano para indicar a obrigação dos benefícios obtidos até a data das demonstrações contábeis. O valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos, baseado em salários projetados, deve ser divulgado para indicar a magnitude da obrigação potencial na base da continuidade operacional, que é geralmente a base para custeio. Além de divulgar o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos, pode ser necessário dar explicações adicionais, de modo a indicar claramente o contexto em que deve ser considerado o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos. Essa explicação pode ser na forma de informação sobre a adequação do custeio futuro planejado e da política de custeio, com base nas projeções de salário. Isso pode ser incluído nas demonstrações contábeis ou no relatório do atuário.

Frequência de avaliação atuarial

27.Em muitos países, as avaliações atuariais não são obtidas com frequência maior do que três anos. Se a avaliação atuarial não tiver sido elaborada na data das demonstrações contábeis, a avaliação mais recente deve ser utilizada como base e a data da avaliação deve ser divulgada.

Conteúdo das demonstrações contábeis

28.Para os planos de benefício definido, as informações devem ser apresentadas em um dos seguintes formatos, que refletem diferentes práticas na divulgação e na apresentação de informações atuariais:

(a) uma demonstração deve ser incluída nas demonstrações contábeis, mostrando os ativos líquidos disponíveis para benefícios, o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos e o superávit ou déficit resultante. As demonstrações contábeis do plano também devem conter demonstrações das mudanças nos ativos líquidos disponíveis para benefícios e mudanças no valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos. As demonstrações contábeis podem ser acompanhadas de relatório separado do atuário que comprove o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos;

(b) demonstrações contábeis que incluam a demonstração dos ativos líquidos disponíveis para benefícios e a demonstração das mudanças nos ativos líquidos disponíveis para benefícios. O valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos deve ser divulgado em nota explicativa das demonstrações. As demonstrações contábeis também podem ser acompanhadas do relatório do atuário que comprove o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos; e

(c) demonstrações contábeis que incluam a demonstração dos ativos líquidos disponíveis para benefícios e a demonstração das mudanças nos ativos líquidos disponíveis para benefícios com o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos contidos no relatório atuarial separado.

Em cada formato, o relatório dos depositários (trustees) com a natureza de relatório da administração ou dos diretores e o relatório de investimento podem acompanhar as demonstrações contábeis.

29.Aqueles a favor dos formatos descritos no item 28(a) e (b) acreditam que a quantificação dos benefícios de aposentadoria prometidos e outras informações fornecidas nessas abordagens ajudam os usuários a avaliarem o status atual do plano e a probabilidade de cumprimento das obrigações do plano. Eles também acreditam que as demonstrações contábeis devem ser completas por si, e não confiam em demonstrações anexas. Contudo, alguns acreditam que o formato descrito no item 28(a) poderia dar a impressão de que existe passivo, enquanto que o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos não possui, em sua opinião, todas as características de passivo.

30.Aqueles a favor do formato descrito no item 28(c) entendem que o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos não deve ser incluído na demonstração de ativos líquidos disponíveis para benefícios, como no formato descrito no item 28(a), nem ser divulgado em nota explicativa como no item 28(b), pois ele deve ser comparado diretamente com os ativos do plano e essa comparação pode não ser válida. Eles sustentam que os atuários não comparam, necessariamente, o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos com os valores de mercado de investimentos, mas podem, em vez disso, avaliar o valor presente dos fluxos de caixa esperados dos investimentos. Portanto, aqueles a favor desse formato acreditam que essa comparação provavelmente não refletirá a avaliação geral do atuário do plano e que isso pode ser mal compreendido. Do mesmo modo, alguns acreditam que, independentemente de serem quantificadas, as informações sobre os benefícios de aposentadoria prometidos devem estar contidas, exclusivamente, no relatório

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

atuarial separado, no qual possa ser fornecida uma explicação adequada.

31.Esta norma aceita os pontos de vista favoráveis à permissão da divulgação das informações relativas aos benefícios de aposentadoria prometidos em relatório atuarial separado. No entanto, esta norma rejeita argumentos contra a quantificação do valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos. Consequentemente, os formatos descritos no item 28(a) e (b) são considerados aceitáveis de acordo com esta norma, da mesma forma que o formato descrito no item 28(c), desde que as demonstrações contábeis contenham referência e sejam acompanhadas do relatório atuarial, que inclua o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos.

Todos os planos

Avaliação dos ativos do plano

32.Os investimentos do plano de benefícios de aposentadoria devem ser reconhecidos ao valor justo. No caso de valores mobiliários negociáveis, o valor justo é o valor de mercado. Quando não for possível uma estimativa do valor justo dos investimentos mantidos pelo plano, deve ser feita a divulgação sobre o motivo pelo qual o valor justo não pode ser utilizado.

33.No caso de valores mobiliários negociáveis, o valor justo é geralmente o valor de mercado, pois é considerada a mensuração mais útil dos valores mobiliários na data do relatório e do desempenho do investimento do período. Esses valores mobiliários que possuem valor de resgate fixo e que foram adquiridos para compatibilizar as obrigações do plano, ou suas partes específicas, podem ser lançados pelos valores baseados no seu último valor de resgate, assumindo taxa constante de retorno até o vencimento. Quando os investimentos mantidos pelos planos não tiverem estimativa possível do valor justo, como, por exemplo, a propriedade total da entidade, deve ser feita a divulgação sobre o motivo pelo qual o valor justo não pode ser utilizado. Nos casos em que os investimentos forem lançados por valores diferentes do valor de mercado ou valor justo, o valor justo deve ser também divulgado de modo geral. Os ativos, utilizados nas operações do fundo, devem ser contabilizados de acordo com as normas aplicáveis.

Divulgação

34.As demonstrações contábeis do plano de benefícios de aposentadoria, seja de benefício definido ou de contribuição definida, também devem conter como requisito mínimo as seguintes informações:

(a) demonstração das mudanças nos ativos líquidos disponíveis para benefícios;

(b) resumo das políticas contábeis significativas; e

(c) descrição do plano e do efeito de quaisquer mudanças no plano durante o período.

35.As demonstrações contábeis, fornecidas por planos de benefícios de aposentadoria, devem incluir as seguintes informações, quando aplicável:

(a) demonstração dos ativos líquidos disponíveis para benefícios, divulgando:

(i) ativos no final do período classificados adequadamente;

(ii)base de avaliação dos ativos;

(iii) detalhes de qualquer investimento único que exceda a 5% dos ativos líquidos disponíveis para benefícios ou a 5% de qualquer classe ou tipo de garantia;

(iv) detalhes de qualquer investimento no empregador; e

(v) passivos que não correspondam ao valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos;

(b) demonstração das mudanças nos ativos líquidos disponíveis para benefícios, divulgando:

(i) contribuições do empregador;

(ii) contribuições dos empregados;

(iii) renda do investimento, como, por exemplo, juros e dividendos;

(iv) outras receitas;

(v) benefícios pagos ou a pagar (analisados, por exemplo, como benefícios de aposentadoria, morte e invalidez e pagamentos totais);

(vi) despesas administrativas;

(vii) outras despesas;

(viii) tributos sobre o lucro;

(ix) ganhos e perdas na alienação de investimentos e mudanças no valor de investimentos; e

(x)transferências de/para outros planos;

(c) descrição da política de custeio;

(d)para planos de benefício definido, o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos (que permita distinguir entre benefícios adquiridos e benefícios não adquiridos), com base nos benefícios prometidos nos termos do plano, em relação ao serviço prestado até a data, e utilizando os níveis atuais de salário ou os níveis projetados de salário. Essas informações podem ser incluídas no relatório atuarial anexo, a ser lido em conjunto com as respectivas demonstrações contábeis; e

(e) para planos de benefício definido, a descrição das premissas atuariais significativas feitas e o método utilizado para calcular o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria prometidos.

36.O relatório do plano de benefícios de aposentadoria deve conter a descrição do plano, seja como parte das demonstrações contábeis ou em relatório separado. Ele pode conter o seguinte:

(a)os nomes dos empregadores (ou patrocinadores quando não forem os mesmos) e do grupo de empregados cobertos;

(b) o número de participantes assistidos (que recebe benefícios) e o número de outros participantes, classificados conforme apropriado;

(c)o tipo do plano - contribuição definida ou benefício definido;

(d) uma nota explicativa em relação à contribuição dos participantes ao plano;

(e) a descrição dos benefícios de aposentadoria prometidos aos participantes;

(f) a descrição de quaisquer termos de rescisão do plano; e

(g) mudanças ocorridas nas alíneas (a) a (f) durante o período coberto pelo relatório.

Não é incomum o relatório do plano de benefícios de aposentadoria referir-se a outros documentos que estejam facilmente disponíveis aos usuários e nos quais o plano é descrito, e incluir somente as informações sobre mudanças subsequentes.

Vigência

Esta norma entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 53, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a Proposta Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2018 e dá outras providências

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO, usando da atribuição que lhe confere o inciso VIII do artigo 7º da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta orçamentária do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região para o exercício financeiro de 2018, que estima a receita em R$ 35.242.409,84 (trinta e cinco milhões duzentos e quarenta e dois mil quatrocentos e nove reais e oitenta e quatro centavos) e fixa a sua despesa em igual importância, conforme a Lei nº 4320/1964.

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação das receitas correntes, observando os seguintes desdobramentos

6.2.1 Execução da Receita 35.242.409,84

6.2.1.1 Receita a Realizar 35.242.409,84

6.2.1.1.1 Receitas Correntes 35.242.409,84

6.2.1.1.1.02 Contribuições 27.479.179,61

6.2.1.1.1.02.01.01 Anuidades 27.479.179,61

6.2.1.1.1.05 Receita de Serviços 1.532.562,80

6.2.1.1.1.05.01 Emolumentos com Inscrições 668.754,46

6.2.1.1.1.05.02 Emolumentos com Expedições de Carteiras 660.839,87

6.2.1.1.1.05.04 Emolumentos com Expedições de Certificados 186.521,47

6.2.1.1.1.05.06 Emolumentos com Apostilamentos 16.447,00

6.2.1.1.1.06 Financeiras 2.048.329,55

6.2.1.1.1.06.02 Juros de Mora 1.872.544,20

6.2.1.1.1.06.05.01 Atualização Monetária 158.953,33

6.2.1.1.1.06.05.04 Multas sobre Anuidades 144.188,24

6.2.1.1.1.06.05.07 Remuneração de Dep. Banc. E Aplicações Financeiras 1.538.602,74

6.2.1.1.1.08 Outras Receitas Correntes 541.007,95

6.2.1.1.1.08.01 Dívida Ativa 456.837,95

6.2.1.1.1.08.02 Multas de Infrações 3.000,00

6.2.1.1.1.08.04 Receitas não Identificadas 81.170,00

TOTAL DA RECEITA 35.242.409,84

Art. 3º A despesa será realizada em observância do seguinte desdobramento:

6.2.2 Execução da Despesa 35.242.409,84

6.2.2.1.1 Crédito Disponível da Despesa 35.242.409,84

6.2.2.1.1.01 Crédito Disponível da Despesa Corrente 34.481.918,84

6.2.2.1.1.01.01 Pessoal e Encargos Sociais 15.297.280,29

6.2.2.1.1.01.01.01 Remuneração Pessoal 11.951.161,63

6.2.2.1.1.01.01.02 Encargos Patronais 3.346.118,66

6.2.2.1.1.01.04 Outras Despesas Correntes 19.184.638,55

6.2.2.1.1.01.04.01 Benefícios a Pessoal 2.285.745,25

6.2.2.1.1.01.04.02 Benefícios Assistenciais 214.379,74

6.2.2.1.1.01.04.03 Uso de Bens e Serviços 3.422.636,56

6.2.2.1.1.01.04.03.001 Material de Consumo 999.007,99

6.2.2.1.1.01.04.03.004 Serviços Terceiros - Pessoas Físicas 23.760,00

6.2.2.1.1.01.04.03.006 Diárias/Auxílios Representações e Jetons 2.282.094,00

6.2.2.1.1.01.04.03.008 Hospedagens e Alimentação 40.000,00

6.2.2.1.1.01.04.03.009 Despesa com Locomoção 77.774,57

6.2.2.1.1.01.04.04 Serviços Terceiros - Pessoas Jurídicas 5.229.742,98

6.2.2.1.1.01.04.05 Tributárias e Contributivas 6.860.418,39

6.2.2.1.1.01.04.05.001 Tributos 119.656,97

6.2.2.1.1.01.04.05.002 Contribuições 6.740.761,42

6.2.2.1.1.01.04.06 Demais Despesas Correntes 286.793,78

6.2.2.1.1.01.04.07 Serviços Bancários 884.921,85

6.2.2.1.1.02 Crédito Disponível da Despesa de Capital 760.491,00

6.2.2.1.1.02.01 Investimentos 760.491,00

6.2.2.1.1.02.01.01 Equipamentos e Materiais Permanentes 760.491,00

TOTAL DA DESPESA 35.242.409,84

Art. 4º Fica o Presidente autorizado a abrir durante o exercício financeiro de 2018, créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total do orçamento fixado.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA LEITE
Presidente do Conselho

EDUARDO FILONI
Diretor-Secretário

ACÓRDÃO Nº 67, DE 5 DE ABRI DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 19/2017
EMENTA: MENSAGENS OFENSIVAS AO CONSELHO E SEUS REPRESENTANTES. REDE SOCIAL. INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E DEONTOLOGIA DA FISIOTERAPIA. ART. 35. REINCIDÊNCIA. PENALIDADE DE REPREENSÃO. M. V.
Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 19/2017, em que é representado o profissional fisioterapeuta E. L. G., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por maioria de votos, pela penalidade de repreensão, visto a infração do artigo 35, da Resolução COFFITO nº 424/13. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros, o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiani Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA MODERNO
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 68, DE 5 DE ABRIL DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINARNº: 73/2017
EMENTA: PARÂMETROS ASSISTENCIAIS. RESPONSABILIDADE TÉCNICA. INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE ÉTICA E DEONTOLOGIA DA FISIOTERAPIA. ARTS. 5º, 6º E 7º. PENALIDADE DE REPREENSÃO. M.V.
Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 73/2017, em que são representados os profissionais fisioterapeutas M. Y. Y. e B. M. B., adotado o voto do Conselheiro Efetivo, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por maioria de votos, pela penalidade de repreensão, visto a infração aos artigos 5º, 6º caput e parágrafo único e 7º da Resolução COFFITO nº 424/13, considerando ainda a primariedade dos profissionais. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Efetivo, Dr. Adriano Conrado Rodrigues".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros, o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiani Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

ADRIANO CONRADO RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

ACÓRDÃO Nº 69, DE 5 DE ABRIL DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINARNº: 120/2017
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. SUSPENSÃO DO FEITO EM RAZÃO DO PARCELAMENTO. PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO EM CASO DE NÃO PAGAMENTO DE PARCELAS FUTURAS. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 120/2017, em que é representada a profissional terapeuta ocupacional C. C., e adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do feito em razão do parcelamento dos débitos realizado pelarepresentada, e posterior extinção caso haja quitação, que deverá ser informadapela profissional interessada mediante petição instruída com certidão da quitação. Na eventualidade de não pagamento de qualquer parcela, voltará a ter andamento o presente feito.Fica designado para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Tatiani Marques".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros, o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiane Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

TATIANI MARQUES
Conselheira Relatora

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 70, DE 5 DE ABRIL DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 130/2017
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ATÉ A QUITAÇÃO OU ADESÃO A PARCELAMENTO. PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO EM CASO DE NÃO PAGAMENTO DE PARCELAS FUTURAS. V.U.
Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 130/2017, em que é representada a profissional fisioterapeuta F. D. A., e adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do exercício profissional até o pagamento integral ou parcelamento do débito em aberto com confissão de dívida, em caso de quebra do acordo celebrado a penalidade voltará a vigorar imediatamente, ficando impossível celebração de novo acordo conforme previsto na Resolução COFFITO 388/11. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheira Relatora, Dra. Tatiani Marques".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros, o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiani Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

TATIANI MARQUES
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 71, DE 5 DE ABRIL DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 157/2017
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. PRESCRIÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO. ABSOLVIÇÃO. V.U.
Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 157/2017, em que é representado o profissional fisioterapeuta L. E. S., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pelo reconhecimento da prescrição do débito da anuidade de 2004, extinção do feito e absolvição do profissional. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Eduardo Filoni".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros, o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiani Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

EDUARDO FILONI
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 72, DE 5 DE ABRIL DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 175/2017
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. SUSPENSÃO DO FEITO EM RAZÃO DO PARCELAMENTO. PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO EM CASO DE NÃO PAGAMENTO DE PARCELAS FUTURAS. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 175/2017, em que é representada a profissional fisioterapeuta V. A. S., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do feito em razão do parcelamento dos débitos realizado pela representada, e posterior extinção caso haja quitação, que deverá ser informada pela profissional interessada mediante petição instruída com certidão da quitação. Na eventualidade de não pagamento de qualquer parcela, voltará a ter andamento o presente feito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Adriano Conrado Rodrigues".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros, o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiane Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

ADRIANO CONRADO RODRIGUES
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 73, DE 5 DE ABRIL DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINARNº: 181/2017
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ATÉ A QUITAÇÃO OU ADESÃO A PARCELAMENTO. PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO EM CASO DE NÃO CUMPRIMENTO DE ACORDO CELEBRADO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 181/2017, em que érepresentado o profissional fisioterapeuta J. A. A., e adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do exercício profissional até o pagamento integral ou parcelamento do débito em aberto com confissão de dívida, em caso de quebra do acordo celebrado a penalidade voltará a vigorar imediatamente, ficando impossível celebração de novo acordo conforme previsto na Resolução nº COFFITO 388/11.Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Tatiani Marques".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros, o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. NeilsonSpigolonGiella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiani Marques e Dra. Susilene Maria TonelliNardi.

TATIANI MARQUES
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 79, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 49/2017
EMENTA: CONDUTA DA REPRESENTADA. INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E DEONTOLOGIA DA FISIOTERAPIA. PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA. M.V.
Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 49/2017, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. S. R. G. S.,e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por maioria de votos, pela infração do artigo 21 do Código de Ética da Fisioterapia e pela penalidade de advertência à representada. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Elias Ferreira Porto".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros,o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiane Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

ELIAS FERREIRA PORTO
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 80, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 95/2017
EMENTA: INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E DEONTOLOGIA DA FISIOTERAPIA. ART 25 INCISO V. PENALIDADE DE REPREENSÃO E MULTA. M.V.
Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 95/2017, em que é representado a profissional fisioterapeuta Dra. L. A. P. de C., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por maioria de votos, pela penalidade de repreensão e multa de 1 (uma) anuidade vigente, visto que foi infringindo o art. 25, inciso V da Resolução COFFITO 424/13. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Elias Ferreira Porto".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros, o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiane Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

ELIAS FERREIRA PORTO
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 81, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 96/2017
EMENTA: CONDUTA DA REPRESENTADA. POSSÍVEL INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E DEONTOLOGIA DA FISIOTERAPIA NÃO CONFIGURADA. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. ABSOLVIÇÃO. M.V.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 96/2017, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. C. de M. S.,e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por maioria de votos, pela improcedência da representação e consequente absolvição da representada. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Eduardo Filoni ".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros, o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiane Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

EDUARDO FILONI
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 82, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 103/2017
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. EXTINÇÃO ANUIDADES. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ATÉ A QUITAÇÃO OU ADESÃO A PARCELAMENTO. PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO EM CASO DE NÃO CUMPRIMENTO DE ACORDO CELEBRADO. V.U.
Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 103/2017, em que é representado o profissional fisioterapeuta Dr. L. C. N., e adotado o voto da Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela extinção das anuidades de 2003 a 2005 conforme determinado em Juízo, e suspensão do exercício profissional até o pagamento integral ou parcelamento do débito em aberto com confissão de dívida, em caso de quebra do acordo celebrado a penalidade voltará a vigorar imediatamente, ficando impossível celebração de novo acordo conforme previsto na Resolução COFFITO 388/11.Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Elias Ferreira Porto".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros,o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiane Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

ELIAS FERREIRA PORTO
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 83, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 109/2016
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. EXTINÇÃO DO FEITO EM RAZÃO DA QUITAÇÃO. ARQUIVAMENTO. V.U.
Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 109/2016, em que é representada a profissional fisioterapeuta V. B., e adotado o voto da Conselheira Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela extinção do feito e posterior arquivamento, eis que houve quitação dos débitos objeto do processo. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Elias Ferreira Porto".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros,o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiane Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

ELIAS FERREIRA PORTO
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 84, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 119/2017
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. PRESCRIÇÃO E EXTINÇÃO. RETORNO DO FEITO APÓS DILIGÊNCIA. V.U.
Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 119/2015, em que é representada a profissional terapeuta Dra. K. R. da S., e adotado o voto do Conselheira Efetivo, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela prescrição dos débitos de 2006 e 2007, extinção das anuidades de 2008 a 2011 em obediência a sentença, inclusão da anuidade de 2012 na dívida em aberto junto com os anos subsequentes. Determinando que, após o devido cálculo dos débitos, retorne o presente feito a este Plenário. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Efetivo, Dra. Adriano Conrado Rodrigues".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros,o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiane Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

ADRIANO CONRADO RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

ACÓRDÃO Nº 85, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 142/2017
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ATÉ A QUITAÇÃO OU ADESÃO A PARCELAMENTO. PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO EM CASO DE NÃO CUMPRIMENTO DE ACORDO CELEBRADO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 142/2017, em que é representado o profissional fisioterapeuta Dr. D. C. de A., e adotado o voto do Conselheiro Efetivo, que passa a fazer parte do presente:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do exercício profissional até o pagamento integral ou parcelamento do débito em aberto com confissão de dívida, em caso de quebra do acordo celebrado a penalidade voltará a vigorar imediatamente, ficando impossível celebração de novo acordo conforme previsto na Resolução COFFITO nº 388/11. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Efetivo, Dr. Adriano Conrado Rodrigues".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros, o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiane Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

ADRIANO CONRADO RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

ACÓRDÃO Nº 86, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 153/2017
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. EXTINÇÃO DO FEITO EM RAZÃO DA QUITAÇÃO. ARQUIVAMENTO. V.U.
Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 153/2017, em que é representada a profissional fisioterapeuta M. de L. L., e adotado o voto da Conselheira Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela extinção do feito e posterior arquivamento, eis que houve quitação dos débitos objeto do processo. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Elias Ferreira Porto".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros, o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiane Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

ELIAS FERREIRA PORTO
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 87, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 184/2017
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ATÉ A QUITAÇÃO OU ADESÃO A PARCELAMENTO. PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO EM CASO DE NÃO CUMPRIMENTO DE ACORDO CELEBRADO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 184/2017, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. C. A. R., e adotado o voto do Conselheiro Efetivo, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do exercício profissional até o pagamento integral ou parcelamento do débito em aberto com confissão de dívida, em caso de quebra do acordo celebrado a penalidade voltará a vigorar imediatamente, ficando impossível celebração de novo acordo conforme previsto na Resolução COFFITO 388/11. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Efetivo, Dr. Adriano Conrado Rodrigues".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros, o Presidente Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Tatiane Marques e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

ADRIANO CONRADO RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

CONSELHO PLENO

ACÓRDÃO

CONSULTA N. 49.0000.2016.006210-6/COP. Origem: Processo originário. Órgão Especial do Conselho Federal da OAB. Consulta n. 49.0000.2016.006210-6/OEP. Assunto: Consulta. Restituição de autos. Aplicação de multa. Art. 234, §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil. Consulente: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul-Gestão 2016/2018 - Ricardo Ferreira Breier. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). EMENTA N. 13/2018/COP. CONSULTA. RETENÇÃO DE AUTOS. VIOLAÇÃO DISCIPLINAR. INADIMISSÍVEL APLICAÇÃO DE MULTAS EM DUAS OPORTUNIDADES. ART. 234, §§ 2º E 3º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NA ESFERA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA. I. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, fincado em precedentes de Tribunais Superiores, entende que a infração ético-disciplinar de retenção simples de autos, tipificada nos §§ 2º e 3º do art. 234 do Código de Processo Civil, só pode ser aplicada pela própria OAB no âmbito de seu procedimento ético-disciplinar, sendo vedado ao magistrado administrá-la diante da ausência de qualquer poder correcional da magistratura em relação à advocacia. Todavia, compete ao magistrado ou à respectiva autoridade competente, no exercício do seu poder correcional em relação ao processo, decretar a perda do direito de vista fora do cartório. II. Tanto o § 2º quanto o § 3º do art. 234 do Código de Processo Civil fazem referência a um único tipo e uma única pena de multa, a ser aplicada, se for o caso, pela Ordem dos Advogados do Brasil, no âmbito de seu processo ético-disciplinar. III. Considerado a hodierna coexistência de dois possíveis tipos mutuamente exclusivos relativos à retenção de autos, e não sendo possível predeterminar qual dos dois é aplicável ao caso concreto sem antes proceder à instrução do feito, tomando a Ordem conhecimento de retenção de autos por advogado, deve instaurar procedimento para apurar, desde logo, a possível prática de ambos os tipos (§ 2º do art. 234 do Código de Processo Civil ou EAOAB, art. 34, XXII). Apurada a ocorrência de retenção simples, a única pena aplicável é a de multa de meio salário mínimo; apurada a ocorrência de retenção em sua modalidade abusiva (que, aliás, pode vir a se configurar como tal durante o curso do procedimento ético-disciplinar), aplicam-se tão somente as penas estatuídas no EAOAB para o respectivo tipo. IV. A multa tipificada nos §§ 2º e 3º do art. 234 do Código de Processo Civil é, para todos os fins, pena ético-disciplinar aplicada pela OAB e, portanto, seu recolhimento e destinação não se distinguem de qualquer modo do recolhimento e destinação das multas previstas no EAOAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 22 de maio de 2018. Claudio Lamachia, Presidente. Leon Deniz Bueno da Cruz, Relator. PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2017.008506-1/COP. Origem: Conselheiro Federal Josemar Carmerino dos Santos (MT). Memorando n. 006/2017-CEDPD. Assunto: Gravações audiovisuais em audiências na Justiça do Trabalho. Resguardo do princípio de idoneidade do julgamento. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). EMENTA N. 14/2018/COP. Complemento da Ementa n. 04/2018/COP. Inserção de degravações das audiências gravadas com recursos audiovisuais na Justiça do Trabalho. Maior transparência e exatidão. Proposição acolhida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 22 de maio de 2018. Claudio Lamachia, Presidente. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Relator. PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2018.004640-0/COP. Origem: Presidência do Conselho Federal da OAB. Memorando n. 065/2018-GPR. Assunto: Lei n. 13.467/2017. Reforma Trabalhista. Art. 840, §§ 1º e 3º, da CLT. Exigência da liquidez dos pedidos quando da formulação das ações trabalhistas. Constitucionalidade. Relator: Conselheiro Federal Severino de Sousa Oliveira (DF). EMENTA N. 15/2018/COP. Lei n. 13.467/2017. Reforma Trabalhista. Art. 840, §§ 1º e 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Exigência da liquidez dos pedidos quando da formulação de ações trabalhistas. Acesso à justiça. Devido processo legal. Celeridade processual. Inconstitucionalidade. Ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade. Supremo Tribunal Federal. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 22 de maio de 2018. Claudio Lamachia, Presidente. Severino de Sousa Oliveira, Relator.

Brasília, 23 de maio de 2018.
CLAUDIO LAMACHIA
Presidente

1ª CÂMARA

ACÓRDÃO

RECURSO N. 49.0000.2016.011948-1/PCA. Recte: José Carlos Gomes dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Sérgio Eduardo da Costa Freire (RN). Ementa n. 041/2018/PCA. PEDIDO DE INSCRIÇÃO. ESTÁGIO JUNTO AO ÓRGÃO JUDICIÁRIO. INCOMPATIBILIDADE QUE DEVE SER AFERIDA NO CASO CONCRETO. RECURSO PROVIDO. I - O exercício de estágio junto ao Poder Judiciário não induz, por si só, a incompatibilidade para o exercício da advocacia, devendo ser apuradas, no caso concreto, as reais funções desempenhadas; II - Comprovada a boa-fé. Pedido licenciamento - Recurso conhecido e provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto divergente do Conselheiro Federal Marcelo Lavocat Galvão (DF). Impedida de votar a Representante da OAB/Paraná. Brasília, 13 de março de 2017. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Marcelo Lavocat Galvão, Relator p/acórdão. EMBARGOS N. 49.0000.2017.001468-4/PCA. Embte: E.A.L.J. (Adv.: Marcel Dimitrow Gracia Pereira OAB/PR 27001). Recte: E.A.L.J. (Adv.: Marcel Dimitrow Gracia Pereira OAB/PR 27001). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheira Federal Sandra Krieger Gonçalves (SC). Ementa n. 042/2018/PCA. Embargos. Pedido de inscrição. Modulação dos efeitos. Parâmetros temporais. Lei da Ficha Limpa. Inaplicabilidade. Ingresso na advocacia devem ser analisados a cada pretensa aquisição do direito. Dever da OAB em zelar pela probidade, ética e responsabilidade constitucional do advogado. Embargos rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 8º, § 3º da Lei n. 8.906/94, por unanimidade, em rejeitar os Embargos, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 11 de dezembro de 2017. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Sandra Krieger Gonçalves Relatora. RECURSO N. 49.0000.2017.009304-1/PCA. Recte: Jaime Jeronimo dos Santos OAB/MS 4333. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). Relator p/acórdão: Carlos José Santos da Silva (SP). Ementa n. 043/2018/PCA. Recurso. Pedido de prorrogação de licenciamento. Pedido justificado nos termos do art. 12 da Lei 8.906/94. Recurso provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral da OAB, por maioria, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do divergente do Conselheiro Federal Carlos José Santos da Silva (SP). Brasília, 11 de dezembro de 2017. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Carlos José Santos da Silva, Relator p/acórdão. EMBARGOS N. 49.0000.2017.002615-0/PCA. Embte: Genis Francisco Delfino OAB/GO 38560. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). Ementa n. 044/2018/PCA. Embargos opostos à decisão unânime da Primeira Câmara do CFOAB que confirmou decisão da Seccional, com declaração incidental da perda de requisito para inscrição no quadro da OAB, qual seja a falta de prova de conclusão do curso de bacharelado, mediante expedição do respectivo diploma pela entidade de ensino superior. Decisão que transitou em julgado desde 04.12.2017, conforme certificação nos autos. Petição de Embargos absolutamente intempestiva, protocolizada em 21.12.2017, alcançada pela preclusão máxima da coisa julgada, no âmbito do processo administrativo. Recurso inexistente. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos Embargos, nos termos do voto do Relator. Brasília, 16 de abril de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Fernando Santana Rocha, Relator. PEDIDO DE REVISÃO N. 49.0000.2017.006604-4/PCA. Reqte: Nestor Cândido Dias. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Nilson Antônio Araújo dos Santos (TO). Ementa n. 045/2018/PCA. Pedido de Revisão. Inadmissão por ausência de previsão legal. Manutenção do cancelamento da Inscrição Principal pela ilegalidade atestada e consolidada devidamente fundamentada em decisão proferida pelo Conselho Federal há mais de 20 (vinte) anos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao pedido, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Goiás. Brasília, 16 de abril de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Nilson Antônio Araújo dos Santos, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.006638-7/PCA. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/RJ - Felipe Santa Cruz (Gestão 2016/2018). Recda: Thais de Andrade Ribeiro. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Ricardo Bacelar Paiva (CE). Ementa n. 046/2018/PCA. Inscrição Originária. Recurso. Incompatibilidade com Cargo de Analista Fazendário Estadual. Precedentes do CFOAB. Incompatibilidade Constatada. Recurso Procedente. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 16 de abril de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Marcelo Lavocat Galvão, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2016.007307-4/PCA. Recte: Yasmin Lapolli Silveira de Souza OAB/SC 39287. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Alessandro de Jesus Uchôa de Brito (AP). Ementa n. 047/2018/PCA. ADMISSIBILIDADE DE RECURSO AO CONSELHO FEDERAL DA OAB. DECISÃO UNÂNIME DA SECCIONAL. NÃO CONTRARIEDADE A LEI OU A DECISÃO PROFERIDA PELO CONSELHO FEDERAL OU CONSELHO DE OUTRA SECCIONAL. NÃO CONHECIMENTO. De acordo com o art. 75 do EAOAB apenas nas hipóteses de contrariedade à lei, decisão do Conselho Federal ou Seccional, caberá recurso das punições disciplinares ao Conselho Federal, impostas por decisão unânime. No presente caso, não se verifica a ocorrência dos motivos excepcionais autorizadores da interposição de recurso contra decisão unânime. É tranquilo e claro que a decisão proferida pelo colegiado não afronta lei, decisão do Conselho Federal ou de outra Seccional. Motivo pelo qual o presente recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 16 de abril de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Alessandro de Jesus Uchôa de Brito, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.010845-6/PCA. Recte: Rodivair Moreira dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Catarina. Relatora: Conselheira Federal Adriana Rocha de Holanda Coutinho (PE). Ementa n. 048/2018/PCA. Hipótese de impedimento do art.30, inc. I do EAOAB. Vedada a advocacia contra a fazenda pública que remunera a carreira. Cargo de Tecnico da Defensoria do Estado. Impossibilidade de interpretação extensiva. Natureza das atribuições compatíveis com o exercício da advocacia privada. Incompatibilidade afastada. Recurso provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Impedida de votar a Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 16 de abril de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Marina Motta Benevides Gadelha, Relatora ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.011856-7/PCA. Recte: Odir da Silva Amado. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Alessandro de Jesus Uchôa de Brito (AP). Ementa n. 049/2018/PCA. ADMISSIBILIDADE DE RECURSO AO CONSELHO FEDERAL DA OAB. DECISÃO UNÂNIME DA SECCIONAL. NÃO CONTRARIEDADE A LEI OU A DECISÃO PROFERIDA PELO CONSELHO FEDERAL OU CONSELHO DE OUTRA SECCIONAL. NÃO CONHECIMENTO. De acordo com o art. 75 do EOAB apenas nas hipóteses de contrariedade à lei, decisão do Conselho Federal ou Seccional, caberá recurso das punições disciplinares ao Conselho Federal, impostas por decisão unânime. No presente caso, não se verifica a ocorrência dos motivos excepcionais autorizadores da interposição de recurso contra decisão unânime. É tranquilo e claro que a decisão proferida pelo colegiado não afronta lei, decisão do Conselho Federal ou de outra Seccional. Motivo pelo qual o presente recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 16 de abril de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Alessandro de Jesus Uchôa de Brito, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.012088-1/PCA. Recte: Felipe Santa Cruz - Presidente da OAB/RJ (Gestão 2016/2018). Recdo: Gleisson Gil dos Santos Silva OAB/RJ 169691. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relatora: Conselheira Federal Valentina Jungmann Cintra (GO). Ementa n. 050/2018/PCA. Guarda Patrimonial do Município de Macaé (Lei Complementar nº 161/2010). Cargo com função de proteção/vigilância/fiscalização/repreensão. Incompatibilidade prevista no art. 28, inc. V, da Lei nº 8.906/1994. Cancelamento de inscrição principal (art. 11, inc. IV, da Lei 8.906/1994). Provimento parcial do recurso, para determinar cancelamento após trânsito em julgado da decisão, quando deverá ser expedida notificação para devolução dos documentos de identidade profissional. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 16 de abril de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Valentina Jungmann Cintra, Relator. RECURSO N. 49.0000.2018.000871-1/PCA. Recte: Guilherme Filipe Pimentel Silva OAB/PE 31376. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Vinicius Jose Marques Gontijo (MG). Ementa n. 051/2018/PCA. Nos termos da Consulta n. 49.0000.2015.009404-4/OEP, respondida pelo Órgão Especial deste Conselho Federal, os servidores do DETRAN exercem poder de polícia e, diante disso, estão impedidos de exercer a advocacia nos termos do inciso V do art. 28 da Lei n. 8.906/1994. Desta forma, os Assistentes de Trânsito do DETRAN/PE são também impedidos de exercer a advocacia (art. 28, V do Estatuto da OAB c/c art. 144, § 10 da Constituição da República - EC n. 82/2014). Recurso conhecido, mas desprovido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral da OAB, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/Pernambuco. Brasília, 16 de abril de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Vinicius Jose Marques Gontijo, Relator. RECURSO N. 07.0000.2017.003686-8/PCA. Recte: Leandro Gomes Corrêa da Silva Lima. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Paulo Raimundo Lima Ralim (SE). Relator p/acórdão: Conselheiro Federal Vinícius Jose Marques Gontijo (MG). Ementa n. 052/2018/PCA. A sociedade de economia mista, que compõe a administração pública indireta, é uma sociedade anônima e, como tal, visa ao lucro, sob pena de dissolução. A ela não é dado o poder de polícia, na medida em que não se pode fazer desta atividade algo lucrativo. Portanto, não há que se falar na incompatibilidade do inciso V do art. 28 do EAOAB para seus empregados, aplicando-se-lhes, ao revés, o impedimento do inciso I do art. 30 do mesmo Diploma Legal. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto divergente, Conselheiro Federal Vinicius José Marques Gontijo (MG). Impedido de votar o Representante da OAB/Distrito Federal. Brasília, 21 de maio de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Vinicius José Marques Gontijo, Relator p/acórdão. RECURSO N. 49.0000.2018.003142-5/PCA. Recte: Ygor Nasser Salah Salmen OAB/PR 75151. Interessados: Denilson Soares de Almeida, Emiliano Antunes Motta Waltrick, Felipe Lamarão de Paula Soares, Wagner Veloso Hultmann, Henrique Bolzani. (Adv: Andressa de Carvalho OAB/PR 44724). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Luis Augusto de Miranda Guterres Filho (MA). Ementa n. 053/2018/PCA. RECURSO. PEDIDO DE DESAGRAVO PÚBLICO. MATÉRIA QUE SE RESTRINGE AO ÂMBITO PROCESSUAL. AUSENTE ATENTADO ÀS PRERROGATIVAS DA CLASSE DOS ADVOGADOS. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 21 de maio de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro. Presidente, Luis Augusto de Miranda Guterres Filho, Relator.

Brasília, 23 de maio de 2018.
FELIPE SARMENTO CORDEIRO
Presidente da Câmara

2ª CÂMARA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2014.000456-0/SCA. Recte: D.P.R. (Adv: Denise Pelichiero Rodrigues OAB/SP 114207 e Maria Teresa Baptista OAB/SP 140625). Recdos: C.R.B.S. e R.B.T. (Advs: Carlos Roberto Bittencourt Silva OAB/SP 163366 e Rodrigo Benedito Tarossi OAB/SP 208700). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). EMENTA N. 010/2018/SCA. Recurso. Art. 89-A, § 3º, do Regulamento Geral do EAOAB. Acórdão não unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Prescrição intercorrente. Inexistência. Ausência de paralisação do processo por mais de três anos. Efetiva movimentação. Publicidade imoderada. Veiculação de serviços profissionais na imprensa. Ausência de imoderação na publicidade veiculada. Oferta de serviços profissionais específicos, sem promessa de ganho de causa. Recurso provido, para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente. Flávia Brandão Maia Perez, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2016.003735-5/SCA. Recte: J.C.J. (Adv: João Cesar Junior OAB/SP 123869). Recda: Maria Aparecida Monteiro Novais. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Alves Maciel (TO). EMENTA N. 011/2018/SCA. Recurso. Art. 89-A, § 3º, do Regulamento Geral do EAOAB. Acórdão não unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara. Recurso voluntário, previsto no art. 140, parágrafo único, do RG/EAOAB. Aplicação do princípio da fungibilidade nos casos de oposição de embargos de declaração em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso. Precedente desta Segunda Câmara. Recurso voluntário que deve ser conhecido, se tempestivo, porquanto cabível, na forma regimental. Hipótese em que, mesmo havendo a ausência de impugnação dos fundamentos da decisão monocrática de indeferimento liminar do recurso anterior, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade do art. 75 do EAOAB, deve ser conhecido, e, no mérito, improvido. O não conhecimento do recurso previsto no art. 140, parágrafo único, do RG/EAOAB limita-se às hipóteses de intempestividade ou de ausência de apresentação dos originais da petição recursal. Locupletamento. Infração disciplinar configurada. Quitação posterior. Situação que não elide a infração disciplinar. Ausência de realização de audiência de instrução. Ausência de nulidade. Na redação do artigo 52, § 2º, do Código de Ética e Disciplina, não é fase obrigatória do rito processual a audiência de instrução, sendo designada somente nos casos em que reputada necessária, de modo que a ausência de realização de audiência, especialmente nos casos em que a solução da causa demanda apenas prova documental, não configura nulidade processual. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros Júnior, Presidente. Alexandre Mantovani, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.005793-0/SCA. Recte: E.P.M. (Advs: Eliezer Pereira Martins OAB/SP 168735 e outros). Recdo: J.B.M.J. (Adv: João Bosco Maciel Junior OAB/SP 174887). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). EMENTA N. 012/2018/SCA. Recurso. Art. 89-A, § 3º, do Regulamento Geral do EAOAB. Acórdão não unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara. Prescrição da pretensão punitiva. Recurso provido. 1) A interrupção do curso da prescrição da pretensão punitiva, ou prescrição quinquenal, nos termos do inciso I, do § 2º, do art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB, somente ocorrerá uma única vez, seja pela instauração do processo disciplinar, hipótese em que o processo é instaurado de ofício, ou pela notificação inicial válida, feita ao advogado, na forma do art. 137-D do Regulamento Geral, para apresentar defesa prévia ou qualquer outra manifestação nos autos, sendo considerado como marco interruptivo apenas aquele que verificar primeiro. Precedentes. 2) Assim, decorrendo lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre uma daquelas causas de interrupção do curso da prescrição, vale dizer, ou a notificação válida ou a instauração do processo disciplinar, e a primeira decisão condenatória recorrível proferida por órgão julgador da OAB, ou mesmo tramitando o processo disciplinar a partir de então, por lapso temporal superior a 05 (cinco) anos, sem a prolação de decisão de natureza condenatória, restará fulminada a pretensão punitiva pela prescrição quinquenal. 3) Recurso provido, para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente. Alexandre César Dantas Soccorro, Relator.

Brasília, 22 de maio de 2018.
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Presidente da Câmara

DESPACHO

PEDIDO DE REVISÃO N. 49.0000.2018.003294-2/SCA. Reqte: D.V.M. (Adv: Elisangela Teixeira Gomes OAB/SP 221964). Reqda: Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). DESPACHO: "O advogado D.V.M. formaliza Pedido de Revisão do Processo Disciplinar n.º 02R000662/2011, arrimado no artigo 73, § 5º, da Lei n.º 8.906/94. Em sua inicial, preliminarmente, requer a concessão de medida liminar, sob o fundamento de que restará demonstrada a ocorrência de periculum in mora e fumus boni iuris, porquanto sofre as consequências da condenação disciplinar por erro de julgamento, tanto em relação ao mérito, quanto em relação à aplicação da sanção disciplinar inadequada, visto que jamais fora punido anteriormente, com o trânsito em julgado, fazendo jus à medida liminar para suspender a exigibilidade do cumprimento da pena de suspensão por 30 (trinta) dias imposta. Em suma, é o que importa relatar quanto ao pedido de medida liminar para suspensão da execução da punição administrativa. DECIDO. Quanto à possiblidade de concessão de provimento cautelar - ou medida liminar - no âmbito dos processos administrativos regidos pela legislação de regência, o artigo 71, § 4º, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, dispõe que, em caso de inevitável perigo de demora da decisão, pode ser concedido provimento cautelar, com recurso de ofício para o órgão colegiado, para apreciação, preferencialmente, na sessão posterior. Pelas alegações trazidas pelo advogado, e pelos documentos que instruem a inicial, efetivamente, não há razões para o deferimento de qualquer medida liminar visando ao atendimento de alguma tutela de urgência. É que um dos fundamentos da revisão é que o advogado seria primário, fazendo jus à sanção disciplinar de censura. Entretanto, do que se verifica dos autos, restou condenado por violação ao artigo 34, inciso XX, da Lei n. 8.906/94, com suspensão do exercício profissional pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, sanção essa que se coaduna com o artigo 37, inciso I, do mesmo diploma legal, vale dizer, a violação ao inciso XX do artigo 34 da Lei n. 8.906/94, independentemente de primariedade, impõe seja sancionado o advogado com suspensão do exercício profissional. Quanto à alegação de que haveria erro de julgamento quanto ao mérito da condenação disciplinar, o advogado não demonstrou o requisito do fumus boni iuris, ao contrário, a concessão de liminar, nos termos propostos, resultaria somente a antecipação do julgamento do mérito do pedido de revisão, o que não se admite na estreita via das tutelas de urgência. Nesse ponto, em sem demérito às alegações constantes da peça revisional, é certo que os mesmos argumentos trazidos em sua defesa, aparentemente, são os mesmos que restaram analisados por este Conselho Federal da OAB, bastando, para tanto, confrontar as teses revisionais com as teses recursais, relatadas às fls. 227, o que indica, em um primeiro momento, a ausência de qualquer tese nova ou documento novo, superveniente ao julgamento do recurso, a demonstrar erro de julgamento ou condenação baseada em falsa prova, o que se analisará com maior profundidade por ocasião do julgamento do pedido de revisão. Ante o exposto, indefiro o pedido de medida liminar formulado, consistente na sustação dos efeitos da condenação, por não verificar periculum in mora e fumus boni iuris, e nem inevitável perigo de demora da decisão a ser proferida quando do julgamento do pedido de revisão.

Brasília, de 21 de maio de 2018
JOÃO PAULO TAVARES BASTOS GAMA
Relator

1ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2017.011207-8/SCA-PTU. Rectes: F.M.B. e M.M.B.P. (Advs: Fernanda de Melo Brito OAB/MG 107102 e Melissa de Melo Brito Prado OAB/MG 85592). Recda: Leda Euripa Caetano. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). EMENTA N. 071/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas. Infrações disciplinares devidamente comprovadas. Termo de desistência da representação. Irrelevância para o prosseguimento do processo disciplinar. Ausência de prestação de contas pormenorizada.

Manutenção da prorrogação da suspensão. 1) Advogadas que se apropriam de parte dos valores recebidos em nome do cliente, em ação de cobrança de DPVAT, e os retêm indevidamente, sem a devida prestação de contas. 2) O pedido de desistência da representação não afasta a sanção disciplinar e tampouco a prorrogação da sanção, principalmente quando vem desacompanhado do comprovante de pagamento, efetivo, dos valores devidos. 3) Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto divergente do Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). Brasília, 16 de abril de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício. Alexandre Mantovani, Relator para o acórdão. RECURSO N. 07.0000.2014.000525-4/SCA-PTU. Recte: N.A.O. (Adv: Natanael Antonio de Oliveira OAB/DF 9800, Wolmer Antonio de Oliveira OAB/GO 20046 e outros). Recda: Heloísa Helena Vieira Madrilis. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto de Siqueira Castro (RJ). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). EMENTA N. 072/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Retenção abusiva de autos. Demonstração de prejuízo à parte. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto divergente do Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício e Relator para o acórdão. RECURSO N. 49.0000.2017.004985-3/SCA-PTU. Recte: C.S.S. (Advs: Rafael Oliveira de Carvalho OAB/PR 43516 e outro). Recdos: Despacho de fls. 330 do Presidente da PTU/SCA e L.S.M. (Adv: Karynele Valerye Karas OAB/PR 63546). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Setti Aguiar (AC). EMENTA N. 073/2018/SCA-PTU. Recurso. Artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Decisão monocrática que indefere o recurso ao Conselho Federal da OAB, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94. Decisão recorrida que tem por fundamento a mera pretensão ao reexame do conjunto fático-probatório dos autos, bem como a mera reprodução de teses devidamente analisadas pelo Conselho Seccional, sem a devida impugnação, em nítido desprestígio ao princípio da dialeticidade. Mera reprodução das teses do recurso ao Conselho Federal. Ausência de impugnação específica, por sua vez, dos fundamentos adotados pela decisão monocrática recorrida. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício. Elton Sadi Fülber, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.005833-5/SCA-PTU. Recte: C.F.F.C. (Advs: Ferdinand Georges de Borba d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800 e Cyll Farney Fernandes Carelli OAB/SP 179432). Recdos: Despacho de fls. 328 do Presidente da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). EMENTA N. 074/2018/SCA-PTU. Recurso. Artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Decisão monocrática que indefere o recurso ao Conselho Federal da OAB, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94. Decisão recorrida que tem por fundamento a mera pretensão ao reexame do conjunto fático-probatório dos autos, bem como a mera reprodução de teses devidamente analisadas pelo Conselho Seccional, sem a devida impugnação, em nítido desprestígio ao princípio da dialeticidade. Ausência de demonstração de divergência entre o acórdão recorrido e precedente de outro órgão julgador. Mera indicação de divergência de julgado que não supera os óbices de admissibilidade. Necessidade de demonstração da divergência entre os julgados. Inovação de tese recursal. Conduta incompatível com a advocacia. Infração disciplinar que demanda, para sua configuração, em regra, a habitualidade na prática infracional, nada impedindo, contudo, a depender da gravidade do caso concreto, que possa ser analisada pela prática de um só ato, desde que seja de intensa gravidade, e que o ato praticado venha a ser prejudicial na dignidade da advocacia. Matéria pacificada pelo Pleno da Segunda Câmara. Impossibilidade de análise se a conduta do advogado se amoldaria ou não ao tipo infracional, por demandar apenas reexame de questões fáticas e de prova. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício. Alexandre Mantovani, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.005856-0/SCA-PTU. Recte: V.E.V.L. (Adv: Vera Elisete Vera Livero OAB/SP 139009). Recdos: Despacho de fls. 815 do Presidente da PTU/SCA, P.A.B.D.C., C.A.A. e J.C.N. Reptes. legais: M.I.R.L.D. e J.C.N. (Advs: Acácio Fernando José OAB/SP 314267 e José Cretella Neto OAB/SP 139472). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). EMENTA N. 075/2018/SCA-PTU. Recurso voluntário. Decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso ao Conselho Federal. Artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Ausência de impugnação dos fundamentos da decisão recorrida. Pretensão apenas ao reexame de questões probatórias, em sede recurso ao Conselho Federal. Impossibilidade. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício. Juliano José Breda, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.010505-1/SCA-PTU. Recte: M.V.S. (Adv: Maíra Batista Martins OAB/MG 129766). Recda: Sabrina Labes Coutinho. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Setti Aguiar (AC). EMENTA N. 076/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Decadência do direito de representação. Inexistência. Ausência de transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre a ciência dos fatos pela parte interessada e a formalização de representação perante a OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Inocorrência. Ausência do transcurso de lapso temporal superior a cinco anos, capaz de configurar a prescrição da pretensão punitiva, e ausência de paralização do processo por mais de três anos, pendente de despacho ou decisão. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício. Elton Sadi Fülber, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.011960-3/SCA-PTU. Recte: T.C.M.S. (Advs: Evandro Rômulo Degrazia OAB/RS 29956 e outra). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). EMENTA N. 077/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição. Inocorrência. Ausência de transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos, entre os marcos interruptivos da prescrição quinquenal, e ausência de paralização do feito por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento. Quorum de instalação da sessão de julgamento. Matéria regulada pelo Regimento Interno da Seccional à época do ato. Princípio tempus regit actum. Pretensão à incidência de norma posterior. Impossibilidade. Lide simulada. Prejuízo causado aos interesses do cliente. Conduta tipificada no art. 34, IX, do EAOAB. Recurso parcialmente provido, para alterar a capitulação dos fatos, cominando à advogada censura. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício e Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.012096-2/SCA-PTU. Recte: D.S. (Adv: Deborah Sztajnberg OAB/RJ 86824). Recdo: R.M.P.P. (Adv: Renato Marchena do Prado Pacca OAB/RJ 79733). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). EMENTA N. 078/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Cerceamento de defesa. Designação de audiência de instrução. Desnecessidade. Prova documental suficiente. Revogação dos poderes outorgados ao advogado/representante. Perda do objeto da representação. Inexistência. 1) Mérito. Infração pelo Conselho Seccional dos limites devolvidos pelo recurso. Condenação por fatos não debatidos pelo TED e que não foram objeto de recurso. Indevida reclassificação da conduta. 2) Provimento do recurso. Absolvição da representada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício. Juliano José Breda, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.012102-6/SCA-PTU. Recte: C.P.C.C. (Adv: Consuelo Pereira do Carmo Caetano OAB/SP 262348). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). EMENTA N. 079/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Advogada punida com suspensão do exercício profissional, por infração aos incisos XX, XXV e XXVII, do artigo 34, do EAOAB. Recurso parcialmente provido, para afastar a tipificação do art. 34, inciso XXVII, da Lei nº 8.906/94, mantendo, contudo, a condenação disciplinar por violação aos incisos XX e XXV, do mesmo dispositivo legal. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício. Elton Sadi Fülber, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.012108-3/SCA-PTU. Recte: R.S.A. e V.D.M.F. (Advs: Ricardo da Silva Alves OAB/SP 147316 e Vitor Daniel Miranda Falsetta OAB/SP 147148). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). EMENTA N. 080/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Conhecimento parcial. Decadência. Inocorrência. Reiteração. Prescrição. Alegação afastada. Inteligência do art. 43 do EAOAB e Súmula 01/2011-COP. Mérito. Reanálise provas. Impossibilidade. 1) Não se configura a prescrição da pretensão punitiva quando identificados os marcos interruptivos previstos no art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB. 2) Mérito recursal não analisado, em razão da nítida pretensão ao reexame de fatos e provas por esta instância extraordinária, circunstância não admitida pelo artigo 75 da Lei n. 8.906/94. 3) Recurso parcialmente conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso e nessa parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício. Elton Sadi Fülber, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.012168-5/SCA-PTU. Recte: W.M.E. (Adv: Emma Roberta Palú Bueno OAB/PR 70382, Guilherme de Salles Gonçalves OAB/PR 21989, Kamille Ziliotto Ferreira OAB/PR 79545, Tailaine Cristina Costa OAB/PR 66146 e outra). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 081/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Pedido de revisão não conhecido pelo Conselho Seccional, por maioria, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade. Alegação de deficiência nas notificações. Inexistência. Atendimento ao disposto no art. 137-D do Regulamento Geral. Notificações enviadas aos endereços cadastrados no Conselho Seccional. Obrigação do advogado manter sempre atualizado seu cadastro, sob pena de presumir-se recebida a notificação enviada ao endereço constante do cadastro. Publicação de edital, face à inércia do advogado em apresentar sua defesa prévia. Exaurimento das possibilidades de notificação por parte da OAB. Nomeação de defensor dativo. Desnecessidade de notificação do advogado após a decretação da revelia e constituição de defensor dativo, passando a ser notificado o advogado por meio de seu defensor nomeado. Precedentes. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício. Elton Sadi Fülber, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.012180-4/SCA-PTU. Recte: A.J. (Advs: Adriano Jamusse OAB/PR 26472 e Ferdinand Georges de Borba d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 082/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Intempestividade do recurso ao Conselho Seccional. Preclusão. Impossibilidade de superação da intempestividade e conhecimento do presente recurso, visto que a tempestividade é matéria de ordem pública, não dispondo o julgador de discricionariedade para afastá-la e conhecer do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício. Elton Sadi Fulber, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.012251-9/SCA-PTU. Recte: J.C.L. (Advs: Juliano Castelhano Lemos OAB/PR 50531 e outro). Recdas: D.S. e V.L.S. (Falecida). (Adv: Regina Aparecida de Bárbara da Silva OAB/PR 20710). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). EMENTA N. 083/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre a notificação inicial válida e a primeira decisão condenatória recorrível, proferida pelo Tribunal de Ética e Disciplina. Recurso provido para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício. Alexandre Mantovani, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.012361-0/SCA-PTU. Rectes: C.A.D.R. e P.R.G. (Advs: César Augusto Durães Ribeiro OAB/PR 76593 e Neudi Fernandes OAB/PR 25051). Recdos: C.A.D.R. e P.R.G. (Advs: César Augusto Durães Ribeiro OAB/PR 76593 e Neudi Fernandes OAB/PR 25051). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE). EMENTA N. 084/2018/SCA-PTU. Recursos ao Conselho Federal da OAB interpostos pelo representante e pelo representado. Prejudicadas as alegações do representante, em razão do reconhecimento de nulidades processuais. Ausência de notificação do representado para apresentação de razões finais. Nulidade absoluta reconhecida, de ofício. Anulação dos atos processuais desde a instrução processual. Ausência de notificação válida do representado para a sessão de julgamento do Conselho Seccional. Notificação frustrada. Ausência de publicação de edital. Cerceamento de defesa. Art. 137-D, § 2º, do Regulamento Geral do EAOAB. Nulidade. Acolhimento. Provimento parcial do recurso do representado. Acórdão: Vistos, relatados e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso do representado, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 21 de maio 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício. Francilene Gomes de Brito, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2018.000202-0/SCA-PTU. Recte: D.M.A.P. (Adv: Debora Marny de Aguiar Parente OAB/CE 11463). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Ceará. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). EMENTA N. 085/2018/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição da pretensão punitiva. Transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre a notificação inicial válida e a primeira decisão condenatória recorrível, proferida pelo Tribunal de Ética e Disciplina. Recurso provido para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/Ceará. Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Junior, Presidente em exercício. Elton Sadi Fülber, Relator ad hoc.

Brasília, 22 de maio de 2018.
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO
Presidente da Turma

DESPACHOS

RECURSO N. 49.0000.2017.006633-8/SCA-PTU-ED. Embte: I.A.C. (Adv: Ivan Afonso do Carmo OAB/RJ 79797). Embdo: Despacho de fls. 275 do Presidente da PTU/SCA. Rectes: I.A.C. e T.R.E.O. (Advs: Ivan Afonso do Carmo OAB/RJ 79797 e Ademir Silva Peixoto OAB/RJ 112066). Recdos: I.A.C. e T.R.E.O. (Advs: Ivan Afonso do Carmo OAB/RJ 79797 e Ademir Silva Peixoto OAB/RJ 112066). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 286/293 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 272/275. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. De Maceió para Brasília, 18 de maio de 2018. Everaldo Bezerra Patriota, Relator". RECURSO N. 49.0000.2017.010414-8/SCA-PTU-ED. Embte: A.R.M. (Adv: Alan Roberto Monteiro OAB/SP 193554). Embdo: Despacho de fls. 111 do Presidente da PTU/SCA. Recte: A.R.M. (Adv: Alan Roberto Monteiro OAB/SP 193554). Recdo: Celso Inácio Carneiro. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 130/144 e 151/165 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 108/111. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. De Maceió para Brasília, 18 de maio de 2018. Everaldo Bezerra Patriota, Relator". RECURSO N. 49.0000.2017.012177-2/SCA-PTU. Recte: O.A.M. (Adv: Orlando Amaral Miras OAB/PR 22316). Recda: Nailce Maria Rodrigues. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pelo advogado O.A.M., em face de acórdão unânime da 1ª Turma da Câmara de Disciplina do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso por ele interposto e, de ofício, reduziu o prazo de suspensão do exercício profissional para 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n.º 8.906/94, afastando, ainda, a prorrogação da sanção, em razão do ressarcimento dos valores devidos. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso interposto e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre Mantovani, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012216-0/SCA-PTU. Recte: M.A.R.C. (Adv: Marco Aurélio dos Reis Corrêa OAB/MG 56093). Recdo: S.T.S.P.E.M.G. Repte. legal: G.A.H.C. (Advs: Tiago José Salomon Hallak OAB/MG 115402 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado M.A.R.C., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais (fls. 74/76), que deu provimento ao recurso interposto pela parte Representante, para reformar a decisão de arquivamento da representação e declarar instaurado o processo disciplinar, por vislumbrar, em tese, a prática de violação a preceito ético. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso interposto e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre Mantovani, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012220-0/SCA-PTU. Recte: A.C.C.P. (Adv: Gustavo Rafael Torres da Silva OAB/MG 118476). Recda: Maria José Romão Jardim. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relatora: Conselheira Federal Gabriela Novis Neves Pereira Lima (MT). Redistribuído: Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pelo advogado A.C.C.P., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, que deu parcial provimento ao recurso por ele interposto, para aplicar a sanção de censura, convertida em advertência, sem registro nos seus assentamentos, por violação ao artigo 34, inciso IX da Lei n. 8.906/94 (fls. 70/72). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso interposto e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. Francilene Gomes de Brito, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2018.000035-1/SCA-PTU. Recte: C.R.S. (Adv: Célio Rodrigues dos Santos OAB/MG 22462). Recda: Mary Terezinha Amaral de Figueiredo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pelo advogado C.R.S., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional, pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, inciso XXV da Lei n.º 8.906/94 (fls. 254/256). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso interposto e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. Wanderley Cesário Rosa, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2018.000038-6/SCA-PTU. Recte: J.V.B. (Adv: Josiane Vasconcelos Barbosa OAB/MG 110595). Recda: M.M.T. (Advs: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). DESPACHO: "A advogada J.V.B. interpõe recurso em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, que negou provimento ao recurso por ela interposto, para manter a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional, pelo prazo de 12 (doze) meses e multa de 10 (dez) anuidades, por violação ao artigo 34, inciso XXV, da Lei n. 8.906/94, com recomendação de instauração de processo de declaração de inidoneidade moral, nos termos do artigo 34, inciso XXVII, da Lei n. 8.906/94 (fls. 2.455/2.457). (...). Ante o exposto, nego seguimento ao recurso interposto e proponho seu indeferimento liminar ao ilustre Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB, face à intempestividade. Brasília, 21 de maio de 2018. Elton Sadi Fülber, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2018.000216-8/SCA-PTU. Recte: D.A.M. (Adv: Célio Celli de Oliveira Lima OAB/RJ 83515). Recda: C.C.M.F. (Advs: Lorestim Pereira Cardoso Bisneto OAB/RJ 157131 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Júnior (PB). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pelo advogado D.A.M., em face de acórdão unânime do Órgão Especial do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que deu parcial provimento ao recurso por ele interposto, para aplicar a sanção de censura convertida em advertência, em ofício reservado, sem registro em seus assentamentos, bem como excluir a multa cominada, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, do Estatuto da Advocacia e da OAB, face à primariedade. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso interposto e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. Delosmar Domingos de Mendonça Júnior, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Júnior (PB), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2018.000566-8/SCA-PTU. Recte: L.M.S.N. (Adv: Lourival de Melo Santos Neto OAB/SP 176914). Recda: Maria Agostinha da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pelo advogado L.M.S.N., em face de acórdão unânime da Sexta Câmara Recursal do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que deu parcial provimento ao recurso por ele interposto, para afastar as infrações previstas nos incisos XX e XXI, do artigo 34, da Lei n. 8.906/94, bem como a sanção de suspensão do exercício profissional, e aplicar-lhe a penalidade de censura, por violação ao inciso IX, do artigo 34, do mesmo diploma legal (fls. 145 e 150). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indefiro liminarmente o recurso interposto, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente e Relator". RECURSO N. 49.0000.2018.000575-5/SCA-PTU. Recte: C.M.S. (Adv: Paulo Gonçalez OAB/SP 48267). Recdo: L.B. (Falecido). (Advs: Leandro Bizetto OAB/SP 255850 e Maisa Hespanholetto OAB/SP 270646). Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, I.V.B.M., I.L.B.V., I.I.B.G. e L.A.B. (Advs: Leandro Bizetto OAB/SP 255850 e Maisa Hespanholetto OAB/SP 270646). Relator: Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado C.M.S., em face de acórdão unânime da Quarta Câmara Recursal do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 06 (seis) meses, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94, prorrogáveis até a satisfação integral da dívida (fls. 273/276). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Wanderley Cesário Rosa, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente".

Brasília, 22 de maio de 2018.
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO
Presidente da Turma

2ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2017.002542-0/SCA-STU-ED. Embte: A.M. (Adv: Ferdinand Georges de Borba d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800). Embdo: Acórdão de fls. 369/371. Recte: A.M. (Advs: Adilson Magosso OAB/SP 69473 e outro). Recda: T.A.A.F. (Advs: Luiz Miguel Antônio OAB/SP 101567 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Júnior (SE). EMENTA N. 082/2018/SCA-STU. Embargos de declaração. Prescrição da pretensão punitiva. Marcos interruptivos. Art. 43, § 2º, da Lei n. 8.906/94. Embargos acolhidos, com efeitos infringentes. 1) A interrupção do curso da prescrição da pretensão punitiva, ou prescrição quinquenal, nos termos do inciso I, do § 2º, do art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB, somente ocorrerá uma única vez, seja pela instauração do processo disciplinar, hipótese em que o processo é instaurado de ofício, ou pela notificação inicial válida, feita ao advogado, na forma do art. 137-D do Regulamento Geral, para apresentar defesa prévia ou qualquer outra manifestação nos autos, sendo considerado como marco interruptivo apenas aquele que verificar primeiro. Via de regra, cabe ao exegeta interpretar de maneira diversa à literalidade da lei, apenas, quando sua interpretação literal agride frontalmente sua mens legis. Em outras hipóteses, seria criação legislativa, sabidamente fora do quadrante da competência deste Conselho Federal da OAB. Precedentes. 2) Assim, decorrendo lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre uma daquelas causas de interrupção do curso da prescrição, vale dizer, ou a notificação válida ou a instauração do processo disciplinar, e a primeira decisão condenatória recorrível proferida por órgão julgador da OAB, ou mesmo tramitando o processo disciplinar a partir de então, por lapso temporal superior a 05 (cinco) anos, sem a prolação de decisão de natureza condenatória, restará fulminada a pretensão punitiva pela prescrição quinquenal. 3) Recurso provido, para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em acolher os embargos de declaração, atribuindo-lhes efeitos infringentes, nos termos do voto divergente do Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Júnior (SE). Brasília, 16 de abril de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. Arnaldo de Aguiar Machado Júnior, Relator para o acórdão. RECURSO N. 49.0000.2017.011256-4/SCA-STU. Rectes: S.H.A.A., R.H. e M.M.H. Reptes. legais: R.H. e M.M.H. (Advs: Roberto Reis da Silva OAB/RS 57598, Roosevelt Hanoff OAB/RS 17569 e outra). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Daniel Fábio Jacob Nogueira (AM). EMENTA N. 083/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Recurso interposto ao Órgão Especial do Conselho Seccional não conhecido, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ausência de impugnação dos fundamentos ali adotados. Violação ao princípio da dialeticidade, segundo o qual à parte recorrente incumbe apontar quais fundamentos da decisão recorrida estariam em desacordo com as normas de regência ou teriam divergido de outros julgados da OAB, não se admitindo recursos que sejam mera reprodução de recursos anteriores. Conhecimento parcial do recurso, quanto à dosimetria, matéria de ordem pública. Majoração da reprimenda em razão da reincidência e da gravidade dos fatos. Dosimetria que atendeu aos critérios de individualização. Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Brasília, 16 de abril de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. Daniel Fábio Jacob Nogueira, Relator. RECURSO N. 49.0000.2016.008635-0/SCA-STU-ED. Embte: S.R.S. (Adv: Sandra Regina Schiavinato OAB/SP 95609). Embdo: Acórdão de fls. 1.259/1.262 e 1.266/1.267. Recte: S.R.S. (Adv: Sandra Regina Schiavinato OAB/SP 95609). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). EMENTA N. 084/2018/SCA-STU. Embargos de declaração. Ausência de indicação dos vícios que autorizem os embargos de declaração, quais sejam, ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material no acórdão embargado, de acordo com a norma subsidiária do art. 619 e seguintes, do CPP. Recurso que não ultrapassa o juízo de admissibilidade. Pretensão ao rejulgamento da matéria pelo mesmo órgão prolator da decisão embargada. Circunstância que não se adéqua à natureza dos embargos de declaração, dado ao seu caráter integrativo, e não substitutivo. Embargos de declaração não conhecidos, face à ausência de seus pressupostos de admissibilidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2017.004482-2/SCA-STU. Recte: A.P.A. (Advs: Régia Cristina Albino Silva OAB/MG 60898 e Thiago Albino Zafalon OAB/MG 137665). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). EMENTA N. 085/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Pedido de reabilitação. Procedência. Embargos de declaração opostos por Presidente de Turma de Tribunal de Ética e Disciplina. Ilegitimidade. Membro integrante de órgão julgador da OAB não detém legitimidade para recorrer das decisões proferidas pelas instâncias da OAB. Embargos de declaração que não poderiam ser conhecidos, e muito menos acolhidos com efeitos infringentes. Por outro lado, de qualquer sorte, os embargos seriam intempestivos, visto que opostos após o trânsito em julgado do acórdão que concedeu ao advogado a reabilitação. Recurso do advogado provido, por fundamento autônomo, para restabelecer o acórdão que lhe concedeu a reabilitação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. Leon Deniz Bueno da Cruz, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.005046-8/SCA-STU. Recte: A.V.S.N. (Advs: Rafael Vasques Sampieri Burneiko OAB/MT 6797/O e outro). Recdos: Despacho de fls. 250 do Presidente da STU/SCA e J.V.O. (Adv. assistente: Juliana Gimenes de Freitas Errante OAB/MT 6776/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). EMENTA N. 086/2018/SCA-STU. Recurso voluntário. Decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso ao Conselho Federal. Artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral. Ausência de impugnação dos fundamentos da decisão recorrida. Pretensão apenas ao reexame de questões probatórias, em sede recurso ao Conselho Federal. Impossibilidade. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2017.005840-6/SCA-STU. Recte: L.A.P.C. (Advs: Ferdinand Georges de Borba d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800, Luiz Antônio Pinto de Camargo OAB/SP 80135-D e outra). Recdos: Despacho de fls. 189 do Presidente da STU/SCA e P.B.D. (Advs: Gustavo Luis do Carmo Duarte OAB/SP 255742 e José Eugênio Munhoz Filho OAB/SP 244636). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). EMENTA N. 087/2018/SCA-STU. Recurso voluntário. Decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso ao Conselho Federal. Artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral. Ausência de impugnação dos fundamentos da decisão recorrida. Inovação de tese recursal. Quórum de instalação de sessão de julgamento no Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Regimento Interno do TED da OAB/SP (art. 142, § 6º). Norma que dispõe sobre o tema. Prevalência da norma especial sobre a norma geral (Regulamento Geral do EAOAB). Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2017.010622-0/SCA-STU. Recte: A.H.R. (Adv: Alexandre Henriques dos Reis OAB/RJ 144133). Recda: Maria Tereza de Souza Andrade. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). EMENTA N. 088/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Ausência de defesa prévia e de razões finais. Nulidade absoluta. Julgamento realizado sem a produção de defesa pelo advogado. Violação ao art. 73, § 1º, do EAOAB. Anulação do processo. Declaração, ex officio, da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, após declarada a nulidade do processo, visto transcorrer lapso temporal superior a 05 (cinco) anos desde a última causa válida de interrupção do curso da prescrição, que passa a ser, com a anulação, a notificação inicial para a audiência de instrução. Recurso provido, por fundamento autônomo. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2017.011406-0/SCA-STU. Rectes: E.C.M.L., F.M.L.G. e S.M.L. (Advs: Antônio Carlos Ramos Cyrillo OAB/SP 18251 e outros). Recdo: F.T.O. (Advs: João Marcos Silveira OAB/SP 96446 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). EMENTA N. 089/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição. Redução dos prazos prescricionais à metade. Art. 115 do CP., pela prescrição da pretensão punitiva. Arquivamento da representação em relação à advogada F.M.L.G., por ausência de provas de infração disciplinar. Recurso provido. 1) A jurisprudência deste Conselho Federal da OAB acolhe a redução de prazos prescricionais pela metade, na forma do artigo 115 do Código Penal, quando o advogado representado conte mais de 70 (setenta) anos na data da condenação disciplinar. 2) A ausência de provas inequívocas de autoria de infração disciplinar indica a aplicação do postulado in dubio pro reo, uma vez que os indícios constantes nos autos não são o bastante para fundamentar a aplicação de sanção disciplinar, por gravitar em torno do acusado a presunção de inocência. 3) Recurso conhecido e provido, para declarar extinta a punibilidade em relação aos advogados E.C.M.L. e S.M.L., e julgar improcedente a representação em relação à advogada F.M.L.G., por ausência de provas de infração disciplinar. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. João Paulo Tavares Bastos Gama, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.011408-7/SCA-STU. Recte: J.C.S. (Adv: José Carlos Sobrinho OAB/MG 28345). Recdo: Vicente Barsante. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Antonio Adonias Aguiar Bastos (BA). EMENTA N. 090/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição. Inocorrência. Alegação de nulidades processuais. Improcedência. Recurso não provido. 1) A prescrição da pretensão punitiva (art. 43, caput, do EAOAB) se consumará pelo decurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos de tramitação do feito, sem a prolação de decisão condenatória entre as causas interruptivas de seu curso, dispostas no art. 43, § 2º, também do EAOAB. Assim, a ausência de tramitação do feito por lapso temporal superior a 05 anos entre as causas interruptivas de prescrição afasta a pretensão ao reconhecimento da prescrição. Da mesma forma, não restando paralisado o processo por mais de 03 (três) anos, pendente de despacho ou julgamento, não se consuma a prescrição intercorrente. 2) Não há nulidade, por ausência de fundamentação, no acórdão que responde aos embargos de declaração, enfrentando e rejeitando as alegações de obscuridade, contradição e omissão, destacando-se, que, por certo, os embargos não se prestam ao reexame do mérito da decisão embargada, dado ao seu caráter integrativo. 3) O art. 58, inc. II, do EAOAB, ao dispor que compete ao Conselho Seccional julgar, em grau de recurso, as questões decididas, dentre outros, pelo Tribunal de Ética e Disciplina, por óbvio, não atribuiu tal competência ao Plenário da Seccional, podendo tal competência ser exercida por órgão fracionário. No caso, o art. 18, inc. V, alínea a, do Regimento Interno da Seccional Mineira, fixa a competência para processar e julgar recursos contra decisões do Tribunal de Ética e Disciplina no Órgão Especial do Conselho, não havendo, pois, qualquer violação às regras de competência. 4) Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Minas Gerais. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. João Paulo Tavares Bastos Gama, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.011479-2/SCA-STU. Recte: O.G.R.C. (Adv: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957). Recdos: A.R.O., E.A.M., I.P.N., J.B.P., J.R.L., J.J.G., J.N.S. e W.R.A. (Adv: Francisco Rogerio Mota OAB/MG 69878). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). EMENTA N. 091/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Ausência de razões finais. Nulidade absoluta. Anulação dos atos processuais desde a instrução processual. Prescrição da pretensão punitiva. Recurso provido. 1) As razões finais constituem fase imprescindível do processo, em que é assegurada às partes a efetiva manifestação sobre as provas produzidas no curso da instrução processual e, no caso do advogado, a última oportunidade de sustentar eventuais alegações acerca da improcedência da representação. 2) A inércia do defensor dativo em apresentar razões finais, não tem o condão de afastar o direito do advogado à ampla defesa e ao contraditório, sendo, portanto, indispensável a designação de novo defensor para apresentação da peça processual, sob pena de acarretar nulidade absoluta, recomendada a apuração de eventual desídia do defensor que permaneceu inerte à prática do ato processual, de natureza indisponível. 3) Assim, deve ser anulado o processo desde o parecer preliminar, e, anulados os atos processuais desde então, ser declarada, de ofício, a prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 43, caput, do EAOAB. 4) Recurso a que se dá provimento para anular o processo e, consequentemente, declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso e, de ofício, reconhecer a prescrição da pretensão punitiva, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Minas Gerais. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente e Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.011723-0/SCA-STU. Recte: F.O.L. (Adv: Felipe Oliveira Lima OAB/GO 24326). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Júnior (SE). EMENTA N. 092/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas. Infrações disciplinares configuradas. Dosimetria. Presença de circunstâncias atenuantes e agravantes. Necessidade de valoração de ambas. Redução da suspensão, face à circunstância atenuante, e manutenção da multa, face à reincidência. Recurso parcialmente provido para reduzir a sanção de suspensão para noventa dias, mantendo, contudo, a multa de cinco anuidades. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Goiás. Brasília 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. João Paulo Tavares Bastos Gama, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.011836-4/SCA-STU. Rectes: C.L.B. e G.H.B. (Advs: Nélio Abreu Neto OAB/SC 25105 e Rafael Fausel OAB/SC 20384). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). EMENTA N. 093/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Infração disciplinar. Angariação de causas por meio de envio de mala direta. Infração disciplinar tipificada no art. 34, IV, do EAOAB, configurada. Conexão. Instauração de outros processos disciplinares para apuração das mesmas condutas. Inexistência. Advogados que enviam mala direta em momentos e em comarcas distintas, não se podendo considerar unidade de condutas, a atrair a litispendência e a consequente conexão dos processos disciplinares. Ademais, a jurisprudência deste Conselho Federal da OAB, em sintonia com a Súmula 235 do STJ, não se admite o pedido de conexão de processos na instância extraordinária, uma vez que já houve julgamento em primeira e segunda instâncias. Normas internas de Conselhos Seccionais. Desnecessidade de publicação na imprensa oficial, salvo quando se tratar de atos conclusivos. Art. 44, § 6º, da Lei n. 8.906/94. Disponibilização das normas internas no site do Conselho Seccional. Ausência de nulidade. Supressão de instância. Inexistência. A ausência de manifestação da decisão sobre tese de interesse da defesa configura omissão, que deve ser enfrentada por meio de embargos de declaração, não se admitindo que a parte deixe de requerer ao órgão julgador a complementação do julgado para, somente em sede de recurso, alegar supressão de instância face à ausência de manifestação anterior. Matéria que resta preclusa. Dosimetria. Condenação sem o trânsito em julgado. Ausência de reincidência. Parcial provimento do recurso para cominar ao advogado C.L.B. censura, sem converter em advertência, dada à gravidade dos fatos, e para reduzir o prazo de suspensão para 30 (trinta) dias, em relação ao advogado G.H.B., determinando-se a verificação de cumprimento cautelar para fins de detração. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. João Paulo Tavares Bastos Gama, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.012084-0/SCA-STU. Recte: W.S.B.S. (Adv: William Stremel Biscaia da Silva OAB/PR 20889). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Interessado: C.V.M. (Adv: Cleófas Viana de Moraes OAB/PR 22218). Relatora: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). EMENTA N. 094/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Embargos de declaração. Julgamento realizado após a primeira sessão seguinte à sua oposição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Necessidade de notificação da parte interessada ou publicação da pauta de julgamentos. Inteligência do art. 138, § 4º, do RG/EAOAB. Ausência de retorno do AR aos autos. Presunção de não notificação. Recurso parcialmente provido. 1) O artigo 138, § 4º, do Regulamento Geral do EAOAB, dispõe que, em admitindo os embargos de declaração, o Relator os colocará em mesa para julgamento, independentemente de inclusão em pauta ou publicação, na primeira sessão seguinte, salvo justificado motivo. Assim, a contrario sensu, caso os embargos não sejam julgados na primeira sessão seguinte, haverá necessidade de notificação da parte interessada ou publicação da pauta de julgamentos. 2) O retorno do aviso de recebimento da notificação (AR) e sua juntada aos autos são condições de validade da notificação feita por correspondência. Nesse sentido, a Súmula 429 do STJ dispõe que, quando autorizada por lei, a notificação por correspondência exige o aviso de recebimento. Assim, não retornando o AR aos autos antes do julgamento, presume-se a ausência de notificação e, consequentemente, a necessidade de adiamento do julgamento. 3) Recurso parcialmente provido, para anular o julgamento dos embargos de declaração, determinando o retorno dos autos à Seccional de origem, para novo julgamento, devidamente notificado o advogado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. Flávia Brandão Maia Perez, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2017.012116-4/SCA-STU. Recte: L.F.P. (Adv: Luis Fernando Paiotti OAB/SP 147220). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). EMENTA N. 095/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Prescrição e decadência. Inocorrência. Cerceamento de defesa. Inexistência. Notificação pessoal. Desnecessidade. Envio ao endereço constante no cadastro da Seccional. Retenção abusiva de autos. Ausência de tipicidade da conduta. Recurso provido, para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente e Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.012173-1/SCA-STU. Recte: S.M.F.N. (Adv: Silvestre Mendes Ferreira Negrão OAB/PR 30195). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). EMENTA N. 096/2018/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Dosimetria. Prazo de suspensão do exercício profissional fixado acima do mínimo legal, utilizando a mesma circunstância agravante da cominação da multa, qual seja, o grau de culpa. Incidência de bis in idem. Presença de circunstâncias atenuantes e agravantes. Necessidade de valoração de ambas. Mérito. Reanálise de provas. Impossibilidade. 1) A infração disciplinar praticada, inicialmente, demandaria a imposição de suspensão de trinta dias, no entanto, foi agravada e ainda cominada a multa de uma anuidade, face ao grau de culpa. Assim, considerando que já houve a utilização da reincidência para majorar a sanção, com a aplicação de multa, esta também não poderia ser utilizada para aplicar a suspensão acima do mínimo legal, sob pena de incidir em bis in idem. 2) A existência de atenuantes não pode ser desconsiderada pelo julgador, ainda mais como sendo causa legal de redução de punição. Demonstrada a presença da atenuante a que alude o art. 40, inciso IV, da Lei nº 8.906/94, é de rigor a sua valoração na dosimetria da sanção imposta. Precedentes. 3) A via extraordinária do recurso ao Conselho Federal não admite o reexame de fatos e provas. Precedentes do Conselho Federal 4) Recurso parcialmente provido para reduzir a sanção de suspensão ao mínimo legal, e excluir a multa cominada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente. João Paulo Tavares Bastos Gama, Relator.

Brasília, 22 de maio de 2018.
ALEXANDRE CÉSAR DANTAS SOCCORRO
Presidente da Turma

DESPACHOS

RECURSO N. 12.0000.2013.000804-0/SCA-STU. Recte: M.M.P. (Advs: Marcelo Monteiro Padial OAB/MS 6024 e outro). Recdos: C.H.C.P., D.A.T. e F.H.L.R. (Advs: Celso Henrique Camargo Pagioro OAB/MS 14596-B, Dalton Adorno Tornavoi OAB/MS 8356-A e Fernando Henrique Luchetti Rodrigues OAB/MS 11998-A). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Antonio Adonias Aguiar Bastos (BA). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pelo advogado M.M.P., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina de improcedência da representação, por inexistência de infração ético-disciplinar (fls. 105/109). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Antonio Adonias Aguiar Bastos, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Antonio Adonias Aguiar Bastos (BA), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.000483-2/SCA-STU. Recte: P.P.F.M. (Adv: Pryscila Porelli Figueiredo Martins OAB/SP 226619). Recda: Adriana Lopes da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). DESPACHO: "Fls. 173/185. Cuida-se de recurso interposto pela advogada P.P.F.M., em face do acórdão de fls. 161/164, proferido por esta Segunda Turma da Segunda Câmara em 18/09/2017. Às fls. 168 verifica-se certidão de trânsito em julgado, tendo em vista que, até a data de 16/10/2017, não fora recebido protocolo de recurso pela Secretaria desta Turma, ou mesmo recebida manifestação protocolada no âmbito do Conselho Seccional (art. 139, §§ 1º e 2º, do Regulamento Geral do EAOAB), razão pela qual fora determinada a remessa dos autos à origem. Não obstante, com o retorno dos autos para execução do julgado, o Conselho Seccional competente juntou aos autos a petição recursal, protocolada em 05/10/2017, estando, a princípio, tempestivo o recurso. Dessa forma, torno sem efeito a certidão de fls. 168 e afasto o trânsito em julgado da condenação, determinando à Secretaria desta Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB que processe o recurso de fls. 173/185, na forma regulamentar. Brasília, 21 de maio de 2018. Flávia Brandão Maia Perez, Relatora". RECURSO N. 49.0000.2017.003861-0/SCA-STU-ED. Embte: P.R.S. (Adv: Leonardo Bruno da Silva OAB/SP 311973). Embdo: Acórdão de fls. 878/881. Recte: P.R.S. (Adv: Paulo Roberto da Silva OAB/SP 65596). Recdo: A.A.P. (Advs: Rachel Garcia OAB/SP 182615 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). DESPACHO: "Cuida-se de novos embargos de declaração, opostos pelo advogado P.R.S., dessa vez em face do acórdão de fls. 878/881, pelo qual esta Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração por ele anteriormente opostos, sob o fundamento de que, a despeito de alegação de contradição no julgado, o advogado pretendia, apenas, levar novamente a matéria a julgamento pelo órgão prolator da decisão embargada. (...). Assim, considerando o caráter meramente protelatório dos presentes embargos de declaração, com fundamento no artigo 138, § 3º, do Regulamento Geral do EAOAB, nego-lhes seguimento. Destaco, ainda, por força do artigo 138, § 5º, também do Regulamento Geral do EAOAB, que não há previsão de recurso contra a presente decisão, que nega seguimento a embargos de declaração quando tidos por manifestamente protelatórios. Assim, visando à máxima efetividade e autoridade das decisões proferidas pelos órgãos julgadores da OAB, determino que, desde já, qualquer manifestação recebida neste Conselho Federal da OAB, referente ao presente processo, após a publicação da presente decisão ou ciência pessoal pelo advogado, seja, pelo princípio da fungibilidade, recebida como recurso ao Órgão Especial do Conselho Pleno (artigo 85, inciso II, do Regulamento Geral do EAOAB), ainda que despida de suas formalidades legais, sem necessidade de nova manifestação desta Relatoria. E, caso não atendidas as formalidades legais da modalidade recursal supracitada, seja concedido prazo ao advogado, mediante publicação na imprensa oficial da União, para readequação da peça recursal, no prazo de 15 (quinze) dias, caso queira, com posterior remessa ao Órgão Especial do Conselho Pleno deste Conselho Federal da OAB, ex officio, para que exerça o juízo de admissibilidade recursal. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Relator". RECURSO N. 49.0000.2017.010472-1/SCA-STU-ED. Embte: P.B.L. (Adv: Patrícia Bregalda Lima OAB/MG 65099). Embdo: Despacho de fls. 394/396 do Presidente da SCA/STU. Recte: P.B.L. (Advs: Patrícia Bregalda Lima OAB/MG 65099 e Reinaldo Azoubel Filho OAB/MG 126099). Recda: Elizaine Aparecida Bárbara. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 415/418 e 423/426 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 394/396. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo à advogada o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Relator". RECURSO N. 49.0000.2017.012092-1/SCA-STU. Recte: N.M.M.G. (Adv: Nilyan Maria Machado Giufrida OAB/PR 55904). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Júnior (SE). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela advogada N.M.M.G., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso por ela interposto, para manter a sanção disciplinar de censura, convertida em advertência, por violação ao artigo 34, inciso I, do Estatuto da Advocacia e da OAB (fls. 149/152 do arquivo digital em PDF). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Arnaldo de Aguiar Machado Júnior, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Júnior (SE), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012111-5/SCA-STU. Recte: J.E.R. (Advs: Carla de Campos OAB/SP 270066, Maria da Graça Faria Rodrigues OAB/SP 82540 e outras). Recda: L.N.G.C. (Adv: Larissa Nogueira Geraldo Catalano OAB/SP 128522). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por J.E.R., ora representante, em face de acórdão unânime da Terceira Turma Recursal do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, para manter a decisão de primeira instância, que reconheceu a prescrição da pretensão punitiva, nos termos do artigo 43, do Estatuto da Advocacia e da OAB (fls. 900/901 e 915). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Leon Deniz Bueno da Cruz, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012112-3/SCA-STU. Recte: J.C.J. (Advs: João César Junior OAB/SP 123869 e outra). Recdo: R.J.S.F. (Adv: Sérgio Gilberto de Oliveira OAB/MG 54842 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pelo advogado J.C.J., em face de acórdão unânime da Sexta Câmara Recursal do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, para manter a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, e multa de 03 (três) anuidades, por violação ao artigo 34, inciso XX, da Lei n. 8.906/94 (fls. 167/170 e 180), majorada a sanção face à gravidade dos fatos, com recomendação de translado das peças destes autos à Autoridade Policial. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012169-3/SCA-STU. Recte: O.L. (Advs: Marcos Vinicius Dacol Boschirolli OAB/PR 19647 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Daniel Fábio Jacob Nogueira (AM). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado O.L., em face de acórdão unânime da Câmara Especial do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso por ele interposto, para manter a decisão de primeira instância, que julgou improcedente a reabilitação, por ausência de seus requisitos legais (fls. 34/40 do arquivo digital em PDF). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Daniel Fábio Jacob Nogueira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Daniel Fábio Jacob Nogueira (AM), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012181-2/SCA-STU. Recte: S.N.R. (Adv: Marluz Lacerda Dalledone OAB/PR 61189). Recdo: J.A.F. (Adv: Joelma Pultinavicius OAB/PR 47385). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pela advogada S.N.R., em face de acórdão unânime da 1ª Turma da Câmara de Disciplina do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94, majorada a reprimenda face à reincidência. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Eliseu Marques de Oliveira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2018.000033-7/SCA-STU. Recte: J.H.S. (Adv: José Humberto da Silva OAB/MG 49009). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relatora: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado J.H.S., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a condenação disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina, a sanção disciplinar de censura, por violação ao artigo 34, inciso I, da Lei n. 8.906/94 (fls. 47/50). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Flávia Brandão Maia Perez, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES), adotando seus

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2018.000036-0/SCA-STU. Recte: F.J.M. (Adv: Francisco José Musa OAB/MG 91081). Recda: Agência da Previdência Social de São Lourenço/MG. Repte. legal: Genisa Paiva Sousa Nilo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado F.J.M., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, que deu parcial provimento ao recurso por ele interposto, para converter a censura em advertência, em ofício reservado, sem registro em seus assentamentos, mantendo, no mais, a condenação disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina, por violação ao artigo 34, incisos XV, da Lei n. 8.906/94 (fls. 101/103). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pela ilustre Relatora, Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2018.000213-5/SCA-STU. Recte: R.C.C. (Adv: Mauro Lopes Bartolomeu de Carvalho OAB/RJ 163767). Recda: S.T.L. (Adv: Sandra Torres Lins OAB/RJ 148913). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Júnior (SE). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto por R.C.C., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que deu provimento ao recurso interposto pela advogada, para julgar improcedente a representação (fls. 125/133), por inexistência de provas de infração ético-disciplinar. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Arnaldo de Aguiar Machado Júnior, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Júnior (SE), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2018.000928-0/SCA-STU. Recte: J.S.F.C. (Advs: Gustavo José Mendes Tepedino OAB/RJ 41245, Milena Donato Oliva OAB/RJ 137546 e outros). Recdos: D.B.A.A. e L.F.F.D. Repte. legal: L.F.F.D. (Advs: Antonio Alcides Pinheiro da Silva Freire OAB/RJ 21524, Cid Vianna Montebello OAB/RJ 17562 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Alexandre César Dantas Soccorro (RR). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por J.S.F.C., em face de acórdão não unânime do Órgão Especial da OAB/Rio de Janeiro (fls. 846 e 850), que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo o arquivamento liminar da representação, nos termos do artigo 73, § 2º, da Lei n. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indefiro liminarmente o recurso interposto, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente e Relator". RECURSO N. 49.0000.2018.0001260-0/SCA-STU. Recte: U.A. (Adv: Ubiratan de Andrade OAB/SC 11406). Recdo: C.S.Z. (Adv: Rudimar Luiz da Costa OAB/SC 12045). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado U.A., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, que negou provimento ao recurso por ele interposto, para manter a sanção disciplinar de censura, e multa de 01 (uma) anuidade, por violação ao artigo 34, inciso IX, do Estatuto da Advocacia e da OAB (fls. 114/120), majorada a sanção, face à reincidência. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Eliseu Marques de Oliveira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Alexandre César Dantas Soccorro, Presidente".

Brasília, 22 de maio de 2018.
ALEXANDRE CÉSAR DANTAS SOCCORRO
Presidente da Turma

3ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2017.002344-6/SCA-TTU. Rectes: E.N. e S.N.R. (Advs: Ricardo Brandt Naschenweng OAB/SC 10344 e outra). Recdos: Despacho de fls. 184 do Presidente da TTU/SCA e José Francisco de Oliveira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). EMENTA N. 070/2018/SCA-TTU. Recurso. Artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Decisão monocrática que indefere o recurso ao Conselho Federal da OAB, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94. Condenação em primeira instância por locupletamento e recusa à prestação de contas (art. 34, XX e XXI, do EAOAB). Absolvição em segunda instância, face ao pagamento dos valores devidos ao cliente e à prestação de contas no curso do processo. Condenação, contudo, pela infração disciplinar de manter conduta incompatível com a advocacia (art. 34, XXV, EAOAB), pelo fato de os advogados responderem a outros processos disciplinares. Condutas essas que não foram objeto de delimitação pelo despacho de admissibilidade da representação nem submetidas ao contraditório durante a instrução processual. Tipificação que somente surgiu com o parecer preliminar, quando não mais era possível aos advogados exercerem o contraditório. Violação do princípio da correlação entre a acusação e a sentença, ou princípio da não surpresa. Tipificação sobre a qual aos advogados não foi dada oportunidade de exercer o contraditório e a ampla defesa. Vedação. Precedentes deste Conselho Federal da OAB. Hipótese em que, surgindo nova capitulação, deve ser reaberta a instrução para que o acusado possa exercer o contraditório sobre a nova capitulação surgida no curso do processo disciplinar. Adoção do princípio favor rei, para julgar improcedente a representação. Recurso provido, para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Gustavo Ramiro Costa Neto, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.005160-1/SCA-TTU. Recte: A.M.M. (Advs: Antônio Mendes Moura OAB/PI 2692 e Manoel Jorge Ribeiro Araújo OAB/DF 20354). Recda: A.L.C.F. (Advs: Gilson Borges Batista Junior OAB/PI 12207 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Piauí. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). EMENTA N. 071/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Despacho de indeferimento de pedido de adiamento de julgamento, devidamente fundamentado. Alegação de ausência de menção da discussão acerca do indeferimento do pedido de adiamento do julgamento na ementa e no acórdão da decisão proferida pelo Conselho Seccional. Mero erro material. Discussão registrada na ata da sessão de julgamento. Prejuízo à defesa não demonstrado. Mérito recursal não impugnado. Preclusão da matéria. Juntada de documento novo relatando acordo firmado entre as partes. Recurso parcialmente provido, para afastar da condenação a prorrogação da sanção imposta. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.006086-9/SCA-TTU. Recte: Espólio de V.P.S.C. Repte. legal: R.S.C. (Adv: Cibele Gonzales Garcia OAB/SP 50746). Recdos: Despacho de fls. 300 do Presidente da TTU/SCA e R.S.P. (Advs: José Pereira Leal Junior OAB/SP 96155, Ricardo Sein Pereira OAB/SP 158598 e Roberto Sein Pereira OAB/SP 295329). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA N. 072/2018/SCA-TTU. Recurso. Artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Decisão monocrática que indefere o recurso ao Conselho Federal da OAB, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94. Decisão recorrida que tem por fundamento a mera pretensão ao reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Ausência de impugnação dos fundamentos da decisão monocrática. Nítido desprestígio ao princípio da dialeticidade. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício e Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.010570-0/SCA-TTU. Recte: A.B.D.S. (Adv: Ana Beatriz Decina Salge OAB/MG 98571). Recdo: Giselle Barbosa Rocha da Silva. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e R.R.D. (Adv: Robson Rodrigues Dias OAB/MG 119490). Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). EMENTA N. 073/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas. Ausência de provas do recebimento de valores a título de honorários advocatícios. Afastamento. Violação aos incisos I, IX e XI, do artigo 34, da Lei 8.906/94 e art. 9º do Código de Ética e Disciplina. Infrações ético-disciplinares configuradas. Ajuizamento de ações sem as devidas informações ao cliente, e ausência de pormenorizada prestação de contas ao final do processo. Recurso parcialmente provido, para afastar da condenação as infrações previstas nos incisos XX e XXI, do artigo 34, do EAOAB, cominando a sanção de censura, e mantendo a multa cominada, por violação aos incisos I, IX e XI, do artigo 34, da Lei 8.906/94 e art. 9º do Código de Ética e Disciplina. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. José Agenor Dourado, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.010616-3/SCA-TTU. Recte: E.A.C. (Adv: Francisco Apparecido Borges Junior OAB/SP 111508). Recdo: Edna Guedes Martins. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Alves Maciel (TO). EMENTA N. 074/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Nulidade. Inexistência. Reiteração. Locupletamento e ausência de prestação de contas. Infrações disciplinares configuradas. 1) A advogada recebeu valores a título de honorários advocatícios e despesas processuais, não concluiu os serviços para os quais restou contratada, e tampouco prestou contas à cliente, e, apesar de firmar termo de confissão de dívida, para devolução dos valores à cliente, não honrou o que fora pactuado. 2) Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Adilar Daltoé, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.010933-2/SCA-TTU. Recte: H.S.S. (Adv: Hamilton dos Santos Sirqueira OAB/MG 1360A). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). EMENTA N. 075/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas. Infrações disciplinares devidamente comprovadas. Quitação dos valores devidos no curso do processo disciplinar. Circunstância que impõe a cessação da prorrogação da suspensão do exercício profissional (art. 37, § 2º, EAOAB). Recurso parcialmente provido, para afastar da condenação a prorrogação da suspensão do exercício profissional. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Gustavo Ramiro Costa Neto, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.011075-6/SCA-TTU. Recte: D.C.S. (Adv: Danubio Cunha da Silva OAB/PR 26086). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). EMENTA N. 076/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Pedido de revisão não conhecido pelo Conselho Seccional, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade. Nítido caráter recursal do pedido de revisão formalizado ao Conselho Seccional. Advogado que, sabidamente, recusa-se a receber comunicações oficiais da OAB, e, após, busca anular os procedimentos. Conduta absolutamente reprovável. Prescrição. Inocorrência. 1) Em se tratando de recurso ao CFOAB, interposto em face de acórdão de Conselho Seccional, que não conhece de pedido de revisão, sob o fundamento de ausência de seus pressupostos de admissibilidade, cabe ao interessado demonstrar que o acórdão recorrido, ao não conhecer da revisão por ele formalizada, teria violado, direta ou indireta, a Lei n. 8.906/94, o Regulamento Geral do EAOAB, o Código de Ética e Disciplina, os Provimentos, ou, ainda, contrariado decisões deste Conselho Federal da OAB ou de outro Conselho Seccional, conforme preconiza o artigo 75 da Lei 8.906/94. 2) Buscando simplesmente nova análise do processo disciplinar objeto da revisão, o pedido de revisão não ultrapassa o juízo de admissibilidade, por não se constituir de modalidade recursal. 3) Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. José Agenor Dourado, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.011209-4/SCA-TTU. Recte: N.S.M. (Advs: Natalia Silva Moura OAB/MG 156361 e outro). Recdo: H.L.O. (Adv: Hélcio Luiz de Oliveira OAB/MG 60669). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA N. 077/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional, que determina o retorno dos autos para instrução processual, por restarem vislumbrados os pressupostos de admissibilidade da representação. Ausência de definitividade da decisão recorrida. Impossibilidade de impugnação via recurso ao Conselho Federal. O artigo 75 da Lei n. 8.906/94, ao dispor sobre o cabimento de recurso a este Conselho Federal, preconiza que deve ele ser interposto em face das decisões definitivas dos Conselhos Seccionais, razão pela qual, decisões de natureza processual, ainda que não unânimes, não podem ser objeto de impugnação via recurso ao Conselho Federal. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício e Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.011410-0/SCA-TTU. Recte: P.R.G.S. (Advs: Rodrigo Fonseca OAB/SP 279007 e outro). Recdos: I.P.S. e I.S.S. (Adv: José Honório Fernandes Correia OAB/SP 43453). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Alves Maciel (TO). EMENTA N. 078/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Nulidade. Desrespeito às regras procedimentais. Inexistência. Prestação de contas tardia. Infração disciplinar configurada. 1) Designada audiência para oitiva das partes, o advogado, apesar de devidamente notificado, não compareceu ao ato, demonstrado desinteresse na suposta conciliação pretendida. 2) Advogado que recebe valores de clientes em ação de indenização de DPVAT e somente lhes repassa os valores devidos após condenação judicial, decorridos mais de dois anos de seu recebimento, incorre na infração de recusa injustificada à prestação de contas. 3) Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Adilar Daltoé, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.011727-0/SCA-TTU. Recte: CNH.I.B.Ltda. (I.L.A.Ltda.). Reptes. legais: V.D.F. e M.A.P. (Advs: Enio Luiz de Carvalho Biaggi OAB/MG 139524 e outros). Recdos: D.A.M. e M.D. (Advs: Edilson José de Miranda OAB/MG 144900). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA N. 079/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Representação julgada improcedente. Decisão mantida pelo Conselho Seccional. Prescrição. Ausência de decisão condenatória recorrível. Recurso não provido. 1) A tramitação do feito por lapso temporal superior a 05 (cinco) anos desde a última causa interruptiva do curso da prescrição, sem a prolação de decisão condenatória, considerando que a decisão de primeira instância foi pela improcedência da representação e que essa decisão restou mantida pelo Conselho Seccional, resulta a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, tratando-se de matéria de ordem pública. No âmbito dos processos disciplinares da OAB, por força do art. 43, § 2º, II, do EAOAB, somente são aptas a interromper o curso da prescrição as decisões condenatórias recorríveis, não servindo para essa finalidade as decisões de natureza processual e as de natureza absolutória. 2) Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício e Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.012086-5/SCA-TTU. Recte: E.P.J.O. (Adv: Enzo Phelipe Jawsnicker de Oliveira OAB/PR 43577). Recdo: Eurípedes Antônio da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). EMENTA N. 080/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Recurso enviado pelos Correios. Tempestividade aferida pela data da postagem do recurso na agência dos Correios. Precedentes. Recurso a que se dá parcial provimento para reformar a decisão recorrida e reconhecer a tempestividade recursal, determinando-se o retorno dos autos à instância recorrida para apreciação do mérito recursal. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.012107-5/SCA-TTU. Recte: L.A.M. (Adv: Luís Antônio Meirelles OAB/SP 119898). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). EMENTA N. 081/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Retenção abusiva de autos. Ausência de tipicidade da conduta. 1) A infração disciplinar de retenção abusiva de autos, de acordo com a jurisprudência majoritária deste Conselho Federal da OAB, demanda os seguintes elementos: a) intimação do advogado para devolução dos autos, b) desatendimento à ordem judicial, c) prejuízo às partes ou ao bom andamento do feito, e d) intenção premeditada do advogado em reter os autos para prejudicar o regular andamento do processo. Assim, a mera permanência dos autos em carga com o advogado, além do prazo legal, ainda que em desatendimento à determinação judicial para sua devolução ou sem qualquer justificativa, não caracteriza, por si só, infração disciplinar, mas infração de natureza processual, que pode ser analisada pelo juízo da causa, na forma do art. 234, § 2º, do CPC. 2) Recurso provido, para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Gustavo Ramiro Costa Neto, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2017.012110-7/SCA-TTU. Recte: E.R.C. (Advs: Edilson Ribeiro da Cunha OAB/SP 207513 e outro). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). EMENTA N. 082/2018/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Retenção abusiva de autos. Ausência de tipicidade da conduta. Recurso provido. 1) A infração disciplinar de retenção abusiva de autos (art. 34, XXII, EAOAB), de acordo com a jurisprudência majoritária deste Conselho Federal da OAB, demanda os seguintes elementos: a) intimação do advogado para devolução dos autos, b) desatendimento à ordem judicial, c) prejuízo às partes ou ao bom andamento do feito, e d) intenção premeditada do advogado em reter os autos para prejudicar o regular andamento do processo. 2) Assim, a mera permanência dos autos em carga com o advogado, além do prazo legal, ainda que em desatendimento à determinação judicial para sua devolução, ou sem qualquer justificativa, não caracteriza, por si só, infração disciplinar, mas infração de natureza processual, que pode ser analisada pelo juízo da causa, na forma do art. 234, § 2º, do CPC. 3) Recurso provido, para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Relator.

Brasília, 22 de maio de 2018.
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Presidente da Turma

DESPACHOS

RECURSO N. 49.0000.2016.011930-2/SCA-TTU-ED. Embte: A.A. (Adv: Alexandre Azzem OAB/SP 125612). Embdo: Acórdão de fls. 662/665. Recte: A.A. (Adv: Alexandre Azzem OAB/SP 125612). Recdo: B.B.B.S/A. (N.B.S.S/A.). Reptes. legais: A.F.L.D. e R.M.S. (Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues OAB/SP 128341 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). DESPACHO: "Cuida-se de novos embargos de declaração, opostos pelo advogado A.A., dessa vez em face do acórdão de fls. 662/665, pelo qual esta Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB, por unanimidade de votos, não conheceu dos embargos de declaração por ele anteriormente opostos, constatada a nítida pretensão a novo julgamento do mérito da causa pelo mesmo órgão prolator do acórdão embargado, circunstância essa que não se adéqua à natureza integrativa do recurso de embargos de declaração. (...). Assim, considerando o caráter meramente protelatório dos presentes embargos de declaração, com fundamento no artigo 138, § 3º, do Regulamento Geral do EAOAB, nego-lhes seguimento. Destaco, ainda, por força do artigo 138, § 5º, também do Regulamento Geral, que não cabe recurso contra a decisão que nega seguimento a embargos de declaração quando tidos por manifestamente protelatórios. Assim, visando à máxima efetividade e autoridade das decisões proferidas pelos órgãos julgadores da OAB, determino que, desde já, qualquer manifestação após a publicação da presente decisão ou ciência pessoal pelo advogado, seja, pelo princípio da fungibilidade, recebida como recurso (art. 85, II, do Regulamento Geral), ainda que despida de suas formalidades legais, sem necessidade de nova manifestação desta Relatoria. E, caso não atendidas as formalidades legais, seja concedido prazo ao advogado, por publicação, para readequação da peça recursal, no prazo de 15 (quinze) dias, com posterior remessa ao Órgão Especial do Conselho Pleno deste Conselho Federal da OAB, ex officio, para o juízo de admissibilidade. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Relator". RECURSO N. 49.0000.2017.002756-1/SCA-TTU-ED. Embte: A.G. (Advs: João Adalberto Medeiros Fernandes Junior OAB/RS 40315). Embdo: Acórdão de fls. 442/444. Recte: A.G. (Advs: Alexandre Giehl OAB/RS 38066 e João Adalberto Medeiros Fernandes Junior OAB/RS 40315). Recdo: E.E.H. (Adv: Rudimar Paulo Melchiors OAB/RS 47457). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octavio Batochio (SP). DESPACHO: "Trata-se de embargos de declaração opostos pelo advogado A.G., em face do v. acórdão de fls. 442/444, pelo qual esta Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso por ele interposto, em razão da intempestividade reconhecida pelo Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Considerando a possibilidade de atribuição de efeitos infringentes aos presentes embargos, notifique-se o Representante e o Presidente da Seccional para, querendo, apresentem contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias. Brasília, 21 de maio de 2018. Guilherme Octávio Batochio, Relator". RECURSO N. 49.0000.2017.003852-0/SCA-TTU-ED. Embte: C.G.C. (Adv: Cesar Gomes Calille OAB/SP 115863). Embdo: Acórdão de fls. 1.441/1.446. Recte: C.G.C. (Advs: Cesar Gomes Calille OAB/SP 115863 e outros). Recdos: B.S.S/A e outros. Reptes. legais: A.R.S.V., A.M.C. e I.L.G.J. (Advs: Ademilson Francisco da Silva OAB/SP 141101, Camila Teixeira de Freitas OAB/SP 237051, Regiane Cristina Marujo OAB/SP 240977, Renato Tadeu Rondina Mandaliti OAB/SP 115762 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gustavo Ramiro Costa Neto (PE). DESPACHO: "Fls. 1.473/1.486. Cuida-se de embargos de declaração opostos pelo advogado C.G.C., em face do acórdão de fls. 1.441/1.446, proferido por esta Terceira Turma da Segunda Câmara em 23/10/2017. Às fls. 1.466 verifica-se certidão de trânsito em julgado, tendo em vista que, até a data de 11/12/2017, não fora recebido protocolo de recurso pela Secretaria desta Turma, ou mesmo recebida manifestação protocolada no âmbito do Conselho Seccional (art. 139, §§ 1º e 2º, do Regulamento Geral do EAOAB), razão pela qual fora determinada a remessa dos autos à origem. Não obstante, com o retorno dos autos para execução do julgado, o Conselho Seccional competente juntou aos autos a petição recursal, protocolada em 21/11/2017, estando, a princípio, tempestivo o recurso. Dessa forma, torno sem efeito a certidão de fls. 1.466 e afasto o trânsito em julgado da condenação, determinando à Secretaria desta Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB que processe os embargos de declaração de fls. 1.473/1.486, na forma regulamentar. Brasília, 21 de maio de 2018. Gustavo Ramiro Costa Neto, Relator". RECURSO N. 49.0000.2017.005259-2/SCA-TTU-ED. Embte: A.R.L.J. (Adv: Carolina Carvalho Lemos OAB/SP 366408). Embdo: Acórdão de fls. 514/518. Recte: E.J.S. (Falecido). Repte. legal: J.S.A. (Adv. Assistente: Francisco Apparecido Borges Junior OAB/SP 111508). Recdo: A.R.L.J. (Advs: Afonso Rodrigues Lemos Junior OAB/SP 184558 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gustavo Ramiro Costa Neto (PE). DESPACHO: "Trata-se de embargos de declaração opostos pelo advogado A.R.L.J., em face do v. acórdão de fls. 535/544, pelo qual esta Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso interposto pela Representante, para restabelecer a condenação de primeira instância, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional, pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas, por violação ao artigo 34, incisos IX, XX e XXI, da Lei n. 8.906/94. Considerando a possibilidade de atribuição de efeitos infringentes aos presentes embargos, notifique-se a Representante para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias. Brasília, 21 de maio de 2018. Gustavo Ramiro Costa Neto, Relator". RECURSO N. 49.0000.2017.011831-5/SCA-TTU. Recte: A.C.C. (Advs: Leoberto Baggio Caon OAB/SC 3300 e outras). Recdo: Cristiano Regis de Souza. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela advogada A.C.C., em face de acórdão unânime da 2ª Turma do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina, que determinou a anulação do processo disciplinar a partir do despacho que nomeou defensor dativo, retornando o processo à origem, para regular processamento (fls. 258/263 e 280). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o indeferimento liminar do recurso, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. Adilar Daltoé, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO), adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.011842-9/SCA-TTU. Recte: K.C.S. (Adv: Valmir Ribeiro Martins OAB/SC 28834). Recdo: Gentil Vieira Pires da Rosa. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela advogada K.C.S., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, incisos XI e XX, da Lei n. 8.906/94 (fls. 149/154). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso interposto e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. José Agenor Dourado, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA), adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.011863-1/SCA-TTU. Recte: D.C.H. (Adv: Diogo de Campos Heiderscheidt OAB/SC 29621). Recdo: C.E.V. (Adv: Cicero Eduardo Visconti OAB/SC 9312). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado D.C.H., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina (fls. 57/62), que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo o arquivamento liminar da representação, por ausência de indicativo de provas acerca dos fatos alegados. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA), adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012089-0/SCA-TTU. Recte: P.C.L.J. (Adv: Pedro Carneiro Lobo Junior OAB/PR 39186). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Gustavo Ramiro Costa Neto (PE). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado P.C.L.J., em face de acórdão unânime da 1ª Turma da Câmara de Disciplina do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, inciso XXII, da Lei n. 8.906/94, e, de ofício, afastou a prorrogação da suspensão até a devolução dos autos do processo disciplinar n. 3149/2012, por ausência de previsão legal. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Gustavo Ramiro Costa Neto, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Gustavo Ramiro Costa Neto (PE), adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012094-8/SCA-TTU. Recte: M.N. (Adv: Mirian Nunes OAB/RJ 102069). Recda: Dulcineia Maria Farias Muniz. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pela advogada M.N., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que negou provimento ao recurso por ela interposto, para manter a sanção de suspensão do exercício profissional, pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas, por violação ao artigo 34, inciso XXI, da Lei n. 8.906/94 (fls. 850/854). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento aos recursos interpostos e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS), adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052400141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junior, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012100-0/SCA-TTU. Recte: A.M.S. (Adv: Antonio Morelli Sobrinho OAB/SP 122351). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado A.M.S., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de censura, e multa de 01 (uma) anuidade, por violação ao artigo 34, inciso I, da Lei n. 8.906/94 (fls. 94/98 e 102). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso interposto e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. Charlles Sales Bordalo, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP), adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012103-4/SCA-TTU. Recte: J.C.O. (Advs: Jefferson Camillo de Oliveira OAB/SP 102678 e outro). Recdo: J.S.F. (Adv: Sérgio Paulo de Sousa OAB/SP 221888). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto pelo advogado J.C.O., em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, para manter a sanção de suspensão do exercício profissional, pelo prazo de 12 (doze) meses, e multa de 10 (dez) anuidades, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94 (fls. 173/174 e 180), majorada a reprimenda, face à reincidência. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso interposto e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. Renato da Costa Figueira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS), adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012114-0/SCA-TTU. Recte: P.T.B.C. (Defensor dativo: Alessandro Pereira de Azevedo OAB/SP 224643). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado P.T.B.C., por meio do seu defensor dativo, em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ele interposto, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional, pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 10 e inciso I, do artigo 34, da Lei n. 8.906/94, majorada a reprimenda face à reincidência (fls. 172/174 e 178). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso interposto e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. José Agenor Dourado, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA), adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012170-7/SCA-TTU. Recte: O.L. (Adv: Marcos Vinicius Dacol Boschirolli OAB/PR 19647). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pelo advogado O.L., em face de acórdão unânime da Câmara Especial do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso por ele interposto, para manter a decisão de primeira instância, que julgou improcedente o pedido de reabilitação, por ausência de seus requisitos legais (fls. 43/48 do arquivo digital em PDF). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Charlles Sales Bordalo, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP), adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012207-1/SCA-TTU. Recte: V.E.I.Ltda. Reptes. legais: J.C.N. e M.A.C.M. (Adv: Maria Jusineide Cavalcanti OAB/SP 132685 e outros). Recdo: R.C.K. (Adv: Keller de Abreu OAB/SP 252224). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto por V.E.I.LTDA., representada legalmente por J.C.N. e M.A.C.M., em face de acórdão unânime da Quarta Câmara Recursal do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, que negou provimento ao recurso por ela interposto, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, por ausência de seus pressupostos de admissibilidade, com fundamento no artigo 51, § 2º, do Código de Ética e Disciplina, e artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 21 de maio de 2018. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN), adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente". RECURSO N. 49.0000.2017.012221-9/SCA-TTU. Recte: C.A. (Adv: Carla Angeli OAB/RS 75026 e outro). Recda: A.P. (Adv: Alexandra Paese OAB/RS 61093). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto pela advogada C.A., em face de acórdão unânime do Órgão Especial do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul, que deu parcial provimento ao recurso por ela interposto, para acolher a preliminar de nulidade processual por ela arguida, e, consequentemente, anular o julgamento realizado pela Segunda Câmara da Seccional, por envio de notificação para o endereço antigo da advogada, mesmo depois de proceder às devidas atualizações em seu cadastro. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade do recurso interposto, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 21 de maio de 2018. Adilar Daltoé, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO), adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 21 de maio de 2018. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente".

Brasília, 22 de maio de 2018.
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Presidente da Turma

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação. Semelhante ao conceito “pré-pago”, o modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas. A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Mais informações, pelo telefone
(61) 3441-9450